



Doctorado en Desarrollo Territorial Sostenible

TESIS DOCTORAL

**Planeamiento Estratégico de Territorios de Baja
Densidad:**

La Visión Territorial del Municipio de Mértola

Betina de São Pedro

La conformidad del director de la tesis consta
en el original en papel de esta Tesis Doctoral

Dr. Julián Mora Aliseda

Año Lectura 2020

Cáceres, 2020

A todos os que me acompanharam nesta jornada, desde o início até agora, que nunca deixaram de acreditar, nunca me abandonaram, que ainda hoje estão presentes...

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE QUADROS.....	X
ÍNDICE DE MAPAS	XIII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XIV
MOTIVAÇÕES PESSOAIS E PROFISSIONAIS	17
RESUMEN	21
ABSTRACT.....	22
INTRODUÇÃO	24
CAPÍTULO 1. ESTADO DA ARTE	27
1.1. APROXIMAÇÃO EVOLUTIVA DO PLANEAMENTO - A ESTRATÉGIA	28
1.2. A CIDADE – UM CONCEITO INACABADO	33
1.3. AGLOMERADOS URBANOS DE DIFERENTES DIMENSÕES	40

1.4. TERRITÓRIOS COM BAIXAS DENSIDADES POPULACIONAIS.....	48
1.5. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E O PLANO ESTRATÉGICO	56
1.6. O PLANO ESTRATÉGICO E OS SEUS ELEMENTOS.....	59
1.7. OBJECTIVOS DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO.....	64
1.8. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	66
CAPÍTULO 2. HIPÓTESE.....	71
2.1. QUESTÕES COLOCADAS PELA INVESTIGAÇÃO	72
2.1. HIPÓTESE DE PARTIDA	73
CAPÍTULO 3. MARCO TEÓRICO	75
3.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO.....	76
3.2. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO MODERNO: AMÉRICA DO NORTE VERSUS EUROPA.....	85
3.3. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA UNIÃO EUROPEIA - O EDEC	88
3.4. O PLANO ESTRATÉGICO DE BARCELONA (1988-1992).....	93
3.5. A ESTRATÉGIA DOS TERRITÓRIOS NUM MUNDO GLOBALIZADO	96
3.6. A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS	101
3.7. A PROSPECTIVA E A IMAGEM DO TERRITÓRIO.....	104
3.8. EVOLUÇÃO DO PLANEAMENTO TRADICIONAL EM PORTUGAL.....	108
3.9. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO EM PORTUGAL.....	124
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA	134
4.1. O DESENHO DO PLANO.....	134
4.2. AS FASES DO PLANO ESTRATÉGICO	138
4.3. O MÉTODO DELPHI.....	147

CAPÍTULO 5. ANÁLISE DEMOGRÁFICA.....	157
5.1. O ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E POPULACIONAL.....	158
5.2. AS DISTÂNCIAS DO CONCELHO DE MÉRTOLA AOS MUNICÍPIOS CONTÍGUOS	162
5.2.1. A distância entre freguesias.....	164
5.3. ANÁLISE DEMOGRÁFICA	167
5.3.1. A Densidade Populacional.....	167
5.3.2. Evolução da População Residente.....	168
5.3.3. A População das Freguesias	172
5.4. COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO	174
5.4.1. Taxa de Variação Populacional.....	174
5.4.2. Taxa de Crescimento Anual Média (TCAM).....	176
5.4.3. Taxa de Crescimento Efectivo - Taxa de Crescimento Natural e Taxa de Crescimento Migratório	177
5.4.4. Taxa Bruta de Mortalidade e Taxa Bruta de Natalidade	179
5.4.5. Índice de Envelhecimento Demográfico	181
5.4.6. Migrações	183
5.4.7. A Estrutura Etária da População	184
5.4.8. Os Grandes Grupos Etários.....	186
5.4.9. A Estrutura Etária das Freguesias	188
5.4.10. Lugares	191
5.4.11. A População nos Lugares	195
5.5. TENDÊNCIAS FUTURAS	197
5.5.1. Evolução da População Residente do Concelho de Mértola para 2031	197

5.5.2. Previsão da População Residente das Freguesias de Mértola para 2031 (por meio da TCAM)	201
CAPÍTULO 6. ANÁLISE ECONÓMICA	203
6.1. ANÁLISE ECONÓMICA	204
6.1.1. A População Activa	204
6.1.2. A População Empregada e População Desempregada	206
6.1.3. A caracterização dos desempregados.....	208
6.1.4. A caracterização dos empregados.....	212
6.1.5. Os Sectores de Actividade e a população empregada	214
6.1.6. A População Empregada por Sector de Actividade e Situação Profissional	219
6.1.7. Os Trabalhadores por Conta de Outrem.....	221
6.1.8. As Habilitações da População Empregada.....	223
6.1.9. A População Inactiva	224
6.1.10. Os reformados e pensionistas do Concelho de Mértola	227
6.1.11. Índice de renovação da população em idade activa.....	228
6.2. ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA, DE TENDÊNCIA E DE SUBSTITUIÇÃO DE GERAÇÕES	230
6.2.1. Índices de Dependência – total, de jovens e de idosos.....	230
6.2.2. O índice de sustentabilidade potencial	232
6.3. ESTRUTURA EMPRESARIAL.....	233
6.3.1. As empresas/estabelecimentos comerciais.....	238
6.3.2. Comércio a Retalho	240
6.3.4. O Poder de Compra no Concelho	246
6.3.4.1. O Índice <i>per capita</i> do Poder de Compra (IpC).....	246

6.3.4.2. A Percentagem do Poder de Compra (PPC)	247
6.3.4.3. Factor Dinamismo Relativo (FDR).....	248
6.4. PARQUE HABITACIONAL.....	250
6.4.1. Os alojamentos familiares.....	250
6.4.2. Os alojamentos familiares segundo a forma de ocupação	252
6.4.3. Características dos alojamentos familiares clássicos	255
6.4.4. As famílias e o alojamento	257
6.4.5. A dimensão das famílias clássicas nos alojamentos de residência habitual.....	258
6.4.6. Os edifícios.....	261
6.4.7. Famílias clássicas	263
6.5. TURISMO	265
6.5.1. O Património Histórico-cultural e Natural.....	265
6.5.2. Os Visitantes – Posto de Turismo e Núcleos Museológicos	268
6.5.4. Alojamento e Restauração	274
6.5.5. Eventos de Mértola.....	280
6.5.6. As Zonas de Caça.....	283
6.6. EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA	286
6.6.1. Educação	286
6.6.2. Saúde	291
6.6.3. Outros Equipamentos – Cultura e Desporto	296
6.7. AS CONTAS MUNICIPAIS	297
6.8. OS PROJECTOS DE INVESTIMENTO DE 2014-2020	299
6.8.1. Os projectos do Município.....	301

CAPÍTULO 7. VERIFICAÇÃO DE HIPÓTESES.....	307
7.1. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO PARA MÉRTOLA – ANÁLISE SWOT CRUZADA.	313
CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES FUTURAS	321
BIBLIOGRAFIA.....	333
FONTES DE INFORMAÇÃO	342
ANEXOS.....	379
ENTREVISTA	380
TABELAS DE CONSULTA.....	382
1. Tabelas Análise Demográfica (5-D)	382
2. Tabelas Análise Económica (6-E).....	397
PROJECTOS DE INVESTIMENTO	431

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1. Dimensão dos Centros Urbanos na População	47
Quadro 5.1. Distância entre a Sede do Concelho de Mértola e a Sede dos Aglomerados Portugueses e Espanhóis	163
Quadro 5.2. Distância (em tempo e comprimento) entre as freguesias do Concelho de Mértola, 2016	165
Quadro 5.3. Densidade Populacional por Local de Residência, 2001 e 2014	167
Quadro 5.4. População Residente nas Freguesias do Concelho de Mértola, 1991, 2001 e 2011	174
Quadro 5.5. População Residente por Lugares, População Isolada nas Freguesias do Concelho de Mértola, 2001	193
Quadro 5.6. População Residente entre 1981 e 2014 e Cenários de Evolução da População Residente do Concelho de Mértola para o ano de 2031	199
Quadro 6.1. Variação da população empregada por situação profissional segundo o sector de actividade.....	220
Quadro 6.2. População empregada residente, por Sectores de Actividade segundo a Situação Profissional, 2011	221
Quadro 6.3. Índice de Renovação da População Activa das freguesias do Concelho de Mértola e Portugal, 2001, 2011 e 2015	229
Quadro 6.4. Distribuição das Empresas por Actividade Económica no Concelho de Mértola, em 2008 e 2015.....	234

Quadro 6.5. Volume de Negócios das Empresas segundo a Actividade Económica (CAE Rev. 3) no Concelho de Mértola, em 2008 e 2015	237
Quadro 6.6. Evolução do Indicador <i>per capita</i> do Poder de Compra (IpC) em 1993, 2005 e 2013	246
Quadro 6.7. Evolução da Percentagem do Poder de Compra (PPC) em 1993, 2005 e 2013	248
Quadro 6.8. Evolução do Factor de Dinamismo Relativo (FDR) em 1993, 2005 e 2013	249
Quadro 6.9. Alojamento Familiar Clássico por Freguesia do Concelho de Mértola, em 1991, 2001 e 2011	251
Quadro 6.10. Famílias clássicas nos alojamentos familiares clássicos, nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011	258
Quadro 6.11. Famílias clássicas, nos alojamentos familiares clássicos, com menos de 15 anos e com mais de 65 anos, nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011 ..	260
Quadro 6.12. Edifícios concluídos, por tipo e destino de obra, entre 2011 e 2016....	262
Quadro 6.13. Proporção de famílias clássicas unipessoais (em %), nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011	264
Quadro 6.15. Zonas de Caça em Actividade no Concelho de Mértola, em 2010 e 2017	284
Quadro 6.16. Alunos matriculados, por nível de ensino e ciclo de estudos, no ensino público e privado	287
Quadro 6.17. Utentes das Instituições que prestam Serviços de Apoio aos Idosos, no Concelho de Mértola em 2018.....	294

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.1. Pilares Metodológico de um processo de planeamento estratégico.....	135
Figura 4.2. Análise SWOT cruzada	140
Figura 4.3. Fases do Processo do Método Delphi.....	149
Figura 4.4. O processo Delphi.....	152

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 5.1. O Enquadramento do Concelho de Mértola na Península Ibérica.....	159
Mapa 5.2. O Concelho de Mértola e os Municípios Contíguos, Variação Populacional (2001-2011) e População Residente de 2011	160
Mapa 5.3. As Freguesias do Concelho de Mértola e respectiva Dimensão Territorial.	161
Mapa 5.4. Distância (em km) entre a Sede do Concelho de Mértola e a Sede dos Municípios Contíguos.....	164
Mapa 5.5. Rodovias entre as freguesias do Concelho de Mértola.....	166
Mapa 5.6. Lugares Censitários da População Residente no Concelho de Mértola, em 2011	192
Mapa 5.7. População Residente nos Lugares do Concelho de Mértola, em 2011	193
Mapa 5.8. População Residente nos Lugares do Concelho de Mértola, por grupos Etários dos 0-24 e dos 65 e mais anos, em 2011	196

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 5.1. Estimativas da População Residente do Continente Português, Alentejo, Baixo Alentejo e Mértola, no período de 2010-2014.....	169
Gráfico 5.2. Evolução da População Residente de Mértola, desde 1900 a 2014.....	171
Gráfico 5.3. População Residente nas Freguesias do Concelho de Mértola, 1900-2011	172
Gráfico 5.4. Variação Populacional das Freguesias do Concelho de Mértola, 1991–2001 e 2001–2011	175
Gráfico 5.5. Taxa de Crescimento Anual Média nas Freguesias do Concelho de Mértola, entre 2001 e 2011.....	177
Gráfico 5.6. Taxa de Crescimento Efectivo e Taxa de Crescimento Natural (em %), no Concelho de Mértola – entre 1992 e 2014.....	178
Gráfico 5.7. Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade (em ‰) do Concelho de Mértola – entre 1992 e 2011.....	179
Gráfico 5.8. Índice de Envelhecimento nas Freguesias do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011	182
Gráfico 5.9. Distribuição da População do Concelho de Mértola por Grupos de Idade Quinquenais por Sexos – 2001 e 2011	185
Gráfico 5.10. Estrutura Etária da População Residente no Concelho de Mértola em 1991, 2001 e 2011	187

Gráfico 5.11. Distribuição da População Residente nas Freguesias do Concelho de Mértola, por Grupos de Idade Quinquenais, por Sexo, em 2001 e 2011	189
Gráfico 5.12. Estimativa Populacional Residente por Grupos Quinquenais do Concelho de Mértola para 2031	200
Gráfico 5.13. Estimativa Populacional Residente, através de TCAM, para as Freguesias do Concelho de Mértola para 2031.....	202
Gráfico 6.1. População activa por grupo etário do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011	205
Gráfico 6.2. Taxa de Desemprego nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011	207
Gráfico 6.3. Principal meio de vida da população desempregada nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011	209
Gráfico 6.4. Desempregados (%) por Grupos Etários e Habilitações Literárias do Concelho de Mértola, em 2015.....	211
Gráfico 6.5. População empregada segundo a situação profissional nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011	213
Gráfico 6.6. População empregada segundo o sector de actividade económica do Concelho de Mértola, em 2011	215
Gráfico 6.7. Distribuição da População Residente Empregada de cada Freguesia do Concelho de Mértola, por Sector de Actividade, em 2011	216
Gráfico 6.8. População Residente Empregada do Concelho de Mértola, por Escolaridade completa, em 2001 e 2011	224
Gráfico 6.9. População Residente Inactiva no Concelho de Mértola, em 2001 e 2011	225
Gráfico 6.10. População Residente Inactiva nas Freguesias do Concelho de Mértola, 2001 e 2011	226
Gráfico 6.11. Índice de Dependência de Idosos e Jovens das freguesias do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011.....	231
Gráfico 6.12. Índice de Sustentabilidade das freguesias do Concelho de Mértola, 2011	232
Gráfico 6.13. Distribuição das Empresas por principais Actividades, Subactividades no Concelho de Mértola, em 2015	235
Gráfico 6.14. Distribuição das Empresas/Estabelecimentos comerciais por Actividade Económica Principal, em 2017	238

Gráfico 6.15. Concentração das Empresas/Estabelecimentos comerciais nas freguesias do Município de Mértola, em 2017.....	239
Gráfico 6.16. Concentração das Empresas/Estabelecimentos comerciais por Actividade Económica nas freguesias do Município de Mértola, em 2017	240
Gráfico 6.17. Número de Estabelecimentos de Comércio a Retalho em Funcionamento nas Freguesias do Concelho de Mértola, em 2009	241
Gráfico 6.18. Estimativas do Parque Habitacional no Concelho de Mértola, entre 2011 e 2016	252
Gráfico 6.19. Alojamentos Clássicos, segundo a Forma de Ocupação no Concelho de Mértola, 1991, 2001 e 2011.....	253
Gráfico 6.20. Alojamentos Clássicos, segundo a Forma de Ocupação nas Freguesias do Concelho de Mértola, 2001 e 2011.....	254
Gráfico 6.21. Famílias Clássicas segundo a sua Dimensão no Concelho de Mértola	259
Gráfico 6.22. Edifícios concluídos e tipo de obra, no Concelho de Mértola, em 2001, 2010 e 2016	261
Gráfico 6.23. Evolução do número anual de visitantes no Posto de Turismo de Mértola, entre 2005 e 2015.....	269
Gráfico 6.24. Evolução do número de visitantes do número anual de visitantes na Igreja Matriz, entre 2005 e 2015.....	270
Gráfico 6.25. Nacionalidade dos visitantes à Igreja Matriz, em 2010 e 2015.....	271
Gráfico 6.26. Visitantes por mês à Igreja Matriz de Mértola, em 2010 e 2015	272
Gráfico 6.27. Grupo Etário dos visitantes à Igreja Matriz em 2015.....	273
Gráfico 6.28. Receitas de Bilheteira aos Núcleos Museológicos, entre 2005 e 2015	274
Gráfico 6.29. Estabelecimentos de bebidas no Concelho de Mértola, 2017.....	280
Gráfico 6.30. Alunos matriculados na rede escolar do Concelho de Mértola, no ano lectivo 2015/2016	287
Gráfico 6.31. Número de alunos matriculados na rede de escolar pública, nos anos lectivos de 20015-16 a 2017-18 no Concelho de Mértola.....	290
Gráfico 6.32. As receitas e despesas correntes e de capital, em 2011 e 2016	298

MOTIVAÇÕES PESSOAIS E PROFISSIONAIS

Dizem que a primeira palavra escrita é a que marca um texto; provavelmente por ser o início de um primeiro movimento, o princípio de um prolongamento, a origem das reflexões que perscrutam ínfimos recantos do conhecimento adquirido por ensinamento, por experiência própria ou alheia.

Sei que não é supostamente admissível escrever citações no capítulo das motivações, mas também sei que neste espaço a liberdade de expressão é uma e o ser politicamente correcto nunca foi propriamente uma característica marcante da minha natureza....

É sempre pelo início que se começam as histórias e a minha aventura com este doutoramento teve origem precisamente numa Pós-graduação, em Administração Autárquica e Desenvolvimento Regional, da antiga e extinta Universidade Moderna, onde conheci o Professor Fernando Condesso dos Reis e o coordenador da Pós- graduação, o Professor Julián Mora Aliseda.

O professor Condesso, actualmente jubilado, leccionava uma disciplina relacionada com as questões administrativas locais no âmbito do Direito; nas suas aulas, onde apenas se ouvia a sua voz, tecia raciocínios simples e elucidativos desvendando a aplicabilidade da complexa teia de leis que, por vezes, se meandram entre si. Por coincidência ou não do destino, um dia mencionou o meu nome na Escola Almeida Garrett e o meu percurso profissional enveredou para o ensino superior.

Por essa altura, trabalhava como docente de matemática numa Escola do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) em Portugal, com alunos que precisavam de orientação para o futuro e, em simultâneo, comecei a leccionar no Ensino Superior em Lisboa. Foi uma experiência enriquecedora pelo estudo e pela interacção com os outros que nos ouvem; um ponto de partida para perceber, mais tarde, a influência que um docente pode ter nos seus discentes, especialmente em termos de modelação de pensamentos e comportamentos.

Entendi que os professores podem ser um exemplo, mas as políticas governamentais constituem o leme que guia o rumo da sociedade.

Quando estava a terminar a referida pós-graduação, e estando já a leccionar, o Professor Julián Aliseda ofereceu-me a oportunidade de trabalhar em Espanha, em projectos transfronteiriços. Tive o privilégio de integrar uma equipa multidisciplinar, como técnica de apoio à investigação, em temas relacionados com inquéritos, análises, planeamento e concretização de ideias no âmbito territorial. Nesta fase, abandonei o ensino. A aprendizagem prática deu-me outra visão. Vivenciei os projectos como um escultor que prepara a matéria-prima antes de completar uma peça. Foi entusiasmante criar de raiz um inquérito internacional ao transporte rodoviário de veículos pesados de mercadorias e de compreender a importância da mobilidade de bens e serviços; perceber as perspectivas do mercado imobiliário em questões de arrendamento e de propriedade privada; definir metas para a efectivação de objectivos de curta, média e longa duração, em planeamento, analisar e desenhar as estratégias para lugares como Mértola e Mérida.

A disciplina de estatística que tive ao longo do curso foi uma mais-valia, tal como todas as demais disciplinas que me açucaram os sentidos; mas a análise de dados, aliada às perspectivas do planeamento, proporcionou-me uma lógica distinta; no limite, um entendimento sobre a estrutura humana que conforma a verdadeira dinâmica do território. O que eu aprendi foi benéfico do ponto de vista profissional e pessoal. O conhecimento sobre novos processos de trabalho, de comunicação e utilização de ferramentas tecnológicas, ao serviço da obtenção de resultados que visam a implementação de estratégias, foi decisivo para passar para um outro patamar. Obtei então por um mestrado para, com maior profundidade, estudar as temáticas europeias, sociais, económicas e políticas do território.

A matemática é útil para raciocinar, tornar as sinapses mais eficazes, compreender como os pormenores se interligam num sistema funcional, simultaneamente abstracto; por vezes absurdo; mas autêntico. Para as questões territoriais, numa perspectiva lógica, adoptei o pragmatismo como base de fundamentação teórica. Entendi que uma formação mais especializada e orientada para a resolução de problemas locais seria a melhor via para proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas – os elementos do território mais importantes de todo o sistema territorial. A pós-graduação e o mestrado em “Desarrollo Sostenible y Ordenación del Territorio” abriram-me as portas a novos cenários – investiguei processos e dinâmicas territoriais de áreas como freguesias, Concelhos, distritos, regiões ou países.

O território é um poliedro e as suas diferentes faces podem ser estudadas individualmente; todavia, como um todo, a perspectiva analítica transforma-se no guia revelador da melhor estratégia a seguir. O intuito máximo deve ser o de avaliar os objectivos alcançados, de modo a aperfeiçoá-los ou corrigi-los, se tal for necessário, para culminar no desígnio de contribuir para o bem-estar da sociedade.

Se a chave do sucesso dos objectivos é a estratégia, então o elo imprescindível são as pessoas.

Neste caminho, dei-me conta da importância dos sistemas de informação geográfica no contexto do retrato espacial dos fenómenos e dos elementos territoriais, relativizando-os, de forma a tornar mais ágil a tomada de decisões. Os diferentes trabalhos em que colaborei tiveram esta vertente de fotografia territorial e foram fundamentais para a finalização da tese de mestrado, que se baseou na análise comparativa das dinâmicas territoriais dos municípios fronteiriços, localizados nas regiões da Extremadura e do Alentejo.

A dedicação ao trabalho foi exclusiva.

De certo modo, nunca estive muito tempo afastada do ensino e após ingressar como professora auxiliar convidada, no Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa aprendi, vertiginosamente, diferentes matérias ligadas ao território; leccionei sete disciplinas anuais durante quase três anos lectivos. Aprendi o malabarismo de entrecruzar assuntos sobre sistemas de informação geográfica, ordenamento do território, cidades, desenvolvimento sustentável, dinâmicas

demográficas e económicas, análise de tendências, alguns recursos naturais e planeamento estratégico. A pertinência de subir mais um degrau na escada dos estudos académicos culminou no exercício de funções de docência a tempo integral; porém, mais do que o estatuto profissional, a necessidade de desenvolvimento pessoal levou-me a considerar esta finalização como o ponto de partida para um outro desafio: um salto para uma reflexão mais madura e mais experiente.

Creio que quase todos os seres humanos em algum momento da vida questionam a sua existência e a dos seus semelhantes; os seus ideais e a sua missão. Analisam percursos trilhados e os que ainda faltam ser calcorreados; observam a sua sorte, comparam-se entre si e mesmo com diferentes ideologias, todos nós buscamos a qualidade de vida.

Em “As Cidades Invisíveis” de Ítalo Calvino, em que cada cidade com nome de mulher se configura de forma diferente, há um diálogo entre Kublai Kan e Marco Polo sobre a descrição de um arco de uma ponte de uma cidade e da importância de cada pedra:

– Mas qual é a pedra que sustém a ponte? – pergunta Kublai Kan.

– A ponte não é sustida por esta ou aquela pedra – responde Marco –, mas sim pela linha do arco que elas formam.

Kublai permanece silencioso, reflectindo. Depois acrescenta:

– Porque me falas das pedras? É só o arco que me importa.

Polo responde: – Sem pedras não há arco. (Calvino, 2015, p. 93).

RESUMEN

La presente investigación incide sobre el municipio de Mértola, caracterizado como un territorio de baja densidad demográfica, sobre el cuál se analizan sus vertientes demográfica y económica, a través de indicadores sociodemográficos y socioeconómicos recientes, considerando siempre que ha sido posible un intervalo temporal de diez o más años. Se pretende, en conjunción con las perspectivas de los actores locales presentar un diagnóstico objetivo y riguroso de la realidad del municipio, con el fin de dibujar posibles estrategias de desarrollo. Con todo, en uno de los más extensos municipios de Portugal, con un elevado proceso de despoblamiento, dispersión y envejecimiento de la población, se plantean reflexiones sobre la continuación de la existencia del municipio de Mértola en el medio y largo plazos.

Teniendo como base una revisión bibliográfica sobre ciudades de diferentes dimensiones, planteamiento estratégico territorial y su implementación en espacios de baja densidad demográfica, se indican alternativas de desarrollo para el municipio de Mértola. Se pone en evidencia algunas soluciones de sustentación del territorio, como el desarrollo de algunas actividades económicas, teniendo como soporte el aprovechamiento de recursos endógenos; aunque, la visión territorial del municipio está más direccionada para la integración del municipio en una gestión organizacional y territorial más amplia, como la comunidad intermunicipal donde se inserta, que pueda permitir la conexión de territorios como Mértola con núcleos de mayor dinamismo social y económica.

Palabras clave: territorio, baja densidad, despoblamiento.

ABSTRACT

The presente research focuses on the municipality of Mértola, characterized as a territory with low population density, on which analytical demographic and economic aspects are analyzed, through recent sociodemographic and socioeconomic indicators, always considering that it is possible to have a period of time of ten or more years. It is intended, in conjunction with the perspectives of local actors, to present an objective and strict diagnosis of the reality of the municipality, in order to draw up possible development strategies. However, in one of the largest municipalities in Portugal, with a high process of depopulation, dispersion and aging of the population, reflections come across on the continuing of the existence of the municipality of Mértola on the medium and long term.

Based on the literature review on cities of different dimensions, strategic territorial approach and its implementation on low population densities spaces, development alternatives for the municipality of Mértola will be explained. It highlights some solutions to support the territory, such as the development of some economic activities, supported by the use of endogenous resources; although the territorial vision of the municipality is more directed towards the integration of the municipality into a broader organizational and territorial management, such as the Comunidade Intermunicipal where it is inserted, that can allow the connection of territories such as Mértola with centres of greater social and economic dynamism.

Keywords: territory, low density, depopulation.

INTRODUÇÃO

As questões relacionadas com o estudo do território são complexas, não fosse o território o espaço em que interagem os diferentes elementos que se traduzem em políticas económica, social, cultural e ecológica. A minuciosidade das diferentes temáticas que devem ser estudadas para melhor entender o território visa não só a compreensão individual dessas temáticas, através da análise de indicadores, como também aprofunda o conhecimento de interligação sinérgica gerada pelos distintos aspectos analisados.

No âmbito da presente tese de doutoramento, a análise do território de baixa densidade territorial do Concelho de Mértola foi o principal tema escolhido, a par com as ferramentas teóricas disponibilizadas pelo ordenamento do território, em que se incluem as cidades e o planeamento estratégico, outrora estudados por investigadores de âmbitos académico, político e técnico. O intuito pretendido foi o de sintetizar o futuro do território; a possibilidade de implementar, por meio do planeamento estratégico territorial, a simbiose de estratégias que procuram o que de mais importante a Ciência pode alcançar – a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações.

Um território com características similares ao território do Concelho de Mértola, classificado como um território de baixa densidade, apresenta-se como um espaço de fragilidades, devido à sua localização periférica e aos efeitos de globalização que influem qualquer espaço territorial, seja uma nação, uma região ou um local.

O Concelho de Mértola pode servir como modelo extrapolável a todos os territórios que apresentem características similares, em particular no interior do continente português e ao longo de todo o sudoeste ibérico.

Na ambivalência das consequências da globalização nos contextos económico, social, político e cultural dos territórios – isto é, com resultados negativos para uns e/ou positivos para outros, como se os efeitos da globalização fossem faces distintas de uma mesma moeda – é preciso entender que o reverso de qualquer situação pode trazer novas potencialidades e oportunidades; ou então, simplesmente, pode originar não mais do que a manutenção da vida humana até ao seu término. Nesta perspectiva, os territórios de baixa densidade – enquanto suporte de dinâmicas económicas, sociais e culturais, com relativa expressividade de pessoas e respectivas relações com os demais recursos territoriais – podem constituir-se como veias funcionais de integração, num modelo territorial regido por princípios de desenvolvimento, em consonância com os demais territórios da região em que se inserem; ou, em contrapartida, podem definir, isolados, com políticas sectoriais que não visam o desenvolvimento integral. Será esta uma realidade para o futuro? O término de territórios de baixa densidade, quando é sobejamente sabido que são os aglomerados populacionais de maior dimensão os grandes pólos de capacitação, de atracção demográfica, económica e cultural? Serão os investimentos públicos as âncoras funcionais que permitirão o desenvolvimento de territórios diminutos e com contínua perda populacional?

Por meio da questão principal da investigação que se fundamenta na obtenção de uma visão global do território do Concelho de Mértola, com o propósito de definir uma estratégia una, de modo a dinamizar o território estudado – várias questões acabam por ser levantadas, fruto da reflexão gerada ao longo do trabalho de investigação.

De âmbito geral, invocam-se outras interrogações: Que políticas poderão ser mais eficazes para colmatar as conhecidas assimetrias entre territórios, em particular os que apresentam baixa densidade territorial? Que acções poderão ser implementadas para estimular a competitividade, o empreendedorismo, a produtividade de territórios em processo continuado de despovoamento? Os instrumentos jurídicos de planeamento da política de desenvolvimento local, nos territórios de baixa densidade territorial, serão os mais adequados para enfrentar as adversidades dos efeitos de globalização?

Num contexto de mudanças permanentes, como as que vivemos no século XXI, as opiniões dos actores do território constituem uma visão unilateral da realidade, uma vez que se baseiam na percepção da actualidade e do que poderá ser o futuro do território. Porém, uma análise territorial desprovida da visão dos actores locais também se constitui de uma perspectiva unilateral; mas, pelas várias dimensões temáticas que engloba, a análise territorial pode, por si própria, bastar-se para a realização de um diagnóstico do qual se produz um visão analítica, capaz de implementar uma ou mais estratégias. A visão dos actores, por sua vez, enforma o que os números ocultam – as preocupações e as aspirações da prospectiva territorial.

A presente investigação engloba sete capítulos. O primeiro capítulo considera a aproximação evolutiva do planeamento estratégico na qual se explana o surgimento das cidades, a categorização dos diferentes aglomerados, em conformidade com a noção e as características dos territórios de baixa densidade, os objectivos do planeamento estratégico e os seus elementos. O segundo capítulo, tendo como base teórica o capítulo anterior, pretende evidenciar as hipóteses tratadas pela investigação, por via do planeamento estratégico territorial. O terceiro capítulo enfatiza o planeamento estratégico; incidindo sobre os seus antecedentes, a sua evolução e as diferenças entre os planeamentos estratégicos tradicional e moderno, em específico em Portugal. Acrescendo, elementos teóricos que tendem a preencher os espaços intersticiais da teoria do planeamento estratégico; como a estratégia, a prospectiva territorial e a participação de actores. O quarto capítulo, dedicado à metodologia, estabelece a ponte entre a teórica e a prática da investigação, recorrendo-se da pesquisa bibliográfica, análise estatística e entrevistas a actores locais pré-seleccionados. O quarto e quinto capítulos constituem o âmago do trabalho e refere-se à análise de indicadores, nos contextos sociodemográfico e socioeconómico do território de Mértola. O capítulo a seguir, dedicado à verificação de hipóteses, culmina no entendimento da investigação, pondo a descoberto duas faces analíticas: a dos indicadores e a percepção dos actores locais. Aqui, as vulnerabilidades, as necessidades de reorientação, as vantagens competitivas e as capacidades de defesa, em simbiose com as aspirações e motivações dos actores locais comportam o sumário da perspectiva territorial do Concelho de Mértola. Isto é, a visão unificadora do território, através da interligação de indicadores e da percepção dos agentes territoriais, conjugando-se num diagnóstico orientador e integrador que desenhe

linhas estratégicas, com a possibilidade de concretizar o desenvolvimento local do território. Por último, as conclusões derivam da reflexão da presente investigação em que se deduzem considerações sobre os territórios de baixa densidade demográfica, em específico, da visão territorial do Concelho de Mértola, em relação à qual se abrem oportunidades para novas investigações.

CAPÍTULO 1. ESTADO DA ARTE

1.1. APROXIMAÇÃO EVOLUTIVA DO PLANEAMENTO - A ESTRATÉGIA

O planeamento das cidades e dos territórios é tão antigo como as origens da Civilização – o homem passou de recolector e caçador a sedentário e produtor; abandonou o nomadismo como estilo de vida rudimentar e de subsistência e começou a controlar a agricultura e a ganadaria; escolheu terras que ofereciam riquezas para explorar – como nos primórdios dos assentamentos, precisamente no Médio Oriente, na região do Crescente Fértil (que se estende desde os territórios actuais de Israel até ao Iraque).

A fixação populacional, impulsionada por um conjunto interligado de elementos territoriais – de alimentação, de abrigo e de defesa – originou um aumento demográfico generalizado; que por sua vez, fomentou a complexidade organizacional. Com novas conquistas e novos espaços explorados – fruto da necessidade de poder e planear e ordenar o território, de aproveitar os recursos dos espaços, através de inovações e de tecnologias, cada vez mais sofisticadas – a ligação permanente do Homem ao território motivou a criação dos alicerces da Civilização e do seu desenvolvimento.

O exercício de ordenação sempre esteve presente no contexto da arrumação espacial, sugerindo a ideia de uma determinada ordem de elementos pré-existentes, naturais e construídos; dispostos pelo homem mediante a sua vontade e a satisfação das suas necessidades.

O ordenamento, segundo o Dicionário de Língua Portuguesa de 2015, deriva de «ordenação» que indica o transmitir de uma ordem, o mandar, o decretar, o pôr e dispor em ordem, como se de uma sequência ou hierarquia se tratasse (Dicionário Priberam, 2013). Porém, na perspectiva territorial, a concepção do termo vai mais além, revestindo-se de aspectos que têm como base todos os elementos do território, como menciona a Carta Europeia do Ordenamento do Território (CEO), datada de 1983 e aprovada pelo Conselho da Europa (Conselho da Europa, 1983).

A CEO clarifica o conceito de ordenamento do território:

«O ordenamento do território é a tradução espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade (...) é simultaneamente, uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto.» (Conselho da Europa, 1983: 9)

Então, o ordenamento está associado ao planeamento. Não é possível ordenar sem uma esquematização ou hierarquia. Assim, o planeamento surge como conceito integrador, enquanto dimensão do ordenamento do território que também o concretiza, através dos elementos disponíveis no momento.

O planeamento – do latim *planus*, significa «achatado, nivelado», resultando nas palavras «plano» e no acto de «planear», indicativo de «levar a cabo um esquema». (Cleber, 2016). Este esquema pressupõe uma sequência de acções perspectivadas e organizadas, com o fim de serem concretizadas, num determinado intervalo de tempo.

O planeamento pode, assim, ser entendido como a “preparação de decisões para alcançar objectivos específicos tendo como finalidade melhorar o uso e a gestão dos recursos, bem como a qualidade dos ambientes naturais e sociais”. (Porto Editora, 2003-2017).

Os estudiosos do Ordenamento do Território, optando por uma visão de utilidade prospectiva, definem o planeamento como “um processo de análise (do passado e do presente) de antecipação ao futuro, de programação, de acção/execução, de controlo, de correcção e de avaliação de resultados” (Gaspar, 2005, p. 13). Isto significa que, por meio do planeamento, surge o plano; que mais não é do que um instrumento de operacionalização do planeamento, que materializa todas as opções e compromissos, sobre o que se pretende para uma determinada área e num determinado período de tempo. (Gaspar, 2005).

Neste contexto, é inevitável dizer que o planeamento se reveste da noção de estratégia e vice-versa; pois, para conseguir um propósito, é preciso conhecer não só o meio, mas também o modo como se utilizam os recursos disponíveis. A própria definição de ordenamento do território confere uma «estratégica de conjunto» de elementos a serem utilizados.

Surgido nos meandros militares, o conceito de Estratégia, etimologicamente, provém da união de duas palavras de origem grega: *Stratos* que significa exército e *Agein* que significa conduzir ou comandar. Da mesma origem, o substantivo *Strategos*, (indicativo de general), evidencia que a palavra Estratégia poderia estar associada (por parte de um general) à acção de conduzir ou comandar os exércitos. Neste conjunto de palavras de raízes gregas surge também o vocábulo *Estratagema*, inicialmente utilizado no panorama bélico para definir ou um truque, ou um plano, ou a capacidade de iludir um inimigo. Actualmente, um estrategema, na linguagem corrente, continua a significar um truque, um ardil, com o fim de lograr um determinado objectivo. Contudo, o estrategema, ainda que não seja um elemento essencial à definição de estratégia, é de salientar o seu carácter intrínseco a uma boa estratégia¹, por subentender um planeamento engenhoso, uma arte, com vista à acção elaborada pelo estrategista. (Martins, 1984).

Segundo Duarte (2013) que desvenda a génese do paralelismo entre a estratégia e a guerra, afirma que a estratégia tem origem político-bélica e procura assegurar, no contexto de incerteza e de indefinição do provir, a lógica ilógica do jogo do adversário. Um jogo que se baseia “no caos que o confronto entre os homens excita, como trave basilar para se poder, de forma mais clarividente, perspectivar as características axiais do que é o pensamento estratégico: um conhecimento construído para agir” (Duarte, 2013, pp. 36-37). Portanto, a estratégia é conhecimento e pensamento; no sentido em que sendo pensamento, a estratégia é um espaço de racionalidade que, no contexto das ciências naturais, tenta desvelar um universo pré-existente, por via de uma natureza formada – por si própria, conflituosa, da qual a guerra é a sua forma mais paroxística (Duarte, 2013).

¹ Só a partir do século XVIII, a palavra estratégia começou a ser utilizada com alguma frequência por escritores que tratavam de assuntos relacionados com as artes bélicas; o termo utilizado até então, era designado por “Grande Tática”.

No livro *The Art of War* (que data do século V a.C.), considerado o mais antigo tratado militar do mundo, o general e filósofo Sun Tzu, descreve as perspectivas da realidade bélica utilizando estratégias e táticas, com o objectivo último de enfrentar o inimigo e sair vitorioso, sem a necessidade de utilizar a força das armas. Há, neste tratado universal, uma sabedoria implícita nos movimentos do estrategista conseguida através do conhecimento pleno do território, da personalidade do líder e dos seus adversários. Em suma, as lições de Sun Tzu transmitem a observância dos factores endógenos e exógenos; em simultâneo, com a realização de sucessivas análises, com vista à decisão e à acção premeditada. (Tzu, 2012); obtendo, assim, um conjunto de ensinamentos para os cenários de guerra. Contudo, a obra de Sun Tzu tem sido amplamente difundida como uma ferramenta imprescindível no mundo empresarial, na liderança, na resolução de conflitos e na gestão estratégica dos territórios e das cidades.

A evolução do conceito de estratégia – que inicialmente se destinava aos meandros bélicos, especificamente militares, tendo como pano de fundo questões políticas – amplia-se pela complexidade societal (da qual, também os conflitos e a guerra fazem parte). Mas não só. O conceito emerge da necessidade de incluir factores não militares, como os económicos, os psicológicos, os morais, os políticos e os tecnológicos. (Mead citado em Martins, 1984).

Ao longo do tempo, a definição de estratégia evoluiu e enquadrou-se nos novos paradigmas da sociedade. Desde o fim do século XVIII até meados do século XIX, a estratégia era concebida como a ciência, ou a arte, da guerra; entre os séculos XIX e XX, a evolução do conceito teve pouco significado e só a partir dos finais do século XX é que se desenvolveu para actuar em cenários já não exclusivos e restritos da guerra armada, mas em ambientes mais vastos de conflito e de paz. Tendo em conta o estudo das diferentes definições, Martins (1984) considerou que “a estratégia é uma actividade orientada, em ambiente hostil, e lançando mão de todos os meios e recursos (forças), para a aquisição de objectivos disputados entre Unidades Políticas²”. Conferindo a esta concepção, os aspectos de engenho e de surpresa e

² Entenda-se por Unidades Políticas, o sentido que Raymond Aron (citado por Martins, 1983) especifica, considerando-as como colectividades politicamente definidas e organizadas, capazes de manifestar uma vontade colectiva autónoma.

principalmente de “inevitabilidade da extensão do seu âmbito” – as partes envolvidas utilizam todos os meios de coacção e recursos disponíveis para vencer uma disputa (entenda-se aqui “disputa” como uma forma de “abrandar” a concorrência). A Estratégia toma, assim, um lugar entre as ciências humanas e pode ser considerada uma ciência da actividade, uma praxeologia.

Nas palavras do autor, «a Estratégia é uma arte, que requer a intuição e o estilo, a inspiração e o génio, que nesta, como nas outras artes, distinguem os grandes praticantes. É aqui, ao nível da aplicação, que se conjugam os «adquiridos» do conhecimento, com os elementos de imprevisto, risco, e cunho pessoal, indissociáveis da estratégia.» (Martins, 1984, p. 112).

Ora, entre as definições de autores de diferentes épocas, a Estratégia tem implícito uma orientação para a conquista de objectivos. Um escritor grego do século IV a.C., Xenophon de Atenas, esboçou uma das primeiras definições de estratégia, referindo que “Estratégia significa conhecer a empreitada que se quer levar adiante”.

A variedade de definições de estratégia evoluiu não só no contexto temporal, como também sob a perspectiva de distintas áreas de estudo. Hambrick (citado em Serra & Ferreira, 2012) comenta que os sectores da sociedade possuem peculiaridades que interligam a estratégia e, adicionalmente, esta possui um carácter multidimensional. Do conjunto de definições apresentadas, de âmbito político-militar e empresarial (na investigação de Serra & Ferreira (2012)), a Estratégia é vista como uma arte ou uma capacidade de seleccionar a melhor ou as melhores alternativas que visam a consecução de determinados fins – considerando os recursos disponíveis, e explorando as condições envolventes, internas e externas, contornando antagonismos, obstáculos e desafios.

Cabe salientar que a estratégia é um instrumento ao serviço da política, intrínseco a esta, que lhe compete definir os fins e decidir o quadro geral da acção, enquanto a táctica escolhe os meios e as formas de os utilizar.

Uma estratégia pode e deve ser cuidadosamente planeada, sem ser demasiado detalhada e inflexível, gerando soluções alternativas que visem atingir objectivos, com capacidade de aceitar correcções que decorram de acontecimentos e mudanças, já que se trata de uma dialéctica de vontades (Martins, 1984).

1.2. A CIDADE – UM CONCEITO INACABADO

Houve sempre uma grande dificuldade para encontrar uma definição clara e universal de cidade, apesar das várias tentativas de autores dos mais diversos quadrantes do conhecimento (como a geografia, a economia, a sociologia, a arquitectura, a política ou a filosofia, entre outras). Uma definição consensual nunca foi aceite. Talvez por que, as cidades assumem variadas formas e funcionalidades no espaço e no tempo.

É sabido que a amplitude e a difusão do tema sobre cidades é extraordinariamente vasto para se enquadrar com simplicidade e ter uma única interpretação; pois cada cidade contém diferentes dimensões na sua morfologia e funcionalidades.

O Nobel, John Steinbeck, no seu livro *A Pérola* de 1948, apresenta uma definição de cidade:

(...) é um pouco como um animal colonial. Uma cidade possui um sistema nervoso, cabeça, ombros e pés. Uma cidade é uma coisa separada de todas as outras cidades, de modo que não há duas cidades iguais. E uma cidade tem uma emoção própria. (Steinbeck, 1948, p. 23).

Historicamente podem ser distinguidas três tipos de cidades consagradas: a polis grega que pela sua herança, assimilada pela civilização romana, originou a cidade pública, a *civitas* romana; seguindo-se a cidade oriunda da civilização anglo-saxónica e, por fim, a cidade muçulmana. Porém, no mundo contemporâneo há uma outra cidade que culmina do cruzamento das anteriores – identificada como a cidade moderna – lugar actual da vida quotidiana em que as dinâmicas se cruzam e se fundem e têm continuidade. É a cidade fruto do aglomerado antigo de outras culturas e épocas, unida às novas formas de desenvolvimento urbano.

A polis grega, definida por Aristóteles,

es cierto numero de ciudadanos de modo que debemos considerar a quién hay que llamar ciudadano y quien es el ciudadano... (...) llamamos, pues, ciudadano de una ciudad al que tiene la facultad de intervenir en las funciones deliberativa y judicial de la misma, y ciudad em general, a un numero tal de estos ciudadanos que baste para la suficiencia de la vida³ (Goitia, 1955, p. 30).

demonstra uma conotação política e organizativa que caracterizava a polis grega como uma Cidade-Estado, através do número de cidadãos numa simbiose em que o Estado era a cidade e a cidade o Estado. Como é sabido, na Antiga Grécia, as várias cidades - estado detinham uma mesma cultura entre si, diferindo em questões políticas que se queriam independentes, tal como as suas comunidades.

As polis adquiriram particular importância pela sua dimensão política e sistema de diálogo – as conversações eram realizadas no espaço *Ágora*, um dos espaços mais importantes da cidade, sede da tertúlia política, em que também se estabeleciam contactos, discussões e relações comerciais⁴ (Goitia, 1955).

A cidade anglo-saxónica, ao contrário da polis grega, era considerada a cidade “silenciosa” ou reservada, centrada e direccionada para o interior, para a vida doméstica, declinando-se do exterior. Uma cidade interiorizada, cujo *habitat* se manifestava pela intimidade da casa, emoldurada por tectos e paredes, com o campo a servir de elemento isolador, e com as condições climáticas de baixas temperaturas e precipitação do Norte da Europa a reforçarem o recato.

As cidades anglo-saxónicas, com menos urbanidade que as polis gregas, tinham as *towns* – um vocábulo com origem no antigo inglês *tūny* e do antigo teutónico *tūnozy* (que significa recinto fechado) correspondente a uma casa ou a uma granja. Trata-se,

³ Tradução livre da autora: é um certo número de cidadãos de modo que devemos considerar quem deve ser chamado de cidadão e quem é o cidadão... (...) Chamamos, pois, cidadão de uma cidade ao que tem a facultade de intervir nas funções deliberativas e judiciais da mesma, e cidade em geral, a um número tal destes cidadãos que baste para a suficiencia da vida (Goitia, 1955: 30).

⁴ Ainda que o espaço *Ágora* seja o mais relevante pela sua distinção e funcionalidade nas cidades-estados, faziam parte do complexo citadino outros espaços importantes – como a Acrópole, destinada à religião, e as zonas residenciais e rurais.

portanto, de uma concepção agrária e não política, como ocorria nas polis. A História dita que as densidades populacionais deste tipo de cidades, anglo-saxónicas, nunca foram muito elevadas; pois as construções eram conservadas de modo independente; isto é, próximas, mas não adjacentes. No centro das *towns* figurava um espaço grande e vazio denominado de *common*, que mais não era do que uma parte do campo preservada e enquadrada convenientemente no espaço, para ser utilizada para o gado, uma área interior que se destacava como elemento diferenciador de enobrecimento e de valorização da paisagem.

Por sua vez, a cidade muçulmana apresenta-se marcada pela religião e pela sua reserva intimista; tanto é assim, que a casa é caracterizada nos versículos 4 e 5 do capítulo XLIX do Alcorão: «o interior da tua casa – disse Maomé – é um santuário: os que o violam chamando-te quando estás lá dentro, faltam ao respeito ao intérprete do céu. Devem esperar que saias dali: exige-o a decência» (Goitia, 1955, p. 33). O que sugere uma protecção da intimidade, da vida privada como se a casa fosse um recinto hermeticamente fechado ao exterior, inclusive, dotando-a de um aspecto camuflado.

A cidade muçulmana funciona como um labirinto de ruas e vielas estreitas e sinuosas, com muros e alturas de paredes que envolvem e tornam sombrias as casas escondidas no seu interior. É uma cidade sem fachadas e sem espaços abertos, respirando secretismo pelo carácter estático-religioso que se manifesta na sua própria fisionomia. A casa é o elemento central que ofusca a vivência exterior, constituída por pátios interiores em que a vida doméstica se organiza e a privacidade se encerra.

Nestas cidades, a “praça pública”, centra-se no pátio da mesquita, mas como espaço para a meditação, ao contrário das cidades clássicas⁵ cuja envolvência está ligada à expansão social. Nas cidades muçulmanas não há prevalência nítida, visível, da vida doméstica, e menos ainda da vida pública. O único elemento da cidade que proporciona bulício humano é o *souk*, o mercado ou o bazar; que obedece a uma necessidade funcional indissociável, repleta de uma aparente desorganização

⁵As cidades clássicas ou mediterrâneas, como a polis grega, como referido anteriormente, apresentam o seu elemento diferenciador – a praça, uma entidade urbana aberta, que se assume como um lugar de conversações, discussões, oratórias e eloquência. São cidades públicas, civis, exteriorizadas, ou seja, a vivência é no exterior e o verdadeiro *habitat* é representado pela praça e pelas ruas adornadas pelas fachadas das casas.

comercial, mas paradoxalmente regida com ordem pelas transacções que ali se realizam. Assim é a cidade muçulmana – funcional, despojada de dinamismo urbano, de espaços de convívio e diversão, de estádios, circos, de teatros e anfiteatros, com a religião, o islamismo, a imperar nos mais recônditos espaços da vida.

No entanto, há um elemento diferenciador – as termas, que se apresentam como espaços modestos e estritamente direccionados para os banhos públicos, os *hamman*. Estes são reveladores das relações sociais e, apesar do seu carácter reservado e dedicado à higiene, funcionam como ponto de encontro dessas relações sociais. A fórmula da cidade muçulmana consiste na organização de dentro para fora; isto é, da casa para a rua, com a casa a ditar a ordem de funcionalidade do exterior, de modo subreptício, com ruas e ruelas sinuosas e labirínticas. Ao contrário da cidade ocidental, em que a casa se adaptou aos traçados previamente estabelecidos, as cidades islâmicas sustêm uma espécie de equilíbrio temporal sem evolução, com numa sociedade conformada, em que a noção abstracta do bem comum não se encontra desenvolvida. Os indivíduos não manifestam deveres para com a sociedade, mas fomentam uma ligação a poderes ultra-terrenos, asfixiando a sociedade e a política pelo peso da religião.

As ruas da cidade muçulmana são limitadas, no sentido em que dentro das medinas (a maior parte de grande dimensão), apenas algumas ruas são de real circulação e ligam as principais portas e relacionam *souks*; as demais, as ruas dos bairros, funcionam como um emaranhado que não conduzem a nenhum destino, a nenhum lugar em concreto. Neste cenário, os *adarves*, do árabe *darb*, não eram mais do que estreitas ruelas sem saída que terminavam em becos, fechados por uma porta com acesso para as casas e de onde, quando a disposição o permitia, saíam pequenas ramificações de acesso a outras casas, transformando uma parte pública da cidade num intricado labirinto, privado, interiorizado e íntimo. (Goitia, 1955). Com esta base, e de acordo com Goitia, forma-se o triplo conjunto árabe-judeu-cristão que é o esboço da configuração das cidades da Península Ibérica.

A cidade moderna, por sua vez, resulta da junção de pedaços de cidade de diferentes civilizações, recriados ao longo da história e do próprio desenvolvimento da cidade e do seu território.

A cidade moderna caracteriza-se pela sua performance funcional, modificando essencialmente a partir da Revolução Industrial; altura em que se fomentaram dicotomias sociais. Como refere o autor Lewis Mumford (citado em Goitia, 1955), houve dois elementos considerados fundamentais na génese da cidade muçulmana – a fábrica e o *slum*, a par com o imperativo da produção e do benefício económico.

Nesta cidade de fase paleotécnica⁶, as classes sociais abandonam os centros conquistados pela indústria e pelo comércio para se fixarem nas periferias, com a perspectiva de uma melhor qualidade de vida. Porém, para compensar a desagregação e revitalizar o centro das cidades que se transfigurou aquando do encerramento de estabelecimentos comerciais, criaram-se espaços de rejuvenescimento com o intuito de recriar a antiga função do *Ágora*, através da construção de edifícios culturais ou de actividades de ócio, que mais não fazem do que galvanizar uma vida urbana que se dilui. (Goitia, 1955).

A cidade moderna é assim, um produto do seu passado histórico, entrelaçado por novas formas de vida do capitalismo e da tecnologia; dais quais emergem especificidades próprias, provenientes dos vestígios deixados pelos antepassados. Mas se há territórios, cidades, que segundo a sua evolução peculiar resistiram e evoluíram ao longo dos tempos, também há os menos resistentes que se desintegraram com facilidade, pelos efeitos acelerados da modernidade e da globalização.

A cidade moderna constitui-se pela desintegração; afinal, não é exactamente uma cidade pública do ponto de vista clássico, e também não é uma cidade doméstica, campesina, ou sequer uma cidade embrenhada de espiritualidade como a cidade muçulmana; é, antes de mais, uma cidade fragmentada, caótica e dispersa.

⁶ O autor Lewis Mumford do século XXI distingue três etapas históricas do desenvolvimento da técnica na civilização humana: eotécnica (séculos X até XVII), paleotécnica (séculos XVII até ao século XX) e neotécnica (iniciada no século XX). A primeira tem que ver com a origem da máquina, as primeiras inovações e criações que serviram de base para o desenvolvimento mecânico. A segunda fase, a paleotécnica, a qual o texto faz referência, diz respeito à consolidação e sistematização dos grandes avanços já realizados. Originada no período da Revolução Industrial, transformou formas de pensar e meios de produção em que o carvão é fonte de energia e o ferro o material mais resistente, provenientes da exploração de minas. A última fase, a neotécnica, representa a autêntica mutação de desenvolvimento sem precedentes; há um cúmulo de tecnologia que se desenvolve a cada instante.

Compreende áreas indescritivelmente congestionadas, com zonas que se diluem por lugares circundantes originando, em muitos casos, a inexistência de relações. Por um lado, por asfixia e, por outro lado, por desconexão. Como refere Chueca Goitia (1995): “O homem, na sua vida diária, sofre estímulos tão contraditórios que, ele próprio, à semelhança da cidade que habita, acaba completamente desintegrado” (p. 46).

Ao observar diferentes territórios é possível encontrar especificidades próprias e apesar das semelhanças do ponto de vista das infra-estruturas, equipamentos e actividades, cada território destaca-se pela sua especialização. Isto é, a sua função principal sobressai tornando-o diferenciador entre os demais.

A função político-administrativa é, por excelência, a actividade que caracteriza qualquer cidade; em particular, a cidade capital de um Estado por ser o centro de decisões políticas, económicas e sociais. Contudo, há cidades com funções diferentes ou cumulativas com a função político-administrativa. Histórica e economicamente, poder-se-á dizer que a cidade nasceu de um aglomerado populacional em razão de uma ou mais funções elementares: o comércio, a indústria e a defesa. A função de cidade-mercado é a que se encontra na origem da maioria das cidades; é alimentada pelo sistema de economia de troca, fomentado por vias de comunicação em cujos nós (ou seja, cruzamentos dessas vias), se construíram as cidades que se desenvolveram ao longo do tempo. (Antoine, 1963). A partir dos contínuos fluxos de comunicação e de transacção comercial, a dimensão dos aglomerados populacionais aumentou e as cidades acabaram por se auto-alimentar da sua organização e gestão, gerando o seu próprio dinamismo.

As cidades de tipo industrial que surgiram na época da Revolução Industrial, em pouco tempo foram transformadas em autênticas máquinas de produção. Muitas sobreviveram expandindo o seu espaço industrial, fruto da sua capacidade de resiliência e de adaptação à modernidade tecnológica que se perpetuou até aos dias de hoje. Actualmente, estas cidades funcionam como pólos de atracção de indústrias de diferentes sectores económicos.

Uma outra funcionalidade de cidade consiste na esfera comercial. Provavelmente, a cidade comercial é a mais comum, cuja origem remonta à Idade Média com a realização de feiras que ganharam relevo pelo aumento da qualidade dos eventos e periodicidade. A população foi aumentando em aglomerados populacionais de pequena dimensão até se tornarem centros urbanos com relevância económica. Hoje, como outrora, muitas destas cidades reúnem as condições necessárias para as transacções comerciais; em particular, por se encontrarem ou em bifurcações ou nas proximidades de pontos de comunicações e de transportes (rodoviário, ferroviário, aéreo, marítimo e fluvial).

Há, também, cidades com funções centradas em sectores específicos, como ocorre com a cidade-financeira que resulta do culminar de actividades relacionadas com o sistema bancário e financeiro (como seguros e bolsas de valores). Outras, ainda, guardam no seu património arquitectónico e histórico-cultural a função de cidades de defesa – são cidades militares, originárias da Idade Média, construídas no cimo de elevações, embelezadas por castelos e rodeadas de muralhas. Noutras (que também remontam à Idade Média), as edificações como universidades, conventos ou abadias, emanam cultura, continuamente cultivada por centros de estudo e investigação. Neste rol de funções, há as cidades com uma conotação religiosa profunda, transformadas em locais de fé que atraem milhares de peregrinos e geram avultadas receitas, provenientes de serviços de restauração, alojamento, ingressos, etc.. E, há as cidades ligadas exclusivamente ao lazer, divertimento e bem-estar, com características marcantes de funcionalidade turística, não só pelas condições naturais e atmosféricas que apresentam, mas também pelo conjunto de actividades que proporcionam em quaisquer estações do ano.

Apesar das distintas funcionalidades, as cidades desenvolveram-se sob o duplo signo do poder e do progresso, razão pela qual as elites se concentram e fomentam novas funções, orientadas para o progresso intelectual, o ensino e a investigação, e o desenvolvimento económico. A cidade é, assim, um organismo vivo, de complexidade em nada inferior a uma empresa (Antoine, 1963).

Neste entendimento de cidade, vista como um aglomerado urbano com fundações provenientes de uma história político-administrativa e com funções diferenciadoras, fomentam-se interações económicas, sociais, políticas e territoriais.

Como é sabido, os processos de urbanização foram aumentando o perímetro dos aglomerados urbanos; tornando-se inegável que as cidades ultrapassaram o limite do tecido exclusivamente urbano. Deste modo, foram surgindo novas morfologias urbanas com habitações, actividades industriais e comerciais e a extensão da urbanização para áreas rurais envolventes; conferindo às cidades descontinuidades, funcionalidades e multipolaridades. Com uma rede territorial, alicerçada por novas configurações e mobilidades (que encurtam distâncias), emerge o desenvolvimento de aglomerados urbanos. Em simultâneo – e apesar de algumas cidades de dimensão mais diminuta resistirem à perda de dinamismo e de população que tende a abandonar os espaços envolventes ou nucleares – em alguns aglomerados, ocorre um processo de despovoamento (Marques T. S., 1999).

1.3. AGLOMERADOS URBANOS DE DIFERENTES DIMENSÕES

Desde a sua génese fundacional, os aglomerados urbanos transformaram a estrutura e a funcionalidade do espaço como um todo. Um todo caracterizado pela herança dos povos que se adaptaram e imprimiram as suas culturas às estruturas existentes, em consonância com inovações tecnológicas que implementaram – na tentativa de satisfazer as necessidades populacionais e em suma, as urbanas.

Actualmente, as cidades continuam a ser espaços de desenvolvimento das actividades humanas que põe em ênfase a inovação e o fomento da vivacidade colectiva por si criadas; através da criatividade, da inovação e da cultura; procurando um equilíbrio multidimensional.

Este alcance, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos habitantes e de modo sustentável, possibilita a existência de espaços urbanos mais diminutos que também sustentam o dinamismo descrito para as cidades; porém, em menor escala.

Nas palavras de Seixas (2012, Junho 5), a cidade é a obra mais complexa e completa alguma vez construída pelos homens. É:

(...) uma construção contínua de *habits*, de agrupamentos de populações, num determinado espaço geográfico, onde ocorrem relações e intercâmbios da natureza mais diversa: bens, serviços, conhecimentos, simbolismos, afectos, política. (...) sustenta-se em estruturas físicas (...) e em redes de distribuição (. .). As cidades são os grandes pólos verberadores do planeta, os focos de irradiação cultural, os centros de inovação tecnológica, os motores da economia mundial, os leitmotivs de ficção e utopia, os esteios da transformação social.» (Seixas, 2012)

Nesta construção *destrutiva* de cidade, há questões relacionadas com a funcionalidade, mas também com a sua dimensão. Contudo, os critérios de caracterização de um território, de modo a que este possa ser considerado uma cidade, estão longe de gerar consenso. Diferentes territórios esboçam diferentes classificações e muitas derivam de incongruências de ordem demográfica por estarem limitadas às circunscrições administrativas e à análise do espaço geográfico.

Uma cidade, *grosso modo*, pode ser considerada um aglomerado urbano, (como a definição indica), um agrupamento de populações, gerador de dinamismos sociais, culturais e económicos, constituída por infra-estruturas urbanas e equipamentos de utilização colectiva (nomeadamente, nos domínios da saúde, da cultura e do desporto, da justiça, da segurança social, da segurança pública e da protecção civil).

A lei portuguesa, no artigo 13º da Lei n.º 11/82 de 2 de Junho (Regime de criação e extinção das autarquias locais e de designação e determinação da categoria das povoações), actualmente revogada, referia que uma cidade era um aglomerado populacional contínuo, com pelo menos 8 mil eleitores, e possuindo pelo menos metade dos seguintes equipamentos colectivos: instalações hospitalares com serviço de permanência, farmácias, corporação de bombeiros, casa de espectáculos e centro cultural, museu e biblioteca, instalações de hotelaria, estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, estabelecimentos de ensino pré-primário e infantários, transportes públicos, urbanos e suburbanos, parques ou jardins públicos. A lei assumia, no seu artigo 12º, que uma povoação só poderia ser elevada a vila quando, em aglomerado populacional contínuo, albergasse mais de 3 mil eleitores e pelo menos metade dos seguintes equipamentos colectivos – posto de assistência médica,

farmácia, casa do povo, dos pescadores, de espectáculos, centro cultural ou outras colectividades; transportes públicos colectivos; estação dos correios; estabelecimentos comerciais, de hotelaria, de escolaridade obrigatória e uma agência bancária (Lei n.º 11/87 de 2 Junho). Porém, esta lei era omissa em relação aos limites geográficos que podiam constituir mais um critério de definição de cidade ou de vila e no seu artigo 14º considerava que razões de importância histórica, cultural e arquitectónica podiam justificar ou substituir os requisitos enumerados.

Em 2012, a aprovação da Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio (Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica) revogou a Lei de 1982, criando uma lacuna sobre como seria classificada uma cidade ou uma vila; ou seja, é inexistente qualquer legislação que ofereça os critérios, as classificações ou as definições de como um núcleo urbano pode ser considerado cidade.

Assim, como não há um conceito jurídico de cidade, continuam a figurar as autarquias locais como as entidades administrativas e territoriais que detêm a responsabilidade de gerir os aglomerados populacionais.

Segundo o artigo 235º da Constituição da República Portuguesa, as autarquias locais «são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas». (Constituição da República Portuguesa. VII Revisão Constitucional [2005]. Artigo 235º.) No Continente, e perante o artigo 236º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, são autarquias locais os municípios, as freguesias e as regiões administrativas ⁷. (Constituição da República Portuguesa. VII Revisão Constitucional [2005]. Artigo 236º.).

As freguesias constituem a menor divisão administrativa portuguesa e são subdivisões dos municípios e estes são considerados como «uma das instituições mais sólidas e mais duráveis do nosso ordenamento jurídico». (Silva, P.C. & Rocha, J.F., 2017).

⁷ As regiões administrativas estão contempladas na Lei-quadro das regiões administrativas, estabelecendo a organização e o funcionamento das regiões administrativas, mas omitindo o número de regiões e respectiva delimitação. (Lei n.º 56/91).

A aprovação da Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio deveu-se, sobretudo, ao número elevado de autarquias inframunicipais (as freguesias) em Portugal⁸, dando ênfase à agregação destas entidades administrativas inframunicipais e classificou os municípios por três níveis, com base em critérios como a dimensão populacional e a densidade populacional:

- O nível 1 – correspondente aos municípios com densidade populacional superior a 1.000 habitantes por km² e população igual ou superior a 40.000 habitantes;
- O nível 2 – relativo aos municípios com densidade populacional superior a 1.000 habitantes por km² e com população inferior a 40.000 habitantes, bem como municípios com densidade populacional entre 100 e 1.000 habitantes por km² e com população igual ou superior a 25.000 habitantes;
- O nível 3 – respeitante aos municípios com densidade populacional entre 100 e 1.000 habitantes por km² e com população inferior a 25.000 habitantes, bem como municípios com densidade populacional inferior a 100 habitantes por km².

A alínea a) do artigo 8º da Lei 22/2012 refere que a sede de município deve ser preferencialmente considerada como pólo de atracção das freguesias que lhe sejam contíguas, independentemente de nestas se situarem ou não os lugares urbanos⁹.

⁸ O Memorando de Entendimento assinado em 2011 entre o XVII Governo Constitucional Português e a Troika (formada por três elementos, a Comissão Europeia, o Banco Central e o Fundo Monetário Internacional), discrimina um conjunto de objectivos e metas que visam o equilíbrio das contas públicas, uma maior competitividade e o compromisso de redução do défice público. Entre as várias medidas acordadas, a reforma da Administração Local tinha como prioridade a redução significativa de autarquias – um objectivo cumprido pela aprovação da Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio. De um total de 4259 freguesias, a reorganização administrativa territorial agregou 1167 freguesias, perfazendo um total actual de 3092 freguesias.

⁹ O artigo 5º da Lei n.º 22/2012, designa o *lugar urbano* como o lugar com população igual ou superior a 2.000 habitantes. Indica-se como nota que o *lugar* é um dos conceitos utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e refere-se a um aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias.

É sabido que em geral, as sedes dos municípios são coincidentes com os seus núcleos urbanos de maior dimensão populacional e com uma maior concentração de equipamentos colectivos; em suma, muitas sedes de município podiam ser consideradas cidades ou vilas; isto é, se fossem tidos em conta os critérios exigidos pela Lei de 1982.

Em 2002, o Instituto Nacional de Estatística (INE) definiu o conceito de “cidade estatística”, tendo como base a Lei de 1982, mas estabelecendo os limites geográficos (em que a lei era omissa), com os critérios estatísticos que lhe permitiram definir territorialmente os limites das cidades, em parceria e com o aval das Câmaras Municipais. Assim, segundo o INE,

«A cidade estatística é a unidade territorial que corresponde ao ajustamento do perímetro urbano, consagrado nos instrumentos jurídicos de ocupação de solos para a povoação com categoria de cidade, ao perímetro das subsecções estatísticas utilizadas pelo INE na Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) e que a integram.» (INE, Divisão administrativa, 2002).

Em 2011, o INE classificou o território segundo o grau de urbanização – uma tipologia que classifica as unidades territoriais das freguesias, através de critérios de densidade e dimensão populacional, com base na análise da ocupação do espaço, através de uma malha ortogonal de 1x1km referenciada em 2006¹⁰.

¹⁰ Esta tipologia de grau de urbanização refere-se às cidades alvo de monitorização no âmbito do projecto europeu Urban Audit 2012/2013 que no caso português corresponde aos municípios. O Sistema Estatístico Europeu (Eurostat) permite uma harmonização de tipologias que possibilita a apresentação de resultados de operações estatísticas e divulgação de resultados para o conjunto das cidades Urban Audit de cada um dos Estados-Membros.

O projecto Urban Audit é uma iniciativa da Comissão Europeia, implementado pela Direcção-Geral da Política Regional e do Eurostat. Tem como principal objectivo avaliar individualmente cada cidade, por via de indicadores de qualidade de vida e bem-estar e fornecer estatísticas objectivas e comparáveis; entre outros aspectos, no âmbito da demografia, estrutura familiar, habitação, saúde, emprego, actividade económica, rendimento, envolvimento da comunidade, educação, meio ambiente, cultura e turismo. Com este conjunto de estatísticas é possível os centros urbanos realizarem um autodiagnóstico com base em elementos fiáveis e comparáveis com outros centros urbanos participantes. O trabalho é coordenado pelo Eurostat. Tem uma periodicidade de três anos com a

O grau de urbanização engloba as:

- Áreas densamente povoadas, representativas do conjunto de freguesias em que pelo menos 50% da população vive em agrupamentos de alta densidade¹¹.
- Áreas medianamente povoadas, representativas do conjunto de freguesias contíguas que não fazendo parte de uma área densamente povoada, apresentem cada uma, menos de 50% da população a viver em agrupamentos de alta densidade e menos de 50% da população a viver em quadrículas que representam o espaço rural¹².
- Áreas pouco povoadas, englobam o conjunto de freguesias em que mais de 50% da população vive em quadrículas classificadas como espaço rural. (INE, Divisão Administrativa, 2017).

Em 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) classificou o lugar “urbano”, no caso português, considerando as aglomerações de 10.000 ou mais habitantes (ONU, 2011). No Anuário Demográfico de 2013 da ONU, a área “urbana” seria definida em conformidade com as características populacionais próprias de cada país e para Portugal esta correspondia a localidades com 2.000 ou mais habitantes; com a indicação que mais de 60% da população portuguesa residia em espaços considerados urbanos (ONU, 2013). Esta quantificação de área urbana pressupõe que as áreas não urbanas, isto é, as áreas rurais, têm menos de 2 mil habitantes.

Em 2014, o INE classificou tripartidamente as freguesias segundo o grau de urbanização, de modo semelhante aquando de 2009, mantendo as áreas predominantemente urbanas (APU), as áreas medianamente urbanas (AMU) e as áreas predominantemente rurais (APR).

publicação no Eurobarómetro “Qualidade de Vida nas Cidades Europeias”, com o intuito de obter a opinião dos cidadãos europeus sobre a qualidade de vida da cidade. (DGT, 2017).

¹¹ Os agrupamentos de alta densidade definem-se por agrupamentos de quadrículas contíguas (células) com 1 km², com densidade populacional igual ou superior a 1500 habitantes por km² e possuindo, no seu conjunto, uma população total de, pelo menos, 50 mil habitantes.

¹² O espaço rural é representado por quadrículas fora dos agrupamentos urbanos; estes, correspondem a um conjunto de quadrículas contíguas com 1 km², com densidade populacional igual ou superior 300 habitantes por km² e possuindo, no seu conjunto, uma população total de, pelo menos, 5 mil habitantes.

Nesta classificação, define e calcula a população urbana como a população residente em APU e identifica e delimita as áreas urbanas com designação própria, enquanto conjuntos de freguesias de classificação APU contíguas, confinadas ao limite do município (INE, Tipologia de Áreas Urbanas, 2014).

O Glossário do Desenvolvimento Territorial definiu as áreas rurais por terem uma densidade demográfica relativamente baixa e sem cidades de dimensão significativa. Apesar de a agricultura desempenhar um papel fundamental, estas áreas têm como base económica fontes de rendimento cada vez mais diversificadas, nomeadamente, o turismo rural, as actividades industriais de pequena escala, a economia residencial (atração de reformados), a produção de energias renováveis, etc. Algumas são multifuncionais e outras estão próximas de áreas metropolitanas e de grandes cidades em virtude da melhoria em infra-estruturas e comunicações. A área urbana é considerada como uma área fisicamente integrada numa cidade de grande ou média dimensão com determinadas características, nomeadamente uma elevada percentagem de superfície construída, densidade de população e de emprego e redes de infra-estruturas de transportes e outras (por oposição às áreas rurais). (DGOTDU, 2011).

As áreas urbanas, como a definição acima indica, estão integradas em cidades consideradas de grande ou média dimensão; ainda que não sejam especificados intervalos de valores para as classificar. Ao serem consideradas estas concepções, de cidade média ou grande, estas podem funcionar como pólos de atracção ou de ligação para áreas rurais.

Em termos quantificáveis, há organizações internacionais que diferem no estabelecimento de um critério quantitativo uno. As Nações Unidas, por exemplo, determinaram que uma cidade média é composta por um aglomerado populacional entre os 100 mil e os 2 a 3 milhões de pessoas. Num Congresso Ibero-Americano de Urbanismo, realizado em Pamplona, em 1996, estabeleceu-se que “médias” são todas as cidades entre os 20 mil e os 500 mil residentes. A União Internacional de Arquitectos apontou as megalópoles com mais de 8 milhões de habitantes e os pequenos aglomerados os que têm menos de 20 mil habitantes. A Comissão Europeia definiu em 1998 que as cidades de pequena dimensão teriam menos de 100 mil habitantes, as médias apresentariam entre 100 mil e 250 mil habitantes e as cidades grandes mais de 250 mil residentes. É preciso notar que esta classificação deve ser

adaptada à realidade do país. Neste sentido, considera-se que uma cidade média, em Portugal, terá entre 20 mil e 100 mil residentes. (IMT, 2014, pp. 29-30). O que implica que uma cidade pequena terá menos de 20 mil habitantes no sistema urbano português.

A OCDE e a Comissão Europeia classificaram as cidades por dimensão, considerando os centros urbanos e a identificação de quadrículas contíguas de alta densidade populacional igual ou superior a 1500 hab/km² (Dijkstra & Poelman, 2012). Desta metodologia, as cidades foram classificadas como se visualiza no quadro que se segue:

Quadro 1.1. Dimensão dos Centros Urbanos na População

Designação	Habitantes (número)
S	50 000 – 100 000
M	100 000 – 250 000
L	250 000 – 500 000
XL	500 000 – 1 000 000
XXL	1 000 000 – 5 000 000
Global City	Mais de 5 000 000
Fonte: Reelaboração a partir de Dijkstra & Poelman, 2012.	

No continente português, em 2018, e segundo o INE, existiam 146 cidades que albergavam cerca de 4,2 milhões de pessoas; isto é, 60% da população portuguesa residia em cidades. Contudo, observando os 278 municípios do continente, 164 tinham menos de 20 mil habitantes; ou seja, 59%. Se observarmos os municípios com mais de 50 mil habitantes, a percentagem é apenas de 20,5%, localizados essencialmente na faixa litoral de Portugal Continental, totalizando mais de 6,5 milhões de habitantes.

Em Portugal, nos anos 60 e 70, a noção de cidade média correspondia a um aglomerado com mais de 20 mil habitantes. Com os fenómenos caracterizados pela globalização e internacionalização surgiu uma diferenciação ao nível das realidades urbanas, com uma conseqüente reconfiguração de morfologias do sistema urbano português. Nos finais dos anos 80, todas as cidades, independentemente da sua dimensão, começaram a ter um papel importante no contributo para o desenvolvimento da economia mundial. É por essa altura (finais de 80 e inícios de 90) que se acentuou o interesse pelo fenómeno urbano e pelas variantes do território, nomeadamente, a expansão e fragmentação dos aglomerados de núcleos urbanos que passaram a ter uma leitura diferenciada. Com uma litoralização e metropolização mais acentuada e com assimetrias de desenvolvimento urbano no interior do país, com algumas concentrações populacionais que se revelaram de grande importância na definição de um sistema urbano equilibrado, as cidades médias¹³ surgiram como elementos dinamizadores com capacidade para colmatar as desigualdades territoriais. As cidades médias são, portanto, aglomerações urbanas de dinamismo populacional, cultural, social e económico que contrariam a polarização bicéfala das áreas metropolitanas e equilibram o sistema territorial nacional, constituindo-se como espaços de articulação privilegiada entre políticas nacionais e locais, garantindo equidade e coesão social económica e territorial. Neste sentido, as cidades médias são espaços atractivos de iniciativas e emprego, que funcionam como âncoras para o desenvolvimento de territórios de proximidade e influência.

1.4. TERRITÓRIOS COM BAIXAS DENSIDADES POPULACIONAIS

A densidade urbana representa um indicador que pode ser construído com base em relações diversas, tais como o número de habitantes, o número de fogos, as superfícies construídas e pavimentadas e as funções de ocupação do solo. Por ser comum a percepção do conceito de densidade urbana, esta é debatida essencialmente por dualidade de alta ou baixa densidade e associada a modelos de ocupação urbana distintos.

¹³ A terminologia de “Cidade Média” foi introduzida em Portugal em 1994 pelo PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais).

De acordo com Gillham (2002) a densidade populacional com menos de 25 habitantes por quilómetro quadrado é geralmente considerada como baixa densidade, apesar de ser considerado um valor de referência, através do modelo norte-americano e australiano. Alguns países têm na sua agenda o papel da criatividade e da inovação como forças motrizes para o desenvolvimento de aglomerados de baixa densidade, reconhecendo que a atenção com a cultura e a regeneração dos territórios tem sido mais incisiva em cidades centrais. De igual modo, evidenciam o equívoco de que os aglomerados populacionais de menor dimensão não têm um papel a desempenhar no dinamismo territorial; ainda que a natureza urbana das indústrias criativas seja complementada pelo papel cada vez mais importante no desenvolvimento económico das áreas rurais (Gillham, 2002).

Assim como ocorre com o conceito de cidade, também não existe uma classificação universal para o conceito de territórios de baixa densidade. Neste sentido, têm sido adoptados critérios distintos que se centram na densidade populacional ou no rendimento *per capita* de cada território (em específico, nos territórios municipais). Não obstante, as baixas densidades não representam um fenómeno deste século. Desde a fundação de reinos até à actualidade, os territórios de baixa densidade sempre estiveram presentes na estrutura do sistema urbano e, de acordo com a época, as políticas adoptadas centraram-se em fins específicos, nomeadamente a defesa do território. A defesa, vista como um dos critérios mais notórios para fortificar as baixas densidades populacionais das regiões de fronteira, com a pretensão de atrair e fixar população, através de privilégios e regalias sociais favoráveis (Marques & Silva, 2009). O principal objectivo dos monarcas era gerir uma região fortificada que fosse suficientemente robusta para defender a independência e a integridade nacionais.

Segundo o Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (União Europeia, 2008), os territórios do interior do país estão associados a territórios de baixa densidade; caracterizados, essencialmente, pelo factor demográfico diminuto. São territórios que se apresentam com uma baixa densidade urbana, reduzida dimensão dos seus centros urbanos que – apesar de possuírem melhorias nas infra-estruturas, comunicações e equipamentos – continuam a perder competitividade e manifestam uma baixa densidade institucional, pela diminuição do número de instituições. Segundo o Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve, todos os territórios podem ter os seus recursos próprios e o cerne da

questão é encontrar as modalidades adequadas e capazes de valorizar esses recursos, dinamizando as comunidades que têm responsabilidade na sua gestão e qualificando o conjunto complexo. (Freitas, 2002, p. 4). Os territórios de baixa densidade são, portanto, aqueles em que prevalecem índices inferiores à média nacional, relacionados com a educação, como baixos níveis de qualificação; uma saúde com poucos recursos humanos no que diz respeito a médicos, enfermeiros, meios de diagnóstico e demais equipamentos; baixa natalidade, escassa população potencialmente activa e imigração; baixos vencimentos e diminuto valor acrescentado bruto no sector secundário. São descritos por indicadores que apresentam índices negativos em relação à média nacional que, em alguns casos, reforçam a negatividade da região, seja em termos demográficos ou socioeconómicos (Ramos, 2007).

O processo de expansão desordenada do sistema urbano português, com uma débil organização espacial, conduziu à produção de um conjunto de problemas e assimetrias de base territorial e são disso exemplo, a configuração de espaços de territórios de baixa densidade. Em Portugal, estes territórios são caracterizados pela persistência de problemas estruturais. Em geral, apresentam um tecido económico frágil, com níveis mínimos de empregabilidade, uma elevada emigração da população potencialmente activa e elevado índice de envelhecimento, baixas densidades populacionais e institucionais. (Marques & Silva, 2009).

As vulnerabilidades e ameaças nestes territórios resultam de características do tecido institucional local que podem estar associadas a dimensões de âmbito nacional, mas que têm influência directa sobre estes espaços. São essencialmente as baixas qualificações e a sua desadequação face ao mercado de trabalho; são os mais qualificados destes territórios que saem por processos ou de emigração ou de mobilidade para outras áreas do país; é a reduzida participação cidadã que contribui para um cenário de fragilidade de organização colectiva (igualmente associada a populações menos escolarizadas e mais envelhecidas); é o défice de lideranças individuais e institucionais que reflecte o predomínio de organizações de pequena dimensão, tanto privadas como públicas e associativas; é a incapacidade de os actores destes territórios influenciarem políticas nacionais, seja pela fragilidade do tecido institucional, seja pela perda de representatividade demográfica.

No que diz respeito às dimensões de âmbito nacional que produzem grandes impactos em termos de ameaças e vulnerabilidades, destacam-se as políticas públicas sectoriais e centralizadas e pouco direccionadas para a promoção do empreendedorismo e para uma reorganização coordenada da rede de serviços públicos. Um exemplo amplamente divulgado pelos meios de comunicação social é o encerramento de serviços de saúde, de educação e de justiça, de forma descoordenada, demonstrativo da incapacidade do Estado em resolver problemas de fundo relativamente aos territórios de baixa densidade.

No âmbito das potencialidades e oportunidades cabe aos territórios de baixa densidade a capacidade de atrair, estabelecer e retirar partido de relações com indivíduos, agentes económicos e comunidades de outros territórios. O estudo realizado pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, coordenado pelo professor Luís Ramos, especialista em planeamento regional e ordenamento do território, teve como objectivo uniformizar o conceito de território de muito baixa densidade com base em 15 variáveis que se relacionavam com os perfis territorial, demográfico, de povoamento, socioeconómico e de acessibilidade. Neste sentido, os territórios de muito baixa densidade foram caracterizados como: marcadamente rurais, vulneráveis a adversidades climáticas, com uma significada população envelhecida e em contínua perda, povoamento escasso e disperso, e com uma acessibilidade decrescente aos principais serviços e bens públicos. Estes problemas foram identificados no interior do país e em alguns territórios considerados de transição, por estarem mais próximos do litoral. De facto, aproximadamente "dois quintos" do território continental apresenta problemas sérios de baixa densidade, não só demográfica, mas também económica e de acesso a bens e serviços fundamentais (Ramos, 2007).

O mundo rural encontra-se num período de mudança, procurando o aproveitamento dos recursos endógenos, a competitividade, a sustentabilidade e a coesão económica, social e territorial que se impõem como factores cruciais para definir formas de intervenção adequadas a cada território. (Silva, Lima, & Chamusca, 2010).

O enquadramento conceptual dos territórios de baixa densidade origina-se em aspectos demográficos, económicos, urbanos e relacionais – em relação aos quais se detectam a escassez e a fraca diversidade de actividades económicas, a elevada taxa de desemprego, uma insuficiente dimensão da maior parte dos centros urbanos mais próximos, a existência de diminutas redes de parcerias e taxas de participação de envolvimento da população. Não obstante, os territórios de baixa densidade em Portugal, e como referido, são caracterizados pela persistência de problemas estruturais, como a população envelhecida que se encontra assimetricamente distribuída e apresenta elevados índices de desqualificação e desclassificação. Estes problemas são igualmente transversais a outros sectores, como a especialização em sectores tradicionais com dificuldades competitivas que resultam, na sua maioria, de modelos de negócios esgotados e de dificuldades de reestruturação e modernização. A dificuldade de resposta agrava-se devido à existência de um tecido empresarial fraco, com incapacidade de empreendedorismo e de inovação nas infra-estruturas de apoio às actividades económicas (Covas, 2007); pela escassez de actores e défice de cultura de cooperação (Bosse, Philips, & Harrison, 2009).

O território pode ser caracterizado como um espaço de cooperação entre diferentes actores, numa dada dimensão territorial, com o objectivo de conceber processos de criação de recursos sociais e económicos, com o propósito de resolver problemas e apontar soluções. (Pecquer, 2000). Do mesmo modo, é no espaço geográfico que é possível mobilizar vontades e intenções, potencializar o desenvolvimento local, enquanto processo de mudança social, dinamizado por expectativas territorialmente localizadas e geradoras de cidadania social (Pires et al, 2006, p. 437). Isto significa que o território possui uma identidade, caracterizada pelo fenómeno dinâmico entre o capital territorial tangível e as interacções sociais, económicas, e tecnológicas, bem como pela vertente política que se constitui como a principal responsável por definir a estratégia territorial (Gouveia, 2004).

Em nações e regiões mais desenvolvidas, as políticas concentram-se na governação local e regional, de modo a serem distribuídas responsabilidades de gestão local entre o Estado, agentes económicos e instituições sociais. Com estratégias definidas para desenvolvimento de políticas sectoriais e locais, economicamente sustentáveis, a configuração territorial é regulada e governada a partir da descentralização de decisões de carácter socioeconómico (Harrison, 2007, p. 312).

É nesta vertente que, no século XXI, os factores determinantes das políticas públicas territoriais são constituídos: pela qualidade das condições envolventes (infra-estruturas, conhecimento, ambiente, segurança, mobilidade) e pela sua consistência social, técnica e cultural (em que se incluem o património, a inovação e a difusão) (Mateus, 2005, p. 86). O desenvolvimento económico do território, na perspectiva apresentada, concebido como um sistema de acções cujo objectivo assenta na melhoria do desempenho dos factores endógenos (Angeon & Vollet, 2004, p. 3) determina uma forma alternativa de desenvolvimento regional, reforçando não só o desenvolvimento endógeno, mas também a emergência de novos modelos de desenvolvimento territorial, que centram o desenvolvimento no potencial de cada território, em colisão com antigos modelos de base exógena. (Friedmann & Weaver, 1980).

Neste sentido, a avaliação do desenvolvimento deverá estabelecer-se em função do bem-estar da população que trabalha e vive nesses espaços, em conjugação com os progressos estruturais. Estes progressos abrangem uma diversidade de áreas relacionados com as actividades económicas e a eficiência de redes de equipamentos e serviços gerais de suporte à actividade empresarial e à qualidade de vida, em que a saúde e a educação ocupam lugar relevante (Mateus, 2005).

Segundo (Capello, 2006, p. 757) o desenvolvimento poderá resultar de diversos processos territoriais:

- Processo competitivo – baseado na qualidade e quantidade de recursos existentes, inovação de processos e produtos, tecnologia e conhecimento disponíveis;
- Processo sociorelacional – através de recursos não materiais desenvolvidos territorialmente que estimulam a criação de conhecimento, aprendizagens e a intervenção de actores locais;
- Processo Territorial e Espacial – constituindo o território um factor de produção autónomo e não apenas um mero local geográfico;
- Processo Interactivo – fomento das relações entre a economia local, regional, nacional e internacional;
- Processo Endógeno – determinado pela trajectória de como o sistema de produção local reage aos estímulos externos.

A classificação apresentada por Capello engloba aquilo que, de forma mais prosaica e resumida, podemos aglutinar para o desenvolvimento do território: combater os desequilíbrios espaciais ou assimetrias regionais, aproveitar os recursos e as potencialidades endógenas dos territórios, promover o ordenamento do território, assegurar as respectivas condições ambientais e garantir a participação dos cidadãos na resolução dos seus problemas.

Sobre a desruralização, Álvaro Domingues refere a perda da economia agrícola tradicional, das tradições e dos costumes e a transformação da própria paisagem. A desruralização em Portugal é intensa, deixa marcas nos territórios que se esvaziam continuamente de pessoas, ficando os mais velhos e a insistência de discursos utópicos que sonham com cenários idílicos ou ressabiados, sem apresentação de soluções na perspectiva de estratégias de futuro e de concretização. O investigador entende que é preciso dar resposta aos problemas destes territórios, nomeadamente amparar os que mais precisam, como os idosos, e não confundir o término da ruralidade com programas turísticos de aldeias típicas e nostálgicas mal resolvidas (Domingues, 2015).

Num patamar um pouco diferente, João Ferrão menciona a interioridade localizada no e pelo Interior, caracterizada por questões demográficas, sociais e económicas. Um fenómeno que resultou do contexto de modernização que favoreceu o litoral nos finais dos anos 50 e início dos 60 do século XX, alicerçado por um conjunto de políticas de desenvolvimento de natureza física que surgiram para inverter ou colmatar as falhas da “interioridade” (sem efeito). Nesta perspectiva, adiciona outra dicotomia sobre as visões voluntaristas de repovoamento e as profecias sobre a inevitabilidade do despovoamento generalizado do interior. Entende que o “interior” é visto como um território uniforme, pautado por uma realidade global e homogénea; razão pela qual devem ser criados novos conceitos e visões inovadoras que superem este antagonismo – litoral *versus* interior e repovoar *versus* abandonar. (Ferrão, 2015).

A Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria – CIC Portugal 2020 – aprovou em Julho de 2015 uma alteração sobre a Deliberação relativa à classificação de 165 municípios considerados de baixa densidade. Para efeitos de

aplicação de medidas de diferenciação positiva no âmbito do Portugal 2020¹⁴, houve a necessidade de dar uma maior atenção aos territórios de baixa densidade através da abertura de concursos específicos, que incluíam critérios de bonificação na apreciação de candidaturas e majoração em taxas de apoio. No âmbito de regulamentação do Portugal 2020 e não existindo nenhuma definição legal única para o conceito de territórios de baixa densidade, a CIC adoptou um sistema multicritério – considerando a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidade. Através destes critérios, foram identificados 164 municípios e 73 freguesias de baixa densidade (que não se localizam em municípios de baixa densidade) (Portugal 2020, 2015).

A título informativo, menciona-se que foram abertos quatro concursos específicos para projectos localizados em territórios de baixa densidade, nomeadamente: Sistema de Incentivos à Qualificação das PME, Sistema de Incentivos à Internacionalização das PME, Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva e Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo Qualificado e Criativo que terminaram em 2015. Os dois últimos concursos (Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva e Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo Qualificado e Criativo) tiveram uma majoração de 10 pontos percentuais de taxa de apoio para os projectos localizados em territórios de baixa densidade. Neste contexto, aquando da criação do sistema multicritério para efeitos de regulamentação do Portugal 2020, o indicador de maior relevância foi a densidade populacional, assumindo um peso de 50% no conjunto de todos os indicadores considerados. Foram ainda tidos em conta mais 5 temas, com uma importância de cerca de 10% cada um, caracterizados por indicadores – nomeadamente, características físicas do território através do uso do solo, demografia por meio da variação populacional, do peso dos idosos e dos jovens na pirâmide demográfica, tipo

¹⁴ O “Portugal 2020” é o Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a actuação de 5 fundos estruturais e de investimento europeus – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo de Coesão, Fundo Social Europeu (FSE), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) que se encontram alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo prosseguindo a Estratégia Europa 2020. Portugal receberá um total de 25 mil milhões de euros entre 2014 e 2020.

de povoamento por via da importância relativa da população rural e da população urbana, características socioeconómicas relacionadas com o rendimento médio mensal ou o peso da população que concluiu o terceiro ciclo do ensino básico e, acessibilidades, ou seja, as condições de acesso à sede do Concelho, à capital do distrito ou à capital regional. Os Concelhos com densidades populacionais com valor inferior a 25 habitantes por km² são automaticamente incluídos. (Sibec, 2015).

1.5. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E O PLANO ESTRATÉGICO

Antes de mais, é necessário assinalar que o planeamento estratégico direccionado para os territórios, em especial para as cidades, é um instrumento territorial relativamente recente. Só na última década do século passado passou a figurar em núcleos urbanos com visibilidade; até então, era considerado um conceito quase exclusivamente empresarial. O planeamento estratégico consistia fundamentalmente na definição de objectivos e metas empresariais a longo prazo e na apresentação de estratégias com grandes objectivos predefinidos.

Ao longo dos anos, os diferentes processos de planeamento estratégico empresarial foram reconfigurados, apresentando uma estrutura mais complexa e resultados mais eficazes; isto é, melhores soluções e maior celeridade na sua concretização. Na mudança do paradigma empresarial, as administrações concentraram-se em alcançar resultados, procurando encontrar a melhor via para os conseguir. Estes eram conseguidos através de planos estratégicos elaborados internamente nas suas empresas, com o propósito de atingir diferentes finalidades, considerando os ambientes e cenários endógenos e exógenos.

O planeamento estratégico nas cidades surgiu durante os anos 80 e 90 para satisfazer um conjunto de necessidades que emergiam nas comunidades urbanas: se por um lado, os efeitos da crescente globalização ultrapassavam as barreiras económicas deixando expostos os territórios e as cidades; por outro lado, o planeamento urbano tradicional atravessava uma crise que claramente punha em evidência as suas limitações. Novos desafios globais obrigavam a satisfação de uma procura social dirigida a uma melhor agilidade, participação e transparência nos processos de planeamento.

Apesar de um maior amadurecimento socioeconómico e político-administrativo sobre a aceitação de novas perspectivas relativas ao planeamento das cidades, alguns obstáculos obrigaram a encarar esta nova visão de forma distinta; isto é, houve a necessidade de uma aproximação mais simplista e didáctica do conceito de planeamento de cidades com o objectivo de transmitir a sua aplicabilidade. Assim, associou-se um paralelismo entre a cidade e a empresa. A cidade seria como uma entidade empresarial com proprietários (cidadãos, empresas e instituições), fornecimento de produtos, prestação de serviços, trabalhadores e clientes, com o intuito de satisfazer as necessidades dos cidadãos, dos empresários, dos investidores e dos clientes. E, embora muito centrado no aspecto económico, este esquema abriu as portas para o planeamento estratégico urbano, para os seus fins, alcance e conteúdos (Güel, 2007).

Sendo assim, o planeamento estratégico de cidades pode ser considerado um processo sistemático, criativo e participativo, baseando-se num desempenho integrado a longo prazo – por via da formulação de objectivos e acções para alcançar o modelo estratégico proposto e estabelecimento de um sistema contínuo de tomada de decisões, com o envolvimento os agentes locais ao longo de todo o processo. (Güel, 2006, p. 55).

As cidades, tal como as empresas, em constante transformação, produzem bens e serviços e são detentoras de potencialidades e debilidades, e ao pertencerem a diferentes sistemas urbanos estão expostas a oportunidades e ameaças e devem, por isso, ser alvo de ponderação. (Avelino, 2005).

Há que entender que os territórios, como núcleos urbanos, competem com outros territórios (como núcleos urbanos) para se modernizarem e se desenvolverem nos mercados nacional e internacional. Portanto, à semelhança das empresas, são vistos como organizações com estruturas complexas com objectivos propostos por actores sociais, económicos e políticos e forças dinâmicas que pretendem assegurar o desenvolvimento socioeconómico das populações. Neste sentido, são colocadas em prática acções estratégicas que permitem fortalecer o papel dos territórios e as suas posições num contexto de interligação competitiva com outros núcleos urbanos do sistema urbano (Simplício, 2000).

O planeamento estratégico tem a característica de ser interactivo, ao contrário do “planeamento tradicional”. O quadro de referência do primeiro é a acção e a valorização dos processos em prol dos resultados; enquanto o segundo refere-se à vontade de produzir resultados e de os controlar. (Guerra, 2000).

Uma das diferenças mais marcantes entre o planeamento estratégico e outras formas de planeamento baseia-se no facto de: ao estratégico ser conferido a singularidade de um movimento dinâmico, considerando as mudanças que ocorrem no entorno directo e indirecto que influenciam um sistema (Santos, 2008). Assim, a finalidade do planeamento estratégico consiste na criação de condições para aproveitamento de oportunidades, tirando partido de todas as potencialidades existentes.

Portanto, o planeamento estratégico é um processo sistemático e contínuo de decisão, apoiado num documento formal (o plano) que contém as actividades e os procedimentos aplicáveis para se atingirem determinadas metas. (Santos, 2008, pp. 4-5).

O Plano Estratégico não é mais do que o instrumento do planeamento. Em termos territoriais, é um projecto global que tem em conta aspectos económicos, sociais e territoriais. É um processo contínuo de reflexão sobre o território, sobre como é e sobre como os seus habitantes o desejam para o futuro. (Gómez & Hermádez, 2003).

Em primeiro lugar, é fundamental perceber o território e compreendê-lo para que novas orientações possam ser desenhadas e posteriormente implementadas, tendo em conta as pretensões da comunidade. Para perceber e compreender um lugar urbano ou um conjunto de lugares é preciso que um plano estratégico englobe três fases básicas: a Análise, o Diagnóstico e o Prognóstico.

Sumariamente, a Análise consiste na elaboração de um documento técnico por parte de uma equipa transdisciplinar; seguindo-se a elaboração do Diagnóstico que representa a síntese da anterior em conjugação com participação de actores económicos e sociais do território; por último, o Prognóstico apresenta um conjunto de propostas de acção, das quais são seleccionadas e priorizadas as intervenções capazes de gerar mudanças, geradoras de efeitos sinérgicos. Nesta última fase, evidenciam-se os cenários desejados, a médio e longo prazos.

Como assinalam alguns autores, um plano estratégico não pode ser considerado como um esquema metodológico, mas como um processo flexível, facilitador de uma estratégia que permita ao território ganhar importância e singularidade para competir numa economia aberta, explorando de forma otimizada as vantagens comparativas e, em simultâneo, corrigir disfuncionalidades. Neste sentido, o território deve *reposicionar-se* e tornar visíveis as suas ligações internas e externas, para responder às céleres mudanças tecnológicas e globais com se deparam as sociedades.

1.6. O PLANO ESTRATÉGICO E OS SEUS ELEMENTOS

O Plano Estratégico, como anteriormente referido, é um processo em constante evolução, um objectivo que deve ser considerado continuamente. Por outras palavras, podemos dizer que é um processo contínuo de reflexão.

É evidente que os planos estratégicos têm de representar o processo de recolha de informação, análise e posterior desenho das linhas de actuação. Porém, o plano deve funcionar como um movimento que não pode estar limitado por fases que se encerram, ou pelo acompanhamento de medidas implementadas – pois, mais do que uma exposição documental, o plano estratégico tem presente que cada etapa é uma situação de partida.

Um plano estratégico, entendido como um processo flexível e definidor de cenários futuros, tem em si a forma de implementar o desenvolvimento de sinergias territoriais num determinado espaço geográfico. Há uma concretização alcançável pela potenciação de recursos endógenos, com os quais é possível desenhar estratégias que possibilitem otimizar a importância e singularidade do território.

O planeamento estratégico é gerador de um processo de interacção permanente com os diversos actores, por via dialogal da concertação; ou seja, através da adesão efectiva e genuína daqueles que serão os verdadeiros artífices da sua realização. Neste sentido, constitui condição indispensável ao sucesso de um projecto desta natureza, o empenho político e técnico aos mais diversos níveis da escala territorial.

A continuidade de um plano estratégico segue uma atitude activa, com a participação de actores locais – agentes políticos, sociais e económicos – que são os que devem estar presentes nos vários momentos do plano estratégico. Isto significa que os actores locais participam em todas as iniciativas em execução, com a apresentação das suas ideias, garantindo que todos os esforços sigam a mesma direcção, apontem para o mesmo desígnio, numa perspectiva de interesse geral para a comunidade; ou seja, um plano estratégico deve reflectir uma visão partilhada entre todos os intervenientes para benefício do território e de todos os que nele habitam.

Para que um plano estratégico siga os seus propósitos, algumas condições têm de estar reunidas: como o facto de a iniciativa partir da vontade política, das autoridades administrativas locais e demais actores do território. De igual modo, existir uma base mínima de recursos económicos para pôr em acção o processo de planeamento e efectivar medidas. A disponibilidade de agentes representativos do território é essencial neste processo, assim como a obtenção de consenso em relações de cooperação e colaboração e a capacidade de liderança por parte do município que se quer activa em todas as fases do processo de planeamento. (Espino, 2005).

Como instrumento de gestão territorial, o plano estratégico visa proporcionar o desenvolvimento harmonioso do espaço local, sem recorrer a uma metodologia rígida. Apesar de não existir uma estrutura única para a elaboração de um plano estratégico, em geral, identificam-se uma série de fases que também se constituem como elementos comuns e presentes na maioria dos planos estratégicos:

A primeira é a Organização. Esta baseia-se no ponto de partida para o início do processo de planeamento estratégico (de uma localidade, cidade ou região) e consiste na programação do processo de planeamento a realizar com as suas respectivas etapas. Torna-se então necessário identificar e seleccionar os participantes com relevância municipal pelas informações valiosas adquiridas ou a adquirir, não só para a elaboração do plano estratégico em si, mas principalmente para a construção de uma visão unificada e precisa sobre o futuro do território em estudo. Os participantes (ou os actores locais) são as organizações de base comunitária e associativa, as autoridades e as instituições locais e administrativas e as organizações privadas que devem ter experiência em temas relacionados com o desenvolvimento local.

A segunda fase, o Diagnóstico, representa um dos elementos mais importantes deste processo; engloba a análise das diferentes facetas do território, a par com a concepção de missão e visão dos intervenientes no processo de planeamento. Por outras palavras, o diagnóstico consiste numa análise pormenorizada do espaço multidimensional do território, considerando também o seu contexto geral e envolvente. Através da recolha de toda a informação disponível (sobre população, economia, meio físico e natural, equipamentos e serviços), por parte de uma equipa transdisciplinar que deverá dar particular atenção às principais forças e fraquezas internas, e às oportunidades e ameaças externas do espaço territorial. Esta fase culmina com a realização de uma Análise SWOT¹⁵, apontando para um horizonte prospectivo e terá de ser efectuada em estreita articulação e consonância com a imagem pensada e desejada do território, pelos actores locais dos diversos sectores (agentes económicos, sociais, culturais, educativos, religiosos, etc.). A Análise SWOT examina a situação real do município e identifica os pontos fortes e débeis mais significativos, para os quais é preciso fixar objectivos, considerando as oportunidades e ameaças que possam advir num futuro a médio e longo prazo. Além disso, os objectivos devem ir de encontro à construção da imagem que se pretende projectar para o município. (Espino, 2005).

Para a implementação de uma análise SWOT territorial segue-se o estabelecimento de seis passos:

Passo 1. Uma “apreciação” do contexto do programa – permite detectar as principais tendências e problemas que podem afectar o futuro do território sob consideração. Deve fazer-se uso de indicadores sociodemográficos, económicos, políticos e físicos.

¹⁵ A Análise SWOT (acrónimo do inglês **S**trengths, **W**eaknesses, **O**pportunities, **T**hreats) que em português seria equivalente a Análise FOFA (**F**orças, **O**portunidades, **F**raquezas e **A**meaças), funciona como uma matriz de análise e identificação de Forças e Fraquezas do ambiente interno e de Oportunidades e Ameaças do ambiente externo, ou seja, a FOFA realiza uma avaliação externa e uma valorização interna do município. A análise interna engloba os factores considerados controláveis pela comunidade; aponta os pontos fortes e débeis do território que podem causar maior impacto e identifica-os em cada um dos temas-chave que afectam o desenvolvimento do município. A análise externa refere-se aos elementos exteriores, as oportunidades e ameaças, que positiva e negativamente afectam o território. Em suma, trata-se de analisar os aspectos-chave no que concerne aos factores sociais, económicos, ambientais e institucionais nos contextos interno e externo.

Este passo não deve ser exaustivo, visto que o objectivo principal consiste em obter uma imagem global que possa ilustrar os principais problemas que o território em análise terá de enfrentar.

Passo 2. A preparação de um inventário das possíveis acções – que implica a identificação de possíveis acções, formuladas em termos gerais em relação aos principais problemas identificados.

Passo 3. A análise externa: oportunidades e ameaças – consiste na listagem de parâmetros do ambiente que não estão sob o controlo directo das autoridades públicas e que se supõe, que irão influenciar fortemente o desenvolvimento socioeconómico.

Passo 4. Análise interna: forças e fraquezas – baseia-se na realização de um inventário dos factores que estão, pelo menos em parte, sob o controlo das autoridades públicas e que podem promover ou prejudicar o desenvolvimento socioeconómico do território.

Passo 5. Classificação das possíveis acções – destina-se a salientar as acções (linhas de orientação estratégica) para reduzir os problemas de desenvolvimento, ao centrar a atenção sobre as forças e reduzir ou mesmo eliminar as fraquezas, com o intuito de maximizar as oportunidades e minimizar as ameaças.

Passo 6. Avaliação de uma estratégia – pode ser opcional e pode ser incluído se for adequado para avaliar a relevância de uma estratégia que já está a ser implementada ou planeada; concebido com base numa análise de uma “carteira de actividades”. Tal como uma empresa com os seus produtos e mercados, um programa socioeconómico contém um conjunto de intervenções, algumas das quais reforçam as forças e as oportunidades enquanto outras tentam compensar as fraquezas ou alertar para as ameaças. (QREN, 2017-2013).

A terceira fase define-se pela Visão Estratégica que expressa de forma clara qual o horizonte temporal; ou seja, o desígnio que se pretende para o território. É nesta fase que se apresenta o conjunto de ideias-chave sob uma visão de futuro para o território, sintetizando o objectivo nuclear e gerador de sinergias e de empenho colectivo. Incluem-se, essencialmente, os valores fundamentais da estratégia – que têm que ver

com a qualidade de vida e a atractividade do território para pessoas e empresas. É também aqui que se encerra o modelo do território num único fundamento que se pretende claro, preciso e orientador de todas as acções futuras.

Esta tarefa não é fácil e a participação de todos os envolvidos no processo de planeamento garante não só a viabilidade de projectos futuros, como também a certeza de que o caminho a percorrer é o mais indicado para o desenvolvimento do território.

A visão estratégica engloba a identificação e consolidação de propósitos (resultantes dos pontos mais marcantes do Diagnóstico) com os quais se desenvolverá o progresso do território; é um género de declaração fundamental que se constitui como um guia sobre o que fazer no território. O desenho das Linhas Estratégicas são os grandes eixos de actuação, correspondem às acções específicas de como serão alcançados os objectivos. Estes últimos dizem respeito à selecção e priorização dos domínios passíveis de contribuir para a competitividade do território, cujo intuito é o de provocar as mudanças necessárias, especialmente as que produzem efeitos sinérgicos para criar o modelo desejado. Numa época em que as necessidades são prementes e os recursos escassos, torna-se vital distinguir o essencial do acessório, identificando especificamente quais os eixos capazes de polarizar as mudanças qualitativas e que apresentem níveis de risco aceitáveis. Neste sentido, as linhas estratégicas devem focalizar-se em acções e projectos impulsionadores, prioritários e realizáveis, geradores das transformações pretendidas e desejadas para que o plano possa ser transferível para a vida quotidiana da comunidade. (Espino, 2005).

Neste âmbito surge também a programação de investimentos que reporta para a concretização dos grandes objectivos que identifica e implementa os projectos que dão corpo à Visão Estratégia (previamente consensualizada). Trata-se de definir, com o rigor possível, os projectos através de fichas individuais que entre outros aspectos, definam: a descrição, o horizonte temporal, o custo e as fontes de financiamento.

No seguimento da programação de investimentos, o sistema de monitorização e avaliação incide sobre o acompanhamento, monitorização e avaliação dos projectos; cuja metodologia deve especificar-se no plano estratégico, de forma a evitar desvios significativos e atrasos que comprometam os objectivos estratégicos. Deve também

ser garantida que a estrutura territorial segue a execução dos projectos e do próprio plano estratégico. A monitorização e avaliação do plano estratégico pode ser utilizada com três instrumentos básicos que servem para medir os resultados dos projectos e recopilar informações relevantes, nomeadamente: um plano de indicadores (para cada projecto que irá aferir o avanço ou retrocesso dos resultados), uma avaliação de gestão e execução dos planos (através de relatórios) e o estabelecimento de uma dinâmica de interacção com os actores locais (de modo a registar o cumprimento dos resultados das acções propostas). (Espino, 2005).

1.7. OBJECTIVOS DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

No contexto actual, os territórios – em particular os municípios – deparam-se com problemas cada vez mais complexos (relacionados com questões sociais, económicas, de desemprego, de mobilidade, etc.), aos quais é necessário dar uma resposta minimamente satisfatória para dar o sentido ao real objectivo de servir a população e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos habitantes.

Com uma situação orçamental muito restringida, não só pela limitação de verbas canalizadas pelo poder central, mas também pela insuficiência financeira local, torna-se imperativo a necessidade de atender às prioridades de modo inteligente; de modo eficaz e eficiente, fortalecendo as sinergias territoriais através de um instrumento como um Plano Estratégico Territorial. (Bitar, s.d.). Este tipo de instrumento pode ajudar a administração local e os organismos públicos e privados a gerir com êxito as mudanças que ocorrem de uma maneira quase vertiginosa e em relação às quais é preciso dar resposta. Ainda assim, cabe salientar que os municípios do continente receberam, em 2018, do orçamento de Estado mais de 2,404 mil milhões de euros; um acréscimo de 6,22% relativamente ao ano de 2017 (ANMP, 2018).

Portanto, «o planeamento estratégico aplicado ao território local trata de estabelecer uma série de objectivos e definir aquelas acções que permitirão alcançar os objectivos tendo em conta o comportamento provável da envolvente tanto local como externa». (Bitar, s.d., p. 3).

Neste sentido, a envolvente é fundamental para a concretização dos objectivos – sem as envolventes (interna e externa) não há dinamismo social e económico. Porém, o dinamismo também parte da essência da população, no sentido de observar as dificuldades do território, as vivências externas e perceber qual de facto é o objectivo interno das gentes que ali assentam. Os actores locais são, por consequência, essenciais. Há décadas que o planeamento estratégico tem resolvido problemas territoriais, por meio do envolvimento participativo de actores que olham na direcção do interesse colectivo, do interesse de todos os cidadãos, um interesse que procura marcar o presente e também o futuro para as gerações vindouras.

O planeamento estratégico como processo, engloba um conjunto de acções e demais actos que envolvem os actores políticos, sociais e económicos – em suma, envolve os membros da comunidade na procura de definir claramente os objectivos e em sequência implementar acções (estratégias) adequadas. O planeamento estratégico como instrumento, constitui-se assim, como um marco conceptual que orienta e facilita as tomadas de decisão no que diz respeito à implementação de mudanças que se considerem necessárias. (Espino, 2005).

As características principais do planeamento estratégico local são, quase unanimemente, assinaladas por diversos autores, do seguinte modo:

- Há uma concentração nos temas considerados chave e prioritários;
- Considera explicitamente a disponibilidade de recursos;
- Efectua uma análise sobre os pontos fortes e fracos do seu próprio desenvolvimento;
- Contempla as mudanças e os acontecimentos significativos que ocorrem no exterior da envolvente estritamente local (aos níveis nacional e internacional);
- Orienta-se para a acção, com forte ênfase nos resultados práticos.

Na realidade, não há uma fórmula mágica para a construção do planeamento estratégico. Em diferentes ocasiões, mediante o território, as suas características e especificidades, os recursos disponíveis, a capacidade de liderança e a forma como os desafios são encarados, o plano estratégico torna-se um esquema único e singular; tal como é cada lugar urbano de maior ou menor dimensão ou cada território de maior ou menor densidade demográfica.

Do ponto de vista do tipo de planeamento, são apontados dois tipos: o centralizado e o participativo. O primeiro baseia-se na visão restrita de tecnocratas, isto é, quem produz o plano sem quaisquer influências directa ou indirecta de actores locais, apresentando o risco de não existir coerência entre a realidade do território e a selecção de necessidades e prioridades comunitárias. O segundo, o planeamento participativo, como o nome indica, exige a participação dos actores locais que identificam as necessidades e prioridades locais – um trabalho que é auxiliado pelos técnicos que promovem a aprendizagem colectiva – no sentido de fortalecer a cultura democrática entre actores e organismos. Este tipo de planeamento permite desenhar as políticas de desenvolvimento e criar um modelo de gestão pública participativa. (Espino, 2005).

1.8. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

No vasto âmbito do estudo sobre cidades, lugares, Concelhos, freguesias, aglomerações urbanas ou rurais de quaisquer dimensões, sob qualquer que seja a perspectiva, há inequivocamente um conceito fulcral, intrínseco aos temas territoriais que importa discernir – o conceito de território.

Entender o território como um espaço físico, geográfico, sobre o qual se desenvolve a vida económica e política de uma comunidade é por si só, uma visão limitada. O território constitui-se também por num conjunto complexo de relações sociais, económicas, políticas e naturais, cuja interligação é inerente ao próprio espaço físico.

As diferentes definições de território acabam por culminar para um mesmo sentido; ainda que algumas suscitem um conteúdo lacónico, como as definições apresentadas por dicionários da língua portuguesas. O território é visto como «grande extensão de terra», «área de uma jurisdição» (Dicionário Infopédia Portuguesa, 2018), «área dependente de uma nação, província ou localidade», «termo» e «jurisdição» (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2013).

Na realidade, o território não encerra em si um conteúdo pouco explorado como as últimas definições apresentadas; estas representam apenas uma parte da sua concepção.

A palavra território, do latim [territoriũ, *territorium*]¹⁶, encerra uma polissemia que diversifica as possibilidades de compreender e sistematizar a realidade que por si só é complexa. De facto, são muitos e díspares os pontos de vista e variadas as opiniões sobre o conceito de território, em particular, no contexto da globalização – cujos efeitos contrapõem a valorização e as especificidades locais e regionais que se procuram para um território. O território encontra-se intrinsecamente associado ao espaço social, que mais não é do que o conjunto de relações estabelecidas entre sujeitos e entre estes e os elementos naturais que compõem o espaço. Neste sentido, o território é um espaço socialmente construído, possuidor de recursos naturais e detentor de uma história construída pelos homens – através de convenções de valores e regras, de arranjos institucionais que lhe confere expressão, e formas sociais de organização da produção. (Marques A. , 2011, pp. 79-80).

Portanto, o território é um recurso de desenvolvimento; um espaço físico onde assentam actividades, actores e agentes, relações que geram sinergias e com as quais se mobilizam capacidades. São, os territórios, a expressão de relações espaciais que permitem a interactividade de influências, por meio de mobilidades – indicativo da deslocação de gentes para outros espaços, nomeadamente, de trabalho, de consumo, de lazer ou de serviços colectivos. Podemos então referir que as migrações pendulares funcionam como uma forma de visualizar o tecido nevrálgico dos sistemas activos e produtivos do território. (Reis, 1998, pp. 5-8).

O território é, afinal, uma realidade poliédrica interligada a um espaço geográfico mutável e a relações que nele se produzem, potenciadas pelas condições endógenas e exógenas locais, regionais, nacionais, internacionais. O território encontra-se em constante processo de transformação, do qual florescem novas simbioses adaptativas que subsequentemente transformam o território e todas as suas interligações.

No processo de transformação do território, a intenção e a intervenção de moldá-lo em conformidade com a vontade humana – para que dele se obtenham as riquezas que façam progredir a sociedade – o desenvolvimento surge como a chave mestra para obter o elo de interligação entre as actividades humanas que suscitem progresso. Neste sentido, importa discernir sobre o conceito de desenvolvimento.

¹⁶ (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, 2018) .

O “desenvolvimento” proveniente do vocábulo desenvolver, deriva etimologicamente do latim *volver* que significa “mudar a direcção, alterar o rumo, voltar”. Aliás, *envolver* (de desenvolver), com origem do latim *involvere*, significa “rolar para, rolar sobre, arrastar, cercar” e *des* que exprime a noção de negação. Ora, assim o desenvolvimento é um processo de “algo de dentro para fora”, uma direcção que se inicia no interior e que se expande, progride para o exterior. (Porto Editora, 2015).

Ao ser introduzida a componente territorial, o desenvolvimento reveste-se de um significado mais específico, resultante da identificação, reconhecimento e valorização de elementos diferenciadores territoriais, ou seja, de recursos endógenos. Deste modo, o desenvolvimento local procura aproveitar e desenvolver as potencialidades, as oportunidades e as vantagens comparativas e competitivas territoriais. Sendo o desenvolvimento reflexo de escolhas que se pretendem alcançar num futuro desejável, o planeamento estratégico surge como uma ferramenta essencial para atingir os grandes objectivos (Paula, 2009).

O planeamento estratégico territorial cuja orientação tem como fim o desenvolvimento local, pressupõe a necessidade de realizar análises e concertações territoriais com a participação dos actores locais – identificando as áreas problemáticas, os objectivos, as linhas estratégicas a definir, as alternativas, os programas e os projectos específicos de acção, para alcançar os objectivos propostos e pretendidos para o desenvolvimento do território.

Qualquer território de maior ou menor densidade urbana ou demográfica precisa de ser observado, analisado e gerido de forma a proporcionar a melhor qualidade de vida aos seus cidadãos. Para que o desenvolvimento possa emergir e revestir-se de sustentabilidade, é necessário que o planeamento estratégico sirva os objectivos do território. Contudo, para a efectivação de projectos realizados em prol da comunidade, a tomada de decisão e principalmente a actuação dos principais actores é fulcral, decisiva, em todo o processo de desenvolvimento local. Neste aspecto, é essencial ter em conta a dinâmica das envolventes externas que influem sobre o território e o seu respectivo desenvolvimento.

Gómez e Hernández (2003) são claros a referir que é necessário que os territórios, em particular, as cidades, saibam qual o contexto externo que os envolve e devem preparar-se para lidar com as mudanças e as adversidades externas que são constantes. Afinal, a sua gestão está condicionada por factores exógenos e não se pode “comandar” territórios (cidades) do século XXI, com estruturas do século XX e dirigentes do século XIX. Com esta perspectiva, mencionam que a responsabilidade de gerir a mudança pertence aos poderes públicos e aos sectores privados com interesses no território. O processo deve ser liderado pela própria administração local que tem de comprometer todos os agentes sociais, económicos e políticos que intervêm e participam no projecto para melhorar a o dinamismo do espaço de todos. (Gómez & Hermádez, 2003). Não obstante, importa referir que o planeamento estratégico não pode ser considerado uma panaceia que irá resolver todos os problemas do território. Utilizado com realismo, como uma ferramenta de análise e concertação para encontrar as questões-chave que são cruciais para o futuro da comunidade, o planeamento será o primeiro passo para um futuro que se pretende construir de modo sustentável. O desenvolvimento local requer uma “visão bifocal”, isto é – se por um lado, é preciso encontrar a resposta para as necessidades urgentes e para os desígnios do território, segundo a vontade de todos os actores envolvidos, especialmente da comunidade; por outro lado, é imperativo ter presente a antecipação e a preparação de como poderá ser o futuro (considerando os factores exógenos). Para pensar e ponderar um modelo de território, escolhido e desejado pelos cidadãos, a médio e longo prazo, a criatividade e a imaginação têm de marcar um passo constante, através de decisões, acções e firmeza no desempenho do processo de planeamento. O modelo de território é definido a partir do planeamento estratégico, com aproveitamento das oportunidades e a construção de uma fundamentação sólida que justifique e defina o modelo seleccionado. Porém, não há que esquecer que só pode ser conseguido por via de políticas de desenvolvimento endógeno. (Gómes, Hernández, 2003). O planeamento estratégico territorial facilita a construção do desenvolvimento local como se tratasse de uma carta de navegação que define a rota mais adequada e conveniente, com o intuito de obter um desenvolvimento óptimo do espaço territorial. A preparação e a implementação de um planeamento estratégico constituem eixos centrais de qualquer política de desenvolvimento coerente, participativa e sustentável (Espino, 2005).

CAPÍTULO 2. HIPÓTESE

2.1. QUESTÕES COLOCADAS PELA INVESTIGAÇÃO

Pensar que alguns territórios que perdem população continuamente, não possam ficar desertos demograficamente, é quase inevitável.

É sabido que há uma tendência crescente de concentração humana em aglomerados populacionais que oferecem oportunidades de trabalho, habitação, cultura, um vasto leque de infra-estruturas, equipamentos e serviços que tornam mais dinâmicos este tipo de territórios.

Os estudos realizados a territórios de baixa densidade populacional dão conta da possibilidade de reerguer o património humano, como se de uma renovação do património urbano se tratasse. A realidade dos números expõe que a perda efectiva de residentes é um facto; contra o qual, os poderes políticos locais procuram incessantemente encontrar uma solução, por via de propostas de atractividade, através de investimentos que valorizem os recursos endógenos.

A análise às dinâmicas territoriais, a revisão bibliográfica e a auscultação a actores locais efectuadas nesta investigação, reflectem a necessidade de criar novas perspectivas aos territórios de baixa densidade populacional. Estas perspectivas, aliadas ao planeamento estratégico territorial podem dar uma nova visão aos matizes teóricos que fundamentam uma perspectiva diferente da exposta nesta investigação.

As questões que se colocam derivam de uma reflexão transversal e (in) acabada da complexidade da estrutura teorizada do território:

- Podem as análises quantitativas, através de indicadores de diferentes temáticas e caracterização qualitativa, construir um modelo para territórios com características similares?
- Em que medida o planeamento estratégico contribui para a dinamização do desenvolvimento local, no território em estudo, quando as perdas populacionais são continuadas?
- Serão as estratégias desenhadas a longo prazo suficientes para inverter a realidade de um município cada vez mais despovoado e envelhecido?

- Os projectos do poder local, inclusive os investimentos co-financiados pelos fundos comunitários, podem dinamizar o território concelhio do ponto de vista económico e social?
- O desenvolvimento do sector económico, através do património cultural e natural, sem crescimento populacional, é suficiente para dinamizar a economia do município em estudo?
- O município em estudo poderá findar?

2.1. HIPÓTESE DE PARTIDA

A teoria deve orientar a investigação empírica e esta, por interacção, confirma ou reformula ou até anula os sistemas teóricos. As hipóteses são, assim, os instrumentos que constituem a ponte entre a teoria e a investigação empírica que contribuem para acelerar e sedimentar o desenvolvimento da ciência. As hipóteses podem ser definidas como uma intenção de explicar ou de obter uma resposta provisória a um fenómeno. Neste sentido, o objectivo principal de qualquer estudo é o de comprovar ou rejeitar a hipótese ou as hipóteses que se desenharam previamente, em conjugação com a teoria e os factos empíricos. (Jaraís Cabanillas, 2011, p. 163).

Todavia, há que deixar claro que nesta interacção complexa de estabelecer conexões entre a teoria e as hipóteses, estas últimas definem os critérios que servem para seleccionar os documentos que irão ser revistos na sua vertente empírica; isto é, as hipóteses de investigação baseiam-se na teorização e aparecem após a teorização. (Azevedo, 2011). Nas hipóteses e na suas várias formas de serem formuladas, a mais comum refere-se ao “se x, então y”; ou seja, se houver o x, então o y também ocorrerá. (Silva, 2017)

Para o estabelecimento de conjugação entre as hipóteses estabelecidas e a sustentação teórica entrelaçada ao conhecimento empírico, a reflexão surge como o pensamento que permite estabelecer o fio condutor que se apresenta numa Hipótese Geral:

- O planeamento estratégico territorial permite obter uma visão global do território, com a possibilidade de avaliar o Concelho de Mértola, através da análise aos níveis interno, externo e tendências de evolução, com a perspectiva de desenhar as vantagens competitivas, averiguar as capacidades de defesa, as necessidades de reorientação e as vulnerabilidades. Neste contexto, fica subjacente a importância das intenções e percepções dos actores locais, com o propósito de definir uma estratégia que permita dinamizar o território estudado; ou, em alternativa, dará a perspectiva de sustentar e suste o município até ao seu término.

Da hipótese geral apresentada, geram-se outras mais Específicas como as que se apresentam de seguida:

- O despovoamento é um factor importante que causa a involução económica.
- Os diferentes indicadores socioeconómicos, em consonância com a percepção dos actores locais sobre o território, permitem criar um cenário prospectivo a implementar, por via de projectos (inclusive, projectos co-financiados).
- A estratégia adoptada, através do planeamento estratégico, pode funcionar como um modelo que permita o desenvolvimento local territorial e sustentável em territórios de baixa densidade populacional.

CAPÍTULO 3. MARCO TEÓRICO

3.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

É possível que os primeiros aglomerados populacionais na Península Ibérica remontem à Idade do Ferro¹⁷ com o nome de «castros» – casas de planta circular, amuralhadas com pedra e situadas no topo de montes com o objectivo de os seus habitantes terem uma melhor defesa. Ao apresentarem uma dimensão maior são consideradas citânias¹⁸. O declínio deste tipo de povoado surge com a ocupação romana no século II a.C. que gerou a movimentação da população para outras zonas da região, nomeadamente, para o litoral. (Arquitectura Portuguesa, 2012)

Na Época Romana – por via da administração do Império Romano (entre 27 a.C. e 476 d.C.) que visava o comércio e principalmente os movimentos dos exércitos – e como é sabido, foram fundadas as bases para a construção de redes viárias em toda a extensão do espaço dominado pelos romanos, cujos vestígios ainda permanecem marcados no território em volta do mar Mediterrâneo da Europa, África e Ásia.

No apogeu da conquista de novos territórios a colonização emergiu em lugares habitáveis dividindo o território em dois eixos perpendiculares, onde no centro dos aglomerados populacionais funcionava a origem, o *Fórum* (a praça pública), de onde partiam as vias principais.

Os principais aglomerados urbanos construíam-se através de um traçado marcado pela ortogonalidade (associado ao traçado de *Hipodâmico*), um modelo denominado de *quadrícula* ou hipodâmico¹⁹ que se expandiu na Península Ibérica, especialmente em

¹⁷ A Idade do Ferro marca o último período da Idade dos Metais. A Idade dos Metais que se estendeu desde 5 mil a.C. até ao aparecimento da escrita pelos sumérios em 4 mil a.C., caracteriza -se por três períodos – Idade do Cobre, seguindo-se a Idade do Bronze e por fim a Idade do Ferro.

A primeira utilização de bronze ocorreu, provavelmente nos finais do quarto milénio a.C. no Crescente Fértil e a primeira utilização do ferro remonta há cerca de 1400 a.C. na zona sudeste do Mar Negro (mais especificamente na Arménia e Anatólia Oriental).

¹⁸ Existem diversos vestígios de castros e citânias principalmente no Norte do Portugal, considerando-se a Citânia de Briteiros (em Guimarães) uma das primeiras e mais bem preservadas da Península Ibérica.

¹⁹ O nome *Hipodâmico* provém do arquitecto grego Hipodamus de Mileto do século V a.C., considerado um dos criadores do planeamento urbano, cujos planos se baseiam numa organização

Espanha. Com a chegada dos muçulmanos, no século VII, a vida urbana desvaneceu-se e só voltou a ressurgir no final da Idade Média a partir do século XII, aquando da reconquista cristã do território português, onde é desenvolvida uma certa prática urbanística; porém, não tão marcante como em Espanha que redefiniu por completo algumas cidades, praças, traçados viários hierarquizados e determinadas regras para a localização de edifícios administrativos e religiosos. (Simões Junior, 2012).

Em 1143, o tratado de Zamora deu a D. Afonso Henriques a reconhecida independência de Portugal, mas as fronteiras portuguesas só ficaram delimitadas em 1249 pela mão de D. Afonso III e estabelecidas definitivamente em 1297 por D. Dinis, através do Tratado de Alcanizes. Durante a Reconquista Cristã (que durou cerca de oito séculos), o país enfrentou uma desestruturação político-administrativa pelos constantes conflitos territoriais com os muçulmanos. No início da reconquista, muitos territórios foram conseguidos por presúria (até ao século XIII); isto é, a posse forçada do território por meio do conflito, por parte dos nobres aos muçulmanos, uma prática que terminou com a estabilização das campanhas militares e a introdução de novos mecanismos de povoamento. Assim, para manter o território conquistado e garantir a sua soberania, a monarquia optou por encontrar a solução no (re)povoamento e, simultaneamente, de modo conexo, na defesa das fronteiras sobre as terras conquistadas; pois «enquanto algumas cidades decaíram, outras foram revitalizadas através do repovoamento, da reestruturação da vida monástica e eclesiástica e através da reorganização das actividades mercantis» (Teixeira, 1993, p. 376). Surgiram alguns aglomerados de fronteira, com características urbanas iguais às *bastides*²⁰, fundados nos finais do século XIII por D. Dinis; outros foram renovados, por meio da construção de novas cinturas de muralhas ou por uma reestruturação e planeamento de novas expansões (Teixeira, 1993).

racional do espaço, com ruas rectilíneas e largas cruzadas em ângulos rectos; também denominado de plano ortogonal ou equirectangular que cria zonas quadradas ou rectangulares, conferindo uma morfologia perfeitamente distinguível e funcional.

²⁰ As cidades *bastide* surgiram no País de Gales, em Inglaterra e em França e desenvolviam-se à volta de um Castelo, formando uma espécie de quadra, uma unidade de defesa integrada, onde se desenvolvia a vida social e económica da cidade.

Anteriormente, na época de D. Afonso Henriques, muitas foram as cartas de foral²¹ ou cartas de couto²² outorgadas a inúmeras instituições eclesiásticas, monásticas e a privados. A prática consistia no reconhecimento, por parte do rei, da necessidade de intensificar o povoamento, atribuindo privilégios às instituições que poderiam ser úteis. Nos séculos XIII e XIV, o procedimento de concessões intensificou-se com o objectivo de alcançar uma melhor ocupação e ordenamento do território e uma maior eficácia na integração administrativa das populações.

(...) em todo este processo estão presentes não só objectivos económicos e sociológicos, uns e outros funcionando como poderosos estímulos à reconquista e ocupação do solo, pelas possibilidades que ofereciam de acesso individual à propriedade privada, bem como pelas vantagens proporcionadas à aristocracia e outras instituições, mas também preocupações e objectivos estratégicos, visando através do povoamento das terras mais expostas às incursões inimigas levantar barreiras, quer ao avanço dos árabes, quer dos castelhanos. (Marques, 1988, p. 13).

Em 1375, num contexto de crise económica, D. Fernando promulga a Lei das Sesmarias, a 28 de Maio, em Santarém, com o propósito de produzir excedentes agrícolas, fixar os trabalhadores rurais à terra e combater o despovoamento. A Peste Negra, surgida em 1348 em Portugal, culminou inicialmente numa profunda escassez de mão-de-obra nos aglomerados urbanos, onde a mortalidade era mais intensa. Um facto que desencadeou o aumento da procura de mão-de-obra e o aumento de salários; originando migrações dos campos para as cidades, conseqüente abandono das terras e diminuição da produção agrícola. A segunda metade do século XVI e do século XV foram marcados por uma profunda depressão económica e social, provocada essencialmente pela pandemia da Peste Negra. Assim, a Lei das Sesmarias, considerada como uma reforma agrária, pretendia, entre outros objectivos: combater a escassez de alimentos, obrigar os proprietários e os seus descendentes a cultivarem as terras, num determinado período, sob pena de serem expropriados, fixando-os ao

²¹ As cartas de foral (ou simplesmente foral) eram diplomas concedidos pelo rei ou outros senhorios laicos ou religiosos, entre os séculos XII e XVI, que atribuíam a um determinado território (um Concelho) as condições de fixação da população; nomeadamente outorgando liberdades, privilégios e deveres aos residentes.

²² As cartas de couto referiam-se a cartas de doação de terras para as instituições eclesiásticas, como igrejas e mosteiros.

território. (Porto Editora, 2015). A partir do século XV, as sesmarias passaram a ter características de concessão enfiteútica; isto é, a doação de terras implicava o pagamento de um foro preestabelecido e pago anualmente que durou até à sua abolição em 1820. (Editora, Porto, 2015)

Os séculos XV e XVI, distinguidos por um período de descoberta e expansões marítimas, determinaram uma nova fase de desenvolvimento urbano; em particular, as cidades portuárias, as que mais beneficiaram com a expansão do comércio no reinado de D. Manuel I. O controlo das rotas marítimas e dos territórios coloniais proporcionou a construção de feitorias e cidades, fora do território português, ao longo das costas de África, Brasil, Índia e Extremo Oriente. Estas construções urbanas denotam uma mescla de influências, de modelos e de referências formais, tanto de origem portuguesa como de origem local (Teixeira, 1993).

Como parte do pensamento de organização territorial do urbanismo português e da sua influência aquando da colonização, os próximos dois parágrafos consolidam sumariamente a intervenção portuguesa em aglomerados colonizados por Portugal, que de algum modo, reflecte a simbiose de ordenamento do território adquirida em Portugal e além-fronteiras.

Em alguns locais fundaram cidades com inspiração renascentista (como Mazagão, em Marrocos), que permitia rapidez na implantação e eficiência em demonstrar a presença militar, política e cultural portuguesa. Em outros lugares, onde as questões militares não eram tão dominantes, os núcleos figuravam no âmbito do cariz medieval fixando-se em pontos elevados para as funções de poder civil e religioso, considerando-se a com a cidade alta e para as actividades marítimas e comerciais estaria a cidade baixa. A descoberta do caminho marítimo para as Índias, por sua vez, originou a priorização do monopólio do comércio de especiarias, sedas e pedras preciosas e o investimento em colonizar alguns pontos estratégicos. O aglomerado populacional de Goa seria um ponto crucial como uma segunda capital portuguesa; outros pontos tornaram-se feitorias fortificadas na faixa ocidental indiana, e dentre alguns, Damão que se destacou por apresentar uma estrutura medievo-renascentista- pré-geometrizada, envolvida por muralhas, em contraposição à antiga cidade muçulmana preexistente. Dado o interesse na circulação de mercadorias da Índia, a colonização ao Brasil chegou mais tarde, efectuada pelo sistema de Capitánias

Hereditárias que eram regulamentadas pelas Cartas de Doação e Forais²³ que evidenciavam, claramente, a política de colonização: o povoamento do litoral como garantia de defesa. Deste modo, os donatários podiam edificar junto ao mar e dos rios navegáveis as vilas que considerassem necessárias; contudo, a fundação de vilas no interior estava sujeita a autorização expedida pela Coroa. Entre direitos e deveres do donatário, encontravam-se a cobrança de impostos, a fundação de vilas e cidades, a concessão de sesmarias (concedidas aos colonos de origem fidalga), a administração, o povoamento e o atendimento de pedidos da metrópole. Este sistema de Capitánias acabou por não surtir o efeito desejado pelo vasto território de cada capitania e pelo facto dos donatários não terem o apoio da Coroa e não possuírem recursos suficientes para o processo de colonização e defesa do território. (Simões Junior, J. G., 2012).

O desinteresse da Coroa portuguesa foi imediato e para compensar o fracasso do sistema descentralizado das Capitánias Hereditárias, Portugal decidiu criar um Governo-Geral (em 1549) nomeando Tomé de Souza como Governador-Geral do Brasil que implantou a cidade de Salvador, na Bahia, a primeira capital do Brasil, sob ordens do rei D. João III. A urbe expressava vestígios do medieval, presente na fortificação e do renascentista presente pelo ordenamento das ruas e construção de seis baluartes (três voltados para o mar e outros três virados para o interior). O desenvolvimento da cidade foi fortemente influenciada pela escolha do sítio urbano que obedeceu a uma lógica defensiva e estratégica como era comum no urbanismo português da época. A cidade de Salvador foi edificada sobre uma escarpa em acrópole, opondo-se ao porto, localizado na parte baixa, o que produziu uma dupla dualidade: Cidade Alta e Cidade Baixa. Na Cidade Alta concentraram-se os prédios públicos, as principais casas e as edificações eclesiásticas; na Cidade Baixa, a ocupação era limitada pela restrição da área entre a linha de praia e a escarpa e as poucas edificações estavam ligadas a actividades comerciais e portuárias (Andrade, 2009, pp. 27-34).

²³ Cartas de Doação e Forais baseavam-se num sistema similar praticado em território português), em que as primeiras estabeleciam o direito que o donatário tinha de administrar os territórios e as segundas, os direitos e deveres dos donatários.

Após a implantação de Salvador, novas cidades foram fundadas no interior, afastadas da faixa litoral, (na segunda metade do século XVI), como São Paulo, Vitória e Rio de Janeiro. No período da Unidade Ibérica (entre 1580 e 1640), sob o domínio da Dinastia Filipina, algumas vilas foram fundadas baseadas no pragmatismo ditado por Felipe II (Rei de Espanha e Portugal) nas *Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación* de 15730. (Simões Júnior, 2012). Estas Ordenações (também conhecidas como *Leyes de las Indias*) foram a primeira legislação urbanística do mundo para a criação de novas cidades na América e estabeleciam um traçado de modelo reticular; isto é, desde o centro da cidade em que se localizava uma praça e se situavam as edificações ligadas ao poder e à igreja, partiam as ruas principais formando rectas, conformando blocos habitacionais que se iam construindo segundo as necessidades demográficas. (Bernart, 2003).

As ordenações portuguesas (compilações de Leis Régias) – Afonsinas (de 1446-1448), Manuelinas (de 1521) e Filipinas (de 1603) – que consolidaram o código legal português até ao Código Civil de 1876, foram uma referência para muitas normas relacionadas com a organização espacial; nomeadamente, a distribuição de terras, o domínio e a transmissão dos territórios, tanto em Portugal como na época de colonização de outros territórios. Porém, a legislação não apresentava normas e directrizes relacionadas com o processo de configuração específica do espaço físico das vilas e cidades coloniais. As Ordenações Filipinas, ao contrário do que sucedera com as *Leyes de las Indias* (ambas compiladas no reinado de Filipe II), denotavam um conteúdo urbanístico incipiente. Estas lacunas legislativas deram espaço para que as normas eclesíásticas assumissem a organização do espaço urbano, nomeadamente do Concílio de Trento, na época da Contra-Reforma²⁴, estabelecendo critérios para a localização de igrejas, ou outras edificações eclesíásticas, em lugares mais elevados,

²⁴ A Contra-Reforma ou a Reforma Católica surge no século XVI como resposta ao aparecimento de novas religiões numa época de transformações morais, culturais, sociais e económicas. O descrédito religioso e espiritual da população no Catolicismo e o vasto património da Igreja adquirido ao longo de centenas de anos, aliados à ostentação e aos abusos praticados em nome da aquisição de mais riqueza, constituíram factores determinantes para o aparecimento de outras doutrinas protestantes como o Luteranismo, iniciado por Martinho Lutero, no século XVI, o Calvinismo e o Anglicanismo. Entre a reafirmação do dogma do culto tradicional e o objectivo de aumentar o número de fiéis, a Igreja Católica instituiu reformas internas no Concílio de Trento, em 1545; com medidas repressivas (como o caso do Índice e da Inquisição) e medidas de evangelização (através da Companhia de Jesus).

reservando um espaço livre destas construções, para procissões e festas, condicionando deste modo o espaço urbano que se tornava o primeiro referencial da paisagem do território. Estas construções constituíam um chamariz para o crescimento progressivo de um aglomerado populacional por via do sistema de sesmarias que permitia a doação de porções de terra às igrejas e aos interessados que pretendessem fixar-se no território. (Simões Júnior, 2012).

Em suma, a era colonial portuguesa ficou sobejamente marcada por um urbanismo orgânico de influências da cidade muçulmana, do planeamento mais rigoroso das cidades da Idade Média e com algumas perspectivas renascentistas. No período do Renascimento (entre os séculos XIV e XVI), evidenciado por um prolongamento da Idade Média, e após a queda do Império Romano do Ocidente, as cidades rejuvenesceram em termos económico e demográfico; detendo um significativo poder municipal, com uma vida mercantil livre e uma artesanaria organizada em corpos gregários – favorecido pela construção de novas estradas e pontes que serviram para unir territórios. A ideologia renascentista criou uma maior racionalização do espaço, submetida à área da geometria (Sousa Rosa, 2002).

Na segunda metade do século XVII as práticas urbanísticas foram modificadas quando Portugal readquiriu a sua independência, dando início à Dinastia Brigantina (1640-1910). Houve cidades criadas junto a fronteiras com um planeamento mais regular, manifestando uma preocupação defensiva (como é caso das configurações e fortificações de Almeida, Estremoz e Elvas). O século XVIII foi essencialmente marcado pelo desenvolvimento económico de Portugal, conseguido pelas riquezas provenientes do Brasil e pela construção de novas ruas e praças traçadas para eventos populares, como a construção de novos edifícios e obras emblemáticas (como o Aqueduto das Águas Livres em Lisboa, o Convento de Mafra, o Palácio de Queluz, entre outros). Em 1755, o terramoto de Lisboa que devastou uma parte considerável da cidade, em particular a Baixa da cidade junto ao rio Tejo, impulsionou uma nova visão do urbanismo. A reconstrução esteve a cargo do engenheiro mor Manuel da Maia e o projecto da autoria de Eugénio Santos, mais tarde de Carlos Mardel, do reino de D. José I, foram escolhas de Marquês de Pombal. A reconstrução baseou-se num traçado regular com ruas e travessas de traçado ortogonal, definido por três vias principais que articularam duas grandes praças (Terreiro do Paço e Rossio) e com as edificações a obedecer a um desenho de fachada adaptado à rua em que se localizam

(Arquitectura Portuguesa, 2012). O plano da Baixa Pombalina tornou-se um exemplo importante do urbanismo europeu setecentista e iluminista que serviu de modelo para outras intervenções urbanas em Portugal (como no Porto, na segunda metade do século XVIII) e em outros pontos territoriais, como em algumas colónias, como o Brasil. (Teixeira, 1993).

A partir da segunda metade do século XVIII, a Revolução Industrial iniciada em Inglaterra e progressivamente transposta para os restantes países do mundo, marcou profundamente a estrutura territorial dos aglomerados urbanos, devido ao aumento populacional e à inovação tecnológica que contribuiu para a modificação da sociedade. Em particular, do sector económico, nas áreas da agricultura, da indústria e dos serviços. O fenómeno demográfico e tecnológico, aliado ao acelerado desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, aumentou extraordinariamente a mobilidade de pessoas, bens e serviços e, em consequência, provocou uma nova redistribuição populacional pelo território.

A Cidade Industrial, originada a partir da velocidade da transformação e do pensamento liberal, limitou a intervenção pública *na economia do território*; isto é, nos aspectos económicos e territoriais; de tal forma que, Adam Smith²⁵ aconselhou os governos a venderem terrenos públicos para saldar dívidas públicas, favorecendo a especulação e gerando, por consequência, a perspectiva de que seria mais importante a posse em prol da função. Sendo esta última a responsável pela diferenciação dos espaços urbanos, determinou o desenvolvimento de cidades monótonas, de baixa qualidade, em que apenas os bairros da burguesia liberal marcariam a diferença. São, portanto, as cidades carvão. (Gómez Orea, 2008, pp. 35-36).

Em Portugal, a industrialização chegou mais tarde, (provavelmente com a Revolução Francesa e a Revolução Liberal a contribuírem para o atraso do processo de industrialização). Ainda assim, na segunda metade do século XIX, os efeitos da industrialização concentraram-se nas duas grandes cidades do país, Lisboa e Porto. Todavia, problemas como o crescimento da população urbana, aumento das

²⁵ Adam Smith considerado o pai da economia moderna é o autor da obra “An Inquiry into the Nation and Causes of the Wealth of Nation”, em que defende que a riqueza das nações resulta da acção de indivíduos que movidos, inclusive (e não só exclusivamente), pelo seu próprio interesse (*self-interest*), promovem o crescimento económico e a inovação tecnológica.

densidades populacionais e habitacionais, precariedade habitacional e de zonas urbanas, sobreocupação de espaços residenciais e más condições sanitárias – eram semelhantes a outras cidades oitocentistas. Na segunda metade do século XIX assistiu-se a um intenso processo de urbanização litoral em Portugal, com uma forte polarização bicéfala em que Lisboa e Porto albergavam mais de metade da população urbana do país (Teixeira, 1993). Deste modo, a actividade urbanística, devido ao florescimento da burguesia e actividades comerciais associadas, procurou resolver os problemas das cidades, no sentido da sua modernização.

Em 1865, o Ministério das Obras Públicas criou a figura jurídica de “Planos Gerais de Melhoramentos”, um diploma que obrigava as principais cidades a cumprirem requisitos relacionados com a higiene, a circulação, a salubridade de edificações e o arranjo de espaços públicos. O desenho urbano neste diploma apresentava influências do urbanismo francês, pela criação de avenidas estruturantes que interligavam espaços para o crescimento urbano, com passeios mais largos e arborização. No século XX, o Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, em 1934, criou os “Planos Gerais de Urbanização” direccionados a aglomerados populacionais com mais de 2.500 habitantes. O objectivo destes planos era criar cidades mais representativas da ideologia do Estado Novo (através da construção de infra-estruturas e equipamentos). Nesta época, o Estado transformou o solo privado em propriedade pública por via de expropriações. Na década de 50, o desenho urbano esboçava o movimento moderno e funcionalista, com a hierarquização de vias e circulação de quarteirões formados por blocos paralelos (baseados na Carta de Atenas²⁶). Nas décadas seguintes, de 60 e 70, deu-se uma maior importância ao desenho de pormenor, com a redescoberta de

²⁶ A Carta de Atenas é um documento de compromisso que data de 1933 redigido e assinado por grandes arquitectos e urbanistas internacionais do século XX que serviu de inspiração à arquitectura moderna. Este documento assenta em quatro funções básicas da cidade: habitação, trabalho, diversão e circulação. A Carta de Atenas propunha, em termos sociais, que cada indivíduo tivesse acesso às alegrias fundamentais, ao bem-estar do lar e à beleza da cidade. Esta Carta foi exemplo para um outro compromisso, a Nova Carta de Atenas – elaborada em 1998 pelo Conselho Europeu de Urbanistas, associações e institutos de urbanistas de países da União Europeia, dando o papel principal ao cidadão na hora de tomar decisões organizativas. A Nova Carta refere que a evolução das cidades deve resultar da combinação de diferentes forças sociais e das acções dos principais representantes da vida cívica. O papel dos urbanistas profissionais passou a ser o de proporcionar e coordenar o desenvolvimento.

idades históricas e das formas urbanas tradicionais, com a preservação de edifícios de valor arquitectónico. A partir da década de 80, as intervenções urbanísticas incidiram sobre o cuidado da preservação e da reabilitação, concentrando esforços para manter uma conciliação entre o homem, a natureza e o espaço construído. Actualmente, os paradigmas urbano e rural privilegiam as questões ambientais, o aproveitamento dos recursos naturais e a construção de edifícios inteligentes num novo equilíbrio entre o Homem, o natural e o artificial. Contudo, há problemas que precisam ser solucionados – como o tráfego das cidades, a especulação imobiliária que impele as populações para as periferias, a segurança dos centros históricos com reduzida função residencial. Todavia, há programas que procuram recuperar monumentos, reabilitar edifícios particulares ou transformar territórios obsoletos em áreas renovadas em prol de um desenvolvimento que proporcione mais qualidade de vida e bem-estar às populações (“Arquitectura Portuguesa”, 2015).

3.2. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO MODERNO: AMÉRICA DO NORTE VERSUS EUROPA

O planeamento estratégico para os aglomerados urbanos surgiu nas cidades e organismos públicos e privados na década de 70 do século XX. Impulsionado pelo sector empresarial norte-americano, através de empresas transnacionais, cujo intuito era atingirem objectivos mais eficazes e maior solidez lucrativa, aumentando a sua capacidade de resiliência empresarial e assim, enfrentarem as transformações sociais e económicas vividas na época²⁷.

²⁷ O crescimento económico do pós-guerra, em específico nos anos 50, culminou numa avalanche de estagflação na década de 70 (precisamente em 1973, pela “crise do Ouro Negro”) originada, essencialmente, por dois factores: a crise energética e a instabilidade económica. O primeiro factor derivou de uma política coerciva exercida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que quadruplicou em, aproximadamente, 3 meses o valor do petróleo, a principal fonte energética de consumo dos países industrializados. O segundo factor gerado pelo primeiro provocou a subida dos preços de produção e conseqüente incremento do preço dos produtos. Os gastos sociais, militares, investimentos no estrangeiro, suspensão da convertibilidade do dólar em ouro, desregularam o sistema monetário internacional e influíram para o agravamento da crise económica e social. Esta realidade suscitou a subida vertiginosa da taxa de desemprego pelo encerramento de

A implementação do planeamento estratégico moderno iniciou-se em 1981 na cidade de San Francisco, no Estado de Califórnia, por meio de um grupo de empresários que organizou um plano (na altura, sem a participação do município) – com o objectivo de resolver os problemas relacionados com a receita fiscal da cidade, reforçar a densidade populacional por via da habitação, concentrar núcleos empresariais transferindo as empresas, armazéns, oficinas e demais equipamentos empresariais e actividades para a periferia da cidade. Paralelamente, tendo por base uma nova configuração dos aglomerados populacionais, foram elaboradas novas propostas para melhorar as acessibilidades e transportes públicos de modo a facilitar a mobilidade urbana. O plano estratégico de San Francisco foi considerado um êxito, já que em 1983 teve início a elaboração de um novo plano; mas desta vez com a participação do município. Em meados da década de 80, mais de 25 cidades norte-americanas seguiram o exemplo de San Francisco, impulsionadas pelo sucesso de crescimento económico de San Francisco. Entre as cidades, contam-se: Los Angeles, San António, Mênfis, Califórnia, Ohio, Wisconsin, Filadélfia, Detroit, e outras. A colaboração de vários consultores privados com a associação de municípios dos EUA deu ênfase à incorporação de planos estratégicos das cidades nas agendas políticas; procedendo-se à divulgação e difusão em larga escala, originando a revisão de planos, quer de desenvolvimento integral, quer de desenvolvimento parcial, como ocorreu com a reestruturação da orla marítima de Boston e Baltimore ou a Estratégia de Atlanta para os Jogos Olímpicos em 1996 (i Esteve, 1999, p. 44).

É preciso referir que, após as aplicações no âmbito militar, a origem do planeamento estratégico, surgiu nos meandros empresariais privados na década de 60, com o propósito de tornar as organizações empresariais solidamente mais lucrativas. Esta adaptação do planeamento estratégico ao sector público, como referido, iniciou-se nos anos 80 nos EUA, em consequência das reformas neoliberais do então Presidente Ronald Reagan, nomeadamente, no sector urbano e municipal, de modo a elaborar planos estratégicos para o crescimento económico das cidades. Todavia, a génese desta tendência oferece uma retrospectiva sumária sobre as políticas seguidas. Na época de Nixon (1969-1974) foram desmantelados os sistemas nacionais de combate à pobreza e de oferta pública de habitação, em função da falta de recursos públicos

muitas empresas de diferentes sectores económicos, ainda que muitas tivessem reconvertido a sua produção.

para resolução de problemas sociais urbanos e a atribuição de subsídios ao desenvolvimento local coordenados pelo sector privado. Com Reagan, toda a política urbana foi alterada, a partir de uma reforma administrativa que reduziu gastos públicos de âmbito social, tendo sido suprimidos, na altura, 62 programas urbanos. Com este novo contexto, os governos locais ficaram pressionados a encontrar uma solução e optaram por assumir uma posição de “motores de desenvolvimento económico” para garantir os postos de trabalho. Aumentaram os incentivos fiscais para estimular actividades privadas como construções, aquisição de terrenos, infra-estruturas, entre outras; medidas amplamente aceites pelo governo Reagan que destacou a implementação do planeamento estratégico empresarial nas estratégias das políticas territoriais. Após o apogeu americano, esta corrente do planeamento territorial estratégico estendeu-se um pouco por toda a Europa, com práticas diversas entre si. (Alves, 2009).

Na Europa, o processo de implementação do planeamento estratégico foi diferente. A tradição anglo-saxónica, as características das cidades alemãs e o centralismo francês, com a sua longa cultura de utilização de planos directores mantiveram-se quase inalterados. Durante muito tempo, as tendências mais participativas do desenvolvimento territorial foram colocadas em prática, através de operações estratégicas relacionadas com a renovação urbana ou a implementação de grandes espaços, sob o domínio e controlo absoluto do sector público. Todavia, a partir de meados dos anos 80, surgiram os planeamentos estratégicos sectoriais – ainda que não houvesse em absoluto a participação activa e efectiva de agentes territoriais, como ocorreu em Roterdão, em que a transformação do porto se converteu num centro importante de logística do Continente Europeu (actualmente considerado como um dos principais *hubs* do mundo, com a reconversão de espaços obsoletos da cidade). Durante os anos de 1986 e 1987, a cidade inglesa de Birmingham apresentou um projecto de âmbito estratégico que transformou por completo a dinâmica territorial da cidade – através de uma operação estratégica centrada exclusivamente na cidade, com o aproveitamento máximo de financiamento de fundos europeus, relativos à correcção de desequilíbrios regionais. A grande metamorfose física que modificou a cidade de Birmingham baseou-se na criação de uma nova centralidade urbana – com a construção e renovação de espaços, nomeadamente, um centro de congressos e exposições, um pavilhão desportivo, hotéis multiúso, reconversão de áreas

habitacionais obsoletas ou conflitantes, recuperação das estruturas dos canais de água, datados do século XVIII, que atravessam a cidade para o transporte de mercadorias, a criação de um parque científico e tecnológico e a transformação de hectares de terra de qualidade industrial para uma nova reestruturação industrial . A esta transformação acresceu: a criação de um departamento de desenvolvimento económico, com substancial impacto sobre os modelos de formação profissional para a população e a implementação de sistemas sociais, económicos e culturais que asseguraram uma integração efectiva de pelo menos 25% da população com características raciais distintas das anglo-saxónicas com o objectivo de evitar processos de xenofobia. Há outros exemplos de projectos europeus: como "Amsterdão, porta de Europa" implementado entre 1986 e 1987, com ênfase na atracção de empresas com actividades financeiras de valor acrescentado; a transformação da cidade de Montpellier (em França), uma das cidades mais desenvolvidas de França; a implementação do plano director de Lyon (também em França) que ressituiu a cidade no pentágono francês; a recuperação de Rennes, como centro de uma região emergente a partir de uma situação de declínio acentuado; a operação "Biccoca" de Milão; a transformação das instalações obsoletas da Fiat no centro da cidade de Turim. Estes exemplos correspondem a operações estratégicas locais que não se podem considerar como planos estratégicos, mas estratégias de desenvolvimento territorial que obtiveram êxito e que constituíram os grandes antecedentes da criação de projectos estratégicos após o sucesso internacional do Plano de Barcelona. (i Esteve, 1999, pp. 42-45) que se será explanado posteriormente ao próximo ponto.

3.3. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA UNIÃO EUROPEIA - O EDEC

Nos finais da década de 90, precisamente em 1999, surge o documento Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) no cenário territorial da União Europeia. O EDEC representa uma referência na estruturação da configuração urbana, assente num sistema policêntrico de cidades, em que o equilíbrio e a complementaridade entre cidades se reflectem por meio de um desenvolvimento económico, social e ambiental mais equitativo, na tentativa de resolver todos os problemas originados até ao momento, com planos estratégicos sectoriais. O principal

intuito do EDEC foi o de alcançar a coesão económica e social, preservar a conservação e gestão dos recursos naturais e do património cultural e lograr uma competitividade mais equilibrada do território europeu. Para o efeito, assumiu como imperativo uma coordenação mais eficaz nos diferentes níveis de governação e administração dos Estados: governos locais, regionais, nacionais e comunitários. Neste enquadramento é imperativo o fomento de um sistema urbano policêntrico e equilibrado, em conjugação com uma nova relação entre o campo e a cidade; com a garantia, para todos os cidadãos, de um acesso igualitário aos serviços infra-estruturais e ao conhecimento. É igualmente necessário um desenvolvimento que se pretende sustentável, aliado a uma gestão inteligente e à protecção do património natural e cultural. Sendo que a base fulcral do desenvolvimento equilibrado consiste na realização de um planeamento adequado. (Eur-Lex, 2004).

Porém, há que ter em consideração que uma política focalizada exclusivamente no equilíbrio causaria uma debilidade das cidades economicamente mais fortes, cujo resultado aumentaria a dependência dos territórios menos desenvolvidos. Do mesmo modo, os esforços das comunidades centradas, *per se*, no desenvolvimento, aumentaria as assimetrias já existentes. Além disso, uma excessiva preservação das estruturas territoriais propenderia um entrave às tendências de modernização e em consequência, ao risco de estagnação. Portanto, mediante a conjugação dos objectivos de desenvolvimento, equilíbrio, preservação e diferentes situações territoriais, é possível desenhar um planeamento que vise o desenvolvimento equilibrado e sustentável.

O EDEC especifica que o desenvolvimento de territórios europeus deve passar pelo desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico e mais equilibrado, em simultâneo, com o esforço de colaboração entre os espaços urbanos e rurais, como referido anteriormente. O modelo policêntrico determina, antes de mais, um controlo sobre a concentração excessiva de riqueza e de população nos núcleos urbanos da União Europeia e a consolidação de uma estrutura territorial que deve ser relativamente descentralizada. Até ao momento, as medidas implementadas têm contribuído para estabelecer conexões entre a periferia ou territórios rurais e os núcleos urbanos, essencialmente, por meio da execução de projectos de infra-estruturas. Contudo, para alcançar uma configuração mais policêntrica do espaço comunitário é necessário adoptar uma política integral que proporcione novas

perspectivas às áreas consideradas periféricas – como promover a complementaridade entre o meio rural e o meio urbano e as regiões, aproveitando as vantagens de competitividade económica e demais funções urbanas (como por exemplo, a cultura, a educação, a formação e as estruturas sociais) e por último, incentivar a colaboração efectiva entre as cidades, com base em interesses comuns e com a contribuição de todos os participantes interessados. Neste sentido, há que potenciar a cooperação com o sector dos transportes de proximidade, a definição das áreas industriais ou residenciais comuns e a gestão de resíduos. (Eur-Lex, 2004).

A criação de redes de pequenas cidades em regiões com menor densidade populacional e economicamente menos desenvolvidas deve ser fomentada, para que a combinação das potencialidades destes espaços urbanos possa atingir um número suficiente de consumidores que assegure a viabilidade de empresas e serviços que as diferentes cidades não poderiam conseguir isoladamente. Um dos maiores problemas das regiões menos desenvolvidas da União Europeia reside no sector económico dos aglomerados urbanos, assente num único ramo de actividade económica, cujo declínio origina repercussões negativas sobre a economia de toda a região. A competitividade destas regiões depende de uma política de diversificação económica e da competitividade dos seus aglomerados. Em particular, as cidades que têm a função de "cidades-porta"²⁸ podem explorar, favoravelmente, a sua localização periférica. Este cenário requer um controlo sobre a expansão urbana, a integração das funções e de grupos sociais, uma gestão inteligente e economizadora dos recursos do ecossistema urbano (designadamente água, energia e resíduos), uma melhor acessibilidade através de meios de transporte compatíveis com o meio ambiente e a protecção e valorização do património natural e cultural mediante um planeamento estratégico adequado. (Europeia, 1997).

Relativamente ao desenvolvimento das regiões rurais o EDEC manifesta a importância de potenciar os recursos endógenos. Alguns espaços rurais ultrapassaram, com êxito mudanças estruturais que não se encontram apenas vinculadas a factores de

²⁸ As "cidades-porta" são, segundo o Glossário do Desenvolvimento Territorial, pontos-chave de entrada na Europa, em geral baseados nos portos e/ou aeroportos mais importantes, mas também cidades reconhecidas como centros culturais ou centros de exposições comerciais e feiras susceptíveis de constituir o primeiro ponto de referência para turistas internacionais.

localização (como a atractividade do local ou a prática de salários mais baixos), mas sobretudo, a factores determinantes como: a riqueza do património natural e cultural, o estabelecimento de redes e parcerias, o carácter democrático dos processos de tomada de decisões, à iniciativa e ao empenho de políticos regionais e locais, e de outros intervenientes locais. Portanto, é necessário encontrar, mediante um planeamento adequado, a diversidade económica destas zonas rurais de evitando uma dependência excessiva ante às estruturas uni sectoriais e à criação de oportunidades de emprego estável. Alguns aglomerados europeus encontram-se expostos aos perigos da comercialização e da uniformização cultural que incluem a especulação imobiliária, os projectos de infra-estruturas, sobredimensionadas em relação à envolvência territorial e à realização de algumas adaptações, pouco reflectidas, face às exigências do turismo de massas – aspectos que não preservam a individualidade e a identidade dos aglomerados, quer urbanos, quer rurais. (Europeia, 1997).

No que diz respeito às construções de edifícios ou de conjuntos edificados, raramente existe uma correspondência com uma visão contemporânea do urbanismo, em consonância e integrados harmoniosamente na área urbana; tal como ocorre no meio rural, em que as paisagens urbanas são, frequentemente, produto de uma evolução aleatória. A implementação destas políticas baseia-se no princípio da subsidiariedade²⁹. Neste sentido, se por um lado, é necessário uma cooperação entre as políticas sectoriais e entre estas e as autoridades competentes de ordenamento do território (isto é, uma cooperação horizontal), por outro lado, é fundamental a cooperação entre as políticas ao nível comunitário, transnacional, regional e local (ou seja, uma cooperação vertical). (Europeia, 1997).

A cooperação é a chave para uma política de desenvolvimento territorial integrada, constituindo uma mais-valia em relação à implementação isolada das políticas sectoriais. Uma política integrada de planeamento territorial à escala europeia deve ser alvo de opções políticas que permitam desenvolver determinadas áreas, para que as

²⁹ O princípio de subsidiariedade, definido no artigo 5º do Tratado da União Europeia, trata -se de um princípio segundo o qual a União Europeia só deve actuar quando a sua acção seja mais eficaz do que uma acção desenvolvida ao nível nacional, regional ou local, excepto quando se trate de domínios da sua competência exclusiva. Este princípio está intimamente relacionado com o princípio da proporcionalidade, que supõe que a acção da União não deve exceder aquilo que seja necessário para alcançar os objectivos dos Tratados.

fronteiras nacionais e outros obstáculos administrativos deixem de constituir obstáculos ao desenvolvimento. Portanto, o EDEC preconiza três níveis de cooperação territorial: ao nível do território da União Europeia, ao nível transnacional/nacional e ao nível regional/local. O EDEC deriva de uma série de funções fundamentais para uma política de desenvolvimento equilibrado e sustentável, tais como:

- A criação de redes de regiões urbanas de modo a que todas as cidades e regiões sejam capazes de contribuir para a redução do desemprego, o crescimento económico e a estabilidade social na União Europeia;
- Uma melhor acessibilidade, como condição prévia para um desenvolvimento policêntrico;
- A criação de “euro-corredores” que podem reforçar a coesão territorial da União Europeia e que representa uma ferramenta essencial do desenvolvimento territorial para a cooperação entre aglomerados populacionais;
- O reforço das cidades e regiões situadas ao longo das fronteiras externas da União Europeia;
- A conservação e o desenvolvimento da biodiversidade das regiões da UE, através da criação de uma rede europeia de espaços naturais que requer uma coordenação territorial entre as distintas políticas comunitárias com as correspondentes actuações nacionais;
- O desenvolvimento do património cultural europeu; a gestão integrada das zonas costeiras, devido à progressão dos conflitos sectoriais, à evolução demográfica e ao número de instituições e agentes com interesses em áreas costeiras. (Europeia, 1997).

Para uma melhor execução das políticas recomendadas pelo EDEC tornou-se necessário avaliar de forma sistemática e periódica ao nível europeu, nacional e local os efeitos territoriais das políticas comunitárias.

O desenvolvimento urbanístico, frequentemente, altera o património histórico e a atractividade dos aglomerados e, em consequência, a sua identidade. Esta situação acaba por gerar impactos negativos pela desigualdade de vida dos habitantes e por uma perda de atractividade o que também pode gerar retrocesso de investimentos e de emprego; em suma, enfraquecimento financeira dos aglomerados.

Um crescimento anárquico e sem planeamento implicam uma maior intensidade de tráfego, um aumento do consumo de energia, encarecimento infra-estrutural e de serviços, com repercussões negativas sobre a qualidade da paisagem e do meio ambiente. Em algumas áreas, o aumento do nível de vida intensifica a procura por residências secundárias, ao ponto de alguns aglomerados poderem ser considerados como "lugares de fim-de-semana". Muitas vezes, o planeamento de alguns lugares não tem em consideração as necessidades de famílias com menores de idade, e por isso os bairros residenciais da periferia costumam oferecer uma qualidade de vida superior, comparativamente aos centros das cidades. É também nas periferias que o desejo de possuir casa própria se pode materializar devido aos preços mais reduzidos das habitações. Por esta razão, muitas famílias com rendimentos médios ou altos abandonam o centro da cidade em prol das periferias. (Europeia, 1997).

Por todas estas características o EDEC apresenta um planeamento adequado para auxiliar os aglomerados populacionais, em particular as cidades, mas também espaços rurais. Permite planificar estratégias integrais que tentam coordenar as diferentes fases de planeamento sectorial num aglomerado populacional (que pode ser uma cidade) ou entre aglomerados populacionais (que podem ser cidades próximas ou aglomerados populacionais de menor dimensão) e assim, criar uma rede urbana equilibrada para o desenvolvimento do território. (Europeia, 1997).

3.4. O PLANO ESTRATÉGICO DE BARCELONA (1988-1992)

A cidade de Barcelona foi o primeiro território a implementar um plano estratégico, considerado o mais completo e desenvolvido da Europa. Em 1988 por iniciativa do Município barcelonês, acompanhado por um conjunto de instituições da cidade, foi elaborado um Plano Estratégico, Económico e Social para um horizonte de 12 anos. As razões que estiveram na base desta decisão partiram da ideia de que todos os

indicadores económicos e sociais da cidade confirmavam que o processo de crescimento da cidade seria contínuo depois da realização dos Jogos Olímpicos de 1992. A elaboração do Plano Estratégico, Económico e Social baseou-se numa estrutura organizativa simples, mas com uma característica marcadamente decisiva para o sucesso do plano – a participação dos actores locais.

Para a efectivação do plano, foram criados grupos de trabalho de âmbito executivo, fiscalizador e de coordenação. No Comité Executivo figuraram 10 instituições consideradas as principais da cidade³⁰ que se reuniam de duas a três vezes por mês, durante cinco anos. O órgão de fiscalização e execução do plano contava com uma equipa de três pessoas com elevados níveis de conhecimento que dirigiam a coordenação quotidiana técnica dos trabalhos. O coordenador do projecto, que também acumulava as funções de responsável técnico, constituía-se como o elo entre todas as instituições públicas e privadas. Foi também criada a figura de Comissariado Municipal, uma organização capaz de gerir as mudanças que o plano projectaria na cidade. O Conselho Geral (constituído por 193 instituições económicas, sociais e culturais da cidade) reunia-se entre seis a sete vezes por ano para aprovar as distintas fases do plano, nomeadamente: o diagnóstico da situação externa e interna da cidade, o objectivo central de cada fase, possíveis linhas estratégicas e constituição de comissões técnicas, elaboração e síntese de estratégias, redacção definitiva do Plano, prossecução e avaliação. A não-participação inicial do Governo da Comunidade Autónoma de Catalunha, especialmente nas fases iniciais do Plano, foi vista como um *handicap* que obrigou a que outras entidades municipais, nomeadamente, representantes municipais não estivessem presentes no primeiro Comité Executivo; apesar da importância da visão metropolitana para o Plano. (í Esteve, 1999, pp. 187-205).

Desde o primeiro momento, procurou-se integrar no Plano Estratégico de Barcelona uma participação de cidadania activa, com o máximo de pessoas, especialmente com as que teriam uma maior capacidade de discernir sobre as questões vitais de futuro para o desenvolvimento económico e social do território.

³⁰ O Ayuntamiento de Barcelona, Cámara de Comercio e Industria, a Patronal, Fomento de Trabajo, os sindicatos Comisiones Obreras e Unión General de los Trabajadores, o Puerto Autónomo, a Feria de Barcelona, o Consorcio de la Zona Franca, a Universidad de Barcelona e o Círculo de Economía.

Como é sabido, a recolha de informação pertinente pode muitas vezes melhorar os estudos, mas é contraproducente a sua utilização exclusiva. Nesse sentido, a equipa de Barcelona elaborou mais de 25 trabalhos sectoriais de 2 ou 3 páginas, para que diversos especialistas descrevessem o estado das problemáticas. Deste modo, foram incorporadas informações em forma de *flash* e por sequência, apresentadas críticas fundamentadas. Seguindo o mesmo contexto, contou-se com uma equipa assessora constituída pelos mais conhecidos catedráticos de economia urbana das quatro universidades de Barcelona. Cerca de 50% do orçamento para a elaboração do Plano foi aprovado pelo município da Cidade e o restante por instituições do Comité Executivo; esta última metade teve como fim operações de marketing, nomeadamente: seminários públicos, exposições participativas (em que as de maior amplitude foram financiadas por patrocinadores privados), anúncios, entre outras. A partir de elementos de definição territorial prefixados (como a construção de áreas olímpicas, a abertura da cidade ao mar e à montanha, a reestruturação dos transportes aéreo e ferroviário, etc.), foi definido o modelo físico geral interligado a um modelo de qualidade de vida, de competitividade e de adequação dos recursos humanos que respondessem às mudanças. Portanto, o objectivo principal foi genérico: «Consolidar Barcelona como uma metrópole europeia empreendedora, com influência na macrorregião, na qual está geograficamente localizada, com equilíbrio social, qualidade de vida moderna e profundamente enraizada na cultura mediterrânica». Apesar desta abordagem, o valor explicativo foi suficiente para formar uma visão integral nos grandes temas urbanos. (i Esteve, 1999, pp. 187-205). Após a calendarização sobre as etapas de elaboração do plano, o Plano foi estruturado em três grandes estratégias que englobaram nove objectivos e 56 acções. De modo geral, podem ser agrupados da seguinte forma:

- Estrutura interna, conectividade e acessibilidade: infra-estruturas, urbanismo e transportes.
- Qualidade de vida: meio-ambiente, formação profissional, habitação e acções sociais prioritárias com o objectivo de atingir coesão e equilíbrio.
- Apoio à actividade económica: através de estruturas de suporte como centrais de mercadorias, o Palácio de Congressos ou ampliação da Feria. Modernização e inovação do tecido industrial existente; suporte aos sectores económicos emergentes ou serviços avançados às empresas e à população.

Esta visão teve em conta os aspectos relacionados com a competitividade e o crescimento sustentável, não só do ponto de vista social e económico, mas também ecológico. Assim, a continuação do Plano foi gerada após os três anos de trabalhos, numa experiência importante sobre a realidade estratégica de acções que vão desde o compromisso dos actores até à análise da capacidade de transformação da cidade.

O Plano Estratégico de Barcelona, entre 1988 e 1992, como anteriormente referido, foi o mais completo e desenvolvido da Europa até então, já que o processo transformou a base urbana e económica da cidade, assim como a sua projecção internacional. O resultado desse esforço colectivo foi reconhecido pelas Comunidades Europeias que premiam a cidade de Barcelona pela ampla participação no Plano Estratégico, pela sua concepção integral e carácter estratégico. Hoje, mais de cinquenta cidades europeias desenvolveram planos estratégicos com a metodologia desenvolvida em Barcelona, a qual difere da tradicional utilizada em várias cidades dos EUA. (i Esteve, 1999, pp. 187-205).

3.5. A ESTRATÉGIA DOS TERRITÓRIOS NUM MUNDO GLOBALIZADO

Os territórios, independentemente da sua dimensão, vivenciam a globalização económica, social e cultural e por isso, precisam de definir uma estratégia capaz de articular o sistema urbano em simultâneo com uma gestão relacional. A globalização é o produto dinâmico da evolução científica e do desenvolvimento tecnológico que progressivamente mudou os conceitos e os paradigmas de tempo, de espaço e de aspectos relacionados com a própria sociedade, economia e cultura (Paula, 2009). Neste sentido, alguns territórios funcionam essencialmente como pontos estruturantes das diferentes dinâmicas colectivas, nomeadamente, da economia contemporânea.

A globalização económica gerida por meio de uma rede de fluxos de informações, capitais, mercadorias e pessoas, percorrem todo o território e assenta, essencialmente, em aglomerados urbanos de dimensão dinâmica. Estes servem de nós estruturais, como serviços especializados e estabelecem os elementos organizadores e o suporte à economia mundial – beneficiando, assim, das sinergias resultantes do sistema de fluxos mundial, continental e regional.

A globalização pode ser considerada como um processo de interação e integração da sociedade nos seus diferentes aspectos, baseando-se numa integração económica, social, cultural e política que terá sido impulsionada entre o final do século XX e início do século XXI pela facilidade de acesso (de baixos custos e diversidade de oferta) dos meios de transporte e comunicação entre as nações do mundo. Alguns autores entendem que a globalização económica teve a sua origem antes do Império Romano – isto é, com o Império Chinês e explicam que este ao se estender para outros lugares, teve um maior desenvolvimento nas Cidades-Estado da Grécia que por sua vez, contribuíram para a globalização económica³¹. (dos Santos, 2013, pp. 7-10).

Há territórios que sentem a obrigação de definir uma estratégia de qualificação ou requalificação dos seus recursos humanos e das suas infra-estruturas e serviços para adquirir a singularidade e a notoriedade necessárias, a competitividade e a capacidade de projecção, para atrair novos fluxos e aumentar a sua liderança e organização; uma vez que, *per se*, tornar-se-ia difícil acompanhar esta nova ordem mundial e por conseguinte, ficariam marginalizados dos processos de desenvolvimento. A estratégia não deve ser definida apenas por áreas metropolitanas ou cidades consideradas centrais, já que a experiência do planeamento estratégico destaca a importância de que todos os territórios devem definir a sua própria estratégia, o que inclui cidades

³¹ A globalização pode ser perspectivada por três períodos – o primeiro, denominado por “Globalização 1.0”, iniciado em 1492, com Cristóvão Colombo, tendo-se estabelecido as bases para as rotas comerciais entre o Velho e o Novo Mundo até 1800 e que funcionou como um motor dinâmico e expansionista para a segunda fase, pelas conquistas territoriais da época. O segundo período, intitulado Globalização 2.0, ocorreu entre 1800 e 2000 (com interrupções temporais, devido à Grande Depressão e às Primeira e Segunda Guerras Mundiais). A Globalização 2.0 reforçou o panorama da globalização criado por empresas multinacionais que se expandiram na procura de novos mercados e mão-de-obra; este período fora impulsionado numa primeira fase pela Revolução Industrial (graças ao motor a vapor e à ferrovias) e numa segunda pela queda dos custos de transporte (desde a difusão do telegrafo, passando pela telefonia, computadores, satélites até à world wide web). Neste período houve uma maturação da economia global pela movimentação de bens, pessoas e capitais entre continentes devido aos transportes cada vez mais sofisticados. O terceiro e último período até ao momento, é a denominada Globalização 3.0 que se iniciou em 2000, a qual mostra que o mundo parece ter encolhido significativamente. Este período é centrado no indivíduo e na sua capacidade de integrar-se e interagir de modo uniforme, através da sua própria individualidade e no acesso ao mundo por via da tecnologia da informação. (dos Santos M. , 2013, pp. 7-10)

médias, pequenas ou aglomerados de baixa densidade populacional. Este pensamento não tem que ver só pelos efeitos de competitividade da área territorial, mas sobretudo tem que ver com questões internas cuja finalidade é a qualificação da vida do território e dos seus cidadãos. A verdadeira aposta deve cingir-se ao desenvolvimento de serviços avançados ou especializados, conversão ou reconversão de centros de produção, difusão de conhecimentos e procura de um novo modelo de desenvolvimento em que a criatividade e a capacidade de inovação dos indivíduos, empresas e instituições sejam uma fonte importante de valor acrescentado. Este novo modelo de desenvolvimento deve reger-se por critérios de sustentabilidade, com a participação activa da sociedade civil – tendo presente que a educação e a cultura serão os principais factores de competitividade de um território. A política social não deve só lidar com novas formas de desigualdade e de pobreza, para as quais não é suficiente garantir as prestações sociais e serviços vigentes; deve sim promover uma acção social com o objectivo de atingir fins solidários e reduzir a desigualdade no acesso ao capital intelectual. As políticas públicas devem ser geridas com qualidade e articulação, com cooperação entre todas as partes interessadas com o intuito de encontrar as fórmulas organizativas em função dos interesses dos cidadãos.

Na rede de intercâmbios e fluxos de bens e pessoas e serviços, os territórios estabelecem relações de competências, no sentido de atrair e captar investimentos, em particular as empresas – com a pretensão de se consolidarem como centros logísticos do ponto de vista económico, por via de eventos culturais e de conhecimento que proporcionem uma maior projecção, especialmente para o exterior.

Se os territórios com maior densidade populacional, como as cidades, são os pontos nodais da estrutura do mundo contemporâneo, os subsistemas urbanos constituem os seus eixos. Um determinado território pode pertencer a diferentes subsistemas urbanos em função das suas opções estratégicas, sejam estas de desenvolvimento económico sectorial, portuário, turístico, cultural ou tecnológico.

As cidades têm necessidade de estabelecer alianças estratégicas entre si para melhorar a sua quota de mercado e visibilidade ao nível macrorregional ou internacional. A constituição destas redes ou associações entre territórios de menor densidade e cidades é o início destas parcerias para qualificar os subsistemas urbanos. Para que um determinado território alcance uma posição na hierarquia regional, nacional ou

global é muito importante que os residentes participem no plano estratégico. É vital que os agentes promotores do plano – sejam do sector público ou do sector privado – saibam dirigir e coordenar todos os representantes da sociedade, através do princípio da governança. A Governança constitui-se pela governação. A governação sugere uma ordem que parece desejável implementar numa determinada sociedade, uma vez que se percebe que a falta de ordem não é favorável para a sobrevivência de uma sociedade e portanto, também se torna fácil de entender que não há conhecimento de sociedades ou grupos em que a governação não tenha o seu fundamento. Neste sentido, a governação de um Estado é considerado como um conjunto de condições que permite a gestão da comunidade, de modo a traduzir as escolhas dos cidadãos através de mecanismos que legitimam as políticas de acção para o desenvolvimento da sociedade, satisfazendo os direitos sociais, económicos e ambientais (Curado, 2005).

A Comissão Europeia entende a governança europeia como o conjunto das regras, processos e práticas que se referem ao modo como os poderes são exercidos; com o objectivo de reforçar a democracia e aproximar os cidadãos às instituições de decisão. Todavia, há princípios a seguir como: a abertura e transparência das instituições; o envolvimento da sociedade civil nos processos de tomada de decisão; o envolvimento da sociedade civil na definição e aplicação de políticas coerentes e bem geridas; a garantia de uma aplicabilidade de medidas claras e estáveis que proporcionem e apoiem o crescimento e o emprego, o respeito pelos princípios de proporcionalidade e da subsidiariedade; a garantia da responsabilidade de acções das instituições perante os cidadãos e a contribuição para o debate, sobre a governação para melhorar as instituições e a sua acção ante ao cidadão. (Comissão Europeia, s.d.).

Em suma, a “Governança” significa a capacidade do Estado de servir os cidadãos. Apesar da amplitude desta capacidade, essencialmente, a governança diz respeito às regras, processos e comportamentos em relação aos quais os interesses são articulados, os recursos são geridos e o poder é exercido na sociedade. Hoje governança é geralmente utilizada para avaliar a qualidade e desempenho de qualquer sistema político-administrativo. (Comissão Europeia, 2003). A governança pode também ser entendida como um processo de coordenação de actores, de grupos sociais, de instituições, para atender aos próprios acontecimentos discutidos e definidos colectivamente em ambientes fragmentados e incertos. (Farinóis, 2008).

O planeamento estratégico territorial não deve seguir o raciocínio de isolamento, ou seja, um exercício parcial que acaba por ser improdutivo; mas estar coordenado com outros planeamentos de âmbito sectorial e territorial, integrado num único modelo de futuro (com visão estratégica) que englobe as dimensões do desenvolvimento económico, social e ambiental.

No final do século XX e no início do século XXI, o planeamento estratégico gerou uma transformação mais incisiva nos modelos metodológicos, uma vez que os governos locais precisavam de se adaptar às realidades actuais cada vez mais complexas e mutáveis. O fenómeno galopante da globalização transformou o planeamento em algo obsoleto, tradicional, baseado no ordenamento físico e espacial dos territórios, em particular das cidades, sem adequação suficiente para promover políticas públicas de desenvolvimento territorial e urbano. Em resposta a este novo panorama iniciou-se o desenvolvimento de implementação de um novo tipo de planeamento para as cidades – o "Planeamento Estratégico Urbano" – que constituiu a aplicação do modelo de governança local às políticas públicas, no sentido de promover o desenvolvimento endógeno das cidades e também de aglomerados populacionais de menor dimensão. Os princípios básicos desta modalidade tiveram como fundamento a participação dos cidadãos e a cooperação público-privada que engloba os principais agentes económicos, sociais e culturais do território. Um método que se quer de adaptação às novas exigências do panorama actual, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos residentes de qualquer aglomerado populacional. (Farinós, 2010).

Um exemplo de participação dos cidadãos num projecto de implementação estratégica para um determinado território é a metodologia seguida nos processos da Agenda 21 ³²

³² A Agenda 21 surge na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), também conhecida como a Cimeira da Terra, protagonizada em 1992, no Rio de Janeiro (no Brasil), como um dos documentos mais relevantes de manifestação da sustentabilidade para a Humanidade do século XXI. Assenta na sinergia da sustentabilidade ambiental, social e económica.

A Agenda 21 corresponde a um processo de planeamento participativo, de diagnóstico e análise dos territórios ao nível nacional, municipal e local, cujo objectivo é a implementação que se pauta por um exercício aberto e inacabado, com acções contínuas que visem a melhoria de vida dos cidadãos presentes e das futuras gerações. Isto é, tendo como base o desenvolvimento sustentável que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de

que se prende com um sistema suficientemente revelador e útil, implementador de uma nova estratégia de tipo *bottom-up* nas políticas territoriais. As questões de implementação são similares em qualquer planeamento territorial; ou seja, numa primeira fase, inicial ou preparatória, há uma clarificação e definição da filosofia do projecto; seguindo-se a análise e o diagnóstico que se coadunam no sentido de se perceber a radiografia e a estrutura dos processos do território, identificadores dos problemas e das causas que irão servir de base para definir os objectivos a alcançar; uma outra fase, correspondente à preparação e selecção de alternativas, tem como intento a identificação das opções que devem ser concretizadas, caso as anteriormente determinadas não tenham dado as respostas adequadas e esperadas. A antepenúltima fase, numa perspectiva de continuidade, é a programação, onde se concretizam os objectivos e se formalizam os planos de acção e por fim, a fase de execução que aplica, comprova e avalia as medidas efectuadas. (Farinós, 2010).

3.6. A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

O fenómeno da participação é multidimensional e as formas pelas quais a sociedade influi nas decisões colectivas adoptadas pelas autoridades públicas são múltiplas. O tipo de participação mais simples e difundida é a participação eleitoral, seguindo-se a participação em associações, depois o contacto individual com representantes políticos ou com funcionários da administração pública e, finalmente, as actividades de protesto através da recolha de assinaturas, manifestações, greves, entre outros.

satisfazerem as suas próprias necessidades. Neste sentido, a Agenda 21 Local (A21L), segundo a ICLEI (Internacional Council for Local Environmental Initiatives, uma associação internacional de governos locais e organizações de governos locais, nacionais e regionais que visa um amplo trabalho no contexto do desenvolvimento sustentável), constitui um processo participativo, mutisectorial, que pretende atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

Nos novos planos estratégicos uma das peças mais imprescindíveis para que a estratégia seja bem-sucedida é a participação dos cidadãos, entendida como o processo pelo qual se consideram as opiniões, valores, preferências dos cidadãos, organizados ou não. Funcionam como um “input substantivo” nos processos de tomada de decisão sobre a concepção, implementação e/ou avaliação de políticas públicas (Clemente, 2010, p. 26).

Numa perspectiva mais incisiva, a participação pública pode ser definida como o envolvimento de indivíduos e grupos que são positiva ou negativamente afectados por uma intervenção proposta sujeita a um processo de decisão (como por exemplo, um projecto, um programa, um plano, uma política)(André, 2006).

A participação pública envolve a interacção entre a sociedade civil e as autoridades públicas, seguindo duas vertentes principais: em primeiro lugar, a informação divulgada pelas autoridades à sociedade e, em segundo lugar, a informação pretendida pelos cidadãos às autoridades públicas, normalmente concedida pelas autoridades através de consulta pública com o intuito de legitimar um plano ou um projecto. Geralmente, a informação que é difundida através dos meios de comunicação tradicionais não envolve directamente os cidadãos nos processos de tomada de decisão, uma vez que a comunicação trata do desenvolvimento de projectos ocorridos. Porém, não deixa de ser significativo a importância da divulgação de informação e o respectivo prosseguimento desses processos. Em contrapartida, a consulta consiste num sistema explícito de recolha de informação por parte do público que apresenta o seu parecer sobre o motivo da consulta e sobre os elementos que devem ser alvo de rectificação, sem contudo estabelecer uma discussão dinâmica com poder negocial imediato para a tomada de decisão final. Ainda assim, a participação pública toma uma proporção efectiva quando os cidadãos, ou a título individual ou através de associações, se envolvem activamente nos processos de diálogo, de troca de informações e de negociações com as autoridades públicas e instituições; ou, na sua falta, com os que promovem tal processo para a tomada de decisões colectivas. (Clemente, 2010).

Portanto, a participação pública deve incluir tanto a comunicação e a informação como a consulta. Esta última, deve ser compreender o diálogo e a gestão de negociação entre as autoridades públicas e a sociedade civil para uma melhor tomada de decisão no que diz respeito ao diagnóstico de uma situação, a orientações de acção a desenvolver, ao modo de executá-las e à sua respectiva avaliação. Num plano estratégico, o processo participativo baseia-se na estrutura organizativa e formal do plano que tem como pressuposto fundamental a presença activa dos cidadãos ou dos seus representantes. Um dos problemas mais usuais no que se refere à inclusão dos cidadãos na participação de um plano estratégico é o de saber quem são os intervenientes e em que circunstâncias irão participar nos processos do plano. Neste sentido, é preciso perceber, por um lado, se os participantes representam o conjunto da população ou apenas algumas partes interessadas que se sentem afectadas pelas decisões; ou se, por outro lado, são convocados de forma aberta ou por processos concretos de selecção ou convite. Como os cidadãos, em geral, são afectados pelas decisões tomadas, quando explicitamente convidados a colaborar nos processos de decisão, a participação é mais activa comparativamente à que é realizada de modo lato. (Clemente, 2010).

Há que notar que a participação é a base da cidadania e os seus efeitos são distintos face ao tipo de participação; ou por meio de parcerias ou a título individual. Se a participação ocorrer por associação de participantes, apesar da redução de custos na procura de informação e da voz global gerada ante à tomada de decisões, é previsível um certo *deficit* de participação por distintas razões: ou por não estarem presentes todos os participantes da associação, ou por estas associações apenas representarem grupos (colectivos). Portanto, o método de selecção dos participantes deve ser específico em função dos objectivos a atingir: reduzir custos, assegurar a representatividade, ampliar a dinâmica e o número de participantes, entre outros. Os participantes que têm a oportunidade de influenciar e controlar decisões são seleccionados de acordo com objectivos preestabelecidos, de modo a possibilitar uma maior garantia de êxito. Um facto que se deve essencialmente à existência de mecanismos que gere a confiança dos potenciais participantes sobre as oportunidades de influenciar as decisões tomadas e que propicia planos legítimos e aceitáveis por parte da sociedade. Deste modo, ao planear uma iniciativa de participação, torna-se necessário não só conhecer os participantes mas também saber como devem ser

seleccionados, tendo em conta os objectivos iniciais e a garantia que as decisões finais entram na agenda pública e serão objecto de acção. Os fluxos de informação estabelecidos entre as autoridades que realizam o plano e os cidadãos que nele participam devem basear-se em três aspectos fundamentais: informar, consultar e criar consenso, uma vez que há uma maior participação e sucesso de implementação do plano quando os fluxos de informação são bidireccionais, combinando a informação e a consulta. (Clemente, 2010).

3.7. A PROSPECTIVA E A IMAGEM DO TERRITÓRIO

A Estratégia de Lisboa (que data de 2000), igualmente conhecida como Agenda de Lisboa, teve como principal propósito basear a economia da UE no conhecimento e numa economia mais dinâmica e competitiva do mundo até 2010, capaz de um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, maior coesão social e respeito pelo meio ambiente³³.

A Estratégia Lisboa teve como base a análise reflexiva do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) e do diagnóstico realizado para o

³³ A Estratégia de Lisboa (que esteve em vigor entre 2000 e 2010) foi substituída pela Estratégia Europa 2020. De forma similar que na década anterior, a União Europeia continua a enfrentar as mesmas problemáticas: efeitos da globalização, da economia do conhecimento, do envelhecimento da população, das alterações climáticas e da escassez de recursos naturais. Em suma, a Estratégia Europa 2020 prossegue objectivos semelhantes à Estratégia de Lisboa, no que se refere ao fomento do emprego e ao crescimento sustentável, por via da qualificação, inovação e solidez das contas públicas. Porém, a Agenda 2020 prioriza um novo tipo de crescimento que se quer sustentável, mas também inteligente e inclusivo, englobando cinco objectivos ambiciosos em matéria de: emprego (por meio do aumento para 75% da taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos); inovação e desenvolvimento (com um investimento de 3% do PIB para o efeito); alterações climáticas e sustentabilidade energética (através da redução das emissões de gases com efeito estufa em 20% ou em 30%, referente aos níveis registados em 1999); educação (com a redução da taxa de abandono escolar precoce para menos de 10% e aumento para pelo menos 40% da população entre os 30 e os 34 anos com um diploma do ensino superior); luta contra a pobreza e exclusão social (por via da redução de pelo menos 20 milhões de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social). Isto é, as prioridades e objectivos da Estratégia 2020 visam colmatar desequilíbrios das sociedades dos Estados-Membros, reforçando a coesão económica, social e territorial.

território europeu; partindo do pressuposto que o EDEC foi um debate político importante para o processo de integração, com modelos e objectivos territoriais comuns para o desenvolvimento futuro da União Europeia. O desenvolvimento pretendido tinha a finalidade de alcançar o equilíbrio económico e social, em conjugação com a conservação e gestão dos recursos patrimoniais, e a capacidade de construir um território mais coeso.

Desde há décadas que povoações, vilas ou cidades têm desejado vivenciar uma espécie de revolução industrial, de modo a transformar o seu âmbito territorial e urbano numa nova sociedade industrial, à qual se associa, quase instintivamente, aspirações de elevados níveis de crescimento e desenvolvimento. Actualmente, a motivação para fomentar o crescimento e o desenvolvimento de aglomerados populacionais assenta no valor da informação e do conhecimento. Neste contexto, no âmbito da economia e da gestão, há dois conceitos que adquirem uma relevância fundamental: a inovação e a competitividade como garantia de futuro. (Martínez, 2010)

Hoje em dia, o planeamento estratégico que desenha o futuro para os territórios, próximo ou distante, apresenta-se como uma oportunidade de reflexão inovadora e flexível, com poucas complexidades sobre o “destino” do território. Os objectivos, metas e acções são precisos e directos, apoiados por uma participação aberta e ampla, de todos os intervenientes que promovem o incentivo ao compromisso de concretização de um fim. Razoavelmente ambicioso, centrado numa arquitectura coerente de metas e acções, de recursos e responsabilidades, o planeamento estratégico acaba por ser impulsionado por dirigentes e líderes locais com carácter dinâmico e incentivador. No processo de desenho, ou seja, de planeamento de como será o território, o primeiro passo consiste em organizar a sua estrutura, que se baseia nos recursos humanos e materiais disponíveis e disponibilizados para o plano. Para esta fase inicial, é recomendável a criação de um conselho ou órgão de natureza política, representativo das diferentes sensibilidades económicas e sociais; considerando-se igualmente razoável a criação de um Gabinete Técnico que desenvolva, atribua responsabilidades e supervisione os trabalhos para a realização do diagnóstico, promoção e organização de todas as reuniões e demais actividades para a elaboração do Plano Estratégico. (Martínez, 2010).

Após esta fase, torna-se necessário realizar o diagnóstico, ou seja, conhecer o território em estudo e as suas especificidades. Conhecer com detalhe o município em todas as suas dimensões: demografia, equipamentos, transportes, infra-estruturas, tecnologias de informação, urbanismo-habitação, património histórico-cultural e natural, entre outros. De igual modo, é fundamental conhecer o meio envolvente mais próximo, o contexto regional e nacional e a situação económica e as tendências apresentadas aos níveis económico, político e social. Os resultados de todo o cenário diagnosticado – dados, estudos, relatórios – que correspondem à matéria-prima do plano estratégico, acrescentando também as percepções, as opiniões e as aspirações da população residente do território. No processo de recolha de opiniões é dada uma maior visibilidade ao projecto de planeamento pretendido que por meio da cidadania é possível lograr o êxito de implementação do plano, uma vez que existe o envolvimento de todos os intervenientes. (Martínez, 2010).

Uma gestão de informação completa para o diagnóstico e uma análise inteligente são duas fases decisivas para a proposta de plano estratégico. Trata-se de ter uma radiografia precisa não só da realidade actual, mas da realidade que se pretende obter, isto é, da realidade desejada. Portanto, para conhecer a diferença entre o cenário de partida e o cenário de chegada deve ser construída uma arquitectura estratégica de objectivos e acções, com estabelecimento de prazos de execução responsáveis, assim como de recursos e indicadores para a sua prossecução.

O estudo da imagem do território constitui um importante ponto de partida para o diagnóstico que deve ser incorporado aquando da concretização dos objectivos e da aplicação de políticas específicas. Os governos locais necessitam desta referência para agir a fim de conseguir uma orientação sobre o que os cidadãos pretendem, a partir da análise das forças e debilidades do território (Martínez, 2010).

O estudo sobre a imagem territorial é uma tarefa complexa. É necessário identificar as dimensões da realidade territorial e conhecer qual a importância relativa de cada uma para os diferentes públicos-alvo; já que os residentes e os visitantes têm uma percepção distinta dos territórios. Para o efeito, é preciso uma investigação qualitativa e quantitativa que possibilite identificar e medir essas dimensões que permita aferir a importância das relações pretendidas, na tentativa de compreender a relevância da imagem e do sentimento de pertença.

As dimensões podem ser: a atracção arquitectónica e urbanística, o património histórico, o meio-ambiente, as questões sociais, a cultura, a gastronomia, os produtos locais, os serviços, a inovação e a cultura empresarial, a economia e o comércio, a educação, entre outros. Com uma metodologia adequada é possível observar os resultados sobre a importância de cada uma destas dimensões para o território, identificando pontos fortes e fracos, assim como a importância que têm sobre o território (Mora Aliseda & de São Pedro, 2010).

A prospectiva territorial é neste aspecto essencial; pode ser definida como uma tentativa sistemática de observar a longo prazo o futuro da ciência, da tecnologia, da economia, da política e da sociedade com o propósito de identificar as tendências emergentes, que previsivelmente produzirão as maiores transformações no território (Fernández Güel, 2010, p. 82). Também pode ser assim considerada como uma técnica que ajuda a pensar os futuros prováveis do território, de modo a que a realidade possa estar no futuro em consonância com expectativas e intenções. Poder-se-á dizer que a prospectiva territorial é uma técnica de apoio à decisão política, onde o principal instrumento é a simulação de cenários e não de modelos (apesar de ser igualmente possível a sua utilização como teste aos cenários). A previsão tem uma conotação distinta, uma vez que se configura como uma construção do futuro tendo em conta as questões passadas. A prospectiva dirige o presente para um futuro diferente e desejado, revelando as tendências que serão evidenciadas na sociedade e na economia para que se possa preparar o futuro (Chorincas, 2007).

Através da prospectiva territorial é possível criar imagens, visões partilhadas do futuro do território, fundadas sobre as estratégias de desenvolvimento a longo prazo e definir acções a curto e médio prazo. Assim, aquando da execução de qualquer plano estratégico deve ser tomada em consideração a imagem/prospectiva do território, criada a partir do plano referido que deve conter cinco elementos fundamentais: antecipação, com previsões sobre qual o futuro do território, referente às tendências de longo prazo na natureza social, económica e tecnológica; participação, com o maior número possível de cidadãos; ligação em rede ou interacção, constituindo uma nova rede social no território; visão, como guia de orientações políticas e de elaboração de planos de desenvolvimento; finalmente, a acção, que determina a implicação das previsões futuras para a tomada de decisões e implementação. (Chorincas, 2007).

Não obstante, é necessário ter presente que a prospectiva territorial tem limitações que devem ser consideradas em todas as fases de elaboração de um plano, como é o facto de um plano não resolver todos os problemas sociais, económicos, ambientais ou políticos que fazem parte de um território; nem impor um consenso onde há divergências significativas entre os actores territoriais. Neste sentido, a prospectiva não é, de modo algum, um antídoto a curto prazo, já que os resultados da análise e da implementação de medidas surtem efeito a longo prazo. Para muitas situações, as políticas não podem ser direccionadas para a administração local pela dificuldade da sua implementação no território; essencialmente por falta de competências. A prospectiva tem assim, como intuito, a resolução de problemas complexos, com a perspectiva de que a solução exigirá esforço e trabalho, sobretudo na mudança de mentalidades dos cidadãos sobre as transformações que o território terá de vivenciar.

3.8. EVOLUÇÃO DO PLANEAMENTO TRADICIONAL EM PORTUGAL

O planeamento e o ordenamento do território teve, provavelmente, uma primeira aplicação mais consistente por altura da reconstrução da Baixa Lisboeta, após o terramoto de 1755, com Marquês de Pombal a dirigir os desígnios de um programa urbanístico aprovado pelo próprio, em 1758. O autor da concepção do plano de reconstrução da Baixa Lisboeta ficou a cargo do engenheiro-mor do reino, Manuel da Maia, na altura com 78 anos, com uma vasta experiência na área da engenharia; também autor do Aqueduto das Águas Livres (construído entre 1728-1748) que resistiu incólume ao tremor de terra de 1755. Um mês após o terramoto apresentou cinco modelos alternativos, enunciando vantagens e inconvenientes de cada um deles, facultando ao poder político a decisão de escolher a melhor alternativa. O modelo escolhido seria o da reconstrução da Baixa Lisboeta, com a demolição total dos edifícios que resistiram ao terramoto, elevando as cotas de terreno sobre os entulhos, melhorando as condições de drenagem das águas pluviais e dos esgotos e com a construção de novos arruamentos de forma que a altura dos edifícios não excedesse a largura das ruas (essencialmente por razões de segurança anti-sísmicas). Tendo como base este modelo, vários cenários foram avaliados até ao plano final urbanístico e detalhado do arquitecto Eugénio dos Santos e Carvalho, posteriormente ajustado por Carlos Mardel. O planeamento urbanístico implicava, além da já referida demolição

dos edifícios, uma intervenção directa da Administração Pública na gestão do reparcelamento reequacionado da propriedade imobiliária. Neste sentido, foram implementadas obrigatoriedades: todos os proprietários dos lotes foram obrigados a reconstruir os seus edifícios, segundo as regras e a arquitectura determinados pelo plano, num prazo de 5 anos, sob pena de venderem os terrenos. Outras intervenções urbanísticas também foram realizadas: para reduzir o risco de propagação de incêndios, atender à construção de edifícios públicos e à localização de serviços para revitalização social e económica do espaço; o cuidado no sistema de recolha de resíduos urbanos, na rede de escoamentos de esgotos e na condução de água potável nas fontes. (Pardal, 2003).

O planeamento urbanístico e arquitectónico da Baixa Pombalina revelou-se na versatilidade funcional do espaço como um todo que ao longo dos tempos se adaptou à habitação, sedes de instituições bancárias, comércio variado, diversos espaços públicos que deram vida ao centro da cidade. (Pardal, 2003). Todavia, o diploma que assinalou a primeira expressão sobre o planeamento do território em Portugal – à semelhança da generalidade dos países europeus, ocorreu na segunda metade do século XIX, no contexto socioeconómico e cultural do Fontismo – por via da publicação do Decreto-Real n.º 10, de 31 de Dezembro de 1864, da autoria do Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, João Chrysostomo de Abreu e Sousa. Este Decreto-Lei dizia respeito aos “Planos Gerais de Melhoramentos” (PGM), obrigatório para as cidades de Lisboa e Porto, mas também dirigido às demais cidades, vilas e povoações do País o que levou, mais tarde, ao aparecimento de plantas e planos em diferentes cidades de Portugal. (Fernandes, 2011).

Com uma escala menos relevante para a cidade do Porto, a cidade de Lisboa era o centro político e administrativo do Reino e por isso necessitava de melhorias de qualidade. Neste sentido, o PGM foi mais incisivo na capital, com o principal objectivo do Plano Geral de Melhoramentos de Lisboa a basear-se na resolução de problemas específicos, como a construção de novas ruas, praças, jardins e edificações que apresentassem condições adequadas de higiene, decoração e comodismo (Vaz, 2010, p. 20).

O diploma PGM apresentava várias limitações, nomeadamente o facto de não abranger todo o território municipal, apresentar falta de objectivos relacionados com a ocupação, uso e transformação do solo, inexistência de questões ambientais e de enquadramento referente a um plano de ordenamento supramunicipal (dos Santos M. R., 2014, pp. 6-9).

Na década de 30 do século XX, as políticas de planeamento urbanístico aprofundaram-se; porém, a sua aplicação ficou aquém do desejado, dadas as carências de plantas topográficas actualizadas. Criou-se, então, a Comissão de Fiscalização de Levantamentos Aerofotogramétricos e surgiram empresas vocacionadas para esse fim. Com Duarte Pacheco, (como Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Portugal iniciou-se uma campanha de conservação do património cultural e promoção de arquitectos e engenheiros e em 1934, sob a sua tutela, é publicado o primeiro regulamento associado ao ordenamento do território, o Decreto-Lei n.º 24/802 de 21 de Dezembro (da Costa Lobo, 2011; Vaz, 2010). Este Decreto-Lei, estabelecia no seu artigo 1º que

as câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes são obrigadas a promover o levantamento de plantas topo gráficas e a elaboração de planos gerais de urbanização das sedes dos seus municípios, em ordem a obter a sua transformação e desenvolvimento segundo as exigências da vida económica e social, da estética, da higiene e da viação, com o máximo proveito e comodidade para os seus habitantes. (Decreto-Lei n.º 24/828 de 21 de Dezembro)

No artigo 2º do mesmo Decreto-Lei, os Planos Gerais de Urbanização (PGU) e as plantas topográficas teriam de ser elaborados em localidades com mais de 2.500 habitantes que, entre dois recenseamentos oficiais consecutivos, apresentassem um aumento populacional superior a 10% e em centros urbanos ou zonas de interesse turístico, recreativo, climático, terapêutico, espiritual, histórico ou artístico designados pelos Governo. O artigo 4º indicava que os PGU compreenderiam as zonas edificadas, as zonas a urbanizar no interior ou na periferia e as vias de comunicação primária e secundária e de ligação a áreas turísticas e de lazer. Neste cenário, exigiu-se uma superior responsabilização às autoridades políticas e locais, distinguindo-se funções e âmbitos de actuação para os diferentes tipo de administração central e local. (Papudo, 2007).

Em 1944, forma-se a Direcção dos Serviços de Urbanização que inclui uma Repartição de Estudos de Urbanização, através do Decreto-Lei n.º 33/921 de 5 de Setembro de 1944 que revoga o decreto anterior e reforça a obrigatoriedade sobre a elaboração de Planos Gerais de Urbanização e Expansão (PGUE) e o levantamento de plantas topográficas, por parte das Câmaras Municipais para todos os aglomerados acima referidos designados pelo Governo. (Vaz, 2010). Este Decreto-Lei serviu de guia para o processo de ordenamento do território e urbano durante quase 30 anos, tendo sido revogado no início da década de 70.

Porém, outros diplomas contribuíram para a evolução do planeamento urbano e territorial em Portugal, como a publicação do Decreto-lei n.º 35/931, de 4 de Novembro de 1946 que contemplou a figura de antepiano pormenorizados de urbanização (Drago, 2013). Esta figura, menos desenvolvida do que os PGUE, serviu de base aos projectos territoriais uma vez que definia as linhas gerais de arranjos urbanísticos e eram, posteriormente, aprovados como planos de urbanização. Durante os anos 50 a reduzida capacidade financeira de muitos municípios deixou em suspenso os planos territoriais. (da Costa Lobo, 2011).

Surgiram os planos de fomento, até meados da década de 70, precisamente três e mais um intercalar – que funcionaram como instrumentos impulsionadores para o desenvolvimento do País. O primeiro, denominado de I Plano de Fomento, com uma duração de cinco anos, entre 1953 e 1958, consistiu num conjunto de investimentos em todos os sectores económicos, procurando elevar o nível de vida dos portugueses. Embora reconhecendo a importância da industrialização na década de 50, com o I Plano de Fomento, a ênfase foi dada à criação de infra-estruturas nomeadamente, aos sistemas de electrificação, transportes e comunicações, hidráulica, agricultura, silvicultura e pesca, investigação e ensino. O segundo plano de fomento, designado de Plano de Fomento II, entre 1959 e 1964, priorizou uma estratégia de investimento, mas com base em iniciativa privada e elegeu a indústria transformadora como sector a privilegiar (através da siderurgia, refinação de petróleo, adubos e químicos, entre outras actividades). O plano que se seguiu teve uma duração de três anos, entre 1964-1967, chamado de plano intercalar, e centrou-se essencialmente no planeamento regional, na distribuição mais equitativa do rendimento, na necessidade de liberalização do comércio externo e nos obstáculos das empresas perante a concorrência externa. O terceiro plano, o Plano de Fomento III, de 1968 a 1973,

apostou na internacionalização da economia por via da exportação de produtos nacionais, no desenvolvimento da indústria privada como sector dominante da economia nacional, abertura ao crescimento terciário e conseqüente incremento urbano. Por fim, o Plano IV ocorreu aquando da Revolução de 25 de Abril, entre 1974 e 1975, e apesar de seguir os mesmos pressuposto do plano anterior, teve apenas um ano de execução (Ribeiro, 2006; Vaz, 2010).

Em suma, Sousa (1995) entende que o primeiro plano era mais uma listagem de obras públicas; o segundo seria uma versão melhorada e o terceiro, utilizando a técnica da matriz *input-output*³⁴, começou a assemelhar-se a um plano (como ocorria tecnicamente na Europa). Assim, os planos tiveram dois efeitos: um financeiro que resultava em fundos financeiros para o investimento (na sua maioria, provenientes das remessas dos emigrantes) e um outro que resultou na discussão e fundamentos do regime sob a alçada da economia (que funcionava como espaço de liberdade das coisas fundamentais da sociedade portuguesa, servindo para clarificar o futuro, as necessidades financeiras da economia).

Na década de 60 as construções ilegais – “clandestinas” – que apareciam um pouco por toda a parte, obrigaram o Estado a encontrar soluções e a aceitar loteamentos de iniciativa privada. Na década de 70 foi necessário assegurar um maior controlo sobre o território o que levou o Ministério das Obras Públicas a tomar duas importantes iniciativas – aprova a primeira lei dos solos através do Decreto-Lei 576/70 de 24 de Novembro que definiu o conceito de “Expropriação Sistemática”³⁵ e o Decreto-Lei 560/71 de 17 de Dezembro sobre Planos Gerais de Urbanização (referindo-se à composição dos planos de urbanização). Estes últimos tinham como o objectivo definir com maior transparência a hierarquia dos planos de urbanização, com menor rigidez na sua aprovação, conferindo aos municípios um poder capaz de aprovar

³⁴ As matrizes *input-output* são usadas sobretudo na simulação e análise de cenários que servem para analisar cenários de impactos de políticas públicas, com base na estrutura tecnológica da economia do país e no estado da procura final.

³⁵ Seria uma apropriação definitiva dos solos pela administração que teria como resultado resolver os problemas da disponibilidade dos terrenos destinados à urbanização, não só para a expansão dos aglomerados urbanos em nítido desenvolvimento, como também para a criação de novos aglomerados. Este decreto-lei permitiu criar o Porto de Sines, Porto de Águas Profundas e a Cidade de Santo André.

planos de urbanização de pormenor, referentes a sectores urbanos integrados em planos gerais ou parciais já aprovados. (da Costa Lobo, 2011). A problemática dos loteamentos clandestinos ficou resolvida por uma nova lei de loteamento, o Decreto-Lei 289/73 de 6 de Junho que proporcionou meios de intervenção nas operações de loteamentos, salvaguardando os meios públicos. Após a Revolução de 25 de Abril foi aprovado o Decreto-Lei 804/76 de 6 de Novembro estabelecendo a reconversão de loteamentos ilegais, através do combate às construções ilegais, obviando a tendência de legalizar as existentes como facto consumado (da Costa Lobo, 2011).

A promulgação da nova Constituição da República, em 1976, no âmbito territorial, colocou em ênfase as questões do ordenamento do território à escala local, por consequência directa do aumento da responsabilização e das competências político-administrativas das autarquias locais. (Papudo, 2007). Desta forma, no sentido de reforçar o movimento municipalista, a nova lei dos solos é promulgada em 1976 (pelo Decreto-Lei 794/76 de 5 de Novembro) com modificações quanto à possibilidade de venda de terrenos por parte das Câmaras Municipais. Os Planos Gerais de Urbanização e Expansão (PGUE) continuaram a fazer parte do planeamento extensivo do território; porém, era admitido o conceito de Planos de Áreas Territoriais; alguns técnicos incluíam nos PGUE os “Planos Concelhios”, estudos integrais de áreas municipais que só em 1982 apareceriam como Planos Directores Municipais (PDM) (da Costa Lobo, 2011).

Em 1976, a Constituição da República definiu o município como autarquia local e gerou a 1ª Lei de Atribuições e Competências das Autarquias, através do Decreto-Lei 79/77 de 25 de Outubro onde surge, pela primeira vez, o Plano Director Municipal como figura que visava o desenvolvimento económico e social do país no âmbito do planeamento territorial. Concretamente, no ponto 1, alínea i do artigo 48º, é conferido às assembleias municipais «deliberar sobre o Plano Director Municipal e, se necessário, ordenar a sua elaboração». (Decreto-Lei 79/77 de 25 de Outubro).

O Plano Director Municipal (PDM) é então formalmente definido no Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio como um instrumento necessário ao desenvolvimento, com metas a alcançar nos vários domínios que compõem o território do município e nas suas relações com o Ordenamento. É assim considerado como um instrumento de planeamento de ocupação do território, uso e transformação do solo, de programação

das realizações e investimentos municipais. Ao respeitar as normas urbanísticas existentes, constitui um meio de coordenação dos programas municipais com os projectos de incidência local dos departamentos da administração central e regional. (Decreto-Lei n.º 208/82 de 26 de Maio de 1982). Neste diploma foi introduzido pela primeira vez, no panorama nacional, o conceito de indicador com o intuito de gerar um conjunto de elementos mensuráveis que servisse de base à elaboração dos planos³⁶ (Papudo, 2007). Porém, as câmaras municipais não aderiram com facilidade a esta nova concepção de planeamento. A legislação não disponha de instrumentos jurídicos eficazes para gerir as zonas não urbanas do seu território e o texto legal do PDM de 1982 enfatizava o desenvolvimento socioeconómico local para possibilitar a câmara municipal de desenvolver uma estratégia própria (Carvalho, 2005) como demonstra o n.1 do artigo 3º:

- a) Traduzir as metas programáticas nos domínios do desenvolvimento económico e social, do planeamento territorial e urbano, do fomento das actividades, das infra-estruturas e dos equipamentos;
- b) Fornecer os indicadores de base local necessários para a elaboração dos planos de ordenamento de carácter nacional, regional ou sub-regional, bem como desenvolver e pormenorizar as medidas e directrizes definidas nesses planos quando existam;
- c) Constituir um instrumento de participação das populações no planeamento urbanístico e no ordenamento do território;
- d) Definir estratégias relativas às actividades produtivas a desenvolver pela iniciativa privada e à mobilidade da população. (Decreto-Lei n.º 208/82 de 26 de Maio de 1982)

O ponto 2, do mesmo artigo, indica mais objectivos dos quais se destacam o zonamento do território municipal, o regime de edificação e parcelamento da propriedade, assim como “a eventual transformação da rede urbana e as condições de acessibilidade dos aglomerados» e a utilização racional «dos recursos naturais, do ambiente e do património cultural” (Decreto-Lei n.º 208/82 de 26 de Maio de 1982).

³⁶ Neste contexto são aprovados a Portaria n.º 989/82 de 21 de Outubro que determinou os conteúdos técnicos dos PDM’s e o Decreto Regulamentar n.º 91/82 de 29 de Novembro que definiu o processo de elaboração dos PDM, impondo um modelo único para o País.

O PDM de 1982 torna-se assim numa “figura de planeamento muito exigente e de difícil execução, num País em que não existia informação de base, económica ou física para o planeamento local ou regional.” (Carvalho, 2005, p. 14). O diploma conferiu grande complexidade à elaboração do plano director municipal, devido à elevada ambição colocada no seu conteúdo técnico que enfatizava o desenvolvimento económico; com acréscimo de entraves relacionados com questões burocráticas respeitantes à falta de elementos de base, necessários à elaboração do plano, nomeadamente cartográfica, estatística e cadastral. Além destas questões, denotava-se pouca experiência e/ou competência técnica e científica por parte dos consultores a quem foi confiada a elaboração dos planos, aliado à ausência de uma cultura de planeamento territorial e urbanístico manifestada pela morosidade e rigidez das comissões de acompanhamento (compostas por elementos de entidades da administração pública) que foram, muitas vezes, impeditivas na aprovação dos planos. Por sua vez, as câmaras municipais não tinham competências suficientes para uma grande número de actividades, como por exemplo, o fomento às actividades económicas; estando limitadas e centradas no licenciamento. (Carvalho, 2005; Simões, 2007; Drago, 2013).

Em 1983 surge a figura dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) através do Decreto-Lei n. 383/83 de 20 de Julho, que estabelece as normas a que deverá obedecer o plano de ordenamento do território. Este decreto indicava que os PROT são instrumentos programáticos e normativos que se concretizam no âmbito regional, visando a caracterização e o desenvolvimento harmonioso das diferentes parcelas do território. Este decreto foi posteriormente revogado, assim como os demais que lhe sucederam.

Até finais da década de 80, apenas quatro PDM tinham sido aprovados e ratificados: Évora (1985), Oliveira do Bairro (1986), Mora (1987) e Ponte de Sôr (1989); em elaboração estavam 118 PDM (correspondentes a 39% do total dos Concelhos do país). (Simões, 2007). Ora, a situação modifica-se quando o Ministério do Planeamento (sob tutela de Valente de Oliveira) origina uma nova legislação mais expedita, com o Decreto-Lei n. 69/90 de 2 de Março que regula a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais e permite cobrir o País de PDM's (da Costa Lobo, 2011), cuja vigência abrangia um período de 10 anos, com publicação e ratificação em Diário da República.

O preâmbulo do Decreto-Lei n. 69/90 de 2 de Março, manifesta as intenções de uma nova abordagem ao planeamento territorial, introduzindo uma maior coerência, flexibilidade e dinamismo na elaboração do PDM. Com reforço de responsabilidade e competência dos municípios, com uma maior simplificação, uniformização e flexibilização do processo de elaboração e alteração dos planos, o PDM deixa de ser uma figura estática e imutável, sendo revisto com certa periodicidade (redução de prazos de consulta, parecer e decisão) e com a componente de intensificar a participação da população em todo o processo, formalizando a transparência das alterações. Por outras palavras,

uma figura de plano de ocupação do solo deve garantir a participação das populações, consubstanciar as políticas aprovadas, dispor de mecanismos simplificados de ajustamento à evolução das situações, ser um instrumento cujo conteúdo técnico corresponda ao que é efectivamente necessário para assegurar seriedade às propostas que formula e, finalmente, articular-se com as demais figuras de plano da mesma natureza (Decreto-Lei 69/90 de 2 de Março de 1990).

Um dos factores que contribuiu para o fomento e conseqüente elaboração de PDM's pelos municípios do País foi a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (actual União Europeia), em 1986. Os municípios podiam aceder aos Fundos de Coesão e aos Fundos Estruturais desde que apresentassem candidaturas com os requisitos exigidos pelos processos europeus; era necessário compatibilizar com as normas da União Europeia, nomeadamente em objectivos de carácter ambiental. Um outro factor que favoreceu a cobertura nacional de PDM's, da década de 90, considerados de “primeira geração”³⁷, foi o contexto de desenvolvimento socioeconómico que o país atravessava; um real *boom* urbanístico e infra-estrutural que exigiu a adopção de estratégias políticas, sociais e económicas em prol de um desenvolvimento sustentado e sustentável. (Carvalho, 2005; Papudo, 2007).

³⁷ Como indica Simões, J.M. (2007), a classificação de PDM's não é consensual; alguns urbanistas classificam os PDM's de “primeira geração” os planos elaborados ao abrigo da legislação de 1982, enquanto outros consideram que os planos decorrentes do Decreto-Lei 69/90 são igualmente classificados de primeira geração e não de “segunda geração”.

Este novo Decreto-Lei 69/90 de 2 de Março revogou o quadro jurídico vigente (nomeadamente o Decreto-Lei n.º 561/71, de 17 de Maio e o Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio) e definiu, como citado no artigo 2º do ponto 1, uma trilogia de planos:

- a) Os planos directores municipais, que abrangem todo o território municipal;
- b) Os planos de urbanização, que abrangem áreas urbanas e urbanizáveis, podendo também abranger áreas não urbanizáveis ou envolventes daquelas
- c) Os planos de pormenor, que tratam, em detalhe, áreas referidas nas alíneas anteriores.³⁸ (Decreto-Lei 69/90 de 2 de Março de 1990).

O PDM de 1990 passou a ser obrigatório para a totalidade do território municipal e a compatibilidade hierárquica dos planos municipais passou também a ser respeitada. Ao contrário da versão de 82, a nova legislação permite às câmaras municipais a responsabilidade pela gestão total do seu território e não apenas pelas áreas urbanas. Como foram poucos os Concelhos que tinham concluído os seus PDM, o Governo gerou um incentivo, informando as câmaras municipais de que só poderiam celebrar contratos para financiamento de infra-estruturas e equipamentos locais ao concluírem o processo do PDM. (Carvalho, 2005). Além disso, para promover a elaboração e aprovação de PDM, como demonstra o artigo 32º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação da iniciativa das autarquias locais ficaria condicionada à existência de um PDM plenamente eficaz. Assim, no início de 1992, surge uma nova legislação (pelo Decreto-Lei n.º 25/92 de 25 de Fevereiro) que estende este prazo até ao final do ano de 92 e estabelece que na ausência de PDM, as expropriações da iniciativa das autarquias locais, os contratos programa e os auxílios financeiros dependeriam de parecer técnico por parte de uma comissão para o efeito. Após 1993, o número de PDM ratificados aumentou, em particular, devido à criação de uma Comissão Permanente de Apreciação de PDM que tinha como missão recolher os pareceres das entidades consultadas e estabelecer consenso com as entidades que davam parecer negativo, no sentido de acelerar o processo de aprovação de planos. (dos Santos M. R., 2014).

³⁸ Nesta hierarquia, fica estabelecido que o PDM assenta em escalas entre 1:25 000 ou 1: 10 0000, o plano de urbanização nas escalas 1: 5 000 e 1: 2 000 e o plano de pormenor em escalas maiores que 1: 2000 direccionado para o desenho urbano.

No Decreto-Lei n.º69/90, de 2 de Março há objectivos (que comparativamente com a versão de 1982) atribuem uma menor importância ao desenvolvimento económico especificamente local – os planos municipais funcionavam como estratégias para o desenvolvimento económico, dando maior relevância ao papel dos planos municipais de uso do solo num sistema de planeamento territorial. O PDM passa a ter como contexto as orientações exteriores ao município relativo aos interesses nacionais e regionais de ordenamento do território; isto é, tem de ter em consideração a auscultação às entidades relevantes da administração central. O PDM passa a constituir uma referência directa para a emissão ou recusa de licenças, ou uma referência indirecta em caso de existência do Plano de Urbanização (PU) ou do Plano de Pormenor (PP), já que estes têm de respeitar os parâmetros (máximos) que constam do PDM. Um número significativo de PDM foi alvo de revisão no final da década de 90³⁹, uma vez que as câmaras municipais não podiam contar com os seus PDM para acolher intenções de investimento que consideravam de interesse inequívoco para o seu Concelho. O PDM de 1990 conferiu um novo peso à fronteira do perímetro urbano ao proibir loteamentos exteriores a este. A grande diferença entre o PDM de 1982 e o de 1990 é que este último comporta as competências legalmente atribuídas aos municípios, cujo núcleo é a exclusividade do licenciamento; retirando-se à figura do PDM o centro do desenvolvimento económico, atribuindo-lhe de forma clara o carácter de plano do uso do solo. (Carvalho, 2005).

O PDM conferiu maior celeridade à aprovação dos planos, reduzindo os prazos de consulta, parecer e decisões. Como elementos fundamentais, passou a materializar-se com um Regulamento e duas plantas de síntese – de Ordenamento e de Condicionantes. A Planta de Ordenamento delimitava classes de espaços, em função do uso dominante, e estabelecia unidades operativas de planeamento e gestão. A Planta de Condicionantes assinalava os espaços relativos a instalações de forças armadas e das forças e serviços de segurança, servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo as decorrentes das definições da Reserva Agrícola

³⁹ Nos finais da década de 90 estavam ratificados 277 PDM's concluindo-se assim o primeiro grande ciclo de cobertura nacional com instrumentos de ordenamento do território à escala municipal.

Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica (REN)⁴⁰, as áreas submetidas ao regime florestal, as áreas de protecção a imóveis classificados e as áreas integradas no domínio público hídrico⁴¹. (Simões, 2007). Esta lei deu uma nova forma à maior geração de PDM's, os PDM's do Decreto-Lei n.º69/90, atribuindo-lhe uma dimensão estratégica do processo de planeamento/ordenamento do território que constitui o ângulo central de todo o plano, a partir do qual os estudos e diagnósticos sectoriais deveriam ser elaborados.

Em 1998 surgiu uma nova legislação de modo a uniformizar e a concentrar num único diploma a legislação dispersa sobre ordenamento do território – a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto) que reforçou o sistema urbano nacional, no sentido da sua consolidação, equilíbrio e competitividade (e pela legislação que enquadrava os instrumentos de planeamento territorial através do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro). O artigo 1º da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU) referia como objectivo central “assegurar uma adequada organização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu tendo como finalidade o desenvolvimento económico-social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos”. (Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto)).

⁴⁰ A RAN e a REN constituem áreas classificadas que foram instituídas, respectivamente, em 1982, pelo Decreto-Lei n.º 451/82, de 16 de Novembro e em 1983 pelo Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de Julho.

De forma sucinta, a REN é da competência da administração central (e não municipal) e onde não se incluem parques naturais ou nacionais, mas áreas susceptíveis de não-intervenção como encostas de grande declive ou áreas inundáveis.

⁴¹ O PDM deveria ainda de conter como Elementos Complementares: a) Relatório que menciona as principais medidas, indicações e disposições adoptadas; b) Plano de enquadramento que abrange a área de intervenção e a zona envolvente, bem como as principais vias de comunicação que a servem; c) Programa de execução (de carácter facultativo) que contém disposições indicativas sobre o escalonamento temporal das principais obras públicas a cargo do município e de elaboração ou revisão de outros planos municipais; d) Plano de financiamento (facultativo) que contém a estimativa do custo das realizações municipais previstas no plano e menciona de forma indicativa as fontes de financiamento por fases de execução.

Com esta lei há uma hierarquia construída, num sistema de gestão territorial com uma articulação de âmbitos nacional, regional e municipal. Nesse sentido, consubstanciavam-se quatro tipos de instrumentos de gestão territorial:

- Instrumentos de Desenvolvimento Territorial, de natureza estratégica – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT);
- Instrumentos de Política Sectorial que concretizam as políticas de desenvolvimento económico e social com incidência espacial (educação, saúde, ambiental, transportes, etc.).
- Instrumentos de Planeamento Territorial, de natureza regulamentar, correspondendo às três figuras de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) – Plano Director (PDM), Plano de Urbanização (PU) e Plano de Pormenor (PP).
- Instrumentos de Natureza especial, que visam áreas territoriais específicas, nomeadamente os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas, Planos de Ordenamento de Albufeiras de águas Públicas e os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).

O PDM fica definido como tendo uma base estratégica de desenvolvimento local que estabelece a estrutura espacial, a classificação básica do solo, bem como os parâmetros de ocupação, considerando a implantação dos equipamentos sociais, e desenvolve a qualificação dos solos urbano e rural. Na primeira geração de PDM, realizavam-se primeiro as caracterizações sectoriais, seguidas de um diagnóstico e só mais tarde, surgiam as propostas gerais e sectoriais. Na altura, era uma evolução progressiva, mas faltava uma visão estratégica e dirigida para o que se pretendia conseguir (Avelino, 2005).

De acordo com a legislação, o PDM constitui uma síntese de desenvolvimento e ordenamento local e integra as opções estratégicas de desenvolvimento nacionais, regionais e sectoriais definidas para o território municipal. Tal como os primeiros PDM, os de segunda geração também comportam o conjunto de elementos fundamentais para a sua concretização.

De realçar, que a entrada em vigor do regime dos instrumentos de gestão territorial surge numa altura em que a maior parte dos PDM já tinham sido aprovados e ratificados, pelo que em 2003, em que se dá início ao processo generalizado de revisão dos planos, surgem alterações à legislação por meio do Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro com o intuito de acelerar os procedimentos a tais processos de revisão.

É consensual, ainda que existam críticas à construção da última legislação que dá forma e conteúdo aos PMOT, que os PDM configuram directrizes, embora frequentemente generalistas e não concretizadas em acções específicas de estruturação de cada município nacional. Os PDM's têm funcionado sempre como instrumentos rígidos e controladores, colocando dificuldades na sua adaptabilidade a uma realidade em constante transformações, com falta de articulações verticais e horizontais que prejudicam a sua operacionalidade (Simões, 2007).

Em 2014, entra em vigor uma nova lei, a Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU) que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

A nova lei unificou num único diploma as três vertentes: o ordenamento do território e de urbanismo e a política de solos. A política de solos, datada de 1976, encontrava-se obsoleta face à conjuntura socioeconómica e desafios territoriais e urbanos. Além disso, a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo de 1998 carecia de alterações face aos resultados e de actualização perante as novas dinâmicas territoriais.

Segundo a Direcção Geral do Território, em 2013, (Direcção Geral do Território, 2014) foram contabilizados 1508 instrumentos de gestão territorial (IGT) em vigor, nomeadamente:

- Nove Instrumentos de Desenvolvimento Territorial: entre os quais, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), seis Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e dois Planos Intermunicipais do Ordenamento do Território (PIOT);
- 45 Instrumentos de Política Sectorial: onde 21 são Planos Regionais de Ordenamento Florestal, nove são Planos de Gestão Bacias Hidrográficas e 15 são Planos de Bacia Hidrográfica;

- 76 Instrumentos de Natureza Especial, com: 25 são Planos de Ordenamento de áreas Protegidas (POAP), 42 Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP)/Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas de Lagoas (POBHL) e nove Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC);
- 1378 Instrumentos de Planeamento Territorial com: 277 correspondentes ao Plano Director Municipal, 248 referentes ao Plano de Urbanização e 853 respeitantes ao Plano de Pormenor.

A criação da nova Lei foi essencial para colmatar alguns constrangimentos ao nível de compatibilização entre planos e tempos de tramitação procedimental dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), designadamente, a sobreposição e complexidade dos planos. De facto, a sobreposição e a complexidade dos planos de ordenamento do território prejudicava a transparência e o conhecimento das regras; assim como a existência dos modelos individuais para cada Concelho que não permitia o desenvolvimento integrado e articulação sustentável.

Com a nova Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, as principais implementações as seguintes:

- O solo rural é considerado rústico e fica disponível para o aproveitamento agrícola e para os demais aproveitamentos que não exijam urbanização; o solo urbano é aproveitado segundo mecanismos de contratualização e execução dos planos que assegurem a sustentabilidade financeira dos processos urbanos e a distribuição de encargos e benefícios;
- O PDM concentra as regras vinculativas dos particulares, nomeadamente, com maior transparência e diminuição dos encargos para produtores e investidores; isto é, corrige a dispersão de programas e planos inter-relacionados e disponíveis em sedes diferentes. Garante-se a compatibilização das diferentes normas num único plano, evitando a sobreposição de regras e objectivos conflituantes.
- Há um reforço da cooperação intermunicipal para melhorar a gestão dos recursos naturais, infra-estruturas e equipamento; ou seja, a lei concede aos municípios vizinhos a possibilidade de se definirem de modo coordenado e de definirem a estratégia de desenvolvimento e o modelo de territorial sub-regional.

- Maior flexibilidade no planeamento territorial com um PDM mais estratégico e programático, permitindo uma transformação do solo mais célere e adequada às necessidades do ciclo económico, com procedimentos mais flexíveis na sua alteração e revisão; podendo ser revisto e alterado através de planos de pormenor e de urbanização.
- Os novos instrumentos municipais para a gestão territorial permitem, por questões de utilidade pública devidamente justificado, a venda forçada de prédios urbanos cujos proprietários não cumpram deveres a que estão obrigados por plano territorial.
- O novo sistema económico-financeiro tenta assegurar a sustentabilidade do uso do solo e do seu desenvolvimento, através da partilha de responsabilidade do desenvolvimento entre o Estado e os particulares, constituindo uma expansão urbana responsável e sob o princípio da necessidade.
- Valorizar e proteger o património cultural, a biodiversidade e os ecossistemas através de mecanismos de distribuição de encargos e benefícios destinados a compensar os custos decorrentes da protecção de interesses gerais.
- A aposta direcciona-se para a reabilitação e regeneração dos aglomerados urbanos em prol da nova expansão urbana que só ocorrerá quando o aglomerado urbano se encontre esgotado.
- Os processos de licenciamento de operações urbanísticas devem compreender o maior número de acções apenas dependentes de mera comunicação prévia, responsabilizando os técnicos autores do projecto.
- Regularização de operações urbanísticas, no sentido de existindo actividades económicas, já implementadas, diversas e em actividade que não se adequam aos instrumentos de gestão territorial actuais e conseqüentemente às normas ambientais, é necessário a definição de um mecanismo que encare a situação das préexistências e constitua um procedimento para a sua ponderação e regularização. (Direcção Geral do Território, 2014; Lei n.º 31/2014 de 30 de Maio de 2014).

Em suma, esta lei n.º 31/2014 de 30 de Maio visa prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos: simplificação do sistema de planeamento e gestão territorial; reforço do papel dos planos municipais (PDM, PU, PP) como únicos instrumentos vinculativos dos particulares e habilitados a definir o regime do uso do solo.

Com esta lei, os instrumentos de gestão territorial passam a compreender duas categorias: programas territoriais e planos territoriais. Portanto, os programas territoriais compreendem os instrumentos de iniciativa da Administração Central, isto é: o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, os Programas Regionais (anteriores PROT's), os Programas Sectoriais e os Programas Especiais (anteriores PEOT's). Os planos territoriais são de iniciativa municipal e compreendem as figuras já mencionadas e existentes de PDM, PU e PP. No que diz respeito à vinculação externa, enquanto os programas territoriais vinculam as entidades públicas, os planos territoriais vinculam as entidades públicas e directa e imediatamente os particulares. Esta lei determina que os planos municipais devem ser compatíveis com as orientações nos programas territoriais (de âmbitos regional e nacional) o que indica a não exigência de conformidade entre estas duas categorias, mas uma simples relação de compatibilidade. (Morais Leitão, 2014).

3.9. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO EM PORTUGAL

No período pós-guerra, devido ao desenvolvimento económico que se fez sentir nos anos 50, verificou-se uma progressiva concentração urbana das principais cidades europeias (nem sempre urbanisticamente correcta). Contudo, face ao despoletar demográfico e à necessidade de reconstrução e de modo a enfrentar a excessiva concentração populacional, surgiram na Europa as primeiras medidas políticas de planeamento com o objectivo de favorecer os centros urbanos considerados de média dimensão. Estas políticas tinham como intuito evitar problemas de gestão urbanística (principalmente nas metrópoles) e assim contribuir para a correcção de desequilíbrios regionais. (Simplício, 2000). Naturalmente que os aglomerados urbanos de média dimensão ou, em específico, o conceito de cidade média em termos demográficos foi sempre alvo de debate. Nas décadas de 60 e 70, em Portugal, a noção de cidade definia-se de acordo com critérios quantitativos e a cidade média era um aglomerado populacional com mais de 20 mil habitantes. Com a concretização da Comunidade Económica Europeia todas as cidades, independentemente da sua dimensão, passaram a poder participar e a contribuir para o desenvolvimento da economia mundial. Ao longo das décadas de 70 e princípios de 80, o crescimento económico abrandou e por consequência, também a expansão das áreas urbanas. Porém, por meados dos anos 80

o desenvolvimento das principais economias mundiais despoletou uma concentração populacional urbana premente e as políticas urbanas tiveram de ser redefinidas e ajustadas aos problemas e às novas condições socioeconómicas. É preciso notar que o contexto deste novo crescimento derivou dos efeitos da globalização, nomeadamente, das relações económicas e respectiva organização empresarial e social e da competitividade, aliado ao progresso tecnológico e melhoria de infra-estruturas o que levou, do ponto de vista europeu, a um interesse mais acentuado sobre as questões urbanas que se reflectiu nas políticas de ordenamento do território. (Simplício, 2000).

Ainda assim, até meados dos anos 90 as políticas não se dirigiam directamente às cidades, apesar de os programas e iniciativas da altura ao estarem enquadrados no primeiro e segundo Quadros Comunitários de Apoio⁴² terem beneficiado as cidades, por um conjunto de investimentos em áreas sectoriais como a indústria, o comércio e o turismo. Os benefícios dos fundos comunitários fortaleceram os centros urbanos, através da reabilitação e qualificação dos espaços, da construção de infra-estruturas (vias estruturantes e circulares às cidades) e equipamentos de utilização colectiva (estabelecimentos de ensino e saúde, bibliotecas e de outros equipamentos de cultura e recreio), aumentando a competitividade e a coesão económica e social da rede urbana portuguesa (da Costa, 1999). O planeamento estratégico territorial de base municipal aplicado em Portugal teve início em 1990, com a publicação do Plano Estratégico de Lisboa em 1992. Entre 1992 e 1994 toma lugar em Évora um processo de planificação estratégica semelhante ao de Lisboa. Porém, o seu envolvimento teve que ver com um projecto internacional específico, isto é, sobre as estratégias desenhadas para as cidades de média dimensão, através do Projecto *Speyer* (nome da cidade alemã de onde partiu a iniciativa), e que contou com 9 municípios de diferentes países⁴³, ao abrigo do programa RECITE (Regiões e Cidades Europeias) co-financiado pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) que procurava o desenvolvimento de práticas metodológicas para a elaboração de planos estratégicos de média dimensão. (Simplício, 2000).

⁴² O primeiro Quadro Comunitário de Apoio (denominado de QCAI) esteve em vigor entre 1989 e 1993, o segundo designado de QCAII, funcionou entre 1994 e 1999.

⁴³ Para além de Évora, as cidades de Charleroi (na Bélgica), Lamia e Thermi (na Grécia), Ravenna (em Itália), Roskilde (na Dinamarca), Speyer (na Alemanha), Tarragona (em Espanha) e Zwolle (na Holanda).

Pelo êxito dos planos de Lisboa e de Évora, em 1994, foi criado o programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais. Este programa, genericamente designado por PROSIURB, aprovado por Despacho do Ministério do Planeamento e Administração do Território, MPAT 6/94 e pelo Despacho 7/94, relativo aos Planos Estratégicos, tinha como objectivo central a promoção de crescimento e consolidação de aglomerações urbanas não metropolitanas que desempenhavam um papel estratégico no equilíbrio do sistema urbano nacional (da Costa, 1999).

O PROSIURB era composto por dois subprogramas – a “Valorização das Cidades Médias” e a “Valorização dos Centros Urbanos da Rede Complementar”. Para o primeiro subprograma foram seleccionadas 40 cidades médias que teriam de albergar uma população superior a 10 mil habitantes e com critérios que ultrapassavam a hierarquia e a funcionalidade. Isto significa que as cidades teriam de ser detentoras de especificidades territoriais, de modo a afirmarem-se como centros organizadores e polarizadores, desde o ponto de vista económico, social e territorial. Neste sentido, o PROSIURB funcionou como um instrumento de política urbana que fomentou as relações de complementaridade no sistema urbano nacional e com incidência à escala urbana, através de um Plano Estratégico, de elaboração obrigatória para todas as cidades candidatas a verbas no Subprograma 1. No âmbito deste programa foi criado ainda a figura do “Gabinete da Cidade” e estabeleceu contratos-programa distribuídos por cinco eixos de actuação do PROSIURB: infra-estruturas básicas, equipamentos de apoio à actividade económica, equipamentos de utilização colectiva, reabilitação e renovação urbana, valorização da imagem e do marketing urbano (da Costa, 1999).

Os Planos Estratégicos incluíam três objectivos de carácter substantivo: melhoria da qualidade de vida, promoção da coesão intra-regional e reforço da integração supra-regional. Tinham também dois objectivos de carácter operacional, nomeadamente, o apoio a decisões estratégicas, através da realização de estudos, e a criação das condições necessárias para a aplicação dos planos estratégicos e dos planos directores municipais. (Avelino, 2005).

O PROSIURB acabou por não atingir os objectivos desejados uma vez que os municípios não adoptaram, através dos seus representantes, uma gestão estratégica motivacional para os seus territórios; optaram antes por aproveitar a oportunidade de

obter financiamento para algumas especificidades (Gomes, 2015). Enquanto as cidades do litoral intervieram em infra-estruturas básicas, por forma a colmatar algumas carências detectadas, as cidades do interior apostaram na reabilitação do património histórico e renovação urbana, dos centros históricos, de modo a recuperar o parque habitacional dos centros das cidades. (da Costa, 1999).

O programa que se seguiu ao PROSIURB foi o Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (abreviadamente denominado de POLIS), em 2000 (por Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2000 de 15 de Maio). Este programa teve como objectivo promover intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, no sentido de promover a qualidade de vida nos aglomerados urbanos, melhorando a atractividade e competitividade dos pólos urbanos (Direcção Geral do Território, 2014).

Com financiamento proveniente do 3º Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006), as medidas foram essencialmente: a requalificação dos centros urbanos, tendo em conta a valorização ambiental, a promoção da multifuncionalidade e revitalização dos aglomerados urbanos, a melhoria do ambiente urbano, a valorização da presença de elementos ambientais, como frentes ribeirinhas, e o aumento de espaços verdes e de zonas pedonais. Tal como ocorreu com o programa PROSIURB, a candidatura ao programa POLIS deveria ser acompanhada por um plano estratégico com as acções a desenvolver. Porém, a estrutura de financiamento do programa POLIS, ao contrário do que acontecia com o primeiro programa, não se restringia apenas à Administração Central e às autarquias. Havia a possibilidade de recorrer a fundos comunitários, com a obtenção de financiamento empresarial público ou privado, o que permitiu uma maior integração de domínios, agentes e financiamentos, potenciando os efeitos de programas e projectos. (da Costa, 1999).

Uma outra diferença entre os dois programas é que no programa PROSIUB, na elaboração de planos estratégicos, inventariavam-se as carências e as fragilidades dos aglomerados urbanos, esboçando as prioridades de investimento. No caso de não serem financiados pelo programa, os montantes financeiros seriam então adquiridos por outra via, por meio dos vários programas comunitários que se destinavam à construção de novas infra-estruturas, equipamentos e acções de reabilitação urbana. Ressalva-se que o programa POLIS, com seu âmago na requalificação ambiental e

melhoria da qualidade de vida das populações, ficou desprovido no estabelecimento e consolidação de complementaridades funcionais e territoriais, centrando-se mais no reforço interno dos aglomerados urbanos (da Costa, 1999).

Em suma, muitos dos planos estratégicos resultaram apenas para os territórios obterem financiamento, esquecendo-se que a prospectiva territorial poderia promover o desenvolvimento económico e fomentar a competitividade territorial. De igual modo, a fraca implementação do planeamento estratégico derivou também da quase inexistente participação de actores no processo de planeamento (Barros, 2011).

O planeamento estratégico de base municipal teve início em Lisboa, em 1990, com a sua publicação em 1992. Pouco tempo depois, e como referido, em Évora, em 1994 toma início um processo de planeamento com características distintas ao Plano Estratégico de Lisboa, mas com enquadramento estratégico que visava o estabelecimento de amplas parcerias socioeconómicas em prol do desenvolvimento estratégico das cidades. Este trabalho teve como base o processo de planeamento da elaboração do PDM que vinha da década anterior e que se ornamentou de forma pioneira pelas metodologias de participação e concertação estratégicas. (Alves, 2009). As características mais significativas podem sintetizadas da seguinte forma (conforme relata, (Simplicio, 2000)):

- A flexibilidade e adaptabilidade das propostas;
- A focalização das propostas e estratégias de intervenção nas questões estruturantes e de fundo;
- A valorização das potencialidades e aptidões locais;
- A capacidade de planear num contexto de incerteza;
- O reconhecimento da inserção competitiva das cidades em espaços cada vez mais vastos;
- A necessidade de repercutir o desenvolvimento socioeconómico na área de influência da cidade;
- O envolvimento e participação das estruturas administrativas e agentes locais;
- A aplicação do planeamento mais como estímulo e orientação do que como regulamentação.

A decisão de elaborar o Plano Estratégico de Évora surgiu através da participação num grupo de trabalho, criado na cidade alemã Speyer, que tinha como objectivo promover a reflexão sobre o papel das cidades de média dimensão na estrutura urbana europeia. A partir daqui iniciou-se o projecto “Évora cidade-modelo do ano 2020”. Na sequência do encontro entre Évora e as outras cidades, com o apoio do Conseil des Communes et Régions d’Europe (CCRE), foi constituída a rede “Estratégia das Cidades Médias”, cujo propósito seria a troca de experiências e conhecimentos no âmbito da definição e implementação de estratégias de desenvolvimento das cidades médias, tendo como base a sistematização metodológica do planeamento estratégico aplicado às cidades. (Simplício, 2000).

Assim, através desta experiência, a elaboração do Plano Estratégico de Évora compreendeu em termos metodológicos as seguintes fases:

- Organização e preparação da estrutura a adoptar no desenvolvimento dos trabalhos;
- Criação de um Gabinete da Cidade, constituído por seis instituições – nomeadamente a Câmara Municipal, o Centro Dramático de Évora, a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, o Núcleo Empresarial da Região de Évora, a União dos Sindicatos do Distrito de Évora e a Universidade de Évora – com apoio de uma equipa de consultores externos;
- Reflexão e troca de ideias sobre as posições e perspectivas das diversas entidades sobre a cidade e o contexto em que se insere (nomeadamente regional, nacional e internacional);
- Elaboração de um plano preliminar com os primeiros objectivos e medidas;
- Elaboração de um documento teórico (Construir um Futuro para as Cidades de Média Dimensão) com a avaliação de desafios colocados ao desenvolvimento de cidades médias, cujo conceito podia evoluir para as cidades intermédias/intermediárias;
- Elaboração e discussão do documento “Uma Estratégia para a Cidade de Évora” realizado pelas entidades constituintes do Gabinete da Cidade com a sistematização das ideias e dos domínios estratégicos de intervenção, assumindo o Plano Estratégico como um factor decisivo de dinamização do desenvolvimento da cidade. Após a concordância com as entidades envolvidas,

o documento ficou submetido a um processo de avaliação e discussão pública alargadas;

- Discussão pública das ideias, dos objectivos e das estratégias de intervenção juntos dos agentes económicos e sociais da cidade; em suma, da sociedade civil para recolha de recolher contributos e sugestões com vista à preparação final do documento com as acções a serem concretizadas;
- Preparação para a implementação de medidas e acções através da definição de projectos e planos de execução, de modo a assegurar o seu financiamento através dos sistemas de apoio nacionais e comunitários. (Simplício, 2000).

Neste trabalho ressaltou um objectivo global – “criar um ambiente de cultura e de inovação capaz de transformar Évora numa cidade socialmente justa, organicamente integrada na sua região e com projecção internacional”. Em torno deste objectivo estiveram por base um conjunto de 6 ideias condutoras do desenvolvimento da cidade. Assim, a cidade de Évora seria uma cidade: Cultural; Património da Humanidade; Universitária; Aberta à Inovação; com Qualidade Ambiental e Solidária; Internacional e de Congressos. (Simplício, 2000).

Na mesma sequência, foram criados 4 estratégias de intervenção aos quais se distribuíram 15 objectivos:

Estratégia 1: Reforço dos Valores de Identidade e Pertença Territorial

Objectivos:

- Fomentar o espírito da cidadania e a componente relacional de vivência urbana.
- Redescobrir a cidade, a sua história e vocação universitária.
- Promover a imagem e as potencialidades da cidade.

Estratégia 2: Melhoria e Valorização da Qualidade Ambiental e das Condições de Vida

Objectivos:

- Globalizar a qualidade do ambiente urbano.
- Valorizar e (re) criar o património edificado.
- Reforçar a vida desportiva, cultural, científica e a criatividade artística.
- Promover as solidariedades e a integração social.

Estratégia 3: Criação de uma Base Económica Sustentada

Objectivos:

- Qualificar e diversificar o perfil das actividades económicas.
- Reforçar capacidades no domínio da educação, da formação profissional e da ciência e tecnologia.
- Consolidar redes de equipamentos e serviços de apoio à actividade económica.
- Promover a economia de Évora nos mercados internacionais.

Estratégia 4: Intensificação e Qualificação dos Processos de Integração em Espaços mais Vastos

- Reforçar os laços existentes com a área envolvente.
- Reforçar a cooperação interurbana com centros vizinhos.
- Reforçar as ligações ao espaço ibérico.
- Reforçar os níveis de abertura de Évora ao mundo.

Neste panorama, a cidade de Évora, considerada como uma cidade média (ou intermédia) colocou-se numa posição de charneira e funcionou, como todas as demais cidades médias, como um elemento fundamental na estruturação dos processos de correcção e modernização da organização territorial. (Simplício, 2000).

Contudo, o plano estratégico de Évora mostrou fragilidades na concretização dos objectivos específicos, tendo sido identificadas limitações directamente relacionadas com a governança. Foram então identificados quatro tipos de factores que sustentaram a não-concretização dos objectivos:

- Factores políticos/institucionais culminaram na falta de vontade política e empenhamento na fase de implementação e em divergências entre as instituições envolvidas;
- Factores económicos indicaram escassez de meios financeiros capazes de materializar os projectos;
- Factores de estrutura organizacional que resultaram na desagregação do Gabinete da Cidade e na ausência de uma governança forte, com autonomia para a implementação do plano estratégico; com fraco comprometimento das instituições na fase de implementação;
- Factores de excesso de ambição com objectivos ambiciosos e de difícil concretização. (Universidade de Évora, 2008, pp. 27-30).

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA

4.1. O DESENHO DO PLANO

Se a ciência brota do instinto natural do homem para saber ou conhecer com maior profundidade um tema ou uma especificidade de um tema, pressupõe-se que haja num primeiro momento um conhecimento espontâneo, reflexivo. Mas para que haja ciência não basta qualquer reflexão – não basta a ciência subjectiva, «o conhecimento reflexamente fundamentado das coisas» – é necessário fundamentar aquilo que se conhece e indagar as suas causas. Neste processo mental, surge o impulso científico desenvolvido pela reflexão fundamentada, ao ponto de sistematizar conhecimento de acordo com uma organização lógica. É aqui que ocorre a ciência objectiva que engloba o conjunto de verdades, princípios ou lei impulsionadas pela ciência subjectiva (Fragata, 1973, pp. 11-12).

Para a efectivação dos objectivos do trabalho recorreu-se a informações detalhadas e actualizadas sobre as variáveis e indicadores no que diz respeito às temáticas da demografia, da economia, dos equipamentos e serviços existentes no Município de Mértola. Após a recolha e organização de dados relacionados com as questões mencionadas, tornou-se imperativo analisar e interpretar esse conjunto de dados territoriais com o fim de produzir um cruzamento informativo, em junção com a apresentação de cartografia temática (com recuso aos Sistemas de Informação Geográfica, em específico ao programa ArcGis versão 10.5).

Numa etapa posterior, traçou-se um diagnóstico destinado a interconectar o equilíbrio e o desequilíbrio do território (através de uma análise SWOT) para melhor definir as linhas estratégicas de intervenção do município e da sua respectiva exequibilidade. Em consequência deste conjunto de objectivos, torna-se perceptível o grau de visão estratégica para o território em estudo, aliado à visão prospectiva dos actores políticos, sociais e económicos.

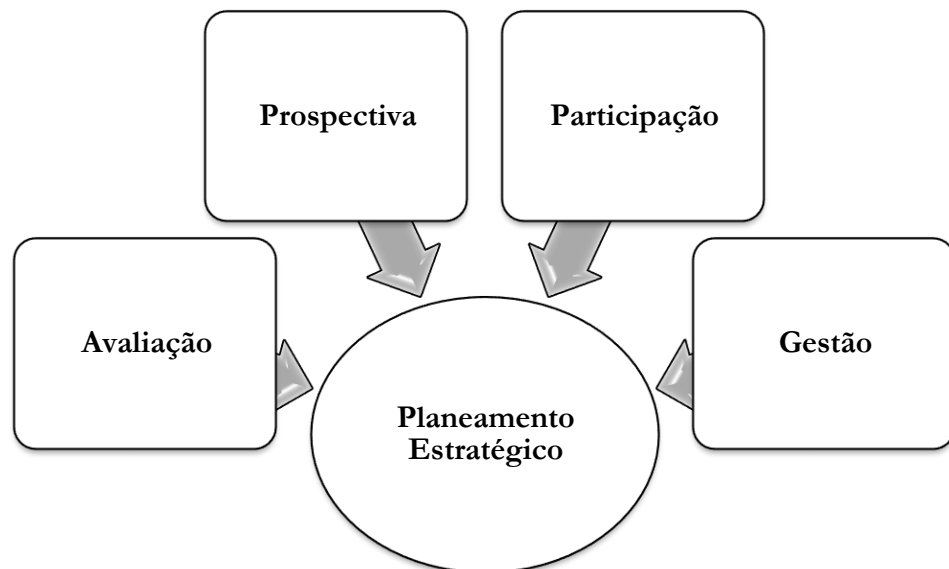
Os meios utilizados basearam-se:

- ° Na informação estatística proporcionada por organismos oficiais (como o Instituto Nacional de Estatística, o PORDATA e a Câmara Municipal de Mértola) nos temas identificados;

- Na consulta e revisão da literatura no âmbito do planeamento estratégico, das cidades e dos territórios de baixa densidade;
- Na produção de informação pertinente por parte de actores públicos e privados do Município, através de um conjunto de entrevistas;
- Fontes de informação digital confiável, incluindo páginas web nacionais e internacionais.

Numa perspectiva de sistematização teórica, tomou-se o tema do planeamento estratégico para (re) tratar o território como se de uma empresa se tratasse, desde a ideia inicial, passando pela tomada de decisão, o rumo a seguir e a ordenação das prioridades de investimento. No âmago da concepção do planeamento estratégico, procura-se definir o desígnio de desenvolvimento para o futuro, tendo como alicerces um conjunto de objectivos e acções, a partir da identificação de problemas e de tendências de evolução. Neste sentido, apesar de não existir um corpo metodológico rígido, há um conjunto basilar de quatro princípios: o processo de prospectiva, de avaliação contínua, de participação e o de gestão territorial (Fonseca, 2006), conforme exposto na figura infra.

Figura 4.1. Pilares Metodológico de um processo de planeamento estratégico



Fonte: readaptado a partir de (Fonseca, 2006)

A **prospectiva territorial** permite construir representações do futuro no sentido de orientar o presente em direcção a um objectivo pretendido, sendo este revelador de tendências que se vão evidenciar na sociedade e na economia. O intuito da prospectiva territorial é o território preparar oportunamente a sua evolução (Chorincas, 2006). A prospectiva também pode ser definida como um processo sistemático e participativo que envolve a recolha não só de informação, mas também do processo de construção de visões a médio e longo prazos, com o objectivo de informar as decisões tomadas no presente e mobilizar acções comuns. (Europeia, 2002). Em suma, o planeamento estratégico socorre-se da prospectiva para que os decisores possam perceber o que deve e pode ser realizado para alcançar um conjunto de objectivos com vista ao desenvolvimento económico.

O processo de **avaliação** reveste-se de flexibilidade e dinamismo no sentido da sua continuada monitorização e adaptabilidade (em contraste com o planeamento convencional, uma vez que, neste caso, a avaliação se resume ao cumprimento das normas estipuladas). (Fonseca, 2006).

O processo de **participação**, um outro pilar essencial e necessário do planeamento estratégico, envolve o cunho de actores locais públicos e privados mais representativos para uma governança territorial que se pretende mais transparente e eficiente. O envolvimento dos actores na fase de diagnóstico torna-se fundamental por permitir o cruzamento de demais informações recolhidas de outras fontes, debater ideias e gerar uma construção de cenários mais sólidos e sustentáveis. Neste sentido, é admissível que a convergência de consensos estabeleça parecerias e, por meio de projectos e acções sejam atingidos objectivos e metas que podem configurar uma identidade local mais sólida e um compromisso de envolvimento futuro entre os actores e a comunidade. (Fonseca, 2006).

O processo de **gestão territorial** tem como horizonte o desenvolvimento local, através do aproveitamento e valorização dos recursos endógenos, em contraposição ao “mercado” externo; isto é, aos concorrentes cujos recursos endógenos possam ser competidores. Para gizar este processo, o planeamento estratégico baseia-se num diagnóstico interno e externo aos pontos fortes e fracos do território, por via da análise de forças, fraquezas oportunidades e ameaças. (Fonseca, 2006). Nesta perspectiva as acções devem ir de encontro aos pontos fracos, enquanto as

debilidades suscitam preocupações a serem corrigidas para não gorar o processo. É preciso ter em consideração a concentração de esforços e recursos em acções que realmente sejam transformadoras para o território. Por sua vez, os planos estratégicos constituem uma ferramenta adequada de análise prospectiva capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais num dado território. (Avelino, 2005).

Um plano estratégico tem o propósito de dar uma visão flexível de longo alcance, capaz de identificar problemas e oportunidades e, em simultâneo, fixar, avaliar objectivos e identificar alternativas, conforme as incertezas e as mudanças que se encontram na base da complexidade dos aspectos territoriais internos e externos.

Em qualquer plano estratégico deve ser considerado o desenvolvimento endógeno, por que parte dos recursos próprios (naturais, construídos, humanos, territoriais), entendidos como factores de oferta. Estes factores, interligados nas várias temáticas (demografia, economia, etc.), funcionam como um sistema que deve estar em permanente conexão, mediante a integração e o funcionamento do conjunto, de tal maneira que as suas relações resultam numa sinergia positiva, completando a ideia de complementaridade. O sistema deve ser funcional, dinâmico, global, cauteloso, flexível, não-finalista, evolutivo e prospectivo. Qualquer plano deve fundamentar-se por si próprio de um compromisso apropriado ao território em estudo, de modo a ser sustentável. Deve também manter o tecido social e uma qualidade de vida suficientemente satisfatória que impeça a população de emigrar. É, portanto, imperativo reunirem-se as condições propícias, nomeadamente: uma integração de actividades ambientais, a interdependência entre o económico e o ecológico, a prevenção de modo a evitar ou reduzir antecipadamente a ocorrência de problemas, a internalização de todos os custos para que as actividades produtivas enfrentem os custos implicados, impedindo a sua transferência para a sociedade (Gómez Orea, 2008).

4.2. AS FASES DO PLANO ESTRATÉGICO

Nas fases de elaboração de um plano estratégico é preciso entender que as especificidades locais de cada território não são iguais, logo os planos podem também não se assemelhar, no que respeita à execução e implementação de um plano estratégico. O planeamento estratégico é um processo de objectivos a longo prazo, concretizável em três fases territoriais distintas e interligadas: o diagnóstico, a formulação do plano e a formalização ou implementação do plano (Fonseca, 2006).

Na retaguarda destas fases encontra-se uma etapa preparatória que envolve diferentes perspectivas que passam, por exemplo, pelo âmbito territorial. É importante perceber se a identificação das problemáticas abrange uma maior extensão da análise territorial, em função da origem dos problemas, dos seus efeitos e respectivas soluções. O que significa que alguns problemas têm origem e consequências fora do âmbito territorial que geram efeitos além dos limites fronteiriços estabelecidos, tornando-se necessário estender o âmbito territorial de análise. Aliás, as acções propostas para o âmbito territorial do plano em estudo podem produzir efeitos no seu exterior, razão pela qual se deve figurar a demarcação inicial e provisória do território. (Gómez Orea, 2008).

Outras questões, como a definição da liderança, dos meios/recursos a submeter, da definição da metodologia a seguir, do tipo de equipa e da sua relação institucional, a constituição de estruturas de participação e acompanhamento, como orçamentos e calendarização de tarefas, fazem igualmente parte dos elementos que devem ser considerados na fase preparatória do processo de planeamento estratégico.

Na fase de diagnóstico há duas análises distintas e complementares – a interna e a externa – que se dirigem para o que é a análise SWOT. Numa primeira visão, refere-se que o diagnóstico incide na caracterização do território, das suas dinâmicas e inserção regional para entendimento do “estado de saúde” do território em estudo. (Fonseca, 2006).

Ora, a análise SWOT (de strenghts, weaknesses, opportunitis and threats – forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) foi desenvolvida há mais de cinco décadas no mundo empresarial como auxilio à definição de estratégias em ambientes oscilantes e competitivos. É uma ferramenta de apoio à tomada de decisão que foi utilizada nos anos 80 por autoridades municipais (as primeiras entidades públicas) e que serviu de

base a um enquadramento de reflexão sobre diferentes cenários de desenvolvimento. Actualmente, no âmbito territorial, não é só um exercício de planeamento e avaliação *ex-ante* de programas de desenvolvimento, como também é uma ferramenta de reflexão estratégica ao nível de localidades, lugares, cidades e regiões, num contexto em que as políticas dedicadas a estes territórios visam a criação de vantagens competitivas (QREN, 2013).

Os principais passos da implementação da análise SWOT passam por:

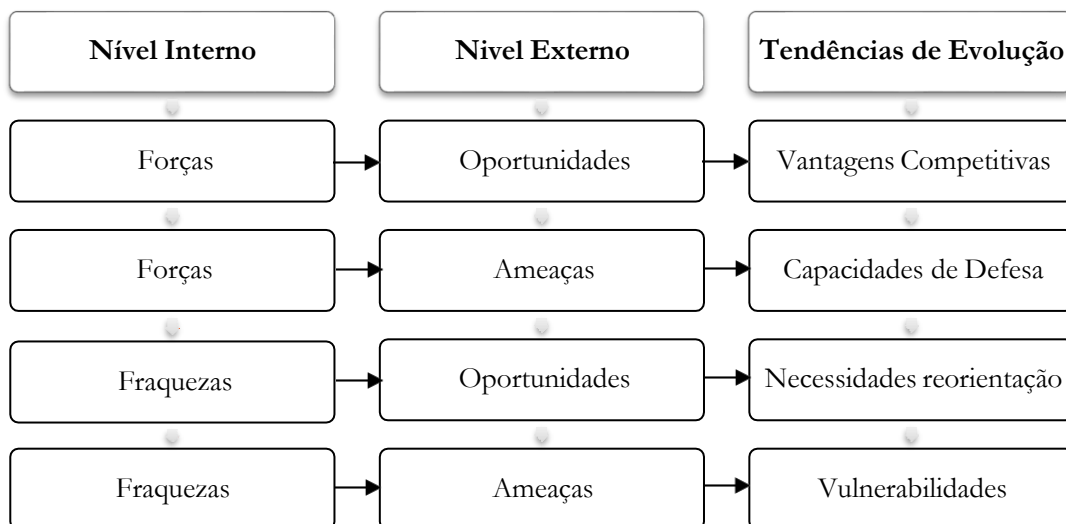
- Uma apreciação do contexto: onde é possível detectar as principais tendências e problemas que podem afectar o futuro do território em estudo. Utilizam-se indicadores sociodemográficos, económicos, políticos e físicos. Os indicadores de disparidade regional e os padrões de comparabilidade são particularmente úteis para revelar as oportunidades e as ameaças. Neste ponto, o processo não deve ser exaustivo, visto que objectivo principal consiste em obter uma imagem global que ilustre os principais problemas que o território terá de enfrentar.
- A preparação de um inventário das possíveis acções: o que implica a identificação de possíveis acções, formuladas em termos gerais em relação aos principais problemas identificados.
- A análise externa (com as oportunidades e ameaças): consiste na listagem de parâmetros do ambiente externo que não estão controlados directamente pelas autoridades públicas e que se supõe que podem influenciar fortemente o desenvolvimento socioeconómico.
- Classificação das possíveis acções: que salienta as acções (ou linhas de orientação estratégica) para reduzir os problemas de desenvolvimento, ao centrar a atenção sobre as forças e reduzir ou eliminar as fraquezas, com o intuito de maximizar as oportunidades e minimizar as ameaças.

- Avaliação de uma estratégia: um último passo que pode ser incluído se for adequado para avaliar a relevância de uma estratégia que se encontra a ser implementada ou planeada. Aqui, pode ser realizada uma análise sobre as actividades; isto é, o avaliador deve situar as intervenções num plano com dois eixos – um de viabilidade interna, de forças e fraquezas e o outros de ambiente externo, oportunidades e ameaças (QREN, 2013).

Ao contrário da análise tradicional exposta acima, a análise SWOT cruzada revela mais aptidão no que confere, nomeadamente a (Fonseca, 2006):

- Vantagens competitivas: forças que correspondem a oportunidades;
- Capacidades de defesa: forças que correspondem a ameaças;
- Necessidades de reorientação: fraquezas que correspondem oportunidades;
- Vulnerabilidades: fraquezas que correspondem a ameaças.

Figura 4.2. Análise SWOT cruzada



Fonte: Readaptado de (Fonseca, 2006)

O resultado da análise reflecte-se num pré-diagnóstico que consiste na organização da informação, da aproximação ao conhecimento e problemas mais significativos do território, das respectivas potencialidades que se destacam, das debilidades relevantes, das forças disponíveis, das oportunidades e das ameaças que coexistem no contexto exterior ao território em análise (Gómez Orea, 2008). Esta análise será aprofundada por um grupo de especialistas que se centrarão em domínios considerados fundamentais, chave. As conclusões do pré-diagnóstico serão confrontadas com os actores locais públicos e privados considerados relevantes no seu papel de contribuição à sociedade, por meio de entrevistas ou *brainstormings* (Fonseca, 2006). Trata-se, portanto, de um primeiro contacto com a área a estudar, a sua população e as pessoas qualificadas a serem consultadas.

Na fase de formulação, a conclusão do diagnóstico estabelece o desenho para o modelo de desenvolvimento futuro. A formulação do plano inicia-se pela fixação do modelo ou do projecto que se pretende para o território e que deve estar em consonância com as pretensões dos actores envolvidos e os recursos endógenos mais distintos dos territórios concorrentes. Será fundamental concentrar os recursos nos domínios considerados prioritários e neste sentido, a formulação do plano começa por fixar o grande desígnio que se espera alcançar, o objectivo nuclear. Posteriormente são definidas as linhas estratégicas que incidem sobre os aspectos críticos e que são as directrizes para concretizar o objectivo central. Cada linha estratégica desmultiplica-se num conjunto de objectivos que por sua vez se desagregam em acções e em projectos específicos, que sejam realmente mobilizadores e concretizáveis para atingir a visão proposta. A formulação do plano finaliza com a apresentação pública que visa além da transparência do planeamento, fomentar a participação e a identidade local. A última fase, a de implementação é associada à acção do plano e onde há monitorização contínua de resultados; isto é, uma avaliação do estado de execução dos projectos, onde se procura averiguar se as estratégias estão a surtir o efeito desejado através da análise da evolução interna e externa e da postura dos actores. A avaliação permite redireccionar, se assim for necessário e pretendido, as estratégias e acções predefinidas (Fonseca, 2006).

De uma forma mais incisiva, culminando todas as fases necessárias ao planeamento estratégico, indica-se que a análise das informações permite entender o funcionamento do sistema territorial e detectar as problemáticas e as potencialidades do território – onde se incluem as condicionantes, as debilidades e as forças, os obstáculos, os problemas, onde se procuram saber as aspirações da população, as possibilidades, as oportunidades e os recursos inexplorados (naturais, construídos e humanos). No âmago deste contexto, a população surge como o elemento activo da estratégia a ser desenhada, mediante as actividades de produção, consumo e relações sociais, enquanto o ambiente físico é o suporte de tais actividades, a fonte de recursos naturais e matérias-primas e o receptor de efluentes⁴⁴. A população é, portanto, o último destinatário do ordenamento do território, do planeamento estratégico, que pretende facultar uma boa qualidade de vida para a população. (Gómez Orea, 2008). Afinal, não se pode produzir o ordenamento do território em separado da acção antrópica, uma vez que é nessa acção que se encontra a necessidade de se repensar as atitudes do Homem para com o meio envolvente e o Homem é assim o destinatário do ordenamento do território (Gaspar, 2005).

Do ponto de vista da análise e diagnóstico territorial, a população é observada sob três pontos de vista: como recurso, como sujeito e como objecto territorial. Como recurso territorial a população representa a força de trabalho com capacidade para explorar os recursos disponíveis e produzir bens e serviços de modo a desenvolver as actividades de produção – que podem ser actuais – por estarem presentes no território aquando do momento da análise – e potenciais – quando derivadas do aproveitamento de recursos territoriais endógenos, exógenos ou tradicionais insuficientemente aproveitados. Como sujeito territorial, a população procura bens, serviços e equipamentos em quantidade e qualidade, correspondentes às expectativas

⁴⁴O estudo exclusivo do meio físico não se encontra desenvolvido no âmbito deste trabalho. O papel do meio físico no planeamento diz respeito à relação do meio físico natural com as actividades humanas, uma vez que qualquer actividade assenta no meio físico natural, a sua relação é estabelecida através dos elementos de entrada (designados de influentes), de saída (os efluentes) e dos elementos físicos (edificações, instalações e espaços). Ambos os sistemas – meio físico e actividades – formam um sistema harmonioso e funcional; com o meio físico a desempenhar três funções indispensáveis, nomeadamente, por ser fonte de recursos naturais e matérias-primas, suporte dos elementos físicos que compõem a actividade e receptor de efluentes emitidos pelas actividades humanas.

da própria população uma vez que se encontram associadas à qualidade de vida. Como objecto territorial, a população é alvo de análise territorial porque é vista como um conjunto de indivíduos que se relacionam – isto é, na visão de agrupamentos de indivíduos localizados em certos lugares, agrupamentos de indivíduos que se relacionam por afinidades e pela escala de valores que determina os comportamentos sociais e individuais. (Gómez Orea, 2008).

Quando o estudo incide sobre a população a investigação tenta detectar as possibilidades de desenvolvimento de actividades económicas, mediante a avaliação da capacidade produtiva populacional que depende de alguns factores como por exemplo, dos efeitos demográficos actuais e futuros, da estrutura etária, das aptidões e atitudes ante aos problemas e oportunidades disponíveis. Neste sentido, será fundamental a aquisição de informação quantitativa e qualitativa. A informação quantitativa diz respeito a indicadores como a densidade territorial, a evolução demográfica temporal, a distribuição espacial, a estrutura etária por sexo, a população activa e dependente, a população empregada e desempregada, etc. A informação qualitativa refere-se às aptidões da população, atitudes e disposições, ou seja, ao estado de disposição da população acções concretas.

Para estimar a procura de cada equipamento e serviço é preciso distinguir dois tipos de procura, a potencial e a efectiva – a procura potencial diz respeito à proporção da população total susceptível a utilizar um serviço ou um equipamento e a procura efectiva indica a proporção de procura potencial realmente usuária de um serviço ou equipamento. Se olharmos para as actividades produtivas, o processo passa por identificá-las e analisá-las desde o ponto de vista da sua localização, viabilidade, comportamento e relação com outras actividades, além de identificar as que serão objecto de regulamentação no plano, as que têm capacidade de ser o suporte de desenvolvimento socioeconómico do território em estudo.

As actividades económicas, de produção e de consumo, devem ser analisadas num panorama geral e ao nível das explorações ou unidades de produção. O diagnóstico detectará: a base económica ou actividades que geram mais emprego e/ou rendimentos; os desequilíbrios decorrentes das relações inter e intra-sectoriais, a produção, a transformação, a intermediação e a venda; as relações com âmbitos externos através da exportação e nível de autoconsumo; as carências de serviços e

infra-estruturas de apoio às actividades económicas por meio de uma análise de investimento público; os obstáculos impeditivos ao desenvolvimento de actividades e sectores económicos. Ao nível da produção é necessário em primeiro lugar determinar o tipo de sector produtivo para analisar e averiguar eventuais problemas relacionados com a produtividade, mão-de-obra, capital, rentabilidade e gestão, descrevendo cada um dos atributos que contribuem para o diagnóstico de problemas. A base económica diz respeito à actividade económica ou ao conjunto de actividades económicas que ocupam a maior parte da população activa, geram maior produto interno bruto e contribuem para uma maior retenção de valor acrescentado no contexto do plano. Assim, na estrutura económica a análise dos sectores de actividade centra-se no sector agrícola (composto por actividades relacionadas com a agricultura, pecuária, silvicultura, actividades de mineração e unidades produtivas), no sector secundário (respeitante aos processos de produção e de comercialização), e no sector terciário (com a prestação de serviços, nomeadamente de electricidade, gás, água, saneamento, comércio retalhista e grossista, instituições bancárias, de crédito e seguros, transportes públicos e privados, etc.). Após a identificação de todas as actividades, procede-se à análise das suas relações, expressa em termos de sinergia, quando duas ou mais actividades sejam reforçadas: a complementaridade é expressa quando uma actividade complementa os requisitos de uma ou outras actividades; a compatibilidade surge quando duas actividades coexistem temporal e geograficamente; a disfuncionalidade é exposta quando as actividades são inconvenientes por serem incompatíveis; a incompatibilidade compreende duas actividades que não podem coexistir simultaneamente; a neutralidade indica uma relação inexistente ou não existe afectação positiva ou negativa (Gómez Orea, 2008).

Sobre os aglomerados populacionais, estes encontram-se formados por núcleos populacionais como cidades, vilas, aldeias, lugares, etc. e infra-estruturas interligadas, pelas quais se estabelece um intercâmbio de pessoas, bens, serviços. Esta faceta territorial é composta e definida por três elementos: a criação e organização do povoamento ao longo do tempo, os canais de relação e os fluxos de comunicação. Para o efeito a estrutura populacional é analisada tendo em conta a dimensão das povoações (os aglomerados populacionais como lugares, vilas, cidades), os investimentos nas infra-estruturas, os factores que determinam o povoamento referentes ao meio natural, histórico, social, produtivo, espacial, etc. Neste

seguimento, são utilizadas técnicas (estatísticas como medidas de tendência central ou a análise espacial) e indicadores para a análise da população, das infra-estruturas, da organização espacial ou dos fluxos em áreas de influência. Esta perspectiva consiste em compreender a organização espacial dos aglomerados populacionais em termos dos factores que determinam a sua localização e respectivos padrões; em mostrar as limitações e capacidades das infra-estruturas para alcançar uma maior integração territorial, através da conectividade dos aglomerados; em entender como o sistema se integra em unidades territoriais hierarquicamente superiores, em compreender o papel dos fluxos da estrutura do sistema económico e da sua respectiva adequação aos aglomerados e ao sector produtivo na dinâmica transformadora do território. O diagnóstico permite que a população possa explorar os recursos territoriais (Gómez Orea, 2008).

A fase de planeamento passa pela definição e análise dos objectivos que se pretendem alcançar e pela identificação de propostas ou medidas a concretizar. Portanto, a principal tarefa consiste em resolver os problemas actuais, prever os cenários futuros, aproveitar as oportunidades e satisfazer as necessidades da população. A identificação das propostas consiste em encontrar soluções que permitam alcançar os objectivos definidos. Para o efeito, é fundamental entender o que é, e o que não é necessário ser realizado. A criação de alternativas constitui o pilar vital para o plano estratégico e deve basear-se num conjunto coerente de propostas ou de medidas propícias à exequibilidade dos objectivos gerais previamente definidos. A concepção de alternativas implica a sua avaliação face aos objectivos de forma a seleccionar a alternativa mais adequada para a concretização do objectivo central.

Por último, a fase de gestão do plano consiste em passar para a execução, a materialização das propostas que compõem as seguintes actividades: desenho de uma *figura* de gestão; sistema de gestão; indicadores de gestão; programa de implementação e monitoração. A tarefa de monitorização é de elevada importância, uma vez que analisa a realidade de modo contínuo em consonância com a tomada de decisão, sendo esta capaz de ser adaptada às determinações do plano em conjugação com as novas dinâmicas da realidade territorial (Gómez Orea, 2008).

Em cada uma das fases caracterizadas, é necessário uma interligação de conhecimentos de distintas áreas: população e actividades, povoamento e infra-estruturas. Além disso, cada fase utiliza para o seu desenvolvimento, métodos e técnicas diferentes, o que demonstra o carácter multidisciplinar do planeamento. No entanto, a transdisciplinaridade pode ser ineficaz para compreender o funcionamento do sistema territorial; se não existir a interacção de todos os conhecimentos, completada com a participação das distintas sensibilidades dos actores socioeconómicos, de interesses conflituantes e do conhecimento local, que são tão importantes para o sucesso de qualquer plano (Gómez Orea, 2008).

De modo sintético, a metodologia seguida para a elaboração e redacção das estratégias a definir no Município de Mértola basearam-se na procura e recopilação da informação sobre a área territorial. Através de indicadores, estatísticas e entrevistas foi possível consolidar a análise. A partir daqui, foram identificados os principais pontos fortes e pontos fracos do Município de Mértola, associados a possíveis esferas de continuidade de desenvolvimento no desenho de opções estratégicas de acção.

O diagnóstico local do município é um processo que permite a avaliação da situação e uma análise prospectiva, onde se esboça a caracterização do território municipal, resultando na identificação das potencialidades e dos constrangimentos de Mértola e na definição das oportunidades e ameaças do território. Em suma, procura-se desvendar as tendências de evolução, considerando as vantagens competitivas, as capacidades de defesa, as necessidades de reorientação e as vulnerabilidades.

No contexto da esfera económica, social, cultural e tecnológica, as mudanças são constantes e um planeamento mais incisivo nos objectivos a atingir, por meio de uma visão prospectiva, visa o sucesso e a sobrevivência das organizações (Giovino, 2001).

Para a auscultação dos actores locais foi utilizado o modelo Delphi. O modelo Delphi é uma técnica de previsão baseada na visão estruturada de um grupo de actores locais especialistas, sobre as possíveis trajectórias de um determinado cenário; realizado através de uma entrevista interactiva e anónima; tem como fundamento a obtenção de um consenso unificador sobre as problemáticas, relativamente às quais se procuram encontrar soluções.

4.3. O MÉTODO DELPHI

O nome Delphi provém do antigo Oráculo de Delfos, lugar sagrado da Grécia Antiga, onde se anunciavam as predições para o futuro. É unânime a concordância de diferentes autores sobre os quatro principais pilares desta técnica: o anonimato, os especialistas, a aplicação de questionários interactivos e com feedback e a procura de consenso. O início do desenvolvimento do método Delphi surgiu na década de 50, com a finalidade de identificar a capacidade futura que a ex-URSS teria para destruir alvos estratégicos norte-americanos. Passados dez anos, os trabalhos de Olaf Helmer e Norman Dalker, investigadores da Rand Corporation⁴⁵, divulgaram a técnica com base em realizar previsões sobre os possíveis efeitos tecnológicos ao nível económico e social. Pretendia-se desenvolver uma técnica de reunião com especialistas que conseguissem emitir as suas opiniões, sob anonimato, através de resultados quantitativos que seriam transformados em qualitativos. Posteriormente seria definida uma estratégia de desenvolvimento, aplicação e venda de produtos tecnológicos. (Oliveira, Costa, & Wille, 2008). Em suma, o objectivo seria criar uma opinião unificadora para posterior definição de estratégia, através do consenso das diferentes perspectivas de especialistas.

O modelo Delphi tem outras aplicações, nomeadamente quando os dados quantitativos são inexistentes ou escassos ou quando não podem ser utilizados em prospectivas fiáveis, considerando as mudanças estruturais e os factores determinantes das tendências futuras. A técnica tem como base a elaboração de questionários iterativos que podem circular repetidas vezes por entre os elementos de um grupo de peritos, preservando o anonimato das respostas individuais até que seja encontrado um consenso. Aliás, uma das grandes vantagens deste modelo é o anonimato que possibilita a ausência de influências ou pressões que por predominância de opiniões, lideranças ou de acções maioritárias, podem enviesar resultados se a discussão sobre o assunto obrigasse à presença e à interacção grupal. (Wright, 2000). Além do mais, existe a convicção de que o julgamento colectivo dos resultados obtidos é superior à opinião de indivíduos isolados.

⁴⁵ Uma empresa *think tank* (em Santa Mónica, na Califórnia, nos EUA) fundada em 1948, que desenvolve pesquisas para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

O método pode ser adaptado de diversas formas e ao obter informação de modo presencial é conhecido por “Estimate Talk Estimate (ETE)” ou “Mini-Delphi”. Este método foi o utilizado para a presente investigação.

Embora o ETE ou Mini-Delphi tenha inicialmente sido desenvolvido para recolher informação em domínios incertos e emergentes, há uma tendência crescente para a sua utilização, quando existem conhecimentos significativos sobre o assunto; como por exemplo, em programas e intervenções com menor grau de inovação. Assim, o método é recomendado para perguntas simples e directas, para desvendar efeitos de potenciais impactos segundo uma intervenção isolada ou uma avaliação *ex-ante*, caso diga respeito a uma intervenção pública de uma dada natureza técnica. Fundamentalmente, o Delphi é utilizado para esclarecer aspectos sobre a evolução de uma situação, a identificação de prioridades ou a apresentação de diferentes cenários prospectivos. (QREN, 2013).

Para a sua aplicação é preciso ter em conta o contexto da análise que parece ser a peça decisória e as perguntas-chave a serem colocadas são (segundo Adler e Ziglio, 1996, citado em QREN, 2013):

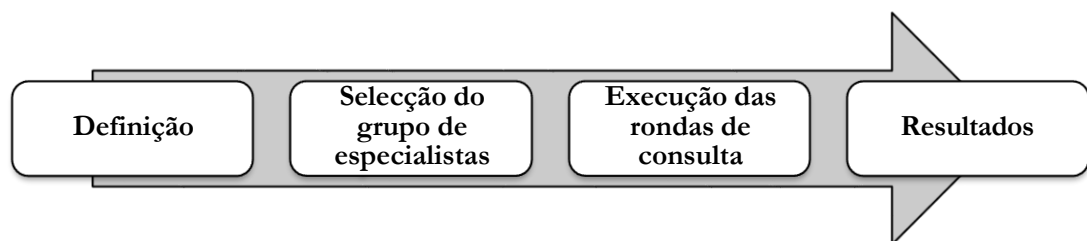
- Que tipo de processo de comunicação é desejável para se explorar uma determinada questão?
- Que pessoas têm conhecimento privilegiado sobre essa questão?
- Quais as técnicas alternativas disponíveis e que resultados se podem esperar a partir da sua aplicação?

Definido o âmago da utilização do método procuram-se os objectivos, as questões a colocar, as hipóteses previstas de resposta, a aplicação das entrevistas, os resultados obtidos, o seu tratamento estatístico e as conclusões. Isto é, como qualquer outra técnica estrutura-se o processo a partir das seguintes fases, indicadas sumariamente (Reguant-Álvarez, 2016):

- Fase 1 de definição: a partir do problema de investigação, o objectivo da consulta é formulado, assim como a identificação das dimensões a explorar e as possíveis fontes de informação.

- Fase 2 de selecção do grupo de especialistas: é preciso determinar o perfil dos participantes e a sua localização, elaborar o protocolo de selecção do grupo – de modo a que disponham de informação representativa, tempo e interesse. É preciso contactar os potenciais especialistas, convidá-los e obter o seu compromisso de colaboração. O número de especialistas costuma oscilar entre os 6 e os 30 participantes, em função do problema ainda que não seja uma condicionante; tendo presente que é necessário primar a qualidade em relação à quantidade.
- Fase 3 de execução das rondas de consulta: esta fase consiste na elaboração de um questionário inicial, na análise da informação obtida e se necessário, na elaboração de uma ronda seguinte, tantas vezes como as que sejam necessárias para obter consenso e resposta aos objectivos do estudo. Devem ser categorizadas e ordenadas as respostas em função do grau de concordância dos participantes. O resultado será o ponto de partida para as opiniões posteriores. No caso de um especialista diferir da opinião geral, deve ser solicitado que reveja as suas respostas.
- Fase 4 de resultados: A análise definitiva da informação da última ronda conforma a elaboração do relatório final. O investigador poderá calcular o nível de consenso para cada ponto concreto, recolher as razões principais das informações analisadas e determinar o seu nível de importância.

Figura 4.3. Fases do Processo do Método Delphi



Fonte: readaptado a partir de (Reguant-Álvarez, 2016)

Deste modo, na primeira fase é elaborado um questionário ou entrevista de resposta individual, solicitando usualmente respostas qualitativas baseadas em algumas informações quantitativas. Para cada questão é apresentada uma síntese de informações consideradas relevantes e, eventualmente, extrapolações sobre o futuro para facilitar o raciocínio. Numa segunda fase, processa-se a quantificação do questionário, isto é, as respostas das questões quantitativas são mensuráveis por meio de estatísticas de tendência central, com os resultados a serem apresentadas aos participantes. Na terceira fase, e caso seja necessário, um novo questionário é realizado tendo em conta as respostas obtidas pelos demais respondentes e são solicitadas novas previsões com justificações, especialmente nas questões de divergência do grupo. Este processo é repetido até se atingir o patamar de um nível satisfatório e a última resposta seja considerada a previsão do grupo. Ora, para a aplicação da técnica Delphi é necessário a troca de informações e opiniões entre os respondentes, preservando o anonimato dos mesmos; a possibilidade de revisão de visões individuais sobre o futuro, considerando as respostas dos demais respondentes, e a definição clara do objectivo do estudo, especificada pelo horizonte temporal e pelo tipo de resultado desejado. (Giovinazzo, 2001). Esta técnica tem sido ampliada na sua concepção não só para a realização de previsões, mas como um instrumento de apoio à decisão e definição de estratégias e políticas.

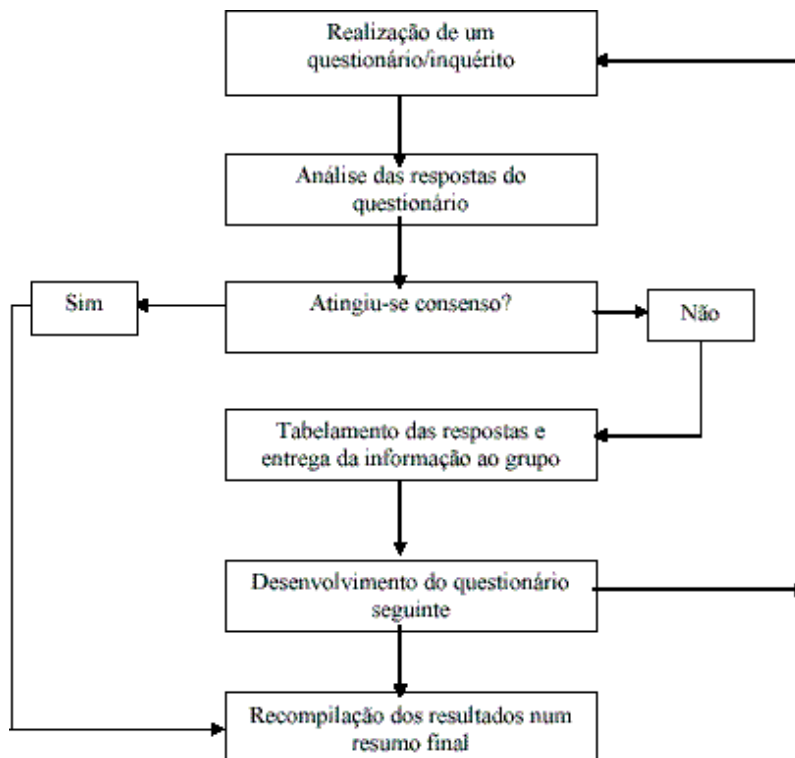
Dependendo do objectivo que se procura, podem ser utilizados dois tipos de Delphi: o Delphi de Projecção ou o Delphi de Políticas. O primeiro, o Delphi de Projecção procura projectar variáveis, eventos, tendências que servirão de base para a tomada de decisões. É a forma clássica do processo em que o consenso, uma vez atingido, funciona como resposta final, como uma previsão normativa. O Delphi de Políticas procura ideias e estratégias para a proposição de políticas organizacionais mais gerais e não como um mecanismo de decisões. O objectivo é assegurar que todas as opções de um determinado problema foram consideradas de modo a estimar o impacto e as consequências da sua aplicabilidade. O formato usual deste método é o de solicitar ao participante a sua votação para as questões políticas apresentadas, por meio da utilização da escala de avaliação tipo Likert⁴⁶. (Frota Rozados, 2015, pp. 69-70)

⁴⁶ A escala Likert é um tipo de escala de resposta psicométrica utilizada habitualmente em questionários, para perceber o grau de concordância ou discordância de uma determinada afirmação.

No processo do método Delphi, na elaboração da entrevista, as perguntas devem ser claras e concisas para responder à problemática em estudo, podendo existir algumas perguntas abertas ou semiabertas. A escolha do painel de especialistas e a sua heterogeneidade é considerado um factor vantajoso, dado que a qualidade do resultado depende dos respondentes envolvidos no estudo. Neste processo, os especialistas devem ser contactados individualmente, informados sobre o tema do estudo e da importância da sua participação. Após a aceitação do painel de especialistas e da concordância destes em participar no estudo, é realizada a primeira entrevista, que pode ser efectuada ou de modo presencial, como anteriormente referido, ou enviado por correio, em formato papel, ou via e-mail. Depois dos questionários preenchidos e devolvidos e se for o caso, há o esboço das estatísticas simples, de acordo com a cotação dada a cada pergunta, considerando o seu grau de importância, como a média, mediana, moda e quartis e uma síntese das respostas concordantes para perceber a tendência geral e as respostas divergentes. Não sendo propriamente necessário o esboço de estatísticas, é fundamental que haja um sumário das entrevistas. A criação do novo questionário ou entrevista terá de ter em conta os diferentes pontos de vista do painel de respondentes que servirá para que os participantes possam rever as suas opiniões e respostas; é, nesta fase, que se revêm posições e argumentos, surgem novos temas e analisam-se incompatibilidades do grupo em cada resposta. O número de interacções será realizado até se encontrar uma convergência unânime sobre o tema em estudo, considerando-se pouco frequente a realização de mais do que duas interacções. Por fim, é elaborado um relatório final com as conclusões do estudo, onde figuram os objectivos, as questões colocadas, a aplicação dos questionários, o tratamento estatístico (se for o caso), os resultados obtidos e as conclusões. (Oliveira, Costa, & Wille, 2008).

O esquema que se segue ilustra o processo do Método Delphi:

Figura 4.4. O processo Delphi



Fonte: (Sousa, sd)

Para a maioria dos autores, a principal crítica ao modelo Delphi diz respeito à opinião dos próprios especialistas, ou seja, o facto de os especialistas perspectivarem o tema ou as questões de um modo simplista como se de eventos isolados se tratasse, em vez de observarem o problema de uma forma holística, envolvendo associações mais complexas. Porém, também é de notar que o método é considerado útil em questões específicas e unidimensionais; podendo funcionar como ponto de partida para realidades multidimensionais a par com outras fontes de informação e aplicação de outros métodos. (QREN, 2013).

No âmbito da presente investigação, o propósito é obter uma visão global do município de Mértola, por meio de uma análise SWOT cruzada e da perspectiva dos actores locais sobre a possibilidade da existência futura de desenvolvimento do município em estudo e da definição de uma dinamizadora para o território. Nesse sentido, após uma análise exaustiva às dimensões da demografia e da economia do município de Mértola, da qual resultou na descrição analítica do estado de *saúde* do município, foi estabelecida a necessidade de seleccionar um painel de especialistas com perfil específico, de forma a aferir as percepções sobre o estado actual e futuro do município, considerando a análise previamente realizada. Em suma, o objectivo de analisar as percepções comuns dos actores locais sobre o estado actual e futuro do Concelho de Mértola justifica “o outro lado” da realidade dos números que por si só culminam numa parte importante, fundamental, mas insuficiente para uma visão integral da realidade do Concelho. No total foram escolhidos seis actores locais, um número considerado suficiente, dada a dimensão populacional do município. Os entrevistados apresentam-se de seguida por ordem alfabética:

- A. Cláudio Torres, Director do Campo Arqueológico de Mértola
- B. Dora Maio, Técnica Superior de Economia, do Serviço Estratégico e Desenvolvimento do Município de Mértola
- C. Marta Cortegano, Presidente da Associação de Empresários do Vale do Guadiana
- D. Luís Madeira, Chefe de Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara de Mértola
- E. João Rolha, Técnico Superior do Departamento de Turismo da Câmara Municipal de Mértola
- F. David Encarnação, Funcionário Administrativo em Beja

Todos os intervenientes vivem e trabalham no município em estudo, à excepção de David Encarnação que vive e trabalha em Beja. David Encarnação é natural do município de Mértola e tem fortes e contínuas ligações pessoais e políticas ao território, pelo que a sua visão do território tornou-se imprescindível para a presente investigação.

O Presidente da Câmara de Mértola, João Rosa, foi o único contacto que delegou a emissão de entrevista a um funcionário da Câmara Municipal de Mértola, Luís Madeira, Chefe de Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara de Mértola.

O perfil dos candidatos entrevistados enquadrou-se no âmbito do tema a ser tratado. Os candidatos escolhidos são, portanto, actores locais políticos, económicos, sociais e culturais; isto é especialistas, decisores económicos sociais e políticos com conhecimento da realidade de Mértola. As suas perspectivas funcionaram como adição para um melhor entendimento do que poderá ser a solução para o Concelho de Mértola.

Após contacto telefónico, os intervenientes no processo de entrevista foram informados sobre o propósito da entrevista e acederam imediatamente em participar na interactividade das questões, manifestando o seu interesse na importância do estudo. Reunidas as condições e averiguadas as disponibilidades, os especialistas foram entrevistados presencialmente, tendo sido dadas informações no decurso da entrevista – respeitante aos indicadores e às apreciações, sob a forma de anonimato, dos sucessivos especialistas entrevistados; isto quer dizer que para o segundo entrevistado, escolhido aleatoriamente, foram facultadas informações pelo primeiro entrevistado, tendo-se sucedido um ciclo de informações neste grupo, de modo a que todos tivessem acesso às opiniões, em cujos pontos pudesse existir alguma

discordância. Não houve, portanto um segundo questionário, dado que as diferenças de opiniões foram consideradas mínimas para uma segunda ronda; ainda que todos os especialistas tivessem tido a informação geral da opinião do grupo. As entrevistas foram realizadas entre Maio e Julho de 2018.

As entrevistas não foram gravadas por se entender que um gravador, instrumento auxiliar de pesquisa pode funcionar como inibidor, um constrangimento das palavras dos entrevistados (Boni & Quaresma, 2005). Foram, portanto, anotadas as respostas dos especialistas no decurso das entrevistas.

No processo das entrevistas aos especialistas foram recolhidas informações que enriqueceram os elementos analíticos das dimensões demográfica e económica. A análise das suas respostas culminou nas visões e nos elementos-chave que contribuíram para enfatizar a descrição das dimensões acima referidas; com o objectivo de unificar uma perspectiva adicional e integradora para a análise SWOT Cruzada. Por esta razão, e optando por uma visão unificadora, não serão expostas citações directas dos intervenientes.

As perguntas, apresentadas em anexo (com a identificação de entrevista), foram construídas com o intuito de extrair a visão e a percepção que os actores locais evidenciaram do seu município, por via das suas próprias afirmações às perguntas efectuadas. Cada resposta, de cada entrevistado, culminou em uma ou duas afirmações por pergunta sintetizando a visão do grupo.

A unificação das respostas será apresentada na verificação de hipóteses.

A metodologia seguida, tal como exposto, define-se numa lógica de investigação de métodos e técnicas de análise *ad hoc* de uma visão unificadora sobre um único território – o Município de Mértola.

CAPÍTULO 5. ANÁLISE DEMOGRÁFICA

5.1. O ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E POPULACIONAL

O município de Mértola é o 6º maior Concelho de Portugal Continental com quase 1300 km² de área (INE, 2016) subdividido em 7 freguesias⁴⁷. Situado a Sudoeste da Península Ibérica, Mértola é um Concelho fronteiriço do Baixo Alentejo, limitado a

⁴⁷ Antes da reorganização administrativa local, estabelecida pela Lei n. 22/2012 de 30 de Maio, que aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, o Concelho de Mértola era composto por 9 freguesias. (Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio. Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica). O Concelho com maior superfície de Portugal Continental é Odemira (com 1720,60 km²), seguindo-se Alcácer do Sal, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Évora e, por fim, Mértola (com 1292,87 km²).

Neste enquadramento de reorganização administrativa, a partir de Janeiro de 2015, entrou em vigor a nova Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, por iniciativa governamental através do Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de Agosto de 2014 que reorganizou o mapa de Portugal Continental ao nível das NUTS III.

A NUTS é um sistema hierárquico da divisão do Território em regiões e constitui-se para o Eurostat para harmonização das estatísticas dos vários países em termos de recolha, compilação e divulgação de estatísticas regionais; sendo uma referência para a determinação da elegibilidade das regiões europeias à Política de Coesão da União Europeia. Esta reorganização das NUTS III, agregadora de Concelhos, é assim coincidente com as Entidades Intermunicipais e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, estabelecidas pela Lei n.º 75/2013. Em termos nacionais, existiam 30 NUTS III que passaram para 25 NUTS III (23 no Continente e 2 nos arquipélagos da Madeira e dos Açores), utilizando-se critérios de dimensão populacional, critérios socioeconómicos e geográficos; com modificações em algumas das suas designações. As NUTS I e NUTS II não foram alvo de alterações, apenas a designação da NUTS II de Lisboa que passou para “Área Metropolitana de Lisboa”. O Concelho de Mértola insere-se na NUTS III do Baixo Alentejo (que ao todo perfaz 13 municípios) onde se incluem os Concelhos de Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira. (INE, 2015).

Neste contexto, referir que as entidades intermunicipais assumem duas designações: as comunidades intermunicipais e as áreas metropolitanas. Em termos jurídicos as entidades intermunicipais correspondem a associações livres de municípios, mediante a criação de uma entidade superior, em relação à qual os municípios associados delegam parte das funções ou competências que lhes são conferidas por lei, com o objectivo de prestar serviços a todos os seus membros. Ainda assim, o número de municípios que compõe cada comunidade intermunicipal não por ser inferior a cinco ou ter no seu conjunto uma população inferior a 85 mil habitantes. Como referido as entidades intermunicipais constituídas, correspondem à área geográfica das NUTS III (Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro). O município de Mértola pertence à Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo; ao todo é constituída por 13 municípios, composta por uma população de mais de 125 mil pessoas.

norte pelos municípios de Beja e Serpa, a oeste por Almodôvar e Castro Verde, a sul por Alcoutim e a leste por Espanha. Encontra-se numa localização contígua à comunidade espanhola de Andaluzia – mais precisamente na província de Huelva, pelos municípios de Paymogo, Puebla de Guzmán, El Almendro e El Granada.

Mapa 5.1. O Enquadramento do Concelho de Mértola na Península Ibérica



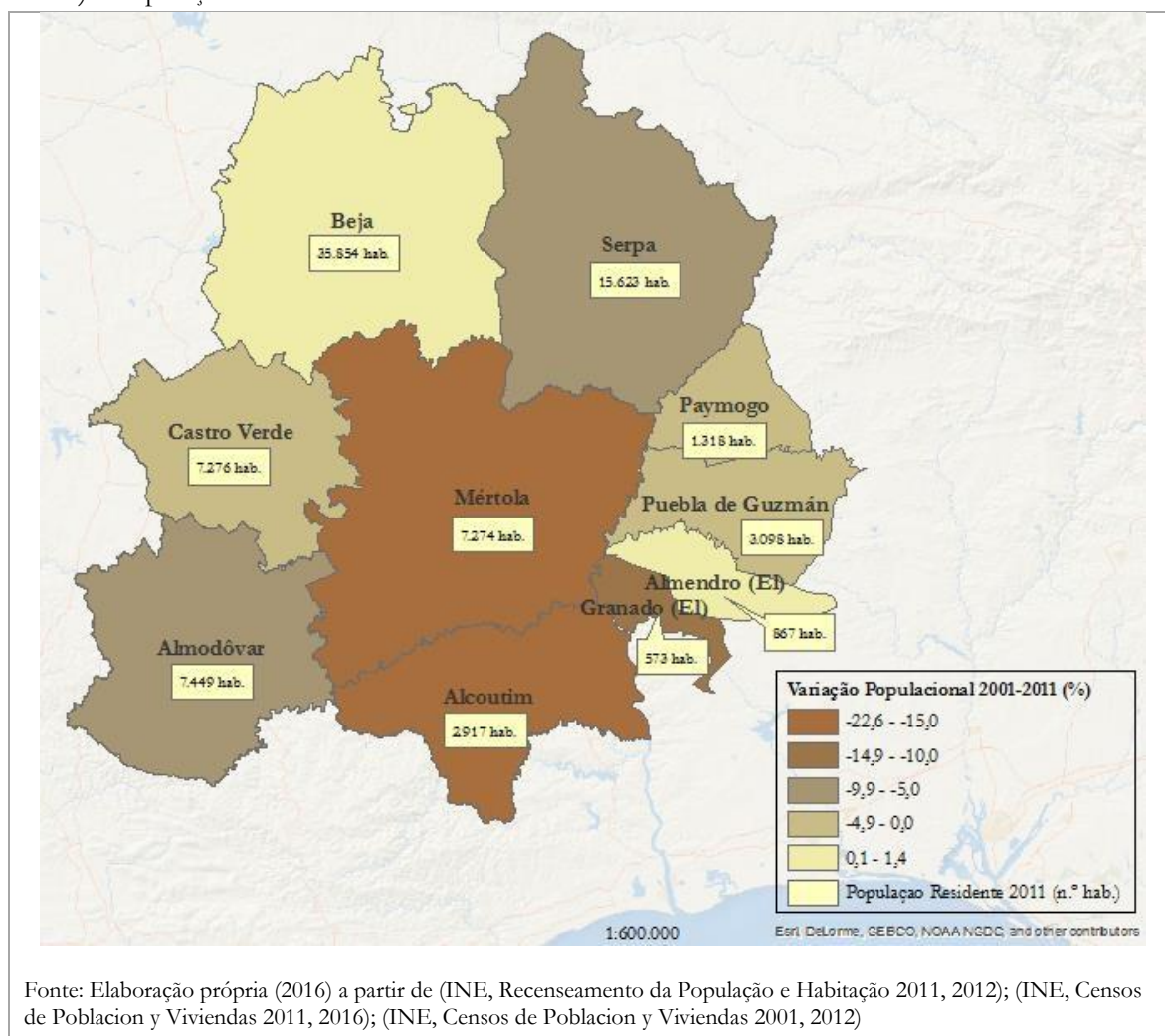
Nos últimos anos, verificou-se uma perda crescente de todos os municípios contíguos a Mértola, excepto do Concelho de Beja. Desde os anos 50 que a tendência regressiva do interior de Portugal, manifestada por variações populacionais negativas, tem acentuado o fenómeno de litoralização cada vez mais premente nas áreas do litoral do país⁴⁸. O Concelho de Beja – capital de distrito do Baixo Alentejo e dotado de infra-

⁴⁸ Os dados do INE indicam que as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com 35 municípios no seu total, englobam mais de 46,6% do total da população de Portugal, numa área que perfaz pouco mais de 5,7% da superfície do território nacional. Ao longo de décadas, estas duas áreas metropolitanas e os municípios da faixa litoral do país têm aumentado a sua população. Nos últimos

estruturas territoriais e urbanas e de equipamentos de utilização colectiva para servir um conjunto alargado de cidadãos – registou, ainda que ínfimo, um acréscimo da sua população. Em 2011 contava com mais de 35 800 habitantes.

O Concelho de Mértola foi um dos dez municípios dos 308 de Portugal que em termos relativos perdeu mais população, com uma variação populacional negativa igual a 16,5%; o Concelho de Alcoutim, imediatamente adjacente a Mértola, foi principal município português a perder população, com uma variação superior a - 22%. (INE, 2012).

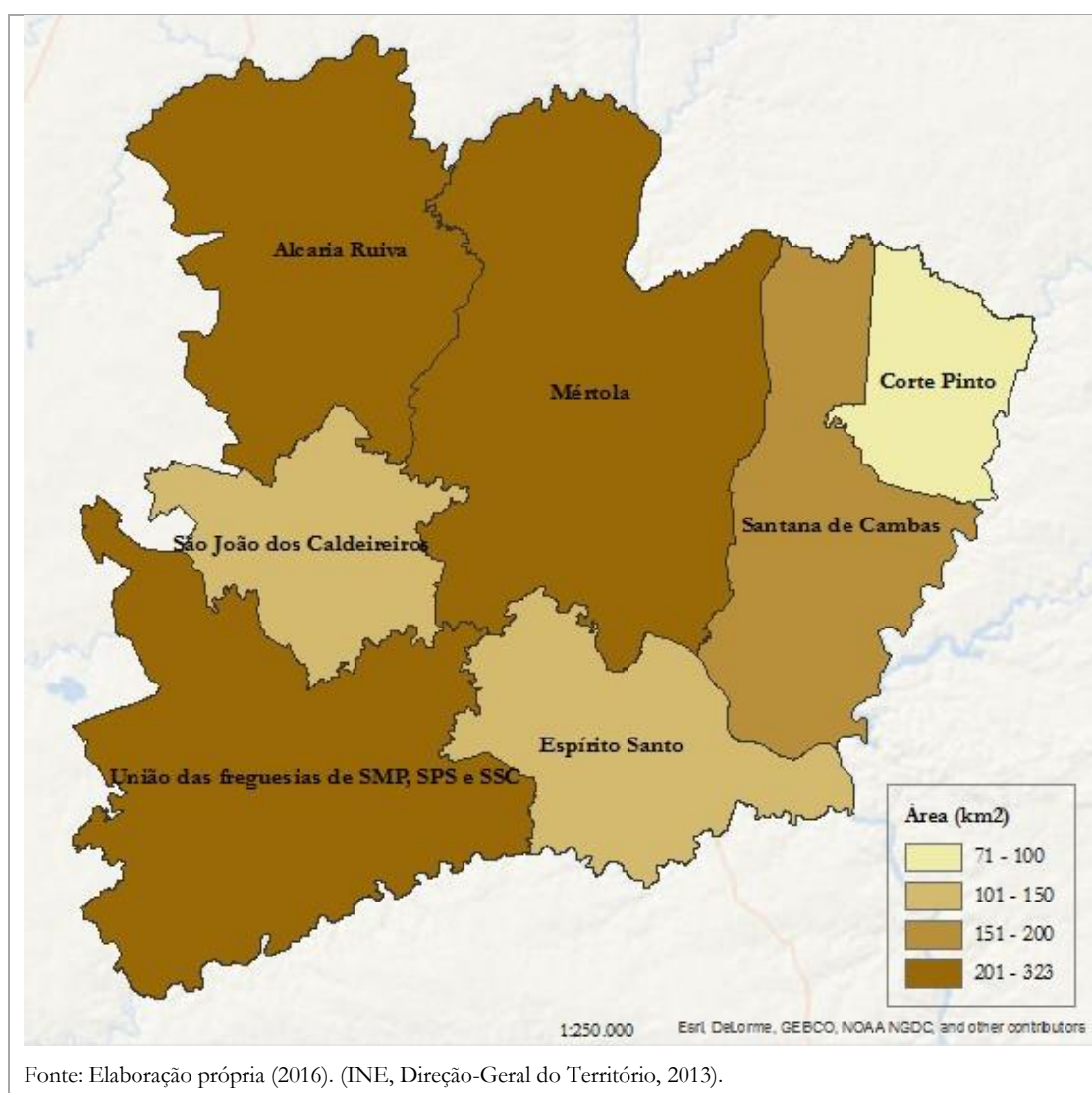
Mapa 5.2. O Concelho de Mértola e os Municípios Contíguos, Variação Populacional (2001-2011) e População Residente de 2011.



15 anos (entre 2001 e 2016), ao contrário do que ocorre com os municípios do interior. Entre 2001 e 2016, 74% dos 278 municípios perderam em média 12.3% da sua população.

Neste contexto urbano regional, onde o Concelho de Mértola se encontra envolvido por 9 municípios, Beja e Serpa são as únicas áreas urbanas mais populacionais (Beja com mais 35 800 residentes e Serpa com mais de 15 600 residentes; os demais municípios que rodeiam o Concelho de Mértola são diminutos e no seu conjunto totalizam quase 23 200 habitantes, com Almodôvar a superar a população mertolense, contabilizando-se quase 7500 habitantes. Do lado da fronteira espanhola, dos 4 municípios espanhóis, o mais populacional é Puebla de Guzmán que não ultrapassou, em 2011, os 3100 residentes. Na sua configuração territorial administrativa, o Concelho Mértola é composto por sete freguesias – Alcaria Ruiva, Corte do Pinto, Espírito Santo, Mértola, Santana de Cambas, São João Caldeireiros, União das freguesias de São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Sólis e São Sebastião dos Carros.

Mapa 5.3. As Freguesias do Concelho de Mértola e respectiva Dimensão Territorial.



5.2. AS DISTÂNCIAS⁴⁹ DO CONCELHO DE MÉRTOLA AOS MUNICÍPIOS CONTÍGUOS

Considerando a distância euclidiana entre a sede do Concelho de Mértola às sedes dos principais aglomerados populacionais vizinhos, a mesma estaria entre os 40 e os 50 km. Porém, a morfologia do território e as acessibilidades desenhadas para conectar os diferentes núcleos limítrofes sugerem distâncias mais sinuosas.

Após a construção da ponte internacional do Baixo Guadiana⁵⁰ sobre o rio Chança, um afluente do Rio Guadiana⁵¹ que demarca a fronteira entre Portugal e Espanha, as distâncias ficaram significativamente mais reduzidas. A ponte estabeleceu a ligação entre a localidade do Pomarão (da freguesia de Santana de Cambas) a El Granado (o município espanhol contíguo ao Concelho de Mértola) e o caminho entre estas duas localidades vizinhas e fronteiriças diminuiu em termos de distância relativa e absoluta – o tempo de deslocação em automóvel que era, aproximadamente, de duas horas (equivalente a 134 km) passou para 15 minutos (cerca de 12 km). Esta nova acessibilidade permitiu encurtar o caminho entre o Concelho de Mértola e os

⁴⁹ A distância pode ser relativa ou absoluta. A distância-relativa implica a mensuração em função de uma variável como o custo ou o tempo. O custo refere-se à distância de um ponto a outro, calculada em unidades monetárias, segundo o meio de transporte utilizado. O tempo sugere a demora de um percurso de um ponto a outro, expresso em unidades temporais (horas, dias...), segundo o meio de transporte. A distância absoluta é medida em unidades de comprimento como o quilómetro.

⁵⁰ A ponte internacional do Baixo Guadiana (financiada em 75% através do programa comunitário Interreg III) foi inaugurada em 2009 e demorou cerca de 10 meses a ser construída. O custo total da obra ficou orçamentado em 2,1 milhões de euros (com os municípios de Mértola e Huelva a participar no restante valor, isto é, com 300 mil euros cada) (Lusa & Público, 2008).

⁵¹ O Rio Guadiana é um dos três grandes rios luso-espanhóis; nasce em Espanha, na serra de Alcaraz, e serve de fronteira entre os dois países ao longo de 810 km (desde a sua nascente até à foz); surge em território português a norte de Mourão e toma a direcção norte-sul; são 260 km em Portugal. Abrange uma área total de 72,1 mil km², dos quais 11,5 km² são em Portugal. O vale formado encaixa-se na superfície polimórfica alentejana a partir da foz do Ardila, com muitos meandros e, entre Serpa e Mértola, com quedas de água sendo a mais importante a do Pulo do Lobo que corresponde a um estreitamento súbito e desnivelado das suas margens. A partir de Mértola, o Guadiana torna-se navegável, passando pelo Pomarão e terminando em Vila Real de Santo António, onde desagua no oceano Atlântico.

municípios da Comunidade de Andaluzia. (Lusa, 2009)⁵². A distância em tempo e em km que separa a sede do Concelho de Mértola às capitais de distrito de Beja e Faro e às províncias de maior dimensão populacional mais próximas podem ser visualizadas no quadro que se segue.

Quadro 5.1. Distância entre a Sede do Concelho de Mértola e a Sede dos Aglomerados Portugueses e Espanhóis

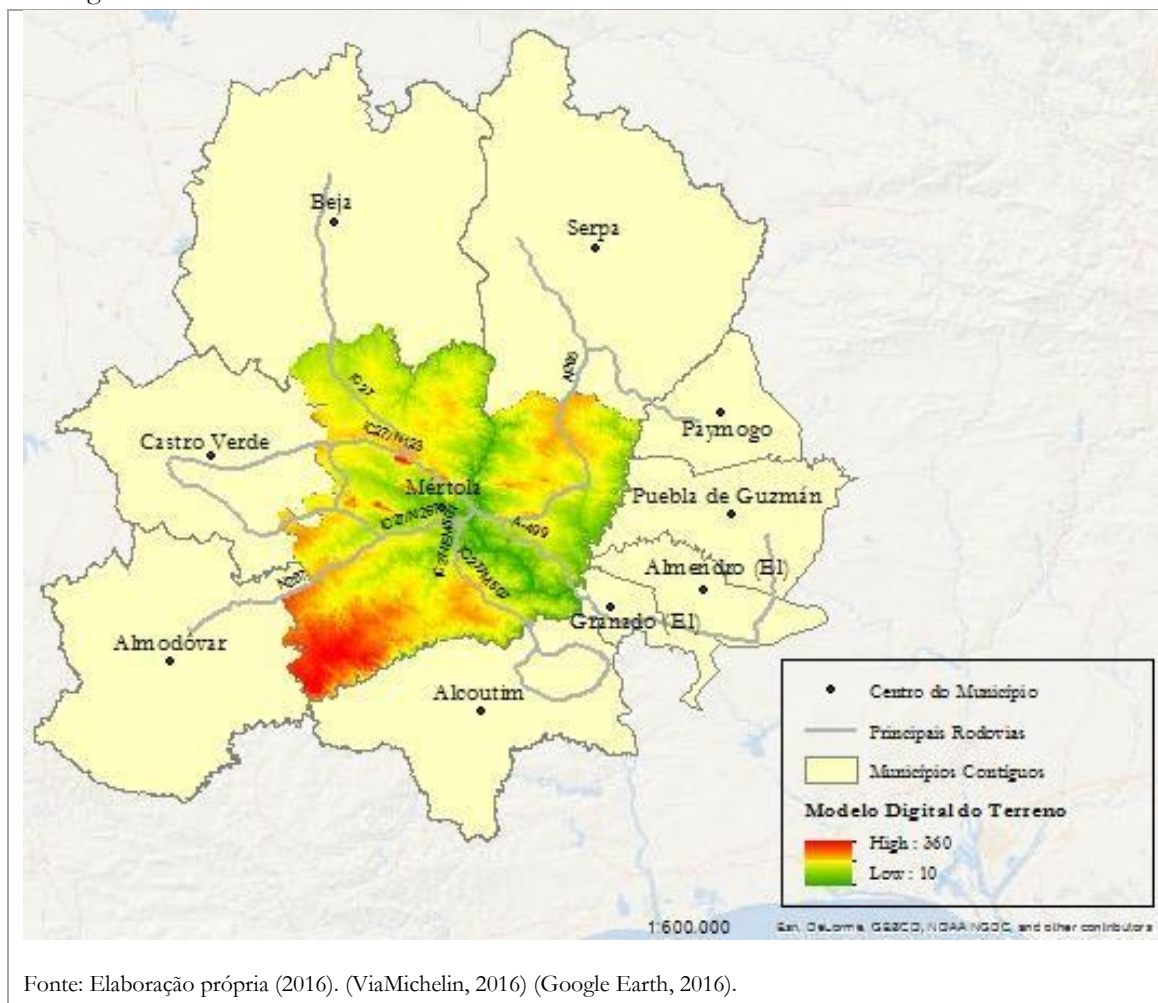
Municípios	Beja		Faro		Lisboa		Huelva*		Sevilha*		Badajoz	
	km	min	km	Min	Km	min	Km	min	km	Min	km	min
Mértola	53	51	118	95	234	160	114	93	199	138	200	180

Fonte: Elaboração própria (2016). (Via Michelin, 2016)

A rede viária do Concelho de Mértola é composta por uma malha que se desenvolve a partir de uma faixa de vias, centrada na sede de Concelho. Os eixos estruturantes desta rede são as estradas nacionais: EN 122 (Beja - Vila Real de Santo António, que passa por Alcoutim); EN123 (Mértola – Castro Verde); EN 265 (Mértola – Serpa) e EN 267 (Mértola - Almodôvar). A partir da rede principal, formada por estradas nacionais, desenvolve-se um conjunto de vias municipais que asseguram a interligação entre os vários aglomerados populacionais. Deste modo, surge uma rede bastante densa que resulta da necessidade de ligação aos pequenos aglomerados. Existem ainda os Caminhos Municipais (CM) e as vias sem classificação que se desenvolvem a partir dos eixos estruturantes da rede de Estradas Nacionais e Municipais, com a função de ligar as sedes de freguesia aos vários aglomerados populacionais.

⁵² A distância absoluta da sede do Concelho de Mértola até às sedes dos municípios espanhóis ficou reduzida em mais de metade e por consequência, também a distância temporal. Estas distâncias foram calculadas tendo em conta a nova Ponte Internacional do Baixo Guadiana. Para El Granada, a distância percorrida era de 115 km (aproximadamente 02 horas) e passou para 33 km (isto é, 44 minutos); o caminho para El Almendro encurtou de 102 km (de 02h40) para 47 km (ou seja, 60 minutos); de Puebla de Guzmán, de 116 km (02h30) passou para 54 km (aproximadamente 75 minutos) e de Paymogo, a distância que outrora era de 134 km (em 02h20) ficou em 77 km (01h40).

Mapa 5.4. Distância (em km) entre a Sede do Concelho de Mértola e a Sede dos Municípios Contíguos



5.2.1. A distância entre freguesias

Todas as freguesias, excepto Mértola, distam entre si, em média, 30 km. Aliás, a freguesia central, Mértola, é a mais próxima de todas as freguesias do Concelho com uma distância média das restantes freguesias de 17,8 km. As freguesias de São João dos Caldeireiros e Corte do Pinto são, a seguir a Mértola, as que oferecem uma maior proximidade com outras freguesias – a União das Freguesias com 14,4 km e Santana de Cambas com 16 km, respectivamente.

Todas as demais freguesias encontram-se mais afastadas entre si e a maior distância corresponde a 44,1 km que liga Alcaria Ruiva a União das Freguesias, cuja sede é São Miguel do Pinheiro, e Corte do Pinto à União das Freguesias com 44 km. De assinalar também que Alcaria Ruiva e Corte do Pinto distam 40,5 km (a terceira maior distância entre freguesias do Concelho de Mértola).

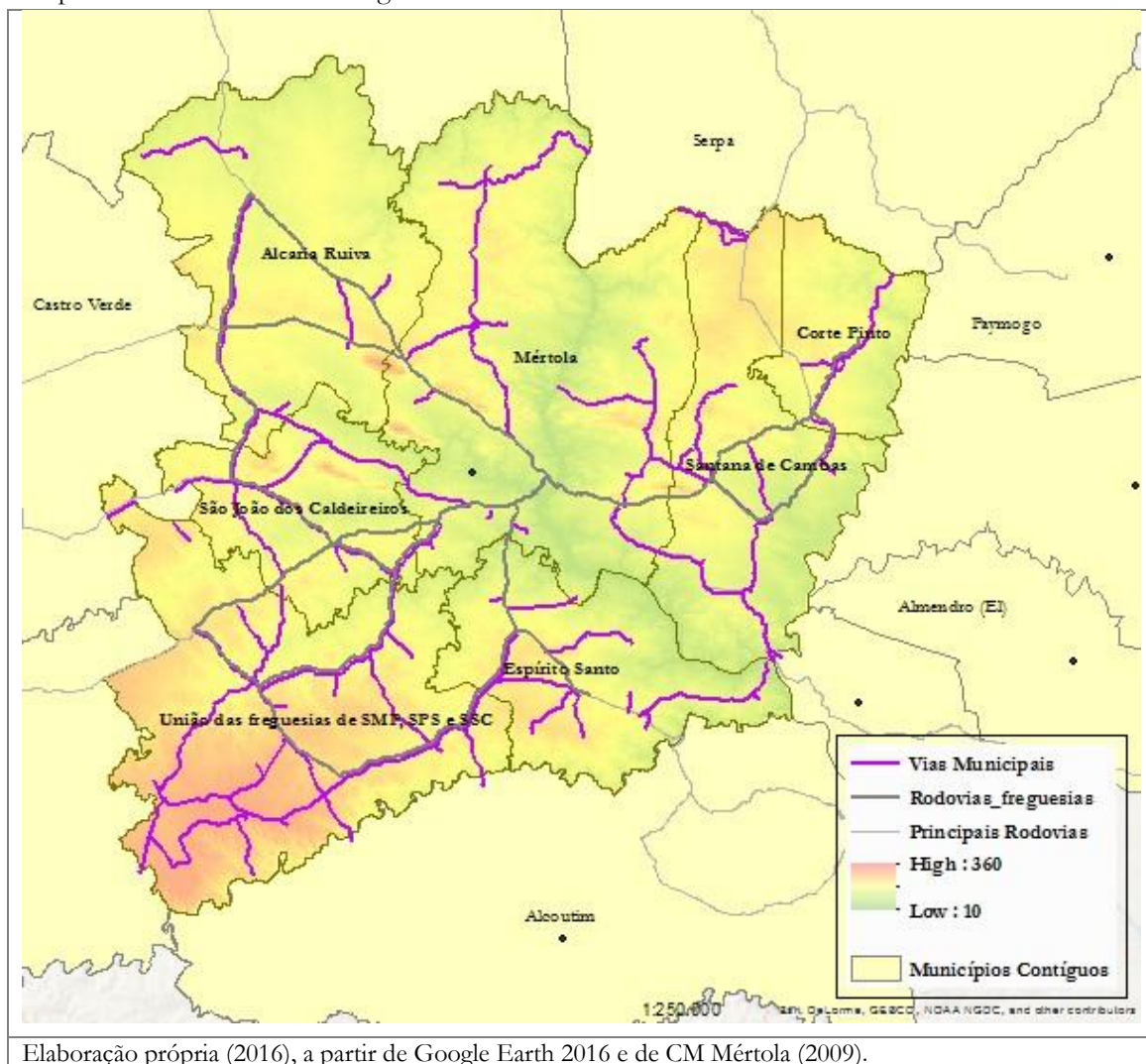
Quadro 5.2. Distância (em tempo e comprimento) entre as freguesias do Concelho de Mértola, 2016

Sede de Freguesia do Concelho de Mértola	Corte do Pinto		Espírito Santo		Mértola		Santana de Cambas		S. João dos Caldeireiros		União de SMP, SPS, SSC	
	km	min.	km	min.	km	min.	km	min.	Km	min.	km	min.
Alcaria Ruiva	40,5	42	33,9	31	19	18	29,8	27	28,1	25	44,1	40
Corte do Pinto	-	-	38,3	43	23,2	29	14,4	19	37,4	43	44	57
Espírito Santo	-	-	-	-	15,4	16	27,5	27	25,1	22	26,1	22
Mértola	-	-	-	-	-	-	12,4	14	14,6	16	23,1	26
Santana de Cambas	-	-	-	-	-	-	-	-	26,6	28	35,2	38
S. João dos Caldeireiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	15

Elaboração própria (2016), a partir de Google Earth 2016.

O mapa que se apresenta de seguida apresenta as rodovias que se interligam entre si, e a morfologia do terreno.

Mapa 5.5. Rodovias entre as freguesias do Concelho de Mértola



A rede de transportes é suportada pela Rede Nacional de Expresso. Para a capital ou para o Algarve existe uma viagem de ida e volta com um único horário. Por exemplo, para Lisboa as partidas desde Mértola são às 9:30 e de Lisboa para Mértola às 17:15; o mesmo ocorre para a Vila Real de Santo António (há apenas um único horário). Para o Concelho e para os municípios contíguos a rede de transportes é suportada pela Rodoviária do Alentejo, com várias carreiras diárias. (CMértola, 2015).

5.3. ANÁLISE DEMOGRÁFICA

5.3.1. A Densidade Populacional

O Alentejo ocupa mais de um terço do território de Portugal Continental e a sua baixa densidade populacional⁵³ é o reflexo do despovoamento que assola todo o interior do país; em 2014, o Alentejo registava 23,2 habitantes por km², isto é, aproximadamente 4,8 vezes menos do que Portugal Continental (que no mesmo período fixou 110,8 habitantes/km²).

No mesmo ano, Mértola, com 5,2 habitantes/km², foi o segundo Concelho com a densidade populacional mais baixa de Portugal Continental (o primeiro foi Alcoutim com 4,4 hab./km²), o que manifesta, como podemos observar pelo quadro que se segue, que o despovoamento do Alentejo, Baixo Alentejo e do Concelho de Mértola continua a ser elevado e com tendência para se agravar ao longo do tempo.

Quadro 5.3. Densidade Populacional por Local de Residência, 2001 e 2014

Unidade geográfica	2001	2014
	Densidade Populacional (n.º / km ²)	
Continente	111,5	110,8
Alentejo	24,7	23,2
Baixo Alentejo	15,8	14,3
Mértola	6,7	5,2

Fonte: Elaboração própria (2016). (INE, Estimativas anuais da população residente, 2016).

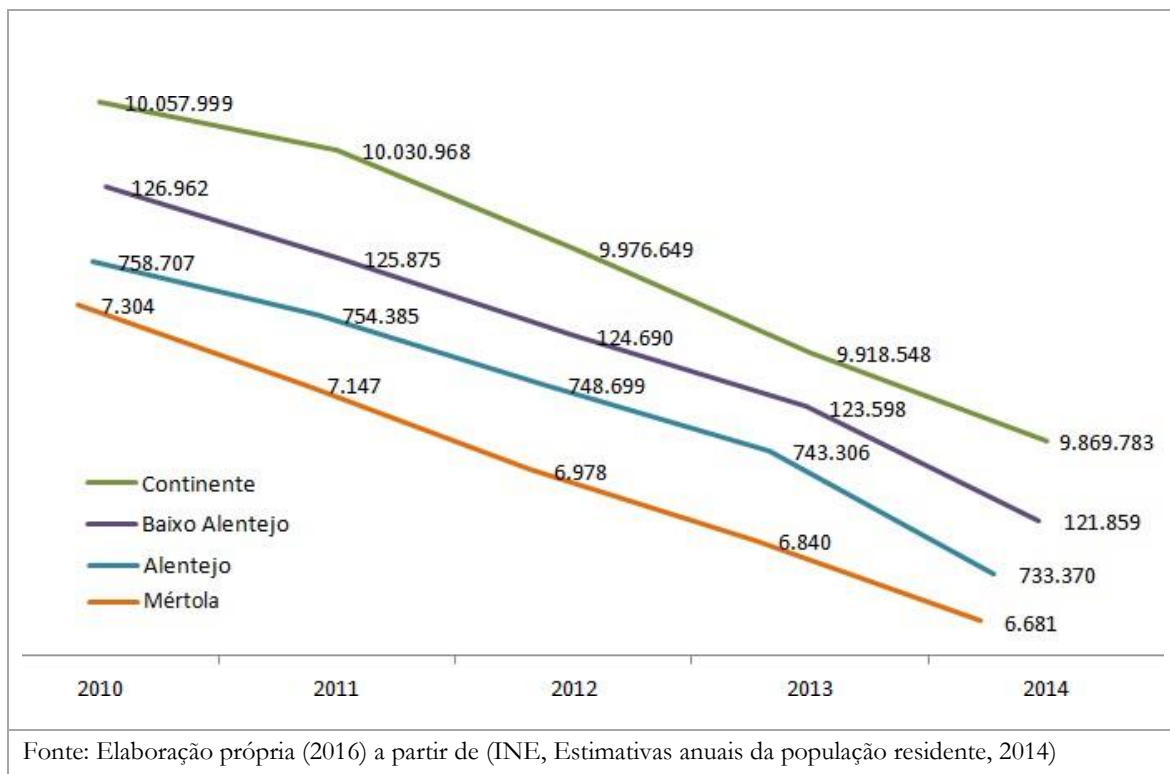
⁵³A densidade populacional ou densidade demográfica expressa a intensidade de ocupação do território (caracterizada pelo número de habitantes por quilómetro quadrado).

5.3.2. Evolução da População Residente

Segundo as últimas Estimativas Anuais do INE, de 2014, o Concelho de Mértola registou uma população residente de 6 681 habitantes (menos 593 pessoas do que em 2011). Do total de habitantes do Baixo Alentejo, para o mesmo período, podemos dizer que o peso relativo do Concelho de Mértola foi de 5,5%, reflexo da dimensão diminuta deste Concelho no contexto da região e no sistema urbano onde se insere, já de si uma das regiões mais despovoadas do território nacional, com uma perda populacional constante ao longo de décadas. Entre 2001 e 2011, a região do Alentejo e a sub-região do Baixo Alentejo registaram perdas de -2,5% e -6,2%, respectivamente. (INE, Estimativas anuais da população residente, 2014). As migrações para o exterior da região, a par com a baixa natalidade explicam esta tendência – em 2014, o Alentejo apresentou uma taxa de natalidade de 7,0‰, enquanto em 2011 era de 8,1‰. No que se refere às migrações, o saldo tem continuamente a ser negativo, com menos 4 061 pessoas em 2015. A taxa de variação populacional entre 2001 e 2011 foi de -2,5%.

Segundo as estimativas anuais da população residente entre 2010 e 2014, a diminuição da população do Concelho de Mértola acompanha a diminuição gradual de residentes da região do Alentejo, da sub-região do Baixo Alentejo e do país. Em 6 anos, o Concelho perdeu mais de 600 residentes. Será possível a tomada de decisões estratégicas ao nível social e económico, a médio e longo prazo, no sentido de atrair e fixar residentes no Concelho? Este cenário demográfico de perda de população resulta de significativas transformações estruturais nacionais e globais, principalmente de índole económica – derivado do desenvolvimento tecnológico e de novas formas organizacionais que contribuíram para que o trabalho ligado ao sector primário, nomeadamente, a agricultura e a exploração da actividade mineira baixasse consideravelmente. Porém, o despovoamento destes lugares do interior de Portugal, como Mértola, também têm na sua origem questões sociais e culturais que favorecem as baixas taxas de natalidade e desenham uma população cada vez mais envelhecida.

Gráfico 5.1. Estimativas da População Residente do Continente Português, Alentejo, Baixo Alentejo e Mértola, no período de 2010-2014



Desde o princípio do século XX que a população mertolense seguiu, até à década de 50, num ritmo de crescimento demográfico crescente – exceptuando o período entre 1911 e 1920 em que a população sofreu um decréscimo de 7,8%⁵⁴.

Através do gráfico 5.2, observa-se que a trajectória demográfica do Concelho de Mértola atinge o seu pico populacional em 1950 com 29 353 pessoas a residir no Concelho; a partir daqui, a diminuição populacional acentuou-se e em 60 anos (desde 1950 a 2011) o Concelho perde mais de 22 mil pessoas (isto é, uma redução de 75% da população).

O declínio demográfico do Concelho de Mértola atingiu o seu pico na década de 60, com a perda de 45% da sua população – de 26 026 em 1960, contabilizaram-se 14 310 residentes na década de 70.

⁵⁴ Este período de decréscimo populacional entre 1911 e 1920 é de âmbito nacional e coincidente com os episódios históricos, nomeadamente a Primeira Grande Guerra (de 1914 e 1918), a Gripe Pneumónica (ocorrida em 1918-1919) e a vaga de emigração que tendo iniciado em finais do século XIX teve um maior impacto entre 1911 e 1914.

A principal causa desta perda maciça de população assenta, essencialmente, na interligação de dois factores: o primeiro, associado ao início de uma conjuntura social, política e económica que afectou o país na década de 60⁵⁵ provocando no Concelho de Mértola o encerramento das Minas de São Domingos⁵⁶, o que gerou o aumento de fluxos migratórios para outras e maiores aglomerações urbanas internas e no estrangeiro; o segundo factor, derivado também do primeiro, deteve-se com a diminuição da natalidade na década de 60 que, apesar de no país se situar em 24,1‰, teve de ser diminuta em Mértola (já que entre 1960 e 1970 houve uma diminuição de mais de 11 mil pessoas devido às migrações, em particular, de grupos etários mais jovens⁵⁷).

⁵⁵ A década de 60 em Portugal ficou marcada pelo início da Guerra Colonial, mais precisamente em 1961, que só terminou em 1974, com movimentos migratórios dirigidos essencialmente para o exterior do país, motivados também pela fuga ao conflito das colónias portuguesas e à repressão política do regime ditatorial instaurado no país desde 1933, sob domínio de António Salazar que permaneceu no poder durante 48 anos até 1974. Contudo, durante esta década de 60 a 70, a procura de melhores condições de vida, com o sector primário a declinar e com a incapacidade de absorção de mão-de-obra proveniente do meio rural para outros sectores económicos, impeliu a emigração de milhares de portugueses para outros países, principalmente, europeus.

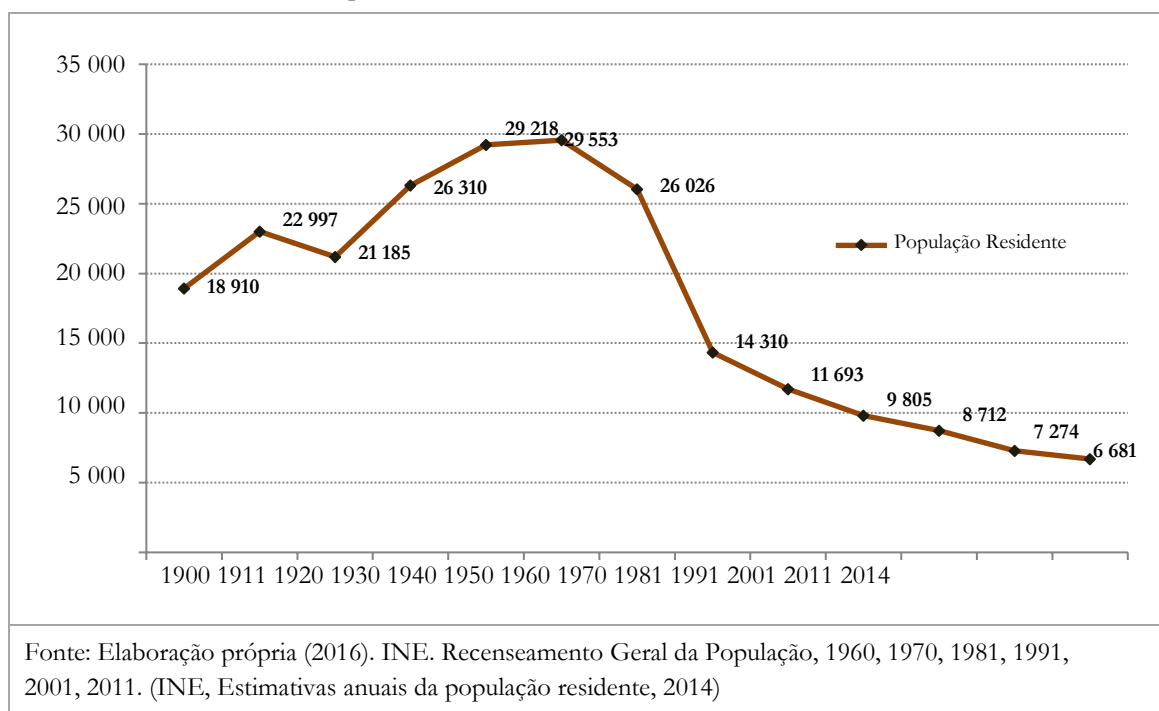
⁵⁶ A Mina de São Domingos, situada na freguesia de Corte Pinto, foi explorada oficialmente pela empresa britânica Mason & Barry entre 1858 até 1966 (ano em que as reservas de pirite foram consideradas esgotadas). (REHMINE, 2016). Durante o período de actividade mineira e até aos anos 30, São Domingos foi considerada a maior exploração portuguesa, com uma força laboral superior a um milhar de trabalhadores que se estendeu até seu encerramento. (Fundação Serrão Martins, 2016). Teve um desenvolvimento local significativo - entre a Mina e a localidade do Pomarão foi construída uma das primeiras linhas férreas do país, com cerca de 15 km de extensão para auxiliar o transporte do minério. Além disso, o povoamento da Mina foi a primeira localidade a receber uma central eléctrica. Com este investimento a localidade desenvolveu-se ao nível habitacional (para alojar os trabalhadores e respectivas famílias) e ao nível dos equipamentos sociais (nomeadamente, a construção de um cemitério protestante, uma igreja católica, clube recreativo, teatro, etc.). Com a falência da empresa britânica e conseqüente encerramento, o povoamento foi palco de abandono populacional. Actualmente, pelos vestígios deixados no território as instituições locais têm procurado seguir uma estratégia de desenvolvimento vocacionada para o turismo. (Guita, 2011)

⁵⁷ Não foi possível aferir, através do INE, a taxa de natalidade por Concelho nas décadas de 60 e 70, por inexistência de dados. Porém, no Distrito de Beja (onde Mértola se localiza), a taxa de natalidade passou de 13,5 ‰ para 11,4‰.

Apesar de não ser possível verificar as taxas de natalidade concelhias para a década de 60 e 70, por inexistência das populações médias para estes anos, é possível saber o número de nados-vivos que em 1960 foi de 475 (INE, 1960) e em 1970 de 192 (isto é, uma diferença de 283 nados-vivos). (INE, 1970). Nas décadas seguintes, a realidade portuguesa foi marcada com mudanças económicas e sociais que proporcionaram uma taxa de natalidade elevada, embora com tendência à sua diminuição nos anos e décadas subsequentes, e com efeitos geográficos que marcaram a litoralização, em contraste com o interior do país cada vez mais despovoado (no qual se inclui o Concelho de Mértola). Em suma, desde os finais do século XX e inícios do século seguinte, a perda de população passou a ser contínua no Concelho de Mértola, influída pelo cenário socioeconómico nacional que apresentou baixas taxas de crescimento populacional, sustentadas por fluxos migratórios internacionais, e por fluxos intranacionais direccionados para espaços de maior aglomeração populacional e concentração de actividades e serviços como no litoral do país.

Os últimos Censos de 2011 indicaram o registo de 7 274 residentes num dos maiores Concelhos de dimensão territorial de Portugal e as últimas estimativas apontaram para uma diminuição ainda maior, de 6 681 residentes em Mértola.

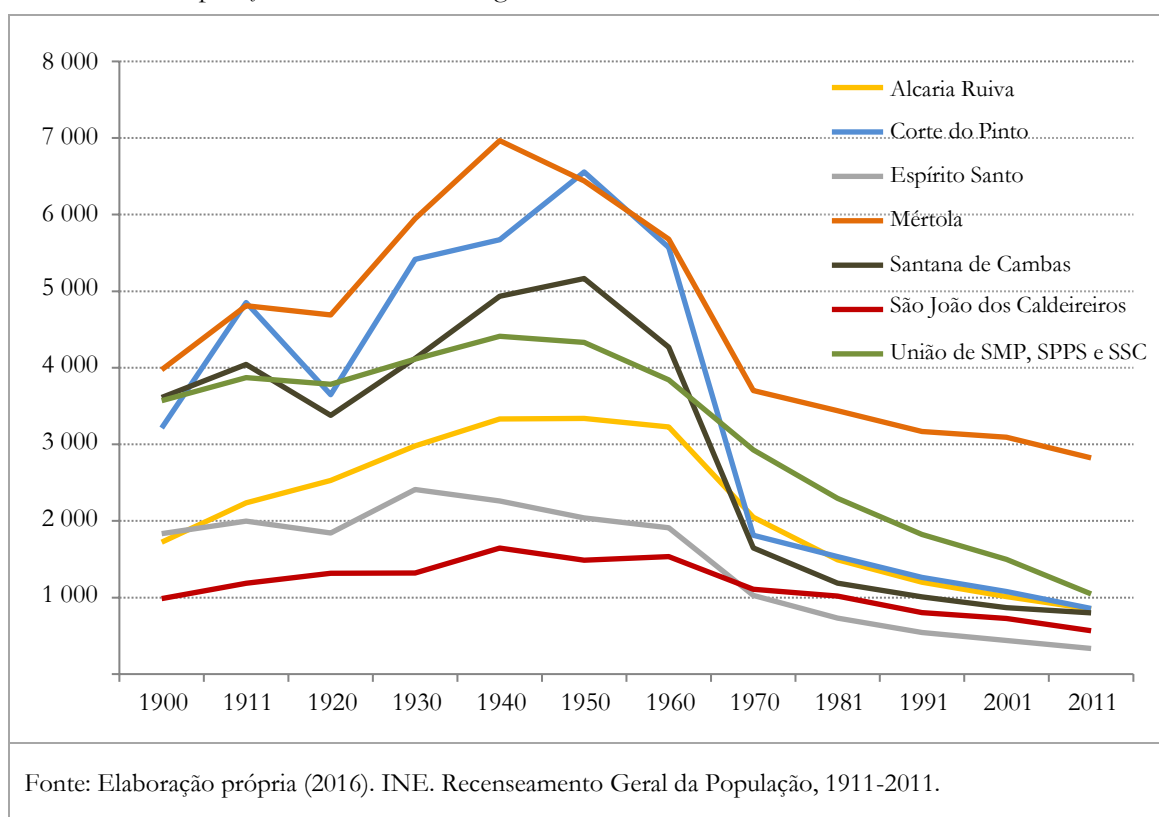
Gráfico 5.2. Evolução da População Residente de Mértola, desde 1900 a 2014



5.3.3. A População das Freguesias

Actualmente, o Concelho de Mértola encontra-se distribuído por sete freguesias. Como é visível pelo gráfico que se segue, é notória a perda de população das freguesias que a partir da década de 60, não voltaram a recuperar o seu número de residentes. Ao longo do século XX a evolução demográfica das freguesias, apresenta um comportamento relativamente similar, culminando numa perda ininterrupta da população a partir da década de 60. Para quase metade das freguesias do Concelho, como Mértola, a União das três freguesias (SMP, SPPS e SSC) e São João dos Caldeireiros, o maior pico populacional decorre em 1940 e na metade de 1950; a freguesia de Espírito Santo atinge o cúmulo de residentes em 1930. Contudo, a partir da década de 50 as freguesias iniciam um decréscimo que se acentua significativamente a partir de 1970, não voltando a retomar o crescimento demográfico.

Gráfico 5.3. População Residente nas Freguesias do Concelho de Mértola, 1900-2011



Em termos de variação populacional, entre 1960 e 1970, a nordeste do Concelho, as freguesias de Corte do Pinto e Santana de Cambas (ambas contíguas) registaram efeitos directos do declínio da exploração mineira, assim como a freguesia de Espírito Santo a sudoeste. As freguesias da União de SMP, SPPS e SSC e S. João dos Caldeireiros foram as que perderam menos população (em termos relativos).⁵⁸

Observando os últimos três Censos, e apesar de todas as freguesias terem perdido dimensão populacional, a freguesia de Mértola é a que apresenta maior número de habitantes, 2 824; mais do dobro da população da freguesia União de SMP, SPS e SSC cuja população não vai além dos 1.045 habitantes; por consequência, a freguesia de Mértola exerce uma maior atractividade por se constituir como sede do município e local de concentração dos serviços centrais do Concelho e ser detentora das melhores infra-estruturas e equipamentos, comparativamente com as restantes freguesias. Portanto, a freguesia de Mértola é a única que apresenta um aglomerado populacional de cariz urbano; o restante território concelhio assenta em características predominantemente rurais.

Em termos relativos, em 2011, a freguesia de Mértola representava 38,8% do total da população do Concelho; a União de freguesias de SMP, SPS e SSC, fruto da reorganização administrativa de 2012, abrange num espaço de 275,38 km², cerca de 14,5% da população total; a freguesia de menor dimensão populacional é a de Espírito Santo, com 335 habitantes e o seu peso não vai além dos 4,6%.

⁵⁸ Ver Anexo, tabela 5-D.1.

Quadro 5.4. População Residente nas Freguesias do Concelho de Mértola, 1991, 2001 e 2011

Freguesias	Ano			Proporção da População (2011)
	1991	2001	2011	
	População Residente (n.º)			(%)
Alcaria Ruiva	1.201	1.013	849	11,7
Corte do Pinto	1.260	1.080	857	11,8
Espírito Santo	542	437	335	4,6
Mértola	3.166	3.093	2.824	38,8
Santana de Cambas	1.009	863	797	11,0
S. João dos Caldeireiros	803	728	567	7,8
União de S. Miguel do Pinheiro, S. Pedro de Sólis e S. Sebastião dos Carros	1.824	1.498	1.045	14,4
Total do Concelho	9.805	8.712	7.274	100,0

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Recenseamento Geral da População, 1991, 2001 e 2011.

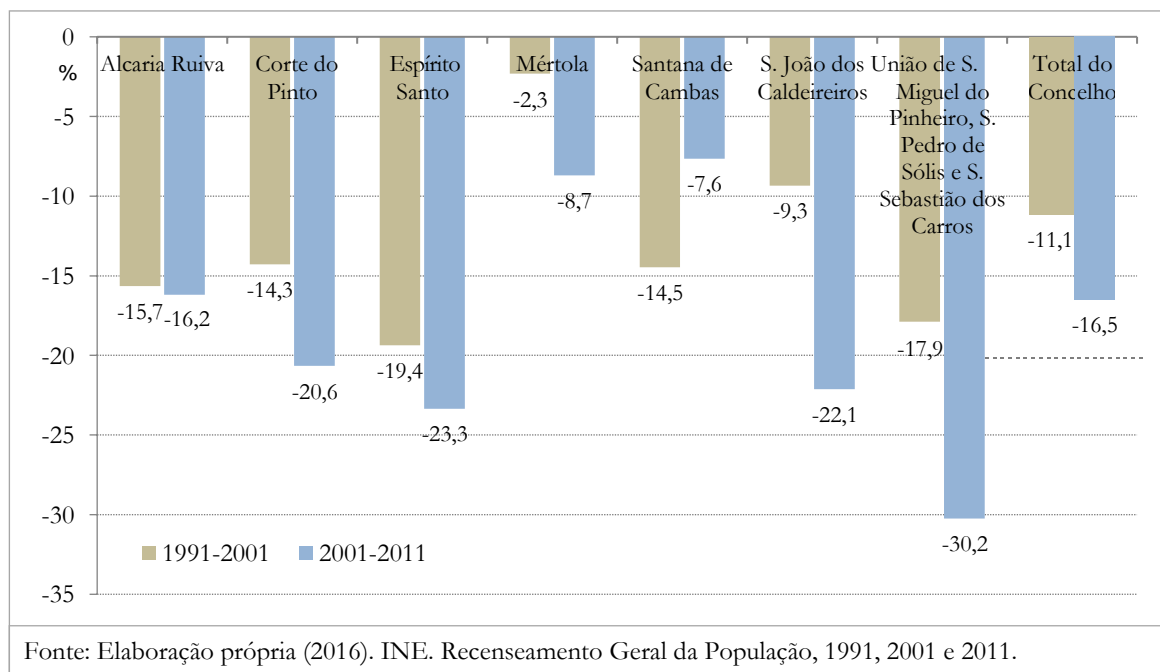
5.4. COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO

5.4.1. Taxa de Variação Populacional⁵⁹

A taxa de variação populacional reflecte o acréscimo ou o decréscimo percentual da população entre dois momentos. Todas as freguesias do Concelho em estudo registaram reduções consideráveis entre os dois períodos analisados – 1991-2001 e 2001-2011 – (ver gráfico 5.4.). Em geral, no total do Concelho, a perda de população foi mais significativa no último período de tempo (entre 2001 -2011), registando-se uma variação populacional de -16,5%; enquanto em 1991-2001 a variação foi de -11,1%.

⁵⁹ A taxa de variação populacional é um indicador (“global”) da variação (relativa) do volume populacional num determinado período.

Gráfico 5.4. Variação Populacional das Freguesias do Concelho de Mértola, 1991–2001 e 2001–2011



Nesta última década (entre 2001 e 2011), houve três freguesias que apresentaram perdas superiores a 20,0% – Corte do Pinto, Espírito Santo e S. João dos Caldeireiros. A União das três (de S. Miguel do Pinheiro, S. Pedro de Sólis e S. Sebastião dos Carros) registou uma perda populacional superior a 30%.

A freguesia de Mértola, sede do Concelho, teve o segundo decréscimo menos acentuado; contudo, nesta última década, ainda perdeu quase 270 residentes, equivalente a -8,7%.

5.4.2. Taxa de Crescimento Anual Média (TCAM)⁶⁰

A taxa de crescimento anual média reflecte o ritmo de crescimento anual médio, permitindo comparações entre períodos de amplitudes diferentes.

A taxa de crescimento anual média vem confirmar as afirmações supra referidas sobre a perda do volume populacional do Concelho de Mértola – isto é, entre 2001 e 2011, como se constata pela visualização do gráfico 5.5., o crescimento anual médio da população foi negativo, com o Concelho a apresentar uma TCAM de -1,79%. De igual modo, mais de metade das freguesias apresentaram valores abaixo do limiar negativo do Concelho, com registo de valores negativos inferiores a -2%. A União de freguesias de SMP, SPS e SBC foi a freguesia, como mencionado no ponto anterior, que apresentou a maior variação populacional negativa (-30,2%) e surge agora com a TCAM mais negativa, de -3,5%, comparativamente com as restantes freguesias. A sede do Concelho registou uma TCAM de cerca de -0,9% (o que significa que numa década, entre 2001 e 2011, perdeu, em média, 26 habitantes por ano).

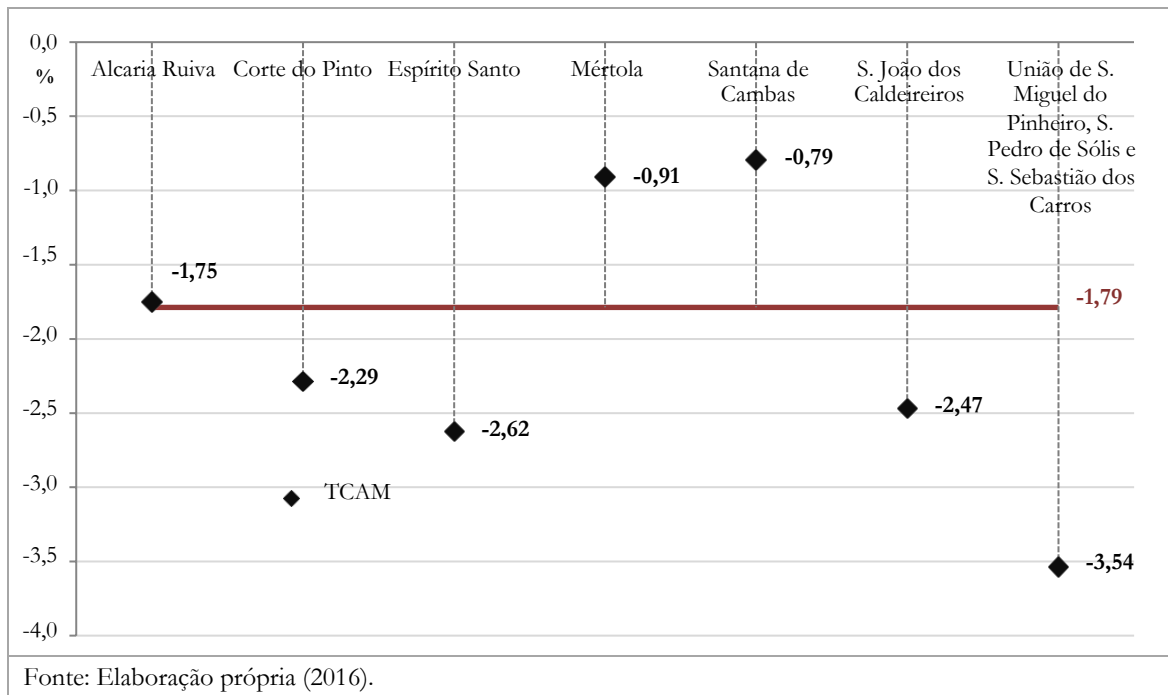
Se considerarmos as estimativas da população residente para o ano de 2014 e os últimos Censos de 2011, concluímos que a TCAM é de -2,79%, reflectindo-se uma perda anual média, entre 2011 e 2014, de 187 residentes no Concelho de Mértola; superior à registada entre 2001 e 2011 que, com uma TCAM de -1,79%, indica uma perda, em média, de menos de 130 residentes por ano.

⁶⁰ Cálculo baseado em “Técnicas e Instrumentos de Análise Demográfica” da Professora Doutora Maria João Valente Rosa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade de Lisboa (Valente Rosa, s.d.). A taxa de crescimento anual média (TCAM) é um indicador (“anualizado”) do ritmo de crescimento (geométrico) populacional; ou seja, é um indicador que reflecte o ritmo de crescimento anual de uma variável. Assim, a partir de duas observações em dois momentos, P_0 e P_n , correspondentes a um primeiro e a um segundo momentos, respectivamente, o cálculo a efectuar é dado pela seguinte fórmula,

$$\log \frac{P_n}{P_0} = n \log(1 + a)$$

onde: P_n é o valor da variável no final do período; P_0 , o valor da variável no início do período; n , a duração do período expresso em anos; e a , correspondente ao valor que se pretende determinar apresentado em percentagem.

Gráfico 5.5. Taxa de Crescimento Anual Média nas Freguesias do Concelho de Mértola, entre 2001 e 2011



5.4.3. Taxa de Crescimento Efectivo - Taxa de Crescimento Natural e Taxa de Crescimento Migratório⁶¹

As taxas de crescimento natural e de crescimento migratório indicam quais as razões deste decréscimo populacional ao nível concelhio; isto é, se o saldo natural ou o saldo migratório. Para estes indicadores, não é possível a análise para as freguesias. Entre 1992 e 2014, a taxa de crescimento efectivo registou valores sempre negativos a par

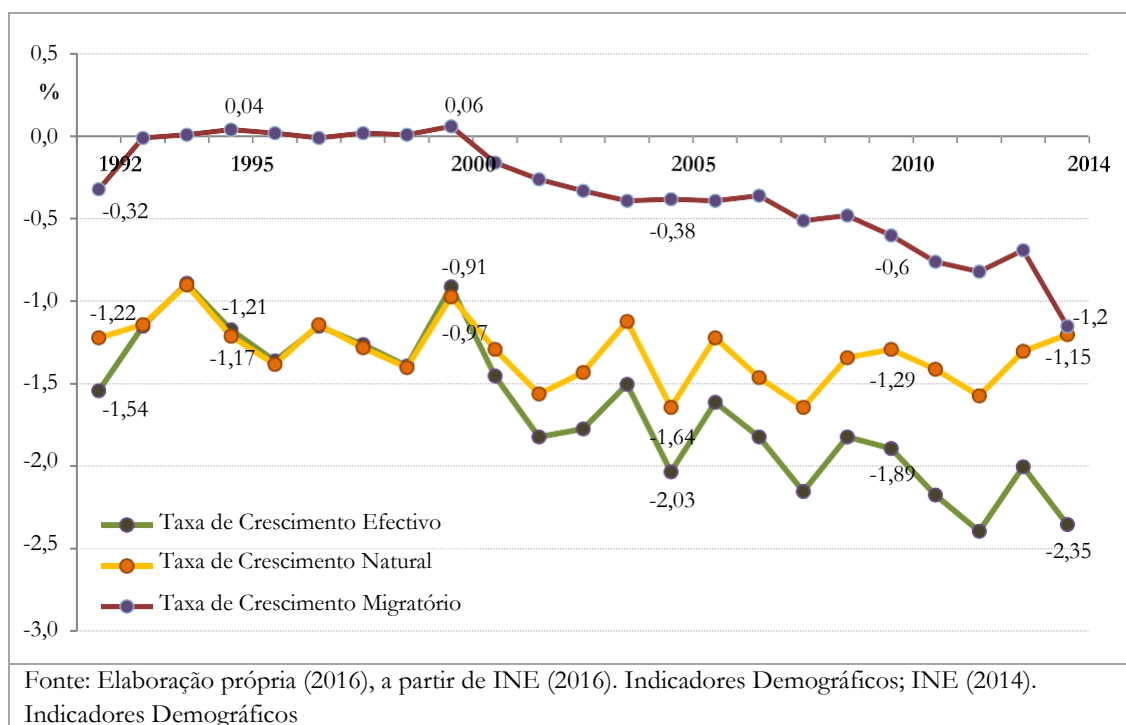
⁶¹ A Taxa de Crescimento Efectivo refere-se ao crescimento real da população durante um ano, isto é, ao acréscimo ou decréscimo populacional durante um ano, referido à população média desse ano. Portanto, resulta da diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade e da taxa de crescimento migratório em relação à população média.

A Taxa de Crescimento Natural corresponde à relação entre o saldo natural (a diferença entre nascimentos e óbitos), durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

A Taxa de Crescimento Migratório indica a relação entre saldo migratório (a diferença entre os imigrantes, os que saem, e os emigrantes, os que entram), durante um ano e a população média desse ano.

com a taxa de crescimento natural, apesar de algumas oscilações verificadas durante este período. A taxa de crescimento migratório, a partir do ano 2000, segue em linha descendente, com registo de -1,2% em 2014, um valor indicativo da saída de população para o exterior de Mértola (isto é, a expressão de um saldo migratório negativo⁶²). Com valores ainda mais reduzidos observa-se a taxa de crescimento natural, apesar de ter registado, em 2014, um valor ligeiramente superior à taxa de crescimento migratório de -1,15% (ainda assim, apresenta um saldo natural negativo⁶³). Em suma, o panorama destes indicadores reflecte que a taxa de crescimento efectivo, continuamente em valores negativos, com registo de -2,35% em 2014, indica que as migrações para o exterior do Concelho influem no decréscimo da população; porém, a diferença negativa entre os nados-vivos e os óbitos tem uma importância mais significativa na diminuição da dinâmica populacional.

Gráfico 5.6. Taxa de Crescimento Efectivo e Taxa de Crescimento Natural (em %), no Concelho de Mértola – entre 1992 e 2014



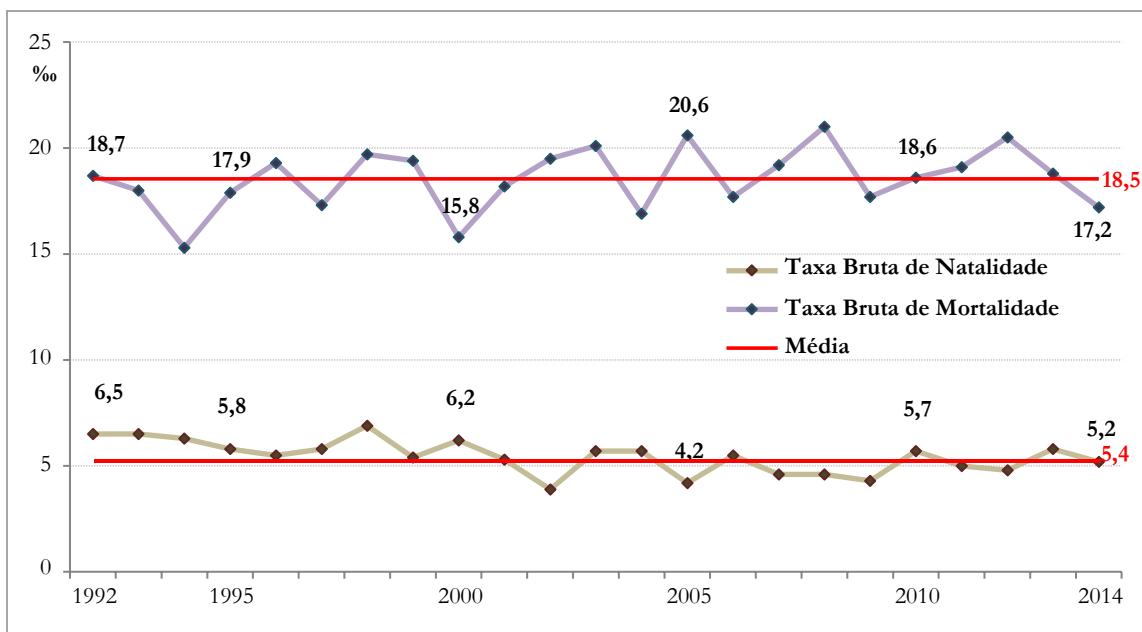
⁶² O saldo migratório diz respeito à diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna. Os dados do saldo migratório, entre 1992 e 2014, encontram-se expostos em anexo. O mesmo ocorre com o saldo natural que se caracteriza pela diferença entre os nados-vivos e os óbitos. *Vide* tabela 5-D.2. Anexo.

5.4.4. Taxa Bruta de Mortalidade e Taxa Bruta de Natalidade⁶⁴

No Concelho de Mértola, no período de 1992 a 2014, a taxa bruta de mortalidade foi, em média, 3,5 vezes mais do que a taxa bruta de natalidade.

Desde os anos 90 que os nascidos-vivos por mil habitantes não superaram os 7‰; aliás, a média, de grosso modo, equivale a 5,4‰; em relação aos óbitos por mil habitantes, estes não diminuíram do patamar de 15‰, com uma média de 18,5‰ no período supra considerado. Em 2014, no Concelho, a taxa bruta de natalidade situou-se nos 5,2‰ e a taxa de mortalidade em 17,2‰.

Gráfico 5.7. Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade (em ‰) do Concelho de Mértola – entre 1992 e 2011



Fonte: Elaboração própria (2016). a partir de INE(2016). Indicadores Demográficos; INE (2014). Indicadores Demográficos.

Esta realidade não é exclusivamente concelhia. Os dados indicam que, em 2014, a taxa bruta de natalidade de Portugal se situou em 7,9 nascimentos por cada mil

⁶⁴ A Taxa Bruta de Mortalidade corresponde à relação de óbitos observados durante um ano e a população média desse ano.

A Taxa Bruta de Natalidade refere-se à relação entre o número de nascidos-vivos ocorrido durante um ano e a população média desse ano.

habitantes e a taxa bruta de mortalidade em 10,1%. Segundo os dados do Eurostat, dos 28 países da União Europeia, Portugal e Roménia registaram a mais baixa taxa bruta de natalidade (como referido, 7,9%, em 2014); do lado oposto, a Irlanda fixou-se em 21,5%. (PORDATA, 2016). No mesmo ano, Portugal apresentou-se como o nono país da UE-28 com a maior taxa de mortalidade, acima do valor provisório médio da União Europeia, de 9,7%; os países com a maior e menor taxa bruta de mortalidade são a Bulgária com 15,1% e Chipre com 6,2%, respectivamente (PORDATA, 2016).

As taxas brutas de natalidade e mortalidade do Concelho de Mértola indicam um número limitado de nascimentos e um número elevado de óbitos, reflexo de um saldo natural negativo. É preciso notar que Portugal é o país da União Europeia com o mais baixo índice sintético de fecundidade⁶⁵, isto é, em 2014 o número de crianças por mulher era de 1,23, enquanto a média da UE-28 apontava para 1,58, um valor abaixo do mínimo indispensável para a renovação das gerações, correspondente a 2,1 crianças por mulher.

O Alentejo e o Baixo Alentejo, em 2014, registaram como índice sintético de fecundidade, os valores de 1,22 e 1,38 filhos por mulher, respectivamente ⁶⁶. Recordamos que em 1960, o índice sintético de fecundidade em Portugal era de 3,20 e desde então tem continuamente diminuído. O mesmo ocorre com a idade média da mulher aquando do nascimento do primeiro filho – na década de 60 era de 25 anos e em 2014 de 30 anos. Estes valores reflectem as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, originadas pelas alterações de padrões comportamentais que têm como base mudanças de mentalidade, associadas à dinâmica da economia que consequentemente influem nos estilos de vida individuais e familiares.

A emancipação da mulher na vertente sexual, educacional, laboral e familiar, o desemprego, a procura de melhores condições de vida e/ou a preservação da qualidade de vida, também são algumas das razões que explicam os baixos valores da taxa de natalidade e do índice sintético de fecundidade.

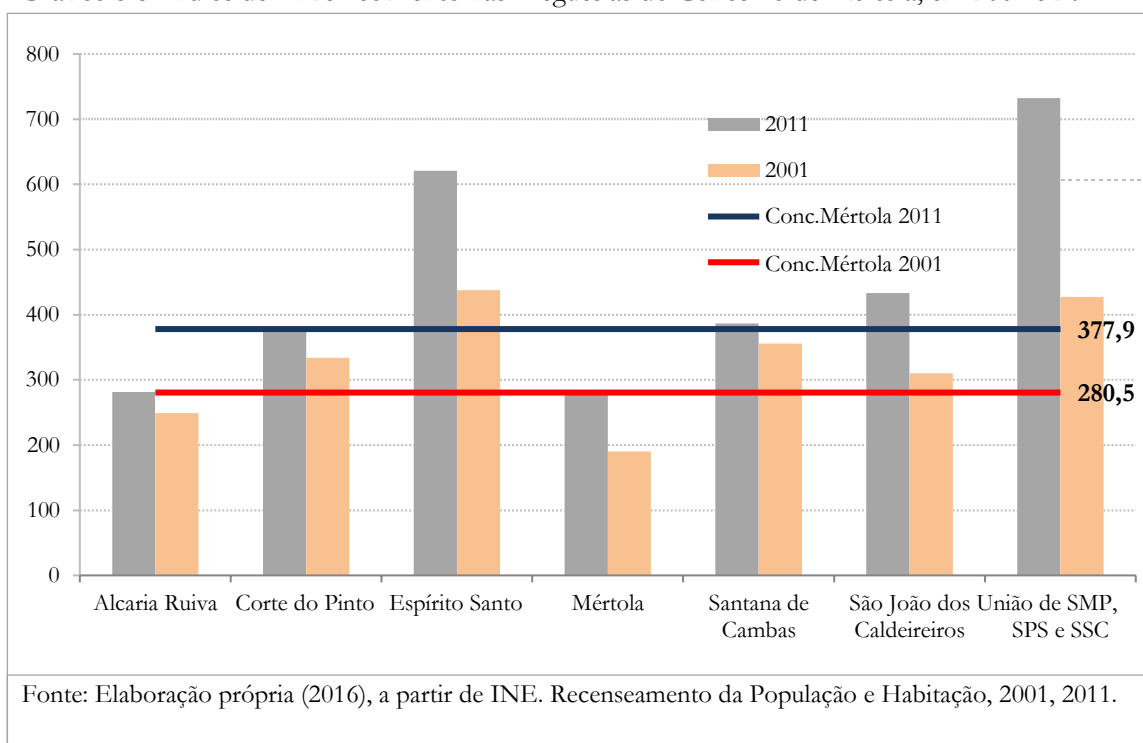
⁶⁵O índice sintético de fecundidade é o número médio de crianças por cada mulher em idade fértil, ou seja, entre os 15 e os 49 anos de idade.

A taxa de mortalidade elevada deriva, essencialmente, do peso da população mais envelhecida, em particular, da população da “quarta idade” (em junção com o número diminuto de nascimentos, acarreta inevitavelmente a perda de população). Em 2014, e de acordo com os dados do INE, nasceram 35 nados-vivos e houve 116 óbitos no Concelho de Mértola; 93% dos óbitos foram de residentes com 65 e mais anos, na sua maioria, do género masculino, e mais de 83% destes últimos tinham 75 e mais anos.

5.4.5. Índice de Envelhecimento Demográfico

O índice de envelhecimento demográfico estabelece a relação entre as camadas mais jovens (menores de 15 anos) e as camadas com idades a partir dos 65 anos e aponta para um agravamento ao longo dos anos. Em 2001, o Concelho de Mértola registou um índice de envelhecimento de 280,5; em 2011 passou para 377,9 e as últimas estimativas de 2015 apontam para 377,3. Isto significa que por cada 100 jovens com menos de 15 anos existia uma correspondência de 377 pessoas com mais de 65 anos (um aumento de 97, em 14 anos). No que concerne às freguesias, os dados assumem uma dimensão ainda maior. Todas as freguesias em 2011 apresentaram índices de envelhecimento superiores ao Concelho, excepto Alcaria Ruiva e Mértola (que fixaram os seus índices em 281,6 e 284,1); a União das três freguesias destacou-se, não só pelo índice registado em 2011 de 732,4 (o maior de todas as freguesias) mas pelo seu aumento comparativamente a 2001 (um acréscimo de 305, entre 2001 e 2011). A freguesia de Espírito Santo também é de realçar com o segundo maior índice de envelhecimento, de 620,8.

Gráfico 5.8. Índice de Envelhecimento nas Freguesias do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011



Em Portugal, em 2001, o índice de envelhecimento era de 102,2 e as últimas estimativas do INE de 2015 apontaram para 146,5, o que nos leva a constatar que o envelhecimento da população e a diminuição das camadas mais jovens geram um desequilíbrio demográfico mais acentuado. O valor desta relação entre os mais jovens e os mais velhos aumentou em todas as regiões do país; porém, é mais incisivo na Área Metropolitana de Lisboa, considerada a segunda região com um índice de envelhecimento mais elevado das regiões do continente português – de 103,4 em 2001 passou para 183,3 em 2015. Ainda assim, o Alentejo continua a ser a região que apresenta o maior índice de envelhecimento do país, registando 191,6 em 2015. Não obstante, há Concelhos no país onde este indicador é 5 vezes maior do que a média nacional. O Concelho de Vila Velha do Ródão registou em 2015 o maior índice de envelhecimento de Portugal com 818,2, seguindo-se Alcoutim (o município vizinho de Mértola) que apresentou 658,5. O Concelho de Mértola é o vigésimo na lista dos 308 Concelhos do país a apresentar o maior índice de envelhecimento da população, o primeiro do Baixo Alentejo e o quarto do Alentejo (só ultrapassado por Gavião, Arronches e Nisa). (INE, 2013).

Os dados evidenciam que a UE, em 2014, tinha um índice de envelhecimento de 119,8, com a Alemanha a marcar a primeira posição com o valor de 159,1; seguindo-se a Itália com 155,9. No mesmo período, Portugal registou um índice de 138,6, colocando-se em quinto lugar na Europa dos 28. Do lado oposto, a Irlanda apresentou um índice de envelhecimento de 58. (PORDATA, 2016).

Dos cenários traçados pelo INE, nas “Projeções de População Residente 2012 - 2060”, que conformam num cenário mediano, considerado “central”, o índice de envelhecimento poderá atingir em 2060 os 307 por cada 100 jovens; isto é, mais do dobro do que o registado em 2015.

5.4.6. Migrações

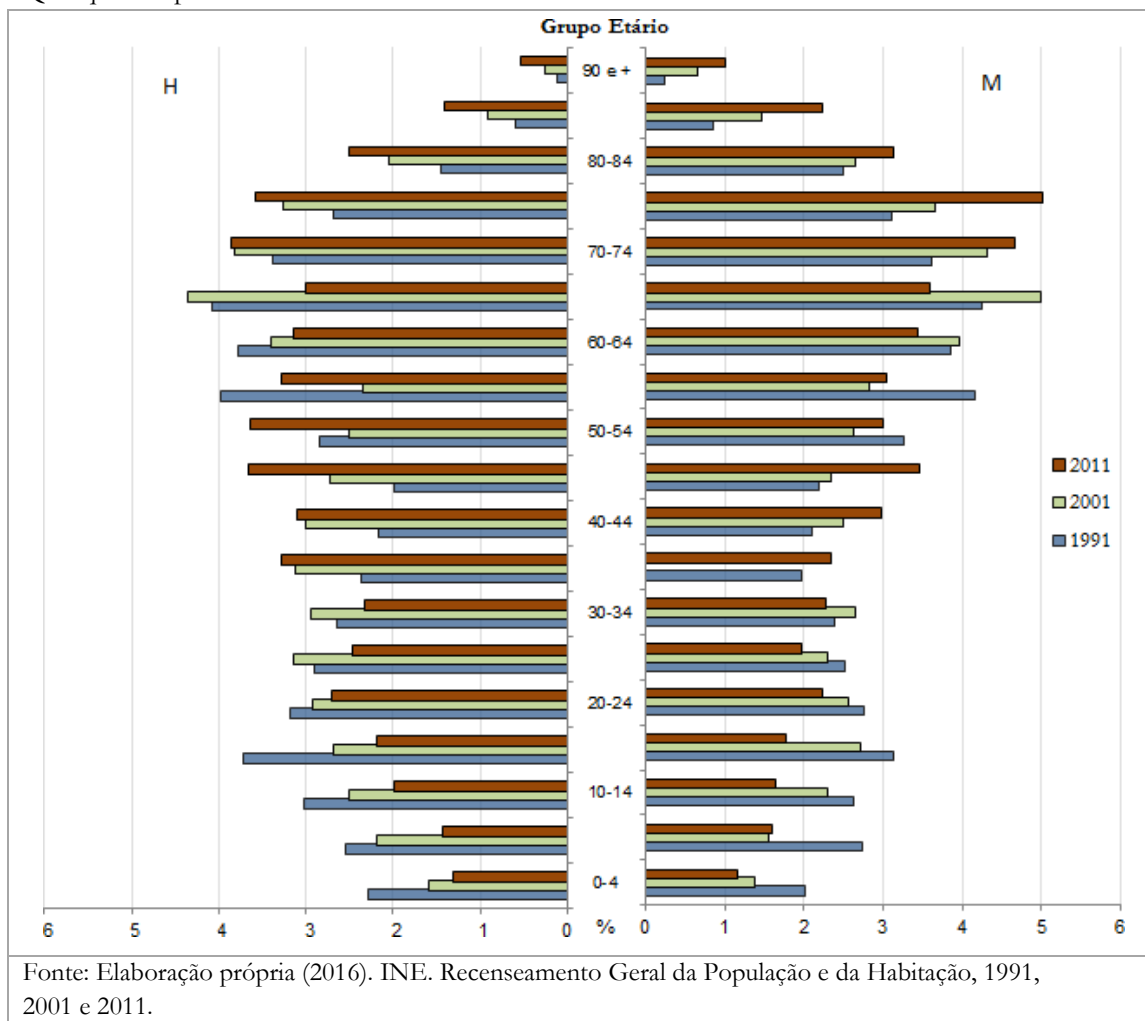
Em 2009 e comparativamente a 2011, segundo as migrações ocorridas no Concelho de Mértola, mais de 90% da população não mudou de residência. As principais mudanças foram no Concelho, onde houve um dinamismo migratório de 324 pessoas que mudaram de residência na mesma freguesia; em particular na freguesia de Mértola onde 157 pessoas mudaram de residência sem sair da freguesia. No total do Concelho, houve 60 pessoas que mudaram de freguesia sem sair do Concelho e foi novamente na freguesia de Mértola que ocorreu esta mudança com mais incidência (29 pessoas saíram de outras freguesias e mudaram-se para a freguesia de Mértola). Provenientes de outro Concelho, 157 pessoas entraram no território mertolense e 26 foram registadas como sendo provenientes do estrangeiro (dos 157 novos residentes de outro Concelho, 68 pessoas foram residir para a freguesia de Mértola e o mesmo ocorreu a 18 dos 26 novos residentes provenientes do estrangeiro). Na sua maioria, estes imigrantes são oriundos da Europa Central, do Leste e Brasil. Ora, em 2009, o número total de entradas de novos migrantes a residir em Mértola foi de 157; porém, o número de saídas foi mais elevado, isto é, saíram do Concelho 210 pessoas, indicativo de um saldo negativo de -53 pessoas. (INE. Recenseamento da População e Habitação 2011, 2012)

5.4.7. A Estrutura Etária da População

A pirâmide etária ou pirâmide demográfica indica a repartição populacional por idades e género e oferece uma perspectiva da massa demográfica de um determinado território, ao fornecer informações relevantes sobre a sua composição e sobre as suas necessidades sociais; simultaneamente, a sua análise permite aferir o grau de sustentabilidade num horizonte temporal de médio prazo, nomeadamente, no que respeita à sua capacidade endógena de reposição geracional e ao potencial de recursos humanos.

Numa análise geral – entre 1991 e 2011 – a pirâmide demonstra o desequilíbrio demográfico do Concelho com a perda de população na base da pirâmide, representativa da população mais jovem (com menos de 34 anos), e o aumento no topo da pirâmide com o elevado número de indivíduos, a partir dos 70 anos. Deste modo, não é de estranhar a substituição das camadas mais velhas, de década para década – como por exemplo, em 2011, a expansão do grupo etário entre os 35 e os 59 e o alargamento continuado dos grupos etários em direcção ao topo da pirâmide, em particular, da população feminina a partir dos 60 anos (altura em que a diferença entre géneros começa a ter maior relevância).

Gráfico 5.9. Distribuição da População do Concelho de Mértola por Grupos de Idade Quinquenais por Sexos – 2001 e 2011



Esta caracterização demográfica indica um maior peso da população mais idosa e incapacidade de existir uma renovação populacional; já que os cálculos apontam que a idade média do Concelho de Mértola tem aumentado ao longo destas últimas três décadas – em 1991, a idade média era de 44,3 anos; em 2001 passou para 47,55 anos e em 2011 para 50,68 anos. Em Portugal, em 2011, a idade média ficou registada em 41,83 anos.

Como é sabido, a esperança média de vida é cada vez mais longa. Aliás, nunca na história da Humanidade houve tantos longevos e Portugal não é exceção. Segundo os dados da PORDATA, em 2013, Portugal apresentou uma esperança média de vida

à nascença⁶⁷ de 80,9 anos, enquanto na década de 60 não ultrapassava os 64 anos (ou seja, em cerca de 50 anos, a esperança média de vida aumentou aproximadamente 15 anos). Na União Europeia, este indicador atinge o mesmo valor que em Portugal, os 80,9 anos; Espanha é o país dos 28 onde se espera viver mais tempo (cerca de 83,3 anos). De igual modo, é sabido que a vida das mulheres é superior, em cerca de seis anos, à dos homens. Em 2013, uma mulher viveria em média até aos 84 anos e um homem até aos 77,6 anos (uma diferença de quase 6 anos e meio). (PORDATA, 2016).

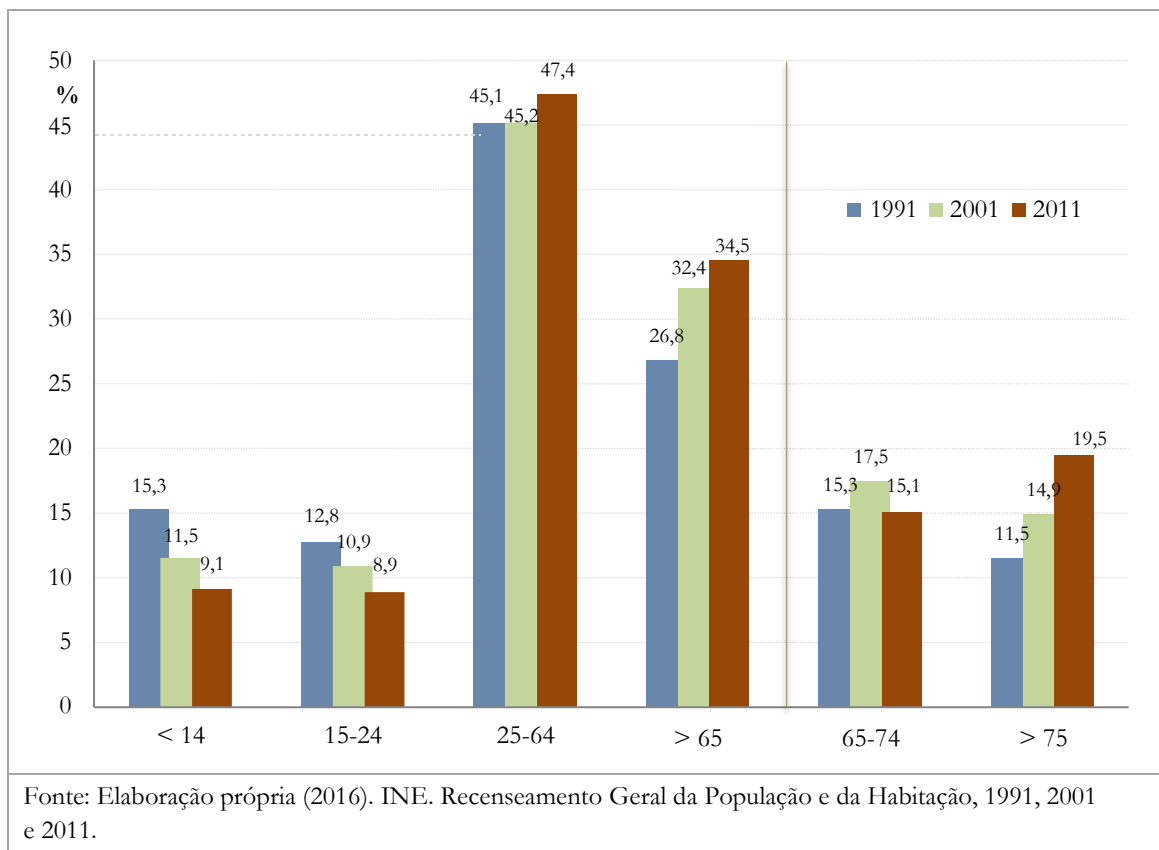
A relação de masculinidade que indica o número de homens por cada 100 mulheres, também acaba por contribuir para o desequilíbrio da pirâmide etária; já que, em média, nascem 105 nados-vivos masculinos por cada 100 femininos; um valor que diminui à medida que a idade avança nos grupos etários. Em 2014, em Portugal, o número de indivíduos do sexo masculino até aos 24 anos ultrapassava os 100 homens por 100 mulheres, altura em que começa a decrescer continuamente, chegando a atingir, na quarta idade, 71,6 homens por cada 100 mulheres.

5.4.8. Os Grandes Grupos Etários

O peso populacional por grandes grupos etários no Concelho de Mértola mostra que nas três últimas décadas a evolução da população segue indubitavelmente o envelhecimento demográfico. É visível como o grupo etário dos menores de 14 anos e dos que têm entre 15 e 24 anos diminuiu desde 1991 até 2011, situando-se em 9,1% e 8,9%, respectivamente; enquanto o peso percentual dos residentes com 65 e mais anos aumentou, com registo de 34,5% nos últimos Censos (mais de um terço da população do Concelho). Se observarmos a chamada “quarta idade” – correspondente aos habitantes com 75 e mais anos – constatamos o valor de 19,5% sobre o total da população do Concelho, em 2011; um valor superior à população mais jovem (menores de 24 anos, que totalizou para o mesmo ano 18%). O grupo etário entre os 15 e os 64 anos de idade registou um ligeiro aumento na última década, representando quase metade da população do Concelho.

⁶⁷ A esperança média de vida à nascença corresponde ao número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência.

Gráfico 5.10. Estrutura Etária da População Residente no Concelho de Mértola em 1991, 2001 e 2011



Neste contexto importa referir o índice de longevidade, um indicador adicional de medida de envelhecimento de uma população, que se define pela relação entre a população mais idosa e a população idosa⁶⁸. Em 2011, no Concelho de Mértola, o índice de longevidade foi de 46,4% e em 2014 passou para 63,7%: isto significa que, em 2014, por cada 100 pessoas com 65 e mais anos, mais de metade, ou seja, quase 64 pessoas tinham 75 e mais anos; um acréscimo de 17 pessoas desta faixa etária, entre 2011 e 2014. (INE, 2013).

Em Portugal, segundo os últimos Censos de 2011, havia mais de 2 milhões de residentes com 65 e mais anos, correspondente a 19% da população, enquanto o peso dos menores de 15 não chegava aos 15%; ao contabilizar a população com menos de 24 anos, o total seria 25,8% – valores que diminuíram comparativamente a 2001, excepto na terceira idade que, em 2001, eram 16,4%. O índice de longevidade aumentou de 41% para quase 48% na última década. (INE, 2014).

⁶⁸ Relação entre a população de 75 e mais anos e a população de 65 e mais anos.

De acordo com os dados da PORDATA de 2014, Portugal é dos únicos países da UE-28, a par com Itália, Alemanha e Grécia, em que o peso da população com 65 e mais anos superou o limiar dos 20% (a média da UE é de 18,7%); os países com uma população mais jovem são a Islândia e a Irlanda, com uma percentagem superior a 20% (sendo a média da UE de 15,6%).

5.4.9. A Estrutura Etária das Freguesias

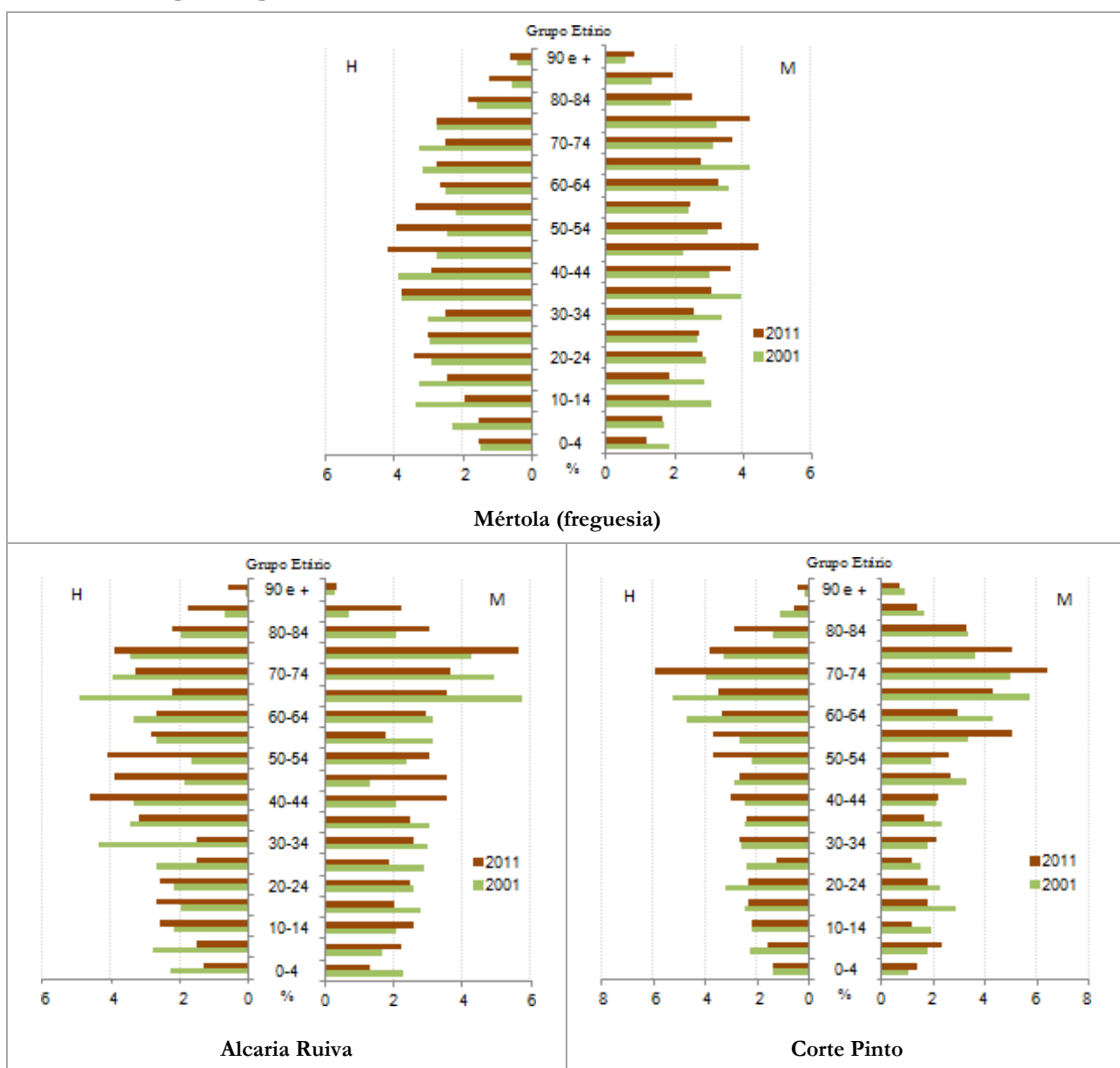
Os dados mais recentes da população residente relativos às freguesias do INE reportam-se aos Recenseamentos da População de 2001 e 2011.

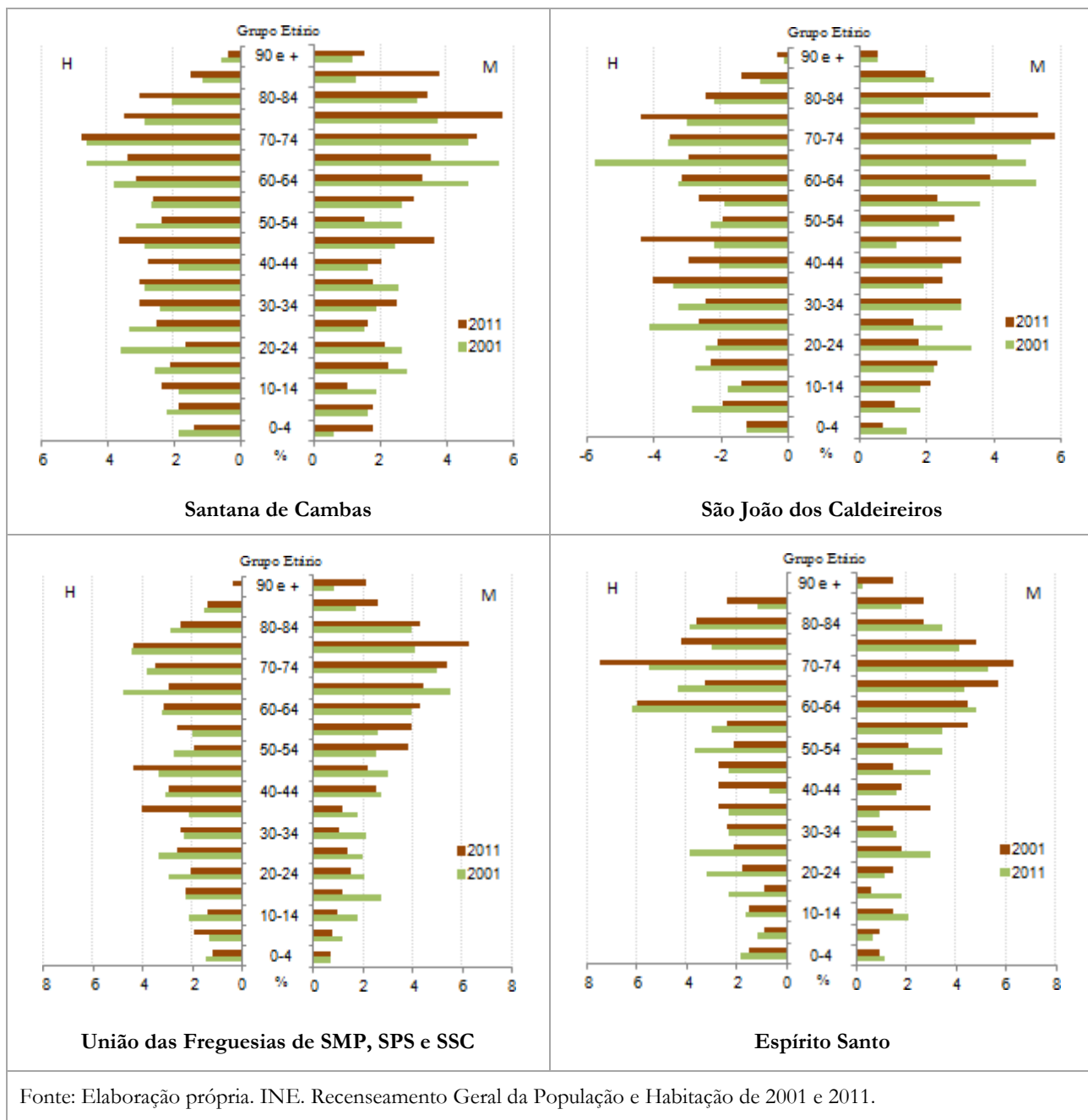
O conjunto de pirâmides das sete freguesias do Concelho de Mértola permite-nos visualizar a estrutura demográfica de modo mais pormenorizado. Referimos assim que, entre 2001 e 2011, em todas as freguesias do Concelho de Mértola a estrutura demográfica é semelhante ao Concelho em estudo – ou seja, uma base diminuta, comparativamente com o topo da pirâmide. O envelhecimento da pirâmide demográfica das freguesias demonstra que não existem casos isolados entre si, apenas o decréscimo de população das camadas mais jovens e o acentuar do envelhecimento das camadas em idade mais avançada.

Entre 2001 e 2011, a freguesia de Santana de Cambas foi a única em que o grupo etário com idade inferior a 14 anos teve crescimento, mas quase nulo de 0,2% e um acréscimo de 6,7% dos que têm mais de 75 anos. As restantes freguesias perderam efectivos populacionais das camadas mais jovens, em particular a freguesia de Mértola (-4,0%). Ainda assim, foi a única a aumentar, em 2,6%, a população entre os 15 e os 64 anos. O peso da terceira idade (com 65 e mais anos) é mais evidente na freguesia de Espírito Santo que, em 2011, indicou 44,5% (a maior percentagem, comparativamente com as outras seis freguesias que registaram pesos acima dos 35%). A percentagem das camadas mais jovens em todas as freguesias encontra-se abaixo dos 10% e o valor mais diminuto refere-se à União de SMP, SPS, SSC, com menos de 5%. Como seria de esperar, o grupo etário entre os 15 e os 64 anos é o mais significativo no total da população e em 2011 oscilou entre os 62,5% em Mértola e os 48,4% em Espírito Santo.

A idade média do Concelho de Mértola, como mencionado, foi em 2011 de 50,68 anos. No mesmo ano, a freguesia de Mértola apresentou a idade média mais baixa, 47,49 anos, seguindo-se Alcaria Ruiva com 48,84 anos; as restantes freguesias superaram os 50 anos, com a União de SMP, SPS, SSC a registar o valor mais elevado com 56,6 de idade média.

Gráfico 5.11. Distribuição da População Residente nas Freguesias do Concelho de Mértola, por Grupos de Idade Quinquenais, por Sexo, em 2001 e 2011





Fonte: Elaboração própria. INE. Recenseamento Geral da População e Habitação de 2001 e 2011.

5.4.10. Lugares⁶⁹

Em 2011, num universo de 7274 residentes, toda a população habitava em lugares com menos de 2 mil habitantes e 471 pessoas residiam em lugares isolados (equivalente a 6,5% do total da população). Com a diminuição populacional do Concelho, também o número de habitantes ficou mais reduzido nos lugares censitários. A quantidade de lugares em 2001 foi contabilizada em 104 e em 2011 decresceu para 98⁷⁰ lugares censitários.

Em todo o Concelho há uma predominância de aglomerados de pequena dimensão, reveladora de uma configuração populacional dispersa (como é observável pelo mapa 5).

Do conjunto total de 98 lugares, a sede do Concelho de Mértola foi o único aglomerado a apresentar um número superior a 1000 habitantes, ou seja, 1401 residentes⁷¹, numa freguesia de 2824 residentes; seguindo-se a Mina de São Domingos (na freguesia de Corte Pinto) com pouco mais de meio milhar. Estes dois lugares, à semelhança dos demais, perderam população entre 2001 e 2011 – Mértola perdeu 50 habitantes e a Mina de São Domingos, 150 pessoas.

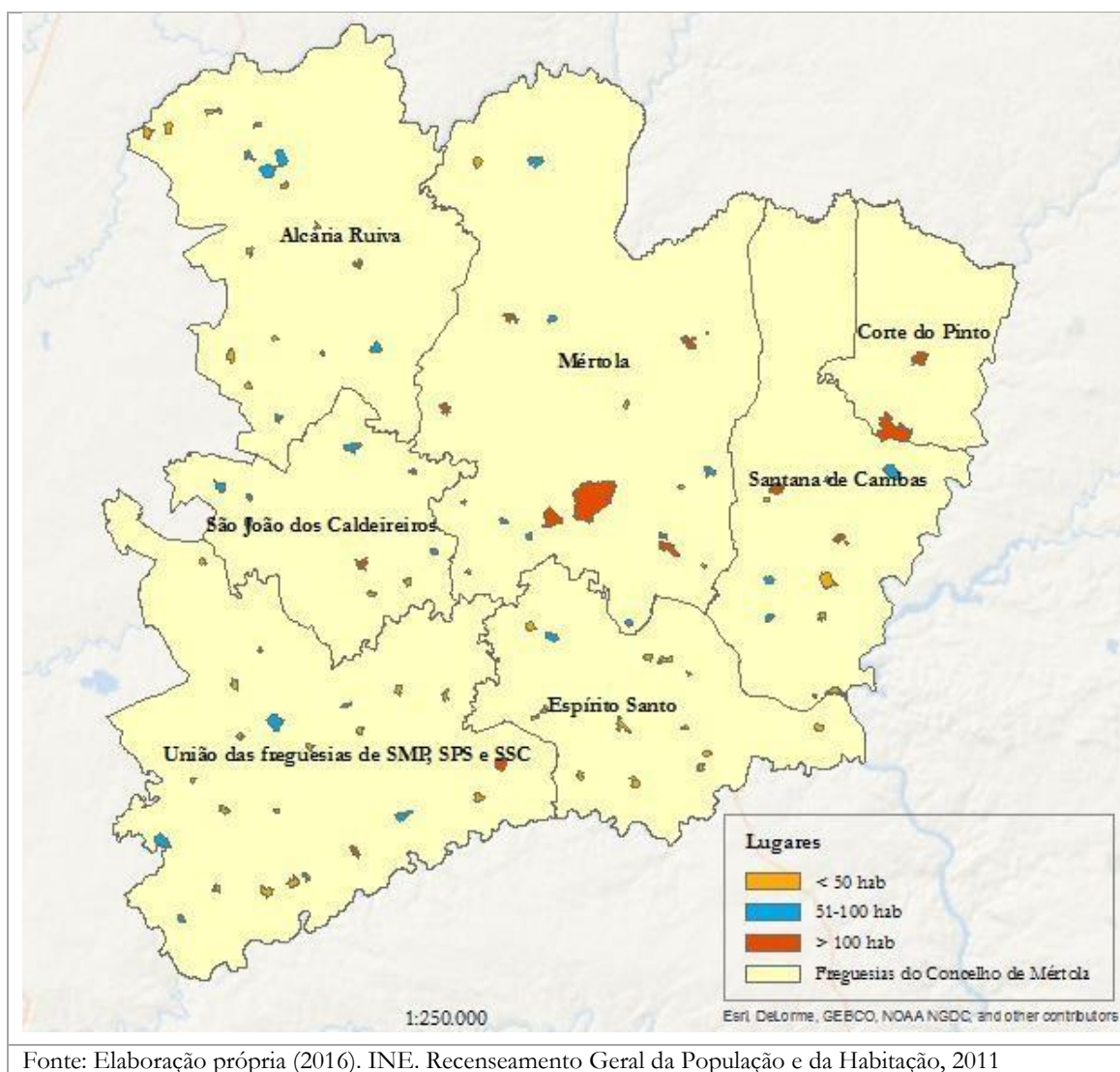
As freguesias de Alcaria Ruiva, Mértola e União SMP, SPS, SSC, com menos de 900 habitantes (ver quadro abaixo), são as que têm mais residentes isolados – cada uma, com 100 pessoas a viver em lugares considerados isolados.

⁶⁹ Os lugares censitários englobam os aglomerados populacionais com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias.

⁷⁰ *Vide* tabela 5-D.3. em anexo que se refere à designação dos lugares e à população residente de 1991, 2001 e 2011.

⁷¹ *Vide* tabela 5-D.3. em anexo.

Mapa 5.6. Lugares Censitários da População Residente no Concelho de Mértola, em 2011



Em 2011, contabilizaram-se 61 aglomerados populacionais com menos de 50 habitantes perfazendo um total de 1 259 residentes (ou seja, 17,3% do total da população). A maior parte dos lugares situa-se no sul do Concelho nomeadamente, na freguesia da União de SMP, SPS e SSC (com um total de 23) onde a concentração de aglomerados menores de 50 habitantes é mais evidente; porém Espírito Santo, com 16 lugares concentra quase toda a sua população em 15 lugares com menos de 50 habitantes e é a freguesia com menos população isolada.

Mais de metade de população mertolense vive em aglomerados com mais de 100 habitantes, em 12 lugares, com destaque para a Freguesia de Mértola que em 5 lugares abrange mais de 2 mil residentes.

Quadro 5.5. População Residente por Lugares, População Isolada nas Freguesias do Concelho de Mértola, 2001

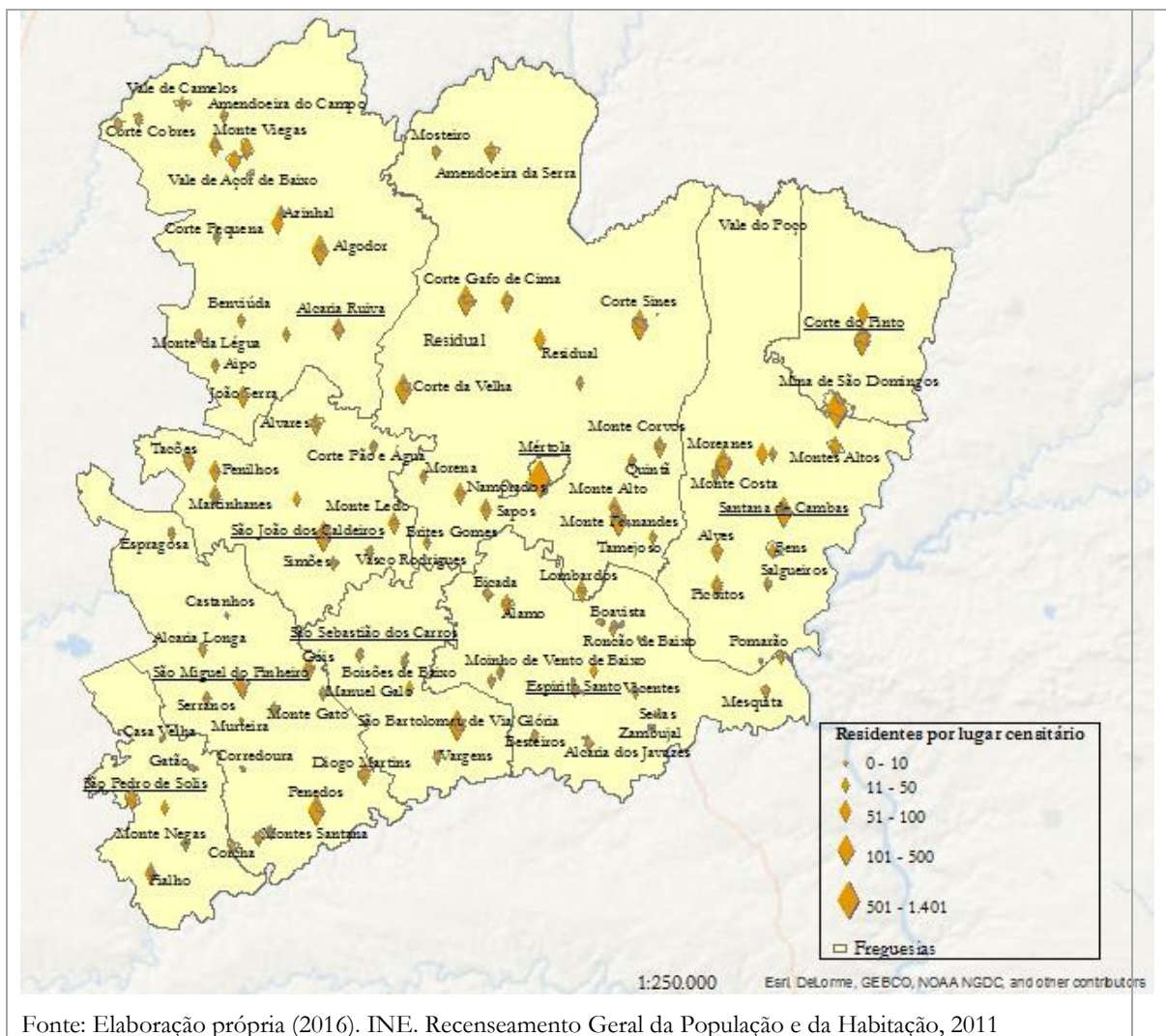
Freguesias	População em 2011								Lug.
	< 50 hab		51-100 hab		> 101 hab		Pop. Isolada	Total	
	Pop.	Lug.	Pop.	Lug.	Pop.	Lug.			
Alcaria Ruiva	237	11	373	5	145	1	94	849	17
Corte do Pinto	0	0	0	0	793	2	64	857	2
Espírito Santo	259	15	53	1	0	0	23	335	16
Mértola	129	6	448	7	2 176	5	71	2 824	18
Santana de Cambas	186	8	200	3	314	2	97	797	13
S. João dos Caldeireiros	61	3	348	5	132	1	26	567	9
União SMP, SPS, SSC	387	18	351	4	211	1	96	1 045	23
Total do Concelho	1 259	61	1 773	25	3 771	12	471	7 274	98

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

Pela visualização do mapa que se segue, onde se expõe a indicação dos lugares e correspondente população, é possível observar que são poucos os lugares com cariz populacional significativo.

Do total dos 98 lugares em Mértola em 2011, como referido, foram 12 os que apresentaram mais de 100 habitantes. Porém, uma análise mais pormenorizada (ver tabela 5-D.4. em anexo) denota que há cinco lugares com mais de 200 habitantes – dois na freguesia de Corte Pinto (o lugar de Corte do Pinto com 290 residentes e a Mina de São Domingos com 503) e três na freguesia de Mértola (Corte de Sines, com 207 habitantes, Monte Fernandes com 299 e por último a sede do Concelho, o lugar de Mértola, com 1 401 habitantes). A mediana dos lugares de Mértola é de 36 habitantes.

Mapa 5.7. População Residente nos Lugares do Concelho de Mértola, em 2011



De uma forma geral, os efeitos de atractividade demográfica configuram-se inexistentes no Concelho e em particular, nos diferentes aglomerados disseminados pelas freguesias que também não apresentam atractividade; há escassas excepções nos lugares com menos de 50 habitantes onde se verificou um acréscimo populacional mínimo; que não manifesta um fenómeno de polarização, mas sim uma trajectória de migração pontual e aleatória. Ao contrário do que ocorre no contexto dos espaços rurais de Portugal, a maioria das freguesias do Concelho de Mértola não é coincidente com o lugar “topónimo” da freguesia de maior dimensão populacional – como é o caso das freguesias de Alcaria Ruiva (cujo lugar de maior dimensão populacional é Algodôr), Corte do Pinto (com a Mina de São Domingos), Espírito Santo (com o lugar de Álamo) e Santana de Cambas (com Moreanes).

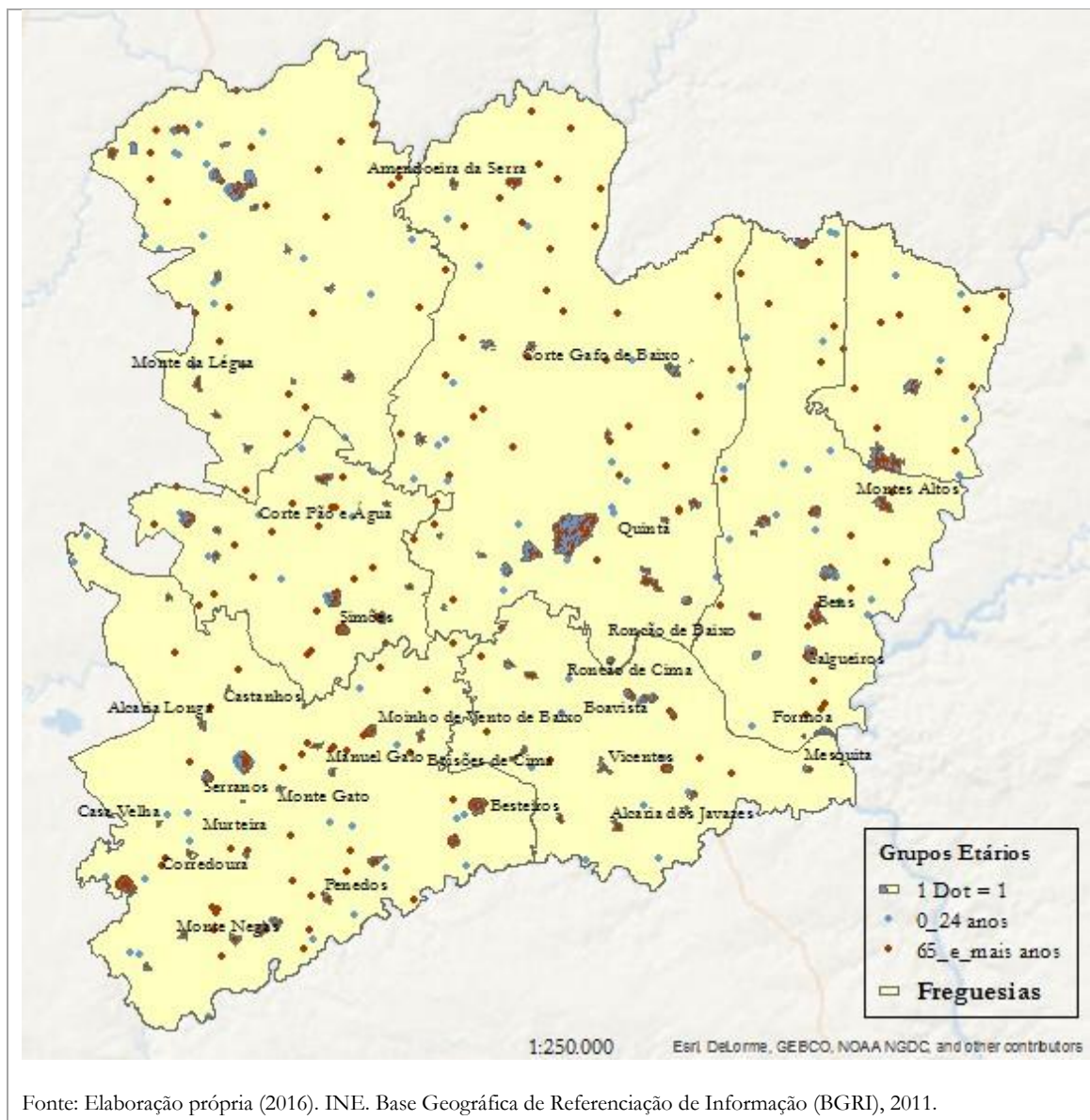
Em Portugal o número de lugares registados em 2011 foi de 26 492 lugares dos quais 98% correspondiam a aglomerados com menos de 2 mil habitantes; aliás, quase 37% da população portuguesa vivia nestes 98% lugares, e mais de 60% dos residentes de Portugal habitavam em 588 lugares referidos com uma dimensão populacional superior a 2 mil habitantes; este panorama indica a grande dispersão de pequenos núcleos populacionais do país. A população considerada isolada não ultrapassou os 1,7%, referente ao total da população residente. Porém, é no Alentejo e no Algarve que a população considerada isolada tem maior relevância com 5,8% e 4,2 %, respectivamente. Na região Centro habita o maior número de residentes, mais de 62% do total da população, em lugares com menos de 2 mil habitantes; seguindo-se o Algarve e o Alentejo que não ultrapassam os 42%. A região de Lisboa é a que concentra mais pessoas em lugares de maior dimensão em aglomerados com mais de 500 mil habitantes e concentra 11,7% da sua população em lugares censitários com menos de 2 mil habitantes.

5.4.11. A População nos Lugares

Em 2011, em mais de metade dos 98 lugares do Concelho de Mértola (isto é, correspondente a 68,4% lugares) habitavam mais de um terço da população com 65 e mais anos. Inclusive, há lugares (e são quatro) onde só habitam pessoas desta faixa etária, nomeadamente, Casa Velha, Formoa, Murteira e Roncão de Baixo; em 30 lugares censitários, cuja mediana é de 36 habitantes, mais de metade da população pertencia à terceira idade, principalmente na União das freguesias de SMP, SPS e SSC e na freguesia de Espírito Santo (como se identificam no mapa abaixo).

São poucos os lugares censitários onde a população mais jovem habita – em apenas 11 lugares do total do Concelho, o peso das pessoas idosas é inferior a 25% e apenas na freguesia de Alcaria Ruiva houve quatro lugares (Azinhal, Monte das Figueiras, Monte Viegas e Navarro) onde o peso dos que têm menos de 25 anos é superior a 33%.

Mapa 5.8. População Residente nos Lugares do Concelho de Mértola, por grupos Etários dos 0-24 e dos 65 e mais anos, em 2011



A população entre os 25 e os 65 anos é o grupo etário com maior peso sobre a população total, onde em 32 lugares esta faixa etária supera os 50% ⁷².

Em Portugal, da população isolada que abrange, como referido, 1,7% da população total, ou seja, 178 684 residentes, mais de 21% são residentes com idade igual ou superior a 65 anos.

⁷² Vide tabela 5-D.4. em anexo.

O Algarve é a região do país em que 28% da população isolada são residentes com 65 e mais anos; seguindo-se o Alentejo com 24%, o Centro com 21,2%, Lisboa com 19,0% e o Norte com 17,2%.

O Concelho de Mértola é um reflexo de um processo de desaparecimento de ocupação humana – caracterizado não só pela continua variação populacional negativa, mas pela dimensão diminuta dos aglomerados, cuja atractividade não tem sido suficiente para fixar novos residentes.

Nas últimas décadas, a tendência de diminuição da população tem sido generalizada, em particular, em lugares de menor dimensão populacional.

5.5. TENDÊNCIAS FUTURAS

5.5.1. Evolução da População Residente do Concelho de Mértola para 2031

A evolução dos indicadores demográficos aponta para um contínuo declínio demográfico nas próximas décadas – um cenário só alterável, caso o Concelho consiga ter a capacidade para fixar os seus naturais e, simultaneamente atrair e fixar população em idade activa e fecunda.

Com base nesta perspectiva, tomou-se em consideração a importância das projecções populacionais – que procuram o conhecimento, em termos quantitativos, por camadas etárias e por sexo, mediante factores mais ou menos conhecidos, para um futuro do qual se estabelecem cenários. A informação obtida, calculada *de grosso modo*, para o Concelho, tendo em conta as “Projecções de População Residente 2012 -2060” do INE para o Alentejo⁷³, fornece um conjunto de interligações imprescindíveis em processo de tomada de decisão ao nível social, económico e também ambiental (INE, 2014).

⁷³ O INE não calcula projecções para áreas territoriais abaixo da NUTS III. Neste sentido, as previsões dos diferentes cenários da região do Alentejo serviram de base para o cálculo das previsões do Concelho de Mértola, considerando que o Concelho em estudo seguirá a mesma tendência populacional da região onde se insere e no horizonte temporal até 2031.

Os quatro cenários que em seguida se apresentam têm em conta a conjugação de diferentes hipóteses estudadas pelo INE, geradas pelas componentes fecundidade, mortalidade e migrações internacionais⁷⁴. As previsões, neste pano de fundo de interligação de indicadores, para a região do Alentejo, conferem um panorama de previsibilidade para o Concelho de Mértola. Assim, dos quatro cenários, o **cenário baixo** associa as hipóteses pessimistas para a fecundidade e migrações e central para a mortalidade; o **cenário central** conjuga as hipóteses de evolução central para a fecundidade e mortalidade e optimista para as migrações; o **cenário alto** combina as hipóteses optimistas para as três componentes; por fim, o **cenário sem migrações** estabelece as hipóteses de evolução central para a fecundidade e mortalidade (tal como o cenário central), mas sem a ocorrência de migrações. (INE, 2014).

Para o horizonte de 2031, as tendências demográficas apontam para uma diminuição populacional, seguindo o ritmo de decréscimo das últimas décadas. Em todos os cenários prospectivos há perda de população em 2031. O cenário baixo prevê um decréscimo de 1 385 pessoas, o central de 1 007; o alto aponta para uma diferença de 854 e o cenário sem migrações para menos de 945 pessoas.

⁷⁴ No âmbito da região do Alentejo as hipóteses da fecundidade foram classificadas em três categorias: a pessimista – a que atribuí o valor do índice sintético de fecundidade (ISF) de 1,30; a optimista – que corresponde a um ISF de 1,45; por fim a central – que indica uma tendência moderada associada em 1,35. (INE, 2014)

A componente mortalidade associa duas hipóteses de evolução – a central e a optimista. A primeira, a central, admite as tendências de aumento da esperança de vida à nascença, considerando que em 2030 o sexo masculino terá uma esperança de vida à nascença de 80,04 anos e o sexo feminino de 85,79 anos; a segunda, a optimista, reforça a tendência anterior, considerando 81,90 anos para os homens e 87,84 anos para as mulheres. (INE, 2014)

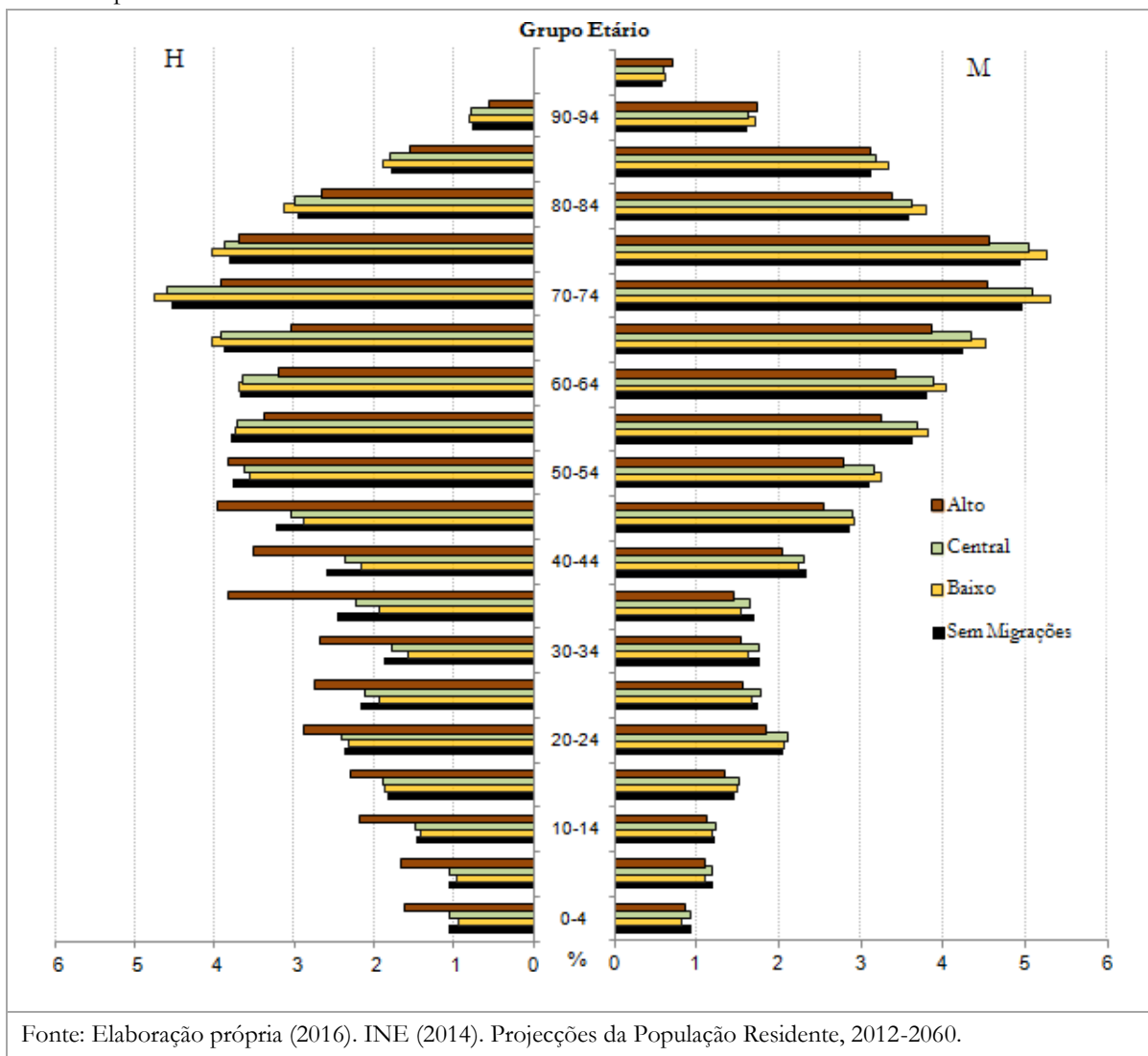
A componente migrações encerra três hipóteses – a pessimista, a optimista e a sem migrações. Para a hipótese pessimista foi considerada a manutenção dos saldos migratórios negativos; para a optimista gerou-se uma recuperação dos saldos migratórios internacionais e por último, a hipótese sem migrações admite a ausência de fluxos migratórios internacionais (ainda que a improbabilidade esteja associada a este facto, também esta hipótese figura no estudo das dinâmicas populacionais).

Quadro 5.6. População Residente entre 1981 e 2014 e Cenários de Evolução da População Residente do Concelho de Mértola para o ano de 2031

Cenários	1981	1991	2001	2011	2014	2031*1
Cenário Baixo	11 693	9 .805	8 712	7 274	6 681	5 885
Cenário Central						6 267
Cenário Alto						6 420
Cenário sem Migrações						6 329
Fonte: Elaboração própria, 2016. INE. Recenseamento da População, 1981 -2011. *1 Previsão de Estimativas da População Residente do ano de 2031						

A estimativa populacional futura por grupos quinquenais dos 4 cenários oferece uma visão geral para o Concelho de Mértola, evidenciando no imediato uma contínua inversão da pirâmide etária, com o peso do grupo etário a partir dos 70 anos, manifestamente predominante no Concelho de Mértola. Se considerarmos todos os cenários, o peso da população a partir dos 70 anos, ultrapassará os 30%. Esta pirâmide etária acentua o envelhecimento da população pela baixa natalidade que não permite a renovação das gerações e pelo aumento da esperança média de vida aliado às baixas taxas de mortalidade. Há ainda a destacar a existência de classes ocas (classes identificadas pelo peso inferior comparativamente às classes etárias anterior e posterior), entre os 25 e os 39 anos, indicativas, presumivelmente, pelo fenómeno da emigração.

Gráfico 5.12. Estimativa Populacional Residente por Grupos Quinquenais do Concelho de Mértola para 2031



De facto, a evolução ou regressão absoluta e relativa da estrutura populacional mais jovem confere um cenário de incerteza que não poderá ser dissociado das dinâmicas futuras de atractividade local, nomeadamente, ao nível das oportunidades de emprego e de habitação. Contudo, a trajectória estrutural nacional também indica um decréscimo populacional. As projecções de População do INE para 2031 referindo-se ao cenário central, considerado como a sua designação indica um cenário em que a fecundidade, a mortalidade e as migrações se conjugam de modo equilibrado, tendo em conta os valores de base – indicam que a população de Portugal tenderá a diminuir para os 9,8 milhões de habitantes.

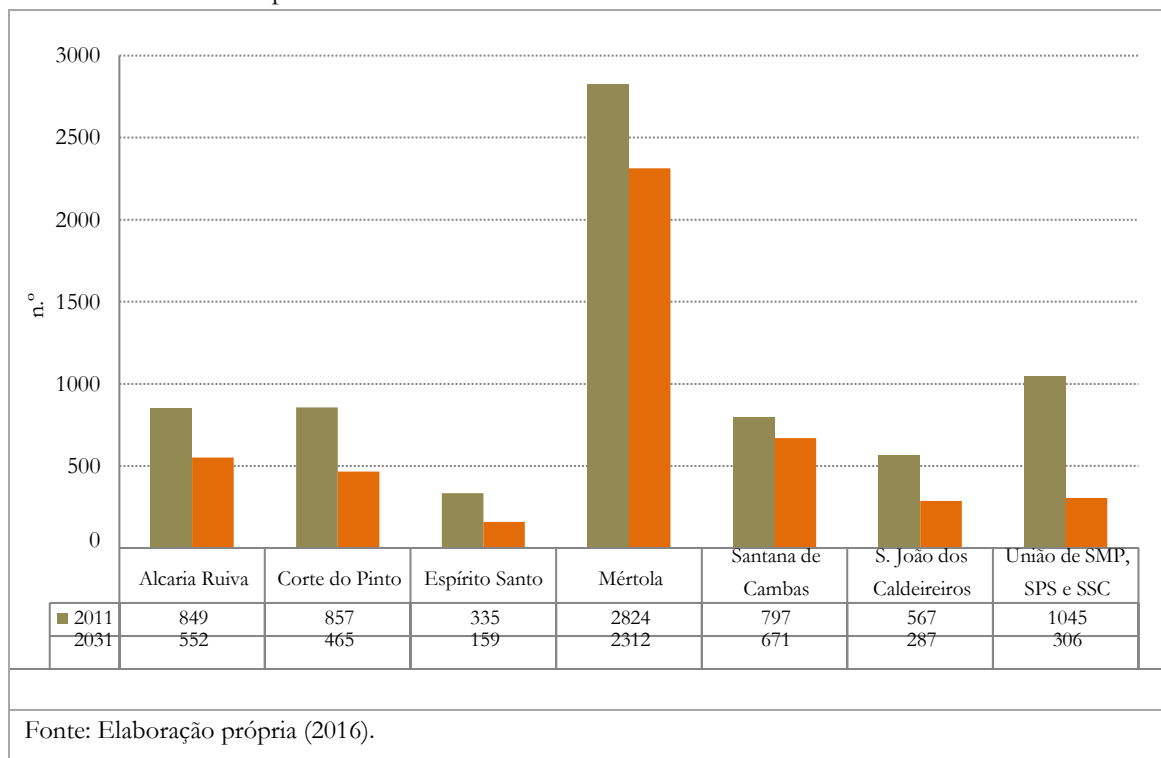
De acordo com as últimas estimativas de 2015, a população residente em Portugal fixou-se em pouco mais de 10,3 milhões de habitantes (INE, 2014). Como é sabido, a realidade populacional é dinâmica e de comportamento mutável, mediante transformações de contexto económico, cultural, político e ambiental. No âmbito local ou regional os factores de influência sentidos à escala nacional e internacional têm, inevitavelmente, impactos sobre as dinâmicas territoriais que podem, ao nível concelhio, ser condicionadas por uma regressão demográfica, que no caso de Mértola se acentuará significativamente.

5.5.2. Previsão da População Residente das Freguesias de Mértola para 2031 (por meio da TCAM)

Neste âmbito e considerando a taxa de crescimento anual média apresentada no ponto 3.4.2., procurou-se estimar, de *grasso modo*, a projecção populacional para as freguesias do Concelho de Mértola para um horizonte temporal de 15 anos, isto é, até 2031.

Pelo observado, do ponto de vista dos valores absolutos, há uma perda notória de todas as freguesias, com a União das três freguesias a destacar-se com uma perda de quase 740 pessoas para os próximos 15 anos; seguindo-se Mértola com uma diminuição de mais de meio milhar, perfazendo para 2031 um total de 2312 habitantes. As freguesias de Espírito Santo e Santana de Cambas são as que manifestam uma menor perda de população comparativamente com as restantes freguesias.

Gráfico 5.13. Estimativa Populacional Residente, através de TCAM, para as Freguesias do Concelho de Mértola para 2031



Este método esboça um cenário mais negativo do ponto de vista da diminuição populacional no Concelho. Se as taxas de crescimento anuais médias se mantiverem inalteráveis para a próxima década e meia, então Mértola terá um total de 4 673 pessoas a residir no Concelho em 2031.

CAPÍTULO 6. ANÁLISE ECONÓMICA

6.1. ANÁLISE ECONÓMICA

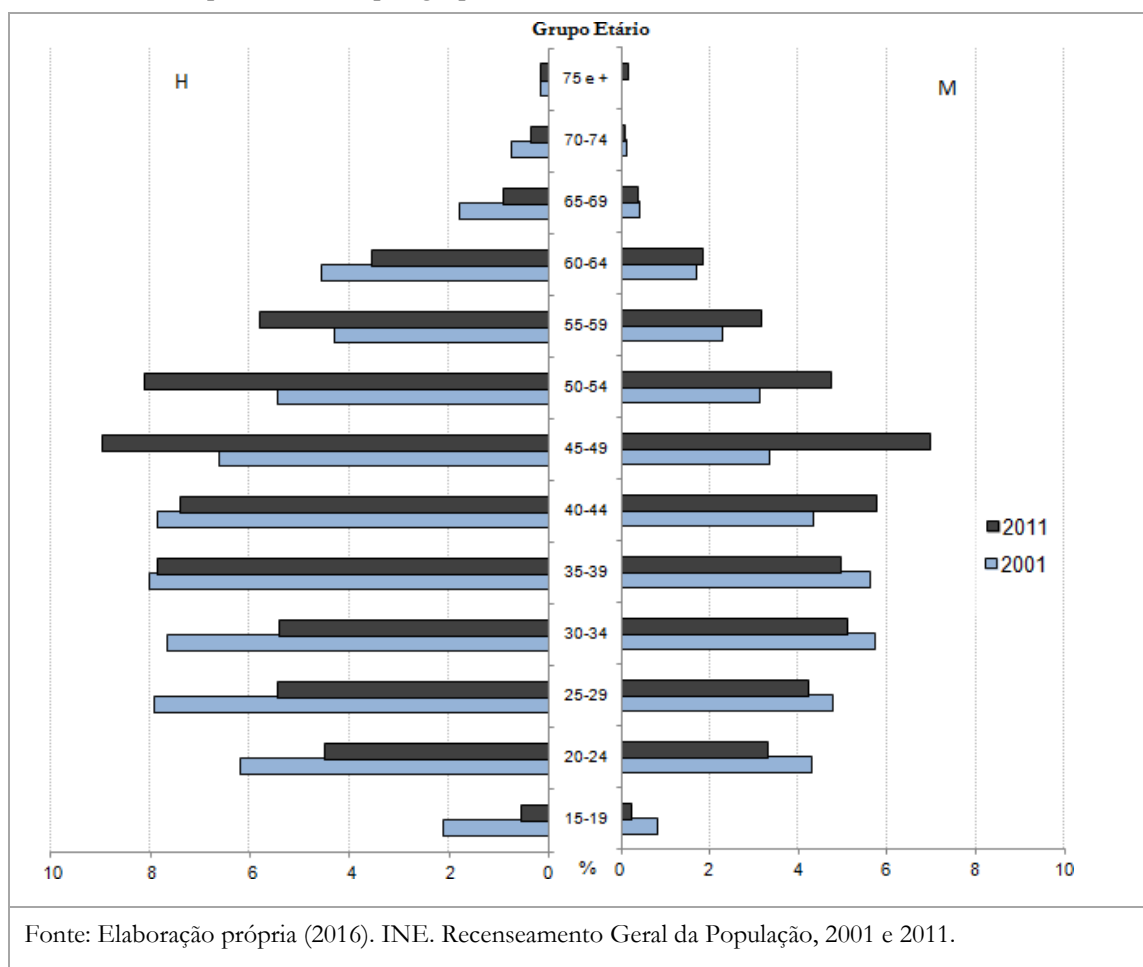
6.1.1. A População Activa

A população activa expressa a força de trabalho da economia de um território. No Concelho de Mértola, em 2011, residiam 7 214 pessoas das quais 665 eram menores de 15 anos.

Os residentes considerados economicamente activos⁷⁵ foram contabilizados em 2 740 – um número que decresceu em 14,4% em relação a 2001, com o peso do sexo masculino também a diminuir em prol do feminino. A população activa das camadas mais jovens, entre os 15 e os 44 anos, sofreu uma perda de 36,0% entre os últimos dois Censos, com maior incidência na faixa etária entre os 20 e os 34 anos (como o demonstra a pirâmide etária da população activa do gráfico 6.1.). Neste patamar etário, realçamos a perda de mais de 50% da população entre os 20 e os 29 anos. Os grupos etários a partir dos 60 anos também diminuíram, em mais de 45%, expressando a incidência de reformas antecipadas que culminaram na saída destes activos do mercado de trabalho. O grupo etário entre os 45 e os 59 anos aumentou 24,1% entre os últimos decénios reflexo de uma população activa cada vez mais envelhecida.

⁷⁵ Entende-se por População Activa o “conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 ano que constitua mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada). Consideram-se como fazendo parte da população activa os seguintes subconjuntos de indivíduos: População Empregada, População Desempregada à procura de novo emprego e População Desempregada à procura de 1º emprego”.

Gráfico 6.1. População activa por grupo etário do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011



O cenário das freguesias indica que as freguesias de Alcaria Ruiva e a União das Freguesias de SMP, SPS e SSC foram as que perderam mais activos entre 2001 e 2011, correspondente a -9,5% da população activa de todo o Concelho⁷⁶

O panorama de Portugal demonstra, através das estimativas dos dados do PORDATA, que a população activa em 2001 ascendia a 5 342,4 milhões de activos, aumentando 1,6% em 2011 e diminuindo 4,5% em 2015 (menos 233,1 mil activos entre 2011 e 2015). Ora, uma análise mais pormenorizada indica que os grupos etários mais novos têm cada vez menor peso comparativamente com os grupos etários seniores. Em 2001, o peso dos activos com idade inferior a 35 anos era de 38,7% e em 2015, de 28,0% (menos 10,7%), enquanto o grupo etário dos activos entre os 35 e os 65 anos cresceu 12% no mesmo período. (PORDATA, 2016). Estes resultados

⁷⁶ Vide tabela 6-E.1., em anexo.

demonstram um elevado envelhecimento da população, reflexo das baixas taxas de natalidade, de uma esperança média de vida cada vez mais longa e do factor emigração que nos últimos anos tem contribuindo para o envelhecimento da população activa e decréscimo populacional.

6.1.2. A População Empregada e População Desempregada

No conjunto da população activa do Concelho de Mértola, em 2011, o número de empregados foi de 2411 e o de desempregados de 329. Comparativamente com a década anterior houve menos empregados (ou seja, -13,7%) e um acréscimo de desempregados (o Concelho teve uma taxa de desemprego em 2011 de 12,01%). Também é preciso notar que a população activa perdeu 385 activos⁷⁷. Portanto, sabe-se que a taxa de emprego⁷⁸ do Concelho em 2011 foi de 36,5% - ou seja, quase 37 pessoas em cada 100 pessoas com mais de 15 anos estavam a trabalhar (um valor ligeiramente superior ao registado em 2001, cuja taxa de emprego foi de 35,6%). (INE, 2012).

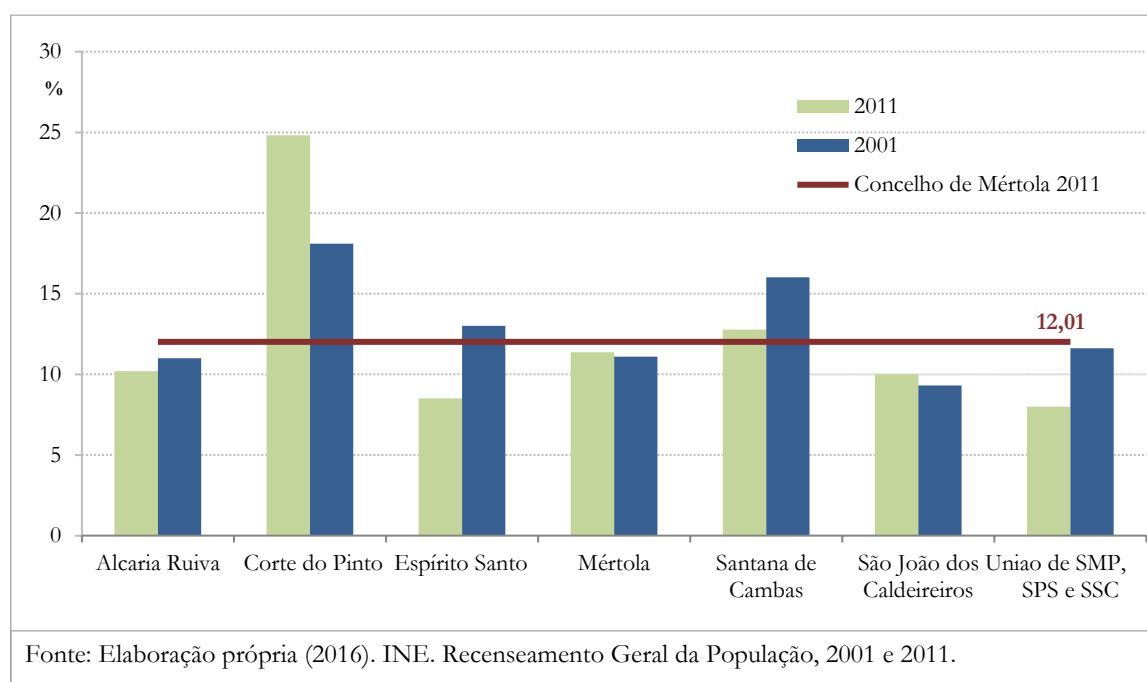
No âmbito das freguesias do Concelho, a União das freguesias, Alcaria Ruiva, Espírito Santo e Corte do Pinto foram as que sofreram uma maior perda de população empregada (mais de 30% da população empregada, com a União de freguesias a chegar a -39,3%). As restantes freguesias tiveram perdas mínimas comparativamente com as freguesias mencionadas e Santana de Cambas foi a única freguesia do Concelho a aumentar o número de activos (+4,1), tal como o número de empregados (+7,8%). Neste sentido, as taxas de emprego tiveram impacto em Alcaria Ruiva que de 42,3% em 2001 decresceu para 37,5% em 2011 (uma diferença de -4,8) e Santana de Cambas que de 27,5% aumentou para 32,4% no mesmo período (assinalando uma diferença positiva de 4,9% no mesmo período). (INE, 2007).

⁷⁷ Vide tabela 6-E.1., em anexo.

⁷⁸ A taxa de emprego indica a relação entre a população empregada e a população com mais de 15 anos e permite aferir o grau de dependência da população (ver tabela 6 -E.2.).

O desemprego no Concelho de Mértola registou similaridade entre o último decénio – em 2001 foi de 12,1% e em 2011 de 12,01%. Porém, as diferenças entre freguesias foram mais notórias. Em Corte do Pinto a subida atingiu os 24,81% (a maior taxa de desemprego do Concelho) e em compensação Espírito Santo, Santana de Cambas e a União das freguesias diminuíram os valores das taxas de desemprego, com uma diferença que oscila entre os 4,5% e os 3,2%.

Gráfico 6.2. Taxa de Desemprego nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011



Os dados do PORDATA apontam que, em 2001, no âmbito nacional, a taxa de desemprego fixou-se em 4,0% agravando-se para 12,4% em 2015; um valor acima da UE-28 registado em 9,4%, colocando Portugal no quinto lugar dos países com a maior taxa de desemprego da UE em 2015; com a Grécia em primeiro lugar com 24,9% e seguindo-se Espanha com 22,1%. A Alemanha foi o país com a menor taxa de desemprego, com 4,6%. (PORDATA, 2016)

As elevadas taxas de desemprego desequilibram a coesão social e económica e numa sociedade envelhecida, o elevado desemprego jovem é indicativo de uma estrutura económica incapaz de responder a uma mão-de-obra jovem necessária para assegurar o funcionamento e a continuidade da segurança social (Banerji, A. & Jaeger, A, 2015).

O desemprego jovem em Portugal, em 2015, segundo os dados do INE, foi de 32%, um valor que aumentou mais de 3 vezes desde 2001 (que se fixou em 9,4%). Segundo os dados da União Europeia, mais de 4,5 milhões de pessoas entre os 15 e os 24 anos estavam desempregadas o que perfaz uma taxa de desemprego de 21% ainda que haja países com mais de 40% de taxa de desemprego dos mais jovens, como ocorre na Grécia (com 50%) e Espanha (com 49%); em contraste, a Alemanha apresentou a mais baixa taxa de desemprego, 7%. Os mesmos dados dão conta que mais de 7 milhões de pessoas entre os 15 e os 24 anos não estudavam ou trabalhavam⁷⁹ (PORDATA, 2016).

6.1.3. A caracterização dos desempregados

Em 2011, à data do último Censo, a população desempregada de Mértola registou 329 indivíduos dos quais, 77,2% estavam à procura de um novo emprego e 22,8% à procura do 1º emprego. Perante a condição de desemprego, a maioria, 46,8% encontrava-se a cargo da família, 19,1% recebia o subsídio de desemprego e 9,4% o rendimento de inserção social.

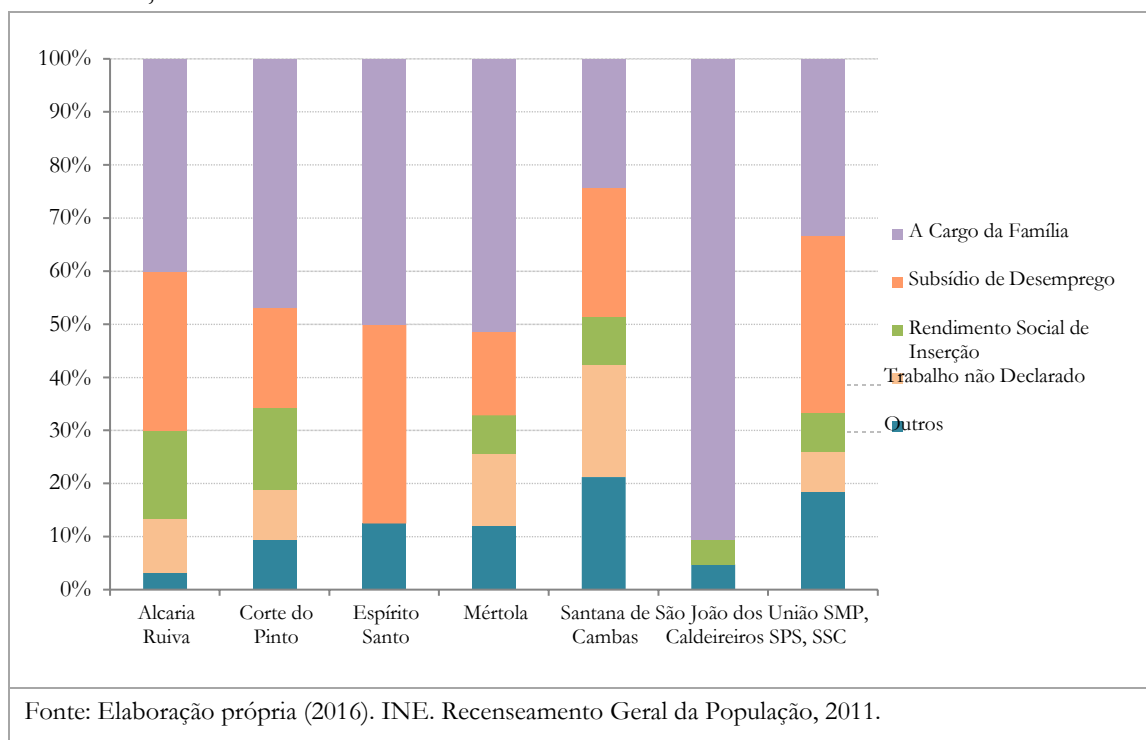
Nas freguesias do Concelho, para o mesmo período, o número de desempregados é diminuto, à exceção da freguesia de Mértola – que ao ser a freguesia mais populacional, assume a maior parte do total de desempregados (43,6%), seguindo-se Corte do Pinto com 19,5% e Santana de Cambas com 10,4%; as restantes freguesias estão abaixo dos 10%.

Observando o principal meio de vida dos desempregados nas freguesias, a família acaba por ser o suporte de subsistência, como é o caso de São João dos Caldeireiros com mais de 90% da população desempregada a subsistir graças à família, seguindo-se as freguesias de Espírito Santo e Mértola com mais de metade dos desempregados a

⁷⁹ São conhecidos como “nem nem” (ou NEET de Young people not in employment, education ou training). De referir que na União Europeia, em 2016, mais de 6,3 milhões de jovens (com idades entre os 15 e os 24 anos) não trabalhavam nem estudavam e mais de 4,2 milhões estavam desempregados. Apesar de alguma diminuição no que se refere ao desemprego juvenil (de mais de 23% em 2013, 21% em 2015 e 19% em 2016), há países da UE onde o desemprego juvenil ainda supera os 40% (como ocorre na Grécia, com 47% e Espanha com 44%). Refere-se que em 2016, cerca de 11% de jovens entre 18 e 24 anos abandonaram a escola precocemente. (Comissão Europeia, 2016)

cargo da família. O subsídio de desemprego é a segunda categoria que expressa o principal meio de vida dos desempregados onde teve, em 2011, maior relevância em Espírito Santo. A categoria referente ao “Rendimento Social de Inserção⁸⁰” teve maior expressividade nas freguesias de Alcaria Ruiva e Espírito Santo, com o mesmo peso percentual de 15,6% (INE, 2016).

Gráfico 6.3. Principal meio de vida da população desempregada nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011



Os dados do INE, em 2011, indicaram que o número de beneficiários do RSI foi de 255 e passou para 183 em 2015, uma diminuição que também se verificou ao nível nacional - no mesmo período, o número de beneficiários de 448 mil passou para 295 mil ou seja, um decréscimo de cerca de 34%) - devido à criação de novos critérios e novas formas de cálculo dos rendimentos e uma maior fiscalização para acesso a este apoio em 2012. (acieb, 2012)

⁸⁰ O Rendimento Social de Inserção (RSI) é um apoio para indivíduos e famílias, considerados em carência económica grave, por meio de uma prestação monetária, com a vertente de satisfazer as necessidades básicas, e de um Programa de Inserção de ajuda à integração social e profissional, através de um contrato de inserção.

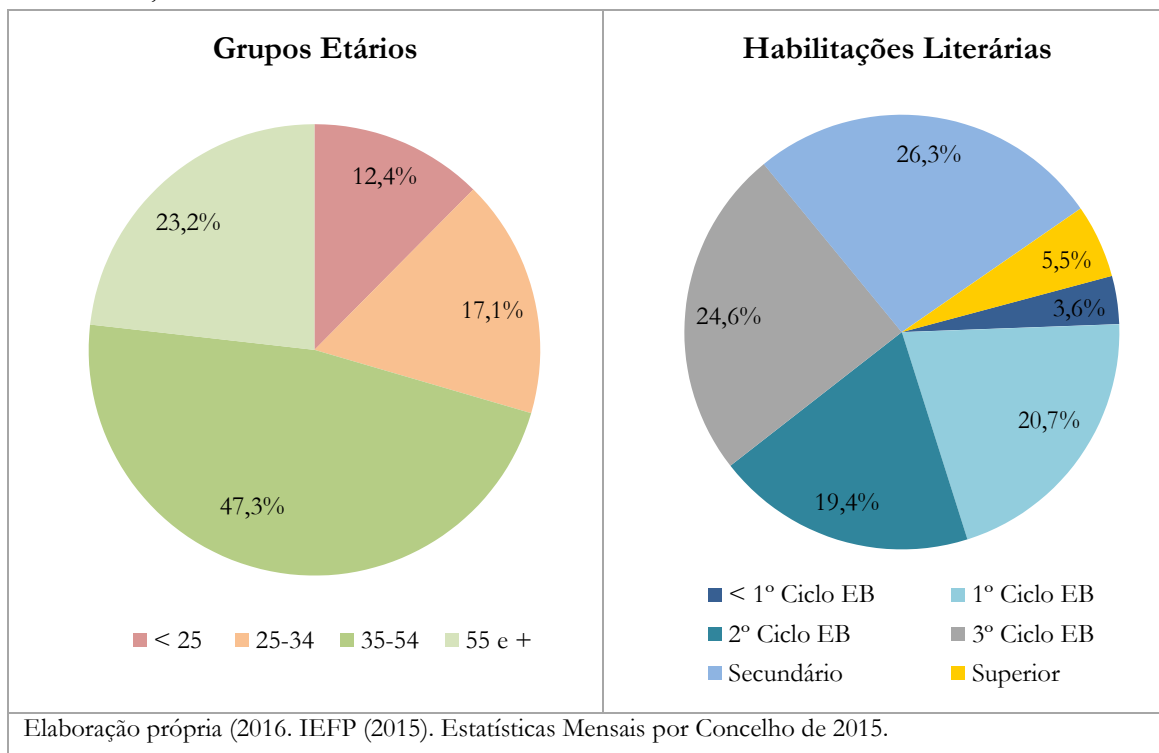
De acordo com as estatísticas anuais do RSI da Segurança Social, o valor médio processado de prestação de RSI por beneficiário em Dezembro de 2015 no distrito de Beja foi de 90,30 euros e por família de 249,18 euros (Segurança Social, 2016).

As estatísticas do Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP) reportam-se aos dados mensais de cada Concelho do país, excluindo as freguesias. Neste sentido, pela similitude dos dados mensais, optou-se pela média dos doze meses do ano de 2015 para obter uma estimativa média anual⁸¹. Assim, obtendo resultados mais recentes, em 2015, o Concelho de Mértola registou, em média, 378 desempregados em que mais de metade (51,0%) era do sexo masculino. Do total dos desempregados, também a maioria, 55,4%, estava inscrita há mais de um ano, isto é, encontrava-se em estado de desemprego de longa duração e 89,5% procurava um novo emprego. Dos desempregados, mais de 70% tinha mais de 35 anos (com maior peso para a faixa etária dos 35 aos 54 anos, com 47,3%).

No que respeita às habilitações literárias, o peso percentual é distribuído quase uniformemente entre o 1º Ciclo do Ensino Básico e o Secundário, com maior ênfase para os desempregados detentores do secundário, com 26,3%; os desempregados com o 3º Ciclo do Ensino Básico tiveram um peso de 24,6%. Os desempregados com habilitações literárias com o Ensino Superior foram de 5,5%.

⁸¹ Os dados do IEFP consistem em recolhas directas da procura de trabalho e expressam as estatísticas administrativas dos que se inscrevem nos Centros de Emprego, como candidatos a uma colocação no mercado de trabalho, sendo classificados como desempregados os indivíduos com idade mínima de 16 anos (salvo as excepções previstas na Lei) que declaram não ter trabalho, que procuram emprego como trabalhador por conta de outrem, que estão imediatamente disponíveis e que têm capacidade para o trabalho. (IEFP, 2014). A medida oficial do desemprego ao nível nacional é determinada pelo INE, através das estimativas apuradas, por recolha trimestral, a partir do Inquérito ao Emprego (inquérito por amostragem) sobre a população activa. São considerados desempregados os indivíduos com idades entre os 15 e os 74 anos que, no período de referência, e simultaneamente reuniam as seguintes condições: não tinham trabalho remunerado nem qualquer outro, tinham procurado activamente um trabalho remunerado ou não, ao longo de um período específico (no período de referencia ou nas três semanas anteriores) e estavam disponíveis para trabalhar num trabalho remunerado ou não. (INE, 2016)

Gráfico 6.4. Desempregados (%) por Grupos Etários e Habilitações Literárias do Concelho de Mértola, em 2015



Segundo a mesma fonte, dos dados recolhidos pelo IEFP, no continente português, em 2015, o número de desempregados foi de 527 337 pessoas e mais de metade (52,5%) eram mulheres. O peso entre os que estavam inscritos há mais e menos de um ano é quase equivalente – os inscritos há mais de um ano tiveram um peso de 49,4% e os inscritos há menos de 12 meses, de 50,6%. Em relação à situação de procura novo emprego ou 1º emprego, a maioria, 89,2% estavam à procura de um novo trabalho.

Ao nível nacional e à semelhança do Concelho de Mértola, 68,3% do total de desempregados tinha mais de 35 anos – com particular relevância na faixa etária dos 35 aos 54 anos (com um peso de 45,7%) e dos de mais de 55 anos (com 22,6%). Os desempregados com 25 a 34 anos tiveram um peso de 19,5% e os de menos de 25 anos, corresponderam a 12,1% do total de desempregados em 2015. (INE, 2016).

Sobre o nível de escolaridade, o secundário reuniu 24,0%, seguindo-se os Ciclos do Ensino Básico, do 1º Ciclo com 21,0%, do 3º Ciclo com 19,8% e do 2º Ciclo com 15,6%. As percentagens mais baixas corresponderam ao ensino superior com 13,8% e aos que completaram o 1º Ciclo do EB com 5,8%. (INE, 2016).

Outros dados, os do INE, dão conta que em Portugal, em 2015, o número de desempregados ascendia a meio de milhão, isto é 555 167 desempregados (uma diferença, aproximada, de 27 830 indivíduos, comparativamente com os dados do IEFP). Porém, as diferenças são mínimas no que diz respeito aos pesos sobre a idade e a escolaridade dos desempregados – o grupo etário a partir dos 35 anos continua a prevalecer como o mais atingido pelo desemprego, com 67,7%. Ao nível da escolaridade dos desempregados, os que têm o secundário é de 24,6% (o valor mais elevado) e os demais níveis de escolaridade diferem décimas comparativamente com os dados do IEFP⁸².

Relativo ao subsídio de desemprego, segundo as estatísticas anuais da segurança social, o valor médio mensal nacional do subsídio processado por beneficiário foi em 2015 de 482,60; no distrito de Beja o valor desceu para 432,47 euros. (Segurança Social, 2016).

6.1.4. A caracterização dos empregados

No que concerne ao tema do emprego, e do mesmo modo como ocorre com outros indicadores, os dados mais recentes ao nível municipal reportam-se aos Censos de 2011. Aliado à conjuntura nacional podemos perspectivar a situação actual, tendo em conta os indicadores do país que, de *grosso modo*, se reflectem no espaço concelhio.

Ora, o mercado de trabalho tem um papel preponderante nas dinâmicas socioeconómicas de qualquer território e, como mencionado anteriormente, a população activa em 2011 correspondia a 2740 indivíduos (menos 12,3% do que em 2001). Desta população activa, 88%, isto é, 2411 pessoas estavam empregadas e 329 desempregadas.

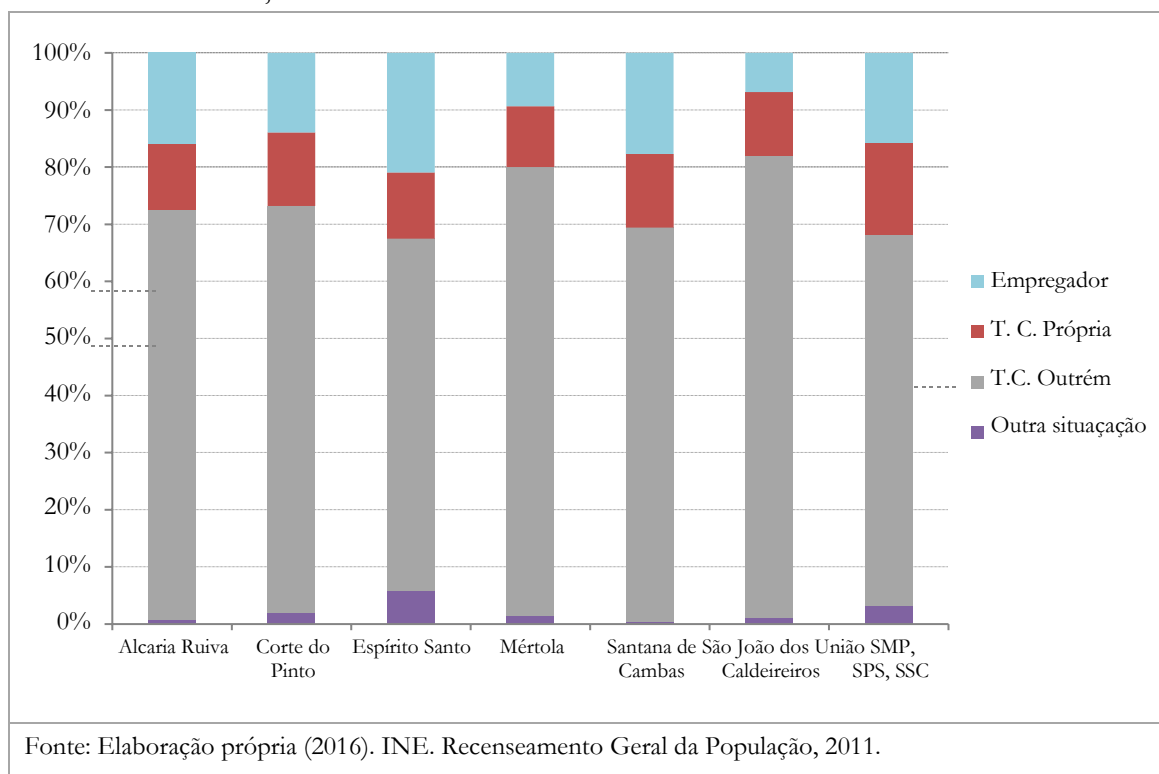
Do conjunto da população empregada, 94,6% tinha como principal meio de vida o trabalho e mais de metade, 60,3%, era do sexo masculino, um valor que diminui 6,2% comparativamente com 2001 (com registo de 66,5% empregados do sexo masculino). (INE, 2012).

⁸² *Vide* tabela 6-E.3., em anexo

Da população empregada (ou seja, de 2411), e tal como registado em 2001, mais de 74% trabalhava por conta de outrem, 12,3% eram considerados empregadores e 11,9% trabalhadores por conta própria (isolados). (INE, 2016)

Observando as freguesias, verifica-se que Espírito Santo tem o maior peso de empregadores (20,9%); e a freguesia de Mértola, o mais baixo (com 9,3%). No que diz respeito aos trabalhadores por conta própria (isolados), a União SMP, SPS e SSC figura em primeiro lugar com a percentagem mais elevada, correspondente a 16,3%, ainda que na generalidade das freguesias a percentagem seja superior a 10% (com a mais baixa a figurar em 10,7% pertencente à freguesia de Mértola). Sobre a categoria de “trabalho por conta de outrem”, São João dos Caldeireiros ultrapassa os 80% do seu total de empregados e Espírito Santo regista o valor mais diminuto de todas as freguesias, com menos de 62%.

Gráfico 6.5. População empregada segundo a situação profissional nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011



Em Portugal a dimensão dos pesos são similares no sentido em que a maioria da população empregada é trabalhadora por conta de outrem, com um peso em 2011 de 81,6%; um valor superior do que o registado em 2001 com 72,5%.

As categorias para empregadores diminuiu em prol dos trabalhadores por conta própria (isolados) – em 2011 os empregadores eram 10,5% e os trabalhadores por conta própria (isolados) de 6,6%. Em 2015, as estimativas apontaram para 4,8% empregadores, 13,1% os trabalhadores por conta própria (isolados) e os trabalhadores por conta de outrem registou o mesmo valor que em 2011, de 81,6%. No espaço da UE-28, segundo os dados PORDATA de 2015, a média de trabalhadores por conta de outrem é de 83,9%, com a Dinamarca a ocupar o primeiro lugar com 91,3%, seguindo-se a Estónia com 90,7%, a Suécia com 89,7% e a Alemanha com 89,2%. Portugal ocupa assim o vigésimo quarto lugar; a Grécia, Roménia e Itália ocupam os últimos três lugares com 65%, 71% e 75,6%, respectivamente. A média europeia dos 28 no que diz respeito aos empregadores situa-se em 4,2%, com a Grécia no primeiro patamar com 6,9%, seguindo-se a Itália com 6,6% e a Croácia com 5,1%. Nos últimos lugares desta categoria ficam a Roménia com 1,1%, a Lituânia e Chipre com 2,3%. Os trabalhadores por conta própria (isolados) representam na média europeia um peso de 10,7% do total de empregados. Nesta categoria, a Grécia, a Roménia e Itália seguem nos primeiros lugares com 23,7%, 18,3% e 16,4%, respectivamente e nos últimos lugares surgem a Dinamarca, o Luxemburgo e a Hungria com 4,8%, 5,44% e 5,5%, respectivamente. (PORDATA, 2017).

6.1.5. Os Sectores de Actividade e a população empregada

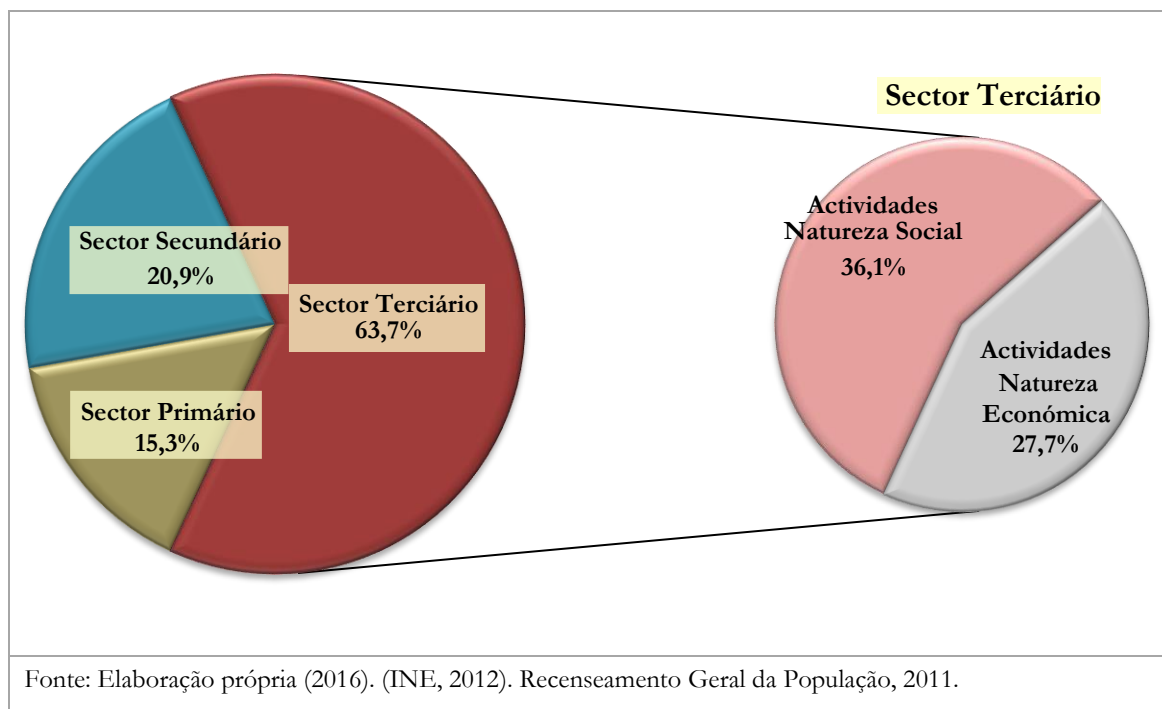
Observando os sectores económicos⁸³ do Concelho de Mértola, a maior parte da população empregada vive do sector terciário, ou seja, 63,7%.

⁸³ Como é sabido, a actividade económica de um território é dividida em três sectores de actividade s - o primário, o secundário e o terciário - considerados artificiais, segundo os critérios, dos anos 40, de Colin Clark e Jean Fourastié, uma vez que ao mesmo sector se incluem as instituições que produzem bens ou serviços de um mesmo “tipo”, isto é, que apresentem entre si semelhanças.

Neste sentido, o sector primário diz respeito a todas as actividades ligadas à natureza, ou seja, as actividades que extraem recursos sem qualquer transformação, que incluem a agricultura, a pecuária, a

Este é subdividido entre os serviços de natureza social e os de actividade económica, com maior prevalência no primeiro subsector.

Gráfico 6.6. População empregada segundo o sector de actividade económica do Concelho de Mértola, em 2011



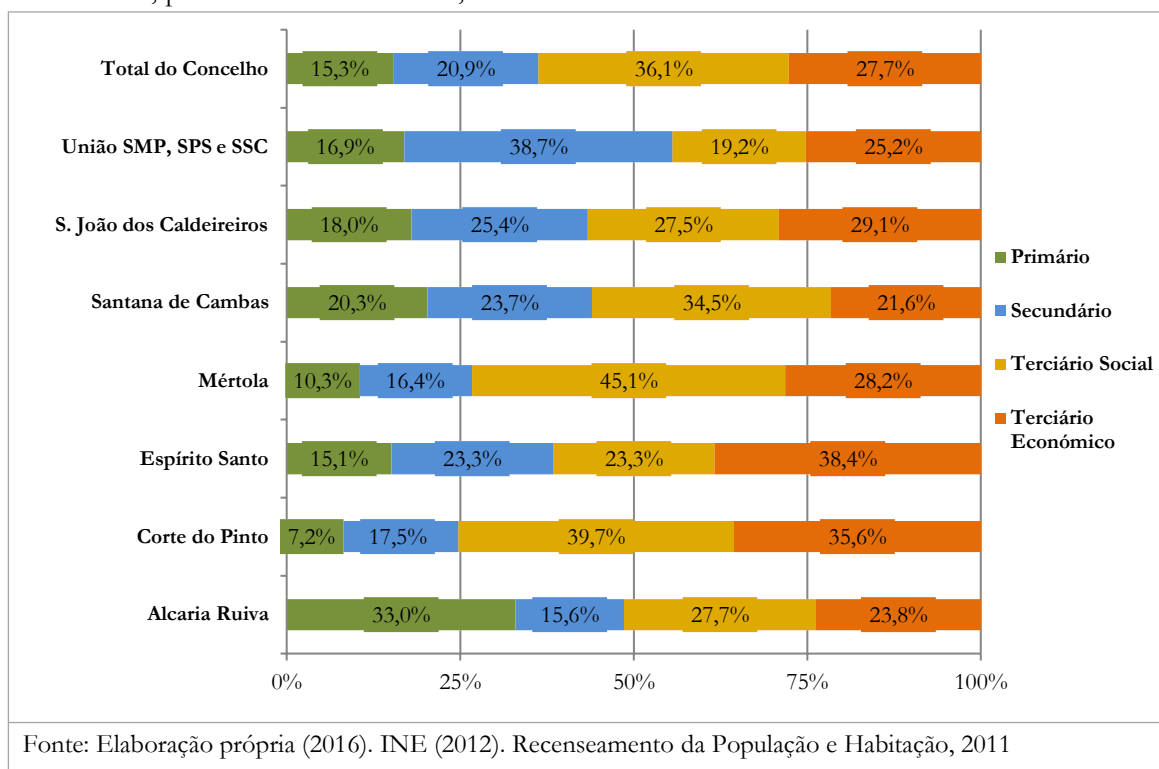
Os resultados são similares aos de 2001, no que diz respeito à predominância do sector terciário que ganhou peso em detrimento dos restantes sectores – isto é, 57,7%

pesca e a indústria extractiva. O sector secundário abrange as actividades que transformam a matéria- prima (produzida pelo sector primário) em produtos acabados ou semi-acabados e engloba todas as indústrias transformadoras, a construção e a produção de energia. Por fim, o sector terciário corresponde às actividades que prestam serviço à população, (ou seja, não produzem bens materiais), mas asseguram a existência de todos os outros; compreende a prestação de serviços em geral, como o comércio, o ensino, o turismo, os transportes e as actividades financeiras. Vários autores destacaram a introdução de um novo sector, o quaternário, correspondente às actividades relacionadas com a produção da informação e do conhecimento, como a educação, a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação (Infopédia, 2017).

O INE subdividiu o sector terciário em dois ramos – de natureza social e de actividade económica. O primeiro aponta para as actividades relacionadas com a saúde, a educação, administração pública e defesa, etc.; o segundo abrange as actividades relacionadas com o comércio, transportes, alojamento e hotelaria, actividades financeira e seguros, etc..

dos trabalhadores estavam empregados no sector terciário, 23,5% no sector secundário e 18,9% no sector primário⁸⁴. Nas freguesias do Concelho de Mértola, a situação é similar - a população empregada pelos sectores de actividade económica incide, maioritariamente, no sector terciário; em particular, nas freguesias de Mértola e Corte Pinto que registaram 73,3% e 75,3%, respectivamente, com prevalência nas actividades de natureza social. O sector primário tem maior importância em Alcaria Ruiva com cerca de 1/3 da população empregada; o sector secundário regista maior relevância na união das três freguesias com 38,7% da população empregada. (INE, 2007).

Gráfico 6.7. Distribuição da População Residente Empregada de cada Freguesia do Concelho de Mértola, por Sector de Actividade, em 2011



Em Portugal, o sector terciário tem aumentado progressivamente. Enquanto em 2001 (à data dos Censos), o sector terciário não chegava aos 60%, em 2011 ultrapassou os 70% em particular nas actividades económicas (quase 42% do total terciário); os sectores primário e secundário foram perdendo peso, diminuindo progressivamente,

⁸⁴ Vide tabela 6-E.4. em anexo.

situando-se em 3,1% e 26,5%, respectivamente (uma diminuição de 1,9% e 8,6% quando comparados com 2001 à data dos Censos). Porém, os dados do Inquérito ao Emprego realizado pelo INE são diferentes e mais “reais”⁸⁵ – indicam que no ano de 2001, o valor do sector primário foi de 10,2%, o secundário de 26,9% e o terciário de 62,1%. Em 2011, os sectores primeiro e segundo tiveram uma diminuição em comparação com o ano de 2001, aumentando assim os sector terciário; ou seja, 7,5% para o primário, 24,3% para secundário e 68,1% para o terciário.

Os dados do INE, segundo a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE Rev.3), para o Concelho de Mértola, dão conta que no sector primário a grande maioria dos empregados estava ligada à “agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados”⁸⁶. No sector secundário, cerca de 52% dos trabalhadores estavam associados à promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios) e construção de edifícios e 11,5% às indústrias alimentares. Dos funcionários do sector terciário (ou seja, do total de 63,7%), cerca de 36% dedicavam-se às actividades de natureza social e destes, a maioria, (47,7%) trabalhava na “Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória”, seguindo-se a “Educação” que não chegou aos 19% e as “Actividades de apoio social com alojamento” que representou 13,6%. Do sector terciário relacionado com as actividades de natureza económica (obtendo um peso de 27,7% em relação ao total do sector terciário), a grande fatia diz respeito ao comércio com 44,2%, em especial, ao comércio por retalho (excepto automóveis) que concerne 33,6% e a “restauração e similares” que registou 20,6%. (INE, 2012)

De acordo com os dados PORDATA, pela desagregação de Actividades Económicas (Rev. 2), em 2015, Portugal apresentou (como referido) um valor de 7,5% na “Agricultura, Floresta e Pesca”, enquanto a média da UE-28 foi de 4,5% (um valor

⁸⁵ O Inquérito ao Emprego do INE produz as estatísticas oficiais, trimestrais e anuais, das condições perante o trabalho e demais características da população portuguesa relacionadas com o mercado de trabalho e são comparáveis internacionalmente. A sua produção é considerada mais real do que os Censos 2011, uma vez que estes últimos reflectem a realidade à data do Recenseamento, isto é, 11 de Março de 2011, enquanto o Inquérito ao Emprego permite efectuar uma análise longitudinal da informação ao nível nacional e por NUTS II; porém, o Inquérito ao Emprego não abrange as unidades territoriais mais desagregadas, ou seja, Concelhos e freguesias.

⁸⁶ *Vide* tabela 6-E.5. em anexo

que tem diminuído ao longo dos anos; em 2008 era de 5,2%). Acima dos 10% estão a Roménia, o país da União em que a “Agricultura, Floresta e Pesca” tem maior prevalência nas actividades económicas da população empregada (com 25,6%), seguindo-se a Grécia com 12,9% e a Polónia com 11,5%; do lado oposto, há países como o Luxemburgo, Reino Unido, Alemanha, Bélgica e Malta que não chegam aos 2%.

Observando as médias das categorias do sector secundário de maior peso da UE-28, correspondem as “indústrias transformadoras”, o “comércio a retalho” e a “construção”, com 15,4%, 14,0% e 6,7%, respectivamente. Na primeira categoria, “indústrias transformadoras”, Portugal registou 16,9%, mas é a República Checa que se situa no primeiro patamar com 27,3%, seguindo-se a Eslováquia e a Eslovénia (com 24,7% e 23,4%, respectivamente); o Luxemburgo encontra-se em último lugar com 4,6%, seguindo-se Chipre com 7,8% e Grécia com 9,3%. O “comércio por grosso e a retalho” em 2015 empregava 15,4% dos trabalhadores em Portugal e a ocupar os três primeiros lugares da UE-28 estavam o Chipre com 18,7%, a Grécia com 18,3% e a Bulgária com 17,2%; nos últimos três lugares, o Luxemburgo com 8,1%, a Suécia e a Finlândia, ambos com 11,6%. A construção em Portugal teve um peso de 6,1% (mas em 2008, este valor situou-se em 11,6%) e em todos os países da UE houve um decréscimo, pois a média da UE-28 em 2008 era de 8,4% e em 2015 passou para 6,7%; ainda assim há alguns países a superarem esta média, como a Estónia e a Eslováquia com 9,6% e 8,8%, respectivamente.

No sector terciário, as categorias da UE-28 com maior peso são as relacionadas com as “actividades de saúde e apoio social” com uma média de 10,8%, a “educação” com 7,6% e a “administração pública; segurança social obrigatória” com 6,8%. Para as actividades de saúde e apoio social os países do Norte da Europa figuram nos primeiros lugares, com a Dinamarca a liderar com 17,4%, seguindo-se a Finlândia com 16,6%, os Países Baixos com 15,5% e a Suécia com 15,2%; do lado oposto, a Roménia, o Chipre e Bulgária atingem os últimos patamares, com menos de 5%. Portugal registou quase 9% de população empregada nesta categoria. Sobre a educação, Portugal regista-se acima da média da UE-28 com 8,4%; porém é a Suécia que se encontra em primeiro lugar com 11,4% seguindo-se o Reino Unido com 10,5% e a Lituânia com 9,9%; nos últimos lugares figuram a Roménia e a Bulgária com 4,2% e 6,1%, respectivamente. Por fim, a categoria da administração pública regista em

Portugal uma percentagem de 6,7% abaixo da média europeia, e de países como o Luxemburgo e Hungria que se encontram acima dos 10% (com 10,5% e 10,1%, respectivamente); as percentagens mais diminutas correspondem à Finlândia com 4,3% e à Irlanda e Roménia com aproximadamente 5% (mais precisamente 5,1% e 5,2%, respectivamente). (PORDATA, 2017).

6.1.6. A População Empregada por Sector de Actividade e Situação Profissional

Como indicado anteriormente, das 2411 pessoas empregadas em 2011, mais de 74% estavam em situação de trabalho por conta de outrem, 12,3% estavam em situação de empregadores e 11,9% foram considerados como trabalhadores por conta própria (isolados). De igual modo, verificou-se que a maior parte dos empregados trabalhava no sector terciário (63,7%), em particular nas actividades de natureza social (36,1%).

Uma observação mais atenta dá-nos conta que o peso de trabalhadores dos sectores primário e secundário teve uma variação negativa de -28,6% e -21,5%⁸⁷, isto é, entre 2001 e 2011, houve uma diminuição dos trabalhadores dos sectores primário e secundários. A contribuição dos empregadores subiu ligeiramente no sector terciário; aliás a única subida com 4,4%, entre o período indicado, tendo diminuído com relevância nos sectores já referidos – primário e secundário. O trabalho por conta de outrém também teve diminuições em todos os sectores, primário e secundário e diminuição pouco expressiva no sector terciário, com -2,8%. (INE, 2012).

⁸⁷ Os valores absolutos encontram-se na tabela 6-E.6. em anexo.

Quadro 6.1. Variação da população empregada por situação profissional segundo o sector de actividade.

Concelho de Mértola	Primário	Secundário	Terciário
	Variação 2001-2011 (em %)		
Empregador	-43,3	-24,6	4,4
Trabalho por conta própria	-26,5	0,0	0,0
Trabalho familiar não remunerado	150,0	-50,0	0,0
Trabalho por conta outrem	-26,6	-24,1	-3,7
Outra situação	100	-	0,0
Total	-28,6	-21,5	-2,8
Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Recenseamento da População e Habitação, 2011			

É de notar que o trabalho por conta de outrem é predominante em todos os sectores de actividade económica, principalmente no sector terciário.

Em Mértola, o sector primário, em 2011, representando 15,3% (enquanto em 2001 era de 19%) da economia local, trabalhavam 23,1% indivíduos por conta própria e mais de 60% por conta de outrem. No sector secundário, representativo de 20,9% das actividades do Concelho em 2011, foram 20,6% os empregadores e 69,3% os trabalhadores por conta de outrem. O sector terciário empregava em 2011, mais de 78% dos trabalhadores por conta de outrem.

Quadro 6.2. População empregada residente no Concelho de Mértola, por Sectores de Actividade segundo a Situação Profissional, 2011

Concelho de Mértola	Primário		Secundário		Terciário	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Empregador	51	13,8	104	20,6	142	9,2
Trabalho por conta própria	86	23,3	42	8,3	160	10,4
Trabalho familiar não remunerado	5	1,4	1	0,2	10	0,7
Trabalho por conta outrem	226	61,3	350	69,3	1210	78,7
Outra situação	1	0,3	-	-	18	1,2
Total	369	100,0	505	100,0	1537	100,0

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011.

6.1.7. Os Trabalhadores por Conta de Outrem

Como indicado, em 2011, a população empregada por conta de outrem era de 1786, correspondente a mais de 74% do total do conjunto de pessoas empregadas.

Uma observação mais específica dá-nos conta que a maior parte dos trabalhadores por conta de outrem, ao nível das actividades económicas (CAE Rev.3.), incidiu na “administração pública em geral, económica e social” com 18,9%⁸⁸; a “construção de edifícios (residenciais e não residenciais)” abrangeu 9,6% dos trabalhadores e as “culturas temporárias” e “actividades de apoio social para pessoas idosas e com deficiência, com alojamento”, corresponderam a 6,8% e a 6,2%, respectivamente. Estas quatro actividades perfazem cerca de 41,5% dos trabalhadores que estão em situação “por conta de outrem”. (INE, 2016)

⁸⁸ Ver tabela 6-E.7. em anexo

Em Portugal, de acordo com os dados do INE, mais de 80% da população empregada (isto é, 81,2%), em 2011, estava em situação “por conta de outrem”; o peso de trabalhadores nesta situação profissional, ao nível das actividades económicas, destacou-se por: 10,6% dos trabalhadores por conta de outrem trabalharem no “Comércio a retalho, excepto veículos automóveis e motociclos”; 9,8% estarem empregados no sector da “Educação”; 8,9% corresponderem à “Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória”; 6,3% estarem ligados à “promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios), construção de edifícios” e, por último, 5,5% trabalharem em “actividades de saúde humana”. Este conjunto de actividades perfaz um total de 41,1% de trabalhadores por conta de outrem. (INE, 2012).

Sobre o ganho médio mensal dos trabalhadores desta categoria, por conta de outrem, no Concelho de Mértola, e considerando a análise temporal de dois momentos, no intervalo de 10 anos, indica-se que em 2004 a remuneração era de 587,83 euros, ou seja, menos 289,63 euros do que em Portugal (cujo ganho médio mensal era de 877,46 euros). (INE. MTSSS/GEP, 2017). Os valores de 2014 referiram que no território continental o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem foi de 1093,2 euros, enquanto em Mértola o ganho mensal passou para 782,6 euros (menos 310,6 euros em comparação com o panorama continental). (INE. MTSSS/GEP, 2017).

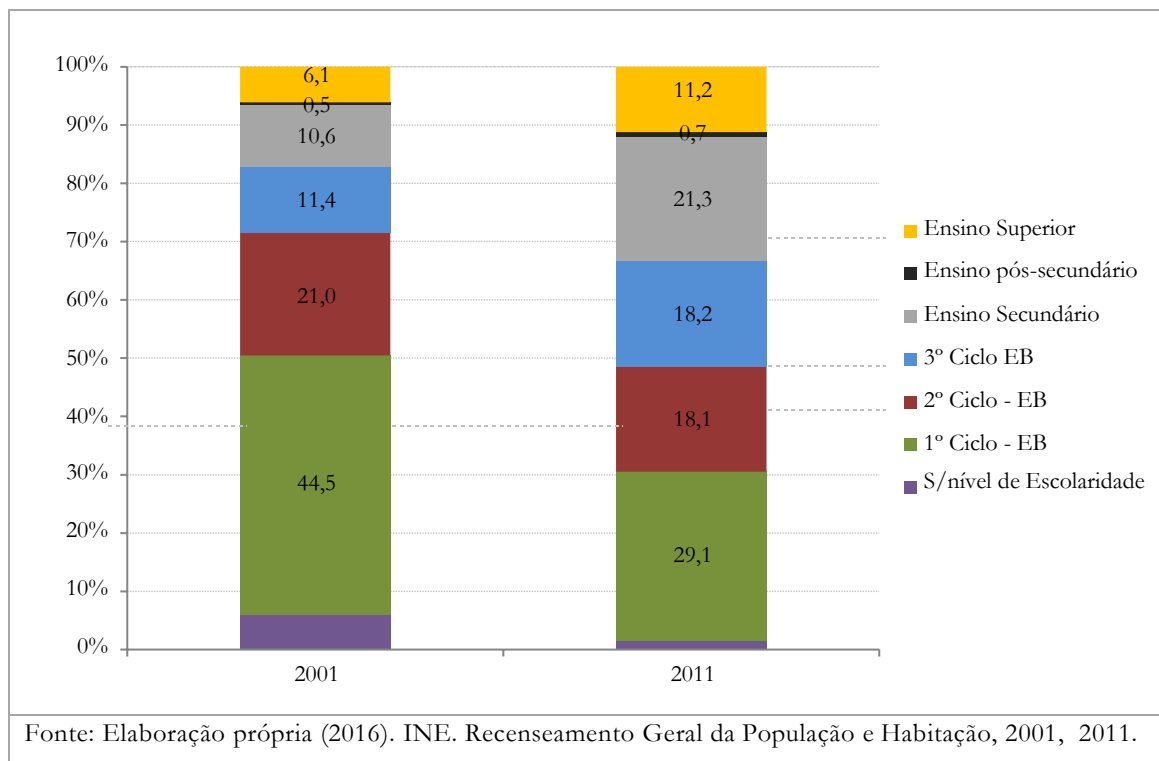
Ao observarmos a diferença salarial entre homens e mulheres, em Portugal, segundo os dados do INE, no ano de 2015, o valor era igual a 240,91 euros. (INE. MTSSS/GEP, 2016). Os dados do Eurostat, UE-28, em 2015, indicaram uma diferença salarial de 16,3%, com a Estónia a liderar esta desigualdade com quase 27%, seguindo-se a República Checa com 22,5% e a Áustria com 21,7%. Os valores mais baixos de diferença salarial entre homens e mulheres dirigem-se a países como o Luxemburgo e Itália, ambos com 5,5% e a Roménia, 5,8%. Em Portugal, o fosso remuneratório correspondeu a 17,8%, situando-se assim na 21ª posição (um valor que subiu nas últimas décadas; em 2007, a disparidade salarial entre homens e mulheres era de 8,5%). (Eurostat, 2016). Sobre os valores médios de remuneração anual *per capita* disponibilizados pelo PORDATA, em Portugal, em 2015, o valor não superava os 9700 euros anuais (uma quantidade similar em 2007). A remuneração dos empregados *per capita* na UE-28 foi de 13 688 euros anuais, com o Luxemburgo a

destacar-se com quase 37 mil euros anuais *per capita*; seguindo-se a Dinamarca e a Alemanha com os seus trabalhadores a auferirem remunerações *per capita*, acima dos 18 mil euros anuais. Do lado oposto, encontra-se a Roménia que não chegou aos 5.500 euros e a Grécia que não ultrapassou os 6 400 euros. (PORDATA, 2017).

6.1.8. As Habilitações da População Empregada

Os dados de 2011 indicaram que no Concelho de Mértola mais de 80% da população empregada tinha os seus níveis de escolaridade completos (um valor relativamente semelhante aos Censos de 2001). (INE, 2014). No gráfico que se segue sobre as habilitações completas da população empregada, entende-se que esta continua a ter qualificações relativamente baixas; porém, há um salto qualitativo da mão-de-obra; isto é, há uma diminuição dos empregados com escolaridades mais baixas. Por exemplo, em 2001 havia 44,5% empregados (quase metade da classe trabalhadora) com a escolaridade do 1º Ciclo do Ensino Básico que diminuiu para cerca de 29% numa década e é possível observar um aumento generalizado a partir do 3º Ciclo do Ensino Básico, com maior relevância no ensino secundário que aumentou mais de 10%. É também de realçar os empregados com ensino superior completo – de 6,1% passaram para 11,2%, um valor ainda pouco significativo no conjunto da escolaridade completa. (INE, 2002).

Gráfico 6.8. População Residente Empregada do Concelho de Mértola, por Escolaridade completa, em 2001 e 2011.

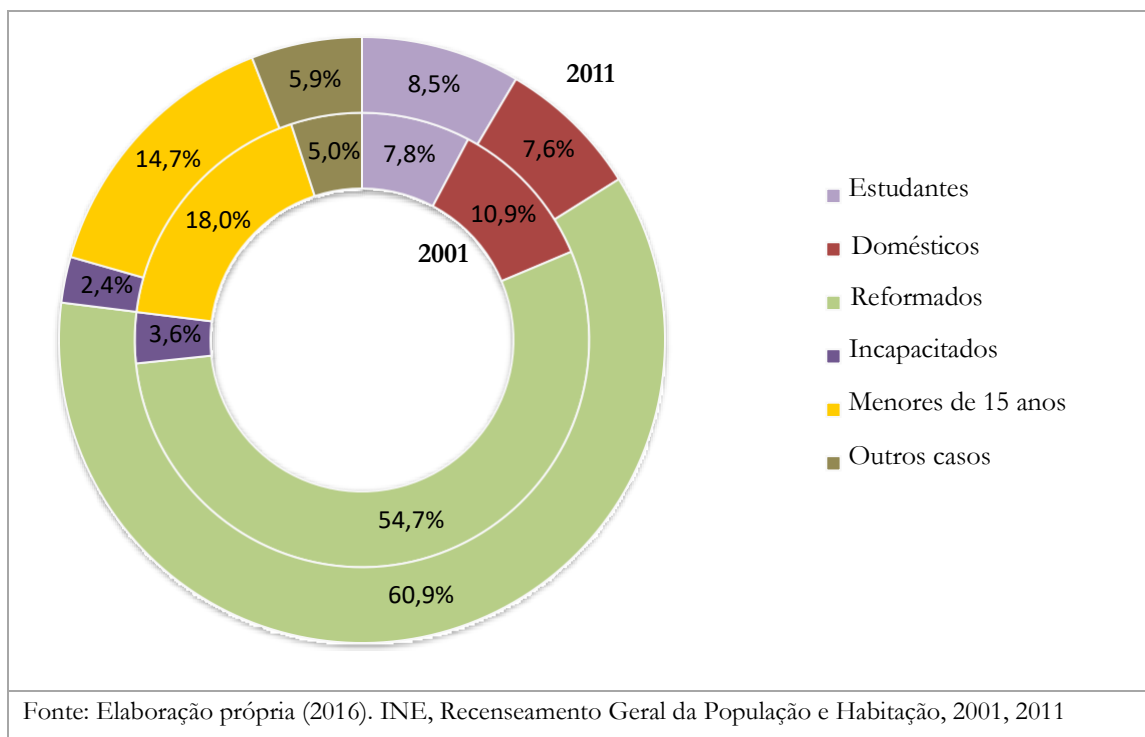


6.1.9. A População Inactiva

A população inactiva compreende o conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que não podem ser economicamente activos, ou seja, os que não estão nem empregados, nem desempregados. Se em 2001 a população inactiva correspondia a 5587 indivíduos, isto é, a 64,1% da população total de Mértola; em 2011, o Concelho perdeu parte dessa população, ou seja, perdeu 23,2%, contabilizando-se 4534 pessoas inactivas, correspondente a 62,3% da população total. Relembra-se que a população activa era de 2740 residentes em 2011. (INE, 2014). No conjunto da população inactiva, os indivíduos reformados equivalem a mais de metade da população inactiva, com uma subida de 5,5% entre 2001 e 2011. Portanto, o peso dos reformados na população inactiva é de 60,9% em 2011. O peso dos menores de 15 anos diminuiu 3,3% nos últimos dois decénios, com um registo de 14,7% em 2011 e o mesmo ocorreu com a categoria “Domésticos” que diminuiu, no mesmo período, 3,3%, registando-se em 7,6%. (INE, 2017).

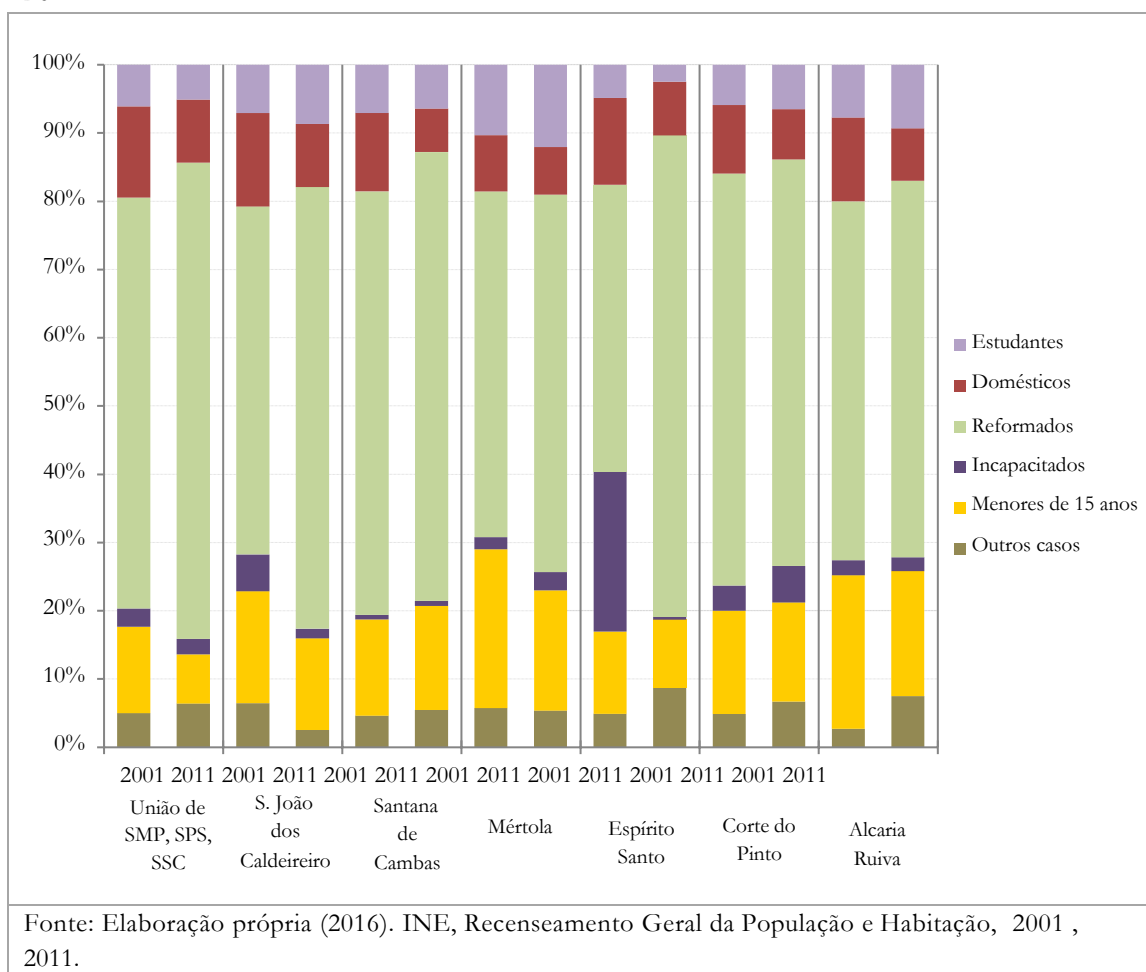
O peso percentual dos reformados na população inactiva é, indubitavelmente, indicativo do processo de envelhecimento do Concelho e manifesta um encargo para a população activa.

Gráfico 6.9. População Residente Inactiva no Concelho de Mértola, em 2001 e 2011



Em todas as freguesias, sem excepção, o peso dos reformados é superior em mais de metade da população inactiva. A freguesia de Espírito Santo apresentou, em 2011, a percentagem de reformados mais elevada, 70,5%, correspondendo à maior subida entre os últimos dois Censos (de 28,5%). Este valor é facilmente explicado pela diminuição em 23,0% dos incapacitados que em 2001 eram 23,5% e passaram para 0,4% em 2011. Em comparação com as restantes freguesias e à semelhança do que ocorreu em 2001, as freguesias de Mértola e Alcaria Ruiva, em 2011, concentraram os residentes mais jovens (menores de 15 anos) do Concelho, com 17,6% e 18,3%, respectivamente. É também em Mértola que o peso dos estudantes é mais significativo, com 12,1%. A categoria “doméstico” tem maior expressividade nas freguesias de São João dos Caldeireiros e na União das três freguesias, com 9,2% em cada.

Gráfico 6.10. População Residente Inactiva nas Freguesias do Concelho de Mértola, 2001 e 2011



Em Portugal, segundo os dados do Inquérito ao Emprego do INE, o peso dos reformados correspondeu em 2016 a quase 34,1% do total da população inactiva (um valor com pouca diferença comparativamente a 2001 que registou 30,9%). A diferença mais significativa no âmbito nacional, entre estes dois períodos (2001 e 2016), reporta-se aos estudantes e a “outros inactivos” – os estudantes, em 2016, tiveram um peso de 16,0% e em 2001 registaram mais de 1/3 em relação ao total da população inactiva; enquanto os “outros inactivos” em 2001 representaram 22,1% e em 2016 apresentaram quase o dobro do valor, ou seja, 42,2%.

6.1.10. Os reformados e pensionistas do Concelho de Mértola

Neste ponto, considerou-se importante observar a categoria dos reformados que compõem mais de 60% da população inactiva em 2011, já que o segundo valor relativo mais significativo corresponde aos menores de 15 anos com 14,7%. Do conjunto de 2760 reformados do Concelho em análise, 98,6% recebia em 2011 uma pensão/reforma como principal modo de vida. (INE, 2017)

O valor médio anual das pensões⁸⁹ de segurança social no Concelho de Mértola, segundo os últimos dados do INE que reportam ao ano de 2016, não chegava a 4 mil euros anuais (mais precisamente 3997 euros, equivalente a 285,5 euros mensais); o valor nacional das pensões no mesmo período correspondeu a 5182 euros, o que perfaz um valor mensal de 370,1 euros); uma década antes, o valor médio anual das pensões era menor, nomeadamente, de 4011 euros no âmbito nacional e de 3 198 euros no Concelho de Mértola. (INE, 2017).

Segundo o INE, através do Instituto de Informática da Segurança Social, o número de pensionistas em 2016 em Mértola foi de 3211; a mesma fonte dá conta que em 2006 o valor era superior, de 3849 pensionistas (ou seja, numa década houve uma diminuição de 16,6% pensionistas).

No âmbito nacional e nos mesmos períodos, o número de pensionistas em 2016 englobava mais de 3 milhões de pessoas, enquanto em 2006, o valor rondava os 2,8 milhões de pensionistas (houve neste caso um aumento de 8,6%). (INE, 2017). Do ponto de vista do valor médio anual das pensões há um desfazamento de 1185 euros entre o valor anual das pensões auferidas no Concelho de Mértola e Portugal, no ano de 2016. (INE, 2017). Sobre o tipo de pensão (por invalidez, velhice e sobrevivência), não se encontram disponibilizados e discriminados os valores por Concelho ou por região. Porém, é possível ter uma noção através do contexto nacional, indicando que em 2015 (últimos dados disponíveis do INE), dos mais de 3 milhões de pensionistas, mais de 67% diziam respeito a pensões de velhice, seguindo-se as pensões de sobrevivência com quase 25% e de as de invalidez com pouco mais de 8%. (INE, 2016).

⁸⁹ As pensões da segurança social são prestações pecuniárias mensais de atribuição continuada nas eventualidades: morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice.

Relativamente ao valor pago em pensões da Segurança Social ao nível nacional, segundo os dados do INE, em 2016, foram gastos mais de 15,7 mil milhões de euros; (INE, 2017) em 2006, a despesa nacional foi de, aproximadamente, 11,2 mil milhões; no município de Mértola o valor anual das pensões, em 2016, ascendeu a 12,8 milhões de euros, um valor relativamente similar a 2006 que se fixou em 12,3 milhões de gastos em pensões da segurança Social. (INE, 2017)

Dos valores registados, depreende-se que as baixas pensões colocam os pensionistas idosos num patamar de pobreza uma vez que, apesar dos aumentos das pensões, estas continuam baixas e não atingem o salário mínimo nacional⁹⁰, limitando a capacidade de consumo.

6.1.11. Índice de renovação da população em idade activa

O índice de renovação ou rejuvenescimento da população em idade activa indica a relação entre a população que potencialmente está a entrar no mercado de trabalho (entre os 20 e os 29 anos) e a que está a sair (entre os 55 e os 64 anos) – e serve sobretudo como indicador de substituição de gerações no mercado de trabalho. Em 2001, o índice de renovação da população em idade activa fixou-se em 87 potenciais activos, tendo diminuído em 2011 para 72,6 e uma nova descida foi registada em 2015 para 66,3. Isto significa que entre 2001 e 2015, em 14 anos, houve uma diminuição de 20,7 potenciais activos. Noutra perspectiva, podemos afirmar que em 2015, por cada 100 indivíduos que potencialmente saíram do mercado de trabalho ou que estavam próximos da idade de reforma (entre os 55 e os 64 anos) entraram, aproximadamente, 66 indivíduos (com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos).

A freguesia de Mértola, como é visível pelo quadro apresentado de seguida, contraria a tendência do Concelho, dado que apresenta maior dinamismo na renovação da população activa. Em 2011, por cada 100 indivíduos que saíram do mercado de trabalho, foram substituídos potencialmente por quase 102 pessoas.

⁹⁰ O salário mínimo em Portugal é, actualmente, de 557 euros mensais; equivalente a 7798 euros anuais, um valor que aumentou 5% em Janeiro de 2017 (isto é, um acréscimo de 27 euros). (Economias, 2017).

No contexto nacional, o índice de renovação da população activa em Portugal em 2001 foi de 143 e em 2015, de 81,3 (uma diferença de 61,7 potenciais activos) – valores que indicam que a população activa jovem não é suficiente para repor a mais velha que vai saindo gradualmente do mercado de trabalho.

Quadro 6.3. Índice de Renovação da População Activa das freguesias do Concelho de Mértola e Portugal, 2001, 2011 e 2015

Freguesias	2001	2011	2015
Alcaria Ruiva	83,2	82,76	*1
Corte do Pinto	62,3	43,41	
Espírito Santo	64,4	41,38	
Mértola	107,2	101,51	
Santana de Cambas	80,6	65,63	
São João dos Caldeireiros	88,2	67,65	
União das freguesias de SMP, SPS e SSC*2	86,3	49,3	
Total do Concelho	87	72,6	
Portugal	143	94,3	81,3

Notas: *1 sem dados; *2 o valor do índice de renovação da população activa resulta da média aritmética das três freguesias.

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 e 2011; Indicadores demográficos, 2016.

6.2. ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA, DE TENDÊNCIA E DE SUBSTITUIÇÃO DE GERAÇÕES

As populações de idades muito jovens ou de idades muito avançadas constituem populações dependentes, na medida em que não contribuem (ou apenas o fazem residualmente) para a produção de riqueza; são grupos dependentes que exigem à população em idade activa uma “sobrecarga”. Neste sentido, os índices de dependência são utilizados para medir a relação entre as populações em idades não activa e activa.

6.2.1. Índices de Dependência – total, de jovens e de idosos

O índice de dependência total indica a dependência dos jovens e dos idosos em relação à população⁹¹. Em 2001, o Concelho de Mértola apresentou um índice de dependência de 78,3 e em 2011 diminuiu para 77,6. As estimativas do INE para o ano de 2015 indicam um aumento para 80,6, isto é, em cada 100 activos há uma correspondência de quase 81 inactivos (com idades inferiores a 15 e maiores a 65 anos). Com esta perspectiva, o índice de dependência de jovens⁹² entre 2001 e 2015 diminuiu de 20,5 para 16,9 e o de idosos⁹³ aumentou de 57,7 para 63,7⁹⁴. É preciso notar que estes valores evidenciam o decréscimo da população activa cujas características assentam no envelhecimento da população, com um peso cada vez mais escasso dos grupos etários mais jovens.

Observando as freguesias, a dependência é evidente – o índice de dependência de idosos (IDI) é nos dois últimos Censos manifestamente superior ao índice de dependência de jovens (IDJ). As freguesias de Alcaria Ruiva e a União das três freguesias foram as únicas em que o índice de dependência de idosos diminuiu, principalmente na União das três freguesias (de 80,3 passou para 70,8). A freguesia de

⁹¹ Peso do conjunto dos jovens (com idade inferior a 15 anos) e idosos (com 65 e mais anos) na população em idade activa (de 15 a 64 anos).

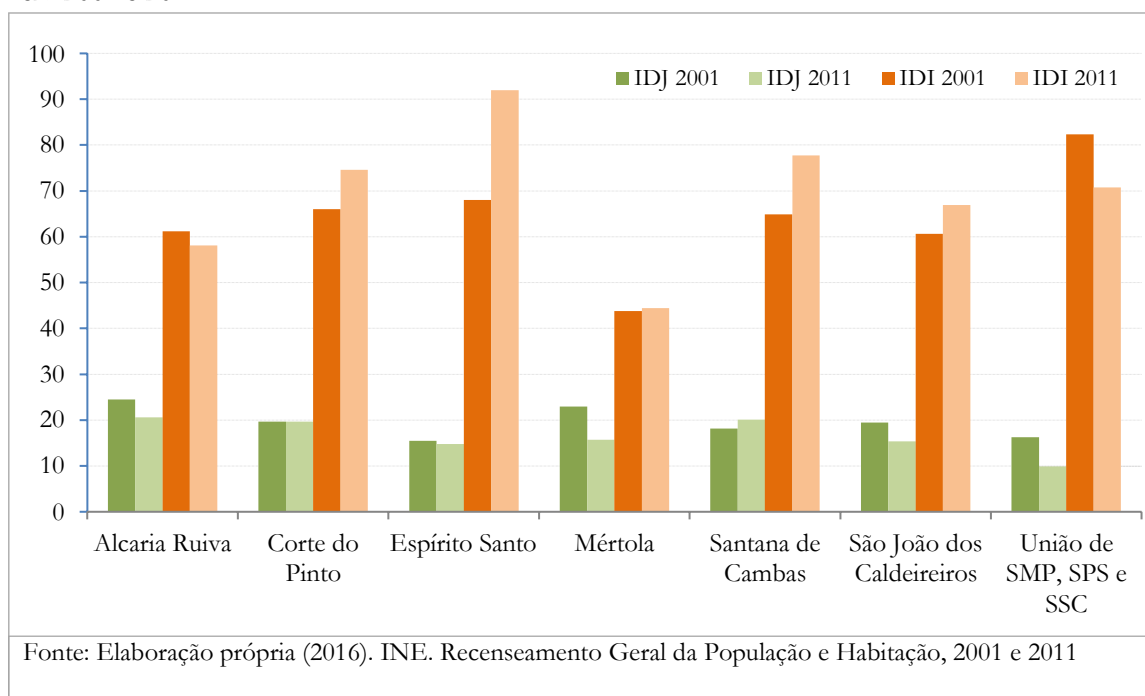
⁹² Correspondente à relação entre a população com idade inferior a 15 anos e a população activa.

⁹³ Referente à relação entre a população de 65 e mais anos e a população activa

⁹⁴ *Vide* em anexo a tabela 6-E.8.

Espírito Santo foi a que em 2011 registou o maior índice de dependência de idosos de todas as freguesias, com 92 idosos por cada 100 activos. A freguesia de Mértola teve a maior diminuição do índice de dependência de jovens entre 2001 e 2011, sendo a terceira freguesia a apresentar o valor mais baixo; a freguesia de Espírito Santo teve o menor índice de dependência de jovens com 14,8, seguindo-se a União das três freguesias com 9,9. O gráfico que se apresenta de seguida, reflecte a análise apresentada.

Gráfico 6.11. Índice de Dependência de Idosos e Jovens das freguesias do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011



O Concelho de Mértola não segue o panorama nacional, no sentido em que a dependência total em Portugal foi em 2015 de 53,4 (um valor superior ao registado em 2001, registado em 47,8) e que teve um elevado contributo do índice de dependência de idosos – dado que em 2001 fixou-se em 24,1 e em 2015 passou para 31,8; por sua vez, o índice de dependência de jovens não sofreu grandes alterações – em 2015 registou-se em 21,7 e em 2001 em 23,6

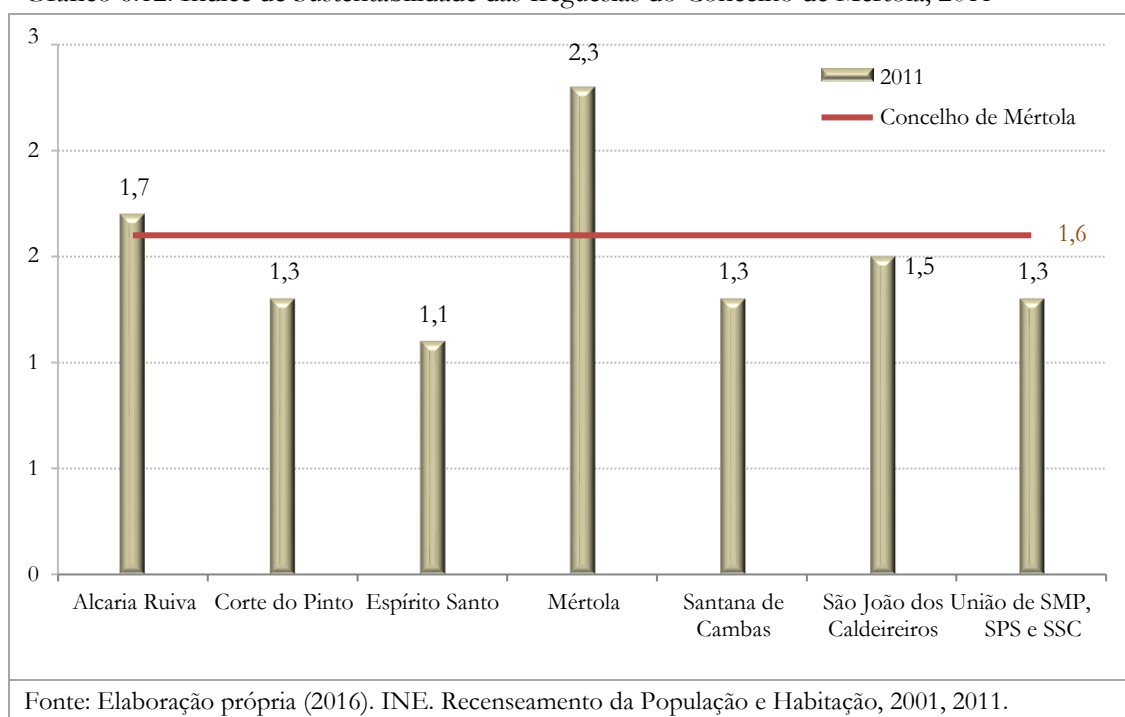
Os dados do PORDATA reportam para um aumento da dependência total na população activa. A média dos UE-28 referente a este indicador tem aumentado nos últimos anos e em 2012 o valor do índice de dependência total foi de 50,8, com a

França a liderar com 56,1, seguindo-se países como a Suécia, Finlândia e Dinamarca, com registo do índice acima dos 53. Do lado oposto, encontram-se países como a Eslováquia, Polónia e Chipre cujo índice de dependência total não ultrapassa os 42. (PORDATA, 2017).

6.2.2. O índice de sustentabilidade potencial

O índice de sustentabilidade potencial indica a relação entre os activos e a população com 65 e mais anos. Em 2011, no Concelho de Mértola, por cada pessoa com 65 e mais anos correspondiam a 1,6 activos. De todas as freguesias, Alcaria Ruiva e Mértola superaram a média concelhia, com 1,7 e 2,3 respectivamente, como é possível de se visualizar no gráfico abaixo.

Gráfico 6.12. Índice de Sustentabilidade das freguesias do Concelho de Mértola, 2011



Estes valores são diminutos comparativamente ao âmbito nacional. Em Portugal, o índice potencial de sustentabilidade era, em 2001, de 4 activos por cada pessoa com 65 e mais anos e numa década, em 2011, passou para 3,5.

Segundo as projecções para 2060, as estimativas indicam que este valor pode passar para 1,5 activos por cada idoso.

No conjunto da União Europeia, em 2012, o valor do índice de sustentabilidade potencial fixou-se em 3,7, com os dados provisórios a assinalarem uma descida para 3,5 em 2014. Para este último período, os valores mais elevados surgem na Irlanda com 4,9 e Luxemburgo, Eslováquia com 4,7, Chipre com 4,9 e Polónia com 4,6. Os que apresentam os valores deste índice mais diminutos pertencem à Itália com 3, a Grécia e Alemanha com 3,1 e a Suécia com 3,2. (PORDATA, 2017).

6.3. ESTRUTURA EMPRESARIAL

Neste ponto, a pretensão será a de resumir e tecer considerações no contexto do tecido empresarial do Concelho. Portanto, da análise efectuada salienta-se que a estrutura empresarial de Mértola ao nível da distribuição das empresas por actividade económica não sofreu grandes alterações durante os últimos 13 anos, no sector do comércio (a retalho e a grosso) e no sector primário (entre 2008 e 2015, os mais recentes dados disponibilizados pelo INE). Ou seja, em 2015, do total das empresas do Concelho, segundo a sua actividade, 20,5% concentraram-se no sector do comércio e 31,0% no sector primário (que cresceu 5,5% entre 2008 e 2015)⁹⁵; as indústrias transformadoras tiveram um crescimento residual e comportam um peso 5,6%, como observado no quadro abaixo. Em suma, as actividades relacionadas com a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis” comportam mais de 50% das actividades do Concelho em 2015; se adicionarmos o “alojamento e restauração e similares”, o total perfaz 63,6%.

⁹⁵ Os valores percentuais e absolutos da Distribuição das Empresas por Actividade no Concelho de Mértola, em 2008 e 2015 encontram-se em anexo na tabela 6-E.9.

Quadro 6.4. Distribuição das Empresas por Actividade Económica no Concelho de Mértola, em 2008 e 2015

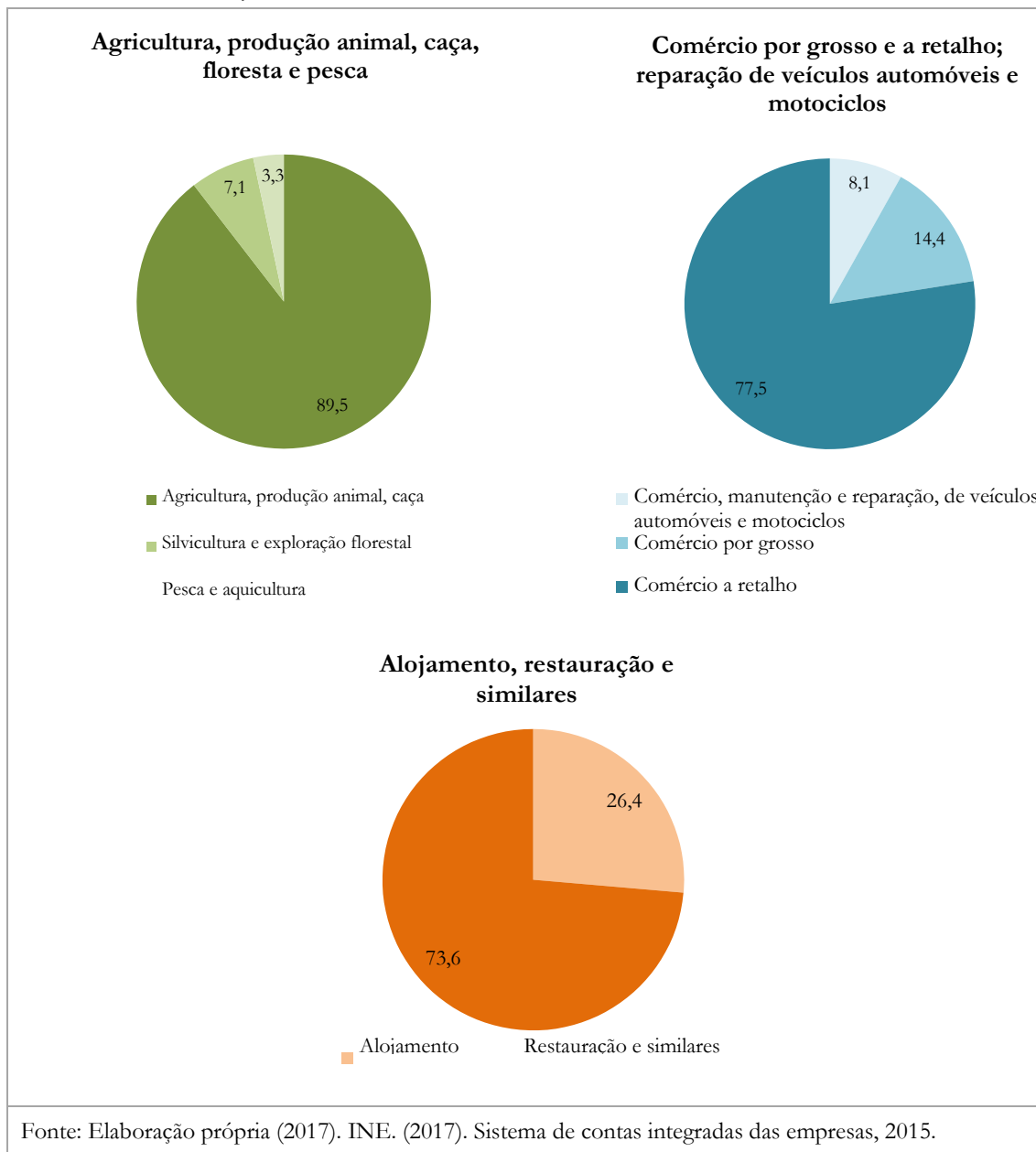
Actividades Económicas	2008	2015
	%	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	25,5	31,0
Indústrias transformadoras	5,2	5,6
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; gestão de resíduos e despoluição	0,1	0,3
Construção	11,8	8,6
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	21,8	20,8
Transporte, armazenagem e comunicação	1,6	1,8
Alojamento e restauração e similares	11,7	11,8
Actividades de informação e de comunicação	0,2	0,4
Actividades imobiliárias	0,5	0,4
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2,5	3,5
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	7,7	8,4
Educação	2,3	1,9
Actividades de saúde humana e apoio social	2,2	1,4
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	0,9	1,0
Outras actividades de serviços	6,0	3,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Sistema de contas integradas das empresas, 2008 e 2015.

Uma observação mais precisa indica que no sector primário as empresas enquadram-se em explorações agro-pecuárias de cariz tradicional e em actividades relacionadas com a aptidão cinegética local, como se visualiza no gráfico que se segue (ver também anexo, tabela 6-E.10.).

Das actividades relacionadas com o comércio, verifica-se que o comércio a retalho comporta a maior fatia das actividades relacionadas com o comércio, com 77,5%. Dos 11,8% do total das empresas distribuídas pela actividade de “alojamento, restauração e similares”, 73,6% diz respeito à restauração e similares.

Gráfico 6.13. Distribuição das Empresas por principais Actividades, Subactividades no Concelho de Mértola, em 2015



Sobre o volume de negócios das empresas de Mértola, entre 2008 e 2015, ou seja, em 13 anos, a diminuição foi de -13,3%. De acordo com o INE, em 2008, o volume total de negócios das empresas em Mértola ascendeu a 61,3 milhões de euros, com 45,5% desta facturação a recair sobre o “comércio por grosso e a retalho”; em 2015, e apesar da diminuição global do volume de negócios com registo de pouco mais de 53,2 milhões de euros, pode afirmar-se que o grande contributo para mais de metade desta facturação, isto é, uma representação de 56,6% do volume total de negócios das empresas do Concelho, foi direccionado também para o “comércio por grosso e a retalho” cuja representatividade na distribuição de empresas do Concelho, como vimos, é de 20.8%. Como se pode constatar no quadro que se segue, o segundo sector de actividades económicas com maior peso no Concelho em 2015 foi o primário, (que foi o teve um maior distribuição de empresas, de 31,0%), registando-se um ligeiro aumento face a 2008, com um volume de cerca de 8,7 milhões de euros. As actividades relacionadas com as “Indústrias transformadoras” tiveram um peso de 6,0% no total do volume de negócios, correspondente a 3,1 milhões de euros, diminuindo face a 2008; seguindo-se o “alojamento, restauração e similares” que também sofreu uma diminuição entre os dois períodos de tempo, registando-se uma contribuição de pouco mais de 3 milhões de euros em 2015. De modo mais acentuado, as actividades da “construção” contribuíram com quase 2,9 milhões de euros (uma diminuição para mais de metade, comparativamente com 2008). As actividades relacionadas com todas as restantes actividades tiveram uma contribuição pouco significativa.

Quadro 6.5. Volume de Negócios das Empresas segundo a Actividade Económica (CAE Rev. 3) no Concelho de Mértola, em 2008 e 2015

Actividades	2008		2015	
	n.º	%	n.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	8 669 051	14,1	8 672 365	16,3
Indústrias transformadoras	6 032 789	9,8	3 180 686	6,0
Construção	7 888 190	12,9	2 892 982	5,4
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	27 930 286	45,5	30 107 117	56,6
Transportes e armazenagem	*	*	864 175	1,6
Alojamento, restauração e similares	4 411 629	7,2	3 035 212	5,7
Actividades de informação e de comunicação	*	*	10 151	0,0
Actividades imobiliárias	573 098	0,9	1 001 005	1,9
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	659 641	1,1	1 626 533	3,1
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	1 514 724	2,5	102 394	0,2
Educação	287 076	0,5	139 593	0,3
Actividades de saúde humana e apoio social	1 535 050	2,5	35 911	0,1
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	50342	0,1	511549	1,0
Outras actividades de serviços	718032	1,2	*	*
Total	61 362 556	100,0	53 225 350	100,0

Fonte: Elaboração própria (2016). INE (2014; 2017). Instituto de Informática.

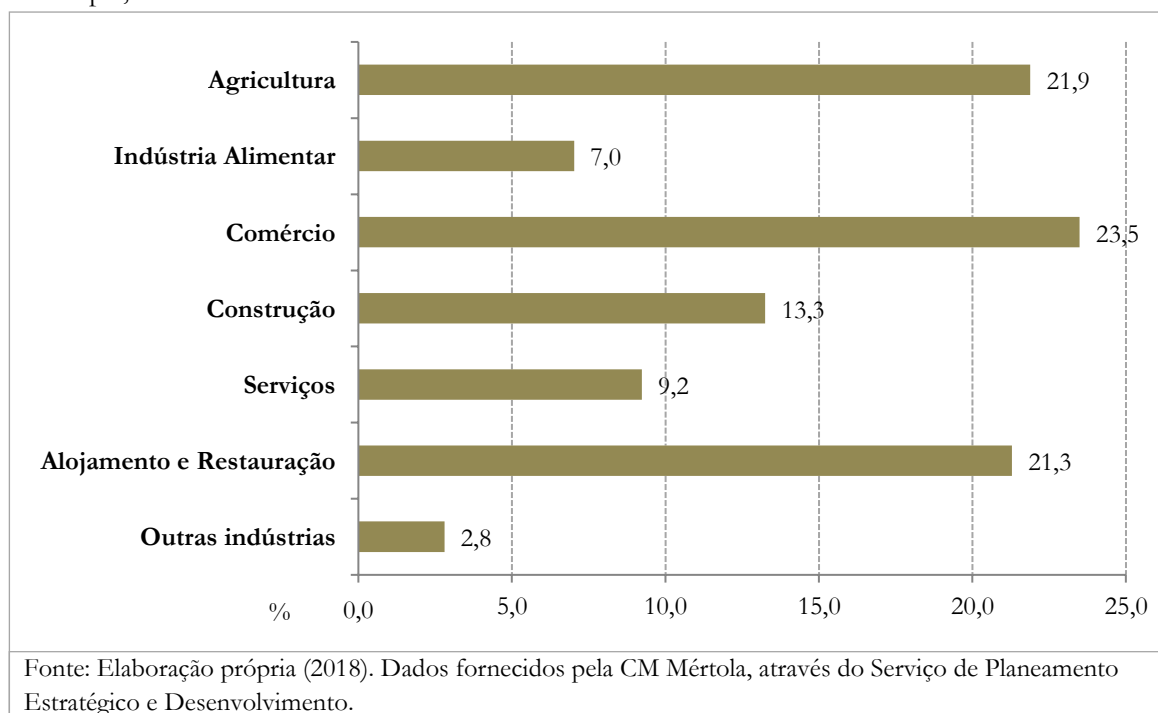
Interessa assim perceber o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” que é responsável por mais de 56% do volume de negócios das empresas do Concelho de Mértola.

Neste sentido, do total dos mais de 30,1 milhões de euros, correspondentes ao principal e maior volume de facturação de negócios do Concelho de Mértola, 49,2% têm origem no “comércio a retalho”, 45,3% ao “comércio por grosso” e os restantes 5,4% a outro tipo de comércio⁹⁶.

6.3.1. As empresas/estabelecimentos comerciais

Segundo os dados fornecidos pela Câmara Municipal de Mértola, sobre as empresas e estabelecimentos comerciais de 2017⁹⁷, a Agricultura, o Comércio, o Alojamento e Restauração englobam quase 67% das actividades das empresas e estabelecimentos comerciais no Concelho de Mértola (quase que se subdividindo nos valores percentuais).

Gráfico 6.14. Distribuição das Empresas/Estabelecimentos comerciais por Actividade Económica Principal, em 2017

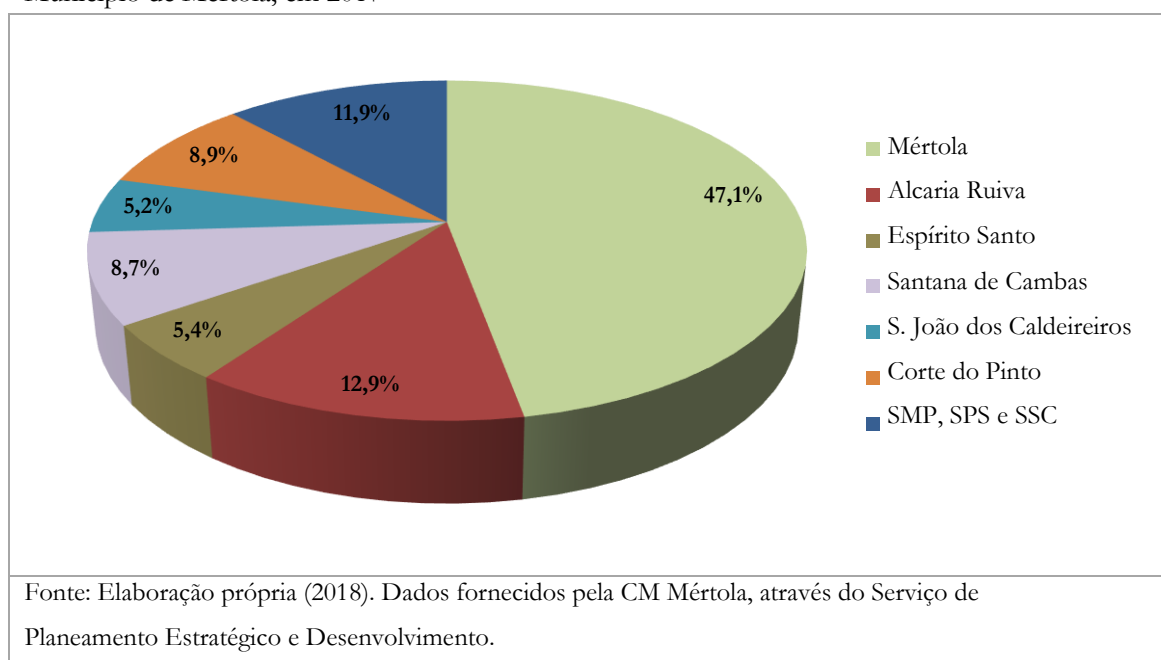


⁹⁶ Ver tabela 6-E.11. em anexo.

⁹⁷ Os dados sobre o inventário de estabelecimentos de retalhistas foram fornecidos pelo Serviço de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento do Município de Mértola

Do ponto de vista da localização das actividades, indubitavelmente, a freguesia de Mértola engloba a maior concentração de empresas e estabelecimentos comerciais comparativamente às demais freguesias, com mais de 47%; a segunda freguesia com a maior percentagem não ultrapassa os 13% e é Alcaria Ruiva. Estas duas freguesias acarretam 60,0% do total de empresas/estabelecimentos comerciais do município.

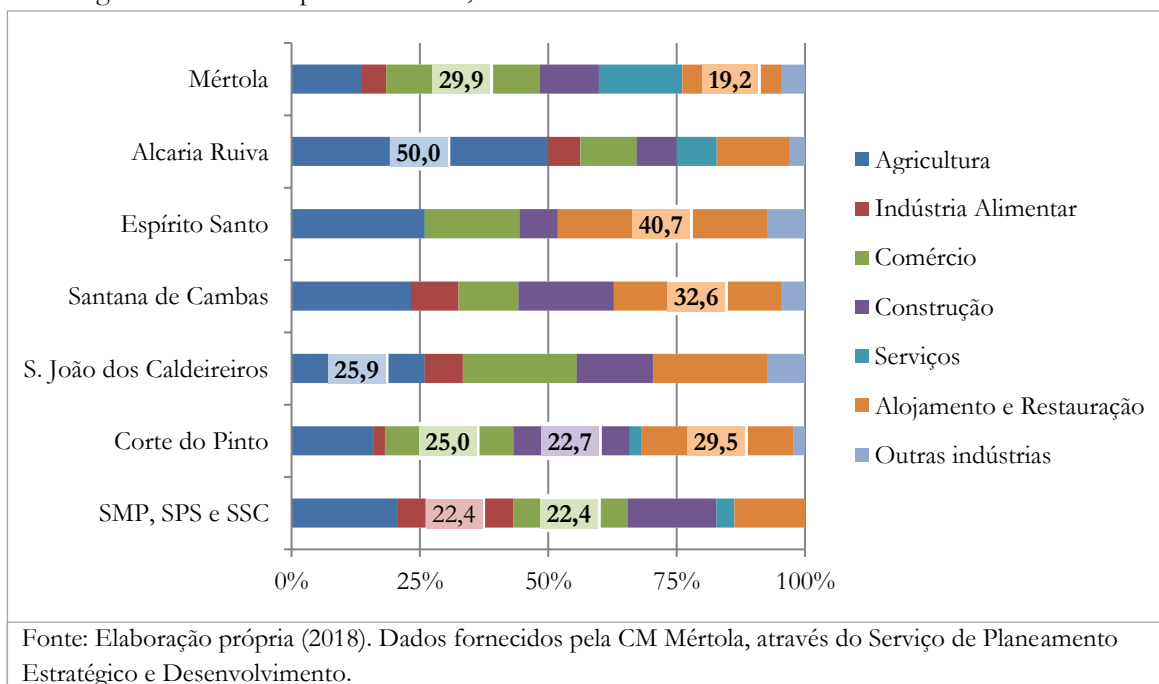
Gráfico 6.15. Concentração das Empresas/Estabelecimentos comerciais nas freguesias do Município de Mértola, em 2017



Nesta perspectiva, através do gráfico que se apresenta a seguir, é possível visualizar a concentração de estabelecimentos por actividade económica nas diferentes freguesias do Município. Daqui, a freguesia de Mértola, a freguesia que mais aglomera empresas e estabelecimentos comerciais, tem como a principal actividade o comércio, comparativamente às demais actividades económicas, com quase 30%, seguindo-se o alojamento e a restauração com 19,2%. As empresas dedicadas às actividades relacionadas com a agricultura têm uma expressividade significativa na freguesia de Alcaria Ruiva com 50% do total das empresas da freguesia. Ao nível do Alojamento e Restauração, a freguesia de Espírito Santo engloba 40,7% das empresas/estabelecimentos e o mesmo ocorre com Santana de Cambas cujas empresas têm uma concentração de quase um terço. Em São João dos Caldeireiros, os serviços correspondem a mais de um quarto das actividades da freguesia. Na freguesia

de Corte do Pinto, o comércio tem um peso de 25,0% e o alojamento e restauração quase 30%. O valor mais significativo da construção encontra-se também em Corte do Pinto com 22,7%. A junção das três freguesias tem um peso de 22,4% para a indústria alimentar e para o comércio.

Gráfico 6.16. Concentração das Empresas/Estabelecimentos comerciais por Actividade Económica nas freguesias do Município de Mértola, em 2017



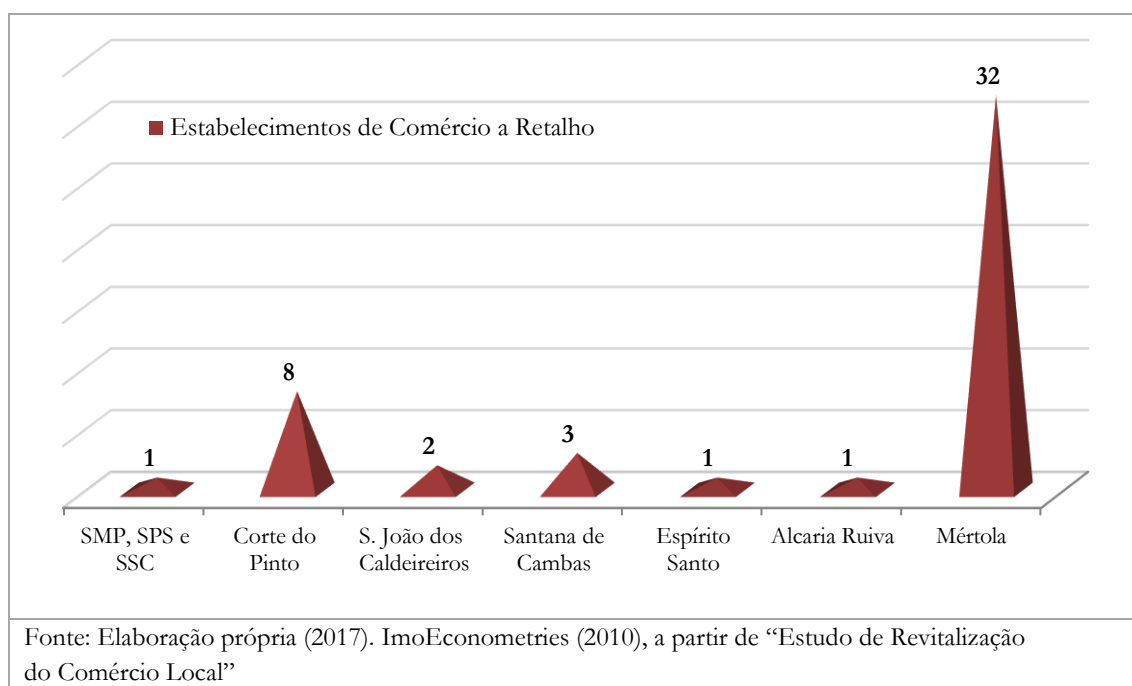
6.3.2. Comércio a Retalho

De acordo com o inventário de estabelecimentos de retalhistas de 2009, foram contabilizados 78 estabelecimentos de comércio que se encontravam em funcionamento⁹⁸. (ImoEconometries, 14 de Abril de 2010). A maioria, 75,6% estava a funcionar na freguesia de Mértola, 11,5% em Corte do Pinto e 6,6% em Santana de Cambas.

⁹⁸ Os reportam-se ao ano de 2009 e foram fornecidos pela Câmara Municipal de Mértola. Estes dados foram utilizados no estudo da empresa ImoEconometries que elaborou, para além de outros relatórios, um estudo sobre a revitalização do comércio local para o Concelho em análise.

No gráfico que se segue, é possível visualizar a distribuição dos estabelecimentos pelo Concelho⁹⁹.

Gráfico 6.17. Número de Estabelecimentos de Comércio a Retalho em Funcionamento nas Freguesias do Concelho de Mértola, em 2009



De acordo com os estabelecimentos inventariados pela equipa da ImoEconometries, em 2009, dos seis estabelecimentos a retalho de produtos alimentares e bebidas existentes no Concelho de Mértola, cerca de metade dedicavam-se à comercialização de frutas e produtos hortícolas. Em todo o Concelho existia uma peixaria e uma padaria na freguesia de Mértola e um talho na freguesia de Corte do Pinto. De facto, o número reduzido ou inexistente de estabelecimentos retalhistas em algumas freguesias resulta directamente da respectiva evolução demográfica e do aumento da concorrência das unidades comerciais dos Concelhos envolventes. É na freguesia, sede do Concelho que se concentram não só o maior número de estabelecimentos como a diversidade de especialização, em particular, no comércio a retalho de

⁹⁹ A Câmara Municipal de Mértola não dispõe de informações adicionais sobre os estabelecimentos/empresas/empresários de 2017, como as que foram produzidas pela empresa ImoEconometries em 2009.

produtos alimentares, bebidas e tabaco em estabelecimentos especializados. A freguesia de Corte do Pinto segue em segundo lugar na oferta comercial ao nível da especialização do comércio a retalho. As demais freguesias têm ao dispor da população as pequenas mercearias para a satisfação das necessidades do dia-a-dia. Em toda a delimitação territorial de Mértola, existe uma peixaria (na sede do município), um talho (na freguesia de Corte do Pinto) e duas padarias (na freguesia de Mértola, com uma das padarias a funcionar também como unidade de produção).

Na caracterização sobre a oferta dos estabelecimentos abertos, a ImoEconometries inquiriu os estabelecimentos de comércio retalhista de Mértola, dos quais concluiu que 67% dos proprietários/gerentes tinham idades compreendidas entre os 35 e os 65 anos; sendo a maioria mulheres. Apenas 23,1% dos proprietários/gerentes possuía o 12º ano; enquanto 30,1% eram detentores de instrução igual ou inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico e 32% diziam ter o 3º Ciclo do Ensino Básico. Deste total, pouco mais de 5% eram detentores de Ensino Superior. Relativamente ao número de pessoas que se encontrava ao serviço nesses estabelecimentos, mais de metade tinha apenas uma pessoa ao serviço (habitualmente o gerente). Para quase metade dos estabelecimentos a facturação anual global foi de 50 mil euros o que evidencia uma média mensal por estabelecimento inferior a 1500 euros (sem contar com as despesas adicionais decorrentes da manutenção do estabelecimento). O inventário da ImoEconometries contabilizou um total de 128 pessoas empregadas no sector do comércio a retalho. A forma jurídica dos estabelecimentos retalhistas, na sua maioria, 77%, correspondia ao de “empresário em nome individual”. Do regime de gestão, 95% dos estabelecimentos retalhistas tinham um formato tradicional, existindo apenas três estabelecimentos de comércio a retalho franchisados (Lojas GI, Lojas Eshop e Óptica Visão), localizados na freguesia de Mértola. Contabilizando os estabelecimentos em funcionamento em 2009 pode afirmar-se que a antiguidade da actividade indicava que mais de 60% funcionam há mais de uma década. Apenas 31% dos estabelecimentos estão em funcionamento desde 2000. Segundo o regime de posse, mais de 40% estabelecimentos eram arrendados.

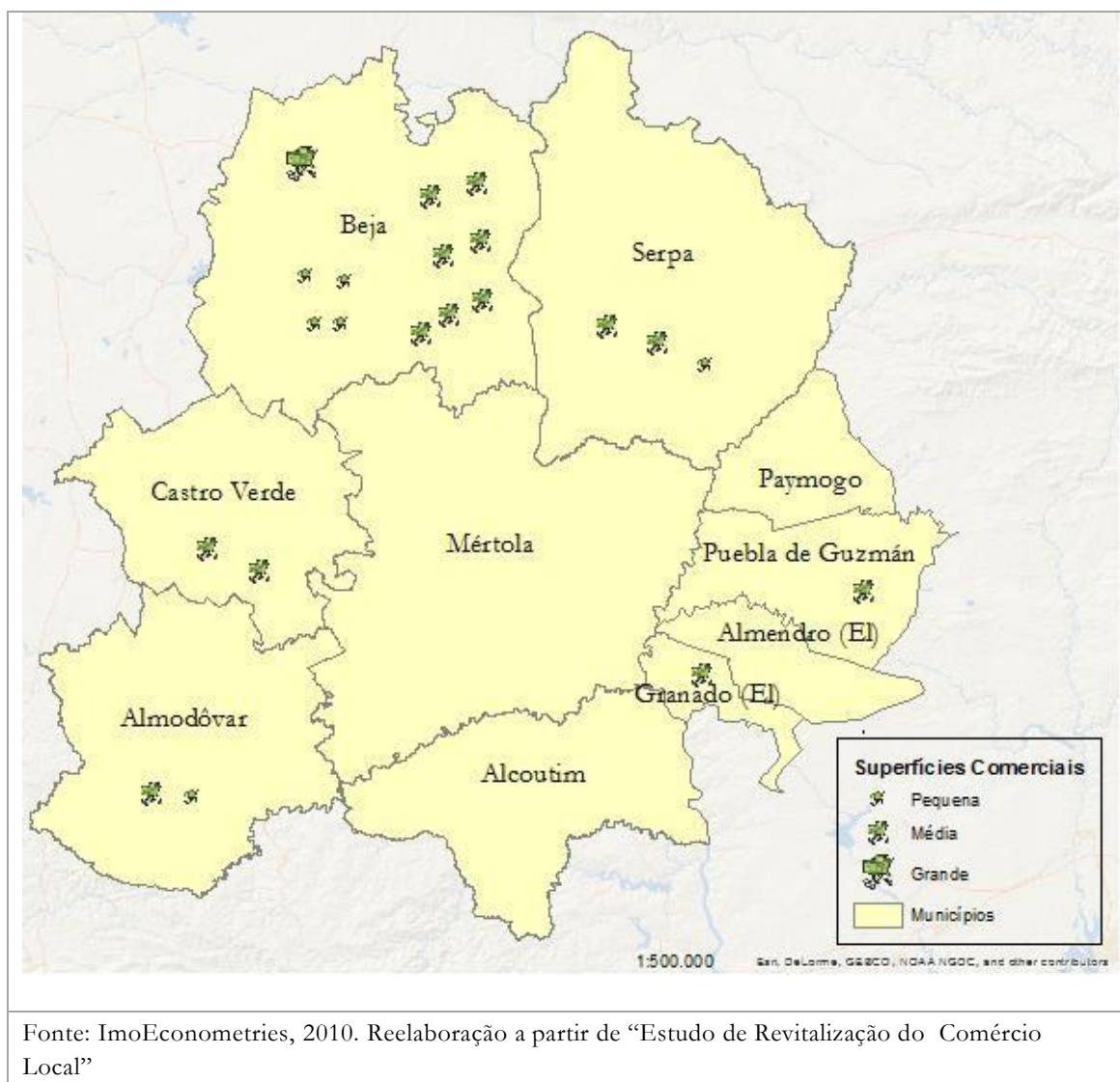
Na entrevista realizada pela empresa aos comerciantes dos estabelecimentos de comércio a retalho, sobre quais as medidas a implementar para dinamizar o comércio local, cerca de 25% dos comerciantes considerou indispensável o incremento populacional; 20% apontou como solução a dinamização da actividade económica e

18% considerou fundamental a promoção e divulgação do Concelho. Através do estudo, sabe-se que 92% dos clientes dos estabelecimentos retalhistas eram do Concelho de Mértola (e metade destes pertenciam à sede do Concelho). A percentagem média de clientes estrangeiros, incluindo espanhóis, é de pouca relevância (cerca de 1% do total). De acordo com os retalhistas, os espanhóis que visitam o Concelho consomem principalmente serviços de restauração, adquirindo pouco ou nada no comércio a retalho local. É preciso notar que o horário de funcionamento dos estabelecimentos do Concelho é o tradicional, ou seja, abertura de segunda a sexta-feira entre as 9h00 e as 19h00, com encerramento entre as 13h00 e as 14h00 e abertura ao sábado das 9h00 às 13h00. Neste sentido as conclusões da empresa responsável pelo estudo de revitalização do comércio local, apontou o horário dos estabelecimentos como desajustado da frequência observada para a visita dos visitantes/turistas, inclusive para a comercialização de determinados produtos.

Como referido no capítulo da análise demográfica, a distância em tempo entre a sede do Concelho de Mértola e a sede dos municípios contíguos portugueses (à excepção de Serpa) é inferior a 60 minutos e para chegar aos municípios contíguos espanhóis seriam necessários, no mínimo cerca de 30 minutos. Através deste estudo é indicado que a área geográfica que delimita a região concorrencial referente ao comércio de Mértola espelha uma oferta comercial atractiva e predominante, à excepção do Concelho de Alcoutim e dos municípios espanhóis de Paymogo e El Almendro. Os municípios contíguos a Mértola apresentam pequenas, médias e grandes superfícies comerciais integradas¹⁰⁰, principalmente do lado português, nomeadamente de Beja, uma vez que se encontra mais próxima do município e apresenta em simultâneo a maior oferta comercial.

¹⁰⁰ De acordo com a ImoEconometries, as pequenas superfícies comerciais têm uma área de venda inferior a 500 m²; as médias superfícies comerciais têm uma área de venda ente os 500 m² e os 2.000 m²; as grandes superfícies têm uma área de venda superior a 2.000 m² ou conjunto de estabelecimentos de área contínua, integrem no mesmo espaço uma área de venda superior a 3.000 m²

Mapa 6.1. Oferta Comercial dos Municípios Contíguos ao Concelho de Mértola



Em relação ao eixo Huelva-Ayamonte – que abrange aglomerados populacionais de maior dimensão, com a província de Huelva, composta por 79 municípios, apresentando um total de 519 596 habitantes em 2016 (um acréscimo de 1,2% relativamente a 2009) – a oferta comercial é maior, uma vez que apenas existem superfícies comerciais médias e grandes. Os municípios espanhóis mais próximos – como os contíguos, Puebla de Guzmán, El Granado, ou outros, que não sendo contínuos, distam aproximadamente entre 60 a 90 minutos (no máximo) como Villanueva de los Castillejos, Gibraleón, Huelva, Aljaraque, Cartaya, Isla Cristina, Ayamonte, Villablanca e Lepe – podem oferecer um leque extenso de produtos.

O inquérito realizado aos residentes e clientes do Concelho de Mértola conclui que cerca de 73% dos inquiridos realizavam as suas compras no Concelho com assiduidade, quer diariamente, quer duas ou três vezes por semana, quer apenas uma vez por semana. Quando questionados sobre a realização de compras feitas nos Concelhos vizinhos, 68% dos inquiridos responderam afirmativamente: deste total 44% faziam-no uma ou duas vezes por mês, enquanto 40% se deslocavam para compras entre duas e quatro vezes por mês. A maioria destas pessoas disse comprar nos Concelhos vizinhos, ou seja 68%, afirmou dirigir-se a Beja onde se situa a principal oferta comercial e mais próxima (como o Continente, o Intermarché e o Ecomarché, as superfícies mais procuradas). Em relação às lojas/estabelecimentos comerciais que seriam necessários em Mértola, mais de 33% dos inquiridos identificou a necessidade de um supermercado de maior dimensão. Questionados sobre os serviços em falta, 87% destacaram os serviços médicos; 51% referiu a falta de aluguer de vídeos; 47% indicou o cinema; 37%, a falta de serviços dedicados à beleza e 27%, a falta de serviços de desporto ou ginásio.

A maioria dos inquiridos afirmou não se deslocar a Espanha para fazer compras, ou seja, apenas 22% compravam no país vizinho e deste total 44% apenas o faziam uma vez por mês enquanto 31% comprava entre duas e quatro vezes por mês. Dos 22% inquiridos que compravam no país vizinho, a maioria (69%) deslocava-se a Ayamonte; 13% compravam em Paymogo, outros 13% em El Granado e apenas 6% dirigiam-se a Huelva. Os resultados do inquérito indicaram que, em média, mensalmente, mais de metade dos residentes do Concelho realizava as suas compras fora do Concelho. À excepção da freguesia sede do Concelho, nas restantes freguesias, o peso percentual das compras realizadas fora do Concelho foi aproximadamente de 58%. Segundo a ImoEconometries, este comportamento é expectável tendo em conta a extensão do Concelho e portanto, a distância de algumas freguesias é menor a alguns Concelhos vizinhos (onde existem superfícies de média e grande dimensão) do que à sede do Concelho. (ImoEconometries, 2010).

6.3.4. O Poder de Compra no Concelho

O Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio do INE pretende caracterizar e comparar os Concelhos e regiões de Portugal portuguesas sob o ponto de vista do poder de compra., através de três indicadores: o Indicador *per capita* (IpC), a percentagem do poder de compra (PPC) e o factor de dinamismo relativo (FDR).

6.3.4.1. O Índice *per capita* do Poder de Compra (IpC)

O indicador, IpC, é um número índice que compara o poder de compra regularmente nos diferentes territórios, em termos de *per capita*, com o poder de compra médio do país ao qual lhe foi atribuído o valor 100.

De acordo com os dados do INE, indica-se que o indicador *per capita* do poder de compra em vinte anos aumentou mais do dobro em Mértola – em 1993 o IpC era de 31,61 e em 2013 de 67,14 (isto é, há uma diferença de 35,53), como observado no quadro abaixo. O indicador *per capita* do poder de compra também aumentou nas unidades territoriais do Baixo Alentejo e Alentejo ainda que de forma não tão significativa.

Quadro 6.6. Evolução do Indicador *per capita* do Poder de Compra (IpC) em 1993, 2005 e 2013

Unidades Geográfica	1993	2005	2013
Portugal	100	100	100
Alentejo	71,27	85,56	89,43
Baixo Alentejo	61,19	77,01	84,57
Mértola	31,61	53,86	67,14

Fonte: Elaboração própria (2017). INE, 2013; 2015. Estudo sobre o poder de compra concelhio.

Contudo, os últimos dados do INE, dão conta que o Concelho de Mértola tem um dos mais baixos valores deste indicador comparativamente com os restantes Concelhos do Alentejo – no Baixo Alentejo, só Alvito e Barrancos estão ligeiramente abaixo do Concelho de Mértola, com 66,57 e 65,55 de índice de poder de compra *per*

capita, respectivamente. Da restante região do Alentejo, há mais três municípios com valores abaixo do registado em Mértola – Portel (com 63,56), Alandroal (com 63,74) e Marvão (com 66,78) – o que indica que Mértola é o 6º Concelho do Alentejo, num conjunto de 58, com o menor índice de poder *per capita*.

Do ponto de vista nacional, o estudo mais recente sobre o Poder de Compra Concelhio que data de 2013 do INE, reporta que a área Metropolitana de Lisboa é a única região do país cujo valor (125,1) se encontra acima do poder compra *per capita* médio nacional. De igual modo, no conjunto dos municípios portugueses, o poder de compra *per capita* com registo acima da média nacional destaca-se nos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto e também nos municípios correspondentes a algumas capitais de distrito, nomeadamente Faro, Coimbra, Aveiro e Évora (cujos valores IpC foram superiores a 110). A análise realizada prima uma associação positiva entre o grau de urbanização de espaços geográficos e o poder de compra desses territórios. (INE, 2015).

6.3.4.2. A Percentagem do Poder de Compra (PPC)

O indicador de Percentagem do Poder de Compra (PPC), que é um derivado do IpC, tem como objectivo aferir o peso de poder de compra de cada Concelho ou região no total do país que toma o valor de 100%. Este indicador reflecte a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração as áreas de maior ou menor poder de compra sobre o território nacional que dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, como também da distribuição espacial da população residente. Deste modo, a PPC Concelho de Mértola não chega sequer ao meio ponto percentual do poder de compra do país.

Quadro 6.7. Evolução da Percentagem do Poder de Compra (PPC) em 1993, 2005 e 2013

Unidades Geográfica	1993	2005	2013
Portugal	100	100	100
Alentejo	5,602	6,200	6,375
Baixo Alentejo	0,876	0,944	1,002
Mértola	0,030	0,040	0,044
Fonte: Elaboração própria (2016). INE (2013; 2015). Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio			

O estudo do INE sobre o poder de compra concelhio evidencia que a observação estrutural da PPC revela a concentração do poder de compra nas regiões do Litoral Continental; isto é, as regiões da área metropolitana de Lisboa e do Norte concentram dois terços do poder de compra do país. O poder de compra fica assim maioritariamente concentrado no espaço geográfico do litoral continental; do lado oposto, as sub-regiões do interior, especificamente, do Norte, Centro e Alentejo, concentram menor poder de compra. O Baixo Alentejo tem uma contribuição individual de pouco mais de 1% para o poder de compra nacional.

6.3.4.3. Factor Dinamismo Relativo (FDR)

Por fim, é caracterizado o indicador Factor Dinamismo Relativo (FDR) que mede a tendência de dinâmica comercial, sem a influência regular do poder de compra. Ou seja, o FDR mede essencialmente o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico que assumem frequentemente uma mera natureza sazonal.

Este indicador apresenta-se como uma variável estandardizada (média igual a 0 e desvio padrão a 1), utilizando-se como unidade de medida o desvio-padrão da sua distribuição. O Estudo do Poder de Compra Concelhio toma em consideração todos os municípios e regiões de Portugal e sublinha que um valor baixo assumido no FDR em determinada unidade territorial não significa que a actividade turística seja pouco relevante nesse território, mas apenas que fica esbatida face ao elevado poder de compra apresentado de forma regular, que é o que acontece em grandes centros urbanos na área metropolitana de Lisboa e em algumas capitais de distrito.

Quadro 6.8. Evolução do Factor de Dinamismo Relativo (FDR) em 1993, 2005 e 2013

Unidades Geográfica	1993	2005	2013
Portugal	-0,275	-0,398	-0,058
Alentejo	-0,227	-0,201	-0,283
Baixo Alentejo	-0,321	-0,256	-0,509
Mértola	-0,354	0,318	-0,287
Fonte: Elaboração própria (2016). INE (2013; 2015). Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio			

Nesta perspectiva, o estudo revela a importância da região do Algarve no contexto deste indicador e em particular de alguns municípios que apresentaram um elevado dinamismo, nomeadamente Vila do Bispo e Albufeira (que apresentaram um FDR superior a 8). O Algarve registou um FDR de 3,261 o que indica que ao nível do poder de compra de cariz turístico, o Alentejo, em geral, não retém uma grande afluência turística e, apesar de o Concelho de Mértola ter obtido um valor positivo em 2005, encontra-se equiparado ao panorama alentejano.

6.4. PARQUE HABITACIONAL

6.4.1. Os alojamentos familiares

Segundo os dados do INE, em 2011, foram contabilizados 1159 alojamentos familiares clássicos¹⁰¹;

Entre 1991 e 2001, o número de alojamentos clássicos no Concelho de Mértola aumentou 34,7%; porém, na década seguinte (entre 2001 e 2011) houve uma diminuição de -9,2%. Aliás, o quadro que se apresenta de seguida é ilustrativo sobre a diluição dos alojamentos familiares nas várias freguesias que compõem o Concelho. De destacar que a freguesia de Espírito Santo foi a única que registou um aumento de 21,4% entre 2001 e 2011; um aumento que já havia ocorrido entre 1991 e 2001, mas de forma mais significativa (111,9%). Do ponto de vista absoluto, a freguesia de Mértola continua a abranger o maior número de alojamentos clássicos.

¹⁰¹ O alojamento familiar clássico destina-se a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins. É constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independentemente que dê acesso directo ou através de um jardim ou terreno a uma via ou uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros). O alojamento familiar não clássico abrange as barracas ou casas rudimentares de madeira ou móveis ou improvisados em outro local.

Quadro 6.9. Alojamento Familiar Clássico por Freguesia do Concelho de Mértola, em 1991, 2001 e 2011

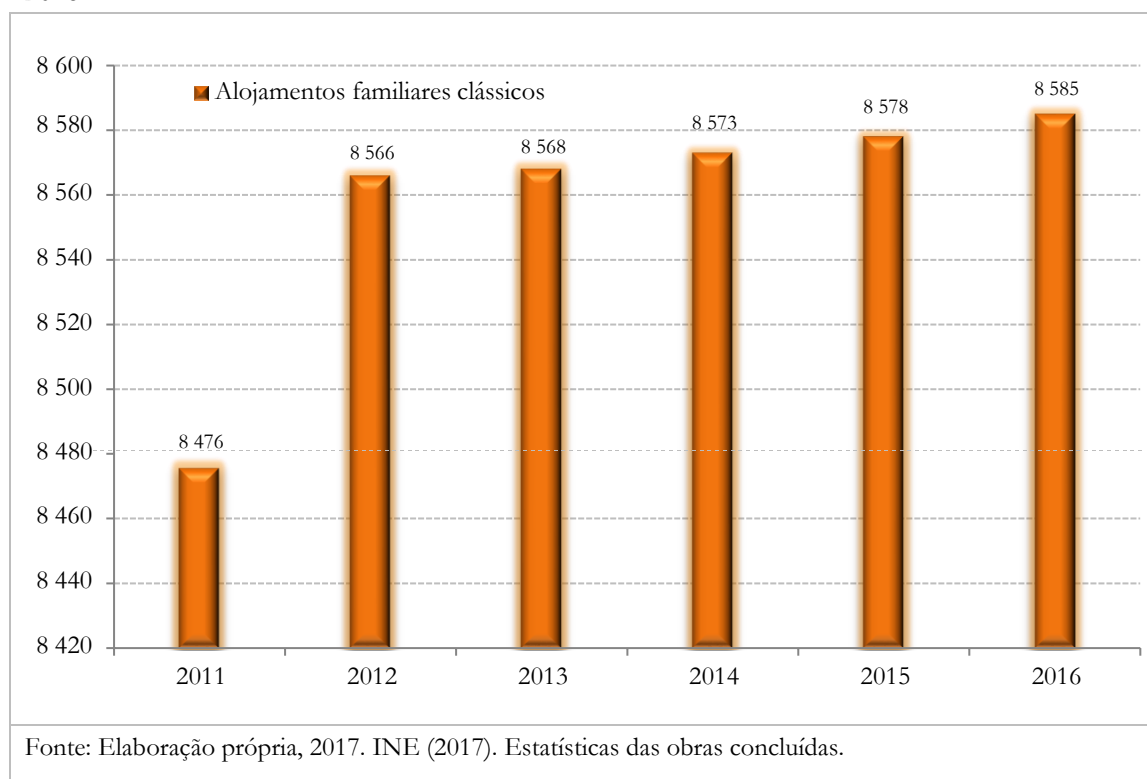
Freguesias do Concelho de Mértola	1991	2001	2011	Varição 1991-2001 (%)	Varição 2001-2011 (%)
Alcaria Ruiva	852	1017	881	19,4	-13,4
Corte do Pinto	1177	1844	1571	56,7	-14,8
Espírito Santo	436	924	1122	111,9	21,4
Mértola	1969	2364	2189	20,1	-7,4
Santana de Cambas	973	1090	1062	12,0	-2,6
São João dos Caldeireiros	454	632	489	39,2	-22,6
União das freguesias de SMP, SPS e SSC	1061	1451	1155	36,8	-20,4
Concelho de Mértola	6922	9322	8469	34,7	-9,2
Fonte: Elaboração própria (2017). INE (1993; 2007; 2010). Recenseamento Geral da População e Habitação de 1991, 2001 e 2011.					

Em Portugal, em 2011, há registo de mais de 5,8 milhões de alojamentos familiares clássicos, com uma variação positiva entre o último decénio (2001-2011) de 16,2%. Entre 1991 e 2001, o aumento dos alojamentos clássicos foi de 20,7%. As estimativas para o ano de 2016 dão conta que foram contabilizados mais de 5,9 milhões de alojamentos familiares clássicos.

Antes de se observar os alojamentos segundo a forma de ocupação, visualizar-se-á a evolução dos alojamentos familiares clássicos, de acordo com as estimativas do INE.

Nesta perspectiva, de acordo com as estimativas do parque habitacional do Concelho nos últimos seis anos, verifica-se que os alojamentos familiares clássicos têm um aumento pouco significativo uma vez que, de 2001 para 2011, houve um incremento de 1,1%.

Gráfico 6.18. Estimativas do Parque Habitacional no Concelho de Mértola, entre 2011 e 2016



6.4.2. Os alojamentos familiares segundo a forma de ocupação

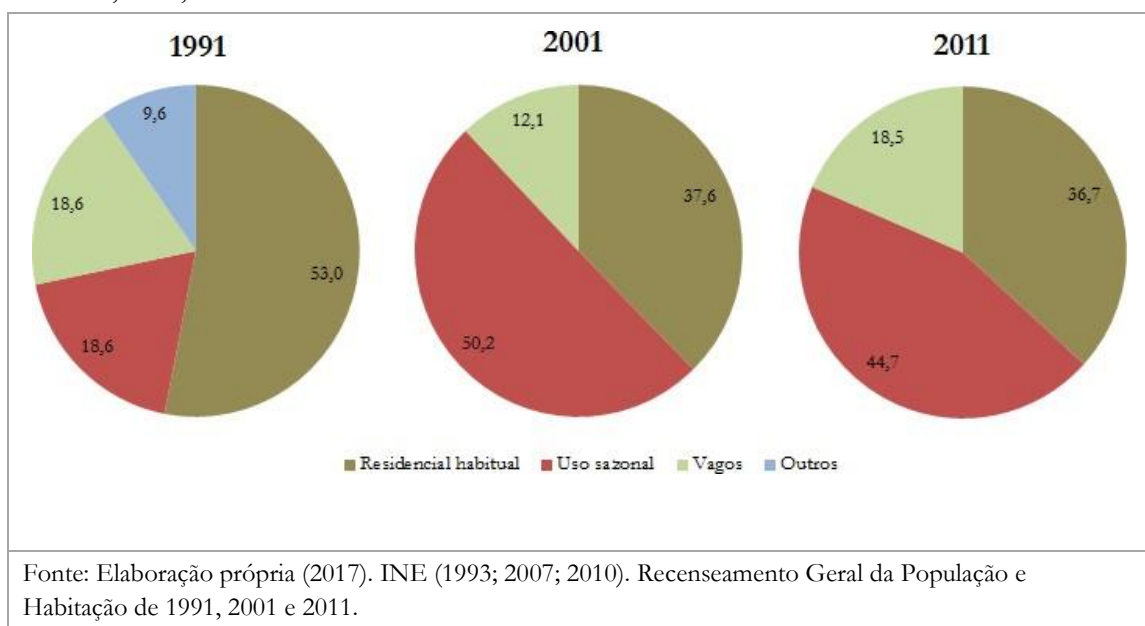
Em Mértola houve um aumento significativo do número de alojamentos familiares clássicos com destino a ocupação para uso sazonal ou secundário entre 1991 e 2001, isto é, enquanto os alojamentos ocupados por residência diminuíram cerca de 15,5%, os alojamentos para uso sazonal ocuparam mais de metade dos alojamentos familiares clássicos no Concelho. O alojamento sazonal em 2001 teve uma variação percentual de 263% (uma vez que em termos absolutos este tipo de alojamento familiar clássico cresceu 3,6 vezes numa década; de 1290 alojamentos de uso sazonal ou secundário, em 1991, passou para 4677 em 2001).

Entre 2001 e 2011 assiste-se a uma ligeira diminuição da residência habitual e da ocupação sazonal em prol do aumento de alojamentos clássicos vagos¹⁰². Desde 2001

¹⁰² Os dados absolutos de 2001 e 2011 encontram-se na tabela 6-E.12. em anexo. Os dados de 1991 reportam-se aos resultados definitivos dos Censos de 1991 da região do Alentejo referentes ao total do Concelho. Há ainda a referir que os alojamentos não clássicos não mereceram um estudo mais aprofundado pelos valores diminutos apresentados.

que os alojamentos clássicos de utilização sazonal ou secundária compreendem a maior percentagem comparativamente a outras formas de ocupação, registando-se em 2011 um peso de 44,7% sobre o total dos alojamentos familiares clássicos.

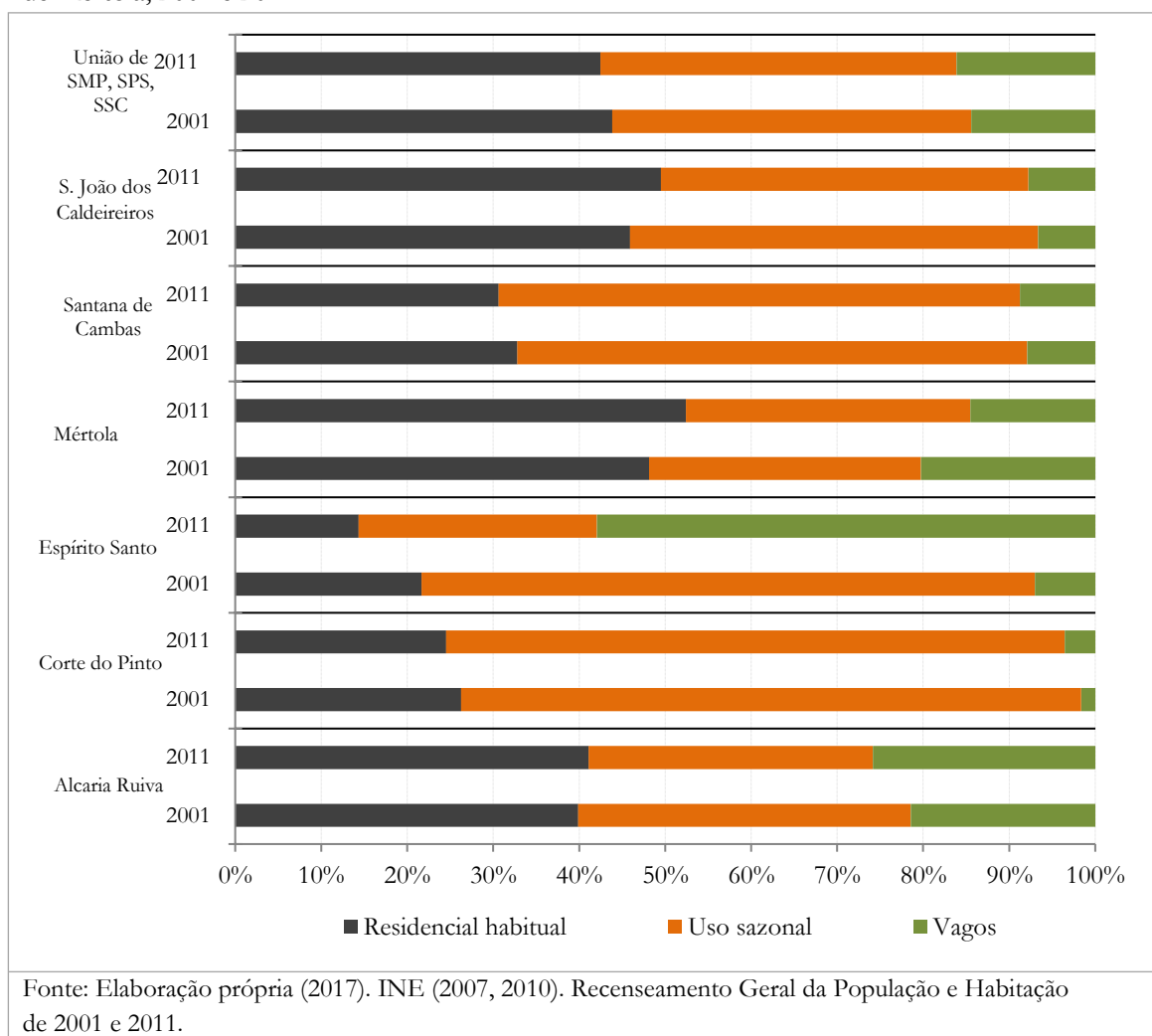
Gráfico 6.19. Alojamentos Clássicos, segundo a Forma de Ocupação no Concelho de Mértola, 1991, 2001 e 2011



Observando os alojamentos familiares clássicos por freguesias, segundo a forma de ocupação, através do gráfico que se segue, verifica-se que há uma percentagem acentuada dos alojamentos que são usados de modo sazonal ou secundário. A freguesia de Corte do Pinto, tanto em 2001 como em 2011, assume um alojamento sazonal superior a 70% no conjunto dos alojamentos familiares clássicos. A freguesia de Santana de Cambas é a segunda freguesia onde o alojamento secundário toma proporções igualmente significativas com mais de 60% a registar em 2011. A freguesia de Mértola foi a única que em 2011 superou os 50% referentes ao alojamento familiar de residência habitual, com São João dos Caldeireiros a aproximar-se dos 50%.

A freguesia de Espírito Santo que em 2001 apresentou uma exponencial capacidade de alojamento sazonal, em mais de 70%, reduzida em 2011 para 27,7%; em consequência, o número de alojamentos vagos incrementou de 7% em 2001 para quase 58% em 2011.

Gráfico 6.20. Alojamentos Clássicos, segundo a Forma de Ocupação nas Freguesias do Concelho de Mértola, 2001 e 2011



O conjunto dos alojamentos clássicos de residência habitual dão-nos a informação de que em 2011, dos 3112 alojamentos familiares clássicos, 6,3% estavam arrendados, com a freguesia de Mértola a englobar mais de 75% destes arrendamentos. O valor médio mensal das rendas no Concelho dos alojamentos familiares clássicos arrendados, em 2011, era de 193,17 euros, com a freguesia de Mértola a atingir um valor mais significativo com 215,07 euros. A freguesia com menor valor médio mensal de arrendamento pertence a Corte do Pinto com 79,31 euros¹⁰³. Porém, podemos indicar que 21,5% das rendas foram pagas a menos de 20 euros em 2011 e quase 40% pagou entre 200 e 400 euros.

¹⁰³ Ver tabela 6-E.13. em anexo

Também de referir que no Concelho, no que diz respeito aos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, 2 601 são proprietários ou co-proprietários, o que totaliza 83,6% do total de 3112 alojamentos familiares clássicos de residência habitual.

Em Portugal, como referido anteriormente, foram contabilizados em 2011 mais de 5,8 milhões de alojamentos familiares clássicos; dos quais, quase 4 milhões destinaram-se a “residência habitual” e mais de 735 mil foram considerados vagos; há ainda que sublinhar que existiam na altura mais de 1,3 milhões de alojamentos entendidos como de residência secundária ou de uso sazonal. Do conjunto de alojamentos familiares clássicos, mais de 794 mil encontravam-se arrendados, o que perfaz um peso de 13,6%; o valor médio mensal do arrendamento foi de 234,99 euros. Contudo, também é de mencionar que 36% que pagaram renda mensal em 2011 gastaram entre os 200 e os 400 euros¹⁰⁴.

6.4.3. Características dos alojamentos familiares clássicos

A maior parte dos alojamentos familiares clássicos do Concelho foram construídos antes da década de 50, com as freguesias de Alcaria Ruiva e São João dos Caldeireiros a apresentarem um número mais elevado de construções que datam até 1919. Entre 2001 e 2011, no Concelho foram construídos 856 alojamentos familiares clássicos, com uma representatividade de 10,1% sobre o total dos alojamentos familiares clássicos. Há ainda que referir que quase 18% dos alojamentos clássicos datam de a partir de 1996¹⁰⁵. Referente à superfície média útil dos alojamentos familiares clássicos indica-se que as freguesias de Santana de Cambas e São João dos Caldeireiros apresentaram as maiores dimensões de superfície de 106,16 m² e 109,23 m², respectivamente, comparativamente com as restantes freguesias; os alojamentos da freguesia de Corte do Pinto apresentaram uma superfície média útil de 71,46 m², a mais diminuta das freguesias do Concelho que registou uma área média útil de 93,74 m².¹⁰⁶

¹⁰⁴ Ver tabela 6-E.13. em anexo.

¹⁰⁵ Ver tabela 6-E.14 em anexo.

¹⁰⁶ Ver tabela 6-E.15. em anexo.

Sobre o número de divisões dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, em 2001, que totalizavam 3112, cerca de 35,2%, isto é, 1096 alojamentos familiares clássicos de residência habitual, apresentaram mais de 3 divisões por ocupante; há que assinalar que 563 alojamentos de residência habitual eram constituídos por um escalão de divisões entre os 2 e 2,5 divisões por ocupante¹⁰⁷.

Em 2011, no Concelho, mais de 80% dos alojamentos clássicos estavam ocupados como residência habitual pelos seus respectivos proprietários; com apenas 6,3% encontrando-se em situação de arrendamento ou subarrendamento e quase 10% em outro de situação.¹⁰⁸

Em Portugal, os alojamentos familiares clássicos de residência habitual eram ocupados por 72,2% por proprietários, enquanto 20,1% seriam arrendatários.

Referente às condições de habitabilidade, mais concretamente em relação à existência de instalações (como água, retrete, banho/duche e aquecimento), em 2011, no Concelho de Mértola, 85,2% dos alojamentos familiares de residência habitual estavam equipados com água, retrete, sistema de aquecimento e instalação de banho. A freguesia de Espírito Santo apresentou o peso mais diminuto, 77,0%, no conjunto das condições de habitabilidade comparativamente às demais freguesias, apresentando um total de 11,8% de alojamentos com existência só de água e sistema de aquecimento; as mesmas características foram registadas na freguesia de Alcaria Ruiva com um peso de 13,0%¹⁰⁹. Em 2001, o peso de alojamentos sem condições era maior do que em 2011; ainda assim, em 2001, cerca de 98,8% dos alojamentos clássicos de residência habitual tinham electricidade; quase 85% dos alojamentos clássicos de residência habitual tinham água canalizada proveniente da rede pública e os alojamentos sem este acesso recorriam à água dos poços ou furos e de fontanários ou bicas¹¹⁰. (INE, 2010). A mesma fonte expressa que a situação melhorou consideravelmente com o número de alojamentos servidos pelas três infra-estruturas básicas (água canalizada, rede de esgotos e electricidade); uma vez que em 1991, o

¹⁰⁷ Ver tabela 6-E.16. em anexo

¹⁰⁸ Ver tabela 6-E.17. em anexo

¹⁰⁹ Ver tabela 6-E.18. em anexo

¹¹⁰ Ver tabela 6-E.19. em anexo

número de alojamentos sem água canalizada era bastante elevado (cerca de 80%), assim como o número de alojamentos sem ligação à rede de esgotos que abrangia um total de 62,2%, ainda que o número de alojamentos sem electricidade fosse reduzido (com 14,3%). Segundo o Relatório de Avaliação do PDM, para que fossem satisfeitas as condições de habitabilidade, e tratando-se de infra-estruturas básicas, os resultados só seriam considerados satisfatórios quando a média da população servida se aproximasse do valor óptimo. O relatório especifica que as graves carências continuaram a surgir por dois motivos – um, pelo estado de antiguidade em que se encontravam alguns alojamentos e o outro, pela elevada quantidade de alojamentos isolados nas áreas rurais. (Mértola, 2004).

6.4.4. As famílias e o alojamento

No sentido de aprofundar a temática dos alojamentos, entende-se que a dimensão do parque habitacional está intimamente relacionada com a estrutura familiar do Concelho. Em 2011 o número de alojamentos clássicos foi superior ao número de famílias clássicas¹¹¹ o que denota a tendência de despovoamento. Enquanto se contabilizaram 8 469 alojamentos clássicos, o número de famílias clássicas não ultrapassou os 3 129; portanto, para cada família a correspondência é de 2,7 alojamentos clássicos. Aliás, o número de alojamentos clássicos no Concelho de Mértola é significativamente superior ao número de famílias residentes. Do mesmo modo que o número de alojamentos clássicos diminuiu entre 2001 e 2011 (uma perda de 9,2%), o número de famílias a residir nos alojamentos clássicos também diminuiu – de 3 546 em 2001 passou para 3 129 em 2011, uma perda de 11,8%. Ao nível das freguesias a redução foi geral, com um aumento pouco significativo na sede da freguesia do Concelho, como podemos constatar no quadro que se segue. As freguesias com maior perda de famílias clássicas nos alojamentos clássicos, isto é, acima dos 20,0%, correspondem à União das três freguesias, a Espírito Santo e a Corte do Pinto.

¹¹¹ Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Quadro 6.10. Famílias clássicas nos alojamentos familiares clássicos, nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011

Freguesias	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)
Alcaria Ruiva	413	362	-12,3
Corte do Pinto	485	386	-20,4
Espírito Santo	205	161	-21,5
Mértola	1 153	1 158	0,4
Santana de Cambas	360	325	-9,7
São João dos Caldeireiros	290	242	-16,6
União das freguesias de SMP, SPS e SSC	640	495	-22,7
Concelho de Mértola	3 546	3 129	-11,8

Fonte: Elaboração própria (2016). INE (2010; 2012). Recenseamento Geral da População e Habitação de 2001 e 2011

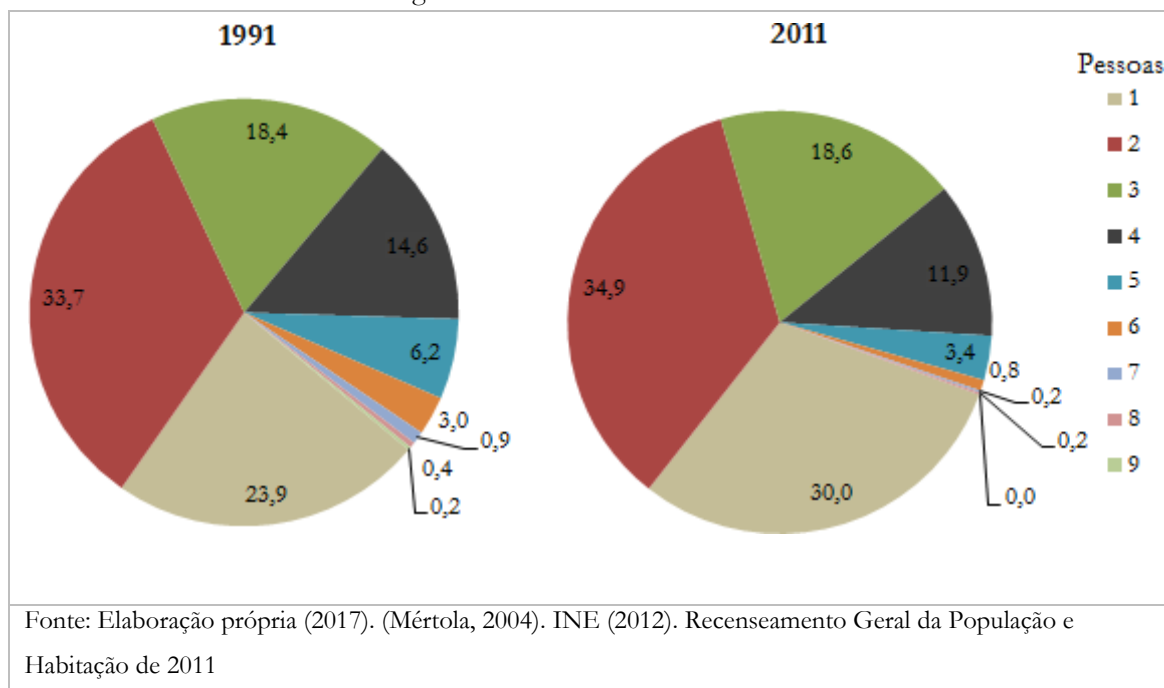
6.4.5. A dimensão das famílias clássicas nos alojamentos de residência habitual

Em Mértola, como mencionado anteriormente, em 2011 foram contabilizadas 3 129 famílias clássicas a residir em alojamentos familiares clássicos de residência habitual.

A dimensão das famílias clássicas em 2011 do Concelho de Mértola era constituída maioritariamente por 2 pessoas, com um peso percentual de quase 35% sobre o total das famílias clássicas (ver gráfico 30); seguindo-se a família constituída apenas por 1 pessoa, com um peso percentual de 30%. À medida que a dimensão familiar se torna maior, menor é o seu valor relativo, tanto que as famílias compostas por mais de 5 pessoas representam 4,5% face ao total de famílias clássicas.

Como é possível de se observar no gráfico abaixo, em 1991, os pesos relativos da dimensão familiar a viver nos alojamentos clássicos de residência habitual tendem a ser maiores em famílias com maior número de pessoas a compô-las; como por exemplo, as famílias com mais de 5 pessoas tinham na altura um peso de 10,8%¹¹².

Gráfico 6.21. Famílias Clássicas segundo a sua Dimensão no Concelho de Mértola



Em Portugal, em 2011, nas mais de 4 milhões de famílias clássicas, 31,6% eram constituídas por duas pessoas que viviam em alojamentos clássicos de residência habitual; 23,9% das famílias eram compostas por 3 pessoas e 21,4% por 1 pessoa.

Uma perspectiva mais precisa das famílias clássicas evidencia que em Mértola, o predomínio de famílias de menor dimensão é uma tendência que se prevê contínua, dada a elevada percentagem de idosos e casais idosos no Concelho. Neste sentido, a dimensão familiar corresponde a um ou a dois elementos, verifica-se que cerca de 24,3% das famílias clássicas do Concelho eram constituídas por duas pessoas, ambas ou pelo menos uma, com 65 e mais anos residentes em alojamentos familiares clássicos.

¹¹² Ver dados absolutos em anexo, tabela 6-E.20.

As famílias clássicas constituídas com pessoas com menos de 15 anos corresponderam a uma minoria, com um peso de 8,7% sobre o total das famílias. É na freguesia de Corte do Ponto que se verifica uma maior percentagem de famílias com pessoas com 65 e mais anos como apresentado no quadro que se segue.

Quadro 6.11. Famílias clássicas, nos alojamentos familiares clássicos, com menos de 15 anos e com mais de 65 anos, nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011

Freguesias	Total	Duas pessoas, ambas ou pelo menos uma com 65 e mais anos		Pessoas com idade inferior a 15 anos	
		n.º	%	n.º	%
Alcaria Ruiva	362	89	24,6	36	9,9
Corte do Ponto	386	116	30,1	26	6,7
Espírito Santo	161	46	28,6	6	3,7
Mértola	1 158	225	19,4	133	11,5
Santana de Cambas	325	87	26,8	33	10,2
São João dos Caldeireiros	242	68	28,1	15	6,2
União das freguesias de SMP, SPS e SSC	495	130	26,3	22	4,4
Concelho de Mértola	3 129	761	24,3	271	8,7

Fonte: Elaboração própria (2017). INE (2012). Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

Em 2011, em Portugal, o peso relativo de duas pessoas, ambas ou pelo menos uma com 65 e mais anos, correspondeu a 15,1% enquanto o peso das pessoas com idade inferior a 15 anos nas famílias clássicas a residir em alojamentos familiares clássicos foi de 16,7%.

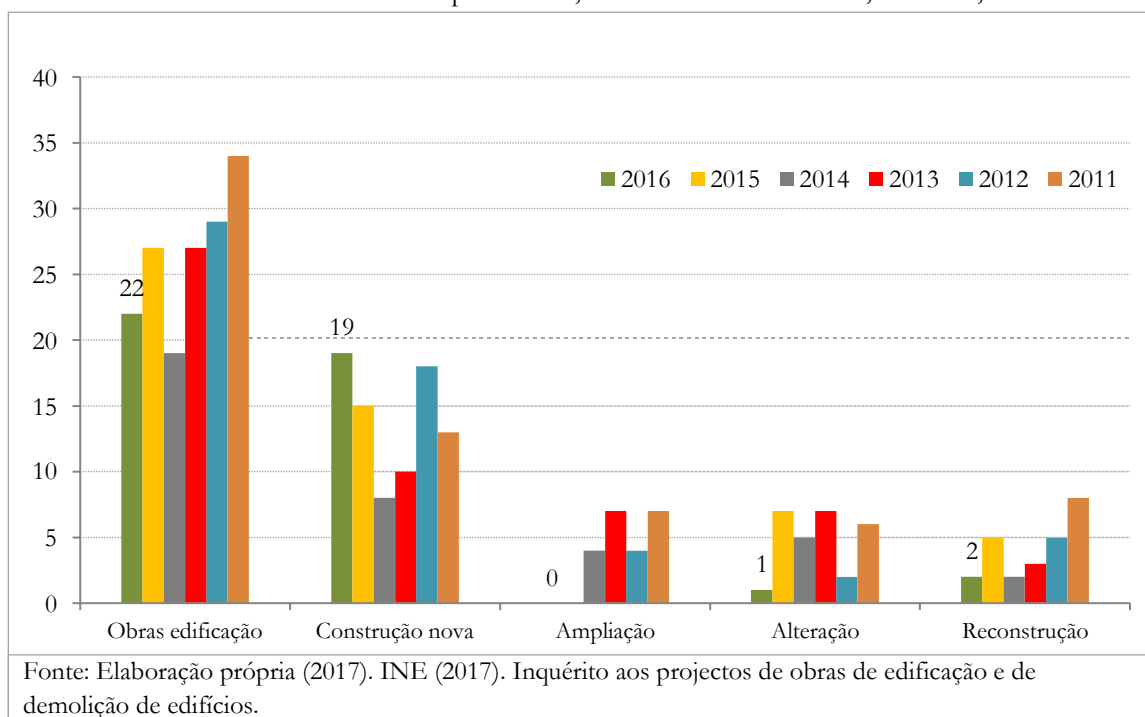
Em Portugal, em 2016, foram contabilizadas mais de 4 milhões de famílias clássicas, em que 35,5% corresponderam ao tipo de família “casal com filhos”; enquanto em 2001 esta percentagem foi de 43,3%, reflectindo a diminuição mais significativa.

No que diz respeito a “casal sem filhos” a tendência foi de um ligeiro aumento entre estes dois períodos de tempo com registo de 20,0% em 2001 e 23,4% em 2016. Uma diferença que também se acentuou foi a tipo de família clássica de “uma pessoa” com registo de 15,3% em 2001 e de 21,7% em 2016¹¹³.

6.4.6. Os edifícios

Sobre o parque habitacional, importa referir que no ano 2016, as obras de edificação foram diminutas comparativamente aos anos anteriores (únicos valores assinalados no gráfico abaixo), com excepção de 2014. Nestes últimos 6 anos houve um total de 158 obras edificadas, em que mais de metade, 83 obras, dizem respeito a construções novas.

Gráfico 6.22. Edifícios concluídos e tipo de obra, no Concelho de Mértola, em 2001, 2010 e 2016



¹¹³ Ver tabela 6-E.21. em anexo.

Os últimos anos dão conta que as habitações familiares constituem o alvo para novas construções ampliações e reconstruções. Apesar do número elevado de alojamentos vagos no Concelho ser considerável, o número de construções novas é superior ao número de restaurações, transformações e ampliações de edifícios (como pode ser visto no quadro abaixo).

Quadro 6.12. Edifícios concluídos, por tipo e destino de obra, entre 2011 e 2016

Concelho de Mértola	Total de obras de edificação			Construções novas			Ampliações, alterações e reconstruções		
	Destino da obra								
	Total	Habitação familiar	Outros	Total	Habitação familiar	Outros	Total	Habitação familiar	Outros
	n.º								
2016	22	8	14	19	6	13	3	2	1
2015	27	12	15	15	5	10	12	7	5
2014	19	11	8	8	5	3	11	6	5
2013	27	11	16	10	1	9	17	10	7
2012	29	22	7	18	13	5	11	9	2
2011	34	27	7	13	10	3	21	17	4
Total	158	91	67	83	40	43	75	51	24

Fonte: Elaboração própria (2017). INE (2017). Estatísticas das obras concluídas 2011-2016.

Relativamente ao número de licenças de construção concedidas pela Câmara Municipal, foram emitidas 190 licenças entre 2011 e 2016, com maior incidência em 2012 e 2015 (os dados absolutos sobre os edifícios licenciados encontram-se na tabela 6-E.22. em anexo). Do total, a grande maioria 87% dizia respeito às obras de edificação e 13% às obras de demolição.

Das obras edificadas que perfazem 165, entre 2011 e 2016, mais de metade 54% correspondem a construções novas e os demais tipos de obra que oscilam entre os 13% e os 16% nas obras de ampliação, alteração e reconstrução¹¹⁴.

6.4.7. Famílias clássicas

Nas famílias clássicas unipessoais, isto é, as constituídas por apenas uma pessoa, nestes últimos dois Censos, ao nível concelhio, houve um aumento, em 2011, de 30,09%, no conjunto das famílias clássicas. Das freguesias do Concelho, Espírito Santo foi a que registou um maior valor com 34,2% de famílias constituídas por uma pessoa. Do ponto de vista das famílias unipessoais de pessoas com 65 e mais anos, o aumento foi ligeiro comparativamente a 2001, situando-se em 2011 com 24,41%. De facto, houve uma diminuição mais acentuada das famílias unipessoais em Corte do Pinto (com uma diferença percentual de -4,34%); pelo contrário, nas freguesias de Mértola e Alcaria Ruiva o aumento foi mais significativo com quase 6% e 4%, respectivamente. De notar que do ponto de vista nacional o peso das famílias unipessoais também aumentou em 4,14%, com registo de 21,44% de famílias unipessoais em 2011. (INE, 2013).

Em relação à proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 e mais anos, Corte do Pinto teve uma diminuição de -5,25% e Espírito Santo de -5,88%; a freguesia de Alcaria Ruiva aumentou em 3,27%; e a maior percentagem pertence à União das freguesias com 24,4% de famílias unipessoais com 65 e mais anos. Numa perspectiva de todo Concelho, em 2011, existiam aproximadamente 20,69% de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 e mais anos. No contexto nacional, esta proporção foi de 10,06% de famílias clássicas constituídas por apenas uma pessoa com 65 e mais anos; portanto, metade do registado no Concelho de Mértola.

¹¹⁴Por inexistência de dados ao nível de freguesia, não foi possível averiguar a concentração geográfica dos edifícios concluídos por tipo de obra

Quadro 6.13. Proporção de famílias clássicas unipessoais (em %), nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011

Freguesias	Famílias clássicas unipessoais			Famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 e mais anos		
	2001	2011	2011-2001	2001	2011	2011-2001
Alcaria Ruiva	25,8	29,75	3,95	19,32	22,59	3,27
Corte do Pinto	36,9	32,56	-4,34	28,25	23,0	-5,25
Espírito Santo	35,9	34,16	-1,74	30,1	24,22	-5,88
Mértola	22	27,94	5,94	15,08	16,42	1,34
Santana de Cambas	30,6	30,46	-0,14	24,03	20	-4,03
S. João dos Caldeireiros	26,2	27,27	1,07	20,34	20,25	-0,09
União SMP, SPS e SSC	28,2	30,9	2,7	23,41	24,41	1,0
Total do Concelho	27,9	30,09	2,19	21,18	20,69	-0,49
Portugal	17,3	21,44	4,14	8,79	10,06	1,27

Fonte: Elaboração própria (2016). INE (2007; 2013; 2017). Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 e 2011.

Em Portugal, em 2011, registou-se um total de cerca de 867 mil famílias unipessoais, um valor que aumentou em 37,2% em comparação com a década anterior que se situou em 632 mil famílias unipessoais; um aumento de quase 45% em comparação com 1991, quando foram contabilizadas cerca de 436 mil famílias unipessoais.

6.5. TURISMO

6.5.1. O Património Histórico-cultural e Natural

O turismo tem sido apontado como um dos principais sectores de desenvolvimento do Concelho com significativas potencialidades. Portanto, a implementação de políticas ao nível turístico pode suscitar dinamismo, de modo a perspectivar Mértola não como um ponto de passagem, mas como um local de estadia. A aposta no turismo pode ser adequada à região, com uma definição clara do tipo de turismo pretendido, aliado a demais eventos e actividades, de acordo com a procura da região.

Com um legado histórico que deixou marcas pelo território identificam-se lugares, nomeadamente o centro histórico de Mértola e os núcleos museológicos do Concelho, cuja análise estatística será exposta no próximo ponto.

O Posto de Turismo de Mértola que se encontra localizado no centro da freguesia de Mértola presta informações turísticas sobre o Concelho relativamente aos museus, alojamentos, restauração e eventos culturais. Os pontos turísticos considerados de interesse são os núcleos museológicos: a Torre de Menagem, o Castelo, a Arte Islâmica, a Arte Sacra, a Basílica Paleocristã, a Alcávoa, a Tecelagem, a Casa Romana (localizados na freguesia de Mértola), a Casa do Mineiro (que se situa na freguesia de Corte do Pinto), a Alcaria Javazes (localizada em Alcaria Ruiva) e a Igreja Matriz.¹¹⁵.

¹¹⁵ No âmbito do património histórico-cultural e arquitectónico é preciso salientar, ainda que não seja alvo de análise do trabalho, a importância que o núcleo museológico teve para colocar Mértola “no mapa de Portugal”. A iniciativa partiu há cerca de 40 anos, por convite, por parte do primeiro Presidente da Câmara de Mértola eleito democraticamente, António Serrão Martins, e de três professores da Faculdade de Letras da Universidade, Cláudio Torres, António Borges Coelho e José Luís de Matos. A ideia do projecto, de investigação e de intervenção patrimonial em Mértola, permitiria utilizar o património histórico-cultural e arquitectónico para construir um desenvolvimento social e económico do município. Foi através desta iniciativa que a vila de Mértola saiu do anonimato. A arqueologia foi o veículo que, embora com uma abordagem inicial de investigação, tornou Mértola como um bastião da cultura islâmica ao sul de Portugal. A divulgação museológica em linguagem informativa e pedagógica constituiu o produto para envolvimento da própria população e em simultâneo para o processo de arranque do turismo na região, em consonância com o poder político que esteve como principal impulsionador e investidor. No decurso das iniciativas que se procuravam implementar, surgiu a Associação de Defesa do Património (ADPM), criada em 1980, com o propósito de ser autónoma técnica e financeiramente da Autarquia, através da aposta em projectos

Portanto, quase todo o património museológico descrito localiza-se na freguesia de Mértola. De realçar a antiga Mesquita almóada de Mértola, actual Igreja da Nossa Senhora da Anunciação, um dos monumentos mais destacados de Mértola e uma peça única no contexto de Portugal já que é o único edifício do país no qual se reconhecem elementos originais de uma mesquita. (Campo Arqueológico de Mértola, 2005).

No entanto, há lugares no Concelho que também parecem impulsionar a dinâmica do Concelho em algumas épocas do ano, um deles é a praia fluvial da Mina de São Domingos (em Corte do Pinto), cuja época balnear se inicia a 15 de Junho e termina a 15 de Setembro; inicialmente constituía um açude para abastecimento da povoação e trabalhos dos mineiros à época da exploração da mina. Um outro lugar de interesse é o Pulo do Lobo do Parque Natural do Vale do Guadiana, uma queda de água de 16 metros (o principal acidente geológico do Rio Guadiana).

O Parque Natural Vale do Guadiana pertence à Rede Nacional de Áreas Protegidas¹¹⁶. No mesmo território foram declaradas duas áreas classificadas no âmbito da Rede

nacionais e internacionais. A ADPM afirmou-se como Associação de Desenvolvimento e Defesa do Ambiente e o Campo Arqueológico (CAM) com dedicação à investigação histórica e arqueológica, numa perspectiva conjunta e colaborativa de fomentar o património cultural e natural. A formação média e especializada, por meio de cursos profissionais e superiores e protocolos com municípios contíguos ou demais instituições superiores nacionais e internacionais também foi contributiva para atrair massa crítica, e divulgar o património, através da arqueologia, museografia e turismo cultural. (Torres, C., 2001). No âmbito das investigações ao território, de onde se concluiu a impossibilidade de separar o património natural do património cultural, surge a criação do Parque Natural do Guadiana, em 1985. O Parque é uma área protegida com uma extensão de 69 773 ha, que abrange parte dos Concelhos de Mértola e Serpa, num troço de rio que se estende desde uma zona a montante do Pulo do Lobo até à foz da ribeira de Vascão, fronteira entre o Alentejo e o Algarve. (ICNF, sd).

¹¹⁶ A Rede Nacional de Áreas Protegidas, RNAP, abrange as áreas protegidas que perante a lei, segundo o artigo 10º do (Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de Julho) são “as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais susceptíveis de as degradar». O artigo 11º do mesmo decreto indica a tipologia de áreas protegidas, nomeadamente: Parque nacional, Parque natural, Reserva natural, Paisagem protegida e Monumento natural.

Natura¹¹⁷: a Zona de Protecção Especial (ZPE) do Vale Guadiana e a ZPE de Castro Verde; o Sítio “Guadiana” incluído na Lista Nacional de Sítios e Sítio Ramsar¹¹⁸ para a Ribeira do Vascão. (CMMertola, 2015). Devido à biodiversidade do Concelho, podem ser realizadas actividades de *birdwatching*, onde espécies como a cegonha preta, a águia-real, águia de Bonelli, e o bufo real povoam a zona do Pulo do Lobo; para além de outras espécies como abetarda ou a espécie africana rara o andorinhão-cafre, entre outras que se podem avistar em diferentes itinerários de *birdwatching*. A fauna piscícola também é variada com cerca de 15 espécies de peixes autóctones e migradores; no grupo de anfíbios existem cerca de 17 espécies; no grupo dos répteis, há pelo menos 20 espécies; no grupo dos mamíferos, umas 35 espécies; em conjugação com uma flora tipicamente mediterrânica, em relação às quais, surgem iniciativas que visam experiências turísticas relacionadas com as plantas aromáticas e medicinais. (CMMértola, 2015).

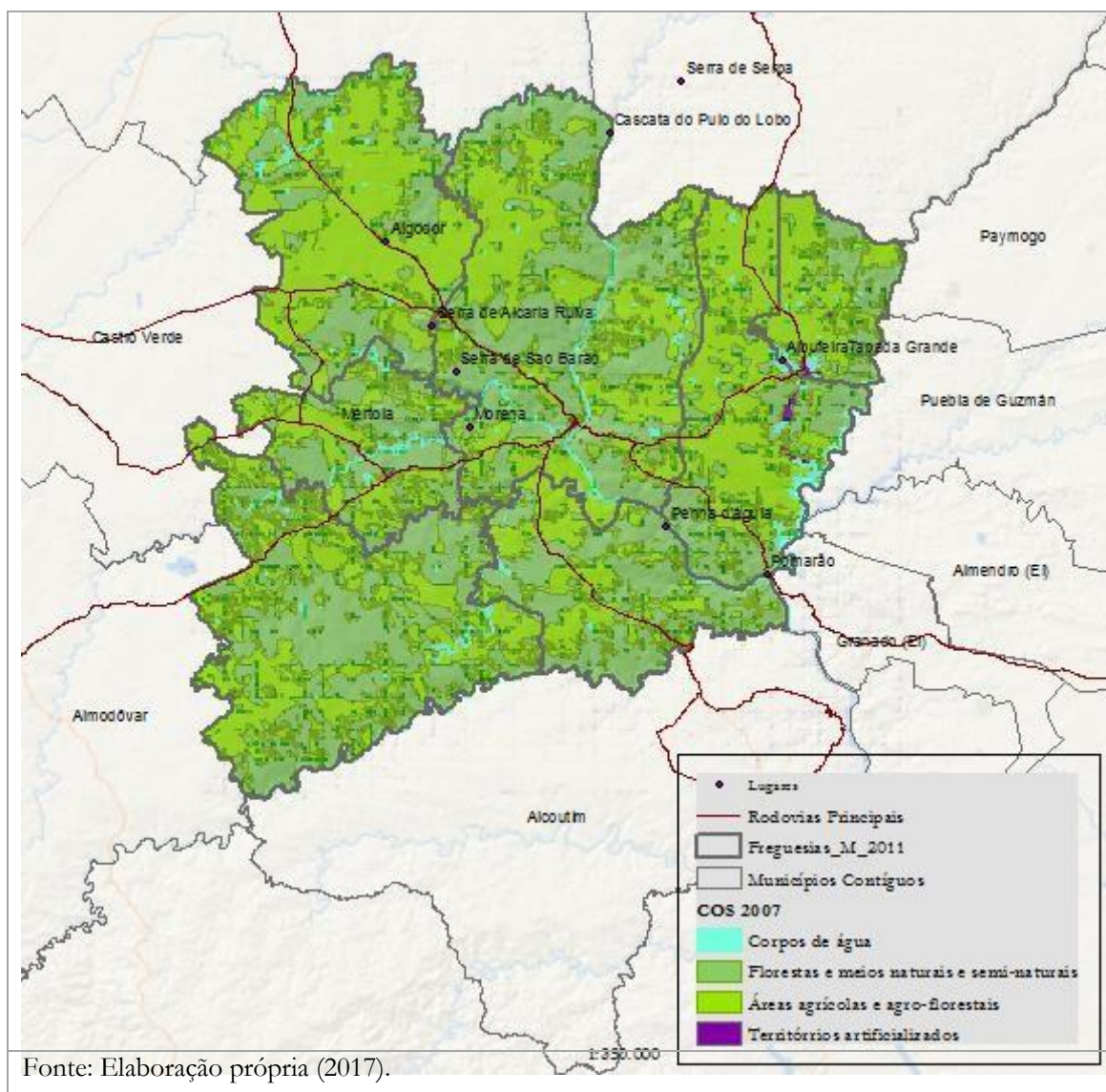
¹¹⁷ A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito europeu que compreende as áreas classificadas como zona especial de conservação (ZEC) e as áreas classificadas como zona de protecção especial (ZPE), constituindo-se como o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia. A Rede Natura 2020, que também se aplica ao meio marinho, compreende:

As Zonas de Protecção Especial (ZPE) estabelecidas ao abrigo da Directiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, listadas no seu Anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no Anexo I e cuja ocorrência seja regular;

As Zonas Especiais de Conservação (ZEC) - criadas ao abrigo da Directiva Habitats, com o objectivo expresso de "contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais (Anexo I) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (Anexo II), considerados ameaçados no espaço da União Europeia". (ICNF, 2016)

¹¹⁸ Incluem-se no âmbito da Directiva Habitats e da Directiva Aves. Os sítios Ramsar referem-se à Convenção de Ramsar ou à Convenção de Zonas Húmidas. São Zonas Húmidas, as “zonas de pântano, charco, turfeira ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo águas marinhas cuja profundidade na maré baixa não exceda os seis metros” e podem incluir “zonas ribeirinhas ou costeiras a elas adjacentes, assim como ilhéus ou massas de água marinha com uma profundidade superior a seis metros em maré baixa, integradas dentro dos limites da zona húmida” (ICNF, 2016).

Mapa 6.2. Carta de Ocupação do Sol no Concelho de Mértola, 2007

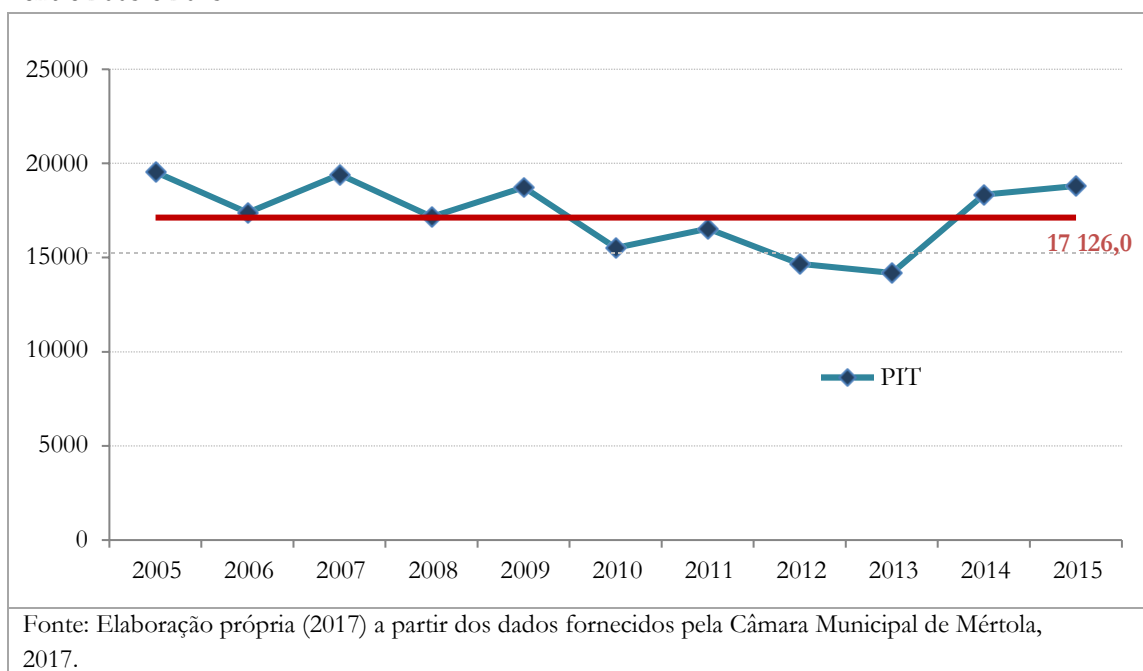


6.5.2. Os Visitantes – Posto de Turismo e Núcleos Museológicos

Sobre o Posto de Turismo, o gráfico que se apresenta de seguida indica a evolução de visitantes entre 2005 e 2015, tendo sido constado que nos anos de 2010 a 2013, o número de visitantes esteve abaixo da média dos últimos 15 anos, que se fixou em 17 126 visitantes. O valor mais baixo não chegou aos 15 mil visitantes anuais, em 2013. Tendo em conta os valores no período considerado, assinala-se que o ano de 2005 obteve o valor mais elevado com mais de 19 500 visitantes.

Em 2014 e 2015 os valores registaram-se acima da média, com 18 332 e 18 796 visitantes, respectivamente.

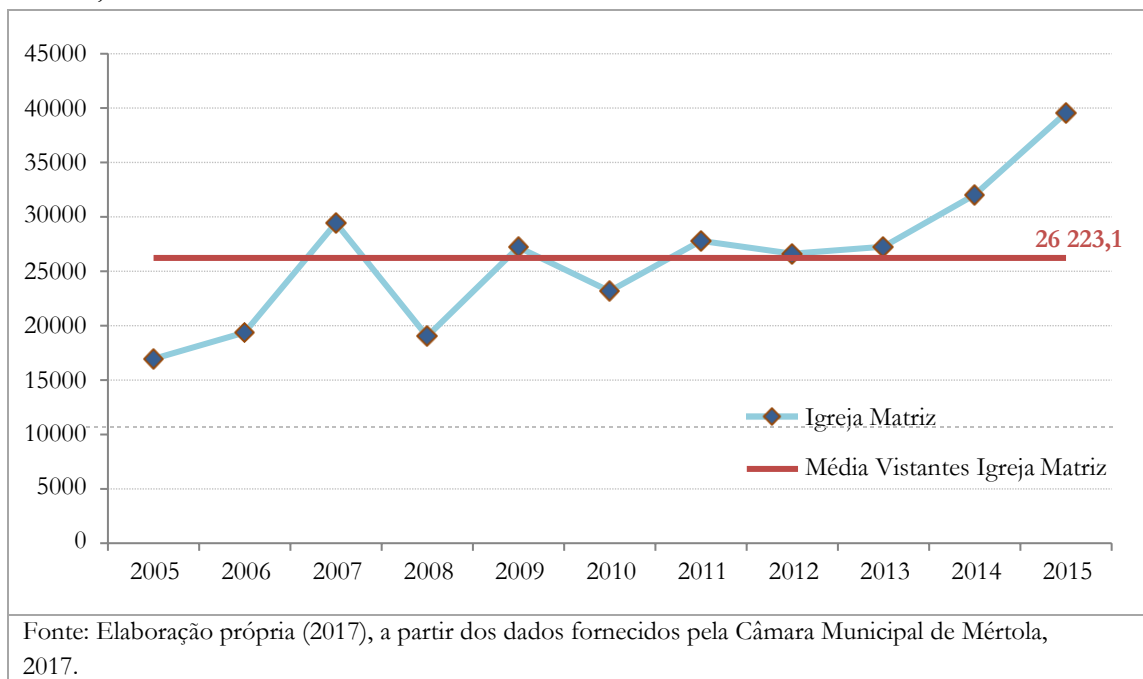
Gráfico 6.23. Evolução do número anual de visitantes no Posto de Turismo de Mértola, entre 2005 e 2015.



Porém, como indicado no relatório de dados estatísticos do sector de informação turística e museus, o número aproximado de visitantes de Mértola é facultado pelos valores totais de entrada na Torre de Menagem e Castelo, uma vez que muitos indivíduos visitam o Castelo e não passam pelo Posto de Informação Turística. Ainda assim, o ponto mais visitado do circuito de visitas do Concelho é a Igreja Matriz, considerado a referência utilizada para a observação aproximada do total de visitantes no Concelho¹¹⁹. (Rafael, 2016). Neste sentido, o gráfico seguinte apresenta a evolução dos visitantes à Igreja Matriz entre 2005 e 2015, constando-se que (ao contrário dos valores anteriores), o ano de 2005 apresenta o valor mais diminuto porém, entre 2013 e 2015 não houve quebras, com 2015 a ser o ano com mais visitantes, isto é com mais de 39,5 mil entradas.

¹¹⁹ Em anexo, apresenta-se a tabela 6-E.23. com os dados dos visitantes de Castelo, Igreja Matriz e do Posto de Informação Turística, entre 2005 e 2013.

Gráfico 6.24. Evolução do número de visitantes do número anual de visitantes na Igreja Matriz, entre 2005 e 2015.



O relatório supra identificado, sobre os dados estatísticos do sector de informação turística e museus, indica que nos últimos três anos, isto é entre 2013 e 2015, o número de visitantes aos diferentes núcleos museológicos registou um aumento de visitantes coincidente com o aumento de visitantes à Igreja Matriz (à excepção do núcleo museológico de Arte Islâmica¹²⁰). De modo geral, houve um incremento de visitantes nos núcleos situados na área do Castelo e uma diminuição nos núcleos que situam em zonas mais afastadas¹²¹.

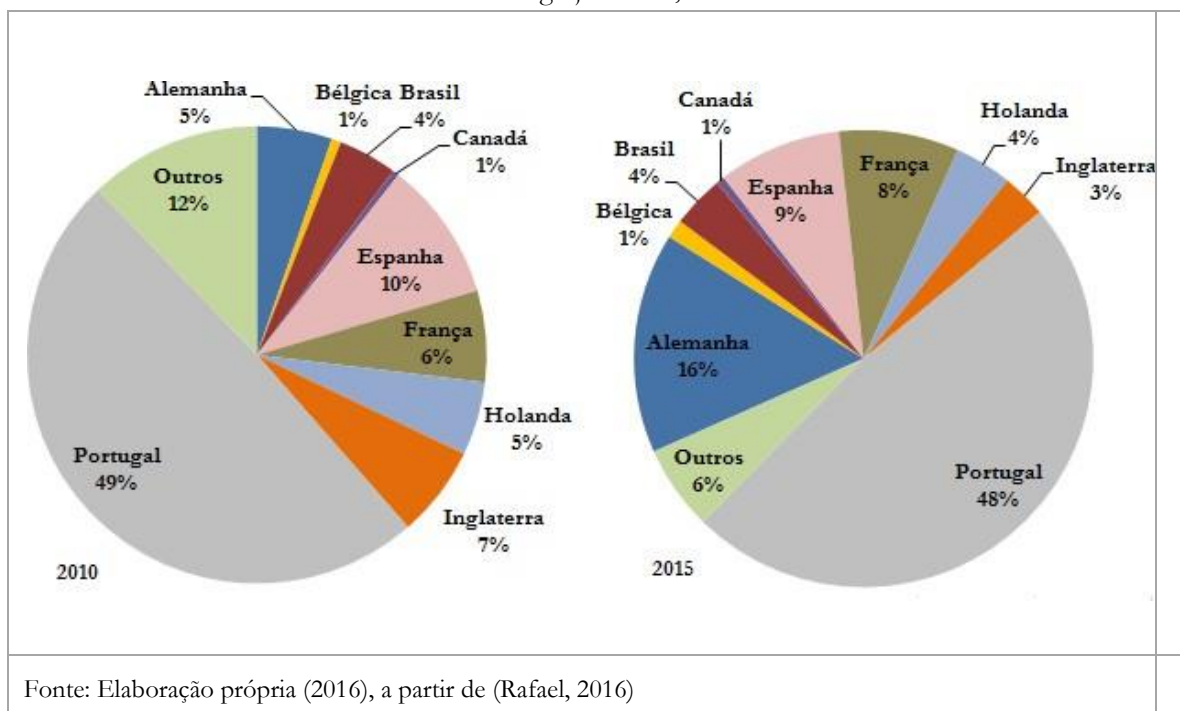
As informações obtidas sobre a nacionalidade dos visitantes à Igreja Matriz, (considerado o local que reflecte o número aproximado de visitantes ao Concelho), indicam, como é visível no gráfico abaixo, tanto em 2010 como em 2015, que a nacionalidade dos visitantes foi na sua maioria portuguesa – em 2015, 48% dos visitantes à Igreja Matriz eram de nacionalidade portuguesa. Destaca-se o aumento de visitantes alemães em 2015, correspondente a 16% (um aumento de 11% comparativamente a 2010). Os visitantes espanhóis tiveram um peso de 9% em 2015 e

¹²⁰ O núcleo museológico de Arte Islâmica encerrou para obras de requalificação entre 5 e 31 de Dezembro de 2014 e entre 1 de Janeiro a 25 de Março de 2015

¹²¹ Os dados encontram-se apresentados em anexo na tabela 6-E.24.

os franceses de 8%. Em suma, as nacionalidades estrangeiras alemã, espanhola e francesa são as mais significativas comparadas com as demais. Os visitantes ingleses diminuíram para mais de metade entre os dois períodos considerados, isto é, de 7% em 2010 para 3% em 2015.

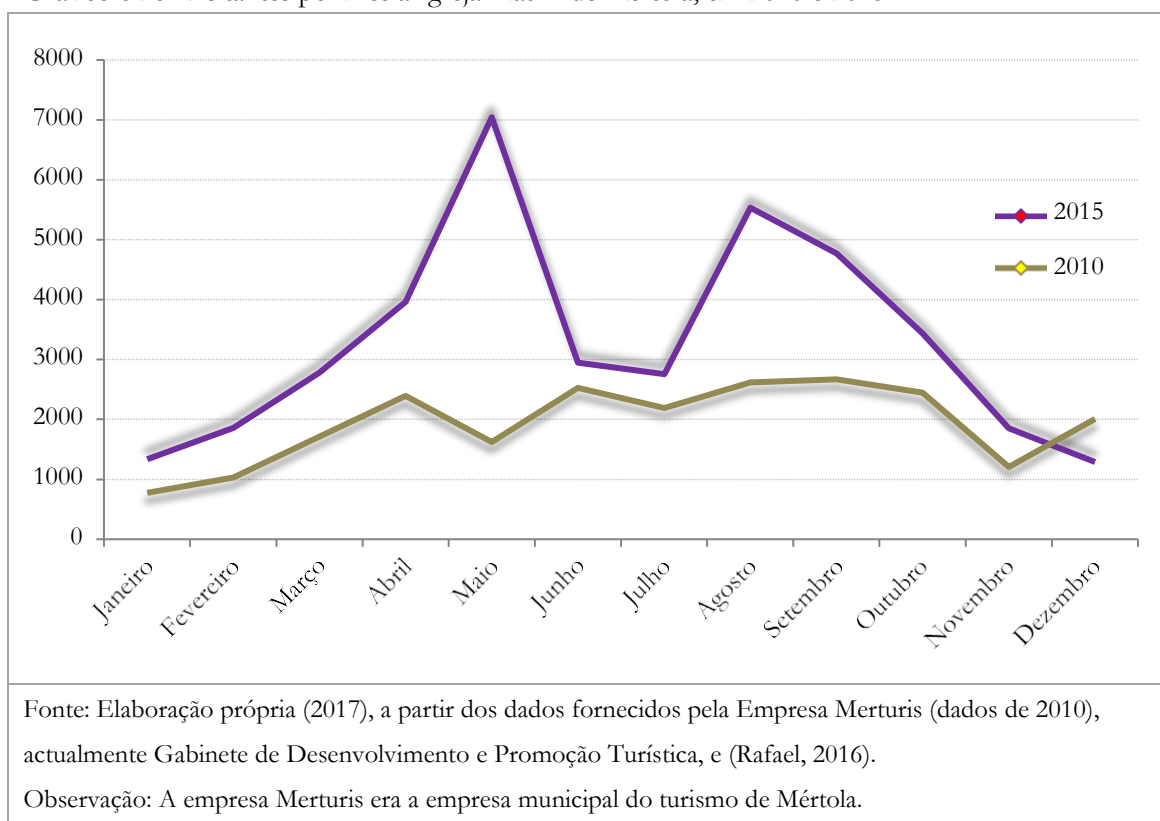
Gráfico 6.25. Nacionalidade dos visitantes à Igreja Matriz, em 2010 e 2015



Há uma maior afluência de visitantes em determinados meses do ano, pelo que em 2015, o mês de Maio foi considerado como o pico mais elevado em relação aos restantes meses; um total de 7042 visitantes. É de salientar que o Festival Islâmico de Mértola se realiza no mês de Maio e é um evento bienal, com a realização em 2015. Os meses com menor afluência são Junho e Julho, assim como os primeiros dois meses do ano (Janeiro de Fevereiro) e os últimos dois meses do ano (Novembro e Dezembro)¹²². Comparativamente ao ano de 2010, a afluência aumentou em 2015 em cerca de 41,4%. A média de visitantes no ano de 2015 foi de 3 297,08 e em 2010, a média foi de 1 931,67 visitantes.

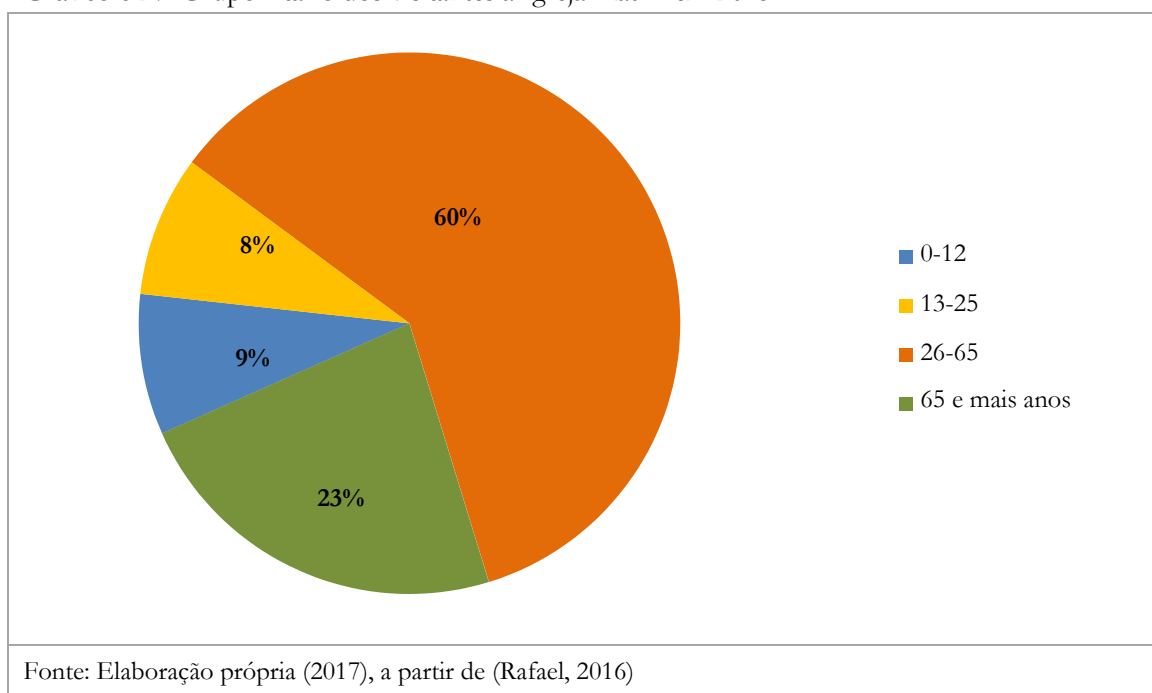
¹²² Ver tabela 6-E.25. em anexo.

Gráfico 6.26. Visitantes por mês à Igreja Matriz de Mértola, em 2010 e 2015



Sobre a faixa etária dos visitantes da Igreja Matriz em 2015, é perfeitamente perceptível no gráfico que se visualiza abaixo que o grupo etário mais significativo surge a partir dos 26 anos. Entre os 26 e os 65 anos, o peso percentual é igual a 60% e os mais de 65 e mais anos de 23% anos.

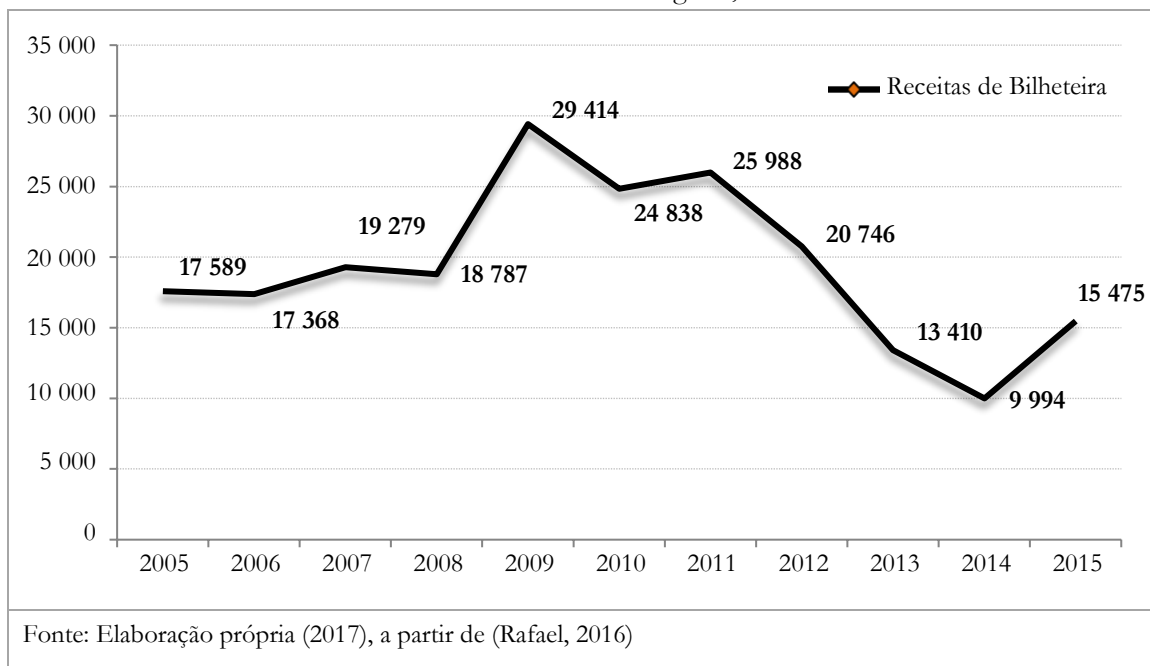
Gráfico 6.27. Grupo Etário dos visitantes à Igreja Matriz em 2015



No que diz respeito às receitas de bilheteira entre 2005 e 2015, foram contabilizados os valores associados à Arte Islâmica, Arte Sacra, Basílica, Torre Menagem, Alcáçova e PIT. Mais do que a evolução das receitas de bilheteira importa indicar que o valor mais baixo de receitas foi em 2014, isto é uma receita de quase 10 mil euros, tendo sido inferior aos demais anos pela receita zero de três núcleos museológicos, nomeadamente a Arte Sacra, a Basílica e a Torre de Menagem¹²³. Em 2015, o valor foi de quase 15,5 mil euros. O pico mais elevado com mais de 29 mil euros foi o ano de 2009.

¹²³ De indicar que as receitas de alguns sítios museológicos tiveram valor de receitas igual a zero, por motivo de encerramento destes núcleos para obras de requalificação, remodelação museográfica e quaisquer demais obras para melhoramento dos espaços, o que permitiu em algumas situações ou estarem encerradas ou as entradas não terem sido cobradas devido às realizações de obras parciais até à sua conclusão; como ocorreu com Alcáçova cujas receitas foram contabilizadas a partir de 2008, com interrupção em 2015; a Arte Sacra deixou de ser contabilizada a partir de 2013 e a Basílica desde 2014; a torre de Menagem não foi contabilizada em 2014.

Gráfico 6.28. Receitas de Bilheteira aos Núcleos Museológicos, entre 2005 e 2015



6.5.4. Alojamento e Restauração

No que respeita à oferta de alojamento¹²⁴, esta foi contabilizada em 31 unidades de alojamento¹²⁵, no Concelho de Mértola, em 2017. Deste total, mais de metade, 67%

¹²⁴ Segundo o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 128/2014 de 29 de Agosto, consideram-se estabelecimentos de alojamento local aqueles que prestem serviços de alojamento temporário a turistas, mediante remuneração e que reúnam os requisitos presentes no decreto-lei, do qual pertencem as moradias, apartamentos e estabelecimentos de hospedagem.

Conforme especificado no Decreto-Lei n.º 15/2014 de 23 de Janeiro, do artigo 18º, as casas de campo, o agro-turismo e os hotéis rurais são empreendimentos de turismo no espaço rural. No âmbito desta investigação, apenas se definem as casas de campo e o agro-turismo (as únicas tipologias encontradas no Concelho). Portanto, são consideradas casas de campo, os imóveis situados em aldeias e espaços rurais que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitectura típica local. São empreendimentos de agro-turismo os imóveis situados em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável. Por fim, o mesmo decreto-lei, no seu 11º artigo, estabelece a designação de estabelecimentos hoteleiros como os empreendimentos turísticos destinados a proporcionar

localiza-se na freguesia de Mértola. Além disso, 48,4% dizem respeito ao alojamento local; 32% às casas de campo, 13% ao agro-turismo e 5,6% a hotéis. Pelas informações obtidas pelos proprietários sobre a capacidade dos alojamentos, poder-se-á indicar que no mínimo, Mértola apresentou no ano referido, 2017, cerca de 447 lugares, um valor manifestamente superior quando comparado com os dados do INE que em 2016 apontava para um total de 206 lugares. Da mesma fonte, do INE, em 2010, a capacidade de alojamento foi contabilizada em 62, o que significa que tendo em consideração estes dois últimos valores (do INE), o aumento da capacidade de alojamento, em 7 anos, foi de 70%.

Ao nível do número de quartos, o levantamento que foi realizado por via da Câmara Municipal de Mértola, dá conta da existência de 254 quartos em 2017. Os dados do INE indicam 125 quartos em 2016. O número de hóspedes contabilizados pelo INE em Mértola em 2016 foi de 17 489, com uma proporção de estrangeiros de 27,7%. Em 2013, estes valores foram registados em 6 827 hóspedes com 22,7% estrangeiros. Assim, considerando os dados do INE, em 4 anos, o aumento de hóspedes foi de 61%. O número de dormidas em 2016 foi aproximadamente de 30,5 mil (um acréscimo de 60,1% em relação a 2013), direccionado na sua maioria a visitantes portugueses, 72,2%. Os países provenientes dos visitantes estrangeiros com maior peso percentual que pernoveram ao longo do ano de 2016 foram Espanha (24,5%), Alemanha (17,2%), Reino Unido (10,8%) e França (10,0%).

Relativamente aos proveitos totais¹²⁶, estes foram de 1,123 milhões de euros em 2016 (sem existência de outros dados disponíveis a anos anteriores para comparação).

De acordo com os dados disponibilizados pela Câmara Municipal, quase metade (48,4%) dos alojamentos são considerados locais, 32,3% casas de campo, quase 13% agro-turismo e 6,5% hotéis.

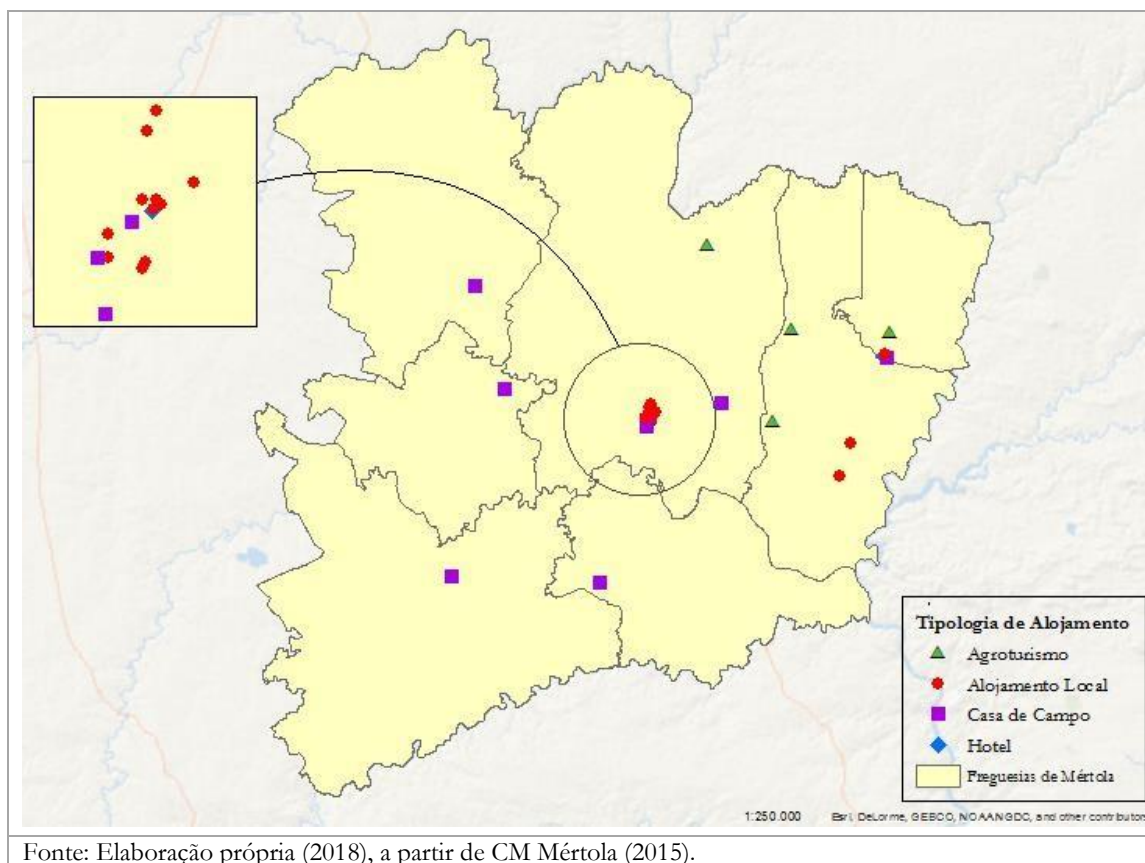
alojamento temporário e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições e vocacionados a uma locução diária, onde se classificam os hotéis. Estes estabelecimentos devem dispor, no mínimo de 10 unidades de alojamento.

¹²⁵ Ver tabela 6-E.26., em anexo.

¹²⁶ Correspondem aos valores resultantes da actividade dos empreendimentos turísticos. Aposento, restauração e outros decorrentes da própria actividade (aluguer de salas, lavandaria, tabacaria, telefone, etc.).

Do ponto de vista da localização espacial, o mapa que se segue indica, como anteriormente referido, a concentração de unidades de alojamento na freguesia de Mértola e a respectiva classificação da oferta turística.

Mapa 6.3. Tipologia de Alojamento no Concelho de Mértola, 2018.



Do ponto de vista nacional, o turismo tem funcionado como uma das mais significativas vias de desenvolvimento económico do país; tanto que os últimos dados apontam para um total que ascende os 19 milhões de hóspedes no continente português, um acréscimo de 36,5% em 2016 comparativamente a 2010. Estes hóspedes pernoveram essencialmente em hotéis (um total de 69,0%) e a proporção de estrangeiros nos estabelecimentos turísticos subiu de 49,1% em 2010 para 57,7% em 2016. A capacidade de alojamento registou, no mesmo período indicado, um acréscimo de 27%; com maior incidência para as pensões, cuja capacidade de alojamento duplicou, isto é, 55% entre 2010 e 2016.

No ano de 2016, houve mais de 49 milhões de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, das quais 68% foram de estrangeiros, essencialmente provenientes do Reino Unido (22,25), Espanha (12,0%), França (10,8%) e Alemanha (10,8%). Os proveitos totais registaram-se com mais de 2,6 mil milhões de euros em 2016 (um aumento de mais de mil milhões de euros).

No Baixo Alentejo com pouco mais de 295 mil dormidas, e ao contrário do verificado no âmbito continental, foram de visitantes portugueses (75,8%). O número de hóspedes aumentou no período indicado em 36,5%, mas a proporção de hóspedes estrangeiros não ultrapassou os 20,3% (ainda assim um incremento em relação 5% em relação a 2010). Porém, a capacidade de alojamento aumentou no Baixo Alentejo 48,2% entre 2010 e 2016, com as pensões a distinguirem-se percentualmente com mais de 50% da capacidade de alojamento, enquanto em 2010 não chegava ao 30%, estando os hotéis a abranger a maior capacidade de alojamento. Os proveitos totais no Baixo Alentejo que em 2013 abrangiam aproximadamente 4,6 milhões de euros, em 2016, aumentaram para 14,6 milhões de euros, ou seja 3 vezes mais do que em 2013.

No que diz respeito à restauração no Concelho de Mértola o número de estabelecimentos de restauração aumentou as suas unidades – segundo os dados do Relatório de Avaliação do PDM obtidos pelo RDPE¹²⁷ – em 2002, existiam no Concelho 10 unidades de restauração¹²⁸ com capacidade para 1.368 lugares. Os dados

¹²⁷ A antiga empresa de Consultadoria, especializada nas áreas de turismo e lazer, desenvolvimento local, saúde e bem-estar e imobiliário, responsável pelos relatórios do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo, para a Câmara de Mértola que datam de 2003.

¹²⁸ Os estabelecimentos de restauração são estabelecimentos destinados a prestar, mediante remuneração, serviços de alimentação e de bebidas no próprio estabelecimento ou fora dele. As denominações mais comuns são restaurante, snack-bar, pizzaria, take-away, entre outros. Os estabelecimentos de bebidas destinam-se a prestar serviços de bebidas e cafetaria no próprio estabelecimento ou fora dele e as denominações mais comuns são café, bar, pastelaria, gelataria, casa de chá, cervejaria, taberna, entre outros. Um estabelecimento misto de restauração e bebidas tem, normalmente, as duas valências. No âmbito deste estudo, o estudo incidirá sobre os estabelecimentos de restauração (quer sejam apenas de restauração quer sejam considerados mistos); contudo, a título informativo, e seguido os dados fornecidos pela CM de Mértola, apresentam-se os dados dos estabelecimentos de bebidas. (Portal do Licenciamento, 2017).

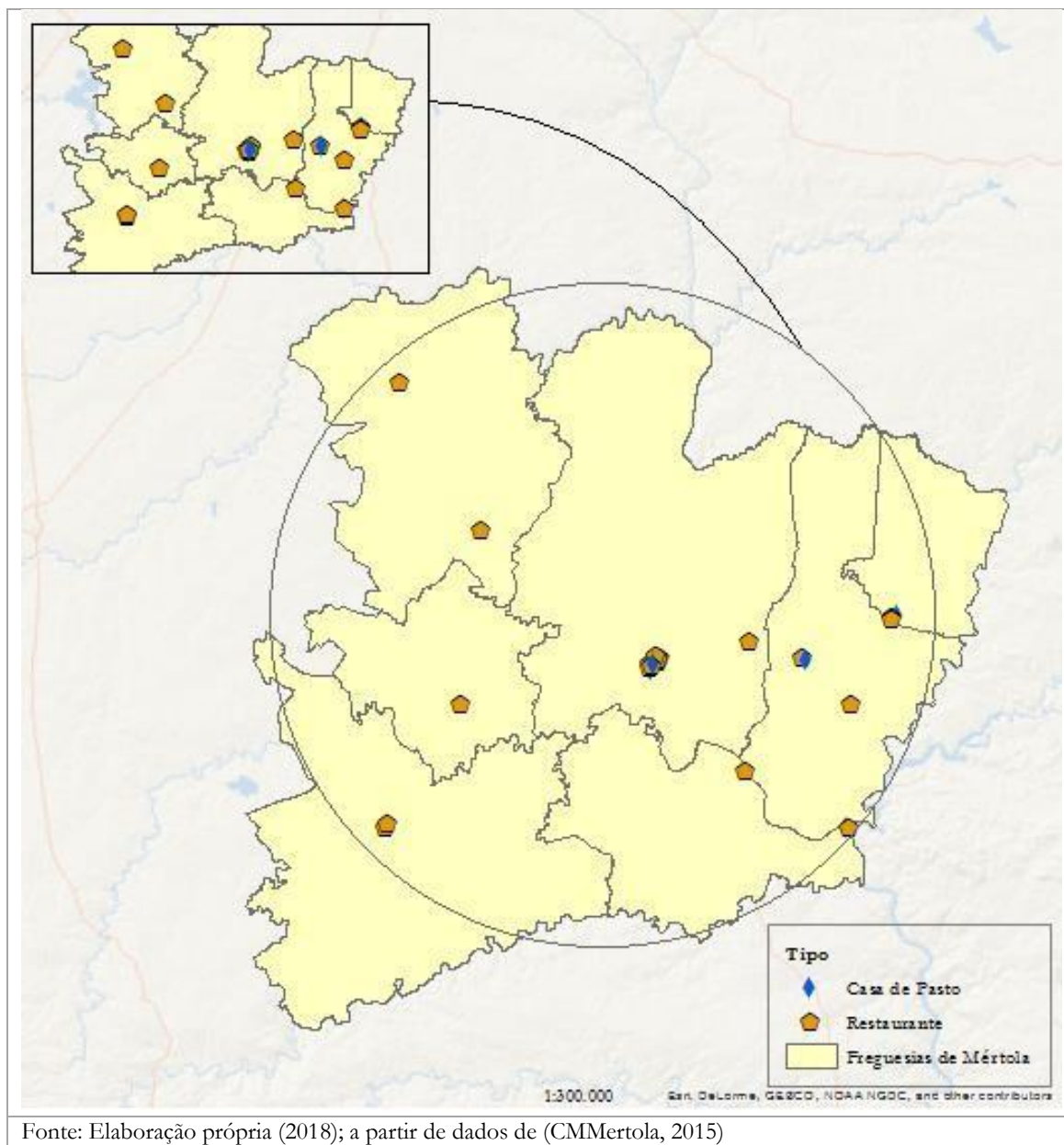
disponibilizados no *site* da Câmara Municipal de Mértola dão conta que no ano 2017 a oferta foi de 29 unidades de restauração, com uma capacidade aproximada de mais de 1760 lugares. Em cerca de 15 anos, o aumento das unidades de restauração foi quase o triplo. A capacidade média por unidade de restauração de aproximadamente era de 70 lugares em 2017, enquanto em 2002 era de 137, indicativo de uma maior quantidade de espaços de restauração com menor capacidade de lugares.

Das unidades de restauração, 8 são consideradas casas de pasto¹²⁹, o que significa que mais de 72% das unidades de restauração são do tipo restaurante.

Ao nível da sua localização, mais de metade das unidades de restauração localizam-se na freguesia de Mértola, cinco estão concentradas na freguesia de Corte do Pinto, três em Santana de Cambas e uma unidade de restauração em cada uma das restantes freguesias. São Sebastião dos Carros não tem nenhuma unidade de restauração.

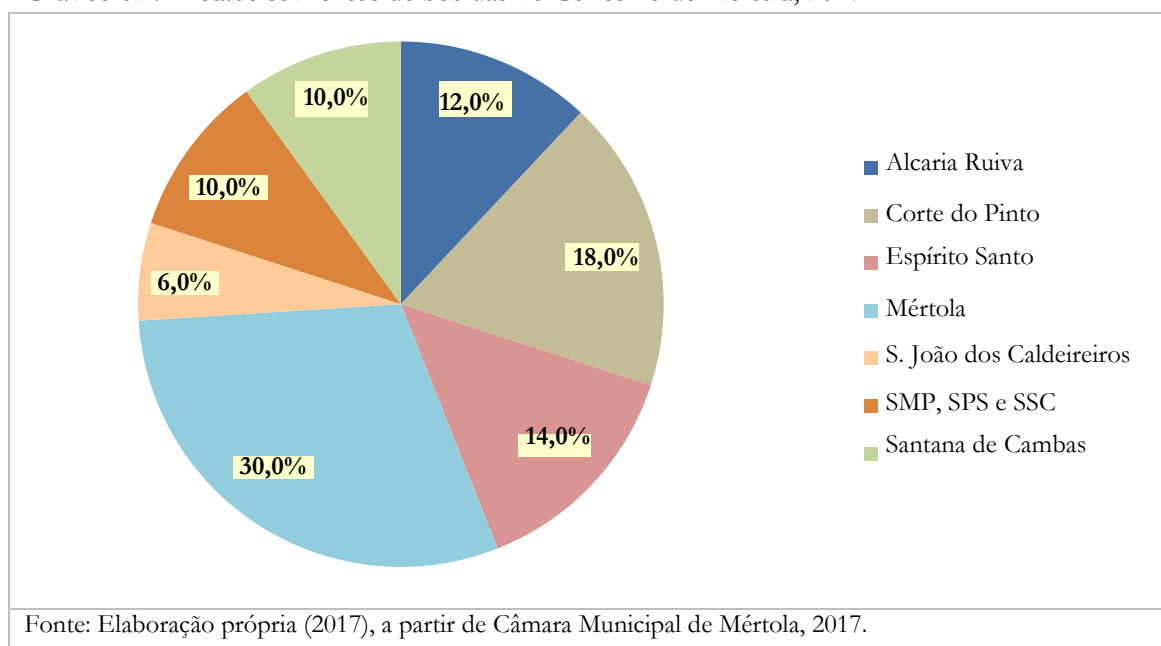
¹²⁹ São igualmente classificadas como estabelecimentos de restauração. Uma casa de pasto é uma mistura entre uma taberna e um restaurante de petiscos.

Mapa 6.4. Localização das Unidades de restauração nas Freguesias do Concelho de Mértola, 2018



A título informativo, indica-se que há aproximadamente 50 estabelecimentos de bebidas em todo o Concelho de Mértola – na sua maioria, 30%, localizam-se na freguesia de Mértola, 18% em Corte do Pinto e 14% em Espírito Santo.

Gráfico 6.29. Estabelecimentos de bebidas no Concelho de Mértola, 2017



6.5.5. Eventos de Mértola¹³⁰

O Concelho de Mértola oferece uma diversificação de eventos e actividades de animação cuja organização e gestão passa essencialmente pelo Gabinete de Desenvolvimento e Promoção Turística¹³¹

¹³⁰ As informações obtidas sobre os eventos apresentados no Concelho de Mértola, nomeadamente, as estimativas do número de visitantes, foram fornecidas pelo site da Câmara Municipal de Mértola (CMMertola, 2015) e pelo Gabinete de Desenvolvimento e Promoção Turística, no dia 07-05-2018, via telefónica, através de Dr. João Rolha, responsável pelo Gabinete citado.

¹³¹ Este gabinete, que funciona como substituição da extinta empresa Merturis, tem como objectivo fomentar e promover diversas actividades na área do turismo que inclui um calendário de eventos (de festivais, feiras e festas) de Março a Setembro. Em conjugação com diferentes entidades institucionais tem surtido efeito no fortalecimento das relações transfronteiriças, proporcionado a divulgação de actividades e eventos em ambos os lados de fronteira. Das entidades institucionais que estabelecem cooperação e parceiras com o Concelho de Mértola, destacam-se as associações do município de Mértola (Associações de Caçadores de Mértola e Associações de Pesca, Associação de Defesa do Património de Mértola, Centro Náutico de Mértola, etc.), Câmaras Municipais de Concelhos vizinhas, em alguns eventos e actividades, em particular a Mancomunidade de Municípios Beturia de Espanha (uma associação livre de municípios com personalidade jurídica que engloba os municípios Cartaya,

Segundo o calendário de eventos do município, o primeiro evento a ser realizado é o Festival do Peixe do Rio na aldeia ribeirinha do Pomarão durante o mês de Março/Abril. A sua primeira edição ocorreu em 2003 e contou com a participação de 33 entidades, entre associações culturais, desportivas e produtores. O número de visitantes tem aumentado progressivamente, tendo-se registado cerca de 7.000 visitantes em 2010 e aproximadamente 15 mil visitantes em 2017. Este evento anual de dois dias abrange um festival gastronómico associado ao peixe do rio, essencialmente fruto da actividade de pesca tradicional e comporta outras actividades de animação como concursos de pesca, passeios de barco, exposições alusivas ao rio e à arte da pesca. Segundo as informações obtidas a partir da construção da ponte do Pomarão em 2009, a afluência de pessoas tornou-se maior (em particular dos visitantes dos municípios espanhóis) em todos os eventos do Concelho. Também em 2009 surgiu o sector náutico no Concelho ao nível empresarial, um serviço que outrora era prestado pela Câmara Municipal.

O segundo evento do calendário municipal, a Feira do Mel, Queijo, Pão e Artesanato, reúne produtores e produtos tradicionais da região, fruto dos recursos endógenos do Concelho; realiza-se no mês de Abril na Vila de Mértola, com periodicidade anual. Por ocasião da sua 11ª edição em 2010, registou cerca de 6.000 visitantes, encontrando-se em 2017 na sua 20ª edição com a contribuição de aproximadamente 10 mil visitantes. É de salientar que no Concelho há 15 empresas planificadoras, das quais 3 foram vencedores de galardões de ouro do pão em concursos de âmbito nacional pela excelência de qualidade do produto confeccionado.

O Festival Islâmico é o maior evento do Concelho pela afluência verificada nos últimos anos e pela conseqüente mediatização; realiza-se bianualmente na Vila de Mértola durante o mês de Maio com uma duração de 4 dias. É um festival divulgado nos meios de comunicação social ao nível nacional e o seu impacto atravessa fronteiras. É um dos eventos que mais tem contribuído para a divulgação do património. A sua primeira edição data de 2001 contando com a participação de 50 expositores; em 2005 estiveram presentes 90 expositores e em 2009 foram 100. A terceira edição deste festival, em 2005, teve cerca de 40 mil visitantes e movimentou

El Almendro, El Granado, San Bartolomé de la Torre, San Silvestre de Guzmán, Sanlúcar de Guadiana, Villablanca y Villanueva de los Castillejos).

em termos comerciais e turísticos valores acima dos 200 mil euros. Em 2009, o número de visitantes rondou os 50 mil visitantes, uma afluência que tem sido constante ao longo dos anos verificando-se o mesmo resultado em 2017.

Um outro evento, intitulado de “Mértola Radical”, cuja primeira edição data de Agosto de 2004 inclui uma diversidade de actividades e desportos de aventura: BTT, provas de orientação, jogos na praia fluvial de S. Domingos, parapente, etc.. No ano de 2010, aderiram cerca de 2.500 visitantes, uma afluência que tem aumentado em prol do turismo em Agosto na zona da Mina de São Domingos.

Em Março de 2017 teve lugar pela primeira vez o evento “Trilhos de Mértola, Trail Run 2017”, um projecto com o propósito de valorizar a descoberta do território de Mértola através do desporto de Trail Run com percursos que vão deste os 12 km aos 44 km. O número limite de participantes era de 1000 participantes e estiveram inscritos na primeira edição 800 participantes.

O Festival MUR (de entre Muralhas) teve a sua primeira edição 2016 em Maio e reveste-se de características culturais associadas à dança, ao teatro, à pintura, à música, à literatura, etc. durante dois dias num evento bienal¹³².

A Feira Agro-Pecuária Transfronteiriça de Vale de Poço realiza-se em Setembro e tem como objectivo a promoção e valorização dos recursos cinegéticos e agro-pecuários das zonas raianas. Conta com parceiros como a Câmara Municipal de Serpa e a Mancomunidade de Municípios de Betúria. A sua primeira edição data de 2002. Em 2010 contou com cerca de 9.000 visitantes e em 2016 com cerca de 10 mil visitantes. Tratando-se de um evento de parceiros; a feira é realizada alternadamente em Mértola e em Serpa.

Em Outubro de 2010 realizou-se pela primeira vez a Feira da Caça, com uma duração de 3 dias, cujo objectivo se baseou na valorização das condições cinegéticas do Concelho. O programa deste evento incluiu provas de caça, demonstrações, passeios BTT, gastronomia, etc. Contou na altura com 7.000 visitantes e em 2017, com cerca de 25 mil visitantes.

¹³² Para este evento não foi possível ainda estimar o número de visitantes.

Além destes acontecimentos culturais, têm também lugar as festas da Vila de Mértola em Junho e outros eventos, como as festas e romarias celebradas e festejadas em cada uma das sete freguesias do Concelho entre os meses de Junho e Agosto.

O Gabinete de Desenvolvimento e Promoção Turística também promove Passeios no Guadiana, através da Ecoteca Fluvial Saramugo (uma embarcação transformada que funciona como centro de aprendizagem fluvial) e através dos Passeios no Vendaval (uma antiga embarcação de pesca restaurada); também promove actividades de BTT, Rappel, Paintball, Descidas do Rio Guadiana, Tiro com Arco, Besta e Zarabatana; Passeios TT; visitas guiadas ao Centro Histórico da Vila de Mértola; Visitas Guiadas ao Circuito Urbano e Industrial da Mina de S. Domingos; Canoagem; Passeios Pedestres; Observação de Aves; Interpretação da Paisagem; Programas Culturais; etc.. Algumas destas actividades são organizadas pelo Centro Náutico de Mértola e pela Associação de Defesa do Património de Mértola. De salientar a perspectiva da criação de uma Bolsa de Guias Locais, com cerca de 25 formandos, para visitas guiadas no Concelho, no sentido de valorizar e promover os eventos e o património histórico-cultural e natural do Concelho.

6.5.6. As Zonas de Caça

A caça é uma das actividades mais influentes da economia local que atrai muitos visitantes de fora do Concelho. Esta actividade cinegética é desenvolvida por zonas de caça associativa, caça turística e caça municipal. Os dados mais actuais da Câmara Municipal de Mértola indicam que no total do território do Concelho, 90% dos terrenos estão afectos à área venatória¹³³. De acordo com o Relatório de Avaliação do PDM, a maioria das zonas de caça associativa possuem algum tipo de alojamento nas suas instalações e algumas encontram-se abertas a clientes da respectiva zona.

O território de Mértola encontra-se em regime ordenado e as boas práticas de gestão cinegética, aliadas ao desenvolvimento da caça e à conservação de recursos naturais

¹³³ As modalidades de caça mais frequente são: batida à perdiz, caça de salto, esperas e montarias. Na região de Mértola a predominância da caça incide sobretudo em espécies como a perdiz vermelha, a lebre e o coelho-bravo, o javali e as rolas, apesar de existir uma grande variedade de outras espécies cinegéticas.

têm promovido a valorização deste sector no Concelho. Um exemplo concreto dessas práticas foi demonstrado com o reconhecimento por parte da Comissão Europeia (DG Ambiente) em 2007, da propriedade Herdade da Raposa localizada no Concelho de Mértola, como sendo uma das quatro primeiras propriedades ao nível europeu com a certificação “Wildlife Estates”. (ImoEconometries, 2010, p. 53)

Em 2010, no Concelho de Mértola encontravam-se activas 117 zonas de caça¹³⁴ correspondentes a um total de 1280.56 km²; em 2017, passaram para 126 (mais 9), essencialmente procuradas para a prática de caça e de outras actividades cinegéticas.

A Zona de Caça Turística é a que engloba a maior área comparativamente com as áreas das restantes zonas de caça, representando mais de 56% da área total das zonas de caça.

Quadro 6.14. Zonas de Caça em Actividade no Concelho de Mértola, em 2010 e 2017

Tipo de Zonas de Caça	2010		2017	
	Zonas de Caça (n.º)	Área Total das Zonas de Caça (km ²)	Zonas de Caça (n.º)	Área Total das Zonas de Caça (km ²)
Turística	54	718.22	60	*
Associativa	61	546.85	64	
Municipal	2	15.49	2	
Total	117	1280.56	126	1279.40

Fonte: Ministério da Agricultura Rural e Pescas. Autoridade Florestal Nacional, 2010; Câmara Municipal de Mértola, 2017.

¹³⁴ Segundo o artigo 9º do Decreto-Lei n.º 201/2005 de 24 de Novembro, a classificação das zonas de caça correspondem às zonas de caça municipais, às zonas de caça turísticas e às zonas de caça associativas. Para além das zonas de caça nacionais em que Estado é o único responsável pela sua administração, as zonas de caça municipais, de interesse municipal proporcionam o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições particularmente acessíveis; as zonas de caça turísticas de interesse turístico incidem sobre o aproveitamento económico dos recursos cinegéticos, garantindo a prestação de serviços adequados; as zonas de caça associativas, de interesse associativo, constituem o incremento e a manutenção do associativismo dos caçadores, conferindo-lhes assim a possibilidade de exercerem a gestão cinegética.

Os últimos dados indicam que 76% da área de Portugal são áreas de caça, um total de 7,04 milhões de hectares, repartidos por 4937 zonas de caça turística, associativa e municipal. Estas zonas encontram englobadas por 5 regiões – a 1ª do norte conforma 1,7 milhões de hectares; a 2ª região do Centro abrange 1,8 milhões; a 3ª região do Alentejo tem 2,3 milhões de hectares e a 5ª região, a do Algarve é detentora de 0,4 milhões de hectares. Em 2016, existiam cerca de 259,1 mil caçadores (com carta válida ou em período de renovação). Em dez anos, entre 2006 e 2016, houve uma perda de 200 mil caçadores activos; actualmente com pouco mais de 100 mil. Ainda assim, a estimativa anual é a de 10 milhões de euros em taxas. Porém, há várias razões apontadas para esta diminuição que vão desde o número cada vez menor de praticantes, o elevado custo de taxas, os processos burocráticos ou até a contínua escassez de espécies cinegéticas (derivada de doenças ou das alterações climáticas). Além disso, o grupo etário de praticantes ronda os 64 anos e há cada vez mais contestação por parte dos defensores da natureza e dos animais para diminuir ou extinguir as actividades relacionadas com a caça. Ao nível europeu, no final de Setembro de 2016, foi apresentado no Parlamento Europeu, pela Federação das associações de Caçadores na Europa, um estudo que revelou a existência aproximada de 6,7 milhões de caçadores na Europa e a contribuição de 16 mil milhões de euros para a economia europeia. O estudo indicou ainda que cada caçador gastava em média 2400 euros de forma directa com a actividade. Em Portugal, não há dados que indiquem o valor real que o sector cinegético tem na economia nacional.

Não obstante a inexistência de informações sobre estimativas do número de caçadores que praticam a actividade cinegética no Concelho de Mértola ou em qualquer região cinegética do país, o Decreto-Lei nº. 201/2005 de 24 de Novembro, artigo 30º, refere que as zonas de caça associativas são concessionadas a associações de caçadores com um mínimo de 20 caçadores associados, enquanto as zonas de caça turísticas são concessionadas a entidades públicas e privadas que tenham por objecto a exploração económica dos recursos cinegéticos e portanto, para estas últimas, é difícil prever o número de inscrições de caçadores. (Alvarez, 2017).

6.6. EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA

Os equipamentos de utilização colectiva são as edificações e os espaços não edificados afectos à provisão de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos, designadamente nos domínios da saúde, da educação, da cultura e do desporto, da justiça, da segurança social, da segurança pública e da protecção civil¹³⁵ (Diário da República, 1.ª série — N.º 104 — 29 de Maio de 2009).

6.6.1. Educação

Do ponto de vista educativo, o Concelho oferece todos os níveis de educação não superior. Isto significa que a rede escolar do Concelho de Mértola em 2015/2016 estava composta na sua totalidade por 10 estabelecimentos de ensino – oito de ensino da rede pública e dois estabelecimentos de ensino da rede privada. Há quase uma década, isto é, em 2006/2007, a oferta era maior – ao todo existiam 19 estabelecimentos de ensino, em que 17 eram públicos e dois privados.

Se a análise se detiver entre os dois períodos assinalados, entre os dados mais recentes e um intervalo de 10 anos, fornecidos pela Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), é possível observar a variação do número de alunos matriculados, referente aos níveis de ensino. Deste modo, entre os anos lectivos de 2006/2007 e de 2015/2016, houve um decréscimo de alunos matriculados de 21,6%, com 761 alunos matriculados na rede escolar do Concelho no ano lectivo 2015/2016; e com perdas em todos os ciclos, com maior incidência no 1º e 3º ciclos do Ensino Básico, como observado no quadro que se segue.

¹³⁵ Nos equipamentos de utilização colectiva não estão incluídas as infra-estruturas urbanas e territoriais. Os equipamentos de utilização colectiva podem ser de natureza pública ou privada. São designados “equipamentos de utilização colectiva de natureza pública” quando os bens e serviços são providos por entidades públicas, directa ou indirectamente através de concessão ou outra forma prevista na lei.

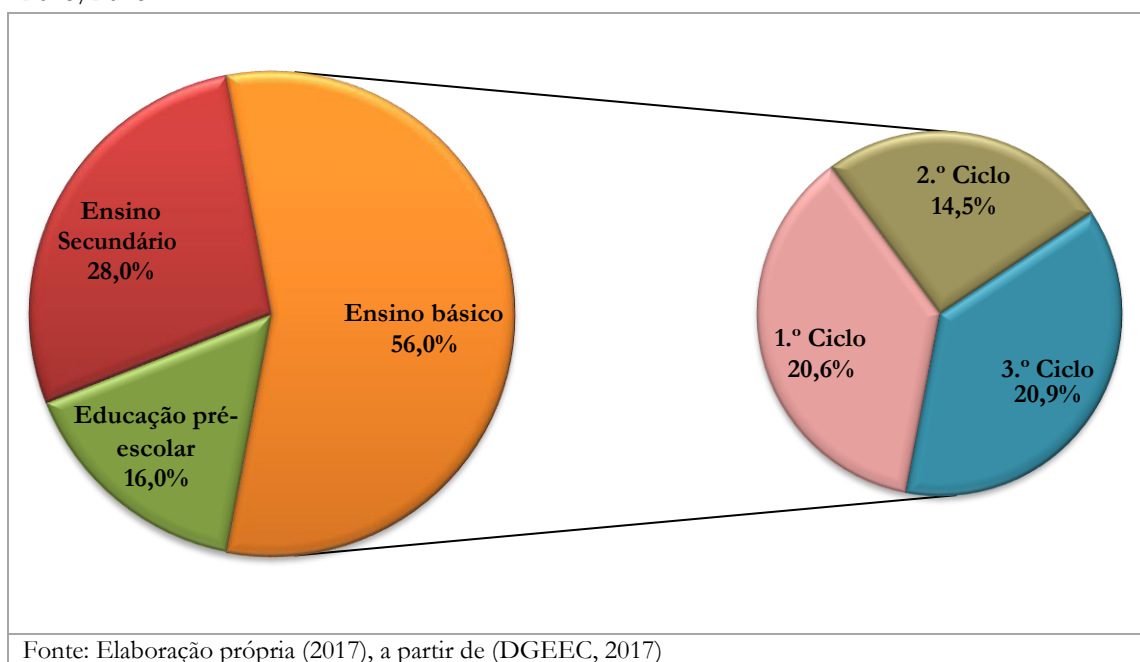
Quadro 6.15. Alunos matriculados, por nível de ensino e ciclo de estudos, no ensino público e privado

Ano Lectivo	Educação pré-escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	Total
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
2006/2007	133	235	120	235	248	971
2015/2016	122	157	110	159	213	761
Variação	-8,3	-33,2	-8,3	-32,3	-14,1	-21,6

Fonte: Elaboração própria a partir de DGEEC (2017)

Como visualizado pelo gráfico abaixo, no conjunto dos matriculados em 2015/2016, o peso no ensino básico foi de 56,0%, onde os 1º e 3º ciclos assumem maior importância percentual. O ensino secundário assumiu um peso de 28% e o pré-escolar de 16,0%.

Gráfico 6.30. Alunos matriculados na rede escolar do Concelho de Mértola, no ano lectivo 2015/2016



Da observação aos dados mais recentes, ou seja, de 2015/2016, facultados pela DGEEC, constata-se alguns elementos específicos, nomeadamente sobre a oferta aos diferentes níveis de instrução, nomeadamente, o curso de educação e formação para adultos¹³⁶ e os processos RVCC¹³⁷ que ao nível do 2º ciclo do Ensino Básico, constitui um peso de 17,3% e de 2,7% respectivamente, referente ao total do 2º ciclo do Ensino Básico. Para o conjunto do 3º ciclo do Ensino Básico, 8,8% dizem respeito aos cursos vocacionais e 6,3% aos processos RVCC. No ensino secundário, há 32,9% de cursos profissionais, 8,5% cursos vocacionais e mais 8,5% referente aos processos RVCC; todos os demais pertencem ao ensino regular, o que corresponde para todos os ciclos (Ensino Básico e Secundário) quase 86% de alunos matriculados; com o secundário a ser o ciclo com menor ensino regular, com 75%.

Ao todo, foram contabilizados 109 docentes no ano lectivo 2015/2016 (menos 28% do que no ano lectivo 2006/2007). A maior parte dos docentes, mais de 75%, encontram-se no ensino público, com a maior percentagem a leccionar no 3º ano do Ensino Básico e no Secundário (mais de 40%).

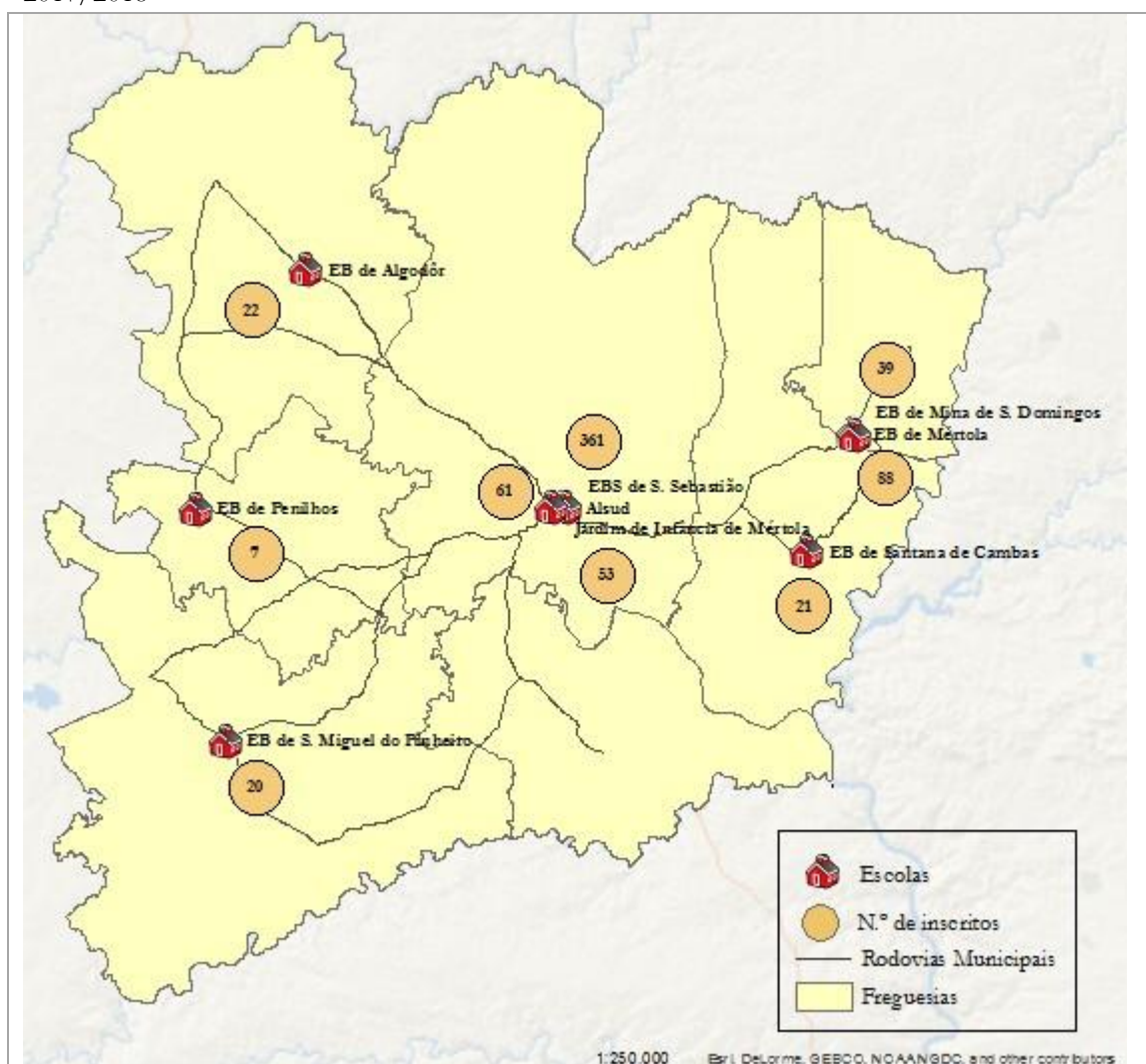
A oferta ao nível de secundário diz respeito a cursos científico-humanísticos, nomeadamente de “Ciências e Tecnologias” e “Línguas e Humanidades” (que pertencem ao ensino regular) e os cursos profissionais disponíveis englobam os cursos profissionais de “Técnico de Operações Turísticas”. A distribuição dos alunos é realizada em 5 freguesias do Concelho, conforme especificado no mapa que se segue. De assinalar que da rede pública há oito escolas (os antigos sete centros educativos/escolas) com as valências do pré-escolar e 1º Ciclo; onde se inclui uma escola com as valências dos 2º, 3º ciclos, ensino secundário e profissional. Da rede privada, há duas escolas, uma vocacionada para o pré-escolar, o Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Mértola, e a outra para o ensino profissional, da Escola

¹³⁶ Os cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) são orientados no sentido de educação e formação para adultos que pretendam elevar os seus níveis de qualificação, (segundo o Decreto-Lei n.º 139/2012 do Diário da República n.º 129/2012, Série I de 2012-07-05)

¹³⁷ Conforme especificado na Portaria n.º 86/2007 do Diário da República n.º 9/2007, Série I de 2007 - 01-12, no artigo 2º, ponto 1, o processo de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) tem como objectivo a melhoria dos níveis de certificação escolar dos adultos maiores de 18 anos que não possuam o nível básico ou secundário de escolaridade, numa perspectiva ao longo da vida.

Profissional Alsud, criada em 2008. Segundo as informações divulgadas pela própria escola, o número de matriculados no ano lectivo de 2016/2017 foi de 61 alunos, com dois cursos em funcionamento, o “Curso Profissional de Técnico de Gestão Cinegética” e o “Curso Profissional de Animador Sociocultural”. A Alsud tem-se especializado ao longo dos anos nas áreas formativas da arqueologia, recuperação do património edificado, turismo e animação e em demais domínios que considera prioritários como o ambiente, electricidade, energias renováveis, sistemas de tratamento de águas, indústrias extractivas e gestão cinegética. (Alsud, sd).

Mapa 6.5. Escolas e número de Inscritos no Concelho de Mértola no ano lectivo de 2017/2018

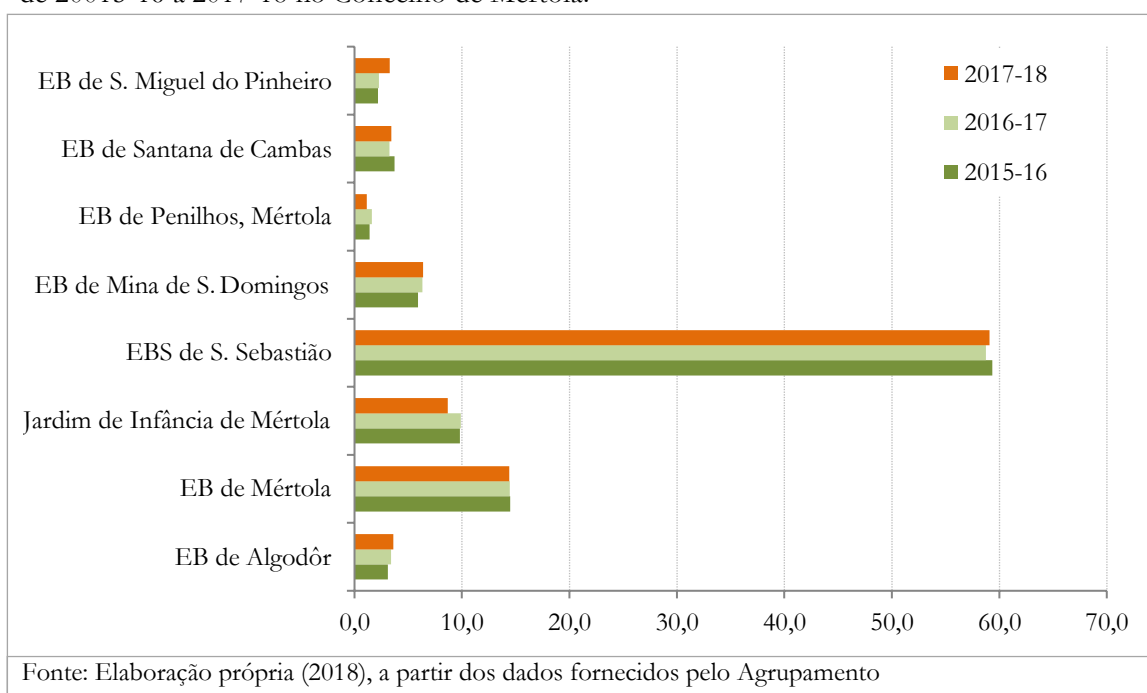


Fonte: Elaboração própria (2018) a partir de dados fornecidos pelo Agrupamento de Escolas de Mértola e pela Alsud (2018).

Nota: os dados da Alsud reportam-se ao ano lectivo 2017-2017.

As informações facultadas pelo agrupamento de escolas de Mértola reportam-se até ao ano lectivo 2017/2018, o que indica que a rede escolar pública era para este último ano lectivo de 611 alunos matriculados. Houve, portanto, uma perda de quase -5% em relação ao ano lectivo 2015/2016); estes dados foram divulgados por escolas conforme se apresenta de seguida, sendo notório que a Escola Básica e Secundária de São Sebastião engloba quase 60% dos alunos da rede pública.

Gráfico 6.31. Número de alunos matriculados na rede de escolar pública, nos anos lectivos de 2015-16 a 2017-18 no Concelho de Mértola.



Uma das iniciativas da Câmara Municipal de Mértola é contribuir para a educação no auxílio às famílias do Concelho com a oferta de cadernos escolares e manuais (até ao 6º ano de escolaridade); além disso os apoios escolares vão desde o pré-escolar até à Universidade (com bolsas de estudo). A deslocação dos alunos é assegurada pela Câmara Municipal por meio ou dos autocarros rodoviários ou carrinhas municipais. No total são 17 circuitos, 9 realizados pelas carrinhas e 8 pela transportadora Eva e Rodoviária. Dos 329 alunos transportados diariamente 138 utilizam os transportes da Câmara Municipal e 191 em transportes públicos. (GCIM da Câmara Municipal de Mértola, 2017).

6.6.2. Saúde

Os serviços médicos Mértola têm ao nível de infra-estruturas de saúde: um Centro de Saúde localizado na sede de freguesia do Concelho, de segunda a Domingo¹³⁸ e uma extensão localizada na Mina de São Domingos. Há quase duas décadas, as extensões de saúde do Concelho chegaram a ser 14; mas foram progressivamente encerradas, por via da diminuição da população e pela inexistência de recursos. O Concelho recorre a três unidades distintas – Beja, Serpa e Castro Verde – consoante a localização geográfica de proveniência do doente (a população da margem esquerda é encaminhada para o Hospital de Serpa; as freguesias a Norte para a Beja e as restantes a Sul, para Castro Verde). No entanto, ao nível de assistência hospitalar, o Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, o Hospital de Beja, efectua o atendimento à população de Mértola e fica aproximadamente a 53 km de distância (um percurso de duração média de 60 minutos). A distância acaba por aumentar (em termos de tempo e em km) para as populações das freguesias que se encontram no extremo do Concelho, como é o caso da Mina de São Domingos ou da freguesia da União de SMP, SPS e SSC. (GesSystem, 2007, p. 40).

Os indicadores de saúde do INE e o Centro de Saúde de Mértola indicaram que o próprio não dispõe de condições de internamento, nem de consultas de especialidade, mas tem a possibilidade de realizar exames de radiologia e análises clínicas em laboratório. Além disso conta com a existência de serviço domiciliário. Segundo o INE, em 2016, o total de consultas realizadas foi de 23 269, correspondente a 92% de consultas de medicina geral e familiar, enquanto os restantes 8% reportam-se a consultas de planeamento familiar. Segundo o Centro de Saúde de Mértola¹³⁹ o total de pessoal ao serviço no ano de 2017 era de 30 pessoas (5 médicos, 2 internos, 9 pessoas correspondentes ao pessoal de enfermagem e 21 outros trabalhadores). O que significa que há cinco médicos a tempo inteiro e dois a tempo parcial para atender a exactamente 6 459 utentes do Concelho de Mértola, dos quais, 2 212 utentes têm mais de 65 anos de idade (isto é, 34,2% do total). Apenas a freguesia de Corte Pinto, onde

¹³⁸ Com um horário que vai das 09:00 até às 16:00 de segunda a domingo. Após as 16:00 os utentes têm de dirigir-se ao Centro de Saúde de Castro Verde ou ao Hospital José Joaquim Fernandes de Beja.

¹³⁹ Informações recolhidas via telefone, no dia 14 de Maio de 2018.

se situa a Mina de São Domingos tem extensão médica três vezes por semana. Segundo o relatório da ImoEconometries (2010, p. 24), a opinião recolhida junto à população aponta para uma generalizada insatisfação dos cuidados de saúde prestados no Concelho, nomeadamente os elevados prazos para marcação de consultas; sendo frequente o recurso a consultas de especialidade do outro lado da fronteira, principalmente no caso dos habitantes da margem esquerda do Guadiana.

No que diz respeito às farmácias no Concelho, há duas e ambas situam-se na sede do Concelho de Mértola.

No âmbito do apoio aos idosos e famílias mais desfavorecidas do Concelho, o Município em parceria com o Centro de Saúde Local tem uma Unidade Móvel Médico-Social (UMMS) desde 2002. Tal como mencionado no *site* da Câmara Municipal de Mértola os objectivos da UMMS são os de informar, sensibilizar e apoiar a população na prevenção da saúde, também com a realização de algumas campanhas (como a campanha anual de vacinação contra a gripe, rastreios de colesterol e obesidade, higiene oral, cancro da pele e da mama, etc.) e como prestar cuidados de enfermagem e apoio social sempre que solicitados¹⁴⁰. A UMMS, apesar de ser reconhecida como uma iniciativa inovadora, cuja função prática é importante, tem uma abrangência limitada por não incorporar pessoal médico.

Sobre os equipamentos colectivos, nomeadamente sociais, importa referir que no Concelho de Mértola existem três Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), três Centros de Dia, três entidades para apoio domiciliário, uma Unidade de Apoio Integrado e um Centro de Convívio. Portanto, são três as instituições de apoio aos idosos com valências que vão desde o lar de idosos até ao internamento temporário, localizadas nas freguesias de Mértola e Santana de Cambas. A Santa Casa da Misericórdia é a instituição com o maior número de utentes a seu cargo.

¹⁴⁰ Em Fevereiro de 2018, a unidade Móvel de Saúde da Câmara Municipal de Mértola, com conjunto com o Centro de Saúde de Mértola e a Junta de Freguesia de Mértola iniciou duas novas campanhas de sensibilização da população para a necessidade de prevenção de quedas e sobre os perigos da automedicação direccionada para a população com 65 e mais anos. (GCIM da Câmara Municipal de Mértola, 2017).

As estruturas residenciais para pessoas idosas apresentadas no quadro que se segue encontram-se na sua capacidade máxima e as listas de espera para ingresso nas ERPI não têm exactamente um número definitivo, já que estas, apesar de extensas, não são actualizadas; ainda assim, apenas a capacidade do Apoio Domiciliário não está totalmente preenchida da Santa Casa da Misericórdia. Esta instituição limita a sua área de actuação à freguesia de Mértola e às freguesias que se encontram na margem norte do rio Guadiana, nomeadamente, Alcaria Ruiva, São João dos Caldeireiros, a União de freguesias e Espírito Santo; ao contrário do que ocorre com o Centro de Apoio a Idosos de Moreanes, cuja área de abrangência se localiza na margem sul do Rio Guadiana com as freguesas de Corte do Pinto, Santana de Cambas e uma parte da freguesia de Mértola e o Centro Social de Altos Montes que abrange as freguesias de Santana de Cambas e Espírito Santo.

Quadro 6.16. Utentes das Instituições que prestam Serviços de Apoio aos Idosos, no Concelho de Mértola em 2018

Instituição	ERPI*	Centro de Dia	Centro de Convívio	Apoio Domiciliário	Internamento Temporário
Santa Casa da Misericórdia (SCM)	72	10		155**	-
Centro Social de Montes Altos (CSMV) ***	27	17	15	16	-
Centro de Apoio a Idosos de Moreanes (CAIM)****	20	24		35	-
Unidade de Apoio Integrado de Mértola (UAIM)	-	-	-	-	27****
Total nº de utentes	119	51	15	206	27

Fonte: Dados foram fornecidos pela Santa Casa da Misericórdia, pelo Centro Social de Montes Altos (Instituição Particular de Solidariedade) e Centro de Apoio a Idosos de Moreanes (Instituição Particular de Solidariedade).

Notas:

* ERPI - Estrutura residencial para pessoas idosas

** Apesar de a capacidade de Apoio Domiciliário abranger 300 utentes, a SCM indicou que o número de idosos a solicitar este apoio encontra-se a diminuir.

*** CSMV informou que o Centro de dia tem capacidade para 20 utentes e o Apoio Domiciliário para 20

**** A ERPI antes de 2013 tinha 27 utentes, um número excessivo para a capacidade exigida no CAIM; o Centro de Convívio, tinha capacidade para 10 utentes que aumentou após remodelações efectuadas no local. O CAIM fornece outros serviços, em particular, através da cantina social com refeições diárias a 10 utentes e o auxílio a famílias pelo Banco Alimentar.

***** A UAIM pertence à Rede Nacional de Cuidados Integrados (da SCM) e é portanto, uma unidade de cuidados de longa duração e manutenção (ULDM) ¹⁴¹.

¹⁴¹ A ULDM dirige-se a internamentos de 90 dias seguidos para pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e graus de complexidade, que não reúnam condições para serem cuidadas em casa ou na instituição ou estabelecimento onde residem. Presta apoio social e cuidados de saúde de manutenção que previnam e retardem o agravamento da situação de

Conforme as informações obtidas pela Santa Casa de Misericórdia de Mértola, a lista de espera para a entrada nas ERPI tem crescido progressivamente e ascende a mais de 100 utentes, razão que torna urgente a criação de uma nova instituição que dê resposta às solicitações dos utentes. Tendo em conta o elevado número de residentes idosos do Concelho, a actual oferta em termos de apoio a este segmento da população tem apresentado carências ao nível de equipamentos do tipo Lar de Idosos ¹⁴². Neste sentido, um projecto referente à construção de um lar da Santa Casa da Misericórdia para a freguesia de São Miguel do Pinheiro, idealizado há vários anos, desde 2005, vê agora a sua possível concretização. De nome “Lar das Cinco Freguesias”, terá valências de lar, centro de dia e apoio domiciliário e terá capacidade para 61 utentes, poderá alojar idosos de outras zonas de Mértola e de outros Concelhos. Consequentemente, permitirá a criação de 25 a 30 postos de trabalho que aumentará o dinamismo social e económico do Concelho. O lar será composto por 18 quartos individuais e 21 duplos, uma sala de enfermagem, salas de convívio, um refeitório, instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade condicionada e espaços exteriores. Com um total orçamentado em cerca de 3 milhões de euros, a Câmara Municipal contraiu um empréstimo bancário de 2,750 milhões, dos quais 500 mil serão para financiar parte do lar, com o restante a ser financiado por fundos próprios do município, que pretende candidatar a obra a co-financiamento comunitário. (Diário de Notícias, 2017). A Santa Casa da Misericórdia de Mértola apontou que o apoio domiciliário prestado aos idosos com alguma autonomia tem vindo a diminuir, isto porque aumentam cada vez mais os casos de idosos cujas necessidades requerem uma assistência de terceiros de modo continuado, já que a garantia do apoio domiciliário deixa de ser suficiente. Também o Centro Social de Montes Altos, com a sua capacidade esgotada, referiu que a lista de espera para o acesso ao lar é elevada, ascendendo a mais de 150 inscrições, com um aumento diário de pedidos, podendo apenas ser aceite um novo utente na ocorrência de um óbito.

dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida. A ULDM pode ter ainda internamentos com menos de 90 dias (máximo 90 dias por ano) quando há necessidade de descanso do principal cuidador. (Segurança Social, 2017).

¹⁴² Informações obtidas junto da Santa Casa da Misericórdia de Mértola.

O Centro de Apoio a Idosos de Moreanes indicou que a lista de espera dos utentes para o lar é aproximadamente de 20 utentes e de acordo com as informações recolhidas, a maioria dos que se encontram em lista de espera residem fora do Concelho – entre estes, alguns gostariam de voltar às suas origens e outros simplesmente dizem gostar do local.

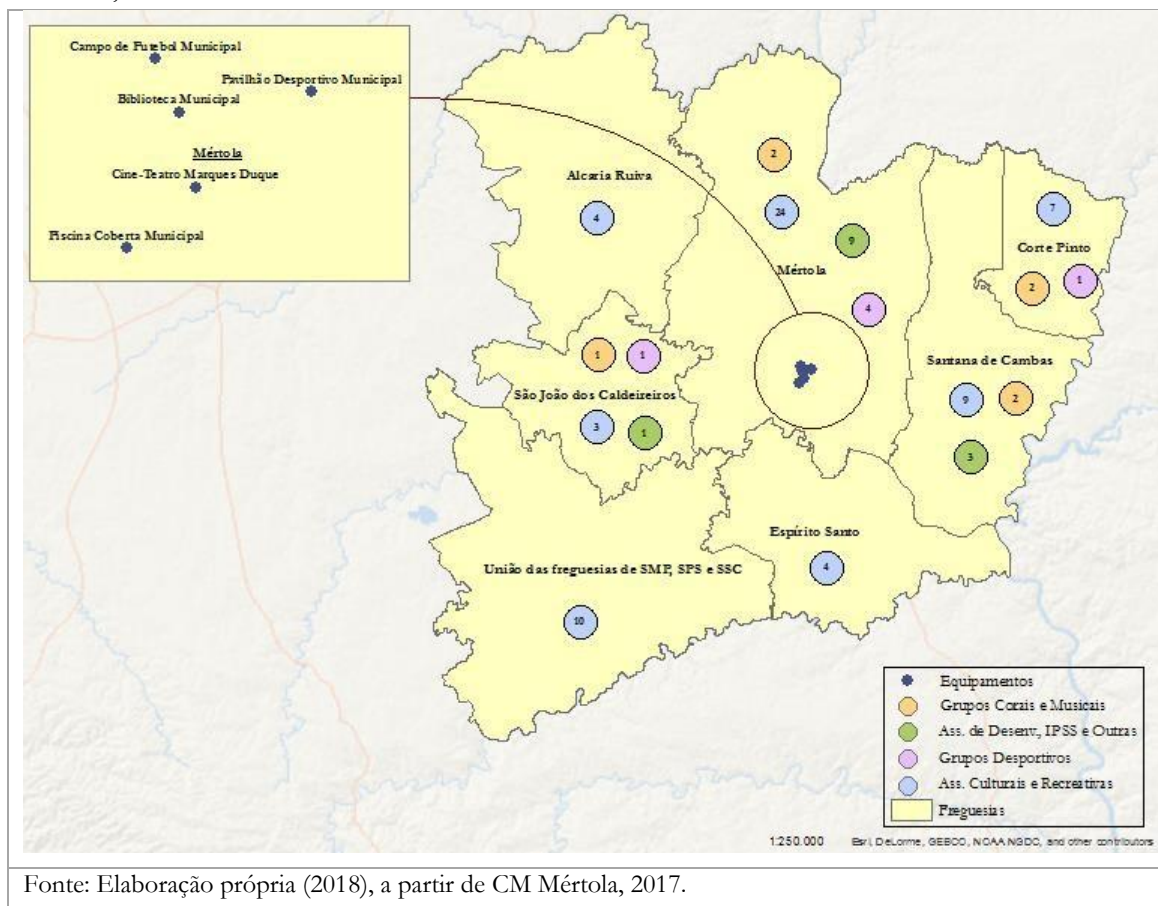
6.6.3. Outros Equipamentos – Cultura e Desporto

Há no Concelho de Mértola cerca de 60 associações, na sua maioria da área desportiva e recreativa; outras dedicam-se a áreas específicas como a defesa e a divulgação do património cultural e natural do Concelho. Há uma Biblioteca inaugurada em 1992 que integra a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e um Cineteatro Marques Duque com 172 lugares, em pleno funcionamento desde 2005. De equipamentos desportivos existe: o Pavilhão Desportivo Municipal, construído em 1994, que contempla um campo de jogos, um ginásio e uma sala multiúso para a prática de diferentes modalidades desportivas, com uma capacidade de bancada para 700 lugares; a Piscina Coberta Municipal inaugurada em 1999, com uma dimensão de 16*10 metros e por último o Campo de Futebol Municipal, revestido com relva sintética, com uma dimensão de 100*64 m (CMértola, 2014).

Ao todo existem 13 associações de Desenvolvimento, IPSS e outros, maioritariamente localizadas na freguesia de Mértola. Das Associações Culturais e Recreativas, contabilizadas em 61, onde a maior parte se situa na freguesia de Mértola. Referente aos Clubes Desportivos, existem 6, em que 4 se encontram também na freguesia de Mértola. Os Grupos Corais e Musicais têm sede em diferentes pontos do Concelho, não existindo uma freguesia que se destaque como nas categorias referidas anteriormente; ao todo foram contabilizados 7 grupos corais e musicais.

O mapa que se segue corresponde a uma visualização da distribuição dos equipamentos e associações que se localizam no Concelho de Mértola.

Mapa 6.6. Distribuição de Equipamentos Culturais e Associações localizadas no Concelho de Mértola, 2018.



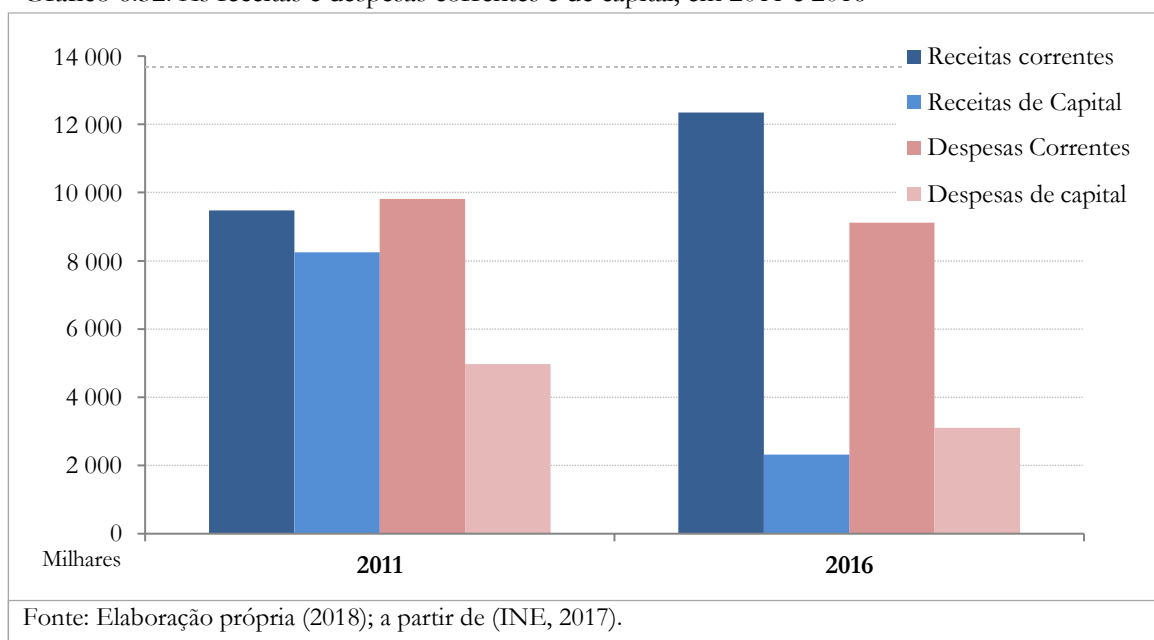
6.7. AS CONTAS MUNICIPAIS

No contexto da saúde das finanças municipais, o INE facultou alguns indicadores que permitem entender na generalidade a situação económico-financeira do município. Neste sentido, as receitas totais (correntes e de capital), totalizaram mais de 14,6 milhões de euros em 2016 (um valor que diminuiu 17,2% em relação a 2011, que em muito contribuíram as receitas de capital, em específico das transferências de capital que em 2011 ascenderam os 8,2 milhões de euros e em 2016 foram de pouco mais de 2,2 milhões de euros).

Em 2016, o maior peso das receitas totais, 84,2%, proveu dos fundos municipais a contribuir em mais de 75% do total das receitas correntes. Das receitas de capital, a fatia significativa (com mais de 95%) compreendeu a transferências de capital¹⁴³.

Relativamente às despesas do município, estas foram pouco mais do que 12,2 milhões em 2016 (uma diminuição de 17,2% comparativamente a 2011). As despesas correntes diminuíram em 7% entre 2011 e 2016 e representaram quase 75% do total das despesas. As despesas com o pessoal e a aquisição de bens e serviços formam o maior peso de despesas correntes, com 50,9% e 37,7%, respectivamente. As transferências de capital, que se inserem nas despesas de capital, quase 92% se dirigem para a aquisição de bens e serviços. O peso das transferências de capital para as freguesias em relação ao total de despesas não ultrapassa os 0,2%.¹⁴⁴

Gráfico 6.32. As receitas e despesas correntes e de capital, em 2011 e 2016



Ao nível nacional, as receitas situaram-se em mais de 7,3 mil milhões de euros, em 2016, com as receitas correntes a terem um peso de quase 93% no total das receitas. O imposto municipal sobre imóveis e os fundos municipais acarretam a percentagem mais significativa com 22,0% e 25,6%, respectivamente. Portugal comporta 80% das

¹⁴³ Ver tabela das receitas 6-E.27. em anexo.

¹⁴⁴ Ver tabela 6-E.28. em relação às despesas, em anexo.

despesas em despesas correntes, com incidência nas despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços (cada uma destas rubricas com um peso de 42,3% e 40,8%, respectivamente em relação ao total de despesas correntes). Sobre as despesas de transferências de capital para freguesias, o valor não chega aos 2% (fica precisamente em 1,8%, referente total de todas as despesas). Entre 2011 e 2016, as despesas diminuíram quase 6%.

No Concelho de Mértola no ano de 2016, as receitas *per capita*, foram de 2284 euros (um valor muito acima do registado em Portugal, que se fixou em 710 euros por habitante) e as dívidas de 475 euros (enquanto em Portugal a dívida *per capita* foi de 478 euros por habitante). Comparativamente com 2011, Mértola diminui a sua dívida por habitante – em 2011, era de 1247 euros tendo diminuído, como já especificado, para 475 euros em 2016 (uma diminuição de 772 euros por habitante). (INE, 2017). Ao nível das receitas o valor em 2011 foi de 2481 euros *per capita* e em 2016 de 2284 euros (uma diminuição de 197 euros¹⁴⁵. (INE, 2017). As exportações do Concelho comportaram em 2017, cerca de 537 mil euros e as importações em mais de 967 mil euros, o que reflecte um saldo negativo de 430 mil euros; no Baixo Alentejo, as exportações são superiores do que as importações – isto é, mais de 648 milhões para quase 160 milhões. (INE, 2018). Ao nível nacional, enquanto a saída de bens englobava os mais de 55 mil milhões de euros, as importações subiram para quase 67 mil milhões de euros. (INE, 2018)

6.8. OS PROJECTOS DE INVESTIMENTO DE 2014-2020

Desde 1986 que Portugal se apoiou na ajuda estrutural comunitária representada por três Quadros Comunitários de Apoio (QCA) – o primeiro entre 1989 e 1993, o segundo entre 1994 e 1999 e o terceiro entre 2000 e 2006 – e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período de programação 2007 -2013. O último Portugal 2020 é o “Acordo de Parceria” adoptado entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a actuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, nomeadamente o FEDER, o Fundo de Coesão, o FSE, o FEADER e o FEAMP, nos quais se definem os princípios de programação que consagram a política de

¹⁴⁵ Ver tabela 6-E.29. em anexo.

desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020, e que se encontram alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo da Estratégia Europa 2020. O país irá receber 25 mil milhões de euros até 2020 que serão atribuídos no âmbito de cada um dos 16 programas operacionais temáticos e regionais¹⁴⁶.

Os principais objectivos das políticas a concretizar no Portugal 2020 são:

- Estímulo à produção de bens e serviços transaccionáveis
- Incremento das exportações
- Transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo
- Cumprimentos da escolaridade obrigatória até aos 18 anos
- Redução dos níveis de abandono escolar precoce
- Integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social
- Promoção do desenvolvimento sustentável, numa óptica de eficiência no uso dos recursos
- Reforço da coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade
- Racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública.

¹⁴⁶ O Portugal 2020 será operacionalizado através de 16 Programas Operacionais, aos quais acrescem os Programas de Cooperação Territorial (em que Portugal participará em conjunto com outros Estados membros). Serão 4 programas operacionais temáticos no Continente (competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); 5 programas operacionais regionais no continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve); 2 programas regionais nas regiões autónomas (Açores e Madeira) e 6 programas operacionais de cooperação territorial europeia (nomeadamente, Espanha - Portugal, Madeira-Açores-Canárias, Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo, Espon, Urbact, Interact e Interreg C.); 3 programas de desenvolvimento rural (um programas de desenvolvimento rural no continente – PDR 2020, 2 nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira; um programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas – programa operacional Mar 2020 e por fim, um programa de assistência técnica.

Em termos de elegibilidades para os Fundos Europeus de Investimento, a Região Alentejo insere-se nas regiões menos desenvolvidas com um PIB *per capita* inferior a 75% da média da União Europeia¹⁴⁷. (Agência, sd).

6.8.1. Os projectos do Município

No contexto dos projectos de âmbito concelhio, apresentam-se os projectos em curso; nomeadamente o projecto de electrificação rural que irá servir 56 montes. A primeira instalação eléctrica a ser ligada será em Vale Romeiros. Os encargos financeiros são suportados por 85% de responsabilidade da EDP, 15% da Câmara Municipal e os proprietários, num custo total de 1,35 milhões de euros; executada em três fases, esperando-se a sua conclusão para Dezembro de 2018. (CMértola, 2017).

Há investimentos por área de intervenção que se indicam relevantes – o maior diz respeito ao parque móvel com mais de 773 mil euros; mas também na mesma esfera de investimento, a Habitação comporta um aumento monetário relevante (a diferença é bastante significativa entre 2013 e 2016, um aumento de mais de 1200%), com mais de 746 mil euros disponíveis. Seguindo a estratégia de investimento adoptada em 2013, a aposta continuou em 2016 com, aproximadamente, 704 mil euros para a área de Arruamentos, Estradas e Caminhos. A indústria e a energia também é uma área significativa; tanto que o investimento aumentou mais de 1200% entre o período indicado, com um total de investimento de 681 mil euros em 2016 .

No sentido oposto, mais de metade do investimento realizado na área da Cultura em 2013 diminuiu em 2016, fixando-se em 241 mil euros¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Neste âmbito, são sete as regiões de Portugal que se dividem em: regiões menos desenvolvidas (como indicado) onde se incluem, além do Alentejo, as regiões do Norte, Centro e Região Autónoma dos Açores em que taxa de co-financiamento dos fundos abrange os 85%; as regiões em transição, atribuída à região do Algarve, são as que apresentam um PIB *per capita* entre os 75% e os 90% da média das regiões da União Europeia e têm uma taxa de co-financiamento de 80%; por último, as regiões mais desenvolvidas (com um PIB *per capita* superior a 90%) que incluem a região de Lisboa e a Região Autónoma da Madeira e têm uma taxa de co-financiamento de 50% (Lisboa) e 85% (a Madeira)

¹⁴⁸ Informação a consultar em anexo “Projectos de Investimento”.

Em 2016, a recuperação, reconstrução e construção de raiz foram objectivos da Câmara Municipal de Mértola; neste sentido centenas de obras foram executadas maioritariamente por administração directa e dizem respeito, entre outras, a pavimentações, arranjos de estradas ou de exteriores, saneamento básico, requalificação de equipamentos.

Com um orçamento de mais de 18,7 milhões de euros em 2018 (um aumento de 4 milhões em relação a 2017), as obras de maior destaque no Concelho são: a conclusão do Pavilhão Multiútilos de Mértola e o início da construção do Lar de São Miguel do Pinheiro. Com financiamento comunitário aprovado, os projectos abrangidos são: obras de recuperação da Casa Cor de Rosa (em Mértola); a recuperação do Cineteatro, do Jardim do Coreto e da envolvente do Mercado Municipal (na Mina de São de Domingos); Estão igualmente aprovados as obras de saneamento básico, abastecimento de água e pavimentação em Alcaria Longa e em Montes Altos.

Os projectos mais relevantes do ponto de vista monetário apresentam-se de seguida, (sendo os demais apresentados em anexo); estes projectos tiveram as suas candidaturas submetidas em 2017 e algumas encontram-se em estado de execução, segundo as informações disponibilizadas pela Câmara Municipal de Mértola, em particular pelo Serviço de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento.

Com um investimento global de 3,75 milhões de euros, o Plano de Acção Integrado para a Comunidade Desfavorecida da Mina de São Domingos tem como objectivo promover a regeneração física, económica e social deste núcleo urbano, assente em três objectivos estratégicos: qualificação do espaço público, melhoria das condições de habitabilidade e reforço da inclusão e coesão social. Para o mesmo local, a Mina de São Domingos, está previsto a requalificação da Escola Básica com um valor de investimento de 291 mil euros.

Em execução encontram-se obras destinadas ao sistema de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais num valor de investimento elegível de mais de 2 milhões de euros, em João Serra (freguesia de Alcaria Ruiva), Alcaria Longa (na localidade de São Miguel do Pinheiro) e Montes Altos (na freguesia de Santana de Cambas).

O projecto de Reabilitação Integral da Casa Rosa apresenta-se com um valor global de mais de 839 mil euros destinados à reabilitação do edifício e do envolvente para a instalação de uma casa de chá e banhos árabes no edifício principal ¹⁴⁹.

O Plano Municipal de Combate ao Insucesso Escolar do Concelho de Mértola terá um investimento global de cerca de 256 mil euros, com actividades e programas do Agrupamento de Escolas do Concelho e da Escola Profissional Alsud, de modo a colmatar as dificuldades de alunos e famílias no acesso e participação à educação.

Um financiamento de 341 mil euros destina-se ao Projecto GO2Mértola que diz respeito à observação de aves, astroturismo, pedestrianismo e capacitação de guias locais; uma parceria realizada entre a Câmara Municipal de Mértola, a Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo (ARPTA) e a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM).

No seguimento de actividades relacionadas com o património natural, em consonância com a educação ambiental, surge o financiamento global de cerca de 215 mil euros para o projecto “Geração Bio”. Este projecto conta com a parceira do Instituto da Conservação Natureza e Florestas (ICNF)/Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG) e dos agrupamentos escolares do Concelho e Concelhos vizinhos; visa, entre demais actividades, a criação de 2 Estações da Biodiversidade (EBIO), um documentário de natureza sobre a biodiversidade do Vale do Guadiana a realizar por Daniel Pinheiro e um conjunto de oportunidades que põem à disposição a criatividade e inovação direccionadas para o património histórico-natural do Concelho. No âmbito das questões ambientais, o projecto “Nature – Ecoturismo no Vale do Guadiana, com um investimento elegível de cerca de 134 mil euros, a Câmara Municipal de Mértola tem como objectivo, em parceria com a Câmara Municipal de Serpa, a formalização da candidatura do Vale do Guadiana à classificação de Geoparque. Com o mesmo propósito de valor ambiental e turístico, surge o projecto da “Rota do Guadiana” com um valor global de investimento a rondar os 133 mil euros.

¹⁴⁹ Escavações arqueológicas recentes no centro histórico, na Casa Cor de Rosa, desvendaram um conjunto de estátuas do período romano (do século I) que pode indiciar a existência de um templo romano e a novos conhecimentos sobre a ocupação romana em Portugal. (Lusa, 2017).

Outros projectos estão a ser executados, ou assim é a pretensão do executivo, como ocorre com a navegabilidade do Guadiana. A navegabilidade poderá ser uma realidade no rio Guadiana entre o Pomarão (Mértola) e Vila Real de Santo António (passando por Alcoutim). O projecto intitulado de “Guadiana: Património Natural Navegável” decorre do Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha e conta como parceiros – o Instituto Hidrográfico, a Direcção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, a Docapesca e a Agência Pública de Puertos de Andalucía¹⁵⁰. (Observador, 2017). Os autarcas acreditam que a navegabilidade do rio Guadiana possa trazer vantagens para o desenvolvimento local e turístico do território do Baixo Alentejo, sobretudo ao nível das náuticas de recreio e marítimo-turísticas. Actualmente o Guadiana é navegável entre a foz e o Pomarão, com algumas restrições e o objectivo é torna-lo navegável desde Mértola até à foz. Neste cenário, o investimento em infra-estruturas de apoio à navegação,

¹⁵⁰ O rio Guadiana foi considerado com uma das principais rotas de navegação do sul da Península Ibérica, um lugar privilegiado para a fixação de populações desde a época neolítica. Entre 1856 e 1965, as actividades mineiras permitiram o escoamento do minério proveniente das minas de São Domingos; porém, o fim da exploração cessou a navegação comercial regular e o canal outrora navegável, ficou sem manutenção e acumulando sedimentação e com alteração dos fundos ao longo dos anos. Não obstante, desde os finais dos anos 80, o rio tem vindo a ser alvo de atracção turística, com actividades marítimo-turísticas, nomeadamente com aumento de tráfego de embarcações turísticas. Contudo, para uma navegação segura é necessário o desassoreamento do canal e a produção de cartografia náutica. Neste sentido, ao abrigo intenção supra referida, foram definidas três fases, correspondentes a três troços: a primeira fase, referente ao troço internacional entre Vila Real de Santo António e Alcoutim, já concretizada (co-financiada pelo FEDER, 2007-2013), com o objectivo de restabelecer um canal navegável com especificidades concretas como uma largura mínima de 30m, e cota de serviço de -2.00m ZH, embarcação de projeto de 70m de comprimento, boca de 10 m e calado de 1.80m, raio mínimo para curvas de 210m e visibilidade das luzes das balizas a 2 milhas de distância; a segunda fase, actualmente em curso, através do projecto indicado, aprovado no âmbito do Programa INTERREG V-A-Espanha-Portugal, 2014-2020, procura estabelecer com as mesmas condições de navegabilidade acima referidas, o troço entre Alcoutim e Pomarão; a última fase, a terceira, refere-se ao Troço exclusivamente nacional, entre Pomarão e Mértola, cujo financiamento ainda não se encontra assegurado, com constrangimentos técnicos e ambientais, como a sinuosidade do canal, o fundo ser particularmente rochoso e parte do troço se inserir na área protegida do Parque Natural do Vale do Guadiana; considerando os levantamentos topo-hidrográficos preliminares, encontra-se previsto um levantamento mais pormenorizado a ser executado durante o ano de 2018, para a definição das condições de navegabilidade, preconizando-se uma embarcação de projeto de 25 m de comprimento, boca de 6 m e calado de 1 m. (DGRM, 2018).

nomeadamente cais, inclusive de grande porte, fará parte dos propósitos do projecto de navegabilidade do Guadiana; sendo esta uma condição necessária para a viabilização de empreendimentos turísticos, como a construção de um hotel, uma marina, um cais e uma doca seca no Pomarão. (Lusa, 2007).

Um outro projecto há muito ambicionado tem que ver com a electrificação rural no Concelho para a iluminação de 56 montes. O custo da obra ronda 1,35 milhões de euros com a EDP a suportar 85% do valor e a Câmara Municipal e os proprietários com a responsabilidade financeira de 15%. Mais um projecto, num valor superior a 2,5 milhões de euros, é a construção do Pavilhão Multiúso de Mértola, um espaço para a realização de múltiplas actividades nomeadamente eventos, exposições, espectáculos amparado pelo Largo da Feira cujo espaço também será destinado a eventos de carácter social, cultural e económico e com um parque de estacionamento na cave para cerca de 71 veículos ligeiros. Por fim, a construção do Lar das 5 Freguesias em São Miguel do Pinheiro, composto por dois pisos, com valências na prestação de cuidados de saúde aos utentes; equipado com 18 quartos individuais e 21 duplos e demais comodidades, possibilitando de forma directa empregar 25 a 30 pessoas.

Ao nível do apoio dado ao associativismo, os instrumentos de apoio ao associativismo cultural e desportivo foram criados em 2003 para promover e valorizar o papel do associativismo no Concelho. Neste sentido, são objectivos destes instrumentos: o contribuir para apoiar as colectividades locais, racionalizar os recursos do município com intervenção em normas transparentes e em objectivos bem definidos com rigor e imparcialidade, contribuir para uma descentralização e desconcentração das actividades e estimular o associativismo local no desenvolvimento de projectos inovadores e de carácter regular. (CMMértola, 2014). Nestes instrumentos de Apoio ao Associativismo Cultural e Desportivo, a totalidade de apoios mais significativos foi direccionado para apoios às actividades regulares, de quase 144 mil euros e para o programa de apoio à construção, remodelação de infra-estruturas com 24,4 mil euros; ainda que haja outros apoios igualmente importantes como o apoio à cedência de transportes e aquisição de viaturas de cerca de 12 mil euros.

CAPÍTULO 7. VERIFICAÇÃO DE HIPÓTESES

O planeamento estratégico territorial permite obter uma visão global do território, com a possibilidade de avaliar o Concelho de Mértola, através da análise aos níveis interno e externo e as tendências de evolução, com a perspectiva de desenhar as vantagens competitivas, averiguar as capacidades de defesa, as necessidades de reorientação e as vulnerabilidades. Neste contexto, fica subjacente a importância das intenções e percepções dos actores locais, com o propósito de definir uma estratégia cuja pretensão é dinamizar o território estudado.

As principais tendências do território apontam para o despovoamento e dispersão da população o que pode direccionar para uma cessação humana do Concelho, típica dos territórios em processo de despovoamento. Contudo, os investimentos do executivo local insistem em inverter a situação de despovoamento através de novas construções ou remodelações. É por via deste tipo de investimento que o território pode ser (re)povoado? O facto é que com todos os investimentos para melhoria das condições de vida, o Concelho ainda não reverteu a sua situação de regreesão demográfica e tão pouco de fixação de novos residentes.

É sabido que a tendência nacional, em particular no interior do país, é de contínua perda populacional. O interior do país não tem sido atractivo para a fixação de vida humana e os seus efeitos suscitam limitações, em particular, em investimentos de carácter público e ainda mais de carácter privado – a partir dos quais, todos os demais

cenários de geração de dinâmicas sociais e económicas ficam por concretizar. Em suma, sem pessoas, sem massa crítica educacional, cultural, económica, científica e política, o território torna-se “vazio”, pautado por escassez humana.

Os verdadeiros propósitos do futuro podem diluir-se em esperanças vãs. Se o principal propósito é o desenvolvimento do território, então não há dúvidas que a atracção e retenção de gente, principalmente qualificada, é a chave que abre a porta da solução. Não de todas as soluções, mas da principal que daria origem ao almejado rejuvenescimento demográfico, como ocorre nos núcleos populacionais mais atractivos e equilibrados do ponto de vista da pretensa qualidade de vida e bem-estar das populações.

Os actores locais, também considerados elementos territoriais, podem estabelecer interacções de mútuo interesse para a concretização de acções com vista ao crescimento e desenvolvimento do território. Principalmente, quando todos partilham uma visão similar, não só do que é o presente mas, em particular, do que o futuro pode reservar. Se há acções que podem ser implementadas, então a intervenção do governo local é imprescindível para que as tomadas de decisão e as efectivas acções possam ser céleres e sustentáveis; isto é, assegurar a qualidade de vida da geração presente, sem pôr em causa o futuro das vindouras. Todavia, é preciso entender que os números são inequívocos e ditam as tendências do Concelho aos níveis demográfico, social e económico. Os indicadores manifestam um quadro presente e de futuro que o próprio poder político tende a contrariar. Indubitavelmente, e não há que esquecer, que o maior empregador é o sector terciário com quase total ênfase na função pública, em concreto no poder local, onde reside a máquina na qual se debatem e decidem as verdadeiras problemáticas. É neste contexto que urge o desenho e implementação de um novo modelo de administração e gestão que englobe a permanência de territórios unificados, sejam eles de pequena, média ou grande dimensão. O planeamento estratégico para este tipo de territórios encerra em si limitações pelo desequilíbrio entre as ameaças e as oportunidades que visem o desenvolvimento do Concelho.

Sobre a verificação das respostas dos intervenientes se indica que:

- a) Do ponto de vista social e económico, os entrevistados vêem o município como um território despovoado, empobrecido, com lugares dispersos a “definhar” e com uma agricultura pouco desenvolvida. Apontaram uma clara dependência do emprego público, onde o poder local é visto como um empregador e não apenas como prestador de serviços; ainda que o próprio município seja uma parte importante de suporte de desenvolvimento da população. No âmbito económico, assinalaram um nicho empresarial de dinâmicas diminutas; na sua maioria alimentadas por os negócios locais com origem em heranças de familiares. Porém, apesar de a dinâmica económica ser reduzida, reconheceram o aparecimento de novas oportunidades ligadas ao sector do turismo, com claros sinais de investimento ao nível do alojamento local que provocaram alguma “agitação” económica. Noutros sectores económicos, como o sector da agricultura, as poucas empresas existentes não têm uma escala que lhes permita concorrer nos contextos nacional e internacional.
- b) Os entrevistados apontaram como problemas do Concelho – a população envelhecida, a falta de pessoas jovens no território e o não retorno dos que saíram. Realçaram na população características como a falta de “auto-estima” e de “valorização” do território por parte dos seus habitantes; manifestaram a escassez de ligações de transporte e de acessibilidades externas. Indicaram que a dimensão do Concelho e a dispersão de lugares tem envolvido custos *per capita* elevados, em investimentos pontuais como obras de melhoramento e saneamento básico em lugares com menos de 100 habitantes. A par destes problemas, incluíram a escassa rentabilidade do investimento financeiro realizado pelas poucas empresas do Concelho e a saúde com meios insuficientes para dar resposta às necessidades populacionais.
- c) Para inverter a situação actual social e económica do território, as estratégias pensadas pelos intervenientes apontam para a criação de incentivos para a retoma de alguns reformados e para o aumento de empregabilidade em três sectores-chave: a agricultura, a construção e o turismo.

Entendem que a agricultura poderá ser uma mais-valia, considerando a exploração de recursos endógenos naturais de onde provém o pão, o mel de rosmaninho, a produção de gado como a ovelha campaniça, as actividades relacionadas com a

cinagética, em consonância com a introdução de espécies animais de caça, através de boas práticas para a gestão de habitats, como ocorrido com a introdução do lince-ibérico em 2015 no Concelho de Mértola.

O sector da construção, ainda que pontual, tem suscitado algum dinamismo e alguns projectos são vistos como fulcrais – nomeadamente, o assoreamento do Rio Guadiana cujas expectativas constituem um ponto central para impulsionar os negócios locais e gerar inovações no Concelho; a recuperação de aldeias, montes ou das azenhas do Guadiana; a construção de uma superfície de média dimensão de supermercado ou a reabilitação da “Casa Cor de Rosa”, onde se prevê a criação de um *hama* (banhos públicos árabes). A juntar também, a requalificação ambiental e a melhoria do complexo turístico da Mina de São Domingos, um pólo dinamizador do Concelho.

Na opinião dos entrevistados, o turismo tem funcionando como uma alavanca para colocar os elementos diferenciadores visíveis, pela riqueza histórico-cultural, com a continuação do fomento do turismo cultural e museológico e com projectos que indicam a exploração de investigação da toponímia dos lugares. Seria necessário a introdução de um bilhete municipal que facultasse o acesso aos pontos de interesse a visitar no Concelho e a promoção mais visível dos produtos através de vias de marketing como os eventos culturais.

Suscitou interesse a criação de uma Junta de Colonização Municipal – em cooperação com o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento da CM Mértola e os demais departamentos da Câmara Municipal – dependendo directamente da Presidência da Câmara, de modo a agilizar procedimentos e prioridades para com o Concelho, no sentido do seu desenvolvimento efectivo. Surgiu também a ideia de criação de um Centro de Investigação Multidisciplinar de plantas aromáticas e medicinais, com a celebração de protocolos com universidades, associando também ao termalismo. (Há mais de duas décadas que se encontra abandonado o lugar Morena, na freguesia de Alcaria Ruiva onde ocorriam tratamentos termais). Considerando a dispersão populacional como uma realidade concelhia, é de comum entendimento o reagrupamento da população de modo mais concentrado nas freguesias, através de políticas de incentivos.

Em suma, os intervenientes acreditam que será necessário criar uma estratégia de capacitação do crescimento, através de uma economia social com novas interações público-privadas que permita uma agro-silvo-pastorícia sustentável;

com valorização dos produtos endógenos e do património cultural e arqueológico; incentivos especiais à fixação de pessoas, através de uma política de habitação adequada e incentivos educacionais, a partir do 2º e 3º ciclos, de valorização do território.

- d) Em relação ao recurso endógeno mais singular do município em comparação com os demais da região, os entrevistados seguem a mesma linha de raciocínio face aos elementos diferenciadores estratégicos, apontando mais do que um recurso endógeno. Isto é, identificam o património histórico-cultural-natural do qual destacam o rio Guadiana, a gastronomia, os produtos de produção local como o mel rosmaninho, o pão, o queijo e os enchidos; apontam igualmente a actividade cinegética e o turismo cultural.
- e) Sobre as relações de Mértola com os municípios contíguos, os especialistas referiram que há competição e também cooperação e que estas dependem das áreas de intervenção; ainda que considerem que há mais cooperação do que competição. Ou seja, identificaram cooperação no âmbito cultural e económico, considerando o evento anual da Feira Agro-Pecuária que se alterna com Serpa, Mértola e a Mancomunidade de Municípios de Betúria; existindo igualmente sinergias com os municípios contíguos por questões políticas e problemas comuns, relacionados essencialmente com o ambiente (como a desertificação). Nas relações de competição, foram apontados os produtos locais.
- f) Na opinião dos entrevistados, a Ponte Internacional do Baixo Guadiana, inaugurada em 2009, aproximou os povos do Concelho de Mértola e os municípios espanhóis; considerando que a nova acessibilidade trouxe vantagens na área do turismo, restauração e demais actividades de comércio local. Houve, portanto, um estreitar de relações com o outro lado da fronteira e o consumo de produtos considerados mais baratos como o gás e o combustível, por parte dos mertolenses. Todavia, na opinião dos entrevistados, apesar de a diminuição das distâncias ter sido benéfica, aquando da sua inauguração e consequente afluência de espanhóis em Mértola, a impreparação dos agentes locais foi considerada como um obstáculo pela atitude pouco proactiva dos agentes económicos locais no que diz respeito, por exemplo, à abertura de estabelecimentos comerciais aos fins-de-semana, o que afastou os visitantes, em particular, espanhóis. Ainda assim, com o

passar do tempo os comerciantes ficaram mais despertos para a nova situação e adoptaram uma postura mais interessada nos visitantes ao Concelho.

- g) O nível de participação dos munícipes, visto pelos entrevistados é considerado reduzido.
- g₁) Consideraram que as associações e o poder político são os elementos catalisadores das iniciativas de participação para fomento de dinâmicas sociais e económicas.
- g₂) Iniciativas pontuais como um evento do jantar do mercado criado por um pequeno grupo de moradores, onde se reuniram alguns munícipes que partilharam uma refeição com confecções gastronómicas levadas pelos próprios, constitui um exemplo de disponibilidade e participação dos munícipes; mas ainda assim diminuto. Os entrevistados evidenciaram a necessidade de uma alteração de mentalidade, em particular ao nível empresarial para a existência de uma maior colaboração e visibilidade entre os sectores económicos. Há, todavia, nichos de experimentação empresarial de produtos locais (anteriormente referidos, como o mel, o pão e o queijo; mas também outros como a amêndoa de sequeiro, o medronho, o vinho, os recursos silvestres, ervas aromáticas, marmelos, figo da índia) cujas espécies têm um crescimento espontâneo no território e que podem funcionar como uma aposta de dinamização económica e social.
- h) Os entrevistados vêm com preocupação e pessimismo o futuro do município a longo prazo. Consideraram até irreversível a situação do município. Entendem como fundamental o aproveitamento dos recursos locais, em específico através do turismo que pode assumir um papel de liderança, a aposta na agricultura biológica e os incentivos à fixação populacional.

7.1. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO PARA MÉRTOLA – ANÁLISE SWOT

CRUZADA

Da hipótese geral apresentada, toma-se em conta a análise SWOT cruzada que estabelece o âmbito da análise realizada através dos indicadores demográficos e económicos, em consonância com a percepção dos actores locais para um melhor entendimento das hipóteses mais específicas.

Vantagens competitivas (oportunidade):

- Qualidade do Concelho de Mértola se ter candidatado a Património Mundial da Humanidade, considerando que o Concelho possui a única mesquita do país.
- Qualidade cinegética e diversidade biológica onde se inclui o recurso do Rio Guadiana com sinergias que podem dar resposta ao turismo, em particular ao turismo rural.
- Qualidade no desenvolvimento de actividades impulsionadoras da economia e cultura locais, nomeadamente de produtos locais onde se destacam o pão, o mel e o queijo.
- Exploração e dinamização de recursos naturais, culturais e turísticos, com ênfase em produtos locais como o mel de rosmaninho, a amêndoa de sequeiro, o marmelo, os recursos silvestres, o vinho, as ervas aromáticas, o figo da índia.
- Dinamização do complexo turístico da Mina de São Domingos, com potenciação de locais de restauração e de um programa de habitação para primeira e segunda residências em conformidade com remodelações e com uma adequada política de alojamento local.
- Dinamização incisiva na área do turismo como suporte às demais actividades económicas e onde se inclui as oportunidades de emprego e fixação de população.
- Utilização do recurso “Rio Guadiana” através do projecto de navegabilidade.

- Aposta e valorização no mercado sénior, com condições que possibilitem a satisfação das necessidades da faixa etária mais envelhecida, funcionando como marco regional.

Vulnerabilidades (ameaças)

- Despovoamento e regressão demográfica derivados do processo de duplo envelhecimento e do fluxo emigratório, constituindo factores inibidores do desenvolvimento do Concelho, em contraste com pólo urbano mais próximo, Beja (capital de distrito do Baixo Alentejo).

- Existência de uma fraca densidade demográfica num dos maiores Concelhos do país, precisamente, a sexta maior área; com localização geográfica periférica, em conjugação com a elevada dispersão e predominância de lugares de dimensão reduzida e envelhecidos.

- Elevado peso da população idosa isolada, em paralelo com carências infra-estruturais e de serviços, em resposta às situações vulneráveis de pobreza, saúde e salubridade.

- Escassez de recursos humanos, agregada a uma população activa envelhecida, com baixas qualificações que enfraquece acções de desenvolvimento que permitem unicidade na região do Baixo Alentejo.

- Diminuição de inscritos em todos os níveis de ensino sem reorientação de acções de formação visíveis no prosseguimento de qualificações específicas que contribuam para arranque de iniciativas de empreendedorismo local.

- Vulnerabilidade do sector primário com estrutura económica enfraquecida; predominância do sector terciário como o principal empregador do Concelho, em conjugação com a incapacidade de fixar capital humano, nomeadamente quadros médios e superiores, pelas fracas oportunidades de emprego.

- Reduzida escala empresarial e competitividade no contexto local e regional e com níveis de rendimento abaixo da média regional e nacional.

- Reduzida visibilidade dos recursos culturais e das iniciativas locais no exterior.
- Inexistência de uma superfície média comercial capaz de canalizar maior dinamismo económico.
- Incipiente articulação entre os actores locais e, entre estes, e os regionais/nacionais.

Necessidades de Reorientação (oportunidade)

- Necessidade de maior divulgação de incentivos à realização de investimentos e eventos, do património ambiental, histórico-cultural, através de marketing territorial.
- Maior articulação municipal e transfronteiriça na conjugação de esforços de investimentos financeiros.
- Aposta no turismo rural em consonância com o património histórico-cultural.
- Implementação de acções de formação e qualificação dos recursos humanos adequados a altos quadros humanos, com capacidade de empreendedorismo.
- Necessidade de integrar uma política de habitação em paralelo com oportunidades de emprego, associadas aos diferentes sectores económico, em específico no âmbito da agricultura, produção de produtos locais e turismo.

Capacidades de Defesa (ameaças)

- Efeito atenuante de isolamento na melhoria da acessibilidade rodoviária via Ponte Internacional do Rio Guadiana, entre Mértola e os municípios espanhóis contíguos.
- Possibilidade de divulgação de lugares para investimento externo no âmbito de uma política de alojamento local associada ao turismo rural.
- Aumento de procura de serviços e produtos relacionados com a área do envelhecimento da população, nomeadamente terceira e quarta idades. (A construção do lar das “Cinco Freguesias” não abrange nem a necessidade concelhia, nem a regional).

O despovoamento é um factor manifesto de involução económica e social.

O declínio demográfico do Concelho é um facto. As projecções indicam que em menos de uma década a população não chegará a 5 mil habitantes. Os indicadores – como a variação populacional negativa verificada ao longo de décadas, o elevado peso da população da terceira idade que em 2011 registou 34,5% e a inexistência de rejuvenescimento da população – comprovam a perda humana no território. A população potencialmente activa, com uma faixa etária entre os 20 e os 29 anos, nos últimos anos, diminuiu mais de 50%. Se o ritmo deste processo de despovoamento continuar, o município de Mértola poderá ser um dos municípios fantasmas de Portugal, nas próximas décadas.

A elevada dispersão de lugares, um total de 98, num dos Concelhos de maior dimensão territorial do país, tem uma população activa diminuta e envelhecida. Dos residentes que se encontram empregados, mais de três quartos trabalham por conta de outrem e destes, mais de metade encontram-se no sector terciário, com níveis de instrução baixos. O município de Mértola é o 6º com o menor índice de poder *per capita*, no conjunto de 58 municípios do Alentejo.

A estrutura económica fixa-se em nichos empresariais diminutos, sem escala regional ou nacional; ainda que siga a tendência para implementar outros nichos, em específico, vocacionados para o turismo que podem culminar em flutuações sazonais, sem perspectivas de funcionalidade efectiva e contínua.

A análise realizada aos indicadores socioeconómicos demonstra uma realidade de cessação do próprio território a longo prazo, considerando que o longo prazo se assume em períodos de décadas, com uma, duas ou três gerações.

Os indicadores *indicam*, apontam direcções e apesar de ilustrarem uma realidade estática, no preciso momento em que são recolhidos, são inequivocamente utilizados como orientadores das realidades estudadas. Por isso, a sua importância é vital para o desenho de estratégias e implementação de políticas. Se a análise demográfica e a análise económica percebem o motor das dinâmicas territoriais passadas, presentes e futuras, então as percepções dos actores locais determinam as motivações e as aspirações para a concretização de objectivos que fundamente a qualidade de vida e bem-estar da população. O efeito da conjugação destes dois pólos – análise

sociodemográfica, socioeconómica e percepção dos actores locais – origina um caminho em relação ao qual se pretende seguir, por via da realização efectiva de projectos da comunidade, de índole privada e pública (na sua maioria, co-financiados). Contudo, a avaliação da própria análise em consonância com a dos actores, contradiz a implementação de projectos que visam um desenvolvimento que se quer sustentável. Isto quer dizer que alguns factos são inequívocos – a perda populacional contínua e a consequente falta de “massa crítica” põem em causa a viabilidade dos projectos. Ainda assim, é preciso notar que, para a implementação de quaisquer estratégias, por via de projectos locais, a avaliação *ex-post* será imprescindível para a materialização da visão unificadora dos actores locais.

O planeamento estratégico territorial constitui-se de um objectivo único, cuja via de concretização pode e deve ser flexível para o alcance da visão pretendida para o território. Naturalmente, o desígnio máximo é o desenvolvimento dos territórios em toda a sua plenitude que passa pelo seu crescimento sustentável nas vertentes económica, social, cultura e ambiental. Afinal, o desenvolvimento local está intrinsecamente conectado ao crescimento económico e social. Porém, os territórios de baixa densidade tendem a estar desprovidos de forças endógenas e por consequência, de defesas contra os efeitos de globalização que atingem regiões e países e ainda mais os entornos periféricos de aglomerados urbanos e de escasso dinamismo socioeconómico. Estes territórios de baixa densidade populacional, categorizados por um conjunto de características assentes em indicadores com resultados abaixo das médias regionais e nacionais, revestem-se de *handicaps* gerados por políticas nacionais que deixaram à deriva os núcleos populacionais mais fragilizados, sem uma orientação una e sem integração efectiva num sistema territorial organizado e ordenado.

Até à data, não há planeamentos territoriais para territórios de baixa densidade ao nível nacional; apenas caracterizações e implementações de projectos locais que em alguns casos podem gerar dinamismos pontuais pela proximidade a núcleos urbanos mais significativos; isto é, aglomerados populacionais com maior crescimento e desenvolvimento e com oferta de maiores e melhores equipamentos de utilização colectiva.

Mértola evoluiu de forma assimétrica. Se, por um lado, desenvolveu-se em termos de bem-estar social, nomeadamente por via da construção de algumas infra-estruturas, melhorando as condições de habitabilidade ou melhoria de equipamentos de utilização colectiva; por outro lado, perdeu dinamismo económico e demográfico em termos intra-territoriais, ou seja, na maior parte das freguesias e lugares.

Os dois únicos lugares que continuam a apresentar maior capacidade populacional e económica são a sede do Concelho de Mértola, com mais de 1400 residentes, e a Mina de São Domingos (da freguesia de Corte Pinto) com cerca de meio milhar. As freguesias de Mértola e Corte do Pinto são as freguesias mais populacionais e com menos lugares. Em conjunto perfazem mais de 3 700 habitantes, ou seja, mais de 50,6% do total da população do Concelho. São também estas as freguesias que apresentam maior proximidade entre as demais freguesias e as que têm serviços médicos, nomeadamente centro de saúde na freguesia de Mértola e extensão média (a funcionar três vezes por semana) na Mina de São Domingos. É também na sede do Concelho que se concentram mais empresas e estabelecimentos comerciais, onde 30% corresponde ao comércio e 19,2% ao alojamento e restauração. Aliás, é na freguesia, de Mértola que se concentram não só o maior número de estabelecimentos como a diversidade de especialização, em particular, no comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco em estabelecimentos especializados. É também aqui que se concentram a maior parte dos eventos culturais e a afluência de turistas é maior, devido à localização do património museológico. A freguesia de Corte do Pinto segue em segundo lugar na oferta comercial ao nível da especialização do comércio a retalho. A Mina de São Domingos apresenta igualmente maior dinamismo, essencialmente entre os meses de Junho e Setembro, pela afluência à praia fluvial. Os investimentos de maior destaque situam-se na sede do município, como o Pavilhão Multiusos ou recuperação da Casa Cor de Rosa e, na Mina de São Domingos para regeneração física, económica, social e educacional; embora a construção de um lar ter sido direccionado para a freguesia de São Miguel do Pinheiro.

Apesar da existência de maior dinamismo na sede de freguesia do Concelho e na freguesia de Corte do Pinto e dos projectos de melhorias em distintos pontos do Concelho, a debilidade da estrutura produtiva e demográfica do Concelho aumenta todos os anos. Em 2015, o volume de negócios das empresas em Mértola foi de 52,2 milhões de euros; um valor que diminuiu 13,3% em relação a 2008. Ainda assim, mais

de metade da facturação deve-se ao comércio por grosso e a retalho. O sector primário teve uma contribuição de 16,3%, conseguida à custa de um aumento de empresas que correspondente a 30% do total do Concelho. Contudo, estas empresas enquandram-se em explorações agro-pecuárias de cariz tradicional e em actividades relacionadas com a aptidão cinegética local; é também de salientar que em 2011 o sector primário empregava 15,3% da população empregada, com uma variação negativa de 28,6% relativamente à década anterior. As habilitações da população empregada, apesar de terem aumentado os níveis de instrução, no que diz respeito ao ensino superior completo, ainda estão longe de atingir os valores desejados pela Europa 2020.

O conjunto de ameaças tem uma amplitude mais significativa do que o conjunto das oportunidades. A aposta no turismo, em particular, por via do alojamento local, parece ser uma das vias de maior fomento para o território; assim como o presumível aumento de visitantes ao património e eventos realizados. Contudo, não é manifesto do possível desenvolvimento integral do município. Os eventos funcionam como receitas pontuais e sazonais e, uma maior quantidade de alojamentos pode trazer uma concorrência amplamente nociva para os proprietários dos alojamentos de turismo, nomeadamente, rural.

A orientação para o sector do envelhecimento sénior activo pode também não trazer os benefícios significativos esperados, uma vez que o território não oferece as condições propícias para o efeito, no diz respeito, por exemplo, à capacidade e diversidade de equipamentos no âmbito da terceira idade e demais serviços associados. Ainda assim, qualquer investimento a ser realizado deveria focar-se nos lugares de maior dinamismo populacional e económico e nesse sentido o planeamento estratégico só teria sentido de implementação nas freguesias de Mértola e Corte do Pinto.

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES FUTURAS

Falha o que não pensamos.

A complexidade da palavra território percepção uma dimensão espacial, constituída por um conjunto amplo de elementos que interagem entre si, que se fundem entre o que é estático e o que tem movimento; com a presença humana a ser um dos elementos mais importantes do território.

A diversidade de aspectos que devem ser estudados para obter uma visão territorial de um determinado espaço, implica a morosidade da sua análise, posterior diagnóstico e definição de estratégias em prol de um desenvolvimento que se quer sustentável para todos os territórios. Ainda assim, há que ter em conta o dinamismo da realidade e das consequências do seu efeito; uma vez que a falta de actualização de dados em tempo útil, pressupõe a inexistência de monitorização e em sequência, a redefinição de estratégias e respectiva avaliação.

Ainda assim, a análise de indicadores de momentos anteriores até a um determinado período de tempo, reflecte o panorama do passado e a tendência do futuro. Há, naturalmente, pormenores cuja importância se reveste de significado residual e por essa razão não figuram na visão de um cenário cujas problemáticas também se evidenciam em matizes únicas. Isto significa que no decurso da investigação,

emergem problemas prementes em relação aos quais se evidencia as verdadeiras ameaças e fraquezas do território, pondo em causa, como é o caso, as forças e oportunidades para o tal almejado desenvolvimento.

Normalmente, a intenção da investigação, no âmbito do planeamento estratégico, é a tentativa de desenhar estratégias para contribuir para o crescimento e desenvolvimento do território; mas qualquer estratégia deve, antes de mais, obedecer à perspectiva imparcial do que é relevante. E nesse sentido, contrapondo a análise e diagnóstico efectuados, qualquer planeamento estratégico a elaborar deve ter em consideração ou a focalização de aglomerados populacionais de maior relevo demográfico e económico ou lugares cujo interesse fomente perspectivas de crescimento contínuo ou equilibrado ou deve ainda ser direccionado para uma área territorial mais vasta, cujos aglomerados de menores dimensões possam ser conectados a núcleos urbanos de relevância económica social e cultural. Ainda assim, é preciso ter em consideração que as demais alternativas de desenvolvimento não devem ser descuradas. Contudo, a realidade também não deve ser camuflada por possíveis inquietações de foro social e político, em particular, quando afirmações como o eventual desaparecimento de aglomerados populacionais diminutos seja de facto, um acontecimento de médio a longo prazo.

As questões que se colocam derivam de uma reflexão transversal e (in) acabada da complexidade da estrutura teorizada do território:

- Que modelo poderá ser construído, através das análises quantitativa e qualitativa, para territórios de baixa densidade populacional?
- Em que medida o planeamento estratégico contribui para a dinamização do desenvolvimento local, no território em estudo, quando as perdas populacionais são constante ao longo do tempo?
- Serão as estratégias desenhadas a longo prazo suficientes para inverter a realidade de um município cada vez mais despovoado e envelhecido? Não estará este município condenado a desaparecer?
- Os projectos do poder local são suficientes para dinamizar o território estudado do ponto de vista económico e social?

- O desenvolvimento do sector económico, por via do turismo, do património cultural e natural, da agricultura, sem crescimento populacional, é suficiente para dinamizar a economia do município em estudo?
- O município em estudo poderá findar?

Não se pode afirmar que as forças políticas tenham descurado as suas responsabilidades. Há uma tentativa nítida em melhorar as infra-estruturas, em construir novos equipamentos, em promover o município de Mértola como lugar “de estar, de passar, de ficar”. Todavia, de olhos postos no tão desejado desenvolvimento local, estas tentativas contemplam um futuro incerto, impregnado de variáveis que se querem desejáveis, como se estas fossem parte de uma fórmula de rumo ao sucesso, ao equilíbrio da economia e do social, fixando o talento dos que porventura podem vir e dos que ainda permanecem no território.

Para a maior parte dos territórios de baixa densidade há uma imposição política de que “é preciso não desistir; é preciso força humana para interagir e comandar os desígnios do território e do seu futuro” – um género de lema dos que ali se encontram e acreditam que com todos os obstáculos há uma esperança de vitória, de rejuvenescimento das gentes, da economia, da vida social, como se um território de baixa densidade populacional fosse um foco de dinamismo e de desenvolvimento equiparado a uma cidade.

O Concelho de Mértola é um território de baixa densidade demográfica, com 5,2 habitantes por km² (o segundo município de Portugal Continental com a densidade demográfica mais baixa), caracterizado por um tecido produtivo diminuto, com escala reduzida no contexto regional e nacional; a mais de 50 km por estrada sinuosa do principal centro urbano que é Beja.

É detentor de uma dimensão territorial extensa – sendo o 6º maior Concelho de Portugal, com quase 1300 km² – pautado por fluxos migratórios negativos, uma taxa de mortalidade 3,5 superior à baixa taxa de natalidade, com um número significativo de lugares que distam entre si, a maior parte com menos de 50 habitantes, onde a população tem um peso ínfimo e se encontra envelhecida. Uma realidade indiscutivelmente preocupante com escassas hipóteses de rejuvenescimento e que

antevê obstáculos a futuros dinamismos sociais e económicos, fruto da falta de fixação e acréscimo populacional. Não há que esquecer que em termos relativos, Mértola foi um dos dez municípios de Portugal que perdeu mais população (16,5%) numa década (entre 2001 e 2011).

As projecções indicam uma clara diminuição dos residentes até 2031, com duplo envelhecimento da pirâmide etária, em particular dos grupos etários mais avançadas e das classes jovens incapazes de renovar a geração vindoura. Se as taxas de crescimento anuais se mantiverem inalteráveis, isto é, se a taxa de crescimento anual média seguir a tendência do passado, então é possível que o Concelho de Mértola nos próximos 15 anos nem chegue perto dos 5 mil habitantes, dos quais 30% terá mais de 75 anos. Um resultado que terá implicações, em maiores apoios e assistência a uma população envelhecida e isolada. Não é possível assegurar a substituição geracional, nem enfrentar o cenário irreversível do envelhecimento da população. Os dados indicam que Portugal tem o mais baixo índice sintético de fecundidade, 1,23 filhos por mulher e a esperança média de vida aponta para a contínua existência de longevos. Em Portugal, em cerca de 50 anos, a esperança média de vida aumentou 15 anos e Mértola não é excepção. Dado o elevado envelhecimento da população e baixa natalidade, a média de idades é de 50,68 anos. Os últimos Censos de 2011 dão conta que a população de Mértola com 65 e mais anos correspondia a 34,5% da população e os menores de 24 anos a 18%. A baixa taxa de crescimento natural e o aumento da esperança média de vida são factos incontornáveis não só do Concelho de Mértola, mas também do país e da Europa em geral.

Mértola evidenciou alterações significativas ao nível da sua população, principalmente a partir da segunda metade do século XX que trouxe consequências até aos dias de hoje. Nos anos 50 a população atingiu o seu pico demográfico com mais de 29 mil habitantes e em 60 anos perdeu 22 mil pessoas, cerca de 75% da sua população, que até agora não voltou a recuperar. Os seus habitantes abandonaram o trabalho dos campos e da Mina de São Domingos, aquando do fim da exploração das suas reservas de pirite em 1966. Devido à falta de emprego, aspirando melhores condições de vida, sobretudo os jovens que constituem a grande fonte de potencial humano, de força e de trabalho, de capital humano e político, a população começou a escassear no

Concelho. Este abandono por parte da população também levou ao encerramento de escolas, lojas e demais actividades que não foram fomentadas, em lugares que entraram em declínio. Como consequência, diminuiu a capacidade de retenção da população e os que ficaram, envelheceram. A predisposição de emigração da população mais jovem continua a manifestar-se pela atractividade de centros urbanos mais populacionais onde as oportunidades sociais, económicas e culturais funcionam como elementos atractivos. Se assim não fosse, há muito que a população do Concelho de Mértola teria aumentado nas últimas décadas ou nos últimos anos.

Ainda assim, apesar desta contínua diminuição populacional, é importante entender que é preciso cuidar dos que ainda lá permanecem. Por isso, é imperativo adaptar as políticas, nomeadamente, de ordenamento do território às novas realidades espaciais do Concelho. É necessário proporcionar uma maior valorização e aproveitamento das potencialidades e diversidades existentes, com o objectivo de manter níveis mínimos de ocupação do território e garantir a sua preservação. Portanto, as estratégias e decisões de desenvolvimento e investimento na região não devem ser baseadas em abordagens sectoriais e muito menos em dispersões territoriais; devem ser integradas no âmbito dos planos de ordenamento de território de carácter sub-regional e regional; numa lógica de sistema organizacional urbano do território nacional. Quanto muito os investimentos podem centralizar-se em núcleos de maior dinamismo populacional, onde também se encontram o maior número de empresas, de equipamentos de utilização colectiva e os serviços por estes prestados.

Como é sabido, o mundo rural em Portugal tem atravessado desafios e mudanças ao longo dos tempos. Apesar das evidentes transformações qualitativas dos últimos anos, em relação ao bem-estar social e qualidade de vida dos portugueses – por via da construção e melhoria de infra-estruturas, equipamentos e serviços – a mudança de paradigmas na sociedade originou transformações profundas na economia e em seqüência na forma de pensar e agir das populações. Os espaços rurais portugueses, como sucede com Mértola, não saíram incólumes a este contexto. As cidades, independentemente da sua dimensão, sempre foram núcleos de atractividade de investimentos, de massa crítica, de geração de dinamismos que se sustentam a si próprios para manutenção e se possível, crescimento do seu ciclo de vivência.

Pela primeira vez, na História da Humanidade, em 2007, o número de população urbana mundial ultrapassou a população rural, com projecções a indicar que o êxodo rural continuará, esperando-se que em 2050 cerca de 70% da população mundial habite em cidades.

Os números de Portugal não são diferentes. O processo de despovoamento do interior e a litoralização de Portugal Continental são clarificadores – os dados mais recentes apontam que 74% dos 278 municípios do continente perderam em média 12,3% dos seus residentes entre 2001 e 2016, principalmente no interior. As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, além do acréscimo populacional verificado todos os anos, perfazem actualmente 46,6% do total da população de Portugal a residir numa área que abrange pouco mais de 5,7% da superfície do território nacional. Se a observação incidir nos municípios da faixa litoral de Portugal, onde se incluem os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, então a totalidade de habitantes ascende aos 6,5 milhões de pessoas, num universo que pouco ultrapassa os 10,3 milhões de pessoas. Portanto, parece evidente que a tendência populacional é a fixação em lugares de maior concentração de pessoas, fluxos e actividades. Neste sentido, os núcleos urbanos de maior concentração populacional que oferecem todas as condições propícias a uma melhor qualidade de vida – nomeadamente a existência de infra-estruturas (vias estruturantes e circulares às cidades), rede de transportes, equipamentos de utilização colectiva, oportunidades económicas, sociais, culturais e demais serviços – podem funcionar como âncoras para o desenvolvimento de territórios de proximidade. Através destes núcleos de maior dimensão é possível garantir a articulação necessária entre estes e os espaços mais diminutos, de modo a equilibrar o sistema territorial nacional. Para o efeito, é necessário desvendar o núcleo ou os núcleos com maior capacidade de liderança territorial, em particular das comunidades intermunicipais. Assim, torna-se imperativo um esforço político adicional para a construção de um modelo de organização territorial, de modo a alcançar o patamar da coesão social, económica e territorial.

Actualmente, o mundo rural é sobretudo um espaço com multiplicidade de funções, com aptidão para acolher um vasto conjunto de actividades produtoras de bens e serviços variados que podem compensar a perda de população e emprego nos

sectores de actividades relacionados com a indústria, os serviços, onde cabem as residências turísticas e actividades ambientais e outras. Mas será esta a fórmula de sucesso para todos os territórios de baixa densidade populacional? Pode ser para uns, mas em definitivo não será para todos. Será para o Concelho de Mértola?

As directrizes europeias para o desenvolvimento de zonas rurais procuram consolidar o carácter multifuncional dos espaços agrários, exigindo que estes se afirmem com racionalidade económica numa tripla valência: económica (produtora de bens de mercado); ambiental (gestora de recursos e territórios); e social (integradora de actividades e rendimentos). Para Concelhos como Mértola com uma localização periférica no espaço geográfico nacional e internacional e detentor de características socioeconómicas consideradas de pouco desenvolvimento, a estratégia adoptada evidencia uma sustentação difícil de manter a médio e longo prazos.

De facto, a identificação e valorização do potencial dos recursos próprios, ligados a uma exploração de diversidade e procura de sustentabilidade é uma mais-valia, mas não é decisivo por si só. A dificuldade de contornar este cenário pouco optimista para Mértola radica na recessão do Concelho, resultante da fraca produtividade do sector primário e secundário, com consequências ao nível económico, social, cultural e da marginalização do território quer ao nível interno quer ao nível externo (do ponto de vista fronteiriço), em específico na cooperação com outros municípios – fronteiriço com Espanha e fronteiriço com o Algarve e o Alentejo.

Não há dúvida que as políticas de desenvolvimento de incentivo e atracção de empresas competitivas podem ser fomentadas, em conjugação com outras políticas, com o objectivo de melhorar a atractividade do Concelho. Porém, no âmbito da população activa, os dados mais recentes que se reportam aos Censos de 2001 e 2011, Mértola apresentou uma população activa envelhecida e que decresceu cerca de 14,4%; contribuindo para o envelhecimento da estrutura económica; Além disso, o número de empregados contabilizados em 2411 em que mais de 74% trabalhava por conta de outrem, têm ainda qualificações relativamente baixas, apenas 11,2% tinham ensino universitário completo. Aliás, 63,7% dos empregados trabalhava no sector terciário, em particular em actividades de natureza social (nomeadamente a saúde, a

educação a administração pública, etc.) e com menor ênfase em actividades de natureza económica (onde se encontram as actividades relacionadas com o comércio, alojamento e hotelaria, etc.). O sector terciário, à semelhança do contexto nacional e europeu, aumentou em detrimento do sector primário e secundário cujos pesos na estrutura económica foram de 15,3% e 20,9%, respectivamente. Ora, a adicionar a estes valores, o volume de negócios das empresas entre 2008 e 2015 diminuiu 13,3%; com mais de metade da facturação das empresas de Mértola a dever-se sobretudo ao “comércio por grosso e a retalho”, tendo também contribuído as empresas ligadas ao sector primário que aumentaram 5% e cujo volume de facturação contribuiu 16,3% (um acréscimo residual de 0,04% em 13 anos). Isto indica que as empresas além de dimensão considerada pequena, apresentam uma rentabilidade diminuta comparativamente à escala sub-regional, regional ou nacional.

Anteriormente, o modelo para o desenvolvimento dos municípios permitia que as iniciativas locais impulsionassem o desenvolvimento local, mas estas acabaram por desaparecer ou tiveram de ser reequacionadas. A crise do sistema financeiro afectou a reestruturação de serviços e investimentos, inclusive nas economias mais avançadas e, por consequência, bloquearam o funcionamento da economia, em particular dos aglomerados mais diminutos: baixaram as taxas de crescimento, a actividade produtiva caiu, diminuiu a procura interna e externa, cresceram as taxas de desemprego e aumentou a pobreza nas zonas rurais.

Contudo, as exigências da internacionalização (ou globalização) estimulam a diversidade produtiva e apresentam a necessidade de introduzir continuamente inovações que fortalecem a competitividade, uma vez que, à medida que aumenta a integração económica, as empresas e os territórios desenvolvem as suas vantagens competitivas nos mercados locais e internacionais. Em Mértola, há algumas empresas que nasceram no contexto rural e que dão o exemplo dessa integração e competitividade, mas de forma micro, já que os seus sistemas produtivos têm implementações diminutas e a reactivação das mudanças é realizada a partir da renovação do saber-fazer tradicional.

A solução para muitos dos problemas das empresas e dos territórios pode ser encontrada na produção de novos bens e serviços, cuja procura pode aumentar nos mercados, tal como ocorre com os produtos inovadores.

No momento actual, a globalização permite que alguns negócios prosperem graças às facilidades tecnológicas; entre estas, os sistemas conectados internacionalmente que oferecem a possibilidade de comercializar produtos e serviços. Um empresário de uma pequena ou média empresa pode entrar no mercado globalizado e ter êxito vendendo produtos autóctones. Portanto, os esforços municipais podem estar ligados à formação dos seus habitantes e à capacidade de atrair novas pessoas altamente qualificadas que procuram melhorar os sistemas produtivos do local.

A estratégia do desenvolvimento local pode ser definida através de acções que focalizem o território de modo global. Todavia, será necessário revalorizar as especificidades, capacidades locais e também reajustar a formação de redes locais (empresas, instituições e entidades de serviços) à nova realidade que permita melhorar a produtividade e a competitividade de empresas e territórios. Não é de todo descabido investir no aproveitamento de recursos endógenos (como o mel, o pão, o queijo, a amêndoa de sequeiro, o figo da índia, etc.) de modo a tornar a sua produtividade como foco de competência e concorrência no mercado económico. Mas é preciso fixar população para o efeito? A melhoria das acessibilidades e a oferta de rede de transportes permite deslocações entre o local de trabalho e o local de residência que não se podem confundir com as existentes do século passado, aquando da ruralidade de Portugal; em que a população trabalhadora do sector predominante na economia portuguesa, o sector primário, habitava próximo do local de trabalho, pela escassez de acessibilidades, inexistência eficaz de meios de transporte e deficitárias condições de vida.

Aliado às actividades agrícolas, o turismo também tem sido apontado como uma das soluções para dinamizar economicamente o município e ainda que as fontes de dados não sejam totalmente consistentes entre si, parece existir uma maior procura por alojamentos locais, uma maior oferta na restauração, maior afluência nos eventos realizados no Concelho e mais investimentos, em particular nas freguesias de Mértola

e Corte do Pinto. Mas serão as actividades relacionadas com o turismo suficientes para o município crescer? É um modelo que se pode indicar como sustentável? O turismo tende a ser sazonal no Concelho de Mértola e os números não reflectem um crescimento ambicioso nem equilibrado. A implementação de projectos fora das freguesias de Mértola e Corte do Pinto evidencia, à partida, a continuação de uma gestão pouco eficiente que irá contribuir para uma maior dispersão de equipamentos e serviços; o que contraria a pretensão de alguns actores locais que parecem indicar como solução para o despovoamento e dispersão, um reagrupamento de gentes e em simultâneo de equipamentos e serviços.

Facto é: o Concelho de Mértola ter uma grande extensão territorial e ao mesmo tempo estar localizado numa posição remota e marginal do sudoeste português, actuando de *epidemia fronteiriça* com a Região da Andaluzia (em Espanha) numa área predominantemente rural e com deficientes acessibilidades espaciais; a ponte internacional do Guadiana trouxe benefícios culturais e económicos, mas não foi o ponto decisivo para a mudança de paradigma do Concelho.

A base económica de Mértola precisa de diversificação e de uma renovação de mentalidades, em particular, política, traduzida numa nova conceptualização de espaço rural e do seu lugar a ocupar no sistema urbano sub-regional, gerida através da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, em junção com os demais municípios que a integram, perfazendo 13 municípios no total. A qualidade de vida deve ser o marco referencial no qual se justificam todas as acções de desenvolvimento inter-relacionadas e transdisciplinares.

Os principais obstáculos identificados de Mértola consistem em superar o baixo nível de qualificação da sua população activa, em ultrapassar a sua limitada capacidade de atrair investimentos, pessoas e sequente fixação ao território. Não há forma de alimentar todas as ramificações de uma teia constituída por lugares dispersos, onde, desde os mais pequenos aglomerados até aos menos pequenos, os espaços intersticiais não se complementam.

As transformações da sociedade exigem aos poderes locais a adopção de medidas concretas, tendo como pano de fundo uma perspectiva holística e transparente para o

desenho das suas acções. Essas transformações têm que ver com a globalização da economia e os seus impactos nos sistemas económicos locais; a relação competência-complementaridade entre diferentes municípios, inclusive, com a transposição das linhas fronteiriças, obrigando a um posicionamento firme de Mértola face ao território.

A presente investigação constitui um ponto de partida para demais estudos, de modo que o município de Mértola e demais municípios com características similares possam alcançar um posicionamento estratégico num mundo em profundas e permanentes mudanças. Para tal, é necessário contar com a participação e o compromisso de cooperação dos agentes territoriais, em particular, políticos, e que o consenso seja imperativo. Esta participação implica, além da legitimação das acções que se concretizam, facilitar a reflexão global e promover uma nova forma de gestão do território, através de uma cooperação entre os âmbitos público e privado e com os municípios que fazem parte da comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

É evidente que o município mertolense, tal como ocorre em muitas cidades, tem como interesse abordar com suficiente antecipação as mudanças e as transformações que possam ser previsíveis na sua estrutura económica, derivadas não só da necessidade do município em adaptar-se a novas situações e cenários de diferentes âmbitos de concorrência (nacional, regional e local), como também da necessidade de enfrentar os desafios que se impõem a este Concelho.

A gestão do sistema territorial, da qual fazem parte as cidades, os municípios, os aglomerados de baixa densidade demográfica, tem de ser diferente neste século XXI, na sua adaptação à celeridade das transformações (tecnológicas, sociais, económicas, de consumo, de tendências demográficas e culturais...).

A Visão Estratégica Territorial para Mértola permite, através da sua multidimensionalidade, focalizar o que se distingue de mais importante: a pretensão de alcançar um território mais bem organizado e com um sistema de povoamento adaptado ao século XXI; uma sociedade mais coesa; um meio ambiente como factor de bem-estar e oportunidade e um município conectado interna e externamente. A reorganização administrativa do território não pode especificar-se nos detalhes do

povoamento de forma isolada. O Concelho de Mértola poderá definir a médio ou longo prazo e qualquer planeamento estratégico só terá viabilidade numa Comunidade Intermunicipal. É necessário uma visão integral de um espaço onde se estabeleçam relações entre municípios, assentes em critérios preestabelecidos, em que a gestão do território se centralize num núcleo populacional dinâmico e cultive as redes de relações de cooperação com os demais municípios da sua sub-região.

Discernir sobre a visão territorial, em particular dos territórios de baixa densidade, culmina na complexidade do que é a observância do próprio território e nas diferentes facetas que o compõem. Os indicadores e as percepções de actores locais em relação às mudanças ocorridas quer no âmbito nacional, quer no âmbito internacional, podem transformar o que conhecemos hoje, numa realidade diferente do amanhã.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, D. (11 de Junho/Agosto de 2009). Planeamento Estratégico Territorial. Mitos e Realidades. *Vértice*, nº 147.
- Andrade, A. B. (2009). *Geografia de Salvado*. Brasil: EdUFBA.
- André, P. B. (2006). Public Participation. Internacional Best Practice Principles. *International Association for Impact Assessment. Special Publication Series N0.4*, 3.
- Angeon, V., & Vollet, D. (2004). Product differentiation and territorial competitiveness. How permanent are development strategies centred on resource specification? *44 th European Congress of the European Regional Science Association - Regions and Fiscal Federalism - 25-29 August*. University of Porto (Portugal).
- Antoine, J. (1963). Desenvolvimento e funções económicas das Cidades. In *Análise Social* (Vol. Vol. 1 n.º 4, pp. 581-593).
- Avelino, J. (2005). A segunda geração de planos directores municipais. Desafios e oportunidades para os Concelhos e cidades de média dimensão. O exemplo de Santarém. *X Colóquio Ibérico de Geografia - A Geografia Ibérica no Contexto Europeu*.
- Bitar, M. (s.d.). *La Planificación Estratégica en el Marco del Desarrollo Local*. Argentina.
- Boni, V., & Quaresma, S. (Janeiro-Julho de 2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2, n.1 (3)*, pp. 68-77.
- Bosse, D., Philips, R., & Harrison, J. (2009). Stakeholders, reciprocity, and firm performance. *Strategic Management Journal* 30(4), 447-456.
- Calvino, I. (2015). *As cidades invisíveis*. Leya.
- Capello, R. (2006). A forecasting territorial model of regional growth: the MASST model. In *The Annals of regional Science* (pp. 753-787).
- Carvalho, J. M. (2005). *Planeamento urbanístico e valor imobiliário: as parecerias público-privadas. Teorias, Metodologia, Potencial*. Principia.
- Chorincas, J. (2006). *Prospectiva Territorial: conceitos, técnicas e exemplos europeus*.

- Chorincas, J. (2007). Prospectiva Territorial: conceitos, técnicas e exemplos. *Revista GeoInova 12*, pp. 279-295.
- Clemente, J. N. (2010). Participación y planificación estratégica territorial (cap.2). In A. M. Mesa, *Planificación Estratégica Territorial: Estudios Metodológicos* (pp. 23-46). Junta de Andalucía. Consejería de Gobernación: Martín Mesa, A., Merino Rodríguez, R.
- Covas, A. (2007). *Ruralidades I: temas e problemas do mundo rural*. sl: Universidade do Algarve.
- Curado, J. (2005). *Estruturas de governação*. Porto: Instituto de Defesa Nacional.
- da Costa Lobo, M. (2011). Planeamento Urbanístico em Portugal. *On the w@terfront, (18)*, pp. 5-15.
- da Costa, E. M. (1999). Uma Nota sobre as Políticas das Cidades em Portugal nos anos noventa. *Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Inforgeo, 14*, pp. 131-137.
- de Sousa, A. (1995). Os anos 60 da nossa economia. *Análise Social, xxx (133)*, pp. 613-630.
- DGOTDU. (2011). *Glossário do Desenvolvimento Territorial. Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT)*. (J. Mourato, Trad.) Lisboa: DGOTDU.
- Dijkstra, L., & Poelman, H. (2012). *Cities in Europe - The New OECD-EC Definition*. European Commission.
- Domingues, Á. (2015). O Interior está em risco de desaparecer? In F. M. Santos, *Encontro Presente no Futuro - Os Portugueses em 2030* (pp. 177-178).
- dos Santos, M. (2013). *O planeamento por cenários como resposta das organizações a desafios colocados na época actual*. Évora.
- dos Santos, M. R. (2014). *Um novo ciclo de Planos Directores Municipais. O Caso de Vila Nova de Gaia*. Faculdade de Letras. Universidade do Porto.

- Duarte, A. P. (2013). *Estratégia: Origem e Fundamento*. In I. d. Nacional, *Estratégia* (pp. 34-65). Instituto da Defesa Nacional.
- Espino, A. (2005). *Manual de Planificación Estratégica para el Desarrollo Local*. Panamá: Fundación para el Desarrollo Integrado Sostenible.
- Farinóis, J. D. (2008). Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 46.
- Farinós, J. (2010). Gobernanza para una renovada planificación territorial estratégica: hacia la innovación socio-territorial. *Planificación Estratégica Territorial: Estudios Metodológicos*, pp. 87-113.
- Fernandes, M. G. (2011). Plantas do planeamento urbano e do urbanismo em Portugal (1864-1926). *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica, 9-12 de Novembro*. Porto.
- Fernández Güel, J. (2010). La Prospectiva en la planificación estratégica de ciudades y territorios (cap. 4). In A. M. Mesa, *Planificación Estratégica Territorial: Estudios Metodológicos* (pp. 71-95). Junta de Andalucía, Dirección General de Administración Local.
- Ferrão, J. (2015). O "interior" ainda existe? In F. M. Santos, *Encontro Presente no Futuro - Os Portugueses em 2030* (pp. 179-180).
- Fonseca, F. &. (2006). *O planeamento estratégico de marketing territorial como instrumento fundamental para o aumento da competitividade e afirmação territorial: o caso de Almeida*.
- Fragata, S. (1973). *Noções de metodologia para a elaboração de um trabalho científico*. Porto: Tavares Martins.
- Friedmann, J., & Weaver, C. (1980). *Territory and fuction: te evolution of regional planning*. University of California Press.
- Frota Rozados, H. B. (2015). O uso da técnica Delphi como alternativa metodológica para a área da Ciência da Informação. *Em Questão*, 21(3), 64-86.

- Gillham, O. (2002). *The Limitless City: A Primer on the Urban Sprawl Debate*. Washington DC: Island Press.
- Giovinazzo, R. (Abril/Maio/Junho de 2001). Modelo de Aplicação da Metodologia Delphi pela Internet: Vantagens e Ressalvas. *Administração On Line*, 2, pp. 1-11.
- Goitia, F. C. (1955). *Introducción al estudio de la ciudad*. Instituto de Estudios Políticos.
- Gómez Orea, D. (2008). *Ordenación Territorial* (2ª ed.). Madrid: Mundi-Prensa, Madrid.
- Gómez, A., & Hermádez, M. (2003). Planes Estratégicos como Base de Desarrollo Endógeno. *Jornadas sobre Modelo de Ciudad para el Siglo XXI: La Aplicación del Modelo Municipalista de Desarrollo Endógeno*. Mexico: Futurelx.
- Gouveia, B. (2004). *Local e-government: a Governação Digital na Autarquia*. Porto: SPI.
- Güel, J. F. (2006). *Planificación estratégica de ciudades: nuevos instrumentos y procesos* (Vol. Vol. 10). Reverté.
- Güel, J. F. (2007). 25 años de planificación estratégica de ciudades. *Ciudad y territorio: Estudios territoriales*, pp. 621-637.
- Guerra, I. (2000). O Planeamento Estratégico das Cidades: organização do espaço e acção colectiva. *Cidades-Comunidades e Territórios*, pp. 37-55.
- Harrison, J. (2007). From competitive regions to competitive city-regions: a new orthodoxy, but some old mistakes. *Journal of Economic Geography*, 7(3), 311-332.
- i Esteve, J. &. (1999). *La estrategia de las ciudades. Los planes estratégicos como instrumento: métodos, técnicas y buenas prácticas*. Barcelona: Diputació de Barcelona, Oficina Tècnica de Cooperació.
- Marques, A. (2011). Fluxos & Riscos - Revista de Estudos Sociais. *Da construção do espaço à construção do território*, 75-88.
- Marques, H., & Silva, A. (2009). Desenvolvimento Rural: Novos Desafios e Novas Oportunidades. *VII Congresso da Geografia Portuguesa*. Coimbra.

- Marques, J. (1988). Povoamento e Defesa na Estruturação do Estado Medieval Português. *III Encontro de Historiadores Portugueses e Soviéticos*. Leninegrado.
- Marques, T. S. (1999). Um Território em Mudança: Padrões Territoriais, Tipologia Urbana e Dinâmicas. *Inforgeo*, pp. 21-42.
- Martínez, T. L. (2010). Planificación Estratégica y Marketing de Ciudad (cap.3). In A. M. Mesa, *Planificación Estratégica Territorial: Estudios Metodológicos* (pp. 49-69). Junta de Andalucía, Dirección General de Administración Local.
- Martins, R. F. (1984). Acerca do conceito de estratégia. In *Nação e Defesa* (pp. 97-125). Instituto da Defesa Nacional. Obtido de Nação e Defesa:
http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2815/1/NeD29_RaulFrancoisMartins.pdf
- Mateus, A. (2005). *Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social. Volume 1. As grandes questões conceptuais e metodológicas*. Lisboa.
- Mora Aliseda, J., & de São Pedro, B. (2010). *Planeamiento y perspectivas del territorio*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.
- Pardal, S. (2003). A Baixa Pombalina: um marco na história da planificação das cidades. *A Baixa Pombalina e a sua importância para o património mundial. Jornadas de 9-10 Outubro* (pp. 20-27). Câmara Municipal de Lisboa.
- Pecquer, B. (2000). *Le Développement Local: Pour une Economie des Territoires* (2^a édition ed.). Paris: Syros. Collection Alternatives Economiques.
- Pires et al, E. (set./dez. de 2006). Mutações económicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. *Geografia*, 31, n.º 3, pp. 437-454.
- Reguant-Álvarez, M. &-F. (2016). El método Delphi. *Revista d'Innovació i Recerca en Educació*, 9 (1), pp. 87-102.
- Reis, J. (1998). *Por uma cultura do território: notas sobre o processo de regionalização (1995-1998)*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

- Silva, P.C., & Rocha, J.F. (2017). Municípios em Portugal. In A. e. Oliveira, *Municipalismo: Perspectivas da descentralização na América Latina, na Europa e no Mundo* (pp. 171-211). Brasília: Confederação Nacional de Municípios.
- Simões Junior, J. G. (13 de Setembro de 2012). Paradigmas da urbanística ibérica adotados na colonização do continente americano. Sua aplicação no Brasil ao longo do século XVI. *Vitruvius, Arquitectos*.
- Simões Junior, J. G. (2012). Paradigmas da urbanística ibérica adotados na colonização do continente americano. Sua aplicação no Brasil ao longo do século XVI. *Vitruvius, Arquitectos*.
- Simões, J. (Julho de 2007). Ordenamento municipal e desenvolvimento local. Uma reflexão. *Inforgeo*, pp. 39-48.
- Simplício, M. (2000). A importância actual do planeamento estratégico e das cidades médias. *Departamento de Geociências - Universidade de Évora*, 1-17.
- Simplício, M. (2000). A importância actual do planeamento estratégico e das cidades médias. *GEO Publicações; Artigos em Revistas Nacionais com Arbitragem Científica*.
- Steinbeck, J. (1948). *A Pérola*.
- Teixeira, M. (1993). A História urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes. *Análise Social, xxviii (121)*, pp. 371-390.
- Tzu, S. (2012). *The Art of War*. New York: Barnes & Noble.
- Vaz, C. (2010). O pdm e a sua influência no controlo da dispersão urbana (Master's thesis). In C. Vaz, *A evolução do planeamento e ordenamento do território em Portugal* (pp. 20-22).
- Wright, J. T. (2000). *Delphi: uma Ferramenta de apoio ao planeamento prospectivo*. Obtido em 18 de Agosto de 2015, de <http://www.iea.usp.br/iea/tematicas/futuro/projeto/delphi.pdf>.

FONTES DE INFORMAÇÃO

- acieb. (16 de Abril de 2012). *Rendimento Social de Inserção: Regras de atribuição vão ser mais apertadas*. Obtido em 29 de Julho de 2016, de acieb:
http://www.aciab.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1813:rendimento-social-de-insercao-regras-de-atribuicao-vaio-ser-mais-apertadas&catid=37&Itemid=393&lang=fr
- Agência. (sd). *O que é o Portugal 2020?* Obtido em 12 de Setembro de 2017, de
<https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>
- Alsud. (sd). *Entidade Proprietária*. Obtido em 25 de Maio de 2018, de
<http://www.alsud.pt/home/index.php/2013-03-19-17-15-56/entidade>
- Alvarez, L. (05 de Fevereiro de 2017). *Jornal Público*. Obtido em 2017 de Agosto de 20, de Reportagem: Menos caçadores, menos jovens, menos animais. Mas muita paixão e polémicas mil.:
<https://www.publico.pt/2017/02/05/sociedade/reportagem/retrato-da-caca-em-portugal-1760306>
- ANMP. (30 de 12 de 2018). *Orçamentos do Estado*. Obtido de Associação Nacional de Municípios: <https://www.anmp.pt/index.php/41-informacoes-dfin/336-orcamentos-do-estado>
- Arquitectura Portuguesa. (25 de Junho de 2012). *Urbanismo em Portugal*. Obtido em 12 de Agosto de 2016, de Arquitectura Portuguesa Blog:
<http://www.arquiteturaportuguesa.pt/urbanismo-em-portugal/>
- Azevedo, M. (2011). *Teses, relatórios e trabalhos escolares*. Universidade Católica.
- Banerji, A. & Jaeger, A. (20 de Fevereiro de 2015). Desemprego Jovem em Portugal: beco sem saída? *jornaldenegocios.pt*.
- Barros, C. (2011). *Planeamento Estratégico de Marketing Territorial e perspectivas de desenvolvimento na região da Madeira (Master's thesis)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- Bernart, G. (2003). *Ordenanzas de descubrimientos, nueva población y pacificación de las Indias*” (1573). Obtido em 5 de Setembro de 2016, de <http://www.gabrielbernat.es/espana/leyes/odp/odp.html>Bernart
- Campo Arqueológico de Mértola. (2005). *Relatório da Intervenção Arqueológica na Mesquita/Igreja Matriz de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico.
- Cardoso, P.F. (05 de Julho de 2016). 40% de desempregados de longa duração ficam com pensão inferior a 400 euros. *Diário de Notícias*.
- Cleber, G. (19 de Novembro de 2016). *Planejamento - Reflexão sobre o processo criativo*. Obtido de Artigos. Acadêmico: <http://www.administradores.com.br/artigos/academico/planejamento-reflexao-sobre-o-processo-criativo/99921/>
- CMértola. (2014). *Equipamentos Culturais*. Obtido em 25 de Maio de 2018, de <https://www.cm-mertola.pt/viver-em-mertola/cultura/equipamentos-culturais>
- CMértola. (2015). *Visitmertola.pt*. Obtido em 10 de Dezembro de 2017, de Informações Gerais: <https://visitmertola.pt/informacoes-gerais/>
- CMértola. (13 de Abril de 2017). *Eletrificação rural no Concelho de Mértola avança*. Obtido em 25 de Setembro de 2017, de <http://www.cm-mertola.pt/municipio/comunicacao-municipal/noticias/item/2104-eletrificacao-rural-no-Concelho-de-mertola-avanca>
- CMMértola. (2014). *Associações Culturais*. Obtido em 25 de Maio de 2018, de <https://www.cm-mertola.pt/viver-em-mertola/cultura/associacoes-culturais>
- CMMértola. (2014). *Associativismo Cultural*. Obtido em 30 de Maio de 2018, de <https://www.cm-mertola.pt/viver-em-mertola/cultura/associativismo-cultural>
- CMMértola. (2014). *Biblioteca*. Obtido em 25 de Maio de 2018, de <https://www.cm-mertola.pt/viver-em-mertola/cultura/biblioteca-municipal/a-biblioteca>

- CMMértola. (2014). *Equipamentos Desportivos*. Obtido em 25 de Maio de 2018, de <https://www.cm-mertola.pt/viver-em-mertola/desporto/equipamentos-desportivos>
- CMMertola. (2015). *visitmertola.pt*. Obtido em 10 de 12 de 2017, de A não perder: <https://visitmertola.pt/a-nao-perder/>
- CMMértola. (2015). *visitmertola.pt*. Obtido em 10 de 12 de 2017, de Parque Natural Vale do Guadiana: <https://visitmertola.pt/patrimonio-natural-parque-natural-vale-do-guadiana/>
- CMMértola. (2017). *Associações Culturais*. Obtido em 10 de Julho de 2018, de <https://www.cm-mertola.pt/viver-em-mertola/cultura/associacoes-culturais>
- Comissão Europeia. (2 de 10 de 2003). *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social Europeu - Governança e desenvolvimento*. Obtido de Eur-Lex: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1558497963832&uri=CELEX:52003DC0615>
- Comissão Europeia. (2016). *Employment, social affairs & Inclusion. Youth employment*. Obtido em 09 de Julho de 2016, de <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1036>
- Comissão Europeia. (s.d.). *Governança Europeia*. Obtido em 14 de Dezembro de 2017, de EUR-Lex Acesso ao direito da União Europeia: <http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/governance.html?locale=pt>
- Constituição da República Portuguesa. VII Revisão Constitucional [2005]. Artigo 235°..
- Constituição da República Portuguesa. VII Revisão Constitucional [2005]. Artigo 236°..
- de Paula, J. (2009). Políticas de apoio ao desenvolvimento local. *Crise & Oportunidade*.
- Decreto-Lei 289/73 de 6 de Junho de 1973.
- Decreto-Lei 560/71 de 17 de Dezembro de 1971.

Decreto-Lei 576/70 de 24 de Novembro.

Decreto-Lei 69/90 de 2 de Março de 1990.

Decreto-Lei 79/77 de 25 de Outubro.

Decreto-Lei 79/77 de 25 de Outubro de 1977.

Decreto-Lei 794/76 de 5 de Novembro de 1976.

Decreto-Lei 804/76 de 6 de Novembro de 1976.

Decreto-Lei n. 69/90 de 2 de Março de 1990.

Decreto-Lei n.383/83 de 20 de Julho de 1983.

Decreto-Lei n.º 128/2014 de 29 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 139/2012 do Diário da República n.º 129/2012, Série I de 2012 -07- 05.

Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de Julho.

Decreto-Lei n.º 15/2014 de 23 de Janeiro.

Decreto-Lei n.º 208/82 de 26 de Maio de 1982.

Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio de 1982.

Decreto-Lei n.º 24/828 de 21 de Dezembro.

Decreto-Lei n.º 33/921 de 5 de Setembro de 1944.

Decreto-lei n.º 35/931, de 4 de Novembro de 1946.

DGEEC. (2017). *Regiões em Números 2015/2016*. Obtido de Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>

DGRM. (2018). *Navegabilidade do Rio Guadiana*. Obtido em 30 de Maio de 2018, de Direcção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/guadiana-patrimonio-natural-navegavel>

- DGT. (31 de Agosto de 2017). *Urban Audit*. Obtido em 30 de Maio de 2018, de Fórum das Cidades: <http://www.forumdascidades.pt/?q=content/urban-audit>
- Diário da República, 1.ª série — N.º 104 — 29 de Maio de 2009.
- Diário de Notícias. (02 de Agosto de 2017). *Diário de Notícias*. Obtido em 20 de Agosto de 2017, de Câmara de Mértola Investe 3 ME em lar de idosos: <https://www.dn.pt/lusa/interior/camara-de-mertola-investe-3me-em-lar-de-idosos-8680010.html>
- Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. (2018). *território*. Obtido em 05 de Julho de 2018, de Porto Editora: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/territorio>
- Dicionário Infopédia Portuguesa. (2018). (P. Editora, Editor) Obtido em 24 de Julho de 2018, de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/territorio>
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. (2013). Obtido em 24 de Julho de 2018, de <https://www.priberam.pt/dlpo/territ%C3%B3rio>
- Direcção Geral do Território. (2014). *Direcção Geral do Território*. Obtido em 15 de Agosto de 2016, de http://www.ordemengenheiros.pt/fotos/dossier_artigo/apresentacao_ordemdosengenheiros_23_04_2014_4290826325360c5bca0cf6.pdf
- Drago, B. L. (2013). Planeamento municipal: contributos para o ordenamento do território. In *A 2ª geração de planos directores municipais: continuidade ou mudança de paradigma de ordenamento do território? Vila Real de Santo António como caso de estudo (Doctoral dissertation)* (pp. 7-20). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Economias. (05 de Maio de 2017). *Salário mínimo nacional em 2017*. Obtido em 11 de Junho de 2017, de <https://www.economias.pt/salario-minimo/>
- Editora, Porto. (2015). *Lei das Sesmarias*. Obtido em 11 de 08 de 2015, de Infopedia: [http://www.infopedia.pt/\\$lei-das-sesmarias](http://www.infopedia.pt/$lei-das-sesmarias)

- Eur-Lex. (05 de Janeiro de 2004). *EDEC*. Obtido em 20 de Julho de 2016, de Eur- Lex:
<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Ag24401>
- Europa, C. d. (1983). *Carta Europeia do Ordenamento do Território*.
- Europeia, C. (2002). *Guia prático de Prospectiva Regional em Portugal*.
- Europeia, U. (1997). *Esquema de desenvolvimento do Espaço Comunitario (EDEC)*. Potsdam (Alemanha): Comissão Europeia.
- Eurostat. (11 de Novembro de 2016). *Gender pay gap in unadjusted form (%)*. Obtido em 19 de Julho de 2017, de
<http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tsdsc340&plugin=1>
- Freitas, M. (2002). *Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve*.
- Fundação Serrão Martins. (2016). Obtido em 14 de Agosto de 2016, de História:
http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/rehmine/?Mina_de_S%E3o_Domingos
- Gaspar, J. (2005). Obtido de
http://ftp.igeo.pt/instituto/cegig/got/17_Planning/Files/indicadores/conceito_ot.pdf
- GCIM da Câmara Municipal de Mértola. (2017). *Mértola Informação Municipal Edição 47*.
- GCIM da Câmara Municipal de Mértola. (2017). *Mértola Informação Municipal Edição 48*.
- GesSystem. (2007). Estrutura Sócio-Económica e Condições de Vida. In *Estudo Diagnóstico Prospectivo Sócio-Económico e Demográfico do Concelho de Mértola* (Vol. 8, p. 40).
- Gomes, P. M. (2015). *Marketing Territorial e desenvolvimento: o futuro das cidades. Avaliação dos planos estratégicos territoriais: Coimbra e Chaves (Masther's thesis)*.

- Guita, R. (2011). *A Mina de São Domingos (Mértola, Baixo Alentejo, Portugal): actividade industrial moderna (1854-1966)*. Obtido em 14 de Agosto de 2016, de <http://www.mundosdotrabalho.upp.pt/wp-content/uploads/2011/04/Rui-Guita.pdf>
- ICNF. (12 de 09 de 2016). Obtido em 09 de 12 de 2017, de Convenção Ramsar: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/ramsar>
- ICNF. (12 de 10 de 2016). *Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*. Obtido em 10 de 12 de 2017, de Natura 2000: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000>
- ICNF. (sd). *Parque Natural do Vale do Guadiana*. Obtido em 15 de Janeiro de 2018, de Áreas Protegidas: <http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnvg/class-carac>
- IEFP. (2014). *Qual a diferença entre o desemprego registado e o desemprego do INE?* Obtido em 21 de Agosto de 2016, de <https://bdfaq.iefp.pt/index.php?sid=2213591&lang=pt&action=artikel&cat=110&id=716&artlang=pt>
- IFEP. (Dezembro de 2015). *Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais*. Obtido em 10 de Julho de 2016, de Estatísticas Mensais por Concelho: <https://www.iefp.pt/documents/10181/3950794/SIE+-+Desemprego+registado+por+Concelhos+dezembro+2015.pdf/608c2208-145a-4196-8faf-f7112a75d782>
- ImoEconometries. (14 de Abril de 2010). *“Estudo de Revitalização do Comércio Local” Concelho de Mértola*.
- ImoEconometries. (2010). “Estudo sobre as Novas Oportunidades de Negócio para o Concelho de Mértola, de Decorrentes da Abertura da Ponte Internacional do Baixo Guadiana.
- ImoEconometries. (2010). *Estudo de Revitalização do Comércio Local. Concelho de Mértola. Relatório Final v.2*.
- IMT. (2014). *Mobilidade em Cidades Médias*. Lisboa.

- INE. (1960). *Casamentos celebrados e dissolvidos, filhos legitimados, nados-vivos e nados-mortos, por Concelhos do facto- óbitos por Concelhos de residência- emigrantes e emigrantes retornados, por Concelhos de naturalidade*. Obtido em 10 de Junho de 2016, de Biblioteca Digital:
<http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/sort.do?layoutCollection=0&layoutCollectionProperty=descricao&layoutCollectionState=0>
- INE. (1970). *Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, filhos legitimados, nados-vivos e fetos-mortos, por Concelhos do facto- óbitos, emigrantes e emigrantes retornados, por Concelhos de residência*. Obtido em 10 de Julho de 2016, de Biblioteca Digital:
<http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/sort.do?layoutCollection=0&layoutCollectionProperty=descricao&layoutCollectionState=0>
- INE. (1991, 2001 e 2011). *Censos. BGRI*. Obtido em 01 de Agosto de 2016, de Base Geográfica de Referenciação de Informação:
<http://mapas.ine.pt/download/index2011.phtml>
- INE. (1993). *Censos - Resultados definitivos. Região Alentejo – 1991*. Obtido em 05 de Setembro de 2017, de
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=66197834&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554
- INE. (2002). *Divisão administrativa*. Obtido em 28 de Julho de 2017, de Instituto Nacional de Estatística:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013&xlang=pt
- INE. (2002). *População Residente, Empregada, segundo o Grupo Etário, por nível de instrução e sexo (Baixo Alentejo Concelhos)*. Obtido em 27 de Agosto de 2016, de Censos - Resultados definitivos. Região Alentejo – 2001, Publicações:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=377789&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2

- INE. (15 de Maio de 2007). *Alojamentos familiares (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001)*. Obtido em 05 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - séries históricas:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000965&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (31 de Maio de 2007). *Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001)*. Obtido em 11 de Março de 2017, de Recenseamento da População e Habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0000263&selTab=tab10
- INE. (31 de Maio de 2007). *Índice de dependência de jovens (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001)*. Obtido em 11 de Março de 2017, de Recenseamento da População e Habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0000664&selTab=tab10
- INE. (31 de Maio de 2007). *Índice de renovação da população em idade activa (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001)*. Obtido em 11 de Março de 2017, de Recenseamento da População e Habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000665&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt
- INE. (31 de Maio de 2007). *População activa (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001), Sexo e Grupo etário*. Obtido em 9 de Agosto de 2016, de Recenseamento da População e Habitação:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000669&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (31 de Maio de 2007). *População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001) e Sector de actividade económica*. Obtido em 12 de Agosto de 2016, de Recenseamento da População e Habitação:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000834&contexto=bd&selTab=tab2

- INE. (31 de Maio de 2007). *População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001) e Sector de actividade económica*. Obtido em 25 de Agosto de 2016, de Recenseamento da População e Habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0000834&selTab=tab10
- INE. (31 de Maio de 2007). *Proporção de famílias clássicas unipessoais (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001)*. Obtido em 30 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2001:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000674&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (15 de Maio de 2007). *Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001)*. Obtido em 30 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2001:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001049&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (31 de Maio de 2007). *Taxa de desemprego (sentido lato) (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001)*. Obtido em 15 de Agosto de 2016, de Recenseamento da População e Habitação:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000265&selTab=tab2&xlang=pt
- INE. (05 de Janeiro de 2010). *Alojamentos (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001) e Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício*. Obtido em 30 de Agosto de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2001:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003560&contexto=bd&selTab=tab2

- INE. (6 de Janeiro de 2010). *Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001), Tipo de alojamento face ao edifício e Existência de instalações (Electricidade, água, retrete, banho/duche e aquecimento)*. Obtido em 05 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 (2010, Janeiro 06):
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003751&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (06 de Janeiro de 2010). *Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011), Tipo (alojamento familiar) e Existência de instalações (Água, retrete, banho/duche e aquecimento)*. Obtido em 05 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2001:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006298&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (04 de Fevereiro de 2010). *Famílias clássicas (N.º) nos alojamentos familiares clássicos por Local de residência (à data dos Censos 2001), Tipo de ocupação e Tipo de família clássica (Com base na estrutura etária)*. Obtido em 20 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2001:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003964&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (07 de Dezembro de 2011). *Índice de dependência total (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001)*. Obtido em 11 de Março de 2017, de Recenseamento da População e Habitação:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006039&selTab=tab10
- INE. (07 de Dezembro de 2011). *Índice de sustentabilidade potencial (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001)*. Obtido em 10 de Junho de 2017, de Recenseamento da População e Habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006040&selTab=tab10

- INE. (20 de Novembro de 2012). *Alojamentos (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011) e Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício*. Obtido em 30 de Agosto de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2011: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006272&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Fevereiro de 2012). *Alojamentos familiares clássicos (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011), Forma de ocupação e Época de construção*. Obtido em 05 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2011: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006301&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Novembro de 2012). *Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011), Escalão de divisões, Grupo socioeconómico do titular do alojamento e Escalão do valor mensal da renda*. Obtido em 30 de Agosto de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2011: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006334&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Novembro de 2012). *Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011) e Escalão de divisões por ocupante*. Obtido em 05 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2011: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006322&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Novembro de 2012). *Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011) e Regime de ocupação*. Obtido em 05 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2011: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006338&contexto=bd&selTab=tab2

- INE. (20 de Novembro de 2012). *Famílias clássicas (N.º) nos alojamentos familiares clássicos por Local de residência (à data dos Censos 2011), Regime de ocupação e Tipo de família clássica (Com base na estrutura etária)*. Obtido em 20 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2011:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006476&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Novembro de 2012). *Famílias clássicas (N.º) nos alojamentos familiares clássicos por Local de residência (à data dos Censos 2011), Tipo de ocupação e Tipo de família clássica (Com base na estrutura etária)*. Obtido em 20 de Setembro de 2017, de INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006477&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Novembro de 2012). *População activa (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo etário*. Obtido em 9 de Agosto de 2016, de Recenseamento da População e Habitação:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006383&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Novembro de 2012). *População cresce 2% na última década graças ao saldo migratório*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de Destaque à Comunicação Social:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107624784&DESTAQUESmodo=2
- INE. (20 de Novembro de 2012). *População desempregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Principal meio de vida*. Obtido em 20 de Agosto de 2016, de Recenseamento da População e Habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006392&selTab=tab10

- INE. (20 de Novembro de 2012). *População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário, Atividade económica (CAE Rev. 3) e Profissão*. Obtido em 25 de Agosto de 2016, de Recenseamento da População e Habitação:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006387&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Novembro de 2012). *População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Profissão e Situação na profissão*. Obtido de Recenseamento da População e Habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006384&selTab=tab10
- INE. (20 de Novembro de 2012). *População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Sector de actividade económica e Situação na profissão*. Obtido de Recenseamento da População e Habitação:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006389&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Novembro de 2012). *População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Sector de actividade económica e Situação na profissão*. Obtido em 25 de Agosto de 2016, de Recenseamento da População e Habitação:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006389&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Novembro de 2012). *População empregada por conta de outrem (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Escalão de horas de trabalho e Atividade económica (CAE Rev. 3)*. Obtido em 76 de Agosto de 2016, de Recenseamento da População e Habitação:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006390&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Novembro de 2012). *População empregada por conta de outrem (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Escalão de horas de trabalho e Atividade económica (CAE Rev. 3)*. Obtido em 25 de Agosto de 2016, de Recenseamento da População e Habitação.

- INE. (20 de Novembro de 2012). *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Condição perante o trabalho e Principal meio de vida*. Obtido em 9 de Julho de 2016, de Recenseamento da População e Habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006380&selTab=tab10
- INE. (20 de Novembro de 2012). *Recenseamento da população e habitação - Censos 2011*. Obtido em 05 de Setembro de 2017, de Famílias clássicas (N.º) nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual por Localização geográfica (à data dos Censos 2011), Regime de ocupação e Dimensão (família clássica):
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006472&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Novembro de 2012). *Taxa de desemprego (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo*. Obtido em 12 de Agosto de 2016, de Recenseamento da População e Habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006733&selTab=tab10
- INE. (08 de Novembro de 2013). *Factor dinamismo relativo de poder de compra por Localização geográfica (NUTS - 2002)*. Obtido em 30 de Agosto de 2017, de Estudo sobre o poder de compra concelhio:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001356&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (25 de Outubro de 2013). *Famílias clássicas unipessoais (N.º) por Sexo e Grupo etário*. Obtido em 30 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - séries históricas de 1991, 2001 e 2011:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001345&contexto=bd&selTab=tab2

- INE. (23 de Abril de 2013). *Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011)*. Obtido em 11 de Março de 2017, de Recenseamento da População e Habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006042&selTab=tab10
- INE. (23 de Abril de 2013). *Índice de dependência de jovens (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011)*. Obtido em 11 de Março de 2017, de Recenseamento da População e Habitação:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006045&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (23 de Abril de 2013). *Índice de dependência total (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011)*. Obtido em 11 de Março de 2017, de Recenseamento da População e Habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006046&selTab=tab10
- INE. (06 de Junho de 2013). *Índice de envelhecimento (n.º) por Local de Residência*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de Estimativas anuais da população residente:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008258&cont
- INE. (16 de Fevereiro de 2013). *Índice de longevidade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo*. Obtido em 22 de Julho de 2016, de Recenseamento da população e habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrC
- INE. (13 de Fevereiro de 2013). *Índice de renovação da população em idade activa (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo*. Obtido em 11 de Março de 2017, de Recenseamento da População e Habitação.

- INE. (16 de Fevereiro de 2013). *Índice de sustentabilidade potencial (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo*. Obtido em 10 de Junho de 2017, de Recenseamento da População e Habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006047&selTab=tab10
- INE. (08 de Novembro de 2013). *Poder de compra per capita por Localização geográfica (NUTS - 2002)*. Obtido em 30 de Agosto de 2017, de Estudo sobre o poder de compra concelhio:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001354&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (14 de Janeiro de 2013). *Proporção de famílias clássicas unipessoais (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011)*. Obtido em 30 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2011:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006972&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (14 de Janeiro de 2013). *Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011)*. Obtido em 30 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2011:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006973&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (08 de Novembro de 2013). *Proporção de poder de compra (% - no total do País) por Localização geográfica (NUTS - 2002)*. Obtido em 30 de Agosto de 2017, de Estudo sobre o poder de compra concelhio:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001355&contexto=bd&selTab=tab2

- INE. (14 de Janeiro de 2013). *Superfície média útil (m²) dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual por Localização geográfica (à data dos Censos 2011)*. Obtido em 05 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2011:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006988&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (14 de Janeiro de 2013). *Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados (€) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011)*. Obtido em 05 de Setembro de 2017, de Recenseamento da população e habitação - Censos 2011:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006995&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (14 de Outubro de 2014). *Esperança de vida à nascença (projeções 2012-2060 - Ano) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Cenário*. Obtido em 22 de Julho de 2016, de Projeções da população residente:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007829&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (19 de Maio de 2014). *Estabelecimentos (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Atividade económica (CAE Rev. 3)*. Obtido em 20 de Julho de 2017, de Sistema de contas integradas das empresas:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007787&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (31 de Julho de 2014). *Famílias clássicas (Série 1998 - N.º) na população residente por Tipo de família clássica*. Obtido em 20 de Setembro de 2017, de Inquérito ao emprego (2014, Julho 31):
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001351&contexto=bd&selTab=tab2

- INE. (16 de Junho de 2014). *Índice de longevidade (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002)*. Obtido em 23 de Julho de 2016, de Estimativas anuais da população residente: INE (2001), Estimativas anuais da população residente (2014, Junho 16). Índice de longevidade (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000605&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (14 de Outubro de 2014). *Índice sintético de fecundidade (projeções 2012-2060 - N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Cenário*. Obtido em 20 de Julho de 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007829&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (13 de Fevereiro de 2014). *População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade (Situação no nível)*. Obtido em 27 de Agosto de 2016, de Recenseamento da População e Habitação: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006388&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (07 de Agosto de 2014). *População inactiva (Série 1998 - N.º) por Local de residência (NUTS - 2002), Sexo e Condição perante o trabalho (Inactivo)*. Obtido em 25 de Agosto de 2016, de Inquérito ao Emprego: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000632&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2014). *População residente (projeções 2012-2060 - N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo, Idade e Cenário*. Obtido em 23 de Julho de 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007827&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2014). *População residente (projeções 2012-2060 - N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo, Idade e Cenário*. Obtido em 22 de Julho de 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007827&contexto=bd&selTab=tab2

- INE. (28 de Março de 2014). *Projeções de População Residente 2012-260*. Obtido em 20 de Julho de 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=208819970&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt
- INE. (16 de Junho de 2014). *Taxa de crescimento migratório (‰) por Local de residência (NUTS - 2002)*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de Indicadores Demográficos: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000610&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (16 de Junho de 2014). *Taxa de crescimento natural (‰) por Local de residência (NUTS - 2002)*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de Indicadores Demográficos: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000595&contexto=bd
- INE. (2014). *Tipologia de Áreas Urbanas*.
- INE. (19 de Maio de 2014). *Volume de negócios (€) dos estabelecimentos por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Atividade económica (CAE Rev. 3)*. Obtido em 11 de Julho de 2017, de Instituto de Informática: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007789&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (Maio de 2015). *As Novas Unidades Territoriais para fins Estatísticos*.
- INE. (09 de Novembro de 2015). *Factor dinamismo relativo de poder de compra por Localização geográfica (NUTS - 2013)*. Obtido em 30 de Agosto de 2017, de Estudo sobre o poder de compra concelhio: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008616&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (09 de Novembro de 2015). *O Poder de Compra Concelhio. Destaque*. Obtido em 30 de Agosto de 2017, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224735132&DESTAQUESmodo=2

- INE. (09 de Novembro de 2015). *Poder de compra per capita por Localização geográfica (NUTS - 2013)*. Obtido em 30 de Agosto de 2017, de Estudo sobre o poder de compra concelhio:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008614&
- INE. (08 de Novembro de 2015). *Proporção de poder de compra (% - no total do País) por Localização geográfica (NUTS - 2002)*. Obtido em 30 de Agosto de 2017, de Estudo sobre o poder de compra concelhio:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008615&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (19 de Junho de 2016). *Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013)*. Obtido em 20 de Agosto de 2016, de Instituto de Informática:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008251&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (27 de Abril de 2016). *Desemprego registado (N.º) por Sexo e Grupo etário*. Obtido em 20 de Agosto de 2016, de Instituto do Emprego e Formação Profissional:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001231&contexto=pgi&selTab=tab10&xlang=pt
- INE. (27 de Abril de 2016). *Desemprego registado (N.º) por Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo*. Obtido em 20 de Agosto de 2016, de Instituto do Emprego e Formação Profissional:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001232&contexto=pgi&selTab=tab10&xlang=pt
- INE. (02 de Junho de 2016). *Índice de dependência total (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013)*. Obtido em 11 de Março de 2017, de Recenseamento da População e Habitação:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008261&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt

- INE. (16 de Junho de 2016). *Índice de renovação da população em idade activa (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013)*. Obtido em 11 de Março de 2017, de Indicadores Demográficos.
- INE. (07 de Setembro de 2016). *Pensões da segurança social (€) por Tipo de pensão*. Obtido em 11 de Julho de 2017, de Instituto de Informática:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004345&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Novembro de 2016). *População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Situação na profissão, Atividade económica (CAE Rev. 3) e Escalão de horas de trabalho*. Obtido em 27 de Agosto de 2017, de Recenseamento da População e Habitação:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006386&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (10 de Fevereiro de 2016). *População empregada (Série 2011 - N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Situação na profissão*. Obtido em 25 de Agosto de 2016, de Inquérito ao Emprego:
https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006140&contexto=pti&selTab=tab10&xlang=pt
- INE. (2016). *Por que se registam diferenças entre os dados sobre o desemprego que são divulgados pelo INE e os que são divulgados pelo IIEFP?* Obtido em 19 de Agosto de 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_faqs&FAQSfaq_boui=63632857&FAQSmodo=1&xlang=pt
- INE. (16 de Junho de 2016). *Saldo migratório (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013)*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de Indicadores Demográficos:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contexto=pi&indOcorrCod=0008269&selTab=tab0

- INE. (30 de Junho de 2016). *Superfície (km²) das unidades territoriais por Localização geográfica (Divisão administrativa a partir de 2013)*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de Direcção-Geral do Território:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007822&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (16 de Junho de 2016). *Taxa de crescimento efectivo (%o) por Local de residência (NUTS - 2013)*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de Indicadores Demográficos:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008262&contexto=b
- INE. (16 de Junho de 2016). *Taxa de crescimento migratório (%o) por Local de residência (NUTS - 2013)*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de Indicadores Demográficos:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008253&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (09 de Fevereiro de 2016). *Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo*. Obtido em 15 de Agosto de 2016, de Inquérito ao Emprego:
https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000651&contexto=pgi&selTab=tab10&xlang=pt
- INE. (09 de Fevereiro de 2016). *Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo*. Obtido em 10 de Julho de 2016, de Inquérito ao Emprego:
https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000651&contexto=pgi&selTab=tab10&xlang=pt
- INE. (17 de Julho de 2017). *Alojamentos familiares clássicos (Parque habitacional - N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013)*. Obtido em 30 de Setembro de 2017, de Estatísticas das obras concluídas:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008329&contexto=bd&selTab=tab2

- INE. (19 de Dezembro de 2017). *Despesas (€) das câmaras municipais por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Classificador económico (Despesas)*. Obtido em 10 de Fevereiro de 2018, de Direção-Geral das Autarquias Locais:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009481&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (19 de Dezembro de 2017). *Dívida (€) das câmaras municipais por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Natureza da dívida*. Obtido de Direção-Geral das Autarquias Locais:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009482&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (16 de Dezembro de 2017). *Dívida das câmaras municipais por habitante (€/ hab.) por Localização geográfica (NUTS - 2013)*. Obtido de Direção-Geral das Autarquias Locais:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009156&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (05 de Julho de 2017). *Divisão Administrativa*. Obtido de INE:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013&xlang=pt
- INE. (17 de Julho de 2017). *Edifícios concluídos (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de obra*. Obtido em 30 de Setembro de 2017, de Estatísticas das obras concluídas:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000085&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (17 de Julho de 2017). *Edifícios concluídos (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de obra e Destino da obra*. Obtido em 30 de Setembro de 2017, de Estatísticas das obras concluídas (2017, Julho 17):
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008320&contexto=bd&selTab=tab2

- INE. (17 de Julho de 2017). *Edifícios licenciados (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de obra*. Obtido em 30 de Setembro de 2017, de Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008315&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (02 de Junho de 2017). *Estabelecimentos (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (CAE Rev. 3)*. Obtido em 20 de Julho de 2017, de Sistema de contas integradas das empresas:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008597&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (02 de Junho de 2017). *Estabelecimentos (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (CAE Rev. 3)*. Obtido em 19 de Julho de 2017, de Sistema de Contas integradas das Empresas:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008597&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (08 de Fevereiro de 2017). *Famílias clássicas (Série 2011 - N.º) na população residente por Tipo de família clássica*. Obtido em 10 de Setembro de 2017, de Inquérito ao emprego:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007861&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (03 de Março de 2017). *Pensionistas da segurança social (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002)*. Obtido em 2017, de Instituto de Informática:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004294&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Junho de 2017). *Pensionistas da segurança social (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013)*. Obtido em 11 de Julho de 2017, de Instituto de Informática:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008247&contexto=bd&selTab=tab2

- INE. (20 de Junho de 2017). *Pensionistas da segurança social (N.º) por Tipo de pensão*.
Obtido em 11 de Julho de 2017, de Instituto de Informática:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008247&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (03 de Março de 2017). *Pensões da segurança social (€) por Local de residência (NUTS - 2002)*. Obtido em 11 de Julho de 2017, de Instituto de Informática:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004296&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Junho de 2017). *Pensões da segurança social (€) por Local de residência (NUTS - 2013)*. Obtido em 11 de Julho de 2017, de Instituto de Informática:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008249&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (08 de Fevereiro de 2017). *População inactiva (Série 2011 - N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Condição perante o trabalho (Inactivo)*. Obtido em 09 de Março de 2017, de Inquérito ao Emprego:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006176&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (19 de Dezembro de 2017). *Receitas (€) das câmaras municipais por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Classificador económico (Receitas)*. Obtido em Fevereiro de 15 de 2018, de Direção-Geral das Autarquias Locais:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009480&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (16 de Dezembro de 2017). *Receitas das câmaras municipais por habitante (€/ hab.) por Localização geográfica*. Obtido de Direção-Geral das Autarquias Locais:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009155&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (20 de Junho de 2017). *Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º) por Local de residência*. Obtido em 19 de Julho de 2017, de Instituto de Informática:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008248&contexto=bd&selTab=tab2

- INE. (03 de Março de 2017). *Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º) por Local de residência (NUTS - 2002)*. Obtido em 11 de Março de 2017, de Instituto de Informática:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004149&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (02 de Junho de 2017). *Volume de negócios (€) dos estabelecimentos por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (CAE Rev. 3)*. Obtido em 11 de Julho de 2017, de Instituto de Informática:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008599&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (10 de Maio de 2018). *Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de comércio e Tipo de bens*. Obtido em 20 de Maio de 2018, de Estatísticas do comércio internacional de bens:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008169&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (10 de Maio de 2018). *Importações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de comércio e Tipo de bens*. Obtido em 20 de Maio de 2018, de Estatísticas do comércio internacional de bens:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008168&contexto=bd&selTab=tab2
- INE, Censos de Poblacion y Viviendas 2001. (2012). *Resultados Definitivos*. Obtido de <http://www.ine.es/censo/es/consulta.jsp>
- INE, Censos de Poblacion y Viviendas 2011. (2016). *Resultados Municipales. Huelva. Población por municipios, sexo y edad (año a año)*. . Obtido em 12 de Julho de 2016, de <http://www.ine.es/jaxi/Datos.htm?path=/t20/e244/avance/p02/l0/&file=1mun21.px>

INE, Direção-Geral do Território. (18 de Outubro de 2013). *Superfície (km²) das unidades territoriais por Localização geográfica (Divisão administrativa até 2013)*. Obtido em 10 de Janeiro de 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007444&contexto=bd&selTab=tab2

INE, Estimativas anuais da população residente. (16 de Junho de 2014). *População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida)*. Obtido em 10 de Setembro de 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000611&Contexto=pi&selTab=tab0&xlang=pt

INE, Estimativas anuais da população residente. (08 de Janeiro de 2016). *Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência (NUTS - 2002)*. Obtido de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000009&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt

INE, Indicadores Demográficos. (16 de Junho de 2014). *Taxa bruta de mortalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2002)*. Obtido em 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000597&contexto=bd&s

INE, Indicadores Demográficos. (16 de Junho de 2014). *Taxa bruta de natalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2002)*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000596&contexto=bd&se

INE, Indicadores Demográficos. (16 de Junho de 2014). *Taxa de crescimento efectivo (‰) por Local de residência (NUTS - 2002)*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000594&contexto=b

INE, Indicadores Demográficos. (16 de Junho de 2016). *Taxa bruta de mortalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2013)*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008265&contexto=bd&s

INE, Indicadores Demográficos. (16 de Junho de 2016). *Taxa bruta de natalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2013)*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008264&contexto=bd&se

INE, Indicadores Demográficos. (16 de Junho de 2016). *Taxa de crescimento natural (‰) por Local de residência (NUTS - 2013)*. Obtido em 12 de Julho de Julho, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008263&contexto=bd&selTab=tab2

INE, Recenseamento da População e Habitação 2001. (31 de Maio de 2007). *Índice de envelhecimento (n.º) por Local de Residência (à Data dos Censos 2001)*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_

INE, Recenseamento da População e Habitação 2011. (20 de Novembro de 2012). *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo etário. Decenal*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005979&contexto=bd&selTab=tab2

INE. 11º Recenseamento da População. (1975). *População e alojamento por lugares. Distrito de Beja*. Obtido em 13 de Julho de 2016, de http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=66632414&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

INE. 12º Recenseamento Geral da População. (1981). *Resultados Definitivos. Distrito de Beja*. Obtido de http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=66199734&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

- INE. 5º Recenseamento Geral da População. (1913). *Parte III. População de facto agrupada por idades, distinguindo sexo, estado civil e instrução*. Obtido em 14 de Julho de 2016, de http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73208560&PUBLICACOEsmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554
- INE. 6º Recenseamento Geral da População. (1925). *Volume II. População de facto agrupada por idades, distinguindo sexo, estado civil e instrução*. Obtido em 15 de Julho de 2016, de http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=66632665&PUBLICACOEsmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554
- INE. Censos 91. Resultados Definitivos. (1993). *Região do Alentejo*. Obtido em 13 de Julho de 2016, de http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=66197834&PUBLICACOEsmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554
- INE. MTSSS/GEP. (23 de Dezembro de 2016). *Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário*. Obtido em 10 de Julho de 2017, de Quadros de pessoal: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006914&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. MTSSS/GEP. (17 de Setembro de 2017). *Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2002)*. Obtido em 25 de Setembro de 2017, de Quadros de pessoal.: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001982&contexto=bd&selTab=tab2

- INE. MTSSS/GEP. (07 de Fevereiro de 2017). *Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013)*. Obtido em 25 de Agosto de 2017, de Quadros de pessoal.:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009047&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. Recenseamento da População e Habitação 2011. (20 de Novembro de 2012). *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Local de proveniência (Migrações relativamente a 31/12/2009)*. Obtido em 15 de Julho de 2016, de
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008258&contexto=pti&selTab=tab10
- INE. Recenseamento da população e habitação, 2011. (16 de Fevereiro de 2013). *Índice de envelhecimento (n.º) por Local de Residência (à Data dos Censos 2011)*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_ce
- INE. X Recenseamento Geral da População. (1964). *Tomo I. Volume 1º. Pédios e Fogos; População – dados retrospectivos (distritos, Concelhos e freguesias)*. Obtido em 13 de Julho de 2016, de População Residente nos Recenseamentos de 1864 a 1960, por freguesia:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=72846651&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554
- Infopédia. (2017). *setores da atividade económica in Artigos de apoio*. Obtido em 21 de Junho de 2017, de Porto: Porto Editora, 2003-2017.
- Jaraís Cabanillas, F. J. (2011). *Nuevas dinámicas territoriales y sus repercusiones sobre los cambios de uso del suelo en la raya Central Ibérica*.
- Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto).
- Lei n.º 11/87 de 2 Junho.

Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio.

Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio. Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.

Lei n.º 31/2014 de 30 de Maio de 2014.

Lei n.º 56/91, Lei quadro das regiões administrativas.

Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Lusa & Público. (27 de Fevereiro de 2008). Alentejo: nova ponte luso-espanhola entre Pomarão e El Granado arranca em Março. *Público*.

Lusa. (16 de Agosto de 2007). *Autarca de Mértola defende urgente desassoreamento do Rio Guadiana*. Obtido em 25 de Maio de 2018, de TSF:
https://www.rtp.pt/noticias/pais/autarca-de-mertola-defende-urgente-desassoreamento-do-rio-guadiana_n48705

Lusa. (23 de Janeiro de 2009). Alentejo: inauguração de ponte que vai ligar Pomarão a El Granado no final de Fevereiro. *Público*. Obtido de
<https://www.publico.pt/local/noticia/alentejo-inauguracao-de-ponte-que-vai-ligar-pomarao-a-el-granado-no-final-de-fevereiro-1357270>

Lusa. (09 de Agosto de 2017). *Vestígios importantes da época romana descobertos em escavação em Mértola*. Obtido em 20 de Junho de 2018, de Público:
<https://www.publico.pt/2017/08/09/local/noticia/vestigios-importantes-da-epoca-romana-descobertos-em-escavacao-em-mertola-1781882>

Mértola, C. M. (2004). *O relatório de Avaliação do Plano Director Municipal*.

Morais Leitão, G. T. (2014). *A nova Lei de base de solos, de ordenamento do território e de urbanismo*. Obtido em 20 de 11 de 2016, de Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados:
https://www.mlgts.pt/xms/files/Publicacoes/Newsletters_Boletins/2014/Briefing_DireitoPublico_-_A_nova_Lei_de_bases_de_solos__de_ordenamento_do_territorio_e_de_urbanismo.pdf

- Observador. (19 de Novembro de 2017). *Projeto quer reabilitar navegabilidade do Guadiana entre Alcoutim e Pomarão*. Obtido em 20 de Maio de 2018, de <https://observador.pt/2017/11/19/projeto-quer-reabilitar-navegabilidade-do-guadiana-entre-alcoutim-e-pomarao/>
- Oliveira, J., Costa, M., & Wille, M. F. (2008). *Introdução ao Método Delphi*. Brasil: Creative Commons.
- ONU, U. N. (2011). *Total and urban population by sex: 2002-2011. Table 6*. Obtido em 05 de Julho de 2016, de Demographic Yearbook 2011: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/dyb/dyb2011/notes/notes06.pdf>
- Papudo, R. M. (2007). 3.3. O sistema de gestão territorial em Portugal Continental à escala local. In R. M. Papudo, *Indicadores de ordenamento do território: uma proposta metodológica (Doctoral dissertation)*.
- Paula, J. (2009). Políticas de apoio ao desenvolvimento local. *Crise & Oportunidade*.
- PORDATA. (16 de Junho de 2016). *Óbitos e Esperança de Vida. Esperança de vida à nascença: total e por sexo - Europa*. Obtido de <http://www.pordata.pt/Europa/Esperan%C3%A7a+de+vida+%C3%A0+nascen%C3%A7a+total+e+por+sexo-1260>
- PORDATA. (16 de Junho de 2016). *População activa: total e por grupo etário - Portugal*. Obtido em 9 de Agosto de 2016, de Emprego e Mercado de Trabalho: <http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+activa+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+-29>
- PORDATA. (16 de Junho de 2016). *População desempregada. Taxa de desemprego: total e por grupo etário (%) - Portugal*. Obtido em 15 de Agosto de 2016, de Portugal. Emprego e Mercado de Trabalho: [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+\(percentagem\)-553](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+(percentagem)-553)

- PORDATA. (16 de Junho de 2016). *População Residente. Índice de Envelhecimento, Europa*.
Obtido em 15 de Julho de 2016, de
<http://www.pordata.pt/Europa/%C3%8Dndice+de+envelhecimento-1609>
- PORDATA. (16 de Junho de 2016). *Taxa bruta de mortalidade*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de População. Óbitos e Esperança de Vida.:
<http://www.pordata.pt/Europa/Taxa+bruta+de+mortalidade-1941>
- PORDATA. (16 de Junho de 2016). *Taxa bruta de natalidade, Europa*. Obtido em 12 de Julho de 2016, de População. Nascimentos e Fecundidade:
<http://www.pordata.pt/Europa/Taxa+bruta+de+natalidade-1605>
- PORDATA. (16 de Junho de 2016). *Taxa de desemprego, dos 15 aos 64 anos, por grupo etário - Europa*. Obtido em 25 de Agosto de 2016, de Europa. Emprego e Mercado de Trabalho. População desempregada.:
<http://www.pordata.pt/Europa/Taxa+de+desemprego++dos+15+aos+64+anos++por+grupo+et%C3%A1rio-1798>
- PORDATA. (06 de Março de 2017). *Índice de dependência total - Europa*. Obtido em 10 de Junho de 2017, de Europa. População. População Residente.:
<http://www.pordata.pt/Europa/%C3%8Dndice+de+depend%C3%Aancia+total-1927>
- PORDATA. (06 de Março de 2017). *Número de indivíduos em idade activa por idoso - Europa*. Obtido em 10 de Junho de 2017, de Europa. População. População Residente.:
<http://www.pordata.pt/Europa/N%C3%BAmero+de+indiv%C3%ADduos+em+idade+activa+por+idoso-1818>
- PORDATA. (27 de Abril de 2017). *População empregada por sector de actividade económica (NACE Rev.2)*. Obtido em 20 de Julho de 2017, de Europa. Emprego e Mercado de Trabalho.:
[http://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+por+situa%C3%A7%C3%A3o+na+profiss%C3%A3o+\(percentagem\)-1760](http://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+por+situa%C3%A7%C3%A3o+na+profiss%C3%A3o+(percentagem)-1760)

- PORDATA. (28 de Abril de 2017). *População Empregada. População empregada por situação na profissão (%) - Europa*. Obtido em 09 de Julho de 2017, de Europa. Emprego e Mercado de Trabalho.:
[http://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+por+situa%C3%A7%C3%A3o+na+profiss%C3%A3o+\(percentagem\)-1760](http://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+por+situa%C3%A7%C3%A3o+na+profiss%C3%A3o+(percentagem)-1760)
- PORDATA. (27 de Junho de 2017). *Remuneração dos empregados per capita (PPS)*. Obtido em 19 de Julho de 2017, de Europa. Macroeconomia. Rendimento e Consumo.:
[http://www.pordata.pt/Europa/Remunera%C3%A7%C3%A3o+dos+empregados+per+capita+\(PPS\)-1921](http://www.pordata.pt/Europa/Remunera%C3%A7%C3%A3o+dos+empregados+per+capita+(PPS)-1921)
- Portaria n.º 86/2007 do Diário da República n.º9/2007, Série I de 2007-01-12.
- Porto Editora. (2003-2017). *planeamento*. Obtido em 05 de Setembro de 2014, de Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico:
<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/planeamento>
- Porto Editora. (2015). *Infopédia-Dicionário Porto Editora*. Obtido de
<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/desenvolver>
- Porto Editora. (2015). *Ordenações*. Obtido em 13 de Agosto de 2015, de Infopédia:
[http://www.infopedia.pt/\\$ordenacoes](http://www.infopedia.pt/$ordenacoes)
- Portugal 2020, C. (1 de Julho de 2015). *Alteração da Deliberação da CIC Portugal 2020 relativa aos Territórios de Baixa Densidade*. Obtido em 18 de Agosto de 2016, de Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local: <https://www.animar-dl.pt/m/noticias/2033-alteracao-da-deliberacao-da-cic-portugal-2020-relativa-aos-territorios-de-baixa-densidade>
- Priberam, D. (Dicionário Priberam de 2008-2013). *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Obtido em 01 de Outubro de 2015, de ordenamento:
<https://www.priberam.pt/dlpo/ordenamento>
- QREN. (2013). Manual Técnico II: Métodos e Técnicas. In EVALSED, *A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico*. Comissão Europeia.

- QREN, O. d. (2017-2013). *Manual Técnico II: Métodos e Técnicas de Avaliação*. Obtido de Análise da Informação - SWOT:
<http://www.observatorio.pt/download.php?id=216>
- Rafael, L. (2016). *Análise de Dados Estatísticos 2015. Museu de Mértola e Posto de Informação Turística*. . Câmara Municipal de Mértola.
- Ramos, L. (2007). *Espaços rurais: novos paradigmas*. Porto: CCDR-N.
- REHMINE. (2016). *Mina de São Domingos*. Obtido em 14 de Agosto de 2016, de
http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/rehmine/?Mina_de_S%3o_Domingos
- Ribeiro, J. (06 de Novembro de 2006). *Os planos de fomento*. Obtido em 14 de Dezembro de 2015, de Economia Portuguesa:
<http://economiaportuguesa.blogspot.pt/2006/11/os-planos-de-fomento.html>
- Santos, d. M. (2008). *Texto de Apoio sobre Planeamento Estratégico*. Évora.
- Segurança Social. (2016). *Prestações de Desemprego. Dados Anuais 2001_a_2015*. Obtido em 19 de Julho de 2016, de <http://www.seg-social.pt/estatisticas>
- Segurança Social. (2016). *Rendimento de Inserção Social. Dados Anuais de RSI 2004_a_2015*. Obtido em 29 de Julho de 2016, de <http://www.seg-social.pt/estatisticas>
- Segurança Social. (27 de Setembro de 2017). *Rede Nacional de Cuidados Continuados*. Obtido em 25 de Junho de 2018, de http://www.seg-social.pt/rede-nacional-de-cuidados-continuados-integrados-rncci?p_p_id=56_INSTANCE_ti7Q&p_p_lifecycle=1&p_p_state=exclusive&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&_56_INSTANCE_ti7Q_struts_action=%2Fjournal_content%2Fexport_artic
- Seixas, J. (5 de Junho de 2012). *Visão*. Obtido de O que eu preciso de saber sobre... cidades: <http://visao.sapo.pt/ambiente/cidadeseconsumo/o-que-eu-preciso-de-saber-sobre-cidades=f668505#ixzz3hkRW1HQ1>

Sibec. (24 de Julho de 2015). *Territórios de Baixa Densidade*. Obtido em 18 de Agosto de 2016, de Sibec: <http://www.sibec.pt/consultorios-economicos/item/552-territorios-baixa-densidade>

Silva, A., Lima, F., & Chamusca, P. (2010). Estratégias de eficiência Colectiva em Territórios de Baixa Densidade: Reflexões a propósito do Minho-Lima e do Tâmega. *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto.

Silva, M. (2017). *Material de acompanhamento para o Curso de Metodologia Científica*. Brasília: Vestnik.

ANEXOS

ENTREVISTA

As questões que se apresentam na entrevista têm como intuito o auxílio ao processo de investigação no sentido de obter uma visão prospectiva do município, através da reunião de actores privilegiados no âmbito social, cultural, económico e político para encontrar a melhor estratégia a definir para um possível desenvolvimento local. O objectivo central da entrevista insere-se no âmbito da tese de doutoramento sobre o planeamento estratégico de Mértola, um território de baixa densidade.

A entrevista é considerada aberta e diz respeito a um conjunto de oito questões principais que procuram aprofundar as informações extraídas do diagnóstico territorial. Um diagnóstico assente de uma análise social e económica, obtida de fontes secundárias por meio dos organismos produtores de dados e informação como o Instituto Nacional de Estatística ou de organismos que organizam essa mesma informação proveniente de fontes nacionais e europeias como é o caso do PORDATA, com indicadores provenientes do EUROSTAT).

As perguntas foram elaboradas a partir de uma metodologia de estudo de futuro denominada Delphi, que tem como objectivo propiciar a reflexão colectiva sobre eventos futuros.

Pergunta 1.

Do ponto de vista social e económico, como vê o município actualmente?

Pergunta 2.

Quais os principais problemas do seu Concelho?

Pergunta 3.

Quais as estratégias ao nível social e económico, no sentido de inverter a situação actual do município?

Pergunta 4.

Qual o recurso endógeno mais singular do município comparativamente aos demais da região?

Pergunta 5.

Com os municípios vizinhos compete ou coopera?

Compete

Coopera

Ambas

Em que áreas?

Pergunta 6.

Que vantagens trouxe a ponte internacional do Baixo Guadiana para o Concelho e Mértola?

Pergunta 7.

Nos projectos de âmbito local, qual o nível de participação dos municípios?

7.1. Há iniciativas por parte da população ou estas derivam essencialmente do poder político ou dos actores locais?

7.2. Que iniciativas são essas?

Pergunta 8.

Como vê o seu município no futuro (a longo prazo)?

TABELAS DE CONSULTA

1. Tabelas Análise Demográfica (5-D)

Tabela 5-D.1. A População e Variação Populacional do Concelho de Mértola entre o período de 1900 a 2014	383
Tabela 5-D.2. Saldo Total, Saldo Natural e Saldo Migratório, no Concelho de Mértola, entre 1992 e 2014	384
Tabela 5-D.3. População Residente, Variação Populacional nos Lugares Censitários no Concelho de Mértola, 1991, 2001 e 2011	385
Tabela 5-D.4. População Residente nos Lugares Censitários por Grandes Grupos Etários no Concelho de Mértola, 2011	392

Tabela 5-D.1. A População e Variação Populacional do Concelho de Mértola entre o período de 1900 a 2014

Ano	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2014
População	18910	22997	21185	26310	29218	29553	26026	14310	11693	9805	8712	7274	6681
Variação Populacional	*	21,6	-7,9	24,2	11,1	1,1	-11,9	-45,0	-18,3	-16,1	-11,1	-16,5	-8,2

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Recenseamento Geral da População, 1911-2011; Estimativas da População, 2014.

Tabela 5-D.2. Saldo Total, Saldo Natural e Saldo Migratório, no Concelho de Mértola, entre 1992 e 2014

Ano	Saldo Total = SN+SM	Saldo Natural (SN)	Saldo Migratório (SM)
1992	-149	-118	-31
1993	-110	-109	-1
1994	-84	-85	1
1995	-109	-113	4
1996	-125	-127	2
1997	-105	-104	-1
1998	-113	-115	2
1999	-123	-124	1
2000	-80	-85	5
2001	-126	-112	-14
2002	-155	-133	-22
2003	-148	-120	-28
2004	-124	-92	-32
2005	-164	-133	-31
2006	-128	-97	-31
2007	-142	-114	-28
2008	-165	-126	-39
2009	-137	-101	-36
2010	-139	-95	-44
2011	-157	-102	-55
2012	-169	-111	-58
2013	-138	-90	-48
2014	-159	-81	-78

Elaboração própria (2016). INE (2016). Estimativas da População. Indicadores Demográficos.

Tabela 5-D.3. População Residente, Variação Populacional nos Lugares Censitários no Concelho de Mértola, 1991, 2001 e 2011

Freguesia	Lugares	Pop. Residente			Variação Populacional	
		1991	2001	2011	1991/2001	2001/2011
Alcaria Ruiva	Aipo	22	22	18	0	-4
	Alcaria Ruiva	143	125	91	-18	-34
	Algodôr	186	160	145	-26	-15
	Amendoeira do Campo	80	60	47	-20	-13
	Azinhal	47	54	15	7	-39
	Benviúda	*	19	21	*	2
	Corte Cobres	32	40	25	8	-15
	Corte Pequena	56	55	33	-1	-22
	João Serra	91	74	58	-17	-16
	Monte da Grade	13	15	5	2	-10
	Monte da Légua	25	18	11	-7	-7
	Monte das Figueiras	36	20	26	-16	6
	Monte Novo do Futuro	8	*	*	*	*
	Monte Viegas	60	45	60	-15	15
	Navarro	*	21	17	*	-4
	Vale de Açor de Baixo	102	85	97	-17	12
	Vale de Açor de Cima	83	67	67	-16	0
	Vale de Camelos	19	10	19	-9	9
	Venda dos Salgueiros	13	12	*	-1	*
Isolados	185	111	94	-74	-17	
Total		1201	1013	849	-188	-164
Corte Pinto	Corte Pinto	345	330	290	-15	-40
	Mina de São Domingos	813	664	503	-149	-161
	Isolados	102	86	64	-16	-22
Total		1260	1080	857	-180	-223

Continua

Tabela 5-D.3. (continuação)

Freguesia	Lugares	Pop. Residente			Variação Populacional	
		1991	2001	2011	1991/2001	2001/2011
Espírito Santo	Álamo	69	64	53	-5	-11
	Alcaria dos Javazes	45	39	34	-6	-5
	Besteiros	34	22	13	-12	-9
	Bicada	27	29	26	2	-3
	Boavista	19	16	7	-3	-9
	Espírito Santo	81	61	50	-20	-11
	Mesquita	36	32	28	-4	-4
	Moinho de Vento de Baixo	28	21	23	-7	2
	Moinho de Vento de Cima	23	22	18	-1	-4
	Roncanito	22	12	10	-10	-2
	Roncão de Baixo	7	8	4	1	-4
	Roncão de Cima	12	7	7	-5	0
	Roncão do Meio	24	17	16	-7	-1
	Sedas	31	18	6	-13	-12
	Vicentes	25	30	17	5	-13
	Zambujal	8	1	0	-7	-1
Isolados	51	38	23	-13	-15	
Total		542	437	335	-105	-102

Continua

Tabela 5-D.3. (continuação)

Freguesia	Lugares	Pop. Residente			Variação Populacional	
		1991	2001	2011	1991/2001	2001/2011
Mértola	Além Rio	70	*	*		
	Amendoeira da Serra	100	72	53	-28	-19
	Brites Gomes	44	48	40	4	-8
	Corte da Velha	169	128	112	-41	-16
	Corte Gafo de Baixo	114	89	68	-25	-21
	Corte Gafo de Cima	188	129	157	-59	28
	Corte Pequena	18	13	11	-5	-2
	Corte Sines	268	254	207	-14	-47
	Lombardos	69	61	58	-8	-3
	Mértola	1225	1451	1401	226	-50
	Monte Alto	71	62	57	-9	-5
	Monte Corvos	117	122	94	5	-28
	Monte Fernandes	314	345	299	31	-46
	Morena	29	25	15	-4	-10
	Mosteiro	54	40	32	-14	-8
	Namorados	67	69	58	2	-11
	Quintã	28	18	12	-10	-6
	Sapos	73	60	60	-13	0
	Tamejoso	26	22	19	-4	-3
Isolados	122	85	71	-37	-14	
Total		3166	3093	2824	-73	-269

Continua

Tabela 5-D.3. (continuação)

Freguesia	Lugares	População Residente			Variação Populacional	
		1991	2001	2011	1991/2001	2001/2011
Santana de Cambas	Alves	75	71	59	-4	-12
	Bens	82	59	46	-23	-13
	Formoa	11	5	3	-6	-2
	Mina de São Domingos	-	1	0	1	-1
	Monte Costa	25	26	21	1	-5
	Monte Sapos	17	13	*	-4	-
	Montes Altos	11	39	53	28	14
	Moreanes	240	164	174	-76	10
	Picoitos	119	112	88	-7	-24
	Pomarão	38	38	37	0	-1
	Salgueiros	30	30	27	0	-3
	Santana de Cambas	176	132	140	-44	8
	Sapos	*	*	19	-	-
	Vale do Poço	20	26	33	6	7
Isolados	165	147	97	-18	-50	
Total		1009	863	797	-146	-66

Continua

Tabela 5-D.3. (continuação)

Freguesia	Lugares	População Residente			Variação Populacional	
		1991	2001	2011	1991/2001	2001/2011
São João dos Caldeireiros	Alvares	113	73	55	-40	-18
	Corte Pão e Água	25	21	20	-4	-1
	Martinhanes	108	112	95	4	-17
	Monte Ledo	90	73	56	-17	-17
	Penilhos	97	106	75	9	-31
	Romerias	19	16	*	-3	
	São João dos Caldeireiros	130	143	132	13	-11
	Simões	43	31	19	-12	-12
	Tacões	101	102	67	1	-35
	Vasco Rodrigues	45	22	22	-23	0
	Isolados	32	29	26	-3	-3
Total		803	728	567	-75	-161

Continua

Tabela 5-D.3. (continuação)

Freguesia	Lugares	População Residente			Variação Populacional	
		1991	2001	2011	1991/2001	2001/2011
União das Freguesias de São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Solis e São Sebastião dos Carros	Alcaria Longa	97	81	46	-16	-35
	Barranco	12	9	*	-3	*
	Boisões de Baixo	34	20	22	-14	2
	Boisões de Cima	34	24	10	-10	-14
	Carros	10	8	*	-2	*
	Casa Velha	22	16	1	-6	-15
	Castelejo	12	*	*		
	Castanhos	21	12	5	-9	-7
	Corredoura	23	16	10	-7	-6
	Diogo Martins	52	57	51	5	-6
	Espragosa	51	52	34	1	-18
	Gatão	19	12	7	-7	-5
	Góis	94	85	61	-9	-24
	Manuel Galo	74	54	36	-20	-18
	Monte da Corcha/Corcha	43	27	19	-16	-8
	Monte Gato	82	54	42	-28	-12
	Monte Negas	35	30	24	-5	-6
	Monte do Fialho/Fialho	79	70	56	-9	-14
	Montes Santana	17	23	18	6	-5
	Murteira	18	11	2	-7	-9
	Quinta D Maior	28	21	*	-7	*
	Penedos	172	146	101	-26	-45
	Roncão	58	50	35	-8	-15
São Bartolomeu de Via Glória	158	133	110	-25	-23	
São Miguel do Pinheiro	117	111	83	-6	-28	

	São Pedro de Sólis	138	126	100	-12	-26
	São Sebastião dos Carros	65	43	30	-22	-13
	Serranos	47	39	25	-8	-14
	Vargens	60	43	21	-17	-22
	Isolados	152	125	96	-27	-29
	Total	1824	1498	1045	-326	-453

Notas:

* Lugar inexistente no levantamento do ano respectivo.

- sem valor

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI), 1991, 2001 e 2011.

Tabela 5-D.4. População Residente nos Lugares Censitários por Grandes Grupos Etários no Concelho de Mértola, 2011

Freguesia	Lugares	População Residente	Grupos Etário			
			0-24	25-64	65 e mais	65 e mais (%)
Alcaria Ruiva	Aipo	18	0	10	8	44,4
	Alcaria Ruiva	91	12	41	38	41,8
	Algodôr	145	33	64	48	33,1
	Amendoeira do Campo	47	11	22	14	29,8
	Azinhal	15	5	6	4	26,7
	Benviúda	21	6	7	8	38,1
	Corte Cobres	25	0	15	10	40,0
	Corte Pequena	33	6	17	10	30,3
	João Serra	58	9	31	18	31,0
	Monte da Grade	5	1	2	2	40,0
	Monte da Légua	11	0	5	6	54,5
	Monte das Figueiras	26	10	9	7	26,9
	Monte Viegas	60	20	29	11	18,3
	Navarro	17	6	6	5	29,4
	Vale de Açor de Baixo	97	24	47	26	26,8
	Vale de Açor de Cima	67	17	26	24	35,8
	Vale de Camelos	19	2	10	7	36,8
Isolados	94	19	45	30	31,9	
Corte Pinto	Corte Pinto	290	60	119	111	38,3
	Mina de São Domingos	503	79	221	203	40,4
	Isolados	64	18	31	15	23,4

Continua

Tabela 5-D.4. (continuação)

Freguesia	Lugares	População Residente	Grupos Etário			
			0-24	25-64	65 e mais	65 e mais (%)
Espírito Santo	Álamo	53	9	26	18	34,0
	Alcaria dos Javazes	34	2	15	17	50,0
	Besteiros	13	0	2	11	84,6
	Bicada	26	5	13	8	30,8
	Boavista	7	0	2	5	71,4
	Espírito Santo	50	8	22	20	40,0
	Mesquita	28	2	10	16	57,1
	Moinho de Vento de Baixo	23	0	10	13	56,5
	Moinho de Vento de Cima	18	5	8	5	27,8
	Roncanito	10	3	3	4	40,0
	Roncão de Baixo	4	0	0	4	100,0
	Roncão de Cima	7	1	0	6	85,7
	Roncão do Meio	16	1	11	4	25,0
	Sedas	6	1	3	2	33,3
	Vicentes	17	0	7	10	58,8
	Zambujal	0	0	0	0	0,0
Isolados	23	3	14	6	26,1	

Continua

Tabela 5-D.4 (continuação)

Freguesia	Lugares	População Residente	Grupos Etário			
			0-24	25-64	65 e mais	65 e mais (%)
Mértola	Amendoeira da Serra	53	7	14	32	60,4
	Brites Gomes	40	9	22	9	22,5
	Corte da Velha	112	20	59	33	29,5
	Corte Gafo de Baixo	68	4	27	37	54,4
	Corte Gafo de Cima	157	35	78	44	28,0
	Corte Pequena	11	1	1	9	81,8
	Corte Sines	207	36	101	70	33,8
	Lombardos	58	12	33	13	22,4
	Mértola	1401	327	761	313	22,3
	Monte Alto	57	8	28	21	36,8
	Monte Corvos	94	11	43	40	42,6
	Monte Fernandes	299	54	158	87	29,1
	Morena	15	1	12	2	13,3
	Mosteiro	32	6	13	13	40,6
	Namorados	58	14	33	11	19,0
	Quintã	12	0	2	10	83,3
	Sapos	60	13	29	18	30,0
	Tamejoso	19	3	10	6	31,6
Isolados	71	13	42	16	22,5	

Continua

Tabela 5-D.4. (Continuação)

Freguesia	Lugares	População Residente	Grupos Etário			
			0-24	25-64	65 e mais	65 e mais (%)
Santana de Cambas	Alves	59	6	26	27	45,8
	Bens	46	8	14	24	52,2
	Formoa	3	0	0	3	100,0
	Monte Costa	21	5	8	8	38,1
	Montes Altos	53	4	12	37	69,8
	Moreanes	174	29	64	81	46,6
	Picoitos	88	21	46	21	23,9
	Pomarão	37	7	18	12	32,4
	Salgueiros	27	5	8	14	51,9
	Santana de Cambas	140	40	69	31	22,1
	Sapos	19	1	10	8	42,1
	Vale do Poço	33	4	13	16	48,5
	Isolados	97	16	50	31	32,0
São João dos Caldeireiros	Alvares	55	5	23	27	49,1
	Corte Pão e Água	20	2	8	10	50,0
	Martinhanes	95	22	48	25	26,3
	Monte Ledo	56	6	29	21	37,5
	Penilhos	75	11	33	31	41,3
	São João dos Caldeireiros	132	24	68	40	30,3
	Simões	19	1	6	12	63,2
	Tacões	67	17	27	23	34,3
	Vasco Rodrigues	22	4	11	7	31,8
	Isolados	26	4	10	12	46,2

Continua

Tabela 5-D.4. (Continuação)

Freguesia	Lugares	População Residente	Grupos Etário			
			0-24	25-64	65 e mais	65 e mais (%)
União das Freguesias de São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Solis e São Sebastião dos Carros	Alcaria Longa	46	3	18	25	54,3
	Boisões de Baixo	22	1	13	8	36,4
	Boisões de Cima	10	1	3	6	60,0
	Casa Velha	1	0	0	1	100,0
	Castanhos	5	0	1	4	80,0
	Corredoura	10	1	3	6	60,0
	Diogo Martins	51	6	20	25	49,0
	Espragosa	34	3	15	16	47,1
	Gatão	7	0	4	3	42,9
	Góis	61	5	27	29	47,5
	Manuel Galo	36	3	11	22	61,1
	Monte da Corcha	19	3	9	7	36,8
	Monte Gato	42	5	13	24	57,1
	Monte Negas	24	2	8	14	58,3
	Monte do Fialho/Fialho	56	8	25	23	41,1
	Montes Santana	18	5	10	3	16,7
	Murteira	2	0	0	2	100,0
	Penedos	101	7	43	51	50,5
	Roncão	35	5	19	11	31,4
	São Bartolomeu da Via Glória	110	14	57	39	35,5
	São Miguel do Pinheiro	83	17	46	20	24,1
	São Pedro de Sólis	100	10	49	41	41,0
	São S. dos Carros	30	3	16	11	36,7
Serranos	25	1	10	14	56,0	
Vargens	21	2	10	9	42,9	
Isolados	96	13	43	40	41,7	

Fonte: Elaboração própria (2016), a partir de INE. Recenseamento Geral da População, 2011.

2. Tabelas Análise Económica (6-E)

Tabela 6-E.1. População Activa, Empregada e Desempregada nas Freguesias do Concelho de Mértola, 2001 e 2011.....	399
Tabela 6-E.2. Taxa de Emprego nas Freguesias do Concelho de Mértola, 2001 e 2011	399
Tabela 6-E.3. Desemprego registado por nível de escolaridade mais elevado completo, 2015.....	400
Tabela 6-E.4. População empregada por sector de actividade económica, nas freguesias do Concelho de Mértola, 2011 (em %).....	400
Tabela 6-E.5. População Empregada por Actividade Económica (CAE Rev.3), no Concelho de Mértola, em 2011.....	401
Tabela 6-E.6. População empregada residente, segundo os Sectores de Actividade por Situação Profissional, 2001 e 2011	406
Tabela 6-E.7. População empregada por conta de outrem, por actividade económica (CAE Rev.3).....	407
Tabela 6-E.8. Índice de Dependência Total, de Jovens e Idosos, 2001 e 2011	414
Tabela 6-E.9. Distribuição das Empresas por Actividade no Concelho de Mértola, em 2008 e 2015	415
Tabela 6-E.10. Distribuição das Empresas por principais Actividades e respectivas Subactividades no Concelho de Mértola, em 2015.....	416
Tabela 6-E.11. Volume de Negócios das Empresas relacionadas com a Agricultura e o Comércio no Concelho de Mértola, em 2015.....	417
Tabela 6-E.12. Alojamento Familiar Clássico face à forma de ocupação, por Freguesia do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011	418
Tabela 6-E.13. Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual e respectivo valor médio mensal em 2011	419
Tabela 6-E.14. Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual e respectivo escalão do valor médio mensal de rendas em 2011.....	420
Tabela 6-E.15. Alojamentos familiares clássicos, segundo a época de construção, nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011.....	421
Tabela 6-E.16. Superfície média útil (em m2) dos alojamentos familiares clássicos, Freguesias do Concelho de Mértola, em 2011.....	421

Tabela 6-E.17. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, segundo o escalão de divisões por ocupante, nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011	422
Tabela 6-E.18. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por regime de ocupação, em 2011.....	423
Tabela 6-E.19. Alojamentos familiares de residência habitual e existência de instalações (água, retrete, banho/duche e aquecimento) nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011.....	424
Tabela 6-E.20. Famílias clássicas, segundo a dimensão, nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011 e no Concelho de Mértola em 1991	425
Tabela 6-E.21. Famílias clássicas, na população residente, por tipo de família, em Portugal, em 2001 e 2016.....	426
Tabela 6-E.22. Edifícios licenciados, por tipo de obra, no Concelho de Mértola entre 2011 e 2016	426
Tabela 6-E.23. Média de Visitantes por ano.....	427
Tabela 6-E.24. Número de visitantes Mértola Vila Museu, entre 2013 e 2015.....	427
Tabela 6-E.25. Média de Visitantes ao Posto de Turismo de Mértola, em 2010 e 2015	427
Tabela 6-E.26. Tipo de Alojamento e respectiva Capacidade, por Lugar nas Freguesias do Concelho de Mértola, 2018.....	428
Tabela 6-E.27. Receitas Correntes e de Capital do Concelho de Mértola, 2011 e 2016	429
Tabela 6-E 28. Despesas Correntes e de Capital do Concelho de Mértola, 2011 e 2016	430
Tabela 6-E 29. Dívida da Câmara Municipal do Concelho de Mértola, 2011 e 2016	430

Tabela 6-E.1. População Activa, Empregada e Desempregada nas Freguesias do Concelho de Mértola, 2001 e 2011

Freguesias	População Activa			População Empregada			População Desempregada		
	2001	2011	Variação 2001-2011	2001	2011	Variação 2001-2011	2001	2011	Variação 2001-2011
Alcaria Ruiva	418	314	-104	372	282	-90	46	32	-14
Corte do Pinto	320	258	-62	262	194	-68	58	64	6
Espírito Santo	130	94	-36	113	86	-27	17	8	-9
Mértola	1260	1258	-2	1120	1115	-5	140	143	3
Santana de Cambas	255	266	11	214	232	18	41	34	-7
São João dos Caldeireiros	247	210	-37	224	189	-35	23	21	-2
União das freguesias de SMP, SPS e SSC	495	340	-155	436	313	-123	59	27	-32
Total do Concelho	3125	2740	-385	2741	2411	-330	384	329	-55

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 e 2011

Tabela 6-E.2. Taxa de Emprego nas Freguesias do Concelho de Mértola, 2001 e 2011

Freguesias	2001	2011
Alcaria Ruiva	42,3	37,5
Corte do Pinto	27,1	25,2
Espírito Santo	28,2	27,7
Mértola	42	43,8
Santana de Cambas	27,5	32,4
São João dos Caldeireiros	34,5	36,4
União das freguesias de SMP, SPS e SSC	31,1	32,0
Total do Concelho	35,5	36,5

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 e 2011

Tabela 6-E.3. Desemprego registado por nível de escolaridade mais elevado completo, 2015

Portugal		Total	Nenhum	Básico			Secundário e pós-secundário	Superior
				1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
INE	n.º	555 167	31 614	113 722	89 430	109 979	136 337	74 085
	%	100,0	5,7	20,5	16,1	19,8	24,6	13,3
IEFP	n.º	527 337	30 339	110 487	82 274	104 641	126 805	72 792
	%	100,0	5,8	21,0	15,6	19,8	24,0	13,8

Fonte: Elaboração própria (2016). INE (2015). Estatísticas Mensais. Instituto de Emprego e Formação Profissional (2015)

Tabela 6-E.4. População empregada por sector de actividade económica, nas freguesias do Concelho de Mértola, 2011 (em %)

Freguesias	Sector primário		Sector secundário		Sector terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Alcaria Ruiva	37,1	33,0	26,3	15,6	36,6	51,4
Corte do Pinto	12,6	7,2	17,6	17,5	69,8	75,3
Espírito Santo	30,1	15,1	31,0	23,3	38,9	61,6
Mértola	10,7	10,3	17,5	16,4	71,8	73,3
Santana de Cambas	21,5	20,3	27,1	23,7	51,4	56,0
S. João dos Caldeireiros	22,3	18,0	30,8	25,4	46,9	56,6
União SMP, SPS e SSC	22,0	16,9	32,3	38,7	45,6	44,4
Total do Concelho	18,9	15,3	23,5	20,9	57,7	63,7

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

Tabela 6-E.5. População Empregada por Actividade Económica (CAE Rev.3), no Concelho de Mértola, em 2011

Sector de Actividade	Actividade Económica	n.º	%
Sector Primário	Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados	338	91,6
	Silvicultura e exploração florestal	26	7,0
	Pesca e aquicultura	5	1,4
	Total	369	100,0
Sector Secundário	Extracção de hulha e lenhite	2	0,4
	Extracção e preparação de minérios metálicos	34	6,7
	Outras indústrias extractivas	12	2,4
	Indústrias alimentares	58	11,5
	Indústria das bebidas	2	0,4
	Fabricação de têxteis	1	0,2
	Indústria do vestuário	4	0,8
	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	26	5,1
	Impressão e reprodução de suportes gravados	1	0,2
	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	1	0,2
	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	1	0,2
	Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	2	0,4
	Indústrias metalúrgicas de base	7	1,4
	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	20	4,0
	Fabricação de equipamento eléctrico	1	0,2
	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	1	0,2
	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	3	0,6

Fabrico de mobiliário e de colchões	10	2,0
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	2	0,4
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	14	2,8
Captação, tratamento e distribuição de água	7	1,4
Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais	3	0,6
Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais	3	0,6
Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	263	52,1
Engenharia civil	4	0,8
Actividades especializadas de construção	23	4,6
Total	505	100,0

Nota: Há categorias de actividades económicas do sector secundário que têm valor nulo, nomeadamente: Extração de petróleo bruto e gás natural, Actividades dos serviços relacionados com as indústrias extractivas, Indústria do tabaco, Indústria do couro e dos produtos do couro, Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos, Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis, Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas, Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos, Fabricação de outro equipamento de transporte, Outras indústrias transformadoras, Descontaminação e actividades similares .

Tabela 6-E.5. (continuação)

Sector de Actividade	Actividade Económica	n.º	%
Sector Terciário	Natureza Económica		
	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	38	5,7
	Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos	33	4,9
	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	224	33,6
	Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	34	5,1
	Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento)	1	0,1
	Actividades postais e de correio	9	1,3
	Alojamento	56	8,4
	Restauração e similares	139	20,8
	Actividades de edição	1	0,1
	Telecomunicações	9	1,3
	Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	3	0,4
	Actividades de serviços financeiros, excepto seguros e fundos de pensões	18	2,7
	Seguros, resseguros e fundos de pensões, excepto segurança social obrigatória	4	0,6
	Actividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros	2	0,3
	Actividades imobiliárias	2	0,3
	Actividades jurídicas e de contabilidade	15	2,2
	Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas	8	1,2
	Actividades de investigação científica e de desenvolvimento	2	0,3
	Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	2	0,3
Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3	0,4	

Actividades veterinárias	1	0,1
Actividades de aluguer	3	0,4
Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas	7	1,0
Actividades de investigação e segurança	8	1,2
Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	38	5,7
Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	5	0,7
Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico	2	0,3
Total	667	100

Nota: Há categorias de actividades económicas do sector terciário, de natureza económica, que têm valor nulo, nomeadamente: Transportes por água, Transportes aéreos, Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música, Actividades de rádio e de televisão, Actividades dos serviços de informação, Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão, Actividades de emprego.

Tabela 6-E.5. (con tinuação)

Sector de Actividade	Actividade Económica	n.º	%
Sector Terciário	Natureza Social		
	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	415	47,7
	Educação	164	18,9
	Actividades de saúde humana	45	5,2
	Actividades de apoio social com alojamento	118	13,6
	Actividades de apoio social sem alojamento	55	6,3
	Actividades de teatro, de música, de dança e outras actividades artísticas e literárias	1	0,1
	Actividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais	8	0,9
	Lotarias e outros jogos de aposta	2	0,2
	Actividades desportivas, de diversão e recreativas	6	0,7
	Actividades das organizações associativas	18	2,1
	Outras actividades de serviços pessoais	18	2,1
	Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico	20	2,3
	Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0,0
	Total	870	100,0
	Total Terciário		1537

Nota: A categoria “Actividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio” apresentou valor nulo.

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

Tabela 6-E.6. População empregada residente, segundo os Sectores de Actividade por Situação Profissional, 2001 e 2011

Concelho de Mértola	Primário			Secundário			Terciário		
	2001	2011	Variação 2001/2011	2001	2011	Variação 2001/2011	2001	2011	Variação 2001/2011
Empregador	90	51	-39 (-43,3%)	138	104	-34 (-24,6%)	136	142	6 (4,4%)
Trabalho por conta própria	117	86	-31 (-26,5%)	42	42	*	160	160	*
Trabalho familiar não remunerado	308	226	-82 (-26,6%)	461	350	-111 (-24,1%)	1257	1210	-47 (-3,74%)
Trabalho por conta outrem	-	1	1 (*)	-	-	*	18	18	*
Total	517	369	-148 (-28,6%)	643	505	-138 (-21,5%)	1581	1537	-44 (-2,8%)

Nota: * Sem Dados

Fonte: Elaboração própria. INE. Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001, 2011.

Tabela 6-E.7. População empregada por conta de outrem, por actividade económica (CAE Rev.3)

Actividade Económica (CAE Rev.3)	População empregada por conta de outrem	
	n.º	%
Total	1786	100
Culturas temporárias	121	6,8
Culturas permanentes	9	0,5
Produção animal	30	1,7
Agricultura e produção animal combinadas	29	1,6
Caça, repovoamento cinegético e actividades dos serviços relacionados	15	0,8
Silvicultura e outras actividades florestais	10	0,6
Exploração florestal	7	0,4
Actividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal	5	0,3
Extracção de hulha (inclui antracite)	2	0,1
Extracção e preparação de minérios metálicos não ferrosos	34	1,9
Extracção de pedra, areia e argila	12	0,7
Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne	3	0,2
Indústria de lacticínios	11	0,6
Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha	16	0,9
Fabricação de alimentos para animais	1	0,1
Indústria das bebidas	1	0,1
Confecção de artigos de vestuário, excepto artigos de peles com pêlo	1	0,1
Fabricação de artigos de madeira, de cortiça, de espartaria e de	16	0,9

cestaria, excepto mobiliário		
Impressão e actividades dos serviços relacionados com a impressão	1	0,1
Fabricação de outros produtos químicos	1	0,1
Fabricação de artigos de borracha	1	0,1
Fabricação de vidro e artigos de vidro	1	0,1
Fabricação de produtos de betão, gesso e cimento	1	0,1
Obtenção e primeira transformação de metais preciosos e de outros metais não ferrosos	7	0,4
Fabricação de elementos de construção em metal	11	0,6
Fabricação de reservatórios, recipientes, caldeiras e radiadores metálicos para aquecimento central	1	0,1
Fabricação de aparelhos para uso doméstico	1	0,1
Fabricação de outras máquinas para uso geral	1	0,1
Fabricação de veículos automóveis	1	0,1
Fabrico de mobiliário e de colchões	10	0,6
Reparação e manutenção de produtos metálicos, máquinas e equipamentos	2	0,1
Produção, transporte, distribuição e comércio de electricidade	11	0,6
Produção de gás; distribuição de combustíveis gasosos por condutas; comércio de gás por condutas	1	0,1
Captação, tratamento e distribuição de água	7	0,4
Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais	3	0,2
Tratamento e eliminação de resíduos	2	0,1
Valorização de materiais	1	0,1
Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	171	9,6
Construção de estradas, pontes, túneis, pistas de aeroportos e vias férreas	1	0,1
Construção de outras obras de engenharia civil	3	0,2

Demolição e preparação dos locais de construção	9	0,5
Instalação eléctrica, de canalizações, de climatização e outras instalações	2	0,1
Actividades de acabamento em edifícios	3	0,2
Manutenção e reparação de veículos automóveis	19	1,1
Comércio de peças e acessórios para veículos automóveis	3	0,2
Agentes do comércio por grosso	4	0,2
Comércio por grosso de produtos agrícolas brutos e animais vivos	5	0,3
Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	4	0,2
Comércio por grosso de outras máquinas, equipamentos e suas partes	2	0,1
Comércio por grosso de combustíveis, metais, materiais de construção, ferragens e outros produtos n.e.	4	0,2
Comércio por grosso não especializado	2	0,1
Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados	27	1,5
Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco, em estabelecimentos especializados	18	1,0
Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados	7	0,4
Comércio a retalho de equipamento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), em estabelecimentos especializados	1	0,1
Comércio a retalho de outro equipamento para uso doméstico, em estabelecimentos especializados	8	0,4
Comércio a retalho de bens culturais e recreativos, em estabelecimentos especializados	7	0,4
Comércio a retalho de outros produtos, em estabelecimentos especializados	30	1,7
Outros transportes terrestres de passageiros	10	0,6
Transportes rodoviários de mercadorias e actividades de mudanças	13	0,7

Actividades auxiliares dos transportes	1	0,1
Actividades postais sujeitas a obrigações do serviço universal	9	0,5
Estabelecimentos hoteleiros	38	2,1
Residenciais para férias e outros alojamentos de curta duração	4	0,2
Restaurantes (inclui actividades de restauração em meios móveis)	53	3,0
Fornecimento de refeições para eventos e outras actividades de serviço de refeições	9	0,5
Estabelecimentos de bebidas	15	0,8
Actividades de telecomunicações por fio	9	0,5
Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	2	0,1
Intermediação monetária	18	1,0
Seguros	4	0,2
Actividades auxiliares de seguros e de fundos de pensões	1	0,1
Actividades imobiliárias por conta de outrem	1	0,1
Actividades jurídicas e dos cartórios notariais	3	0,2
Actividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal	4	0,2
Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins	3	0,2
Actividades de ensaios e análises técnicas	3	0,2
Investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	2	0,1
Publicidade	1	0,1
Actividades de design	1	0,1
Aluguer de outras máquinas e equipamentos	2	0,1
Agências de viagem e operadores turísticos	5	0,3
Actividades de segurança privada	7	0,4
Actividades de limpeza	29	1,6
Actividades de plantação e manutenção de jardins	2	0,1
Actividades dos centros de chamadas	1	0,1

Actividades de serviços de apoio prestados às empresas, n.e.	2	0,1
Administração pública em geral, económica e social	337	18,9
Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e protecção civil	73	4,1
Actividades de segurança social obrigatória	5	0,3
Educação pré-escolar	26	1,5
Ensino básico (1º e 2º Ciclos)	50	2,8
Ensinos básicos (3º Ciclo) e secundário	72	4,0
Ensinos pós-secundário não superior e superior	6	0,3
Outras actividades educativas	2	0,1
Actividades dos estabelecimentos de saúde com internamento	12	0,7
Actividades de prática clínica em ambulatório, de medicina dentária e de odontologia	26	1,5
Outras actividades de saúde humana	3	0,2
Actividades dos estabelecimentos de cuidados continuados integrados, com alojamento	1	0,1
Actividades de apoio social para pessoas idosas e com deficiência, com alojamento	111	6,2
Actividades de apoio social para pessoas idosas e com deficiência, sem alojamento	33	1,8
Outras actividades de apoio social sem alojamento	17	1,0
Actividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais	4	0,2
Lotarias e outros jogos de aposta	1	0,1
Actividades desportivas	5	0,3
Actividades de diversão e recreativas	1	0,1
Actividades de organizações económicas, patronais e profissionais	4	0,2
Outras actividades de organizações associativas	13	0,7

Reparação de bens de uso pessoal e doméstico	1	0,1
Outras actividades de serviços pessoais	6	0,3
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico	8	0,4

Nota: As actividades económicas com registo igual a 0 valores correspondem a Cultura de materiais de propagação vegetativa; Actividades dos serviços relacionados com a agricultura e com a produção animal; Extração de cortiça, resina e apanha de outros produtos florestais, excepto madeira; Pesca; Aquicultura; Extração de lenhite; Extração de petróleo bruto; Extração de gás natural; Extração e preparação de minérios de ferro; Indústrias extractivas, n.e.; Actividades dos serviços relacionados com a extra cção de petróleo e gás, excepto a prospecção; Outras actividades dos serviços relacionados com as indústrias extractivas; Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos; Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas; Produção de óleos e gorduras animais e vegetais; Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins; Fabricação de outros produtos alimentares; Indústria do tabaco; Outras actividades especializadas de construção; Comércio de veículos automóveis; Comércio, manutenção e reparação de motociclos, de suas peças e acessórios; Comércio por grosso de bens de consumo, excepto alimentares, bebidas e tabaco; Comércio por grosso de equipamento das tecnologias de informação e comunicação (TIC); Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda; Comércio a retalho não efectuado em estabelecimentos, bancas, feiras ou unidades móveis de venda; Transporte interurbano de passageiros por caminho-de-ferro; Transporte de mercadorias por caminho-de-ferro; Transportes por oleodutos ou gasodutos; Transportes marítimos de passageiros; Transportes marítimos de mercadorias; Transportes de passageiros por vias navegáveis interiores; Transportes de mercadorias por vias navegáveis interiores; Transportes aéreos de passageiros; Transportes aéreos de mercadorias e transportes espaciais; Armazenagem; Outras actividades postais e de courier; Parques de campismo e de caravanismo; Outros locais de alojamento; Preparação e fiação de fibras têxteis; Tecelagem de têxteis; Acabamento de têxteis; Fabricação de outros têxteis; Fabricação de artigos de peles com pêlo; Fabricação de artigos de malha; Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo e com pêlo; fabricação de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, de correeiro e de seleiro; Indústria do calçado; Serração, aplainamento e impregnação da madeira; Fabricação de pasta, de papel e cartão (excepto canelado); Fabricação de papel e de cartão canelados e de artigos de papel e de cartão; Reprodução de suportes gravados; Fabricação de produtos de coqueria; Fabricação de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; Fabricação de produtos químicos de base, adubos e compostos azotados, matérias plásticas e borracha sintética, sob formas primárias; Fabricação de pesticidas e de outros produtos agro-químicos; Fabricação de tintas, vernizes e produtos similares; mástiques; tintas de impressão; Fabricação de sabões e detergentes, produtos de limpeza e de polimento, perfumes e produtos de higiene; Fabricação de fibras sintéticas ou artificiais; Fabricação de produtos farmacêuticos de base; Fabricação de preparações farmacêuticas; Fabricação de artigos de matérias plásticas; Fabricação de produtos cerâmicos refractários; Fabricação de produtos cerâmicos para a construção; Fabricação de outros produtos de porcelana e cerâmicos não refractários; Fabricação de cimento, cal e gesso; Serragem, corte e acabamento de rochas ornamentais e de outras pedras de construção; Fabricação de produtos abrasivos e de outros produtos minerais não metálicos; Siderurgia e fabricação de ferro-ligas; Fabricação de tubos, condutas, perfis ocos e respectivos acessórios, de aço; Outras actividades da primeira transformação do aço; Fundição de metais ferrosos e não ferrosos; Fabricação de geradores de vapor (excepto caldeiras para aquecimento central); Fabricação de armas e munições; Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados; metalurgia dos pós; Tratamento e revestimento de metais; actividades de mecânica geral; Fabricação de cutelaria, ferramentas e ferragens; Fabricação de outros produtos metálicos; Fabricação de componentes e de placas, electrónicos; Fabricação de computadores e de equipamento periférico; Fabricação de aparelhos e equipamentos para comunicações; Fabricação de receptores de rádio e de televisão e bens de consumo similares; Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação e navegação; relógios e material de relojoaria; Fabricação de equipamentos de radiação, electromedicina e electroterapêutico; Fabricação de instrumentos e de equipamentos ópticos e fotográficos; Fabricação de suportes de informação magnéticos e ópticos; Fabricação de motores, geradores e transformadores eléctricos e fabricação de material de distribuição e de controlo para instalações eléctricas; Fabricação de acumuladores e pilhas; Fabricação de fios e cabos isolados e seus acessórios; Fabricação de lâmpadas eléctricas e de outro equipamento de iluminação; Fabricação de outro equipamento eléctrico; Fabricação de máquinas e de equipamentos para uso geral; Fabricação de máquinas e de tractores para a agricultura, pecuária e silvicultura; Fabricação de máquinas-ferramentas, excepto portáteis; Fabricação de outras máquinas e equipamento para uso específico; Fabricação de componentes e acessórios para veículos automóveis; Fabricação de carroçarias, reboques e semi-reboques; Construção naval; Fabricação de material circulante para caminhos-de-ferro;

Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado; Fabricação de veículos militares de combate; Fabricação de equipamento de transporte, n.e.; Fabricação de joalharia, ourivesaria, bijutaria e artigos similares; cunhagem de moedas; Fabricação de instrumentos musicais; Fabricação de artigos de desporto; Fabricação de jogos e de brinquedos; Fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico; Indústrias transformadoras, n.e.; Instalação de máquinas e de equipamentos industriais; Produção e distribuição de vapor, água quente e fria e ar frio por conduta; produção de gelo; Recolha de resíduos; Descontaminação e actividades similares; Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); Construção de redes de transporte de águas, de esgotos, de distribuição de energia, de telecomunicações e de outras redes; Edição de livros, de jornais e de outras publicações; Edição de programas informáticos; Actividades cinematográficas, de vídeo e de produção de programas de televisão; Actividades de gravação de som e edição de música; Actividades de rádio; Actividades de televisão; Actividades de telecomunicações sem fio; Actividades de telecomunicações por satélite; Outras actividades de telecomunicações; Actividades de processamento de dados, domiciliação de informação e actividades relacionadas; portais Web; Outras actividades dos serviços de informação; Actividades das sociedades gestoras de participações sociais; Trusts, fundos e entidades financeiras similares; Outras actividades de serviços financeiros, excepto seguros e fundos de pensões; Resseguros; Fundos de pensões e regimes profissionais complementares; Actividades auxiliares de serviços financeiros, excepto seguros e fundos de pensões; Actividades de gestão de fundos; Compra e venda de bens imobiliários; Arrendamento de bens imobiliários; Actividades das sedes sociais; Actividades de consultoria para os negócios e a gestão; Investigação e desenvolvimento das ciências sociais e humanas; Estudos de mercado e sondagens de opinião; Actividades fotográficas; Actividades de tradução e interpretação; Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, n.e.; Actividades veterinárias; Aluguer de veículos automóveis; Aluguer de bens de uso pessoal e doméstico; Locação de propriedade intelectual e produtos similares, excepto direitos de autor; A ctividades das empresas de selecção e colocação de pessoal; Actividades das empresas de trabalho temporário; Outro fornecimento de recursos humanos; Outros serviços de reservas e actividades relacionadas; Actividades relacionadas com sistemas de segurança; Actividades de investigação; Actividades combinadas de apoio aos edifícios; Actividades de serviços administrativos e de apoio; Organização de feiras, congressos e outros eventos similares; Actividades de serviços de apoio à educação; Actividades dos esta belecimentos para pessoas com doença do foro mental e do abuso de drogas, com alojamento; Outras actividades de apoio social com alojamento; Actividades de teatro, de música, de dança e outras actividades artísticas e literárias ; Actividades de organizações sindicais; Reparação de computadores e de equipamento de comunicação; Actividades de produção de bens pelas famílias para uso próprio; Actividades de produção de serviços pelas famílias para uso próprio; Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Tabela 6-E.8. Índice de Dependência Total, de Jovens e Idosos, 2001 e 2011

Freguesias	Total			Jovens			Idosos		
	2001	2011	2015	2001	2011	2015	2001	2011	2015
Alcaria Ruiva	85,9	78,7		24,5	20,6		61,2	58,1	
Corte do Pinto	85,9	94,3		19,7	19,7		66	74,6	
Espírito Santo	83,6	106,8		15,5	14,8		68	92	
Mértola	66,9	60,1	*	23	15,7	*	43,8	44,4	*
Santana de Cambas	83,2	97,8		18,2	20,1		64,9	77,7	
São João dos Caldeireiros	80,2	82,3		19,5	15,4		60,6	66,9	
União das freguesias de SMP, SPS e SSC	88,2	92,2		16,3	9,9		82,3	70,8	
Total do Concelho	78,3	77,6		16,2	20,5		61,4	57,7	

Notas: * sem dados

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 e 2011

Tabela 6-E.9. Distribuição das Empresas por Actividade no Concelho de Mértola, em 2008 e 2015

Actividades	2008		2015	
	n.º	%	n.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	224	25,5	239	31,0
Indústrias transformadoras	46	5,2	43	5,6
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; gestão de resíduos e despoluição	1	0,1	2	0,3
Construção	104	11,8	66	8,6
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	192	21,8	160	20,8
Transporte, armazenagem e comunicação	14	1,6	14	1,8
Alojamento e restauração e similares	103	11,7	91	11,8
Actividades de informação e de comunicação	2	0,2	3	0,4
Actividades imobiliárias	4	0,5	3	0,4
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	22	2,5	27	3,5
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	68	7,7	65	8,4
Educação	20	2,3	15	1,9
Actividades de saúde humana e apoio social	19	2,2	11	1,4
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	8	0,9	8	1,0
Outras actividades de serviços	53	6,0	24	3,1
Total	880	100,0	771	100,0

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Sistema de contas integradas das empresas, 2008 e 2015.

Tabela 6-E.10. Distribuição das Empresas por principais Actividades e respectivas Subactividades no Concelho de Mértola, em 2015

Actividades	2015	
	n.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	239	100,0
Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados	214	89,5
Silvicultura e exploração florestal	17	7,1
Pesca e aquicultura	8	3,3
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	160	100,0
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	13	8,1
Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos	23	14,4
Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	124	77,5
Alojamento, restauração e similares	91	100,0
Alojamento	24	26,4
Restauração e similares	67	73,6

Fonte: Elaboração própria (2016). INE. Sistema de contas integradas das empresas, 2015.

Tabela 6-E.11. Volume de Negócios das Empresas relacionadas com a Agricultura e o Comércio no Concelho de Mértola, em 2015

Actividades	2015	
	n.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	8 672 365	100,0
Agricultura, produção animal, caça	8 127 489	93,7
Silvicultura e exploração florestal	519 319	6,0
Pesca e aquicultura	25 557	0,3
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	30 107 117	100,0
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	1 639 720	5,4
Comércio por grosso	13 648 938	45,3
Comércio a retalho	14 818 459	49,2

Fonte: Elaboração própria (2017). INE (2017). Sistema de Contas Integradas das Empresas, 2015.

Tabela 6-E.12. Alojamento Familiar Clássico face à forma de ocupação, por Freguesia do Concelho de Mértola, em 2001 e 2011

Freguesias do Concelho de Mértola	Alojamento Familiar							
	2001				2011			
	Clássico			Não Clássicos	Clássico			Não Clássicos
	Residencial habitual	Uso sazonal	Vagos		Residencial habitual	Uso sazonal	Vagos	
Alcaria Ruiva	405	393	218	1	362	291	228	0
Corte do Pinto	484	1330	30	0	385	1130	56	0
Espírito Santo	200	658	65	1	161	311	650	0
Mértola	1137	747	479	1	1147	723	318	1
Santana de Cambas	357	645	86	2	325	644	93	0
São João dos Caldeireiros	290	300	42	0	242	209	38	0
União das freguesias de SMP, SPS e SSC	634	604	209	4	490	478	186	1
Concelho de Mértola	3507	4677	1129	9	3112	3786	1569	2

Fonte: Elaboração própria (2017). INE (2007, 2010). Recenseamento Geral da População e Habitação de 2001 e 2011

Tabela 6-E.13. Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual e respectivo valor médio mensal em 2011

Freguesias	Arrendados (n.º)	Valor médio mensal (€)
Alcaria Ruiva	9	160,28
Corte do Pinto	18	79,31
Espírito Santo	1	175
Mértola	148	215,07
Santana de Cambas	12	170,83
São João dos Caldeireiros	2	156,25
União das freguesias de SMP, SPS e SSC	5	87,09
Concelho de Mértola	195	193,17

Fonte: Elaboração própria (2017). INE (2013). Recenseamento Geral da População e Habitação de 2011

Tabela 6-E.14. Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual e respectivo escalão do valor médio mensal de rendas em 2011

Escalão do valor médio de rendas	Portugal		Concelho de Mértola		Alcaria Ruiva	Corte do Pinto	Espírito Santo	Mértola		Santa de Cambas	S. João dos Caldeireiros	União das fregs. de SMP, SPS e SSC
	n.º	%	n.º	%	n.º	n.º		n.º	%	n.º		
Menos de 20	57 403	7,2	42	21,5	1	8	0	30	20,3	2	0	1
20-34,99	58 937	7,4	17	8,7	1	2	0	11	7,4	2	0	1
35-49,99	41 661	5,2	5	2,6	0	1	0	3	2,0	0	0	1
50- 74,99	57 205	7,2	11	5,6	3	2	0	5	3,4	0	1	0
75- 99,99	42 093	5,3	6	3,1	1	0	0	5	3,4	0	0	0
100-149,99	63 626	8,0	5	2,6	0	0	0	5	3,4	0	0	0
150-199,99	60 274	7,6	21	10,8	2	3	1	10	6,8	3	0	2
200-299,99	136 883	17,2	39	20,0	0	1	0	33	22,3	4	1	0
300-399,99	152 797	19,2	31	15,9	0	1	0	30	20,3	0	0	0
400-499,99	58 345	7,3	9	4,6	0	0	0	8	5,4	1	0	0
500-649,99	38 440	4,8	3	1,5	0	0	0	3	2,0	0	0	0
650 ou mais	26 801	3,4	6	3,1	1	0	0	5	3,4	0	0	0
Total	794 465	100,0	195	100,0	9	18	1	148	100,0	12	2	5

Fonte: Elaboração própria (2017). INE (2012). Recenseamento Geral da População e Habitação de 2011.

Observação: Apresentam-se os valores absolutos e respectivos valores percentuais da freguesia de Mértola, do Concelho de Mértola e de Portugal; os demais valores percentuais das freguesias do Concelho de Mértola não são apresentados por reportarem diminutos valores absolutos.

Tabela 6-E.15. Alojamentos familiares clássicos, segundo a época de construção, nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011

Freguesias	Total	Até 1919	1919 - 1945	1946 - 1960	1961 - 1970	1971 - 1980	1981 - 1990	1991 - 1995	1996 - 2000	2001 - 2005	2006 - 2011
Alcaria Ruiva	881	372	341	48	12	8	38	13	8	22	19
Corte do Pinto	1571	215	278	191	77	85	237	120	198	122	48
Espírito Santo	1122	57	192	132	118	135	189	130	90	50	29
Mértola	2 188	503	314	165	116	254	292	201	112	103	128
Santana de Cambas	1062	26	261	111	108	44	68	77	179	113	75
São João dos Caldeireiros	489	192	120	47	22	41	31	10	7	12	7
União das freguesias de SMP, SPS e SSC	1154	206	94	108	114	177	177	82	67	84	45
Concelho de Mértola	8 467	1 571	1600	802	567	744	1032	633	661	506	351

Fonte: Elaboração própria (2017). INE (2012). Recenseamento Geral da População e Habitação de 2011

Tabela 6-E.16. Superfície média útil (em m2) dos alojamentos familiares clássicos, Freguesias do Concelho de Mértola, em 2011

Alcaria Ruiva	95,36
Corte do Pinto	71,46
Espírito Santo	80,59
Mértola	95,64
Santana de Cambas	106,16
São João dos Caldeireiros	109,23
União das freguesias de SMP, SPS e SSC	93,38
Concelho de Mértola	93,74

Fonte: Elaboração própria (2017). INE (2013). Recenseamento Geral da População e Habitação de 2011

Tabela 6-E.17. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, segundo o escalão de divisões por ocupante, nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011

Freguesias	Total	Menos de 0.5 divisão	0.5 a menos de 1 divisão	1 a menos de 1.25 divisões	1.25 a menos de 1.5 divisões	1.5 a menos de 2 divisões	2 a menos de 2.5 divisões	2.5 a menos de 3 divisões	3 ou mais divisões
Alcaria Ruiva	362	2	15	29	43	36	64	37	136
Corte do Pinto	385	4	14	60	28	55	65	41	118
Espírito Santo	161	2	1	8	10	15	37	22	66
Mértola	1 147	1	35	95	115	188	220	128	365
Santana de Cambas	325	0	8	22	35	45	52	32	131
São João dos Caldeireiros	242	0	5	19	27	34	47	39	71
União das freguesias de SMP, SPS e SSC	490	0	9	24	42	56	78	72	209
Concelho de Mértola	3 112	9	87	257	300	429	563	371	1096

Fonte: Elaboração própria (2017). INE (2012). Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

Tabela 6-E.18. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por regime de ocupação, em 2011

Freguesias	Total	Proprietário ou co-proprietário	Proprietário em regime de propriedade colectiva de cooperativa de habitação	Arrendatário ou subarrendatário	Outra situação
Alcaria Ruiva	362	300	0	9	53
Corte do Pinto	385	302	0	18	65
Espírito Santo	161	148	0	1	12
Mértola	1147	887	6	148	106
Santana de Cambas	325	297	2	12	14
São João dos Caldeireiros	242	211	0	2	29
União das freguesias de SMP, SPS e SSC	490	456	1	5	28
Concelho de Mértola	3112	2601	9	195	307
Portugal	4 033 121	2 912 444	31 758	811 641	277 278

Fonte: Elaboração própria (2017). INE (2012). Recenseamento Geral da População e Habitação de 2011

Tabela 6-E.19. Alojamentos familiares de residência habitual e existência de instalações (água, retrete, banho/duche e aquecimento) nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011

Freguesias	Alcaria Ruiva	Corte do Pinto	Espírito Santo	Mértola	Santana de Cambas	São João dos Caldeireiros	União das freguesias de SMP, SPS e SSC	Concelho de Mértola
Com água, retrete, sistema de aquecimento e instalação de banho	79,3	82,9	77,0	87,8	89,5	89,3	83,3	85,2
Com água, retrete, sistema de aquecimento e sem instalação de banho	0,8	0,5	0,0	0,9	0,9	0,4	1,2	0,8
Com água, retrete e instalação de banho	2,8	9,6	5,0	6,9	4,0	1,2	2,9	5,3
Com água, retrete e sem instalação de banho	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,2
Só água e sistema de aquecimento	13,0	1,0	11,8	2,5	3,1	5,0	7,6	5,1
Só retrete e sistema de aquecimento	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,4	0,2	0,1
Só retrete	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Só água	1,4	0,5	0,6	0,7	0,6	2,5	0,8	0,9
Só sistema de aquecimento	1,9	2,9	2,5	0,7	1,8	1,2	2,2	1,6
Sem instalações	0,8	1,6	2,5	0,5	0,0	0,0	1,4	0,8

Fonte: Elaboração própria (2017). INE (2010). Recenseamento Geral da População e Habitação de 2011

Tabela 6-E.20. Famílias clássicas, segundo a dimensão, nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, nas freguesias do Concelho de Mértola, em 2011 e no Concelho de Mértola em 1991

Freguesias	Pessoas (dimensão familiar)									
	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Alcaria Ruiva	362	108	124	58	51	14	6	1	0	0
Corte do Pinto	386	126	153	45	37	16	6	0	3	0
Espírito Santo	161	55	63	25	13	4	0	1	0	0
Mértola	1 158	322	359	275	155	37	7	2	1	0
Santana de Cambas	325	99	114	56	40	12	3	0	1	0
São João dos Caldeireiros	242	66	88	39	38	10	1	0	0	0
União das freguesias de SMP, SPS e SSC	495	164	191	85	38	13	3	1	0	0
Concelho de Mértola 2011	3 129	940	1092	583	372	106	26	5	5	0
Concelho de Mértola 1991	3 688	881	1244	678	537	227	110	35	16	9

Fonte: Elaboração própria (2017). Mértola, 2014. INE (2012). Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

Tabela 6-E.21. Famílias clássicas, na população residente, por tipo de família, em Portugal, em 2001 e 2016

Tipo de Família Clássica	2001		2016	
	n.º	%	n.º	%
Uma pessoa	548 290	15,3	885 016	21,7
Casal sem filhos	715 189	20,0	956 403	23,4
Casal com filhos	1 547 920	43,3	1 447 809	35,5
Família monoparental	274 446	7,7	436 375	10,7
Outros	489 700	13,7	354 626	8,7
Total	3 575 544	100,0	4 080 230	100,0

Fonte: Elaboração própria (2017). INE (2014; 2017). Inquérito ao Emprego.

Tabela 6-E.22. Edifícios licenciados, por tipo de obra, no Concelho de Mértola entre 2011 e 2016

Concelho de Mértola	Total	Obras edificação	Construção nova	Ampliação	Alteração	Reconstrução	Obras demolição	Demolição
2016	23	20	16	2	1	1	3	3
2015	36	29	19	1	5	4	7	7
2014	25	21	12	2	4	3	4	4
2013	26	24	12	5	5	2	2	2
2012	42	39	16	10	7	6	3	3
2011	38	32	14	6	5	7	6	6
Total	190	165	89	26	27	23	25	25

Fonte: Elaboração própria (2016). INE, Inquérito aos projectos de obras de edificação e de demolição de edifícios.

Tabela 6-E.23. Média de Visitantes por ano

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Castelo	17505	13832	13263	13731	21593	25238	23492	22404	9083	19846	34064
Igreja Matriz	16951	19383	29432	19029	27203	23180	27807	26617	27259	32024	39569
PIT	19539	17393	19407	17160	18724	15521	16536	14674	14183	18332	18796

Fonte: Elaboração própria (2016), a partir de (Rafael, 2016)

Tabela 6-E.241. Número de visitantes Mértola Vila Museu, entre 2013 e 2015

Núcleo Museológico	2013	2014	2015
Torre Menagem	4.956	9.781	7.835
Castelo	9 083	19 846	34 064
Arte Islâmica	4 796	4 714	4 146
Arte Sacra	0	1 962	2 368
Basílica Paleocristã	2 143	2 905	4 727
Alcáçova	4 503	5 041	21 316
Tecelagem	8 221	9 653	9 071
Casa Romana	3 430	4 118	3 739
Igreja Matriz	27 259	32 04	39 565
Casa do Mineiro	*	*	1 844
PIT	14 183	18 332	18 796

Fonte: Elaboração própria (2016), a partir de (Rafael, 2016 p. 7)

Observação: * sem dados

Tabela 6-E.25. Média de Visitantes ao Posto de Turismo de Mértola, em 2010 e 2015

Mês	Jan	Fev.	Mar	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago	Set	Out	Nov.	Dez	Total	Média
2010	774	1027	714	2391	1623	2523	2188	2616	2668	2443	1205	2008	23180	3297,08
2015	1334	1859	2784	3964	7042	2947	2756	5533	4772	3434	1852	1288	39565	1931,67

Fonte: Elaboração própria a partir de (Rafael, 2016)

Tabela 6-E.26. Tipo de Alojamento e respectiva Capacidade, por Lugar nas Freguesias do Concelho de Mértola, 2018

Freguesia	Lugar	Tipo de Alojamento	Capacidade de Alojamento		
			Quartos	Capacidade	
Mértola	Monte do Guizo	Agro-Turismo	7	14	
	Herdade de Vale Covo-Corte Sines		5	10	
	Monte do Alinho		10	20	
	Além Rio	Casa de Campo	8	22	
			6	12	
			9	*	
	Mértola	Mértola	Alojamento Local	1	0
				3	6
				1	4
				4	0
				5	14
				2	10
				3	4
				2	7
				6	16
				27	61
			8	0	
			Casa de Campo	4	10
				6	18
	Hotel	25	54		
Sítio do Poço Novo	Alojamento Local	8	24		
S. João dos Caldeireiros	Casa de Campo	7	17		
		7	17		
Santana de Cambas	Alojamento Local	3	10		
Alcaria Ruiva	Bens	Alojamento Local	6	10	
	Alcaria Ruiva	Casa de Campo	5	10	
Corte do Pinto	Monte da Galega	Agro-Turismo	8	32	

	Mina de S. Domingos	Hotel	32	0
		Alojamento Local	16	32
	Monte dos Sossego	Casa de Campo	6	13
Espírito Santo	Monte da Eirinha	Casa de Campo	8	0
São Miguel do Pinheiro	Monte Góis		6	0

Fonte: Elaboração própria (2018), a partir de contacto telefónico.

Tabela 6-E.27. Receitas Correntes e de Capital do Concelho de Mortola, 2011 e 2016

Receitas	2011		2016	
	€	%	€	%
Receitas Correntes				
Imposto Único de Circulação	81	0,85	110	0,89
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	166	1,75	91	0,74
Imposto Municipal sobre Imóveis	306	3,23	432	3,50
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	109	1,15	106	0,86
Derrama	0	0,00	0	0,00
Fundos Municipais	6853	72,27	9284	75,16
Venda de bens e serviços	712	7,51	759	6,14
Outras Receitas Correntes	1255	13,24	1570	12,71
Total de Receitas Correntes	9482	100,00	12 352	100,00
Receitas de capital				
Vendas de bens de investimento	77	0,9	99	4,3
Transferências de Capital	8159	98,9	2223	95,7
Outras Receitas de Capital	11	0,1	0	0,0
Total de Receitas de Capital	8247	100,0	2322	100,0
Total de Receitas	17 729		14 674	

Fonte: Elaboração própria (2018), a partir de (INE, 2017).

Tabela 6-E.28. Despesas Correntes e de Capital do Concelho de Mértola, 2011 e 2016

Despesas	2011		2016	
	€	%	€	%
Despesas Correntes				
Despesas com o Pessoal	4963	50,6	4642	50,9
Aquisição de Bens e Serviços	3555	36,2	3437	37,7
Juros e Outros Encargos	131	1,3	17	0,2
Transferências Correntes para Freguesias	52	0,5	117	1,3
Outras Despesas Correntes	1112	11,3	913	10,0
Total de Despesas Correntes	9813	100,0	9126	100,0
Despesas de capital				
Aquisição de Bens de Capital	4702	94,6	2853	91,8
Transferências de Capital	268	5,4	185	6,0
Transferências de Capital para Freguesias	8	0,2	28	0,9
Outras Transferências de Capital	260	5,2	157	5,1
Outras Despesas de Capital	0	0,0	70	2,3
Total de Despesas de Capital	4970	100,0	3108	100,0
Total de Despesas	14783		12234	

Fonte: Elaboração própria (2018), a partir de (INE, 2017).

Tabela 6-E.29. Dívida da Câmara Municipal do Concelho de Mértola, 2011 e 2016

Dívida	2011		2016		Variação 2011/2016 %
	€	%	€	%	
Dívida Comercial					
Fornecedores	401	48,0	74	10,9	81,5
Outros devedores e credores	322	38,5	47	7,0	85,4
Outras dívidas a terceiros não financeiras	113	13,5	555	82,1	-391,2
Total Dívida Comercial	836	100,0	676	100,0	19,1
Dívida bancária					
Médio e longo prazo	8080	90,6	2377	77,9	70,6
Total da Dívida	8915	100,0	3053	100,0	

Fonte: Elaboração própria (2018), a partir de (INE, 2017).

PROJECTOS DE INVESTIMENTO

Projecto 1: Cadeias Curtas e Mercados Locais - “Mértola com Gosto”

Valor do investimento: 49.753,50€

Valor de financiamento candidatado: 42.290,48€ (com taxa de co-financiamento de 85%).

Calendarização: 2017– 2018

Objectivo: promover o contacto directo entre o produtor e o consumidor, contribuindo para o escoamento da produção local, a preservação dos produtos e especialidades locais, a diminuição do desperdício alimentar, a melhoria da dieta alimentar e o incentivo de práticas culturais menos intensivas e ambientalmente sustentáveis. Do plano de acção fazem parte a realização de vários mercados de rua ao longo do ano, que envolvem os produtores locais, a organização de várias acções de educação e sensibilização para o consumo de produtos locais e a criação de vários suportes de comunicação e promoção dos produtos locais.

Projecto 2: Plano Municipal de Combate ao Insucesso Escolar do Concelho de Mértola

Valor global do investimento: 265.283,65€

Montante máximo elegível de financiamento: 194.392€ (com taxa de co-financiamento 85%)

Calendarização: 2017– 2020

Objectivo: visa operacionalizar um conjunto de medidas identificadas nos planos de acção estratégicas do Agrupamento de Escolas do Concelho e nas medidas propostas pela Escola Profissional ALSUD e da própria autarquia, com vista à melhoria do sucesso dos alunos e suas famílias, à promoção da igualdade de oportunidades de acesso à educação. Estão previstas várias actividades, nomeadamente o Projecto anual

de promoção da leitura e da escrita nas escolas do primeiro ciclo e jardins-de-infância; “Vai e Vem de livros. Baús com passaporte para a leitura”; Feira do livro de Mértola- Livros à procura de leitores; a palavra nas suas diferentes expressões; “Sábado em família”; Baús de Experiências para os 2 níveis de ensino; Fórum anual de educação e jornadas de educação que incluem seminários e acções de capacitação para professores e a restante comunidade educativa; Projecto de apoio ao aluno e à família, que incluem intervenção psicológica, psicopedagógica e socioeducativa junto do aluno e da família; Visitas de estudo dentro e fora do Concelho.

Calendarização: anos lectivos de 2017 – 2020

Projecto 3: Plano de acção integrado para a comunidade desfavorecida PAICD da Mina de S. Domingos MSD

Valor global de investimento: 3.750.000€. Montante

de 500.000€ de financiamento FEDER.

Objectivo: O PAICD da MSD visa promover a regeneração física, económica e social deste núcleo urbano, assente em 3 objectivos estratégicos: Qualificação do espaço público, Melhoria das condições de habitabilidade e Reforço da inclusão e coesão social.

As intervenções incluídas no plano aprovado: Reabilitação do Cine- Teatro (220.000€), Requalificação do Jardim do Coreto e envolvente (130.000€) e Valorização do espaço público a poente da rua Catarina Eufémia (250.000€).

Calendarização: 2017– 2018

Candidaturas em execução:

Projecto 4: Sistema de Abastecimento de Água de João Serra

Valor do investimento elegível: 242.694,53€

Valor de financiamento aprovado 206.290,35 (com taxa de co-financiamento 85%)

Pedidos de pagamento apresentados no valor global de 293.887,71€

Financiamento recebido 159.223,50€

Calendarização: 2016– 2017

Projecto 5: Sistema de Saneamento de Águas Residuais de João Serra

Valor do investimento elegível: 296.707,09€

Valor de financiamento aprovado 252.201,03€ (com taxa de co-financiamento 85%)

Pedidos de pagamento apresentados no valor global de 370.267,50€

Financiamento recebido 197.075,53€

Calendarização: 2016– 2017

Projecto 6: Sistema de Saneamento de Águas Residuais de Alcaria Longa

Valor do investimento elegível: 520 667,77€

Valor de financiamento aprovado 442 567,60€ (com taxa de co-financiamento 85%)

Pedido de pagamento apresentado com a despesa relativa a aquisição de terrenos e publicidade do financiamento aprovado no valor de 625,86€.

Financiamento recebido 531,98.

A empreitada está em fase de contratação.

Calendarização: 2017– 2018

Projecto 7: Sistema de Abastecimento de Água de Alcaria Longa

Valor do investimento elegível: 378 029,18 €

Valor de financiamento aprovado: 321 324,80 € (com taxa de co-financiamento 85%)

Pedido de pagamento apresentado com a despesa relativa a aquisição de terrenos e publicidade do financiamento aprovado no valor de 32€.

Financiamento recebido 27,20.

A empreitada está em fase de contratação.

Calendarização: 2017– 2018

Projecto 8: Sistema de Abastecimento de Água de Montes Altos

Valor de investimento elegível estimado: 83 016,34 €, taxa de co-financiamento: 85%,

Valor do financiamento aprovado: 70 563,89€

Pedido de pagamento apresentado com a despesa relativa a aquisição de terrenos e publicidade do financiamento aprovado no valor de 32€.

Financiamento recebido 27,20.

A empreitada foi consignada e iniciados os trabalhos.

A operação relativa ao Sistema de Saneamento de Águas Residuais não foi aprovada, aguarda nova fase de candidatura.

Calendarização: 2017– 2018

Projecto 9: Nature - Ecoturismo no Vale do Guadiana

Valor do investimento elegível: 134.140,88€

Valor do financiamento aprovado: 100 605,66€ (com taxa de co-financiamento 75%)

Objectivo: Em parceria, as Câmaras Municipais de Mértola e Serpa, a operação resulta da intenção dos Municípios envolvidos de formalizar uma candidatura do Vale do Guadiana à classificação de Geoparque e inclui os estudos de inventariação, salvaguarda, promoção e valorização turística sustentável do património geológico e a estruturação do subproduto geoturismo no Vale do Guadiana, nomeadamente através da inventariação, caracterização e estruturação em itinerários turísticos dos recursos geológicos do território do Vale do Guadiana.

Pedido de pagamento apresentado no valor de 2.739,10€ relativo ao plano de comunicação.

Calendarização: 2017– 2018

Projecto 10: GO2Mértola

Valor do investimento elegível: 340 992,40€

Valor do financiamento aprovado 227 219,31€ (com taxa de co-financiamento 75%)

Objectivo: Em parceria com a ARPTA e a ADPM, as actividades incluídas na candidatura pelo Município de Mértola estão relacionadas com a observação de aves, o astroturismo e o pedestrianismo e a capacitação dos guias locais.

Pedido de pagamento apresentado no valor de 32.354,79€.

Calendarização: 2017– 2018

Projecto 11: GERAÇÃO BIO- Educar e sensibilizar para a preservação da biodiversidade no Vale do Guadiana

Valor global: 214.664,52€

Valor do financiamento aprovado: 182.464,84€ (com taxa de co-financiamento 85%).
Fundo de Coesão

A operação é promovida pela autarquia e conta com a parceria do ICNF/PNVG, o Agrupamento de Escolas do Concelho e dos agrupamentos de escolas dos Concelhos vizinhos.

Objectivo: Das actividades incluídas na operação fazem parte a criação de 2 Estações da Biodiversidade (EBIO) na área do Parque Natural, 1 Guia de Campo (em formato impresso e formato e-book), acções de informação/formação dirigidas a monitores, professores, auxiliares de educação e animadores socioculturais, realização de um documentário de natureza sobre a biodiversidade do Vale do Guadiana pelo jovem realizador Daniel Pinheiro, 6 *workshops* criativos na área do vídeo/cinema, cinema de animação, fotografia de natureza e artes performativas que orientem posteriormente os jovens envolvidos para a criação de conteúdos efectivos nestas áreas com a temática de base da biodiversidade no Vale do Guadiana. A operação inclui um plano de comunicação e dinamização através das redes sociais.

Pedidos de pagamentos apresentados no valor global de 153.669,86€.

Financiamento recebido 130.619,37€.

Calendarização: 2016– 2017

Projecto 12: Requalificação da EB1/JI da Mina de S. Domingos

Valor elegível: 291.000€

Valor do financiamento aprovado de 247.350€ (com taxa de co-financiamento 85%). FEDER.

Objectivo: A operação inclui parte da empreitada de requalificação, dos arranjos exteriores, a aquisição do equipamento informático e material didáctico.

Pedido de pagamento apresentado no valor de 258.702,20€.

Financiamento recebido no valor de 197.880€.

A empreitada foi executada em 2014/2015 e a aquisição do equipamento foi realizada em 2017.

Projecto 13: Reabilitação Integral da Casa Rosa

Valor global de 839.495,38€

Valor do financiamento aprovado 713.571,07€ (com taxa de co-financiamento 85%).
FEDER.

Objectivo: A operação inclui a reabilitação do edifício e envolvente e a adaptação para a instalação da casa de chá e banhos árabes no edifício principal.

A empreitada está em curso. Ainda não foram apresentados pedidos de pagamento.

Calendarização: 2017– 2018

Projecto 14: Rota do Guadiana

Valor global de 133.332€

Valor do financiamento aprovado de 99.999€ (com taxa de co-financiamento 75%).
INTERREG.

Não foi submetido ainda nenhum pedido de pagamento. Projecto em execução.

Calendarização: 2017– 2018